



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1566

Segunda-feira - 08 de Setembro de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	3	Leoberto Leal.....	288
Alto Bela Vista.....	5	Luzerna.....	288
Anchieta.....	6	Mafra.....	298
Arroio Trinta.....	8	Maracajá.....	307
Aurora.....	9	Marema.....	307
Benedito Novo.....	9	Massaranduba.....	309
Biguaçu.....	10	Meleiro.....	310
Braço do Trombudo.....	41	Modelo.....	311
Brunópolis.....	42	Navegantes.....	313
Brusque.....	43	Nova Trento.....	313
Caçador.....	45	Novo Horizonte.....	315
Camboriú.....	48	Ouro Verde.....	315
Campo Alegre.....	49	Paial.....	316
Campos Novos.....	120	Palhoça.....	316
Canelinha.....	127	Papanduva.....	317
Canoinhas.....	128	Paulo Lopes.....	318
Capinzal.....	134	Penha.....	320
Chapadão do Lageado.....	134	Pomerode.....	321
Concórdia.....	135	Porto Belo.....	322
Correia Pinto.....	155	Pouso Redondo.....	322
Curitibanos.....	156	Rio do Sul.....	345
Eral Velho.....	205	Salto Veloso.....	352
Forquilha.....	206	Santa Cecília.....	354
Fraiburgo.....	207	Santa Rosa do Sul.....	355
Galvão.....	212	Santa Terezinha do Progresso.....	355
Garopaba.....	212	Santiago do Sul.....	356
Gaspar.....	214	São Bento do Sul.....	356
Guaramirim.....	219	São Cristóvão do Sul.....	359
Guarujá do Sul.....	221	São Domingos.....	360
Herval d'Oeste.....	222	São João do Sul.....	361
Ibiam.....	223	São José.....	361
Ilhota.....	224	São Lourenço do Oeste.....	362
Imarui.....	225	São Pedro de Alcântara.....	363
Imbituba.....	226	Schroeder.....	386
Iomerê.....	229	Serra Alta.....	395
Ipumirim.....	239	Timbó.....	402
Irineópolis.....	242	Três Barras.....	407
Itá.....	261	Treze Tílias.....	411
Itaiópolis.....	264	Trombudo Central.....	451
Itapiranga.....	265	Tunápolis.....	478
Itapoá.....	266	Vargeão.....	479
Ituporanga.....	268	Videira.....	479
Jacinto Machado.....	268	Vitor Meireles.....	483
Joaçaba.....	269	Xavantina.....	484
Lages.....	277	Xaxim.....	490
Lauro Muller.....	277		
Lebon Régis.....	285		

### Associações

AMAVI.....	491
AMMVI.....	491

### Consórcios

ARIS.....	491
CIS Nordeste.....	492

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



## 08 DE SETEMBRO

### Parabéns, Mafra, por seus 97 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



# Água Doce

## PREFEITURA

### Portaria 243/2014

PORTARIA CONJUNTA Nº 243/2014 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014  
CONCEDE CHEFIA DE SESSÃO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA

Noveli Sganzerla, Prefeito Municipal de Água Doce (SC), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município assim determina

Orlando Fávero, Secretário Municipal de Saúde e Promoção Social do Município de Água Doce (SC), no uso das atribuições inerentes a secretaria que representa, de forma conjunta ao Senhor Prefeito Municipal assim determina

#### CONSIDERANDO

Que a servidora municipal ADRIANA BOFF, efetiva no cargo de enfermeira, além das atribuições constantes do anexo da Lei Complementar 058, é responsável pela Coordenadoria do CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL MICRORREGIONAL LUIZ VIECELI.

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder GRATIFICAÇÃO DE CHEFIA DE SESSÃO a servidora ADRIANA BOFF, servidora efetiva pública municipal ocupante do cargo de enfermeiro, inscrita no CPF nº 047.379.539-62, RG nº 4555409 e matrícula nº 21277, no importe do valor previsto em lei pelo desempenho da Chefia relatada nas considerações.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor e gera efeitos a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Registre -se e archive-se na ficha funcional da servidora a presente portaria com os efeitos financeiros em sua folha de pagamento previstos em lei.

Artigo 4º - As despesas decorrentes do pagamento dos vencimentos da servidora especificada no artigo 1º devem ser atribuídas ao orçamento da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Água Doce, 01 de setembro de 2014.

Noveli Sganzerla  
Prefeito Municipal

Orlando Fávero  
Secretário Municipal de Saúde e Promoção Social

### Portaria 244/2014

PORTARIA CONJUNTA Nº 244/2014 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014  
CONCEDE CHEFIA DE SESSÃO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA

Noveli Sganzerla, Prefeito Municipal de Água Doce (SC), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município assim determina

Orlando Fávero, Secretário Municipal de Saúde e Promoção Social do Município de Água Doce (SC), no uso das atribuições inerentes a secretaria que representa, de forma conjunta ao Senhor Prefeito Municipal assim determina

#### CONSIDERANDO

Que a servidora municipal SILVIA MONICA BORTOLINI BRAGA, efetiva no cargo de enfermeira, além das atribuições constantes

do anexo da Lei Complementar 058, tem desenvolvido na Secretaria Municipal de Saúde A Coordenação Municipal da Atenção Básica segue como referência a Norma Técnica nº 001/2012 GEABS/SES publicado na portaria nº 2488 de 21 de outubro de 2011 que lista objetivos específicos, fornecer padrões de boas práticas e organização das Unidades Básicas de Saúde que norteiem a melhoria da qualidade da Atenção Básica, promovam a qualidade e inovação na gestão, fortalecendo os processos de Auto Avaliação, Monitoramento e Avaliação, Apoio Institucional e Educação Permanente nas três esferas de governo.

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Concede GRATIFICAÇÃO DE CHEFIA DE SESSÃO a servidora SILVIA MONICA BORTOLINI BRAGA, servidora pública municipal ocupante do cargo de enfermeiro, inscrita no CPF nº 029.199.929-88, RG nº 3.563.711 e matrícula nº 21244, no importe do valor previsto em lei pelo desempenho da Chefia relatada nas considerações

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor e gera efeitos a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a PORTARIA 155/2014.

Artigo 3º - Registre -se e archive-se na ficha funcional da servidora a presente portaria com os efeitos financeiros em sua folha de pagamento previstos em lei.

Artigo 4º - As despesas decorrentes do pagamento dos vencimentos da servidora especificada no artigo 1º devem ser atribuídas ao orçamento da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Água Doce, 01 de setembro de 2014.

Noveli Sganzerla  
Prefeito Municipal

Orlando Fávero  
Secretário Municipal de Saúde e Promoção Social

### Portaria 245/2014

PORTARIA Nº 245/2014 de 02 de Setembro de 2014  
"DELEGA ATRIBUIÇÕES A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009. Lei complementar 092/2014

#### Resolve:

Artigo 1º Fica conferida delegação de atribuições para servidora MARIA TERESA MACAGNAN, brasileira, solteira, matrícula nº 1160 para a finalidade específica de assinar pela contas do FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA, juntamente com o Prefeito Municipal Novelli Sganzerla, com os poderes de:

- I- Solicitar saldos e extratos;
- II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;
- III- Cancelar Cheques;
- IV- Baixar Cheques;
- V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
- VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- IX- Emitir comprovantes;
- X- Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico;
- XI- Abrir contas de depósito;
- XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;

XIV- Autorizar aplicações financeiras;  
 XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;  
 XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;  
 XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;  
 XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;  
 XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;  
 XX- Encerrar contas de depósito;  
 XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;  
 XXII- Requisitar talonários de cheques;  
 XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;  
 XXIV- Emitir cheques;  
 XXV- Retirar cheques devolvidos;  
 junto aos estabelecimentos bancários cujas contas sejam de titularidade e responsabilidade do Município de Água Doce-SC a partir de 02/09/2014.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 02 de Setembro de 2014  
 Novelli Sganzerla  
 Prefeito

Alexander de Carvalho Fabro  
 Diretor do Dpto de RH.

### Lei Nº 2.302/2014

LEI Nº 2.302/2014 - DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PARCIAL OU TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcial ou totalmente as seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento municipal vigente:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
 01 DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS  
 22.661.0020.1.018 ADQUIRIR OU DESAPROPRIAR ÁREAS DE INTERESSE PÚBLICO  
 4.4.90.00.00.0095/104 Aplicações Diretas ..... R\$ 20.232,00

22.661.0020.2.048 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA  
 3.1.90.00.0095/105 Aplicações Diretas .... R\$ 65.000,00  
 3.1.91.00.0095/106 Aplicações Diretas..... R\$ 2.330,00  
 3.3.90.00.0095/107 Aplicações Diretas.... R\$ 45.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 132.562,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º desta Lei serão utilizados para suplementar o seguinte elemento de despesa:

17 SECRETARIA DE URBANISMO  
 01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO  
 15.451.0018.1.017 PAVIMENTAÇÃO, ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS  
 4.4.90.00.0095/145 Aplicações Diretas ..... R\$ 132.562,00  
 TOTAL ..... R\$ 132.562,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de setembro de 2014.  
 NOVELLI SGANZERLA  
 Prefeito Municipal

### Decreto Nº 065/2014

DECRETO Nº 065/2014 - DE 27 DE AGOSTO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.731,09 (dois mil e setecentos e trinta e um reais e nove centavos), para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica criado e suplementado, no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE  
 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE  
 08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL -IGD/PETI E OUTROS  
 3.3.90.00.0.1.0679.0/23 Aplicações Diretas ..... R\$ 2.731,09  
 TOTAL ..... R\$ 2.731,09

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0679 -Transferências de Benefícios Eventuais/Estado.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de agosto de 2014.  
 NOVELLI SGANZERLA  
 Prefeito Municipal

### Decreto Nº 066/2014

DECRETO Nº 066/2014 - DE 27 DE AGOSTO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.560,00 (cinquenta mil e quinhentos e sessenta reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo



serão para aplicação do superávit exercício 2013.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0110/196 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

17 SECRETARIA DE URBANISMO  
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO  
15.452.0017.2.042 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO E CAPELA MORTUÁRIA  
3.3.90.00.00.0110/196 Aplicações Diretas..... R\$ 50.560,00  
TOTAL ..... R\$ 50.560,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de agosto de 2014.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 067/2014**

DECRETO Nº 067/2014 - DE 02 DE SETEMBRO DE 2014  
"ANULA PARCIAL OU TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.302, de 02 de setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam anuladas parcial ou totalmente as seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento municipal vigente:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
01 DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS  
22.661.0020.1.018 ADQUIRIR OU DESAPROPRIAR ÁREAS DE INTERESSE PÚBLICO  
4.4.90.00.00.0095/104 Aplicações Diretas ..... R\$ 20.232,00  
  
22.661.0020.2.048 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA  
3.1.90.00.0095/105 Aplicações Diretas ..... R\$ 65.000,00  
3.1.91.00.0095/106 Aplicações Diretas ..... R\$ 2.330,00  
3.3.90.00.0095/107 Aplicações Diretas ..... R\$ 45.000,00  
TOTAL ..... R\$ 132.562,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º deste Decreto serão utilizados para suplementar o seguinte elemento de despesa:

17 SECRETARIA DE URBANISMO  
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO  
15.451.0018.1.017 PAVIMENTAÇÃO, ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS  
4.4.90.00.0095/145 Aplicações Diretas .... R\$ 132.562,00  
TOTAL ..... R\$ 132.562,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de setembro de 2014.  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

## **Alto Bela Vista**

### **PREFEITURA**

#### **Processo de Licitação Nº 047/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 047/2014  
Modalidade: TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2014

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço, Tipo Menor Preço Global, sob regime de execução indireta, com a finalidade de selecionar a melhor proposta, visando CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. A licitação obedecerá às condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883/94 e 9.648/98, Lei Federal 123/2006. E que estará recebendo os envelopes contendo as propostas de preços e documentos de habilitação até às 08h50, do dia 30 de setembro de 2014, com abertura prevista na mesma data as 9h no Setor de licitações deste Município, localizado no endereço supracitado. Íntegra do Edital e informações complementares, pelo fone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>.

Alto Bela Vista (SC), em 05 de setembro de 2014.  
Décio Grätner  
Prefeito Municipal em Exercício.

# Anchieta

## PREFEITURA

### Extrato Aviso Pregão Pref - 037\_2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 037/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de gêneros alimentícios e material de limpeza para a Alimentação Escolar e manutenção e conservação das Escolas Municipais do Ensino Infantil/Fundamental para o segundo semestre de 2014. Pagos com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 19/09/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 05 de setembro de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****Balancete Financeiro Mês Agosto 2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Agosto/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	49.873,09
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	49.873,09
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.818,92
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.054,17
Receita Extra - Orçamentária	108.423,21	Despesa Extra - Orçamentária	55.713,81
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	70,00	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	70,00
CRÉDITOS A RECEBER	70,00	CRÉDITOS A RECEBER	70,00
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	70,00	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	70,00
DEPÓSITOS	2.975,20	DEPÓSITOS	2.592,99
CONSIGNAÇÕES	2.847,42	CONSIGNAÇÕES	2.592,99
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.847,42	PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.592,99
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	127,78	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	53.050,82
DEPÓSITOS A TRANSFERIR	127,78	OBRIGAÇÕES A PAGAR	53.050,82
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	50.378,01	FORNECEDORES	20.231,90
OBRIGAÇÕES A PAGAR	50.378,01	PESSOAL A PAGAR	27.123,08
FORNECEDORES	17.559,09	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.695,84
PESSOAL A PAGAR	27.123,08		
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.695,84		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	55.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	55.000,00		
REPASSE RECEBIDO	55.000,00		
Saldos anteriores	31.435,93	Saldos atuais	34.272,24
BANCO C/ MOVIMENTO	31.435,93	BANCO C/ MOVIMENTO	34.272,24
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	139.859,14	Total	139.859,14

ANCHIETA, 04/09/2014

PAULO FUSIEGER  
PRESIDENTEEDEMAR LUIZ GRIEBLER  
CRC SC-036.207/O-8

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### **Contrato Nº 0059/2014 - Thalys Emanuelli Arigoni** CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS- Nº 0059/2014

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua XV de Novembro, 26, centro, inscrito no C.N.P.J. sob nº 82.826.462.0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado o senhor THALYS EMANUELLI ARIGONI, Brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Vitorio da Soler nº 14, Centro do Município de Arroio Trinta, portador do CPF sob nº 064.434.729-50 e CI 5.585.582, de agora em diante denominada Contratada, normas legais aplicáveis à matéria, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, o qual se regerá pelas cláusulas abaixo da seguinte forma:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é a prestação dos serviços ATRAVÉS DE OFICINAS DE MANICURE PARA MULHERES BENEFICIADAS PELO PROGRAMA DA BOLSA FAMÍLIA CADASTRADAS NO CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEVENDO SER TODAS AS TERÇAS-FEIRAS, SENDO 2(DUAS) HORAS NO PERÍODO DAS 19:00 AS 21:00 HORAS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará ao Contratado o valor total de R\$1.000,00(UM MIL REAIS), dividido em 4(quatro) parcelas, de R\$250,00(DUZENTOS E CINQUENTA REAIS). O pagamento será efetuado até o 5º dia útil de cada mês, mediante apresentação de relatório de número de aulas e quantidade de alunos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O prazo do presente Contrato é de 1º de setembro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS DOTAÇÕES

As despesas decorrentes com a execução do presente Contrato, serão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal de 2014.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, desde que presente o interesse público.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira - SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem certos e ajustados, fazem o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que a tudo assinam.

Arroio Trinta - SC, 04 de setembro de 2014.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

THALYS EMANUELLI ARIGONI

CPF 064.434.729-50

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

EVERTON CAMPAGNIN

CPF: 715. 611. 619- 34

TARCÍSIO LIDANI

CPF: 613.139.809-78

**Aurora****PREFEITURA****Leilão Público Nº 01/2014**

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 01/2014.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

O município de AURORA, SC, com sede na Rodovia SC 350, nº 408, Centro, cidade de Aurora, CEP 89.186/000, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.624/0001-47, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 09:00 horas do dia 23 de SETEMBRO de 2014, tendo como local o CENTRO MULTIUSO DE AURORA, Rodovia SC 350, KM 364, s/nº (atrás da Delegacia), Centro, Aurora, SC. O leilão será conduzido pelos Leiloeiro PÚBLICO Oficial Sr. Júlio Ramos Luz, matrícula AARC/162 JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01: 01 ÔNIBUS MARCOPOLLO/VOLARE LOTAÇÃO, ano/modelo 2000, Placas MBI 2606, cor branca, diesel. LANCE INICIAL R\$ 5.000,00. LOTE 02: ÔNIBUS M. BENZ/OF 812, ano1993, modelo1994, Placas MEB 8640, cor branca, diesel. LANCE INICIAL R\$ 5.000,00. LOTE 03: 01 ÔNIBUS M. BENZ/ OF 1113, ano/modelo 1979, Placas LYV 3694, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 1.000,00. LOTE 04: 01 CAMINHÃO PLATAFORMA M. BENZ/L 2318, ano/modelo 1993, Placas MBI 3514, cor branca, diesel. LANCE INICIAL R\$ 9.500,00. LOTE 05: 01 PATROLA FIAT ALLIS G70, ano, modelo 1982. LANCE INICIAL R\$ 12.000,00. LOTE 06: 01 MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120B, ano 1990. LANCE INICIAL R\$ 15.000,00. LOTE 07: 01 VW/GOL 1.6, ano 2009 modelo 2010, Placas MGN 7686, cor branca, álcool/gasolina. LANCE INICIAL R\$ 5.600,00. LOTE 08: 01 VW/GOL 1.6, ano 2009, modelo 2010, Placas MGR 0656, cor branca, álcool/gasolina. LANCE INICIAL R\$ 5.800,00. LOTE 09: 01 VW/SAVEIRO 1.6 CS, ano 2010, modelo 2011, Placas MHW 2866, cor branca, álcool/gasolina. LANCE INICIAL R\$ 9.500,00. LOTE 10: 01 VW/SAVEIRO 1.6 CS, ano 2010, modelo 2011, Placas MHW 2816, cor branca, álcool/gasolina. LANCE INICIAL R\$ 9.000,00. LOTE 11: 01 VW/SAVEIRO 1.6 CS, ano 2010, modelo 2011, Placas MHW 2996, cor branca, álcool/gasolina. LANCE INICIAL R\$ 9.300,00. LOTE 12: 01 ENCILADEIRA/NOGUEIRA 9004, ano/modelo 2008. LANCE INICIAL R\$ 100,00. LOTE 13: 01 SUCATA ESPALHADEIRA/BERTANHA 5T, ano/modelo 1999. LANCE INICIAL R\$ 90,00. LOTE 14: 01 SUCATA ENCILADEIRA/JUMIL, ano/modelo 2002. LANCE INICIAL R\$ 50,00. LOTE 15: 01 SUCATA TANQUE DE COMBUSTÍVEL. LANCE INICIAL R\$ 20,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura, no Departamento de Compras e licitações, ou através dos sites: WWW.AURORA.SC.GOV.BR ou WWW.JULIORAMOS.COM.BR, através dos emails: gabinete@aurora.sc.gov.br ou ainda pelos telefones (47) 3524 0144 na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

AURORA (SC), 06 DE SETEMBRO DE 2014.  
VILMAR ZANDONAI  
PREFEITO MUNICIPAL DE AURORA

**Benedito Novo****PREFEITURA****Pedido de Autorização Para Supressão de Vegetação Veg/68475/Cvi**

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA  
SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO  
VEG/68475/CVI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO, CNPJ: 83.102.780/0001-08, torna público que solicitou da Fundação do Meio Ambiente (FATMA), mediante processo nº VEG/68475/CVI, a atividade de Supressão Nativa em Área Urbana para Retificação do Ribeirão Tigre (SAN/11723/CVI) através de Projeto. Área localizada na Rua Celso Ramos, s/nº - Benedito Novo/SC.

DILIC - Florianópolis  
GELAF - Florianópolis  
CODAM- Blumenau



# Biguaçu

## PREFEITURA

### Portaria Nº 1957/2014

PORTARIA nº 1957 de 12 de agosto de 2014

Designa a comissão para que seja realizado Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Afonso Pedro Borba, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, Claudia Vanderléia Soethe, ocupante do cargo efetivo de Escrivão e Marivalde Ines Kons Hoffmann, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que, sob presidência do primeiro, seja realizado o Processo Administrativo Disciplinar, em razão de infração disciplinar cometida em tese pelo servidor Ramon Duarte, conforme Memorando nº 293/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 12 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

### PORTARIA nº 1958/2014

PORTARIA nº 1958 de 12 de agosto de 2014

Designa a comissão para que seja realizado Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Afonso Pedro Borba, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, Claudia Vanderléia Soethe, ocupante do cargo efetivo de Escrivão e Marivalde Ines Kons Hoffmann, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que, sob presidência do primeiro, seja realizado o Processo Administrativo Disciplinar, em razão de infração disciplinar cometida em tese pelo servidor Rômulo Schurhaus da Silva, conforme Memorando nº 293/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 12 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

### PORTARIA nº 1959/2014

PORTARIA nº 1959 de 12 de agosto de 2014

Designa a comissão para que seja realizado Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Afonso Pedro Borba, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, Claudia Vanderléia Soethe, ocupante do cargo efetivo de Escrivão e Marivalde Ines Kons Hoffmann, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para que, sob presidência do primeiro, seja realizado o Processo Administrativo Disciplinar, em razão de infração disciplinar cometida em tese pelo servidor Sérgio Valderi Machado da Silva, conforme Memorando nº 293/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 12 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

### PORTARIA nº 1961/2014

PORTARIA nº 1961 de 12 de agosto de 2014

Nomeia a servidora Claudete Maria Steil Pereira, detentora do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, inscrita na matrícula funcional nº 294, para exercer a Função de Confiança de Gerência de Proteção Especial, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e fixa para o exercício o valor indicado no Anexo X da Lei Complementar nº 47/2011 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora Claudete Maria Steil Pereira, detentora do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, inscrita na matrícula funcional nº 294, para exercer a Função de Confiança de Gerência de Proteção Especial, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Função de Confiança concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a R\$ 600,00 (seiscentos reais), observada a aplicação do art. 215, caput e do Anexo X da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 01/08/2014.

Biguaçu, 12 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

### PORTARIA nº 1964/2014

PORTARIA nº 1964/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

#### RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MAGALI MERY DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 6974/2014 em anexo no período de 08/08/2014 a 12/08/2014.

Biguaçu, 12 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 1965/2014**

PORTARIA nº 1965/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JUCENIR LUCIA BENDER, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (SERVENTE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7041/2014 em anexo no período de 11/08/2014 a 15/08/2014.

Biguaçu, 12 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 1966/2014**

PORTARIA nº 1966/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ADRIANA MARA VECHI, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSORA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7022/2014 em anexo no período de 08/08/2014 a 14/08/2014.

Biguaçu, 12 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 1967/2014**

PORTARIA nº 1967/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VALCÉLIA MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 6879/2014 em anexo no período de 05/08/2014 a 08/08/2014.

Biguaçu, 12 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 1968/2014**

PORTARIA nº 1968/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IZABEL CRISTINA DE AZEVEDO,

ocupante do Cargo efetivo de PROFESSORA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7039/2014 em anexo no período de 08/08/2014 a 12/08/2014.

Biguaçu, 12 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 1969/2014**

PORTARIA nº 1969 de 12 de agosto de 2014

Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares do (a) Servidor (a) Sileide da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença para tratar de interesses particulares do (a) servidor (a) Sileide da Silva, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, inscrito (a) na matrícula funcional nº 7159.

Art. 2º O período de concessão da licença sem vencimento é de 01/07/2014 a 01/07/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/07/2015.

Biguaçu, 12 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 1970/2014**

PORTARIA nº 1970 de 13 de agosto de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Renata Machado, ocupante do cargo efetivo de Fiscal do Meio Ambiente, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao servidor Renata Machado, detentor do cargo de provimento efetivo de Fiscal do Meio Ambiente, com jornada de 40 horas semanais, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, inscrito na matrícula funcional nº 11523, a partir de 19/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 19/08/2014.

Biguaçu, 13 de agosto de 2014.

JOAO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 1971/2014**

PORTARIA nº 1971 de 13 de agosto de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Alzenir Ermina Junkes, ocupante do cargo temporário de Agente Comunitária de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Alzenir Ermina Junkes, detentor do cargo de provimento temporário de Agente Comunitária de Saúde, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 05/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/08/2014.

Biguaçu, 13 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 1972/2014**

PORTARIA nº 1972/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GUILHERME MULLER MARIA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7087/2014 em anexo no período de 11/08/2014 a 25/08/2014.

Biguaçu, 13 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 1973/2014**

PORTARIA nº 1973/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SANDRA BENTA DE SOUSA SCHMITT, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7085/2014 em anexo no período de 13/08/2014 a 31/08/2014.

Biguaçu, 13 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 1974/2014**

PORTARIA nº 1974/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ALINE ALVES, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7050/2014 em anexo no período de 11/08/2014 a 11/08/2014.

Biguaçu, 13 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 1975/2014**

PORTARIA nº 1975/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUIZ ANTONIO SANTANA, ocupante do Cargo efetivo de CALCETEIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 6913/2014 em anexo no período de 06/08/2014 a 13/08/2014.

Biguaçu, 13 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 1976/2014**

PORTARIA nº 1976/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JUCENIR LUCIA BENDER, ocupante do Cargo efetivo de AUXILAR DE SERVIÇOS GERAIS (MERENDEIRA) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7125/2014 em anexo no período de 14/08/2014 a 15/08/2014.

Biguaçu, 14 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 1977/2014**

PORTARIA nº 1977/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CARLOS AUGUSTO RIBEIRO DA

ROCHA, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 6685/2014 em anexo no período de 30/07/2014 a 30/09/2014.

Biguaçu, 14 de agosto de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA nº 1978/2014**

PORTARIA nº 1978 de 14 de agosto de 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

##### **RESOLVE:**

ART. 1º - A Comissão Permanente encarregada do julgamento das licitações ficará também, incumbida de realizar os Pregões Oficiais do Município de Biguaçu, estabelecidas pela Lei Federal nº 10.520/02.

ART. 2º - Designar a servidora NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS para presidir a Comissão Permanente de Licitação - CPL.

ART. 3º - Designar o servidor GIOVANNI RAFAEL GASPARETTO para exercer a atividade de Pregoeiro da CPL, conforme art. 111 caput da Lei Complementar nº 47/2011.

ART. 4º - Designar os servidores RODRIGO STEFFENS, RAFAEL QUINTINO DOS SANTOS, OIZES VIEIRA MENDES, MARISTELA LIRA, LUIZ GONZAGA FERREIRA JÚNIOR para comporem a CPL e a Equipe de Pregão.

ART. 5º - Fica instituída uma Gratificação mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), nos termos do art. 114 caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. Ao servidor designado para participar como membro titular da CPL que injustificadamente faltar às reuniões deverá ser observada a aplicação do art. 118 caput da Lei Complementar nº 47/2011.

ART. 6º - Fica revogada a Portaria nº 3104/2013, bem como, todas as disposições em contrário.

ART. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/08/2014.

Biguaçu, 14 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 1979/2014**

PORTARIA nº 1979 de 19 de agosto de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Simone Fernandes Fraga, ocupante do cargo temporário de Técnico de Educação, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Simone Fernandes Fraga, detentor do cargo de provimento temporário de Técnico de Educação, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/08/2014.

Biguaçu, 19 de agosto de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA nº 1980/2014**

PORTARIA nº 1980 de 19 de agosto de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Ivania Regina da Rocha, ocupante do cargo temporário de Professor III - Educação Física, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Ivania Regina da Rocha, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III - Educação Física, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/08/2014.

Biguaçu, 19 de agosto de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA nº 1981/2014**

PORTARIA nº 1981 de 19 de agosto de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Renatta Moraes Silva, ocupante do cargo temporário de Professor II - Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Renatta Moraes Silva, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II - Educação Infantil, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/08/2014.

Biguaçu, 19 de agosto de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA nº 1982/2014**

PORTARIA nº 1982 de 19 de agosto de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Glória Thaisa Alves Amaral, ocupante do cargo temporário de Atendente da Criança e do Adolescente, na Secretaria Municipal de Assistência Social, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Glória Thaisa Alves Amaral, detentor do cargo de provimento temporário de Atendente da Criança e do Adolescente, com jornada de 30 horas



semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social o, a partir de 15/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/08/2014.

Biguaçu, 19 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA nº 1983/2014**

PORTARIA nº 1983 de 19 de agosto de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Carolina Andrade Saraiva, ocupante do cargo temporário de Atendente da Criança e do Adolescente, na Secretaria Municipal de Assistência Social, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Carolina Andrade Saraiva, detentor do cargo de provimento temporário de Atendente da Criança e do Adolescente, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social o, a partir de 15/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/08/2014.

Biguaçu, 19 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA nº 1984/2014**

PORTARIA nº 1984 de 19 de agosto de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Daniela Garcia Fabrício Galiani, ocupante do cargo comissionado de Assistente Técnico na Secretaria Municipal da Fazenda e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Daniela Garcia Fabrício Galiani, detentor do cargo de provimento comissionado de Assistente Técnico, nível CC-4, na Secretaria Municipal da Fazenda, a partir de 13/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/08/2014.

Biguaçu, 19 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA nº 1985/2014**

PORTARIA nº 1985 de 19 de agosto de 2014

Nomeia Daniela Garcia Fabrício Galiani, para exercer o cargo em comissão de Analista da Diretoria de Recursos Humanos, na Secretaria Municipal de Administração, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Daniela Garcia Fabrício Galiani, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Analista da Diretoria de Recursos Humanos, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Administração, a contar de 13/08/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/08/2014.

Biguaçu, 19 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 1986/2014**

PORTARIA nº 1986 de 19 de agosto de 2014

Nomeia o servidor Eduardo Nau Rodrigues, detentor do cargo de provimento efetivo de Motorista I, inscrito na matrícula funcional nº 9831, para exercer a Função de Confiança de Coordenador de Trânsito, nos termos do inciso II do art. 28, caput da Lei Complementar nº 50/2012, e fixa para o exercício o valor indicado no inciso II do art. 28 caput da Lei Complementar nº 50/2012 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor Eduardo Nau Rodrigues, detentor do cargo de provimento efetivo de Motorista, inscrito na matrícula funcional nº 9831, para exercer a Função de Confiança de Coordenador de Trânsito, nos termos do inciso II do art. 28, caput da Lei Complementar nº 50/2012.

Parágrafo único. O valor fixado para a Função de Confiança concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a R\$ 400,00 (quatrocentos reais), observada a aplicação do inciso II do art. 28, caput da Lei Complementar nº 50/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 1987/2014**

PORTARIA nº 1987 de 19 de agosto de 2014

Nomeia Fabiano Tiago José, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Gabinete do Vice-Prefeito, na Secretaria Municipal de Governo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Fabiano Tiago José, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Chefe de Gabinete do Vice-Prefeito, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Governo, a contar de 13/08/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/08/2014.



Biguaçu, 19 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 1989/2014**

PORTARIA nº 1989/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSEMEIRE BUENO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 6878/2014 em anexo no período de 05/08/2014 a 22/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 1990/2014**

PORTARIA nº 1990/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IZABEL CRISTINA DE AZEVEDO KIRCH, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSORA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7195/2014 em anexo no período de 14/08/2014 a 19/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 1991/2014**

PORTARIA nº 1991/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSELI MIRANDA CORREA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSORA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7166/2014 em anexo no período de 14/08/2014 a 21/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 1992/2014**

PORTARIA nº 1992/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA LUCIA LIMA DA COSTA PIMENTA MONTEIRO, ocupante do Cargo efetivo de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7176/2014 em anexo no período de 11/08/2014 a 15/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 1993/2014**

PORTARIA nº 1993/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARÇAL FRANCELINO RODRIGUES, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (SERVENTE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7094/2014 em anexo no período de 12/08/2014 a 12/10/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 1994/2014**

PORTARIA nº 1994/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ALZIRA CATARINA PEREIRA, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7162/2014 em anexo no período de 14/08/2014 a 28/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 1995/2014**

PORTARIA nº 1995/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IEDA LUZ DE MIRANDA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAIR DE SERVIÇOS GERAIS (SERVENTE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7137/2014 em anexo no período de 10/08/2014 a 21/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA nº 1996/2014**

PORTARIA nº 1996/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

##### **RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IRENE DEBORTOLI DA CRUZ, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7051/2014 em anexo no período de 11/08/2014 a 21/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA nº 1997/2014**

PORTARIA nº 1997 de 21 de agosto de 2014

Nomeia Giseli Elsa Schmitz, para exercer o cargo em comissão de Gerente Operacional, na Secretaria Municipal de Agricultura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, Giseli Elsa Schmitz, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente Operacional, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Agricultura, a contar de 20/08/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 1998/2014**

PORTARIA nº 1998 de 21 de agosto de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Paula Michele de Moraes Scussel, ocupante do cargo temporário de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Paula Michele de

Moraes Scussel, detentor do cargo de provimento temporário de Agente Comunitário de Saúde, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 13/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA nº 1999/2014**

PORTARIA nº 2000 de 21 de agosto de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Graciara Terezinha Rosa Luz, ocupante do cargo temporário de Professora, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Graciara Terezinha Rosa Luz, detentor do cargo de provimento temporário de Professora, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/07/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA nº 2000/2014**

PORTARIA nº 2000 de 21 de agosto de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Graciara Terezinha Rosa Luz, ocupante do cargo temporário de Professora, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Graciara Terezinha Rosa Luz, detentor do cargo de provimento temporário de Professora II - Ensino Fundamental, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/07/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA nº 2001/2014**

PORTARIA nº 2001 de 21 de agosto de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) DEACI TEIXEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, na Secretaria Municipal de Assistência Social, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições,

que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DEACI TEIXEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistente Social, a partir de 14/08/2014 a 14/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em exercício

**PORTARIA nº 2002/2014**

PORTARIA nº 2002 de 21 de agosto de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) VANESSA BARRETO BOSSLE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, na Secretaria Municipal de Assistência Social, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VANESSA BARRETO BOSSLE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistente Social, a partir de 13/08/2014 a 13/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em exercício

**PORTARIA nº 2003/2014**

PORTARIA nº 2003 de 21 de agosto de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARIVONE MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, na Secretaria Municipal de Obras, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIVONE MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras, a partir de 18/08/2014 a 18/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em exercício

**PORTARIA nº 2004/2014**

PORTARIA nº 2006 de 21 de agosto de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) GABRIEL INACIO THOMAZELLI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de VIGIA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GABRIEL INACIO THOMAZELLI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de VIGIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 13/08/2014 a 13/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em exercício

**PORTARIA nº 2005/2014**

PORTARIA nº 2005 de 21 de agosto de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Jucely Karla da Conceição, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais - Servente, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Jucely Karla da Conceição, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais - Servente, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2006/2014**

PORTARIA nº 2006 de 21 de agosto de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) GABRIEL INACIO THOMAZELLI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de VIGIA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GABRIEL INACIO THOMAZELLI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de VIGIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/08/2014 a 13/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em exercício

#### **PORTARIA nº 2007/2014**

PORTARIA nº 2007 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ANDREIA TATIANA SILVÉRIO RAIMUNDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANDREIA TATIANA SILVÉRIO RAIMUNDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 07/08/2014 a 06/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 2008/2014**

PORTARIA nº 2008 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) TATIANE LUCCAS CLEMENTE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TATIANE LUCCAS CLEMENTE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 07/08/2014 a 06/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 2009/2014**

PORTARIA nº 2009 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ALINE RODRIGUES PEREIRA DE ALMEIDA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições,

que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALINE RODRIGUES PEREIRA DE ALMEIDA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 18/08/2014 a 17/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 2010/2014**

PORTARIA nº 2010 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) DAYANE WEBER VIEIRA DA CRUZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DAYANE WEBER VIEIRA DA CRUZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 18/08/2014 a 17/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 2011/2014**

PORTARIA nº 2011 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) JAQUELINE LUZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JAQUELINE LUZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/07/2014 a 30/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/07/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício



**PORTARIA nº 2012/2014**

PORTARIA nº 2012 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) JAIRCLEIDE MARIA DE SÁ DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JAIRCLEIDE MARIA DE SÁ DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 13/08/2014 a 12/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2013/2014**

PORTARIA nº 2013 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ADRIANA FERREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO II, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ADRIANA FERREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 12/08/2014 a 13/11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2014/2014**

PORTARIA nº 2014 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) EDNA GARCIA MAFRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO II, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) EDNA GARCIA MAFRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENFERMEIRO II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/08/2014 a 31/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2015/2014**

PORTARIA nº 2015 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ROSA MARIA PEREIRA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV - MERENDEIRA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSA MARIA PEREIRA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV - MERENDEIRA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2016/2014**

PORTARIA nº 2016 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) PAMELA CAROLINE CARDOSO MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV - MERENDEIRA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) PAMELA CAROLINE CARDOSO MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV - MERENDEIRA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2017/2014**

PORTARIA nº 2017 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ALICE APARECIDA NAPOLEÃO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.



**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALICE APARECIDA NAPOLEÃO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2018/2014**

PORTARIA nº 2018 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) CHISLAINE ALVES DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CHISLAINE ALVES DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2019/2014**

PORTARIA nº 2019 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) LUIS AUGUSTO WOLKAN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de CARPINTEIRO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUIS AUGUSTO WOLKAN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de CARPINTEIRO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2020/2014**

PORTARIA nº 2020 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ROSELI FATIMA TOMAZI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CATEGORIA D - ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSELI FATIMA TOMAZI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (CATEGORIA D - ONIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2021/2014**

PORTARIA nº 2021 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) BRUNO COSTA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III - EDUCAÇÃO FISICA na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) BRUNO COSTA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III - EDUCAÇÃO FISICA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2022/2014**

PORTARIA nº 2022 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) IVANIA REGINA DA ROCHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III - EDUCAÇÃO FISICA na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IVANIA REGINA DA ROCHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III - EDUCAÇÃO FISICA, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de

05/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 2023/2014**

PORTARIA nº 2023 de 22 de agosto de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Gabriel Inácio Thomazelli, ocupante do cargo temporário de Vigia, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Gabriel Inácio Thomazelli, detentor do cargo de provimento temporário de Vigia, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/08/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA nº 2024/2014**

PORTARIA nº 2024 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) KARINA ANDRIOLI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III - EDUCAÇÃO FÍSICA na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KARINA ANDRIOLI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III - EDUCAÇÃO FÍSICA, com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/08/2014 a 12/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 2025/2014**

PORTARIA nº 2025 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) DOUGLAS GENARO SCHELLES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III - EDUCAÇÃO FÍSICA na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições,

que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DOUGLAS GENARO SCHELLES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III - EDUCAÇÃO FÍSICA, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 2026/2014**

PORTARIA nº 2026 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARIA SALETE SPERANDIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA SALETE SPERANDIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 2027/2014**

PORTARIA nº 2027 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARIA DAS DORES DA SILVA ALVES RICARDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA DAS DORES DA SILVA ALVES RICARDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/08/2014 a 02/11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2028/2014**

PORTARIA nº 2028 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) NEIVA APARECIDA CORREA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I - EDUCAÇÃO INFANTIL na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) NEIVA APARECIDA CORREA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I - EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/08/2014 a 06/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2029/2014**

PORTARIA nº 2029 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) CRISTIANE BRITO DE ARAÚJO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CRISTIANE BRITO DE ARAÚJO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2030/2014**

PORTARIA nº 2030 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) DÉBORA ALEXANDRE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DÉBORA ALEXANDRE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de

04/08/2014 a 22/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2031/2014**

PORTARIA nº 2031 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ALEXSANDRO MAQUEL LOPES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III - ARTES na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALEXSANDRO MAQUEL LOPES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III - ARTES, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/08/2014 a 02/11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2032/2014**

PORTARIA nº 2032 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) DULCE ERICA KLOCH FLORES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DULCE ERICA KLOCH FLORES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2033/2014**

PORTARIA nº 2033 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ANILA MARIA GREGI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I - EDUCAÇÃO INFANTIL na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANILA MARIA GREGI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I - EDUCAÇÃO INFANTIL (SEM REGÊNCIA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2034/2014**

PORTARIA nº 2034 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) JUCIARA APARECIDA SILVA DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III - EJA na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JUCIARA APARECIDA SILVA DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III - EJA, com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2035/2014**

PORTARIA nº 2035 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) JOSIANE ZILLI BRAGA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOSIANE ZILLI BRAGA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de

07/08/2014 a 12/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2036/2014**

PORTARIA nº 2036 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ANGELINA DA CONCEIÇÃO DINIZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANGELINA DA CONCEIÇÃO DINIZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2037/2014**

PORTARIA nº 2037 de 21 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) GISLAINE TEREZINHA DO AMARAL NIE-NOV, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO FÍSICA na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GISLAINE TEREZINHA DO AMARAL NIENOV de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO FÍSICA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/08/2014.

Biguaçu, 21 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2038/2014**

PORTARIA nº 2038 de 22 de agosto de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CRISTIANE SPOHR CHIESA,



e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CRISTIANE SPOHR CHIESA, para desempenhar as funções do cargo não provido de FISIOTERAPEUTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 14/08/2014 a 13/11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/07/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2039/2014**

PORTARIA nº 2039 de 22 de agosto de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ADRIANO LUIZ VICENTE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ADRIANO LUIZ VICENTE,, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO ESPECIALISTA VII - INFECTOLOGISTA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/07/2014 a 30/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/07/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2040/2014**

PORTARIA nº 2040 de 22 de agosto de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CHIRLLE SILVA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CHIRLLE SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/07/2014 a 31/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/07/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2041/2014**

PORTARIA nº 2041 de 22 de agosto de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SIMONE SOLANGE FRANCISCO FELTZ, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SIMONE SOLANGE FRANCISCO FELTZ, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICA DE ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/07/2014 a 29/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/07/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2042/2014**

PORTARIA nº 2042 de 22 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) CAROLINE NIETSCHKE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICA DE ENFERMAGEM DA FAMÍLIA na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CAROLINE NIETSCHKE de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICA DE ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/07/2014 a 30/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e



seus efeitos são retroativos a 01/07/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 2043/2014**

PORTARIA nº 2043 de 22 de agosto de 2014  
Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RICARDO KUPKA DA SILVA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RICARDO KUPKA DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, no período de 05/07/2014 a 04/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/07/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 2044/2014**

PORTARIA nº 2044 de 22 de agosto de 2014  
Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GABRIELA ROUSSENQ STOPPAZZOLI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GABRIELA ROUSSENQ STOPPAZZOLI, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, no período de 11/07/2014 a 10/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/07/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 2045/2014**

PORTARIA nº 2045 de 22 de agosto de 2014  
Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KAROLINE BORBA SOARES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KAROLINE BORBA SOARES, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, no período de 01/07/2014 a 30/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/07/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 2046/2014**

PORTARIA nº 2046 de 22 de agosto de 2014  
Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CHARLENE MARIA LINO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CHARLENE MARIA LINO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSORA II - EDUCAÇÃO INFANTIL do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação com jornada de 30hs, no período de 11/08/2014 a 23/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/08/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 2047/2014**

PORTARIA nº 2047 de 22 de agosto de 2014  
Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SYOMARA DALVA MACHADO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SYOMARA DALVA MACHADO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSORA II - EDUCAÇÃO INFANTIL do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação com jornada de 30hs, no período de 04/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/08/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2048/2014**

PORTARIA nº 2048 de 22 de agosto de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VIVIANA WEISS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VIVIANA WEISS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SAÚDE II do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde com jornada de 30hs, no período de 01/08/2014 a 31/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2049/2014**

PORTARIA nº 2049 de 22 de agosto de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KATIA PAULINA GONÇALVES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público,

de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KATIA PAULINA GONÇALVES, para desempenhar as funções do cargo não provido de RECEPCIONISTA do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde com jornada de 30hs, no período de 01/08/2014 a 31/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2050/2014**

PORTARIA nº 2050 de 22 de agosto de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA DA GLÓRIA SOUZA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIA DA GLÓRIA SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde com jornada de 40hs, no período de 02/08/2014 a 06/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2051/2014**

PORTARIA nº 2051 de 22 de agosto de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLEIDE INEZ CARVALHO DE FARIA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLEIDE INEZ CARVALHO DE FARIA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde com jornada de 40hs, no período de 02/08/2014 a 01/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 2052/2014**

PORTARIA nº 2052 de 22 de agosto de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELOISA HELENA LANGHINRICHES GARCIA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELOISA HELENA LANGHINRICHES GARCIA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde com jornada de 40hs, no período de 02/08/2014 a 01/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 2053/2014**

PORTARIA nº 2053 de 22 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) CARINA TORRES DE OLIVEIRA BELMIRO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I - ENSINO FUNDAMENTAL na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CARINA TORRES DE OLIVEIRA BELMIRO de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I - ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/07/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/07/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 2054/2014**

PORTARIA nº 2054 de 22 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) SANDRO CARDOSO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I - ENSINO FUNDAMENTAL na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SANDRO CARDOSO de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I - ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/08/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 2055/2014**

PORTARIA nº 2055 de 22 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARTA VIRGINIA BORGES CAPISTRANO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARTA VIRGINIA BORGES CAPISTRANO de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/08/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 2056/2014**

PORTARIA nº 2056 de 22 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) THIAGO JANSEN BELMIRO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I - ENSINO FUNDAMENTAL na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) THIAGO JANSEN BELMIRO de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I - ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de

07/07/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/07/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 2057/2014**

PORTARIA nº 2057 de 22 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ELIANE MORAES TEODORO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELIANE MORAES TEODORO de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/08/2014 a 30/11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/08/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 2058/2014**

PORTARIA nº 2058 de 22 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARIA APARECIDA MENDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA APARECIDA MENDES de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/08/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 2059/2014**

PORTARIA nº 2059 de 22 de agosto 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ROSELI OLIBONI POZZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EJA na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSELI OLIBONI POZZA de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II - EJA, com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/08/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 2060/2014**

PORTARIA nº 2060 de 22 de agosto de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSE DALVO BORBA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSE DALVO BORBA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação com jornada de 30hs, no período de 24/07/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/07/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA nº 2061/2014**

PORTARIA nº 2061 de 22 de agosto de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MAURA FILOMENA MARTINS DE CASTRO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.



**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MAURA FILOMENA MARTINS DE CASTRO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação com jornada de 30hs, no período de 01/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2062/2014**

PORTARIA nº 2062 de 22 de agosto de 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

ART. 1º - A Comissão Permanente encarregada do julgamento das licitações ficará também, incumbida de realizar os Pregões Oficiais do Município de Biguaçu, estabelecidas pela Lei Federal nº 10.520/02.

ART. 2º - Designar a servidora NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS para presidir a Comissão Permanente de Licitação - CPL.

ART. 3º - Designar o servidor GIOVANNI RAFAEL GASPARETTO para exercer a atividade de Pregoeiro da CPL, conforme art. 111 caput da Lei Complementar nº 47/2011.

ART. 4º - Designar os servidores RODRIGO STEFFENS, ZILSA ROSENY CORRÊA, OIZES VIEIRA MENDES, MARISTELA LIRA, LUIZ GONZAGA FERREIRA JÚNIOR para comporem a CPL e a Equipe de Pregão.

ART. 5º - Fica instituída uma Gratificação mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), nos termos do art. 114 caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. Ao servidor designado para participar como membro titular da CPL que injustificadamente faltar às reuniões deverá ser observada a aplicação do art. 118 caput da Lei Complementar nº 47/2011.

ART. 6º - Fica revogada a Portaria nº 1978/2014, bem como, todas as disposições em contrário.

ART. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/08/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA nº 2063/2014**

PORTARIA nº 2063 de 22 de agosto de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Katia Elaine Conceição, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de serviços Gerais V - Servente Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Katia Elaine

Conceição detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de serviços Gerais V - Servente com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/07/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2064/2014**

PORTARIA nº 2064 de 22 de agosto de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Rafael Domingos da Silva, ocupante do cargo temporário de Motorista, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Rafael Domingos da Silva detentor do cargo de provimento temporário de Motorista com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/08/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2065/2014**

PORTARIA nº 2065 de 22 de agosto de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Graciara Terezinha Rosa Luz, ocupante do cargo temporário de Professor II - Ensino Fundamental, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Graciara Terezinha Rosa Luz detentor do cargo de provimento temporário de Professor II - Ensino Fundamental, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/07/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2066/2014**

PORTARIA nº 2066/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), OTONY COUTINHO DO CARMO, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7239/2014 em anexo no período de 18/08/2014 a 22/08/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2067/2014**

PORTARIA nº 2067/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SILVANA LUCI ESPINDOLA MANOEL, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7256/2014 em anexo no período de 14/08/2014 a 22/08/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2068/2014**

PORTARIA nº 2068/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VERA LUCIA PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do Cargo efetivo de RECEPCIONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7267/2014 em anexo no período de 20/08/2014 a 08/09/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2069/2014**

PORTARIA nº 2069/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), RAQUEL CORREA FRANÇA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSORA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7253/2014 em anexo no período de 18/08/2014 a 20/08/2014.

Biguaçu, 22 de agosto de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2070/2014**

PORTARIA nº 2070/2014

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

A Portaria nº. 1.900, de 31 de julho de 2014, devidamente publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC nº. 1545, de 08 de agosto de 2014, fez menção ao nome equivocado de sua presidente, fazendo-se necessária a sua correção. Nesse sentido, considera-se:

Onde se lê na Portaria nº. 1900/2014

(...)

Art. 1º Designar a Comissão Especial de Licitação - Comissão de Seleção para acompanhamento da sessão pública de licitação referente a concessão administrativa onerosa de uso de bens móveis e imóveis, com a finalidade de implantação de uma unidade hospitalar no Município de Biguaçu, por meio de contrato administrativo celebrado a partir da melhor proposta técnica, observando o disposto no Edital correlato e seus Anexos, a ser composta pelos seguintes membros:

I - Iraci Anita da Costa, ocupante do cargo efetivo de Médico Plantonista - Presidente da Comissão;

II - Giordana Biancon Gandolfi Ouriques, ocupante do cargo efetivo de Escriurário - Membro da equipe de apoio;

III - Viviane Cristina Fontanella, ocupante do cargo efetivo de Escriurário - Membro da equipe de apoio.

(...)

LEIA-SE na Portaria nº. 1900/2014

(...)

Art. 1º Designar a Comissão Especial de Licitação - Comissão de Seleção para acompanhamento da sessão pública de licitação referente a concessão administrativa onerosa de uso de bens móveis e imóveis, com a finalidade de implantação de uma unidade hospitalar no Município de Biguaçu, por meio de contrato administrativo celebrado a partir da melhor proposta técnica, observando o disposto no Edital correlato e seus Anexos, a ser composta pelos seguintes membros:

I - Iraci Anita Rocha, ocupante do cargo efetivo de Médico Plantonista - Presidente da Comissão;

II - Giordana Biancon Gandolfi Ouriques, ocupante do cargo efetivo de Escriurário - Membro da equipe de apoio;

III - Viviane Cristina Fontanella, ocupante do cargo efetivo de Escriurário - Membro da equipe de apoio.

(...)

As demais informações constantes na Portaria nº. 1900/2014 permanecem inalteradas.

Biguaçu, 28 de agosto de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

### **PORTARIA nº 2071/2014**

PORTARIA nº 2071 de 01 de setembro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) VALMIR PEDROSO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VALMIR PEDROSO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/08/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/08/2014.

Biguaçu, 01 de setembro de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

### **Mês 08/B**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 312/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada...: CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI - EPP  
Valor ..... : 36.920,00 (trinta e seis mil novecentos e vinte reais)  
Vigência ..... : Início: 30/07/2014 Término: 30/07/2015  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 173/2014  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAR O ACOLHIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA DE PESSOA PORTADORA DE NECESSID

Aditivo Nº ..... : 324-2/2013 - Contrato Nº: 324/2013  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada...: SC ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA ME  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 30/07/2014 Término: 30/07/2015  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 77/2013  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS PARA URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS, VILA MARTINHA, BIGUAÇU

Aditivo Nº ..... : 33-1/2014 - Contrato Nº: 33/2014  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada...: SULCATARINENSE- MIN. ART.CIM. BRIT. CON. LTDA  
Valor ..... : 33.000,00 (trinta e três mil reais)  
Vigência ..... : Início: 30/07/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 170/2013  
Recursos ..... : Dotação: 1.045.4.4.90.00.00.00.00 (333)  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE RUAS E ESTRADAS VICINAIS E PAVIMENTAÇÃO (C

Contrato Nº.: 323/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada...: ELECTROLUX DA AMAZONIA LTDA  
Valor ..... : 656,96 (seiscentos e cinquenta e seis reais e noventa e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : Outras Modalidades Nº.: 185/2014  
Objeto ..... : ADESÃO DE PREGÕES DISPONIBILIZADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATAS E REGISTRO DE PREÇOS - SIGARP, TERMO DE COMPROMISSO PA

Contrato Nº.: 325/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada...: WTEC MOVEIS E EQUIPAMENTOS TECNICOS LTDA  
Valor ..... : 1.695,00 (um mil seiscentos e noventa e cinco reais)  
Vigência ..... : Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : Outras Modalidades Nº.: 185/2014  
Objeto ..... : ADESÃO DE PREGÕES DISPONIBILIZADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATAS E REGISTRO DE PREÇOS - SIGARP, TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº

Contrato Nº.: 327/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada...: EDULAB - COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA  
Valor ..... : 4.614,78 (quatro mil seiscentos e quatorze reais e setenta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : Outras Modalidades Nº.: 183/2014  
Objeto ..... : ADESÃO DE PREGÕES DISPONIBILIZADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATAS E REGISTRO DE PREÇOS - SIGA

Contrato Nº.: 329/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada...: TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA  
Valor ..... : 8.360,00 (oito mil trezentos e sessenta reais)  
Vigência ..... : Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : Outras Modalidades Nº.: 182/2014  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : ADESÃO DE PREGÕES DISPONIBILIZADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATAS E REGISTRO DE PREÇOS - SIGARP, TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 201401296.

Contrato Nº.: 331/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada...: GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMES  
Valor ..... : 3.660,00 (três mil seiscentos e sessenta reais)  
Vigência ..... : Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : Outras Modalidades Nº.: 181/2014  
Objeto ..... : ADESÃO DE PREGÕES DISPONIBILIZADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATAS E REGISTRO DE PREÇOS - SIGARP, TERMO DE COMPROMISSO PA

Aditivo Nº ..... : 41-1/2014 - Contrato Nº: 41/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada...: TAF DISTRIBUIDORA LTDA  
Valor ..... : 23.072,91 (vinte e três mil e setenta e dois reais e noventa e um centavos)  
Vigência ..... : Início: 28/08/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 173/2013  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS, PARA O PERÍODO DE FE

Contrato Nº.: 322/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada.: DIGI - TRON - INSTRUMENTOS DE PESAGEM LTDA  
 Valor ..... : 1.436,60 (um mil quatrocentos e trinta e seis reais e sessenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Outras Modalidades Nº.: 185/2014  
 Objeto ..... : ADESÃO DE PREGÕES DISPONIBILIZADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATAS E REGISTRO DE PREÇOS - SIGARP, TERMO

Contrato Nº.: 324/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada.: SOLUÇÃO INOX  
 Valor ..... : 1.933,20 (um mil novecentos e trinta e três reais e vinte centavos)  
 Vigência ..... : Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Outras Modalidades Nº.: 185/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : ADESÃO DE PREGÕES DISPONIBILIZADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATAS E REGISTRO DE PREÇOS - SIGARP, TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 201401296.

Contrato Nº.: 326/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada.: INDUSTRIA DE MOVEIS CEQUIPEL PARANÁ LTDA  
 Valor ..... : 3.504,00 (três mil quinhentos e quatro reais)  
 Vigência ..... : Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Outras Modalidades Nº.: 184/2014  
 Objeto ..... : ADESÃO DE PREGÕES DISPONIBILIZADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATAS E REGISTRO DE PREÇOS - SIGARP, TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 2014012

Contrato Nº.: 328/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada.: MILANFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAM  
 Valor ..... : 9.762,00 (nove mil setecentos e sessenta e dois reais)  
 Vigência ..... : Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Outras Modalidades Nº.: 182/2014  
 Objeto ..... : ADESÃO DE PREGÕES DISPONIBILIZADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATAS E REGISTRO DE PREÇOS - SIGARP, TERMO DE COMPROM

Contrato Nº.: 330/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada.: ELECTROLUX DA AMAZONIA LTDA  
 Valor ..... : 2.319,98 (dois mil trezentos e dezenove reais e noventa e oito centavos)  
 Vigência ..... : Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Outras Modalidades Nº.: 181/2014  
 Objeto ..... : ADESÃO DE PREGÕES DISPONIBILIZADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATAS E REGISTRO DE PREÇOS - SIGARP, TERMO DE COMPROMISSO

Contrato Nº.: 313/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada.: MENDES COMERCIO E DECORACOES LTDA  
 Valor ..... : 7.000,00 (sete mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 14/08/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 158/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS PARA O RECANTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - RECRIA.

Aditivo Nº ..... : 420-5/2012 - Contrato Nº: 420/2012  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada.: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME

Valor ..... : 126.042,50 (cento e vinte e seis mil e quarenta e dois reais e cinquenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 14/08/2014 Término: 30/12/2014  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 134/2012  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato Nº.: 314/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada.: MGK COMÉRCIO SERVIÇOS E PUBLICAÇÃO LTDA  
 Valor ..... : 7.880,41 (sete mil oitocentos e oitenta reais e quarenta e um centavos)  
 Vigência ..... : Início: 14/08/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 176/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA INST

Contrato Nº.: 316/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada.: VALDELI CECILIO DOS SANTOS ME  
 Valor ..... : 8.085,00 (oito mil e oitenta e cinco reais)  
 Vigência ..... : Início: 22/08/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 167/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE TORAS DE EUCALIPTO PARA CONTENÇÃO DA EROSAO PROVOCADA PELO AVANÇO DAS ÁGUAS NA FOZ DO RIO BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 318/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada.: DUSOM SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA ME  
 Valor ..... : 18.500,00 (dezoito mil quinhentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 26/08/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 179/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E PALCO, PARA AS COMEMORAÇÕES DA SEMANA DA PÁTRIA, COMPREENDIDO ENTRE O DIA 1º E 7º DE SETEMBRO DE 2014.

Contrato Nº.: 320/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada.: VALDELI CECILIO DOS SANTOS ME  
 Valor ..... : 5.070,00 (cinco mil e setenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 28/08/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 180/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO PARA O RECANTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ( RECRIA).

Aditivo Nº ..... : 37-1/2014 - Contrato Nº: 37/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada.: BRUTHAN COMERCIAL LTDA  
 Valor ..... : 25.697,49 (vinte e cinco mil seiscentos e noventa e sete reais e quarenta e nove centavos)  
 Vigência ..... : Início: 28/08/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 173/2013  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS, PARA

Aditivo Nº ..... : 39-1/2014 - Contrato Nº: 39/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada.: LUIZ FERNANDO SEBOLD - ME  
 Valor ..... : 16.500,51 (dezesesseis mil quinhentos reais e cinquenta e um centavos)  
 Vigência ..... : Início: 28/08/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 173/2013  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS, PARA O PERÍODO DE FEVERE



Aditivo Nº ..... : 11-2/2014 - Contrato Nº: 11/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA  
 Valor ..... : 0,00 (zero)  
 Vigência ..... : Início: 30/07/2014 Término: 30/10/2014  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 163/2013  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA REALIZAÇÃO DO ENTORNO DO EMPREENDIMENTO MINHA CASA MINHA

Aditivo Nº ..... : 443-2/2012 - Contrato Nº: 443/2012  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: AÇÃO SOCIAL SÃO JOÃO EVANGELISTA  
 Valor ..... : 116.954,73 (cento e dezesseis mil novecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e três centavos)  
 Vigência ..... : Início: 01/08/2014 Término: 01/08/2015  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 163/2012  
 Objeto ..... : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR AS DEPENDÊNCIAS

Contrato Nº.: 315/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: ISAMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA. ME  
 Valor ..... : 3.795,40 (três mil setecentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 14/08/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 171/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA USO DAS GUARNIÇÕES OPERACIONAIS DO CORPO DE BOMBEIROS DE BIGUAÇU

Contrato Nº.: 317/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEICULOS AUTOMOTORE  
 Valor ..... : 39.990,00 (trinta e nove mil novecentos e noventa reais)  
 Vigência ..... : Início: 26/08/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 175/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Contrato Nº.: 319/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: JMC JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
 Valor ..... : 2.170,49 (dois mil cento e setenta reais e quarenta e nove centavos)  
 Vigência ..... : Início: 28/08/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 180/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO PARA O RECANTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ( RECREIO)

Aditivo Nº ..... : 38-1/2014 - Contrato Nº: 38/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: GIZELE REGINA DA SILVA  
 Valor ..... : 22.460,11 (vinte e dois mil quatrocentos e sessenta reais e onze centavos)  
 Vigência ..... : Início: 28/08/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 173/2013  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS, PARA O PERÍODO DE FEV

Aditivo Nº ..... : 40-1/2014 - Contrato Nº: 40/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: ROBLO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA  
 Valor ..... : 40.983,97 (quarenta mil novecentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos)  
 Vigência ..... : Início: 28/08/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 173/2013  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS, P

Contrato Nº.: 321/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: BRASFILTR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA  
 Valor ..... : 2.205,00 (dois mil duzentos e cinco reais)  
 Vigência ..... : Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Outras Modalidades Nº.: 185/2014  
 Objeto ..... : ADESÃO DE PREGÕES DISPONIBILIZADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATAS E REGISTRO DE PREÇOS - SIGARP, TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 201401296.

#### FAMABI

Aditivo Nº ..... : 440-2/2012- Contrato Nº: 440/2012  
 Locatária...: Fundação Municipal do Meio Ambiente, pessoa jurídica  
 Direito Público Interno  
 Locador...: AÇÃO SOCIAL SÃO JOÃO EVANGELISTA  
 Valor ..... : R\$20.401,44 (vinte mil quatrocentos e um reais e quarenta e quatro centavos.).  
 Vigência ..... : Início: 08/08/2014 Término: 08/08/2014  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação Nº.: 08/2012-FAMABI  
 Objeto ..... : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A INSTALAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, LOCALIZADO NA RUA LUCIO BORN, Nº12, EDIFÍCIO SÃO JOÃO EVANGELISTA, CENTRO - BIGUAÇU/SC. SENDO 02 ÁREAS COM ÁREA TOTAL DE 107,44M².

#### TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Termo 03 de Rescisão contratual 2014

Contrato: 225/2013

Processo: 78/2013

Contratada: CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - CIASC.

Objeto : CONTRATAÇÃO DO CIASC - CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - PARA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SIACI - SISTEMA INSTANTÂNEO DE APOIO AO CONTROLE INTERNO.

Cláusula Primeira: Conforme incisos II, III e XII do art.78 da lei 8666/93 a Prefeitura de Biguaçu através de seu Secretário de Administração João Luiz Luz Orientado pela Controladora Interna do Município Danúbya Lara da Costa Leiroza. Decide Residir Unilateralmente o Contrato 225/2013 do processo DL78/2013 que tem como Objeto contratação do CIASC - Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina - para implantação e manutenção do SIACI - sistema instantâneo de apoio ao controle interno.

Cláusula Segunda - A presente Rescisão é válida a partir da data de 30 de Agosto de 2014.

#### TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Termo 01 de Rescisão Contratual 2014-FAMABI

Contrato: 277/2014

Processo: 02/2014-FAMABI

Clausula Primeira: Conforme Cláusula Décima Quinta do Contrato nº277/2014 do processo 02/2014-Famabi, os signatários deste instrumento, devidamente qualificados, têm entre si justa e acertada a presente Rescisão Bilateral do Contrato nº 277/2014-Famabi, celebrado em 15/06/2013 cujo objetivo uma Locação de imóvel para ampliar as instalações da FAMABI sendo o terreno localizado na Rua Barão do Rio Branco, nº194, Centro, Biguaçu, com uma área de alvenaria de 140,70m² e com a área do terreno em 750,00m² que seria destinado para uso da Fundação Municipal

de Meio Ambiente de Biguaçu.

Contrato Nº.: 289/2014

Contratante.: Fundação Municipal do Meio Ambiente, pessoa jurídica Direito Público Interno

Contratada...: FLORENTINA MARIA VARGAS EPP

Valor ..... : 7.965,00 (Sete mil e novecentos e sessenta e cinco reais).

Vigência ..... : Início: 14/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : Nº.: 34/2014-FAMABI

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK PARA OS EVENTOS DA FAMABI DURANTE O ANO DE 2014.

BIGUAÇU, 05 DE SETEMBRO DE 2014

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

### Decreto Nº 126/2014

DECRETO Nº 126/2014 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

RECEBE DOAÇÃO DE ÁREA, LOCALIZADA NO BAIRRO CENTRO, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE ALISON BELTRAME OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu em Exercício, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o interesse público.

#### DECRETA:

Art. 1º O Município de Biguaçu recebe doação de parte do imóvel de propriedade de Alison Beltrame ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 23.508, livro n-2, fls. 01, do Registro de Imóveis - Comarca de Biguaçu, e certidões atualizadas, plantas topográficas e memoriais em anexo, objetivando o interesse social, da área que atinge a Rua Servidão Rotílio Pereira, descritas abaixo:

I - SITUAÇÃO ATUAL: Um terreno situado nesta Cidade e Comarca de Biguaçu - SC, na rua Cel. Teixeira de Oliveira, com a área de 587,65m², com as seguintes medidas e confrontações: frente, ao Oeste, medindo 21,00 metros, com a rua Cel. Teixeira de Oliveira; fundos, ao Leste, medindo 20,20 metros, com terras de Fernando Ernesto Vieira; lateral Norte, medindo 28,80 metros, com terras de Esmeraldino Prazeres; e, ao Sul, medindo 30,00 metros, com a Servidão.

ÁREA ATINGIDA PELA SERVIDÃO ROTÍLIO PEREIRA: Um terreno situado nesta Cidade e Comarca de Biguaçu - SC, com área de 117,38m² (cento e dezessete metros e trinta e oito centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: frente ao oeste partindo do vértice 01 de coordenadas E:731680,21m e N:6956194,96m segue com 4,20metros de extensão até o vértice 02 e extrema com o lado impar da Cel. Teixeira de Oliveira; lateral direita ao norte partindo do vértice 02 de coordenadas E:731679,67m e N:6956199,12m segue com 31,73 metros de extensão até o vértice 05 e extrema com a Área Remanescente; fundos a leste partindo do vértice 05 de coordenadas E:731706,11m e N:6956216,66m segue com 3,46metros de extensão até o vértice 06 e extrema com a Servidão Rotílio Pereira; lateral esquerda ao sul, partindo do vértice 06 de coordenadas E:731707,88m e N:6956213,69m segue com 33,42metros de extensão até o vértice 01 e extrema com Srv. Rotílio Pereira.

ÁREA REMANESCENTE: Um terreno situado nesta Cidade e Comarca de Biguaçu - SC, com área de 470,27m² (quatrocentos e setenta metros e vinte e sete centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: frente ao oeste partindo do vértice 02 de coordenadas E:731679,67m e N: 6956199,12m segue com 19,29metros de extensão até o vértice 03 e extrema com o lado

impar da Cel. Teixeira de Oliveira; lateral direita ao norte partindo do vértice 03 de coordenadas E:731677,21m e N:6956218,25m segue com 24,01 metros de extensão até o vértice 04 e extrema com terras de Esmeraldino Prazeres; fundos a leste partindo do vértice 04 de coordenadas E:731697,77m e N:6956230,67m segue com 16,31metros de extensão até o vértice 05 e extrema com terras de Fernando Ernesto Vieira; lateral esquerda ao sul, partindo do vértice 05 de coordenadas E:731706,11m e N:6956216,66m segue com 31,73metros de extensão até o vértice 02 e extrema com a Área à Desapropiar.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a receber a doação da área a que se refere o artigo anterior, conforme autoriza o artigo 13, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, sendo que a seguinte área se faz necessária para regularizar a Servidão Rotílio Pereira, nominada pelo Decreto Legislativo nº 11/1981.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município, observado que não haverá custo na aquisição do presente imóvel, por tratar-se de doação.

Art. 4º Caberá ao setor de Patrimônio desta municipalidade, acrescentar este imóvel ao Cadastro Patrimonial do Município de Biguaçu.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

### Decreto Nº 125/2014

DECRETO Nº 125/2014 DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu em Exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3417/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3457/2013 - Lei Orçamentária para 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2014, Lei Municipal nº 3457/2013:

#### 02. GABINETE DO PREFEITO

0204.04.131.0001.2006	Manutenção Gerência de Comunicação	38.970,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	38.970,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	30.000,00
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	8.970,00

**03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

0301.04.122.0002.2011	Manutenção Secretaria Administração	11.390,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	11.390,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	11.390,00

**07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

0701.12.361.0003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	12.875,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais	12.875,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.01.000000	Investimentos	12.875,00

**18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

1801.10.301.0004.2036	Ações c/ Agentes Comunitários de Saúde	24.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	24.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	24.000,00

1801.10.301.0004.2040	Centro Especial. Odontológicos MAC/CEO	5.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	5.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	5.000,00

1801.10.305.0004.2046	Ações Vig. Epidemiológica Ambiental Saúde	7.650,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.2.28.000120	Outras Despesas Correntes	7.650,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.2.28.000120	Investimentos	7.650,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**Decreto Nº 127/2014**

DECRETO Nº 127/2014 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014. Ramon Wollinger, Prefeito Municipal em Exercício de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3417/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 1.643,40 (Um mil seiscentos e quarenta e três reais e quarenta centavos) por conta do excesso de arrecadação na seguinte fonte de recurso: 0.1.38.000200 -Recurso do FEAS destinado a Benefícios Eventuais. A dotação está

abaixo relacionada:

**11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1101.08.244.0006.2063	Benefícios Eventuais	1.643,40
3.3.90.00/0.1.38.000200	Outras Despesas Correntes	1.643,40

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 04 de setembro de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**PORTARIA nº 2108/2014**

PORTARIA nº 2108/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VALDIR CHAVES, ocupante do Cargo temporário de PEDREIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7758/2014 em anexo no período de 02/09/2014 a 01/10/2014.

Biguaçu, 05 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2106/2014**

PORTARIA nº 2106/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SEBASTIAO PAULO BAHIA, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7674/2014 em anexo no período de 04/08/2014 a 01/10/2014.

Biguaçu, 05 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2107/2014**

PORTARIA nº 2107/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARÇAL FRANCELINO RODRIGUES, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7793/2014 em anexo no período de 29/08/2014 a 07/09/2014.

Biguaçu, 05 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2105/2014**

PORTARIA nº 2105/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ZILDA REGINA DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7678/2014 em anexo no período de 29/08/2014 a 27/10/2014.

Biguaçu, 05 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2104/2014**

PORTARIA nº 2104/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JACQUELINE SANTANA DE MELO, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7669/2014 em anexo no período de 28/08/2014 a 25/11/2014.

Biguaçu, 05 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2103/2014**

PORTARIA nº 2103/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA CLAUDIA FERREIRA MARTINS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7795/2014 em anexo no período de 02/09/2014 a 05/09/2014.

Biguaçu, 05 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2102/2014**

PORTARIA nº 2102/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VANIA REGINA COMICHOLI MARTINS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7777/2014 em anexo no período de 03/09/2014 a 04/09/2014.

Biguaçu, 05 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2101/2014**

PORTARIA nº 2101/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 1990, de acordo com a Lei N º 53 de 04 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, LAURIANA CAMPOS DE BEM, ocupante do cargo de provimento temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 29/08/2014 a 26/12/2014.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 27/12/2014 a 25/01/2015.

Biguaçu, 05 de setembro de 2014  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2077/2014**

PORTARIA nº 2077/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSELI MIRANDA CORREA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7328/2014 em anexo no período de 21/08/2014 a 04/09/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração



**PORTARIA nº 2074/2014**

PORTARIA nº 2074/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 1990, de acordo com a Lei N º 53 de 04 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, TAIZE GASPERI, ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II (20 HORAS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 01/09/2014 a 29/12/2014.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 30/12/2014 a 28/01/2015.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2100/2014**

PORTARIA nº 2100/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GINO CESAR SARAIVA, ocupante do Cargo efetivo de CIRURGIÃO DENTISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7625/2014 em anexo no período de 25/08/2014 a 29/08/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2099/2014**

PORTARIA nº 2099/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUIS HENRIQUE COUTO DA ROSA, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7486/2014 em anexo no período de 21/08/2014 a 27/08/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2098/2014**

PORTARIA nº 2098/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUCIANE CRISTINA RENSI KERI, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7397/2014 em anexo no período de 19/08/2014 a 02/09/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2097/2014**

PORTARIA nº 2097/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARCELITE DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7563/2014 em anexo no período de 28/08/2014 a 03/09/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2096/2014**

PORTARIA nº 2096/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), TUANA RODRIGUES DA COSTA GRANDO, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7367/2014 em anexo no período de 11/08/2014 a 25/08/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2095/2014**

PORTARIA nº 2095/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

## RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VALDIR CHAVES, ocupante do Cargo temporário de PEDREIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7350/2014 em anexo no período de 22/08/2014 a 26/08/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2094/2014**

PORTARIA nº 2094/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

## RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VALDIR CHAVES, ocupante do Cargo temporário de PEDREIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7673/2014 em anexo no período de 29/08/2014 a 03/09/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2093/2014**

PORTARIA nº 2093/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

## RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JOSE ANTONIO TEODOSIO, ocupante do Cargo efetivo de OPERÁRIO BRAÇAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7302/2014 em anexo no período de 16/08/2014 a 30/08/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2092/2014**

PORTARIA nº 2092/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

## RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IEDA LUZ DE MIRANDA, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7527/2014 em anexo no período de 10/08/2014 a 10/11/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2091/2014**

PORTARIA nº 2091/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

## RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA CLAUDIA MULLER, ocupante do Cargo temporário de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7227/2014 em anexo no período de 18/08/2014 a 20/08/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2090/2014**

PORTARIA nº 2090/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

## RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DIONARA COSTA FARIAS, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7645/2014 em anexo no período de 27/08/2014 a 03/09/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2089/2014**

PORTARIA nº 2089/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

## RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), AURELIA KELLY DA PAIXAO DA SILVA CUNHA, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7378/2014 em anexo no período de 20/08/2014 a 26/08/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2088/2014**

PORTARIA nº 2088/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), REGIANE CABRAL DOS SANTOS, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7455/2014 em anexo no período de 26/08/2014 a 30/08/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2087/2014**

PORTARIA nº 2087/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GIOVANA CRISTINA DA SILVA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7389/2014 em anexo no período de 21/08/2014 a 27/08/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2086/2014**

PORTARIA nº 2086/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROGERIO SILVA, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7593/2014 em anexo no período de 21/08/2014 a 19/10/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2085/2014**

PORTARIA nº 2085/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), KATIA HOFFMANN, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7583/2014 em anexo no período de 27/08/2014 a 02/09/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2084/2014**

PORTARIA nº 2084/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), AIME AUREA DE FATIMA BORGES ALMEIDA ZEQUINAO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE BIBLIOTECA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7303/2014 em anexo no período de 20/08/2014 a 22/08/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2083/2014**

PORTARIA nº 2083/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LEORENI ANTONIA VIEIRA CARNEIRO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7546/2014 em anexo no período de 27/08/2014 a 29/08/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2082/2014**

PORTARIA nº 2082/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), EMANUELLE BESCKOW

FIGUEIREDO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7372/2014 em anexo no período de 21/08/2014 a 23/08/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2081/2014**

PORTARIA nº 2081/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IZABEL CRISTINA DE AZEVEDO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7700/2014 em anexo no período de 28/08/2014 a 01/09/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2080/2014**

PORTARIA nº 2080/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IZABEL CRISTINA DE AZEVEDO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7428/2014 em anexo no período de 21/08/2014 a 21/08/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2079/2014**

PORTARIA nº 2079/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIZA RUTH VICENTE CARDOSO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7589/2014 em anexo no período de 27/08/2014 a 07/09/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2078/2014**

PORTARIA nº 2078/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), KARLA BEATRIZ KONS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7393/2014 em anexo no período de 22/08/2014 a 29/11/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2076/2014**

PORTARIA nº 2076/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DEISE MARIA COELHO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7345/2014 em anexo no período de 22/08/2014 a 31/08/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA nº 2075/2014**

PORTARIA nº 2075/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IVO DELAGNELO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7414/2014 em anexo no período de 25/08/2014 a 03/09/2014.

Biguaçu, 03 de setembro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração



**78ª Convocação Para O Processo Seletivo - Sesau - Edital 001/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DA SAÚDE

Rua: Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras - Biguaçu / CEP: 88.160-000  
FONE/FAX: (48) 3039 8500

78ª Convocação para o Processo Seletivo - SESAU - edital 001/2012  
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo SESAU edital 001/2012, abaixo relacionados para comparecerem na Secretaria Municipal da Saúde de Biguaçu, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras, Biguaçu/SC (ao lado da Policlínica Municipal), até o dia 11/09/2014, munidos de Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ CONSIDERADO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.

Somente após a entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, os candidatos assinarão contrato e iniciarão suas atividades.

Biguaçu, 8 de setembro de 2014.  
Leandro Adriano de Barros  
Secretário da Saúde

Cargo - Lotação 1047 - Farmacêutico  
06 - Thaís Marina Somensi

Cargo - Lotação 1050 - Fisioterapeuta  
10 - Isabela Sachetti da Silva

Cargo - Lotação 1140 - Médico Especialista VIII - Neurologista  
04 - Pedro Henrique de Campos Albino

Cargo - Lotação 2018 - Agente de Endemias  
17 - Maria de Fatima Souza de Lima  
18 - Daiana Costa de Souza

Cargo - Lotação 3126 - Agente Comunitário de Saúde - Saveiro  
02 - Leda Maria da Silva

**Braço do Trombudo****PREFEITURA****Decreto 096/2014**

DECRETO Nº 096/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.  
Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e quatorze, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme segue:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
05 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

2.037 - Manutenção das Atividades da APAE  
(127) - 3.3.50.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos ... R\$ 20.000,00

Art. 2º Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), como segue:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
05 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

2.037 - Manutenção das Atividades da APAE  
(128) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo (SC), 05 de setembro de 2014.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

**Decreto 097/2014**

DECRETO 097/2014.

Altera tráfego de veículos, nos dias 26, 27 e 28 de setembro de 2014, por conta da 2ª Festa da Integração.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, etc...

Considerando a realização da Segunda Festa da Integração, evento de grande porte;

Considerando a necessária adoção de medidas de segurança;

Considerando o interesse público no que tange a tranquilidade, segurança, integridade de todos que desta participarem;

Considerando o direito do cidadão ao acesso do evento desta natureza.

RESOLVE:

Art.1º Fica alterado o tráfego de veículos, nos dias 26, 27 e 28 de setembro de 2014, por conta da realização da 2ª Festa da Integração, com a seguinte alteração:

Partindo da Rua Tiradentes esquina com a Rua Almirante

Tamandaré até encontrar a Rua Clara Stuve terá sentido único Centro para localidade de Braço Novo, a partir do dia 26 de setembro às 15h00min até dia 28 de setembro às 00h00min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 05 de setembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

### **Tomada de Preços N.º 03/2014**

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO

TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2014.

Tipo "Menor Preço" (GLOBAL), para Contratação de empresa especializada de engenharia, para PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS EM PAVER DA RUA ALFREDO KUFFS, COM EXTENSÃO DE 217,96 METROS, MAIS RUA TRAVESSA "A", COM EXTENSÃO DE 59,02 METROS, JUNTAMENTE COM A RUA XV DE NOVEMBRO, COM EXTENSÃO 48,48 METROS FORMANDO UMA EXTENSÃO TOTAL DE 325,46 METROS, NO CENTRO DE BRAÇO DO TROMBUDO/SC, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos, em conformidade com os anexos do presente Edital e item 1.1 supramencionado. Objetivando a execução de ações relativas ao Programa do Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM, conforme Proposta no SIGEF nº 10666/2013, celebrado entre o Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda e o Município de Braço do Trombudo. Conforme o Edital de Licitação n.º 41/2014. LEGISLAÇÃO: Lei n.º 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Praça da Independência, nº 25, Braço do Trombudo/SC, às 08h30min de 10 de outubro de 2014. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (47) 3547-0179 no Departamento de Licitações ou pelo e-mail licitação@racodotrombudo.sc.gov.br.

Em 04.08.2014.

Charles Rafael SCHWAMBACH

Prefeito Municipal.

## **Brunópolis**

### **PREFEITURA**

#### **Lei Mun. Nº 808**

LEI Nº. 808, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

INSTITUI O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, OBJETIVANDO O DESENVOLVIMENTO E O INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR DO MUNICÍPIO, E AUTORIZA DOAÇÃO DE PRÊMIOS EM DINHEIRO AOS FINALISTAS DA COMPETIÇÃO.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, FAZ saber a todos os habitantes do Município de Brunópolis que os Vereadores votaram e aprovaram ELE sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Campeonato Municipal de Futebol de Campo do Município de Brunópolis, que será realizado neste Exercício de 2014, com jogos no Estádio Municipal Sadi Talamini desta Cidade e com a Coordenação Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, através do Departamento Municipal de Esportes.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado à doação de Premiação em dinheiro, a título de incentivo ao Esporte Municipal, aos 03 (três) primeiros colocados do Campeonato Municipal, apurado no final da competição de acordo com o Regulamento do Campeonato.

Parágrafo Primeiro: O valor da premiação de que trata este Art. será a seguinte:

I - Primeiro Lugar: R\$ 1.000,00 (Um mil reais);

II - Segundo Lugar: R\$ 700,00 (Setecentos reais);

III - Terceiro Lugar: R\$ 500,00 (Quinhentos reais);

Parágrafo Segundo: O pagamento será feito em cheque, diretamente ao representante das Equipes classificadas na ordem do Parágrafo Primeiro.

Art. 3º. O Campeonato Municipal de Futebol de Campo será regido por Regulamento próprio, devidamente aprovado e levado ao conhecimento de todos os participantes.

Art. 4º. As despesas decorrentes da Premiação e demais gastos oriundos da realização deste Campeonato, ocorrerão à conta das dotações orçamentárias vigentes.

Continuação lei 808/2014

Art. 5º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Brunópolis, SC, em 04 de setembro de 2014.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal

JOSÉ THIERES RIBEIRO

Secretário Administração Planejamento e Fazenda

Registrado e Publicado no DOM.

**Decreto Nº 74**

DECRETO Nº 74, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.  
DESIGNA SERVIDOR E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis;

**RESOLVE**

Art. 1º. Fica DESIGNADA a servidora ROSA MARIA BETIOLO, portadora do CPF 040.357.769-12, matrícula 380, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação como representante do Município de Brunópolis, junto a Secretaria de Direitos Humanos - SDH.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Brunópolis, 04 de setembro de 2014.

Ademil Antonio da Rosa  
Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro  
Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda  
Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios

**Brusque****PREFEITURA****Portaria Nº 122/2014 SAMAE**

PORTARIA nº 122/2014

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso de suas atribuições:

**RESOLVE**

1) Conceder Licença Falecimento de 03 (tres) dias ao servidor Flaviano Paza, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, devido ao falecimento de sua avó no dia 01 de Setembro de 2014, conforme Certidão de óbito, Nº 108928 01 55 2014 4 00038 265 0015709 77 em seu domicílio, à Rua: Poço Fundo, 1253, Bairro Poço Fundo, Brusque-SC.

2) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 01.09.2014, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 04 de setembro de 2014.

ROGERIO RISTOW  
Diretor Presidente  
SAMAE

**PORTARIA nº 123/2014 SAMAE**

PORTARIA nº 123/2014

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso de suas atribuições:

**RESOLVE**

1) Conceder Licença Falecimento de 03 (tres) dias ao servidor Marcelo Paza, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, devido ao falecimento de sua avó no dia 01 de Setembro de 2014, conforme Certidão de óbito, Nº 108928 01 55 2014 4 00038 265 0015709 77 em seu domicílio, à Rua: Poço Fundo, 1253, Bairro Poço Fundo, Brusque-SC.

2) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 01.09.2014, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 04 de setembro de 2014.

ROGERIO RISTOW  
Diretor Presidente  
SAMAE

**Extrato do Contrato 107/2014 SAMAE**

EXTRATO DO CONTRATO 107/2014

ESPÉCIE: telefonia móvel. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial PROCESSO LICITATÓRIO: 035/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2014. 80.001.17.512.301.2291.3390395800. 60000; VIGÊNCIA: 120 dias. DATA DA ASSINATURA: 05/09/2014; VALOR: R\$ 36.320,80. CONTRATADA: Claro S/A. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 05 de setembro de 2014.

PUBLIQUE-SE  
Rogério Ristow

**Portaria Nº 2003/2014**

PORTARIA Nº 2003/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença- Prêmio, para o servidor ELIANI ORTHMANN LIDIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria de Educação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 15/09/2014 a 13/12/2014, referente ao período aquisitivo de 01/02/2007 a 31/01/2012.

Paragrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de setembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva  
Secretário de Orçamento e Gestão

Daniel Felício  
Diretor de Recursos Humanos

**Portaria Nº 2004/2014**

PORTARIA Nº 2004/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença- Prêmio, para o servidor NEUSA SAPELI TEIXEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria de Educação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 15/09/2014 a 13/12/2014, referente ao período aquisitivo de 01/02/2005 a 31/01/2010.

Paragrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de setembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva  
Secretário de Orçamento e Gestão

Daniel Felício  
Diretor de Recursos Humanos

**Portaria Nº 2072/2014**

PORTARIA Nº 2072/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença- Prêmio, para o servidor EVANDRO ADEMIR FELIX, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria de Educação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 22/09/2014 a 20/12/2014, referente ao período aquisitivo de 01/02/2008 a 31/03/2013.

Paragrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 22 de setembro de 2014.

Arnaldo Francisco da Silva  
Secretário de Orçamento e Gestão

Daniel Felício  
Diretor de Recursos Humanos

**Resolução Administrativa Nº 3, de 25 de Agosto de 2014 Legislativo**

Resolução Administrativa Nº 3, de 25 de agosto de 2014.

Nomeia Membros para compor a Comissão Especial criada na forma do Requerimento nº 35/2014 - referente a estruturação e funcionamento do COMED.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Ficam nomeados os Vereadores Roberto Pedro Prudêncio Neto, Célio de Souza, Jean Daniel dos Santos Pirola, José Isaias Vechi e Moacir Giraldi, para comporem a Comissão Especial criada na forma do Requerimento nº 35/3014 - referente a estruturação e funcionamento do COMED.

Art. 2º Os Vereadores nomeados na forma do art. 1º reunir-se-ão em data de 26 de agosto de 2014, às 15:30 horas, no Plenário da Câmara Municipal, para eleição e posse do Presidente da Comissão, o qual nomeará o relator.

Art. 3º As despesas provenientes dos trabalhos da Comissão Especial correrão à conta de dotações do Poder Legislativo.

Art. 4º Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 25 de agosto de 2014.

Guilherme Marchewsky  
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Rogério Gamba  
Diretor Geral



# Caçador

## PREFEITURA

### Decreto Nº 6.104/2014

DECRETO nº 6.104, de 04 de setembro de 2014.  
Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 2.804,08 m² (dois mil, oitocentos e quatro metros e oito decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 29.513, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado nas Ruas Irmão Guido Gabriel e Presidente Kennedy, nesta cidade, de propriedade de Álvaro José Brusco e Cibele Roveda Amorim Brusco, ficando após o desmembramento constituído de sete lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - lote 1 com 350,00 m² (trezentos e cinquenta metros quadrados), confrontando: ao Norte, com a Rua Presidente Kennedy, medindo 4,06m; ao Nordeste, com a Rua Irmão Guido Gabriel, medindo 9,07m; ao Sudeste, com o lote 2, medindo 27,42m; ao Sudoeste, com o lote 3, medindo 14,06m; e, ao Noroeste, com a Rua Presidente Kennedy, medindo, 23,97m.

II - lote 2 com 401,80 m² (quatrocentos e um metros e oitenta decímetros quadrados), confrontando: ao Nordeste, em dois planos com a Rua Irmão Guido Gabriel, medindo 10,43m e 4,62m respectivamente; ao Sudeste, com a Rua Irmão Guido Gabriel, medindo 25,90m; ao Sudoeste, com o lote 3, medindo 16,26m; e, ao Noroeste, com o lote 1, medindo 27,42m.

III - lote 3 com 376,77m² (trezentos e setenta e seis metros e setenta e sete decímetros quadrados), confrontando: ao Nordeste, com os lotes 1 e 2, medindo 30,32m; ao Sudeste, com a Rua Irmão Guido Gabriel, medindo 12,34m; ao Sudoeste, com os lotes 4 e 5, medindo 32,48m; e, ao Noroeste, com a Rua Presidente Kennedy, medindo 12,02m. Este lote será doado à Prefeitura Municipal de Caçador para preservação dessa área para faixa sanitária devido à existência de tubulação pluvial no local, passando a ser non edificandi.

IV - lote 4 com 418,75m² (quatrocentos e dezoito metros e setenta e cinco decímetros quadrados), confrontando: ao Nordeste, com o lote 3, medindo 16,24m; ao Sudeste, com o lote 5, medindo 24,06m; ao Sudoeste, com o lote 6, medindo 18,46m; e, ao Noroeste, com a Rua Presidente Kennedy, medindo 24,47m.

V - lote 5 com 403,68m² (quatrocentos e três metros e sessenta e oito decímetros quadrados), confrontando: ao Nordeste, com o lote 3, medindo 16,24m; ao Sudeste, com a Rua Irmão Guido Gabriel, medindo 23,72m; ao Sudoeste, com o lote 7, medindo 18,39m; e, ao Noroeste, com o lote 4, medindo 24,06m.

VI - lote 6 com 419,00m² (quatrocentos e dezenove metros quadrados), confrontando: ao Nordeste, com o lote 4, medindo 18,46m; ao Sudeste, com o lote 7, medindo 21,98m; ao Sudoeste, com Darcy Alberto Coferri (matr. nº 29514), medindo 20,58m; e, ao Noroeste, com a Rua Presidente Kennedy, medindo 21,21m.

VII - lote 7 com 434,06m² (quatrocentos e trinta e quatro metros e seis decímetros quadrados), confrontando: ao Nordeste, com o lote 5, medindo 18,39m; ao Sudeste, com a Rua Irmão Guido Gabriel, medindo 21,32m; ao Sudoeste, em dois planos, no primeiro com Álvaro José Brusco e Cibele Roveda Amorim Brusco (matr. nº 29.515), medindo 18,29m e no segundo plano com Darcy Alberto Coferri (matr. nº 29514), medindo 4,47m; e, ao Noroeste, com o lote 6, medindo 21,98m.

Parágrafo Único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 04 de setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### Decreto Nº 6.105/2014

DECRETO nº 6.105, de 04 de setembro de 2014.

Substitui membro nomeado pelo Decreto nº 5.841/13, para compor a comissão para elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o membro CAROLINE ROCHA DE PAULA, designada para compor a comissão para elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, pela servidora ARLETE TORRESAN, a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 04 de setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### Aviso de Licitação PR 80-2014 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE FOTOCOPIADORAS EM REGIME DE COMODATO, DESTINADAS AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 15h30min do dia 18/09/2014.  
ABERTURA DOS ENVELOPES: 15h35min do dia 18/09/2014.  
Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 03 de setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,  
Prefeito Municipal

### **Errata - Licitação PR 77-2014 - Prefeitura**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR  
ERRATA

EDITAL: Pregão Presencial nº 77/2014 - Prefeitura  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SEMENTES, HERBICIDAS, INSETICIDAS E MATERIAIS DESTINADOS AO CULTIVO DE MUDAS NO HORTO MUNICIPAL, DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E FUNDEMA.

Onde o item 54 - Herbicida sistêmico não seletivo de pós-emergência a base de Glyphosate 480g/l -formulação: concentrado solúvel - embalagens de 1 litro - recomendado para uva, pêssego, pêra e milho, com quantidade de 26 itens, passa a ser: - Herbicida sistêmico não seletivo de pós-emergência a base de Glyphosate 480g/l -formulação : concentrado solúvel - embalagens de 20 litros - recomendado para uva, pêssego, pêra e milho, com quantidade de 30 itens.

A abertura passa a ser para o dia 23 de setembro de 2014 às 14:00 horas.

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do email: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), telefone: (049) 3666.2400 ou pelo site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br) das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador, 05 de setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito do Município de Caçador

### **Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 11/2014- Prefeitura**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2014

O Município de Caçador/SC, torna público a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 11/2014, Processo Licitatório nº 117-2014, AQUISIÇÃO DE INGRESSOS PARA PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS NO SEMINÁRIO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD 2014 NOS DIAS 09,10,11 E 12 DE SETEMBRO DE 2014, PROMOVIDO PELA UNIVERSIDADE DO RIO DO PEIXE, CNPJ - 82.798.828/0001-00 COM SEDE NESTE MUNICÍPIO, PELO VALOR TOTAL DE R\$ 19.999,50( DEZENOVE MIL NOVECIENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

Caçador, 04 de setembro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,  
Prefeito Municipal

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

Relação de Compras Efetuadas No Mes de Agosto 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Agosto/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/1

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ALCEU JOSE MATACHON	CONCERTO DIVERSOS	247	1,000	70,0000	70,00
ARTES GRAFICAS S.R. LTDA. - EPP	ENVELOPE MEDIO BRANCO 17,5X25 CM	239	300,000	0,5830	175,00
ARTES GRAFICAS S.R. LTDA. - EPP	PASTA BRANCA 45X32,5 CM	239	500,000	0,5020	251,00
EVELIZE MARIA BARZOTTO AGUIAR ME	TAMPA ALIMENTADOR IMPRESSORA	246	1,000	180,0000	180,00
EVELIZE MARIA BARZOTTO AGUIAR ME	TAMPA IMPRESSORA	246	1,000	130,0000	130,00
EVELIZE MARIA BARZOTTO AGUIAR ME	TONER COMPATIVEL	248	2,000	60,0000	120,00
EVELIZE MARIA BARZOTTO AGUIAR ME	TONER COMPATIVEL	248	4,000	50,0000	200,00
EVELIZE MARIA BARZOTTO AGUIAR ME	TONER COMPATIVEL	248	1,000	90,0000	90,00
HENRIQUE DA COSTA PEREIRA 28353603870	CURSO/TREINAMENTO	245	1,000	335,0000	335,00
IVONICE TERESINHA PIERDONA -ME MINA AGUA	ÁGUA MINERAL GARRAFÃO C/ 20 LT	240	3,000	12,0000	36,00
IVONICE TERESINHA PIERDONA -ME MINA AGUA	VASILHAME DE AGUA 20 LITROS	240	1,000	20,0000	20,00
SMI PRIME - CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS	contratação de pessoa jurídica especializada, com a finalidade da prestação de serviços de consultoria e assessoria em relação ao mercado financeiro, capacitada a realizar diagnóstico da carteira de investimentos, assessorar na elaboração e aplicação da política de investimento, realizar treinamento e capacitação dos gestores, conselheiros e membros do Comitê de Investimentos, nos assuntos relacionados ao mercado financeiro, automação no preenchimento da APR (documento exigido pelo Ministério da Previdência) disponibilizando o referido documento em ambiente WEB privativo ao Instituto, execução de atividades de controladoria, executar avaliação de risco dos ativos, análise da rentabilidade mensal das aplicações financeiras, elaborar cenários macroeconômicos, análise e parecer documentado de novos produtos financeiros, bem como, o assessoramento nas questões relacionadas ao enquadramento das aplicações em conformidades com as normas e princípios da Resolução do CMN 3.922/2010, na Portaria MPS 519 de 24 de agosto de 2011, alterada pela Portaria MPS 170 de 25 de abril de 2012 e pela Portaria MPS 440 de 09 de outubro de 2013 e suas alterações.		12,000	2,480,0000	29.760,00

Total Geral do Mês → 31.367,00

# Camboriú

## PREFEITURA

### PR 30/14 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/2014-FMS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 18 (Dezoito) de Setembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9554 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 05 de Setembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### TP 07/14 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 007/2014 - PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE ACRÉSCIMO E REFORMA DA SALA DE ARQUIVO MORTO A SER CONSTRUÍDA NO ANEXO DA PREFEITURA, JUNTO A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 23 (Vinte e Três) de Setembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 05 de Setembro de 2014

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### Lei N.º 2.705/2014

LEI N.º 2.705/2014

Institui a Política "Antibullying" na Rede Pública Municipal e Privada de Ensino no âmbito do Município de Camboriú.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída no âmbito do Município de Camboriú a "Política Antibullying", a ser desenvolvida pela rede pública municipal e privada de ensino, nos termos desta Lei.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se "bullying" qualquer prática de violência, física ou psicológica, intencional e repetitiva, entre pares, que ocorra sem motivação evidente, praticada por um indivíduo ou grupo de indivíduos, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidar, isolar, humilhar, ou ambos, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

§ 1º Constituem práticas de "bullying", sempre que repetidas:

I - submissão do outro, pela força, à condição humilhante;

II - destruição proposital de bens alheios;

III - insultos ou atribuição de apelidos vergonhosos ou humilhantes;

IV - comentários racistas, homofóbicos ou intolerantes quanto às diferenças econômico-sociais, físicas, culturais, políticas, morais, religiosas, entre outras;

V - exclusão ou isolamento proposital de pessoas, pela fofoca e disseminação de boatos ou de informações que deponham contra a honra e a boa imagem dessas;

VI - envio de mensagens, fotos ou vídeos por meio de computador, celular ou assemelhado, bem como sua postagem em "blogs", "sites", ou qualquer rede social digital, cujo conteúdo resulte em sofrimento psicológico a outrem.

§ 2º O descrito no inc. VI do § 1º deste artigo também é conhecido como "cyberbullying".

Art. 3º A política "antibullying" terá como objetivos:

I - reduzir a prática de violência dentro e fora das instituições de ensino e melhorar o desempenho escolar;

II - promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito às pessoas;

III - disseminar conhecimento sobre o fenômeno "bullying" nos meios de comunicação, nas instituições de que trata esta Lei e entre os responsáveis legais pelas crianças e adolescentes nestas matriculados;

IV - identificar concretamente, em cada instituição de que trata esta Lei, a incidência e a natureza das práticas de "bullying";

V - desenvolver planos locais para a prevenção e o combate às práticas de "bullying" nas instituições de que trata esta Lei, por meio de trabalho interdisciplinar;

VI - estimular o protagonismo de crianças, adolescentes e jovens no debate, na conscientização e na construção de estratégias para a diminuição e a superação das práticas de "bullying";

VII - capacitar os docentes e as equipes pedagógicas para o diagnóstico do "bullying" e para o desenvolvimento de abordagens específicas de caráter preventivo;

VIII - orientar as vítimas de "bullying" e seus familiares, de modo a garantir a recuperação da autoestima das vítimas e a minimização dos eventuais prejuízos em seu desenvolvimento escolar;

IX - orientar os agressores e seus familiares, a partir de levantamentos específicos, caso a caso, sobre os valores, as condições e as experiências prévias - dentro e fora das instituições de que trata esta Lei - correlacionadas à prática do "bullying", de modo a conscientizá-los a respeito das consequências de seus atos e a garantir o compromisso dos agressores com um convívio respeitoso



e solidário com seus pares;

X - evitar tanto quanto possível a punição dos agressores, privilegiando mecanismos alternativos como, por exemplo, os "círculos restaurativos", a fim de promover sua efetiva responsabilização e mudança de comportamento;

XI - envolver as famílias no processo de percepção, acompanhamento e formulação de soluções concretas;

XII - incluir no regimento a política "antibullying" adequada ao âmbito de cada instituição.

Art. 4º As redes de ensino a que se refere esta Lei poderão manter histórico próprio das ocorrências de "bullying" em suas dependências, devidamente atualizado.

Parágrafo único. As ocorrências registradas deverão ser descritas em relatórios detalhados, contendo as providências tomadas em cada caso e os resultados alcançados, que deverão ser enviados bimestralmente à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º Para fins de incentivo à política "antibullying", o Município de Camboriú poderá contar com o apoio da sociedade civil e especialistas no tema ou entidades, realizando o seguinte:

I - seminários, palestras e debates;

II - orientação aos pais, alunos e professores com cartilhas;

III - uso de evidências científicas disponíveis na literatura especializada e nas experiências exitosas desenvolvidas em outros países.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que lhe couber, no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 28 de agosto de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

## Campo Alegre

### PREFEITURA

#### Lei Nº 2.961 de 22 de Fevereiro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.961 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2005.

RETIFICA AS LEIS MUNICIPAIS Nºs 1.208 E 1.209,

E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam retificadas as Leis Municipais n.ºs 1.208 e 1.209, ainda em vigor para que, onde se lê Associação de Moradores de Campo Alegre, leia-se Associação de Moradores de Bateias de Baixo.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de fevereiro de 2005.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/02/2005

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe do Gabinete do Prefeito

#### Lei Nº 2.962 de 22 de Fevereiro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.962 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2005.

AUTORIZA A RECEBER OS SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS  
DE PROFISSIONAL DA ÁREA MÉDICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a receber os serviços voluntários do profissional Médico Oncologista - Sr. Dr. JOÃO BATISTA NEIVA, Portador da Carteira de Identidade nº 316.303, CPF/MF nº 104.397.579-91, à partir da promulgação desta Lei, até a data de 31 de dezembro de 2008.

Art.2º) A Prestação de Serviços autorizada pelo Artigo primeiro desta Lei, não possui ônus a quaisquer das partes em vista que a função será exercida gratuitamente.

Art.3º) O Profissional a que trata o Artigo 1º desta Lei não integra de qualquer forma o Quadro de Servidores desta Municipalidade.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de fevereiro de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/02/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.963 de 22 de Fevereiro de 2005**

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 2.963 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2005  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NO ANEXO I DA LEI MUNICIPAL Nº  
2.928 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2004.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber  
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica alterada a Planilha do Anexo I da Secretaria Municipal  
de Desenvolvimento Econômico da Lei Municipal nº 2.928 de 23  
de novembro de 2004, e que passa a fazer parte integrante desta  
Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de fevereiro de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/02/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
ANEXO I - PRIORIDADES E METAS PARA 2005 (LRF Art. 4º, Parágrafo 1º  
e 2º, II)

7.03 - PROGRAMA: APOIO E PARCERIAS COM SINDICATO RURAL, EPA-  
GRI, ACIACA, CDL e Consórcio Quiriri.

DIAGNOSTICO: A realidade demonstra a existência de trabalhos isolados  
entre as diversas entidades do Município que possui ainda empresas  
informais e não associadas a entidades de classe, há ainda a evasão  
dos consumidores a outros centros comerciais. O produtor comercializa  
produtos sem valor agregado (in natura), necessitando de organização  
para melhorar a sua renda.

DIRETRIZES: De acordo com a legislação vigente incentivar as empresas  
locais a participarem de processo licitatório e oferecer alternativas de  
agregação de renda aos produtos, certificando-os com o selo do Consórcio  
Quiriri, organização da classe produtora no Município e realização de  
convênios.

OBJETIVOS: Otimizar os resultados das atividades rurais desenvolvidas  
pelo Poder Público e pelas diversas entidades do Município, bem como  
estimular o associativismo, fortalecer o comércio local dando preferên-  
cia na aquisição de produtos e serviços no Município e implantação de  
agroindústrias familiares.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE
335041.00 - Contri- buições a Entidades sem fins Lucrativos	Convênio	Meses	12	37.600,00	Recursos Próprios
TOTAL				37.600,00	

### **Lei Nº 2.964 de 22 de Fevereiro de 2005**

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 2.964 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2005.

AUTORIZA FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO Nº  
09.17.11.0330.100.005/2003, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PRE-  
FEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE E A EMPRESA DE PES-  
QUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA  
S.A. - EPAGRI.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber  
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar o Termo de  
Convênio nº 09.17.11.0330.100.199/2005, que entre si Celebaram  
a Prefeitura Municipal de Campo Alegre e a Empresa de Pesquisa  
Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - EPAGRI,  
no valor total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), a serem pagos  
em 10 (dez) parcelas mensais iguais e sucessivas de R\$ 1.800,00  
(um mil e oitocentos reais).

Art.2º) O objeto do presente Termo de Convênio refere-se ao  
estabelecimento de ações básicas de cooperação técnica entre  
a EPAGRI e o Município de Campo Alegre, para a execução dos  
trabalhos de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Técnica e  
Extensão Rural, definidos no Plano Municipal de Desenvolvimento  
Rural - PMDR que passará a fazer parte integrante do referido  
instrumento e demais obrigações constantes das Cláusulas do res-  
pectivo Termo de Convênio.

Art.3º) O Termo de Convênio a que se refere o Artigo primeiro faz  
parte integrante desta Lei.

Art.4º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação do Orçamento Vigente.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de fevereiro de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/02/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 2.965 de 22 de Fevereiro de 2005

LEI Nº 2.965 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2005  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2004.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 86.267,09 (oitenta e seis mil duzentos e sessenta e sete reais e nove centavos), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1406.2.012 -	Manutenção do Transporte Escolar	
300000.00.127 -	Despesas Correntes	
330000.00.127 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.127 -	Aplicações Diretas	
339039.00.127 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 12.971,34
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
012.361.1408.2.015 -	Ações Voltadas ao Ensino Fundamental	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339039.00.102 -	Material de Consumo	R\$ 13.070,06
05.07 -	Serviço de Manutenção do Programa Brasil Alfabetizado	
012.366.1411.2.016 -	Manutenção do Programa Brasil Alfabetizado	
300000.00.125 -	Despesas Correntes	
330000.00.125 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.125 -	Aplicações Diretas	
339036.00.125 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 3.257,23
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	

020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico	
300000.00.080 -	Despesas Correntes	
330000.00.080 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.080 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00.080 -	Contribuições	R\$ 5.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.451.1801.1.005 -	Pavimentação de Vias Urbanas	
400000.00.080 -	Despesas de Capital	
440000.00.080 -	Investimentos	
449000.00.080 -	Aplicações Diretas	
449051.00.080 -	Obras e Instalações	R\$ 13.190,15
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos	
006.181.1413.2.032 -	Manutenção da Rádio Patrulha	
300000.00.116 -	Despesas Correntes	
330000.00.116 -	Outras Despesas Correntes	
39000.00.116 -	Aplicações Diretas	
339030.00.116 -	Material de Consumo	R\$ 15.977,95
339039.00.116 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
006.181.1413.2.033 -	Manutenção do Convênio Polícia Militar	
300000.00.115 -	Despesas Correntes	
330000.00.115 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.115 -	Aplicações Diretas	
339030.00.115 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00
339039.00.115 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.660,52
006.181.1413.2.034 -	Manutenção do Convênio Polícia Civil	
300000.00.114 -	Despesas Correntes	
330000.00.114 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.114 -	Aplicações Diretas	
339039.00.114 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 371,04
015.451.1801.2.031 -	Iluminação Pública	
300000.00.129 -	Despesas Correntes	
330000.00.129 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.129 -	Aplicações Diretas	
339039.00.129 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 14.768,80
TOTAL		R\$ 86.267,09

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício 2004.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de fevereiro de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/02/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.966 de 02 de Março de 2005**

LEI Nº 2.966 DE 02 DE MARÇO DE 2005

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMÓVEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, SITUADO NA ÁREA INDUSTRIAL E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o concedido o direito de uso do lote nº 6A do Distrito Industrial do Município de Campo Alegre, sito à Rodovia SC-301, medindo 3.000,00M<sup>2</sup> (três mil metros quadrados) pelo prazo de 10 (dez) anos consecutivos, contados a partir da presente data, à empresa COMÉRCIO E TRANSPORTE LEPECK LTDA, devendo na concessão observar os preceitos da Lei Municipal nº 2.230, e suas alterações.

Art.2º) Após o término do prazo constante do Artigo 1º, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante estudo que verifique o retorno econômico-financeiro, tributário e social para o Município de Campo Alegre, outorgar a doação do imóvel à empresa por justificado interesse público, ou, prorrogar a concessão de direito real de uso, conforme o caso.

Art.3º) As autorizações concedidas através dos Artigos 1º e 2º desta Lei estão condicionadas ao uso para atividades industriais, devendo o bem retornar a propriedade do Município se não mais for atendida a esta finalidade.

Art.4º) Os documentos exigidos pela Lei Municipal nº 2.230 de 27 de maio de 1997, deverão ser apresentados em até 120 (cento e vinte) dias pelo concessionário, sob pena de revogação da concessão, devendo ser arquivados na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Leis Municipais nº 2.747 e 2.918, em seu inteiro teor.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de março de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
02/03/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.967 de 02 de Março de 2005**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.967 DE 02 DE MARÇO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO 2004 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Autoriza o Fundo Municipal de Saúde abrir Crédito

Suplementar no valor de R\$ 30.685,90 (trinta mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

10.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
10.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
010.301.1504.2.001 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339030.00.104 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
339039.00.104 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
10.03 -	Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família	
010.301.1504.2.003 -	Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família	
400000.00.100 -	Despesas de Capital	
440000.00.100 -	Investimentos	
449000.00.100 -	Aplicações Diretas	
449052.00.100 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 20.685,90
	TOTAL	R\$ 30.685,90

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício 2004 do Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de março de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
02/03/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.968 de 09 de Março de 2005**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.968 DE 09 DE MARÇO DE 2005

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTÁ-LO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar elemento de despesa e suplementá-lo no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
16.482.1409.1003 -	Aquisição de Áreas Para Casas Para Pessoas Carentes	



300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 20.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
16.482.1409.1003 -	Aquisição de Áreas Para Casas Para Pessoas Carentes	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449061.00 -	Aquisição de Imóveis	R\$ 20.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
09 de março de 2005.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
09/03/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.969 de 15 de Março de 2005**

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 2.969 DE 15 DE MARÇO DE 2005  
CONCEDE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO  
DE PONTO DE TÁXI.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica concedida a permissão ao Sr. LEOMAR GEISSLER, portador do CPF/MF sob nº 216.832.719-04, residente na Rodovia dos Móveis, 3806 Distrito de Fragosos, neste Município, para exploração de 01 (um) PONTO DE TÁXI, localizado no referido endereço, observando-se e cumprindo as disposições da Lei Municipal nº 1.675 de 03 de fevereiro de 1993.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de março de 2005.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:

15/03/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.970 de 22 de Março de 2005**

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 2.970 DE 22 DE MARÇO DE 2005.  
AUTORIZA FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO, O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO E SEGURANÇA VIÁRIA - DETRAN/SC, A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, PARA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA FIRMADAS NA LEI 9.503/97 - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autoriza firmar TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO, O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO E SEGURANÇA VIÁRIA - DETRAN/SC, A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, PARA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA FIRMADAS NA LEI 9.503/97 - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, para estabelecer condições para uma ação conjunta entre as partes conveniadas, visando à engenharia de tráfego e de campo, sinalização e fiscalização do trânsito; aplicação de medidas administrativas e de penalidades por infração de trânsito e sua respectiva arrecadação e destinação de multas; o adequado controle da utilização das vias públicas, por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga, nos limites terrestres do município na conformidade da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art.2º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de março de 2005.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/03/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.971 de 22 de Março de 2005**

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 2.971 DE 22 DE MARÇO DE 2005.  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO  
DE DESENVOLVIMENTO DA MICROBACIA DE RIO POSTEMA".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a

seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA MICROBACIA DE RIO POSTEMA", com sede na Estrada Principal snº, Localidade de Santana, Município de Campo Alegre Estado de Santa Catarina, registrada no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos, sob nº 625, à fls. 195 à 199, do livro A-nº5, de Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos Sociedades Cívis, e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 07.046.864/0001-93.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de março de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/03/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.972 de 22 de Março de 2005**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.972 DE 22 DE MARÇO DE 2005.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA MICROBACIA DO RIO REIBEIRÃO DO MEIO".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA MICROBACIA DO RIO RIBEIRÃO DO MEIO", com sede na Estrada Principal snº, Localidade de Ximbuva, Município de Campo Alegre Estado de Santa Catarina, registrada no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos, sob nº 626, à fls. 199v à 203v, do livro A-nº5, de Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos Sociedades Cívis, e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 07.046.851/0001-14.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de março de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/03/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.973 de 29 de Março de 2005**

LEI Nº 2.973 DE 29 DE MARÇO DE 2005.

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO Nº 002/2005, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, OBJETIVANDO A CESSÃO DE SERVIDORES PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES NO ÂMBITO DO SUS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio nº 002/2005, que entre si Celebram a Prefeitura Municipal de Campo Alegre e a Fundação Nacional de Saúde e a Prefeitura Municipal de Campo Alegre, Objetivando a Cessão de Servidores Para Execução de Atividades no Âmbito do Sus.

Art.2º) O objeto do presente Convênio é a cessão de Servidores pertencentes ao quadro de pessoal da FUNASA, lotados na Coordenação Regional do Estado de Santa Catarina, para atuarem no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, nos termos do Artigo 20 da Lei Federal nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991.

Art.3º) O Termo de Convênio a que se refere o Artigo primeiro faz parte integrante desta Lei.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
29 de março de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
29/03/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.974 de 06 de Abril de 2005**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.974 DE 06 DE ABRIL DE 2005

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.651 DE 11 DE JULHO DE 2002.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica alterado o Anexo Único da Lei Municipal nº 2.651 de 11 de julho de 2002, o qual passa vigorar com o novo Anexo Único, que faz parte integrante desta Lei, ficando as mesmas subordinadas à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
06 de abril de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
06/04/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

ANEXO ÚNICO  
( LEI Nº 2.974 DE 06 DE ABRIL DE 2005).

DENOMINAÇÃO ANTERIOR	DENOMINAÇÃO ATUAL:
Creche "Alegre Infância" criada em: 06/05/1985	Centro Municipal de Educação Infantil "Alegre Infância"
Creche "Infância Feliz" criada em: 24/11/1992	Centro Municipal de Educação Infantil "Chapeuzinho Vermelho"
Jardim de Infância "Profª. Maria da Glória Percina Kroll" criada em: 19/06/1979	Centro Municipal de Educação Infantil "Professora Maria da Glória Pereira Kroll"
Escola Reunidas "Antônio Domingos Corrêa" criada em: 24/08/1998	Escola Municipal de Educação Básica "Antônio Domingos Correa"
Escola Municipal "Adão Trischiack" criada em: 25/04/1988	Escola Municipal de Ensino Fundamental "Adão Trischiack"
Escola Isolada "Avenquinha de Santo Antonio" criada em: 24/08/1998	Escola Municipal de Ensino Fundamental "Avenquinha de Santo Antônio".
Escola Isolada Municipal "Bateias do Meio" criada em: 30/11/1976	Escola Municipal de Ensino Fundamental "Bateias do Meio"
Escola Isolada "Bateias de Cima" criada em: 24/08/1998	Escola Municipal de Educação Básica "Bateias de Cima"
Escola Reunida "Bela Vista" criada em: 11/06/1991	Escola Municipal de Educação Básica "Bela Vista"
Escola Isolada "Cãozinho" criada em: 24/08/1998	Escola Municipal de Ensino Fundamental "Cãozinho"
Escola Reunida Municipal "Carlos Frederico Adolfo Schneider" criada em: 1/06/1991	Escola Municipal de Educação Básica "Carlos Frederico Adolfo Schneider"
Escola Isolada "Carlos Telma" criada em: 17/11/1986	Escola Municipal de Ensino Fundamental "Carlos Telma"
Escola Isolada "Cubatão" criada em: 24/08/1998	Escola Municipal de Ensino Fundamental "Cubatão"
Escola Municipal "Eugênio Schutzler" criada em: 24/11/1986	Escola Municipal de Educação Básica "Professor Eugenio Schutzler"
Escola Municipal "José Oleskovicz" criada em: 06/05/1985	Escola Municipal de Ensino Fundamental "José Oleskovicz"
Escola Isolada "Profª. Maria Diná Moreira" criada em: 02/04/1982	Escola Municipal de Ensino Fundamental "Professora Maria Diná Moreira"
Escola Municipal "Maria José Duarte Silva Bernardes" criada em: 23/07/1993	Escola Municipal de Educação Básica "Maria José Duarte Silva Bernardes"
Escola Isolada "Miguel Franco da Rocha" criada em: 06/12/2000	Escola Municipal de Ensino Fundamental "Miguel Franco da Rocha"
Escola Isolada "Papanduvinha" criada em: 06/05/1985	Escola Municipal de Ensino Fundamental "Papanduvinha"
Escola Isolada "Santana" criada em: 24/08/1998	Escola Municipal de Ensino Fundamental "Santana"
Escola Isolada "Ribeirão do Meio" criada em: 30/11/1997	Escola Municipal de Ensino Fundamental "Ribeirão do Meio"
Escola Isolada "Rodeio Grande" criada em: 24/08/1998	Escola Municipal de Ensino Fundamental "Rodeio Grande"
Escola Isolada "São Miguel" criada em: 24/08/1998	Escola Municipal de Ensino Fundamental "São Miguel"
Escola Isolada "Saltinho" criada em: 24/08/1998	Escola Municipal de Ensino Fundamental "Saltinho"

Escola Isolada "Ximbuva" criada em: 30/11/1976	Escola Municipal de Ensino Fundamental "Ximbuva"
Escola Isolada "Willy Franz" criada em: 06/05/1985	Escola Municipal de Educação Básica "Willy Franz"
Escola Isolada "Tijucume" criada em: 07/10/1963	Escola Municipal de Ensino Fundamental "Tijucume"
Escola Isolada "Campinas" criada em: 24/08/1988	Escola Municipal de Ensino Fundamental "Campinas"
Escola Isolada "Salto" criada em: 24/08/1988	Escola Municipal de Ensino Fundamental "Salto"
Escola Isolada "Avenca do Rio Negro" criada em: 17/04/1956	Escola Municipal de Ensino Fundamental "Avenca do Rio Negro"
Escola Isolada "Pedro Prucknesky" criada em: 20/02/1981	Escola Municipal de Ensino Fundamental "Pedro Prucknesky"
Escola Isolada "Professor Rudolfo Altmann" criada em: 14/03/1968	Escola Municipal de Ensino Fundamental "Rudolfo Altmann"

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
06 de abril de 2005.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

### Lei Nº 2.975 de 13 de Abril de 2005

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.975 DE 13 DE ABRIL DE 2005

ALTERA DISPOSIÇÕES DO SETOR V - SÃO MIGUEL  
DO ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.357 DE  
09 DE SETEMBRO DE 1998.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O SETOR V - SÃO MIGUEL do Anexo Único da Lei Municipal nº 2.357 de 09 de setembro de 1998, que passa à vigorar com a seguinte redação:

#### SETOR V - SÃO MIGUEL

A poligonal que delimita a área urbana no setor São Miguel tem início na Estrada Dona Francisca no ponto da divisa da propriedade de Empreendimentos Turísticos Caminho dos Príncipes Ltda, a) seguindo até a Rodovia SC-301, cruzando-a e indo até um ponto localizado a 300 metros dela; b) deste ponto segue paralelamente a Rodovia SC-301, a 300 metros dela, no sentido Joinville até um ponto que está a 200 metros da Rodovia Municipal CAM-020; c) deste ponto segue paralelamente a referida rodovia até um ponto a 300 metros; d) deste ponto converge 84º em direção Oeste onde segue por 165 metros; e) converge 90º em direção Nordeste segue 165,20 metros em linha reta; f) converge 263º sentido Noroeste, segue por 99,32 metros em linha reta encontrando-se com o Rio São Miguel; g) e de lá, converge em direção a Rodovia Municipal CAM-020, cruzando-a e indo até um ponto a 200 metros dela; h) voltando o traço, distando 200 metros da referida rodovia até um ponto que dista 300 metros da Rodovia SC-301; i) deste ponto segue novamente paralelo à Rodovia SC-301, no sentido Joinville, distando 300 metros dela até um ponto a 200 metros após o Posto da Polícia Rodoviária Estadual; j) de lá converge para a Rodovia SC-301, cruzando-a e indo até um ponto a 300 metros da mesma; l) de lá segue paralela a Rodovia SC-301 no sentido Campo Alegre até o ponto inicial da poligonal.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de abril de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração  
Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
13/04/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 8.535 de 01 de Setembro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 8.535 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014  
REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 4.172 DE 06 DE AGOSTO DE 2014, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, e de acordo com o Artigo 1º da Lei Municipal nº 4.172 de 06 de Agosto de 2014; Decreta:

Art.1º) Para fins de concessão do benefício, o produtor Rural deverá comprovar o que estabelece o Artigo 1º, §§ 1º e 2º, Incisos I, II, III e IV, da Lei Municipal nº 4.172 de 06 de agosto de 2014.

Art.2º) Além do Cadastro já estabelecido em Lei, para direito ao recebimento do Programa Municipal de "DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO" os interessados deverão ainda apresentar os seguintes documentos:

- I - Bloco de Notas de Produtor Rural com 03 (zero três) Notas emitidas no exercício anterior;
- II - Apresentar a DAP - Declaração de Aptidão de Produtor - PRO-NAF;
- III - Carteira de Identidade e CPF/MF;
- IV - Declaração comprovando que a principal fonte de Renda Familiar tenha origem na atividade rural;

Art.3º) Caberá a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, através do Serviço de Agricultura e Meio Ambiente, coordenar e desenvolver todas as atividades de concessão do Programa Municipal de "Distribuição de Adubo", emitindo parecer referente as solicitações, concedendo o deferimento ou indeferimento.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
01 de Setembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 01/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.976 de 13 de Abril de 2005**

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 2.976 DE 13 DE ABRIL DE 2005  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 789,02 (setecentos e oitenta e nove reais e dois centavos), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
027.812.1412.2.018 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 789,02

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.391.1410.2.019 -	Comemoração do Aniversário de Campo Alegre	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 300,00
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 280,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 209,02
TOTAL		R\$ 789,02

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de abril de 2005.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração  
Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
13/04/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito



**Lei Nº 2.977 de 13 de Abril de 2005**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.977 DE 13 DE ABRIL DE 2005.

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEIS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, SITUADOS NAS LOCALIDADES DE CÃOZINHO E SANTANA, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos, situados nas localidades de Santana e Cãozinho, Município de Campo Alegre/SC, com a seguinte descrição:

Parágrafo único: Os imóveis de que tratam o caput deste Artigo são os seguintes: Escola Municipal de Ensino Fundamental de Santana, Código INPE 42098947, situada na Rua: Principal, nº na localidade de Santana, e Escola Municipal de Ensino Fundamental de Cãozinho, Código INPE 42098882, situada na Rua: Principal, nº na localidade de Cãozinho paralisadas ambas através do Decreto Municipal nº 3.068 de 01 de abril de 2003, em razão da nucleação da Rede Municipal de Ensino Fundamental.

Art.2º) A Concessão de Direito de Uso dos Bens Imóveis Públicos de que tratam o Artigo 1º desta Lei, será pelo período a partir da promulgação da presente Lei, até a data de 31 de dezembro de 2008, às ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA MICRO BACIA RIO POSTEMA E RIBEIRÃO DO MEIO.

Art.3º) As autorizações concedidas através dos Artigos 1º e 2º desta Lei, estão condicionadas ao uso para atividades exclusivas das Associações citadas no Artigo 2º desta, para o desenvolvimento das ações do Projeto Microbacias II, as quais estão dispostas no Convênio e no TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEIS PÚBLICOS MUNICIPAIS, a serem firmados por ambas as partes.

Parágrafo único: O não cumprimento das cláusulas do Termo de Concessão será causa à rescisão do mesmo e revogação da presente Concessão.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de abril de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração  
Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
13/04/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE  
BEM IMÓVEL PÚBLICO MUNICIPAL.

Pelo presente Termo de Concessão, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua: Cel. Bueno Franco, 292, Centro, Município de Campo Alegre-SC, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. RENATO BAHR, doravante denominado CONCEDENTE, e de outro lado as Associações de Desenvolvimento da Microbacia do Rio Postema e Ribeirão do Meio, Pessoas Jurídicas de Direito Privado, inscritas no CNPJ/MF sob o nº 07.046.851/0001-14 e 07.046.864/0001-93, estabelecidas à Estrada Principal, nº na

localidade de Ximbuva e Santana respectivamente, no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representadas pelos seus Presidentes, Senhores: HENRIQUE NOWAKOVSKI HILDONIR KOHLBECK doravantes denominadas CONCESSIONÁRIAS, tem entre si, certo e ajustado, nos termos do Artigo 102 e Parágrafo 3º da Lei Orgânica Municipal e, Lei Municipal nº 2. de de de 2005.

Cláusula Primeira - Do Objeto:

O Objeto do presente Termo é a Concessão, através de Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos, situados nas localidades de Santana e Cãozinho, Município de Campo Alegre/SC, com a seguinte descrição:

Cláusula Segunda - Da Finalidade:

São finalidades da Concessionária:

- a) Apoiar a agricultura familiar para o efetivo desenvolvimento rural sustentável;
- b) Buscar a promoção das atividades Agropecuárias como forma de gerar postos de trabalho e agregando renda; certificando-as.
- c) Possibilitar o associativismo e parcerias;
- d) Implementar políticas ambientais efetivas;

Cláusula Terceira - Do Prazo:

O Prazo do presente Termo de Concessão será a partir da promulgação da Lei Municipal nº 2. de de de 2005, até a data de 31 de dezembro de 2008.

Cláusula Quarta - Da Utilização das instalações Úteis:

A utilização das instalações concedidas, dar-se-á com a exclusiva, utilização apenas dos espaços necessários, para o atendimento, realização de reuniões, palestras, seminários, cursos, treinamentos, e eventos afins.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do Concedente:

Compete ao Concedente as seguintes obrigações:

- a) Disponibilizar os Bens Imóveis (Escolas Municipais) descritas na Cláusula Primeira deste Termo de Concessão;
- b) Fiscalizar a qualquer tempo e sem prévio aviso, o uso dos imóveis concedidos, verificando se as atividades desenvolvidas pela Concessionária se estão compatíveis com as Cláusulas deste Termo de Concessão.

Cláusula Sexta - Das Obrigações das Concessionárias Associações de Desenvolvimento da Micro Bacia Rio Ribeirão do Meio e Rio Postema respectivamente.

Compete as Concessionárias - as seguintes obrigações:

- a) Preservação e manutenção das instalações dos Bens Imóveis;
- b) Responsabilidade quanto ao vínculo empregatício de pessoal que por ventura trabalhará para as Concessionárias;
- c) Responsabilidade perante terceiros em razão de quaisquer danos provocados por acidente, ainda que fortuitamente;
- d) Utilizar as instalações exclusivamente dentro dos fins declinados

no presente Termo de Concessão;

i) Certificar a produção com controle de qualidade e identificação de origem da

Cláusula Oitava - Da responsabilidade patrimonial:

É vedado ao CONCESSIONÁRIO autorizar terceiros a utilizar os bens descritos na Cláusula Primeira, respondendo, em qualquer hipótese, por quaisquer danos que venham a ocorrer enquanto os mesmos estiverem sob sua guarda e utilização.

Cláusula Nona - Da inexistência de vínculo trabalhista:

O presente instrumento não enseja a criação de qualquer vínculo trabalhista entre o CONCEDENTE e as CONCESSIONÁRIAS.

Cláusula Décima - Da revogação:

A presente Concessão de Uso dos Bens Imóveis, poderá ser revogada a qualquer tempo pelo CONCEDENTE, sem direito de indenização para a CONCESSIONÁRIA.

Cláusula Décima Primeira - Da rescisão:

O presente Termo de Concessão será rescindido, nos termos previstos na Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC, no Artigo 3º da Lei Municipal nº 2. de de de 2005 e nas demais legislações aplicáveis à espécie:

- a) ao final do prazo ajustado na cláusula segunda, ou;
- b) a qualquer tempo, por descumprimento de suas cláusulas;

Cláusula Décima Segunda - Da Legislação Aplicável:

O presente Termo, rege-se pelas disposições da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 2. e pelos preceitos de Direito Público pertinentes à matéria.

Cláusula Décima Terceira - Do Foro:

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC.

Cláusula Décima Quarta - Da vigência:

O presente Termo de Concessão terá validade a partir da data de de de 2005, quando da promulgação da Lei Municipal nº 2. a qual autorizou a presente Concessão.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre "SC", de abril de 2005.  
CONCEDENTE CONCESSIONÁRIAS  
RENATO BAHR HENRIQUE NOWAKOVSKI e  
HILDONIR KOHLBECK

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS  
ASSESSOR JURÍDICO

TESTEMUNHAS

HUMBERTO COELHO QUEIROZ.  
CPF/MF n.º 877.189.959-68

MARLENE DE FÁTIMA P. M. FOITTE.  
CPF/MF n.º 311.281.229-87

## Lei Nº 2.978 de 13 de Abril de 2005

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.978 DE 13 DE ABRIL DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 24.899,00 (vinte e quatro mil, oitocentos e noventa e nove reais), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frotas	
026.782.1801.2.027 -	Reforma e Manutenção de Veículos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 23.899,00
TOTAL		R\$ 24.899,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de abril de 2005.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
13/04/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

**Pregão 84/2014**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2014

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de mobiliário para a Secretaria de Educação, conforme tabela abaixo:

IT	QT	UN	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	15	UN	ARMÁRIOS ALTO 2 PORTAS C/ CHAVES CONFECCIONADOS EM MDF, NAS MEDIDAS 1,60 ALTURA X 0,81 LARGURA X 0,42 PROFUNDIDADE, COM PRATELEIRAS INTERNAS, NA COR AZUL		
02	05	UN	ARQUIVOS 4 GAVETAS C/ CHAVES PARA PASTA SUSPENSAS CONFECCIONADOS EM MDF NAS MEDIDAS 1,30 ALTURA X 0,54 LARGURA X 0,46 PROFUNDIDADE, NA COR AZUL		
03	06	UN	GAVETEIROS VOLANTE COM 2 GAVETAS PARA PASTA SUSPENSAS COM CHAVES CONFECCIONADOS EM MDF, NAS MEDIDAS 0,67 ALTURA X 0,54 LARGURA X 0,45 PROFUNDIDADE NA COR AZUL		
04	02	UN	GAVETEIROS VOLANTE COM 4 GAVETAS COM CHAVES CONFECCIONADOS EM MDF, NAS MEDIDAS 0,65 ALTURA X 0,54 LARGURA X 0,38 PROFUNDIDADE NA COR AZUL		
05	08	UN	MESAS DE TRABALHO CONFECCIONADAS EM MDF, NAS MEDIDAS 1,40X0,60X0,75 COM GAVETEIRO 3 GAVETAS COM CHAVES NA COR CINZA CLARO		
06	05	UN	ARMÁRIO Estante CONFECCIONADOS EM MDF, NAS MEDIDAS 1,60 ALTURA X 0,90 LARGURA X 0,40 PROFUNDIDADE COM 02 PRATELEIRAS E 02 PORTAS, NA COR CINZA AZUL		
07	01	UN	ARMÁRIO BAIXO 2 PORTAS COM CHAVE CONFECCIONADOS EM MDF, NAS MEDIDAS 0,80 ALTURA X 0,90 LARGURA X 0,40 PROFUNDIDADE, COM PRATELEIRAS INTERNAS NA COR AZUL		
08	08	UN	MESAS DE TRABALHO NAS MEDIDAS 1,20X0,60X0,75 COM GAVETEIRO DE 02 GAVETAS COM CHAVE, CONFECCIONADOS EM MDF NA COR CINZA CLARO		

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 08/09/2014, às 09h45min do dia 19/09/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 19/09/2014

no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF.

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação. Unidade: 05.01 - Serviço de Apoio a Educação; Função: 12 - Educação; Subfunção: 361 - Ensino Fundamental; Programa: 08 - Apoio Administrativo à Educação; Projeto: 2.104 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Mun. De Educação; Elemento de Despesa: 3.4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamento; Recurso: 00.01.0118.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 08 de setembro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

**Decreto Nº 8.551 de 05 de Setembro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.551 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014

DESIGNA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do Art. 71 da Lei Orgânica Municipal e pelo Art. 251 da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º. Ficam designados os seguintes servidores, presididos pelo primeiro, para conduzir o Processo Administrativo Disciplinar nº 1205, do ano de 2014:

I - LAIS MARION STEFFEN, brasileira, solteira, matriculada nesta Administração Pública Municipal sob o nº 000417, ocupante do cargo público e exercendo função de Fonoaudióloga;  
II - DENILSON DE SOUZA BANDEIRA, brasileiro, casado, matriculado nesta Administração Pública Municipal sob o nº 286, ocupante do cargo público e exercendo a função de Médico Veterinário;  
III - GILSON OMAR BRUNNQUELL, brasileiro, casado, matriculado nesta Administração Pública Municipal sob o nº 000240, ocupante do cargo público e exercendo a função Engenheiro Agrônomo.

Art.2º. Publicado o presente Decreto restará instaurado o PAD nº 1205/2014 (LC-006/02, art. 253, I), para o qual são descritos os fatos indiciários e ficam individualizadas as supostas infrações na forma do Despacho de Apuração lavrado pela Secretária Municipal de Administração em 04/09/2014, o qual consta anexo (Anexo Único) como parte integrante deste Decreto.

Art.3º. Fica preventivamente afastado do exercício do cargo o servidor L.P.V, como medida cautelar, pelo prazo de 90 (noventa) dias, sem prejuízo da remuneração, nos termos do Art. 249 da LC nº006/02, podendo ser prorrogado por igual período.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
05 de setembro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 08/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 8.551

DESPACHO INICIAL

Ref.: Responsabilização Funcional

Chegou-nos o seguinte relato de suposto ato ilícito funcional:

"O ilícito que é comunicado pela presente diz respeito a conduta do servidor público municipal LÉRCIO PÉRICLES VIRMOND, matrícula funcional sob nº 0208, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, ocupante do cargo de Farmacêutico. O referido servidor proveu o cargo de efetivo de Bioquímico em 1993, com carga horária de 40 horas mensais. Após dois reenquadramentos (Portaria nº 500/1998 e Portaria nº 2.624/2002) o servidor está ocupando cargo de Farmacêutico, com idêntica carga horária (10 horas semanais).

De 18/01/2006 a 31/12/2012 o servidor desempenhou função gratificada, com acréscimo remuneratório e carga horária de 40 horas semanais.

Em 02/01/2013 o servidor em questão foi comunicado verbalmente pela Diretora de Saúde, Sra. Deise Estela Amorim, que em face do desligamento da função gratificada o mesmo deveria desempenhar as funções de seu cargo efetivo, segundo a carga horária daquele cargo efetivo, ou seja, 10 horas semanais.

O servidor se insurgiu contra a determinação e passou a permanecer deliberadamente no local de trabalho por 40 horas semanais, supostamente no exercício das funções do cargo.

Em 15/01/2013 o servidor foi notificado por ofício (nº 004/2013), que lhe foi entregue pela Chefe do Serviço Pessoal, Sra. Rosani Aparecida da Silva, lhe informando o horário e jornada que obrigatoriamente deveria cumprir. O servidor se recusou a receber o documento, vindo recebê-lo somente em 05/04/2013 (ofício 16/2013), o que todavia não logrou êxito, já que o servidor insistia em laborar 40 horas semanais. Finalmente o servidor foi chamado à uma conversa com a Secretária de Administração e com a Chefe de Pessoal visando fazê-lo entender sua obrigação de cumprir uma jornada compatível à carga horária de seu cargo efetivo, mas o servidor não se sensibilizou, insistindo, até o dia de hoje, a permanecer 8 horas por dia e 40 horas por semana no local de trabalho.

Em 18/07/2013 encaminhei outro ofício à Administração solicitando providências (nº 164/2013).

No dia 26/11/2013 encaminhei o Memorando SMS nº 19/2013, a pedido da Secretaria Municipal de Administração, informando o ilícito funcional do servidor, para fins de abertura de processo administrativo disciplinar, o que foi feito em 06/01/2014 (nº 5/2014). Em Despacho da Secretária Municipal de Administração fora aplicada a penalidade de Suspensão ao servidor, com fulcro no art. 225 da LC 006/2002.

O servidor recebeu a intimação da penalidade em 01/07/2014 e continuou trabalhando, então no dia 15/07/2014 foi notificado o servidor, da futura aplicação de pena de ADVERTÊNCIA, em virtude do mesmo ter infringido o inciso IV e X do art. 207, da Lei

Complementar nº 006/2002. Na entrega do documento de Advertência o servidor disse que tinha um "mandado judicial" dizendo que ele poderia continuar trabalhando. Após, em consulta, verificou-se que tramita o processo nº 0300762-32.2014.8.24.0058 e o Município foi citado em 17/07/2014 (o mandado suspende a aplicação da penalidade de suspensão, e o que se discute é em relação aos integrantes da Comissão).

No dia 18/07/2014 o servidor, Sr. Lércio Pércles Virmond, apresentou documento como "defesa" à penalidade imposta (de ADVERTÊNCIA), requerendo que fossem ouvidas duas testemunhas, os servidores públicos municipais, Sr. Clayton Francisco Valentim e a Sra. Rosicleia Bruske Jung. E, considerando o contraditório e ampla defesa, as mesmas foram ouvidas, sendo os depoimentos transcritos no processo nº 1131/2014. As testemunhas confirmam que o servidor permanece no ambiente de trabalho 40 horas semanais (de segunda a sexta-feira). Após foi aplicado a penalidade de "ADVERTÊNCIA", sendo intimado o servidor em 01/09/2014 com cópia do "Despacho Decisório". O Despacho Decisório, emitido pela Secretaria Municipal de Administração, deixa claro a aplicação da penalidade de Advertência, que esta será anotada na pasta funcional do referido servidor, bem como, não se verificando a reincidência e decorrido o prazo de 03 (três) anos, ser cancelada dos referidos registros, nos termos do art. 224 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002 e ainda, se houver reincidência o servidor será punido nos termos do art. 224 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002.

O servidor continua descumprindo o horário determinado, conforme informado nos ofícios SMS nº 082/2014 (do dia 02/09/2014) e 083/2014 (do dia 03/09/2014).

Requer as providências legais. "

Considerando o §1º do art. 243 da LC nº 006/02 e a notícia de ilícito acostada, passo a apuração da irregularidade.

A conduta descrita se amolda ao tipo do art. 228, VI, qual seja, "insubordinação grave em serviço ou recusa injustificada do cumprimento das atribuições funcionais", isto porque não foi uma nem duas vezes que o servidor foi chamado ao cumprimento de sua carga e jornada legal, insistindo o mesmo, por meses a fio, a desobedecer a ordem que lhe foi dada, incidindo, portanto, em insubordinação e recusa do cumprimento de suas atribuições.

A desobediência reiterada e contínua fere a disciplina e hierarquia (art. 216) e caracteriza a circunstância agravante do inciso IV do art. 219.

O tempo decorrido - no qual o mesmo poderia ter se arrependido de forma eficaz - e o risco de que a Administração Municipal se veja demandada para ressarcir-lhe as horas trabalhadas tornam grave a insubordinação e, em tese, sujeitando a conduta narrada à sanção demissional.

A materialidade meramente indiciária está caracterizada e a autoria não poderia ser outra senão a do servidor denunciado, logo, é caso de dispensa inquérito.

A responsabilização administrativa do servidor é medida indisponível à nossa esfera de poder, logo, deve o mesmo ser citado da pretensão punitiva aplicável ao fato indiciário (demissão, consoante aplicação do art. 228, VI, da LC 006/02 acima justificado) para que, querendo, se defenda, ficando determinado desde já que se assegure ao servidor o mais amplo e irrestrito contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos que lhe sejam inerentes. Fica preventivamente afastado do exercício do cargo o servidor LÉRCIO PÉRICLES VIRMOND, como medida cautelar, pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser este prazo prorrogado por igual período, sem prejuízo da remuneração, nos termos do Art. 249 da LC nº 006/02.

Isto posto:

a) autue-se o presente como processo administrativo disciplinar juntando o memorando que faz notícia do ato ilícito, o presente despacho, cópia dos ofícios enviados ao servidor denunciado, cópia do assentamento funcional, cópia das folhas-ponto dos últimos 12 meses e dos holerites do mesmo período;



b) remeta-se ao Exmo Sr. Prefeito Municipal para, por ato de sua exclusiva competência (LC nº 006/02, art. 251) designar comissão que funcionará como órgão jurisdicional atípico colegiado, e no mesmo ato, afastar o servidor preventivamente, pelo período de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado o prazo por igual período; Obs: Sugere-se que os membros da comissão sejam servidores efetivos e estáveis, que não exerçam função de confiança ou gratificada, e ainda, que possuam o mesmo nível de escolaridade do servidor denunciado;

c) Anexe-se este despacho ao ato de designação da comissão para servir de ato instaurador (LC nº 006/02, art. 253, I);

d) Instaurado o feito e iniciados os trabalhos, promova a comissão a citação do denunciado, advertindo-o do caráter processante (e não sindicante) do feito e da oportunidade que lhe é assegurada de defender-se da pretensão punitiva inicialmente esboçada e acima descrita, ofertando-lhe o prazo do art. 262, §1º para defesa prévia e intimando-a a acompanhar o feito.

Cumpra-se.

Campo Alegre/SC, 04 de Setembro de 2014.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

### Lei Nº 2.979 de 10 de Maio de 2005

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.979 DE 10 DE MAIO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO

DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2.013-	Manutenção do Ensino Infantil	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$4.300,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de maio de 2005.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
10/05/2005

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe do Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 2.980 de 25 de Maio de 2005

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.980 DE 25 DE MAIO DE 2005

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR ELEMENTOS DE DESPESA E SUPLEMENTÁ-LOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar elementos de despesa e suplementá-los no valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais):

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.123.1301.2.004 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339091.00 -	Sentenças Judiciais	R\$ 50.000,00
339094.00 -	Indenizações e Restituições Trabalhistas	R\$ 2.000,00
TOTAL		R\$ 52.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente Reserva de Contingência.

90.00 -	Reserva de Contingência	
90.99 -	Reserva de Contingência	
099.999.9999.2.999 -	Reserva de Contingência	
999990.00 -	Reserva de Contingência	
999999.00 -	Reserva de Contingência	R\$ 52.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de maio de 2005.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
25/05/2005

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe do Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 2.981 de 25 de Maio de 2005

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.981 DE 25 DE MAIO DE 2005.

HOMOLOGA O TERMO DE CONVÊNIO Nº 03619/2005-68, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, TURISMO E ESPORTE E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, COM A INTERVENIÊNCIA DA 25ª SECRETARIA DE ESTADO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MAFRA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber

que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologada a Celebração do Termo de Convênio nº 03619/2005-6, HOMOLOGA O TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, TURISMO E ESPORTE E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, COM A INTERVENIÊNCIA DA 25ª SECRETARIA DE ESTADO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MA-FRA.

Art.2º) O objeto do presente Termo de Convênio refere-se ao Sistema de objetivando uma Cooperação Técnica para a implementação do Programa Portal do Lazer.

Art.3º) O Termo do Convênio a que se refere o Artigo primeiro faz parte integrante desta Lei.

Art.4º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação do Orçamento Vigente.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de maio de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
25/05/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.982 de 25 de Maio de 2005**

LEI Nº 2.982 DE 25 DE MAIO DE 2005.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A SACA - SOCIEDADE AMIGOS DE CAMPO ALEGRE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Contribuição, no valor total de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a ser repassada em uma única parcela, objetivando a parceria na realização do II Festival de Inverno, o qual realizar-se-á no mês de julho de 2005, nos dias 21, 22, 23 e 24 do respectivo mês em nosso Município.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, no prazo máximo de 120 (cento e vinte dias) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade da Prefeitura Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais e individuais por credor.

Parágrafo primeiro - Os cheques nominais de trata este artigo, deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, que deverão integrar a prestação de contas ao Município de Campo

Alegre-SC.

Parágrafo segundo - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 1º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Saca - Sociedade Amigos de Campo Alegre.

Art.7º) A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto nesta Lei, instruída com os seguintes documentos:

I - Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;

II - Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;

III - Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;

IV - Fotocópia dos documentos suportes das despesas, legíveis e sem rasuras e entrelinhas;

V - Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita da Entidade.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Saca - Sociedade Amigos de Campo Alegre.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes à partir do mês de julho de 2005.

Art.9º) As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 05.04.13.392.1410.2017 - Manutenção das Atividades Culturais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - 335041.00 Contribuições.

Art.10) Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de maio de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
25/05/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.983 de 03 de Junho de 2005**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.983 DE 03 DE JUNHO DE 2005

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE RUAS NA LOCALIDADE DE LAGEADO NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam denominadas as Ruas: 01; 05; 06; 07; 09; 10; 11 e 12, com extensão de 450,00 metros, todas com largura de 12 metros, situadas na Localidade de Lageado, neste Município, conforme croquis anexo.

Parágrafo único - a denominação mencionada no caput, fica da seguinte forma:

I - Rua 01: Rua Paulo Ferreira da Silva;

II - Rua 05: Rua Saltinho;

III - Rua 06: Rua Vitória Régia;

IV - Rua 07: Rua das Pedras;

V - Rua 09: Rua dos Agapantos;

VI - Rua 10: Rua das Camélias;

VII - Rua 11: Rua dos Lírios;

VIII - Rua 12: Rua das Bromélias.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
03 de junho de 2005.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
03/06/2005

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO

BIOGRAFIA

Nome: PAULO FERREIRA DA SILVA.

Profissão: COMERCIANTE.

Data de Nascimento: 14 DE MARÇO DE 1947.

Nacionalidade: BRASILEIRA.

Naturalidade : CAMPO ALEGRE/SC.

Data de Falecimento: 16 DE OUTUBRO DE 1998.

Filiação: (Pai): DORVAL FERREIRA DA SILVA.

(Mãe): FRIDA FERREIRA DA SILVA.

Cônjuge: TEREZINHA FERREIRA DA SILVA.

Nome dos Filhos: SILVANE FERREIRA DA SILVA TELMA, SANDRO FERREIRA DA SILVA.

Tempo de Residência no Município: 51 ANOS.

Atividades Comunitárias: FOI PRESIDENTE DA APP DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA EUGÊNIO SCHUTZLER, NA LOCALIDADE DE LAGEADO NESTE MUNICÍPIO.

Outras Informações que julgar necessárias: COLABOROU

ATIVAMENTE NA CONSTRUÇÃO DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA NA LOCALIDADE DE LAGEADO, E TAMBÉM COOPEROU NA REINVIDICAÇÃO E AJUDOU A CONSTRUIR A NOVA ESCOLA DA REFERIDA LOCALIDADE.

**Lei Nº 2.984 de 08 de Junho de 2005**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.984 DE 08 DE JUNHO DE 2005

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE RUAS NA LOCALIDADE DE SÃO MIGUEL NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Ficam denominadas as Ruas: A e B, com extensão de 605,00 metros e 365 metros respectivamente, ambas com largura de 12 metros, situadas na Localidade de São Miguel, neste Município, conforme croquis anexo.

Parágrafo único - a denominação mencionada no caput, fica da seguinte forma:

I - Rua A: Rua GUILHERME MULLER JUNIOR;

II - Rua B: Rua RUDOLFO ROBERTO WELDT.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
08 de junho de 2005.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
08/06/2005

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO

BIOGRAFIA

Nome: GUILHERME MULLER JUNIOR

Profissão: CAIXA/FINANCEIRO

Data de Nascimento: 02/07/1905

Nacionalidade: BRASILEIRA

Naturalidade: JOINVILLE

Data de Falecimento: 16/10/1991

Filiação: (Pai): GUILHERME MULLER

(Mãe): ANA MULLER.

Cônjuge: JOANA MULLER.

Nome dos Filhos: ALUIZ MULLER, IRMGART MULLER e CARMEM MULLER.

Tempo de Residência no Município de Joinville 86 anos.

Atividades Comunitárias: Desempenhou ativamente na Comunidade Evangélica Luterana Cristo Bom Pastor, desde a construção de sua sede na Rua: Anita Garibaldi, nas festas beneficentes, no controle do patrimônio e na ajuda as pessoas necessitadas através de

ações comunitárias na Liga de Sociedade Joinvillense. Foi membro mantenedor o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville.

Outras Informações que julgar necessárias: Sr Guilherme foi casado com Joana Muller, nascida Artman natural de Campo Alegre.

#### GABINETE DO PREFEITO

##### BIOGRAFIA

Nome: RUDOLFO ROBERTO WELDT

Profissão: AGRICULTOR

Data de Nascimento: 24/07/1902

Nacionalidade: BRASILEIRA

Naturalidade: JOINVILLE

Data de Falecimento: 26/11/1969

Filiação: (Pai): CARLOS WELDT

(Mãe): BERTHA WELDT

Cônjuge: ADELE WELDT

Nome dos Filhos: ROSALINA WELDT, RAIMUNDO WELDT, WALLY WELDT E RENATO WELDT.

Tempo de Residência no Município de Joinville 67 anos.

Atividades Comunitárias: Trabalhos Assistenciais na Comunidade através da Igreja.

Outras Informações que julgar necessárias: Precursor da natureza desenvolvendo em seus familiares o instinto de preservação, direcionando a formação de empreendedor na família que está tendo reflexos nos investimentos no Município de Campo Alegre, ora em execução por um de seus netos.

#### Lei Nº 2.985 de 08 de Junho de 2005

LEI Nº 2.985 DE 08 DE JUNHO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
026.782.1801.2.027 -	Reforma e Manutenção de Veículos	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 42.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
08 de junho de 2005.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 08/06/2005

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### Lei Nº 2.986 de 23 de Junho de 2005

LEI Nº 2.986 DE 23 DE JUNHO DE 2005.

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEIS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, SITUADOS NAS LOCALIDADES DE RODEIO GRANDE E CUBATÃO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos, situados nas localidades de Rodeio Grande e Cubatão, Município de Campo Alegre/SC, com a seguinte descrição:

Parágrafo único: Os imóveis de que tratam o caput deste Artigo são os seguintes: Escola Municipal de Ensino Fundamental de Rodeio Grande, Código INEPE 42098998, situada na Rua: Principal, nº na localidade de Rodeio Grande, e Escola Municipal de Ensino Fundamental de Cubatão, Código INPE 42098890, situada na Rua: Principal, nº na localidade de Cubatão, paralisadas ambas através do Decreto Municipal nº 3.068 de 01 de abril de 2003, em razão da nucleação da Rede Municipal de Ensino Fundamental.

Art.2º) A Concessão de Direito de Uso dos Bens Imóveis Públicos de que tratam o Artigo 1º desta Lei, será pelo período a partir da promulgação da presente Lei, até a data de 31 de dezembro de 2008, à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA MICRO BACIA RIO POSTEMA.

Art.3º) As autorizações concedidas através dos Artigos 1º e 2º desta Lei, estão condicionadas ao uso para atividades exclusivas das Associações citadas no Artigo 2º desta, para o desenvolvimento das ações do Projeto Microbacias II, as quais estão dispostas no Convênio e no TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEIS PÚBLICOS MUNICIPAIS, a serem firmados por ambas as partes.

Parágrafo único: O não cumprimento das cláusulas do Termo de Concessão será causa á rescisão do mesmo e revogação da presente Concessão.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de junho de 2005.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/06/2005

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito



**TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO MUNICIPAL.**

Pelo presente Termo de Concessão, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 83.102.749/0001-77, com sede a Rua: Cel. Bueno Franco, 292, Centro, Município de Campo Alegre-SC, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. RENATO BAHR, doravante denominado CONCEDENTE, e de outro lado as Associações de Desenvolvimento da Microbacia do Rio Postema, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.046.864/0001-93, estabelecida à Estrada Principal, snº na localidade de Santana, no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Presidente, Senhores: HENRIQUE NOWAKOVSKI doravante denominada CONCESSIONÁRIA, tem entre si, certo e ajustado, nos termos do Artigo 102 e Parágrafo 3º da Lei Orgânica Municipal e, Lei Municipal nº 2.986 de 23 de junho de 2005.

**Cláusula Primeira - Do Objeto:**

O Objeto do presente Termo é a Concessão, através de Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos, situados nas localidades de Rodeio Grande e Cubatão, Município de Campo Alegre/SC, com a seguinte descrição:

**Cláusula Segunda - Da Finalidade:**

São finalidades da Concessionária:

- a) Apoiar a agricultura familiar para o efetivo desenvolvimento rural sustentável;
- b) Buscar a promoção das atividades Agropecuárias como forma de gerar postos de trabalho e agregando renda; certificando-as.
- c) Possibilitar o associativismo e parcerias;
- d) Implementar políticas ambientais efetivas;

**Cláusula Terceira - Do Prazo:**

O Prazo do presente Termo de Concessão será a partir da promulgação da Lei Municipal nº 2.986 de 23 de junho de 2005, até a data de 31 de dezembro de 2008.

**Cláusula Quarta - Da Utilização das instalações Úteis:**

A utilização das instalações concedidas, dar-se-á com a exclusiva, utilização apenas dos espaços necessários, para o atendimento, realização de reuniões, palestras, seminários, cursos, treinamentos, e eventos afins.

**Cláusula Quinta - Das Obrigações do Concedente:**

Compete ao Concedente as seguintes obrigações:

- a) Disponibilizar os Bens Imóveis (Escolas Municipais) descritas na Cláusula Primeira deste Termo de Concessão;
- b) Fiscalizar a qualquer tempo e sem prévio aviso, o uso dos imóveis concedidos, verificando se as atividades desenvolvidas pela Concessionária se estão compatíveis com as Cláusulas deste Termo de Concessão.

**Cláusula Sexta - Das Obrigações da Concessionária Associação de Desenvolvimento da Micro Bacia Rio Postema.**

Compete as Concessionárias - as seguintes obrigações:

- a) Preservação e manutenção das instalações dos Bens Imóveis;
- b) Responsabilidade quanto ao vínculo empregatício de pessoal que por ventura trabalhará para as Concessionárias;
- c) Responsabilidade perante terceiros em razão de quaisquer danos provocados por acidente, ainda que fortuitamente;
- d) Utilizar as instalações exclusivamente dentro dos fins declinados no presente Termo de Concessão;
- i) Certificar a produção com controle de qualidade e identificação de origem da  
Cláusula Oitava - Da responsabilidade patrimonial:  
É vedado ao CONCESSIONÁRIO autorizar terceiros a utilizar os bens descritos na Cláusula Primeira, respondendo, em qualquer hipótese, por quaisquer danos que venham a ocorrer enquanto os mesmos estiverem sob sua guarda e utilização.  
Cláusula Nona - Da inexistência de vínculo trabalhista:  
O presente instrumento não enseja a criação de qualquer vínculo trabalhista entre o CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA.  
Cláusula Décima - Da revogação:  
A presente Concessão de Uso dos Bens Imóveis, poderá ser revogada a qualquer tempo pelo CONCEDENTE, sem direito de indenização para a CONCESSIONÁRIA.  
Cláusula Décima Primeira - Da rescisão:

O presente Termo de Concessão será rescindido, nos termos previstos na Lei

Orgânica do Município de Campo Alegre/SC, no Artigo 3º da Lei Municipal nº 2. de de de 2005 e nas demais legislações aplicáveis à espécie:

- a) ao final do prazo ajustado na cláusula segunda, ou;
- b) a qualquer tempo, por descumprimento de suas cláusulas;

**Cláusula Décima Segunda - Da Legislação Aplicável:**

O presente Termo, rege-se pelas disposições da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 2. e pelos preceitos de Direito Público pertinentes à matéria.

**Cláusula Décima Terceira - Do Foro:**

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC.

**Cláusula Décima Quarta - Da vigência:**

O presente Termo de Concessão terá validade a partir da data de 23 de junho de 2005, quando da promulgação da Lei Municipal nº 2.985 a qual autorizou a presente Concessão.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre "SC", 23 de junho de 2005.  
CONCEDENTE CONCESSIONÁRIA  
RENATO BAHR HENRIQUE NOWAKOVSKI

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS  
ASSESSOR JURÍDICO

TESTEMUNHAS

HUMBERTO COELHO QUEIROZ.  
CPF/MF n.º 877.189.959-68

MARLENE DE FÁTIMA P. M. FOITTE.  
CPF/MF n.º 311.281.229-87

### Lei Nº 2.987 de 23 de Junho de 2005

LEI Nº 2.987 DE 23 DE JUNHO DE 2005  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:  
Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
004.122.1202.2.002 -	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 6.000,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.123.1301.2.004 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 13.500,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2.013 -	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 6.000,00
TOTAL		R\$ 25.500,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.  
Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de junho de 2005.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
23/06/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 2.988 de 29 de Junho de 2005

LEI Nº 2.988 DE 29 DE JUNHO DE 2005.  
ALTERA A LEI N.º 2.683, DISPONDO SOBRE ALTERAÇÕES  
NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO,  
TRANSPORTES E OBRAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Artigo 35 da Lei Municipal n.º 2.683, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 35 A Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras contará em sua estrutura de apoio com os seguintes Serviços:

- I - Serviço de Transporte e Frota;
- II - Serviço de Planejamento Urbanístico e Habitação;
- III - Serviço de Obras;
- IV - Serviços Públicos."

Art. 2º - Fica incluído Inciso VII no Artigo 36, com a seguinte redação:

VII - fiscalizar e executar as disposições do Código de Posturas no que for pertinente."

Art. 36 O Serviço de Transporte e Frota será responsável pelas seguintes atividades:

- I - modernização, controle e manutenção da frota municipal;
- II - guarda e controle do uso da frota municipal;
- III - coordenação e fiscalização dos serviços de reparo na frota municipal;
- IV - elaboração de relatórios gerenciais e de controle acerca da frota municipal;
- V - fiscalização do trânsito municipal;
- VI - controle da utilização de diesel, óleo e gasolina nos equipamentos da frota municipal.
- VII - fiscalizar e executar as disposições do Código de Posturas no que for pertinente."

Art. 2º - O caput do Artigo 37 da Lei Municipal n.º 2.683, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37 O Serviço de Planejamento Urbanístico e Habitação será responsável pelas seguintes atividades:"

Art. 3º O do Artigo 38 da Lei Municipal n.º 2.683, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38 O Serviço de Obras será responsável pelas seguintes atividades:

- I - promover os serviços de pavimentação, paisagismo e sinalização;
- II - conservar e manter as vias de rodagem e obras de arte e monumentos públicos;
- III - executar serviços de saneamento básico, tais como conservação e ampliação de drenagem de águas pluviais, fiscalização e execução do esgoto sanitário, coordenação dos trabalhos de tratamento de água e esgoto, ainda que em parceria com órgãos estaduais;
- IV - fiscalizar e registrar solicitações de ampliação da rede de iluminação pública e acompanhar seu bom funcionamento;
- V - fiscalizar e executar as disposições do Código de Posturas no que for pertinente."

Art. 4º Fica criado o Artigo 38-A, com a seguinte redação:

"Art. 38-A - O Serviço Público será responsável pelas seguintes atividades:

- I - executar atividades relativas a limpeza urbana;
- II - administrar o cemitério municipal;
- III - executar serviços de manutenção de parques, praças, jardins públicos e sua arborização;
- IV - promover a fiscalização e remoção de entulhos depositados em passeios, vias públicas e logradouros;
- V - fiscalizar os serviços de coleta de lixo e remanejamento de seus resíduos;
- VI - fiscalizar e executar as disposições do Código de Posturas no que for pertinente."

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
29 de junho de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
29/06/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.989 de 29 de Junho de 2005**

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 2.989 DE 29 DE JUNHO DE 2005.  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO  
DE MORADORES DE QUEIMADOS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE QUEIMADOS", com sede na Estrada Principal snº, Localidade de Queimados, Município de Campo Alegre Estado de Santa Catarina, registrada no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos, sob nº 655, à fls. 048v à 055, do livro A-nº 7, de Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos Sociedades Cíveis, e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 07.408.232/0001-22.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
29 de junho de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
29/06/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.990 de 10 de Agosto de 2005**

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 2.990 DE 10 DE AGOSTO DE 2005  
ALTERA O PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 78, DA  
LEI MUNICIPAL Nº 2.537 DE 17 DE JULHO DE 2001.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica alterado o Parágrafo 4º do Artigo 78, da Lei Municipal nº 2.537 de 17 de julho de 2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo 4º" - A remuneração dos cargos de Diretor - Executivo e Agente Administrativo serão pagas pelo Tesouro Municipal durante 08 (oito) anos, a contar da publicação desta Lei. Após este período o IPRECAL será inteiramente responsável pelas despesas de pessoal.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.768 de 14 de agosto de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de agosto de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
10/08/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.991 de 10 de Agosto de 2005**

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 2.991 DE 10 DE AGOSTO DE 2005.  
HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO Nº 10152/MDSCF/2004 PROCESSO Nº 71000.003980/2004-82, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC PARA FINS QUE SE ESPECIFICAM.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Homologa o TERMO DE CONVÊNIO Nº 1052/MDSCF/2004 PROCESSO Nº 71000.003980/2004-82, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, o qual tem por objetivo a execução do Projeto de Proteção Sócio Assistencial à Infância e Adolescência/Aquisição de Materiais de Consumo para as Creches.

Art.2º) O Termo de Convênio a que se refere o Artigo primeiro faz parte integrante desta Lei.

Art.3º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação do Orçamento Vigente.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de agosto de 2005.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
10/08/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 2.992 de 10 de Agosto de 2005**

LEI Nº 2.992 DE 10 DE AGOSTO DE 2005.

"DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL TURISMO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O "CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO" de Campo Alegre/SC, criado pela Lei Municipal nº 2.258 de 19 de agosto de 1997, passa a ser regulado pela presente lei, como órgão de natureza coletiva e de cooperação, tendo por finalidade acompanhar a implementação e execução da Política Turística no Município de Campo Alegre/SC, em conjunto com o Poder Público e a sociedade.

Art.2º) O Conselho Municipal de Turismo terá as seguintes atribuições:

I) Aprovar o seu Regimento Interno e realizar os seus trabalhos, observando os seguintes:

- a) realização das reuniões conforme Regimento Interno;
- b) deliberação por maioria dos Conselheiros presentes, à exceção dos casos especificados pela presente Lei.
- c) registro em ata e arquivos adequados de todas as deliberações e pareceres, votos e demais trabalhos do Conselho;
- d) publicidade de suas reuniões e seus trabalhos.

II) Propor diretrizes e avaliar sugestões para a Política Municipal de Turismo visando o aprimoramento, o desenvolvimento e a expansão da atividade turística;

III) Aprovar o Plano Municipal de Turismo, considerando as diretrizes básicas estabelecidas na Política Municipal de Turismo;

IV) Propor e estabelecer parcerias com outros Municípios e participar do Conselho Regional de Turismo visando a elaboração de ações turísticas de interesse Regional, Nacional e Internacional.

V) Recomendar, acompanhar, apoiar e divulgar os eventos do calendário turístico bem como incentivar as manifestações comemorativas e eventos referentes à história, ao folclore, à tradição, à indústria, o comércio e à agropecuária do Município;

VI) Sugerir medidas ou atos regulamentares referentes à exploração de serviços turísticos no Município, bem como analisar reclamações e sugestões encaminhadas pelos turistas, propondo medidas pertinentes à melhoria da prestação dos serviços locais;

VII) Propor Programas e Projetos de interesse Turístico visando

incrementar o fluxo de turistas ao Município;

VIII) Programar e executar amplos debates sobre os temas de interesse turístico para a Comunidade, visando informar, esclarecer e educar para receber melhor nossos turistas;

IX) Avalizar e opinar sobre os planos e programas de desenvolvimento das áreas de turismo que vierem a ser propostos no Município, bem como assessorar o Poder Executivo Municipal em matérias relacionadas ao segmento turístico;

X) Propor diretrizes de implementação do turismo através de trabalho coordenado entre os órgãos municipais e as entidades privadas com o objetivo de prover a infra-estrutura local adequada à implementação do turismo em todos os segmentos.

Art.3º) O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR será composto de 16 (dezesesseis) membros Titulares e 16 (dezesesseis) membros Suplentes, sendo 8 (oito) Representantes do Poder Público e 8 (oito) da Iniciativa Privada.

§ 1º - A nomeação dos membros efetivos e dos suplentes será efetuada através de Decreto do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, para o prazo de 02 (dois) anos, podendo ser renovado por igual período.

§ 2º - A não indicação dos seus suplentes por quaisquer das partes citadas neste Artigo, não afetará o regular funcionamento do Conselho Municipal de Turismo, nem importará preenchimento das vagas por outros.

§ 3º - Os Representantes do Poder Público serão:

- a) Um representante da Câmara Municipal de Vereadores;
- b) O Secretário Municipal de Administração;
- c) O Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico;
- d) O Secretário Municipal da Educação, Cultura e Desporto;
- e) O Secretário Municipal de Finanças;
- f) Um representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;
- g) Um representante do Escritório local da EPAGRI;
- h) Um representante do ensino Estadual;

§ 4º - Os Representantes da Iniciativa Privada serão:

- a) Um Representante indicado pelo CDL, que necessariamente seja proprietário, de um empreendimento com finalidade Turística;
- b) Um Representante indicado pela ACIACA, que necessariamente seja proprietário, de um empreendimento com finalidade Turística;
- c) O Presidente da SACA - Sociedade Amigos de Campo Alegre;
- d) O Presidente da Associação de Artesãos Mão do Campo;
- e) O Presidente da FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre;
- f) Um produtor rural que pratique atividade de Turismo em sua propriedade indicado pela Epagri;
- g) Um representante das Associações de Moradores, escolhido entre as mesmas;
- h) Um representante do Folclore ativo e organizado.

Art. 4º) Os membros do Conselho Municipal de Turismo não receberão remuneração, sendo considerado relevante serviço ao Município;

Art.5º) Serão eleitos pelo voto de no mínimo 2/3 (dois terços) dos Conselheiros, o Presidente e o Secretário do Conselho, escolhidos dentre seus membros;

Art.6º) A aprovação e alterações do Regimento Interno, dependerão da aprovação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho, através de voto aberto dentre os Conselheiros presentes.



Art.7º) As despesas de expediente e manutenção, correrão por conta da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.8º) Os casos omissos na presente Lei serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Turismo, em decisão aprovada pela maioria absoluta dos Conselheiros.

Art.9º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as presentes na Lei Municipal nº 2.258 de 19 de agosto de 1997.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de agosto de 2005.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº2.416 em:  
10/08/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 2.993 de 17 de Agosto de 2005

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 2.993 DE 17 DE AGOSTO DE 2005  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE  
DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Autoriza a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.311,68 (três mil e trezentos e onze reais e sessenta e oito centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

10.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
10.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica	
010.301.1504.2.004 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica	
300000.00.080 -	Despesas Correntes	
330000.00.080 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.080 -	Aplicações Diretas	
339039.00.080 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.311,68

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte dotação do orçamento vigente:

10.05 -	Manutenção Ativ. Assist. Hospitalar e Ambulatorial	
010.302.1504.2.005 -	Manutenção Ativ. Assist. Hospitalar e Ambulatorial	
300000.00.080 -	Despesas Correntes	
330000.00.080 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.080 -	Aplicações Diretas	
339039.00.080 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.311,68

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
17 de agosto de 2005.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
17/08/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 2.994 de 17 de Agosto de 2005

LEI Nº 2.994 DE 17 DE AGOSTO DE 2005  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário-Família	R\$ 130,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 12.000,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 3.870,00
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 3.500,00
02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
004.122.1202.2.002 -	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 5.857,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	

004.123.1301.2.004 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 3.860,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 460,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
339093.00 -	Indenizações e Restituições	R\$ 3.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 3.823,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
TOTAL		R\$ 42.500,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319034.00 -	Outras Despesas de Pessoal Decor. Contrat. Terc	R\$ 2.500,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 18.000,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 20.000,00
TOTAL		R\$ 42.500,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
17 de agosto de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
17/08/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 2.995 de 17 de Agosto de 2005

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.995 DE 17 DE AGOSTO DE 2005

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CRIAR ELEMENTO DE DESPESA E SUPLEMENTÁ-LO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar elemento de despesa e suplementá-lo no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), e criar o seguinte Elemento de Despesa:

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339047.00 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 800,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319047.00 -	Outras Despesas de Pessoal Decor. Contrat.	R\$ 800,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
17 de agosto de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/08/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 2.996 de 23 de Agosto de 2005

LEI Nº 2.996 DE 23 DE AGOSTO DE 2005.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, PARA O QUADRIÊNIO 2006/2009, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Campo Alegre para o quadriênio 2006/2009, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada e está expresso no Anexo Único desta Lei.

Art.2º) As Planilhas que compõe o Plano Plurianual, representadas no Anexo Único, referido no Artigo 1º desta Lei, serão estruturadas em programa, diagnóstico, diretrizes, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

Art.3º) Os valores constantes das planilhas poderão ser atualizados em cada exercício de vigência do Plano Plurianual, por ato do Chefe do Poder Executivo, com base na variação acumulada do INPC de janeiro a dezembro do exercício imediatamente anterior.

Art.4º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênios com Organismos Públicos da Esfera: Federal, Estadual, Internacional, Iniciativa Privada e Entidades não Governamentais.

Art.5º) A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de projeto de Lei específico.

Art.6º) A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias e de suas metas que envolvam recursos do orçamento municipal seguirão as diretrizes da Lei Orçamentária anual.

Art.7º) Fica o Poder Executivo autorizado a alterar indicadores de programas e a incluir, excluir ou alterar ações e suas respectivas metas, sempre que tais modificações não requeiram mudança no orçamento do Município.

Art.8º) O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art.9º) As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas do Anexo Único desta Lei.

Art.10) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem Lei que autorize sua inclusão.

Art.11) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de agosto de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/08/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

#### PLANO PLURIANUAL 2006/2009 ANEXO II

#### 1. PROGRAMA: PROCESSO LEGISLATIVO

DIAGNOSTICO: O poder Legislativo Municipal de Campo Alegre compõe-se de nove vereadores e o quadro de servidores da Câmara é o seguinte: 01 Assessor Jurídico e 01 Diretor Geral em cargo de provimento em comissão, 01 Agente Administrativo II, 01 Auxiliar de Serviços Gerais e 01 Contador em cargo de provimento efetivo. A Câmara possui a sede em imóvel de propriedade do Município e possui autonomia financeira e contábil.

DIRETRIZES: Criar meios de cumprir com maior eficiência, qualidade e celeridade as funções da Câmara, tais como legislar, fiscalizar, julgar e administrar, executando as atribuições do Poder Legislativo. Manter e reformar o prédio onde se encontra instalada, reformar a estrutura interna de suas dependências, adquirir materiais e equipamentos de informática e sonorização modernos, adquirir móveis, equipamentos permanentes, aperfeiçoar os conhecimentos dos vereadores e servidores públicos, além de ampliar o acervo de sua biblioteca e ampliar o quadro funcional.

OBJETIVOS: Aperfeiçoar as atividades da Câmara, ampliar a sua estrutura física e realizar suas funções com maior celeridade.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
01.01 - Vencimentos e vantagens fixas dos servidores públicos municipais, subsídios e indenizações aos vereadores	Remuneração	Unidade	800	946.000,00	0.1.00
01.02 - Ampliação do quadro funcional - previsão de remuneração	Remuneração	Unidade	1	31.680,00	0.1.00
01.03 - Obrigações patronais sobre remuneração dos servidores públicos, subsídios e indenização dos vereadores e obrigações tributárias e contributivas dos prestadores de serviços autônomos	Encargos	Unidade	48	189.192,00	0.1.00
01.04 - Adquirir materiais e serviços para manutenção do bem imóvel público	Materiais	Unidade	200	25.000,00	0.1.00

01.05 - Adquirir materiais de expediente, material de conservação e material de processamento de dados, material de copa e cozinha, material de limpeza e produção de higienização e outros para manter a estrutura da Câmara Municipal	Materiais	Unidade	200	58.000,00	0.1.00
01.06 - Contratação de serviços de perícia médica, serviços de energia elétrica, serviço de água, serviço de telecomunicações, serviços de comunicação em geral, serviço de manutenção e conservação de equipamentos e patrimônio, serviços bancários, serviços gráficos, serviços de processamento de dados, publicações, locação de software especialista, serviços de proteção e segurança e outros para garantir a boa atuação da Câmara Municipal	Serviços	Mês	48	96.000,00	0.1.00
01.07 - Aquisição de mobiliário, equipamentos e livros para a atualização, modernização, ampliação, proteção e segurança da estrutura da Câmara Municipal	Equipamento	Unidade	80	46.000,00	0.1.00
01.08 - Capacitação dos servidores e vereadores lotados na Câmara Municipal (cursos, seminários, congresso, etc)	Serviços	Unidade	48	33.000,00	0.1.00
01.09 - Realização de Concursos Públicos	Serviços	Unidade	1	3.000,00	0.1.00
01.10 - Contratação de estagiários para auxiliar nos trabalhos de Câmara Municipal	Remuneração	Unidade	2	38.000,00	0.1.00
01.11 - Assinatura de Jornais e Periódicos	Periódicos	Unidade	4	5.500,00	0.1.00
01.12 - Pagamento de Vale Alimentação para servidores efetivos e contratados	Auxílio	Unidade	5	3.100,00	0.1.00
01.13 - Conceder Bolsa de Estudo a servidores efetivos	Auxílio	Unidade	5	28.000,00	0.1.00

01.14 - Auxiliar os servidores e vereadores da Câmara Municipal nas despesas de estadia e alimentação quando em viagem a serviço através de diárias	Diária	Unidade	150	28.000,00	0.1.00
TOTAL				1.530.472,00	

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

## GABINETE DO PREFEITO

PLANO PLURIANUAL 2006/2009

## ANEXO II

## 02. PROGRAMA: PESSOAL DO GABINETE

DIAGNOSTICO: No Gabinete do Prefeito estão lotados: Prefeito, Vice-Prefeito, Chefe de Gabinete, Assessor Jurídico, Agente do Controle Interno, Assessor de Comunicação Social, Secretário da Junta do Serviço Militar, Administrador Distrital e previsão de contratação a partir de 2008 de mais um Administrador Distrital.

DIRETRIZES: Garantir os direitos dos servidores no que se refere a vencimentos e encargos de pessoal.

OBJETIVOS: Pagamento dos vencimentos, remunerações, subsídios e encargos sociais do pessoal lotado no Gabinete do Prefeito.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
02.01 - Pagamento de Subsídios e Salários	Vencimentos	mês	52	1.300.000,00	0.1.00
02.02 - Pagamento de Encargos Sociais - INSS	Encargos	mês	52	182.500,00	0.1.00
02.03 - Transferência Encargos para RPPS - IPRECAL	Encargos	mês	52	21.250,00	0.1.00
TOTAL				1.503.750,00	

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

## GABINETE DO PREFEITO

PLANO PLURIANUAL 2006/2009

## ANEXO II

## 03. PROGRAMA: MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

DIAGNÓSTICO: A estrutura de Gabinete do Prefeito compreende: Chefia de Gabinete, Assessoria Jurídica, Assessoria de Comunicação Social, Coordenação de Administração Distrital, Controladoria e Secretaria da Junta de Serviço Militar.

DIRETRIZES: Elaboração de legislação necessária à gestão, acompanhamento do processo legislativo, publicação dos atos administrativos, defesa dos interesses do Município, planejamento e manutenção do sistema de controle interno, acompanhamento e avaliação do Programa de Governo. O Gabinete também apóia Entidades Educacionais como APAE e FECAMPO e contribui com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e com a Federação Catarinense dos Municípios para que estes possam também defender os interesses do Município de Campo Alegre junto ao Governo Federal e Estadual.



**OBJETIVOS:** Praticar o princípio da transparência, melhorar o planejamento, intensificar o controle dos atos da Administração para que as metas do Plano Governo seja efetivamente cumprido, além de ter significativa representação junto ao Governo Federal e Estadual.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
03.01 - Subvencionar as Entidades Educacionais APAE e FECAMPO	Subvenção	mês	48	94.000,00	0.1.00
03.02 - Contribuir com a CNM e FECAM	Contribuição	mês	48	31.200,00	0.1.00
03.03 - Contratar Estagiários para a Secretaria da Junta do Serviço Militar e Fórum	Auxílio	mês	48	50.000,00	0.1.00
03.04 - Adquirir material de expediente, material de processamento de dados, material para realização de eventos e homenagens e outros para manter a estrutura do Gabinete	Material	unidade	30.000	10.000,00	0.1.00
03.05 - Contratar serviços especializados de leitura do diário oficial, publicação de atos oficiais, encadernação, cartório, serviço de comunicação, serviço de processamento de dados, serviço de gráfica e outros.	Serviço	unidade	300	50.000,00	0.1.00
03.06 - Adquirir equipamentos para atualizar e modernizar os serviços prestados pelo Gabinete do Prefeito	Equipamento	unidade	4	4.000,00	0.1.00
03.07 - Capacitar os membros do Gabinete do Prefeito	Curso	unidade	8	2.000,00	0.1.00
03.08 - Auxiliar os colaboradores nas despesas de locomoção, estadia e alimentação quando em viagem a serviço	Diária	unidade	50	4.000,00	0.1.00
<b>TOTAL</b>				<b>245.200,00</b>	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2006/2009

ANEXO II

04. PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**DIAGNÓSTICO:** Nesta secretaria estão lotados: 01 Secretário Municipal, 16 servidores efetivos e prevê ainda de contratação por concurso de mais um agente administrativo II.

**DIRETRIZES:** Garantir os direitos dos servidores, no que se refere a vencimentos e encargos de pessoal.

**OBJETIVOS:** Pagamento dos vencimentos, remunerações, subsídios e encargos sociais do pessoal lotado na Secretaria Municipal de Administração.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
04.01 - Pagamento de Subsídio e Salários	Vencimentos	mês	52	1.263.200,00	0.1.00
04.02 - Pagamentos de Encargos Sociais	Encargos	mês	52	40.800,00	0.1.00
04.03 - Transferência Encargos para RPPS - IPRECAL	Encargos	mês	52	93.500,00	0.1.00
04.04 - Pagamento Salário Família	Benefício	mês	48	6.000,00	0.1.00
04.05 - Pagamento de Horas Extras	Benefício	mês	48	4.000,00	0.1.00
<b>TOTAL</b>				<b>1.407.500,00</b>	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PLANO PLURIANUAL 2006/2009

ANEXO II

05. PROGRAMA: COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

**DIAGNOSTICO:** A atividade administrativa compreende: Serviço de Pessoal, Serviço de Suprimentos, Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo e Núcleo Geral de Informática e Arquivo.

**DIRETRIZES:** Realizar as atribuições dos respectivos serviços.

**OBJETIVOS:** Atender de forma ágil e eficiente o Executivo, os servidores, as demais Secretarias e os Municípios.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
05.01 - Adquirir materiais de expediente, material de conservação e manutenção do veículo, material de processamento de dados, material de copa e cozinha, material de limpeza e produção de higienização, combustíveis e lubrificantes automotivos e outros para manter a estrutura da Secretaria.	Material	unidade	150.000	70.000,00	0.1.00

05.02 - Contratação de serviços de perícia médica, serviços de energia elétrica, serviço de água, serviço de telecomunicações, serviço de manutenção e conservação de equipamentos, patrimônio e veículo, serviços de processamento de dados, assinatura de jornais e periódicos, concurso público, publicações, locação de software especialista e outros para garantir a boa atuação da Secretaria	Serviço	mês	48	630.000,00	0.1.00
05.03 - Aquisição de mobiliário e equipamentos para a atualização, modernização e ampliação da estrutura da Secretaria de Administração	Equipamento	unidade	15	10.000,00	0.1.00
05.04 - Capacitação dos servidores lotados na Secretaria	Curso	unidade	8	2.000,00	0.1.00
05.05 - Contratação de estagiários para auxiliar nos trabalhos da Secretaria	Auxílio	mês	48	50.000,00	0.1.00
05.08 - Pagamento de vale alimentação para o servidor conforme Lei Municipal 006/2002	Ticket	unidade	6.500	337.000,00	0.1.00
05.09 - Conceder Bolsa de Estudo a servidores efetivos	Bolsa	unidade	100	60.000,00	0.1.00
05.10 - Auxiliar os colaboradores nas despesas de locomoção, estadia e alimentação quando em viagem a serviço	Diária	unidade	50	4.000,00	0.1.00
05.11 - Iniciar a construção da nova sede da Prefeitura Municipal	Obra	unidade	1	230.000,00	0.1.52
<b>TOTAL</b>				<b>1.393.000,00</b>	

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

## SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

## PLANO PLURIANUAL 2006/2009

## ANEXO II

## 06. PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

DIAGNOSTICO: Nesta secretaria estão lotados: 01 Secretario Municipal e 5 servidores efetivos.

DIRETRIZES: Garantir os direitos dos servidores no que se refere a vencimentos e encargos de pessoal.

OBJETIVOS: Pagamento dos vencimentos, remunerações, subsídios e encargos sociais do pessoal lotado na Secretaria de Finanças.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
06.01 - Pagamento de Subsidio e Salários	Vencimentos	mês	52	722.350,00	0.1.00
06.02 - Pagamentos de Encargos Sociais	Encargos	mês	52	40.800,00	0.1.00
06.03 - Transferência Encargos para RPPS - IPRECAL	Encargos	mês	52	45.185,00	0.1.00
<b>TOTAL</b>				<b>808.335,00</b>	

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

## SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

## PLANO PLURIANUAL 2006/2009

## ANEXO II

## 07. PROGRAMA: COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS

DIAGNOSTICO: A atividade de finanças compreende: Serviço de Tributação e Fiscalização, Serviço de Contabilidade e Unidade Municipal de Cadastramento - INCRA.

DIRETRIZES: Realizar as atribuições nos respectivos serviços.

OBJETIVOS: Tornar a secretaria ágil e eficiente atendendo as necessidades dos demais órgãos da Administração, sempre aplicando as determinações

contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal e demais legislação vigente.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
07.01 - Contribuição a AMUNESC	Contribuição	mês	48	300.000,00	0.1.00
07.02 - Contribuição para Formação do PASEP	Contribuição	mês	48	380.000,00	0.1.00
07.03 - Amortização da Dívida junto ao INSS	Parcelamento	mês	48	200.000,00	0.1.00
07.04 - Contratação de Estagiários para auxiliar nos trabalhos da Secretaria	Auxílio	mês	48	50.000,00	0.1.00
07.05 - Contratação de serviços bancários, locação de software especialista, serviço de manutenção e conservação dos equipamentos e moto, serviços de comunicação em geral, serviços gráficos e outros para manter as atividades da Secretaria	Serviço	mês	48	170.000,00	0.1.00

07.06- Aquisição de material de expediente, material de processamento de dados, material gráfico, material de manutenção e conservação de equipamentos, combustível e lubrificante para moto e outros para manter a estrutura da Secretaria	Material	unidade	130.000	27.000,00	0.1.00
07.07 - Aquisição de equipamentos para atualização, modernização e ampliação dos serviços prestados pela Secretaria	Equipamento	Unidade	4	10.000,00	0.1.00
07.08 - Capacitação dos servidores lotados na Secretaria	Curso	unidade	8	2.000,00	0.1.00
07.09 - Auxiliar os colaboradores nas despesas de locomoção, estadia e alimentação quando em viagem a serviço	Diária	unidade	50	4.000,00	0.1.00
07.10 - Programa de Premiação do Pagamento IPTU	Premiação	unidade	2	12.000,00	0.1.00
<b>TOTAL</b>				<b>1.157.000,00</b>	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

08. PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

DIAGNOSTICO: Nesta secretaria estão lotados: 01 Secretário Municipal, 01 Nutricionista, 01 Fonoaudiólogo, 02 Especialistas em Assuntos Educacionais, 57 Professores, 08 Auxiliares de Educador, 35 Agentes Operacionais, 2 Motoristas e prevê ainda a contratação por concurso de mais 17 profissionais.

DIRETRIZES: Garantir os direitos dos servidores no que se refere a vencimentos e encargos sociais.

OBJETIVOS: Pagamento dos vencimentos, remunerações, subsídios e encargos sociais do pessoal lotado na Secretaria de Educação.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
<b>08.01 - APOIO ADMINISTRATIVO</b>					
08.01.01 - Pagamento de Subsídios e Salários	Vencimentos	mês	52	642.500,00	0.1.01
08.01.02 - Pagamento de Encargos Sociais - INSS	Encargos	mês	52	40.800,00	0.1.01
08.01.03 - Transferência Encargos para RPPS - IPRECAL	Encargos	mês	52	43.100,00	0.1.01

08.02 - ENSINO FUNDAMENTAL - 60%

08.02.01 - Pagamento de Salários	Vencimentos	mês	52	2.800.100,00	0.1.12
08.02.02 - Transferência Encargos para RPPS - IPRECAL	Encargos	mês	52	69.900,00	0.1.13
08.02.03 - Pagamento de Salário Família	Benefício	mês	48	271.400,00	0.1.12
<b>08.03 - ENSINO FUNDAMENTAL - 40%</b>					
08.03.01 - Pagamento de Salários	Vencimentos	mês	52	1.800,00	0.1.12
08.03.02 - Transferência Encargos para RPPS - IPRECAL	Encargos	mês	52	730.000,00	0.1.13
08.03.03 - Pagamento de Salário Família	Benefício	mês	48	77.200,00	0.1.13
08.03.04 - Pagamento de Horas Extras	Benefício	mês	48	14.700,00	0.1.13
<b>08.04 - ENSINO INFANTIL</b>					
08.04.01 - Pagamento de Salários	Vencimentos	mês	52	8.900,00	0.1.02
08.04.02 - Transferência Encargos para RPPS - IPRECAL	Encargos	mês	52	2.626.200,00	0.1.02
08.04.03 - Pagamento de Salário Família	Benefício	mês	48	273.900,00	0.1.02
08.04.04 - Pagamento de Horas Extras	Benefício	mês	48	9.800,00	0.1.02
<b>TOTAL</b>				<b>7.615.500,00</b>	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

09. PROGRAMA: COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

DIAGNOSTICO: A Secretaria de Educação compreende o Serviço de Apoio Administrativo a Educação, Serviço de Ensino Fundamental, Serviço de Educação Infantil e Serviço de Controle da Merenda e Transporte Escolar.

DIRETRIZES: Realizar as atribuições administrativas de cada serviço e da Secretaria como um todo.

OBJETIVOS: Garantir a qualidade de ensino fornecendo estrutura e recursos necessários.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
09.01 - Adquirir material de expediente, material de processamento de dados, material de copa e cozinha, material de limpeza e produção de higienização, material de manutenção e conservação do veículo, combustíveis e lubrificantes automotivos e demais materiais para manutenção da estrutura da Secretaria de Educação	Material	mês	200.000	71.712,00	0.1.01

09.02 - Contratação de serviços diversos para manutenção e conservação do patrimônio e veículo, dos serviços de processamento de dados e telecomunicação, serviços gráficos, serviços de energia elétrica, serviços de água, publicações, locação de imóvel e máquina copidora e outros	Serviço	mês	48	135.000,00	0.1.01
09.03 - Auxiliar os colaboradores da Secretaria de Educação nas despesas de estadia e alimentação quando em viagem a serviço através de diárias	Diária	mês	50	4.000,00	0.1.01
09.04 - Contratação de estagiários para auxiliarem nos trabalhos da Secretaria	Auxílio	mês	48	150.000,00	0.1.01
09.05 - Contribuição para o aperfeiçoamento e ampliação de oficinas pedagógicas e atividades sócio-educativos para os alunos da rede municipal de ensino	Contribuição	mês	48	80.000,00	0.1.01
09.06 - Aquisição de equipamentos para atualização e modernização da estrutura da Secretaria de Educação	Equipamento	mês	5	5.000,00	0.1.01
09.07 - Criação de Biblioteca Itinerante afim de oportunizar o acesso a leitura e pesquisa também aos alunos residentes na zona rural	Material	unidade	800	3.000,00	0.1.01
<b>TOTAL</b>				<b>448.712,00</b>	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

10. PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

DIAGNOSTICO: A rede municipal de ensino conta atualmente com 7 escolas de educação básica atendendo atualmente 897 alunos de 1ª a 6ª série, implantará ainda em 2006, mais duas turmas de 7ª série e, em 2007 mais duas turmas de 8ª série, além de construir/ampliar as instalações da Escola de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes para a partir de 2008, oferecer gradativamente o ensino de 5ª a 8ª série.

DIRETRIZES: Proporcionar infra-estrutura física e pedagógica necessária para o aprendizado dos alunos do ensino fundamental, mantendo e equipando as unidades escolares, bem como permitir o acesso ao transporte escolar.

OBJETIVOS: Diminuir a evasão escolar, erradicar o analfabetismo e acima de tudo contribuir para formação integral do aluno com ensino de qualidade, para que este possa cumprir sua parte na construção de uma sociedade mais humana e solidária.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
10.01 - Adquirir material de expediente, material de processamento de dados e informática, material de copa e cozinha, material de limpeza e produção de higienização, material didático e demais materiais para manutenção da estrutura das escolas de ensino fundamental	Material	mês	300.000	200.000,00	0.1.13
10.02 - Contratação de serviços diversos para manutenção e conservação do patrimônio, dos serviços de processamento de dados e telecomunicação, serviços gráficos, serviços de energia elétrica, serviços de água, publicações, assinatura de periódicos, serviço de segurança, serviços bancários e outros	Serviço	mês	48	100.000,00	0.1.13
10.03 - Auxiliar os colaboradores do Serviço de Ensino Fundamental nas despesas de estadia e alimentação quando em viagem a serviço através de diárias	Diária	unidade	50	4.000,00	0.1.13
10.04 - Aquisição de jogos educativos e materiais esportivos para desenvolver o aluno nos aspectos físicos e intelectuais como um todo	Material	unidade	500	25.000,00	0.1.13
10.05 - Aquisição de kit escolar para os alunos do ensino fundamental (1ª a 8ª série)	Material	unidade	4.300	70.000,00	0.1.13
10.06 - Transporte dos alunos da rede municipal e estadual do Município	Serviço	unidade	40	209.168,00 2.056.635,00 182.787,00 416.310,00	0.1.13 0.1.01 0.1.10 0.1.06
10.07 - Construção/ampliação da nova sede da Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes	Obra	área	1.100	500.000,00	0.1.13
10.08 - Aquisição de veículo popular	Obra	unidade	1	20.000,00	0.1.13



10.09 - Aquisição de equipamentos para substituição dos inutilizados, além da implantação do laboratório de informática para atender alunos da sede do Município	Equipamento	unidade	20	20.000,00	0.1.13
TOTAL				3.803.900,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

#### 11. PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS DO ENSINO INFANTIL

DIAGNOSTICO: O Município possui 3 Centros Municipais de Educação Infantil atendendo atualmente 115 alunos de 4 meses a 3 anos e 366 alunos de 4 a 6 anos.

DIRETRIZES: Proporcionar infra-estrutura física e pedagógica necessária para o aprendizado dos alunos do ensino infantil, mantendo e equipando os Centros de Educação Infantil.

OBJETIVOS: Cumprir as funções complementares e indissociáveis da educação infantil: cuidar e educar de forma integrada.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
11.01 - Adquirir material de expediente, material de processamento de dados e informática, material de copa e cozinha, material de limpeza e produção de higienização, material didático e demais materiais para manutenção da estrutura das escolas de ensino fundamental	Material	mês	20.000	90.000,00	0.1.02
11.02 - Contratação de serviços diversos para manutenção e conservação do patrimônio, dos serviços de processamento de dados e telecomunicação, serviços gráficos, serviços de energia elétrica, serviços de água, publicações, assinatura de periódicos e outros	Serviço	mês	48	60.000,00	0.1.02
11.03 - Auxiliar os colaboradores do Serviço de Ensino Infantil nas despesas de estadia e alimentação quando em viagem a serviço através de diárias	Diária	unidade	65	4.000,00	0.1.02
11.04 - Aquisição de jogos educativos e materiais esportivos para desenvolver o aluno nos aspectos físicos e intelectuais como um todo	Material	unidade	500	30.000,00	0.1.02
11.05 - Aquisição de kit escolar para os alunos do ensino infantil	Material	unidade	1.464	15.000,00	0.1.02

11.06 - Reforma e revitalização da estrutura dos centros municipais existentes	Obra	unidade	2	50.000,00	0.1.02
11.07 - Aquisição de equipamentos para substituição e ampliação da estrutura do ensino infantil	Equipamento	unidade	20	10.000,00	0.1.02
11.08 - Capacitação dos profissionais do magistério e auxiliar de berçário	Curso	unidade	4	3.000,00	0.1.02
TOTAL				262.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

#### 12. PROGRAMA: MERENDA ESCOLAR

DIAGNÓSTICO: O Município fornece aos alunos da rede municipal de ensino, a merenda escolar. Elaborado com a orientação e a supervisão de uma nutricionista, o cardápio da merenda escolar, conforme FNDE deve contribuir com, pelo menos, 15% das necessidades nutricionais diárias que cada aluno necessita.

DIRETRIZES: Aquisição de produtos alimentícios com qualidade e com garantia de procedência, além de manter e aperfeiçoar a estrutura física que permita a elaboração e a entrega dos alimentos nas Unidades Escolares.

OBJETIVOS: Contribuir para a melhoria do desempenho escolar, visando a redução da evasão escolar e da repetência, e também, promover hábitos alimentares saudáveis.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
12.01 - Aquisição de produtos alimentícios que compõe o cardápio da merenda escolar da rede municipal de ensino	aluno	unidade	5.700	192.672,00 21.734,00 118.400,00	0.1.08 0.1.09 0.1.00
12.02 - Aquisição de um veículo utilitário tipo furgão para distribuir a merenda nas unidades escolares	equipamento	unidade	1	35.000,00	0.1.00
12.03 - Aquisição de materiais de copa e cozinha para elaboração da merenda escolar e uniformes para merendeiras	material	unidade	700	25.100,00	0.1.00
TOTAL				392.906,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

#### 13. PROGRAMA: SALÁRIO EDUCAÇÃO

DIAGNÓSTICO: Os recursos recebidos das contribuições do salário educação são alocados em programas e projetos voltados ao ensino fundamental.

DIRETRIZES: Melhorar a qualidade na educação preferencialmente no ensino fundamental.

OBJETIVOS: Contribuir e propiciar a redução dos desníveis sócio-educacionais existentes no Município.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
13.01 - Aperfeiçoamento, capacitação e investimento na qualificação dos profissionais do Ensino Fundamental	Cursos	Unidade	10	25.000,00	0.1.07
13.02 - Construção, reforma e revitalização da estrutura das escolas e quadra municipais existentes	obra	Unidade	7	200.000,00	0.1.07
13.03 - Adquirir material de expediente, material de processamento de dados, material de limpeza e produção de higienização, material de manutenção e conservação do veículo, combustíveis e lubrificantes automotivos e demais materiais para manutenção das ações voltadas ao Ensino Fundamental	Material	Unidade	400.000	170.000,00	0.1.07
13.04 - Contratação de serviços diversos para manutenção e conservação do patrimônio e veículo, dos serviços de processamento de dados, serviços gráficos, serviços de, publicações e outros para manutenção das ações voltadas ao Ensino Fundamental	Serviço	Unidade	mês	25.000,00	0.1.07
13.05 - Equipamentos para modernização, atualização e ampliação das ações voltadas para o Ensino Fundamental	Equipamento	unidade	30	43.770,00	0.1.07
<b>TOTAL</b>				<b>463.770,00</b>	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

14. PROGRAMA: PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTO

DIAGNÓSTICO: No Departamento estão lotados: 01 Diretor de Cultura e Desporto, 05 Professores de Música, 01 Professor de Educação Física e 01 Agente Operacional.

DIRETRIZES: Garantir os direitos dos servidores no que se refere a vencimentos e encargos de pessoal.

OBJETIVOS: Pagamento dos vencimentos, remunerações, subsídios e encargos sociais do pessoal lotado no Departamento de Cultura e Desporto.

ações	produto	unidade medida	meta	valor	dr
14.01 - Pagamento de Salários	Vencimento	mês	52	317.300,00	0.1.00
14.02 - Pagamento de Encargos Sociais - INSS	Encargo	mês	52	23.630,00	0.1.00
14.03 - Transferência Encargos para RPPS - IPRECAL	Encargo	mês	52	25.830,00	0.1.00
14.04 - Pagamento de Salário Família	Benefício	mês	48	2.100,00	0.1.00
<b>TOTAL</b>				<b>368.860,00</b>	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

15. PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTO

DIAGNÓSTICO: a sede do Departamento fica na Casa da Cultura, que conta com 01 Museu, 01 Biblioteca, 03 Salas de Música, Espaço Cultural com 01 Auditório e 02 Salas de Reuniões, 01 Ginásio de Esportes e 01 Praça de Esportes.

DIRETRIZES: Manter as instalações físicas com água, luz, telefone, material de limpeza, consertos, manutenção dos equipamentos e outros.

OBJETIVO: Manter as atividades da Casa da Cultura, do Espaço Cultural e dos ambientes para prática de esportes em pleno funcionamento, proporcionando a estrutura necessária para o desenvolvimento de nossa população.

ações	produto	unidade medida	meta	valor	dr
15.01 - Contratar estagiários para auxiliar nos serviços administrativos do Departamento	Auxílio	mês	48	34.900,00	0.1.00
15.02 - Contratação de serviços de manutenção e conservação dos equipamentos, patrimônio e do veículo, serviços de energia elétrica, serviços de água, serviços de telecomunicações, serviços gráficos, serviços de comunicação, material publicitário e outros necessários para que o departamento possa realizar suas atividades administrativas	Serviço	mês	48	60.000,00	0.1.00

15.03 - Aquisição de material de manutenção e conservação dos equipamentos, patrimônio e veículo, material de expediente, material de processamento de dados, material gráfico, material de copa e cozinha, material de limpeza e produção de higienização e outros para manter a estrutura administrativa	Material	unidade	50.000	25.000,00	0.1.00
15.04 - Aquisição de palanque desmontável para utilização em dias festivos e comemorativos	Palco	unidade	1	7.000,00	0.1.00
15.05 - Aquisição de aparelhos e equipamentos de comunicação e equipamentos de áudio, vídeo e foto e outros para atualizar e ampliar a estrutura do Departamento	Equipamento	unidade	8	14.100,00	0.1.00
15.06 - Aquisição de equipamentos e utensílios domésticos (ferro de passar e máquina de lavar) para manutenção dos uniformes da Banda Municipal	Equipamento	unidade	2	1.060,00	0.1.00
15.07 - Aquisição de veículo popular	Veículo	unidade	1	20.000,00	0.1.00
15.08 - Auxiliar os funcionários nas despesas de locomoção, estadia e alimentação quando em viagem a serviço	Diária	unidade	42	3.400,00	0.1.00
<b>TOTAL</b>				<b>165.460,00</b>	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO PLANO PLURIANUAL 2006/2009 ANEXO II					
16. PROGRAMA: BANDA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE - BAMUCA					
DIAGNÓSTICO: A Banda Municipal de Campo Alegre conta com 45 integrantes/alunos e 26 instrumentos.					
DIRETRIZES: Manter os instrumentos existentes em boas condições de uso; adquirir novos instrumentos; manter os uniformes em ótimo estado para que os alunos possam se apresentar; prever uniformes e instrumentos para a entrada de novos integrantes; disponibilizar recursos para viagens de intercâmbio Nacional e/ou Internacional com outras Bandas.					

OBJETIVO: Manter e aperfeiçoar as apresentações cívicas e festivas realizadas pela Banda Municipal, proporcionando desenvolvimento, entretenimento e cultura aos alunos e a população em geral.					
ações	produto	unidade medida	meta	valor	dr
16.01 - Contratação de Maestro para dirigir a Banda Municipal	Serviço	mês	48	29.000,00	0.1.00
16.02 - Aquisição de Instrumentos Musicais	Equipamento	unidade	19	7.000,00	0.1.00
16.03 - Reforma e manutenção dos instrumentos existentes	Instrumento	unidade	60	3.000,00	0.1.00
16.04 - Proporcionar viagens e a participação da Banda em Festivais e Audições	Viagem	unidade	4	5.000,00	0.1.00
<b>TOTAL</b>				<b>44.000,00</b>	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO PLANO PLURIANUAL 2006/2009 ANEXO II					
17. PROGRAMA: BIBLIOTECA MUNICIPAL					
DIAGNÓSTICO: A Biblioteca Municipal Cruz e Souza possui um acervo de 4.000 livros, em uma sala com 4 mesas, 16 cadeiras, 04 estantes de aço e 2 armários.					
DIRETRIZES: Adquirir acervo bibliográfico das mais diversas áreas, principalmente literatura infantil e infanto-juvenil, melhorar a estrutura aos usuários e implantar a Biblioteca Virtual.					
OBJETIVO: Desenvolver e ampliar as opções de pesquisa bibliográfica para que cada vez mais a biblioteca se torne um ambiente freqüentado por crianças, jovens e adultos.					
ações	produto	unidade medida	meta	valor	dr
17.01 - Aquisição de livros para ampliação do acervo	Acervo	unidade	250	6.000,00	0.1.00
17.02 - Aquisição de estantes de aço, mesas e cadeiras para modernização e ampliação da Biblioteca Municipal	Equipamento	conjunto	4	5.000,00	0.1.00
<b>TOTAL</b>				<b>11.000,00</b>	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO PLANO PLURIANUAL 2006/2009 ANEXO II					
18. PROGRAMA: CULTURA PARA TODOS					
DIAGNÓSTICO: Departamento de Cultura realiza anualmente o Festival de Inverno envolvendo toda a comunidade, o Festival de Dança com os alunos da Rede Municipal de Ensino, o Festival de Bandas e Fanfarras, prepara as comemorações do aniversário do Município e promove alguns eventos em algumas datas alusivas como Natal, Páscoa, Dia da Independência e outros.					

**DIRETRIZES:** Repassar a contribuição para entidade realizadora do Festival de Inverno; confeccionar folders, cartazes, convites para divulgação dos eventos; contratar shows, apresentações artísticas, culturais e musicais; adquirir materiais e serviços diversos para a organização dos eventos.

**OBJETIVO:** Democratizar a cultura de forma com que todos possam usufruir dos benefícios que ela oferece a sociedade.

ações	produto	unidade medida	meta	valor	dr
18.01 - Colaborar com a realização do Festival de Inverno	Contribuição	unidade	4	60.000,00	0.1.00
18.02 - Realização do Festival de Dança, Festival de Bandas e Fanfarras, realização de retretas, comemoração do Dia da Independência e comemoração do Aniversário do Município	Evento	unidade	24	28.000,00	0.1.00
18.03 - Comemorações e Decoração Natalina	Evento	unidade	4	8.000,00	0.1.00
18.04 - Melhorar a estrutura do Museu, criar o Arquivo Histórico Municipal e preservar o Patrimônio Histórico Municipal.	Serviço	unidade	4	4.000,00	0.1.00
18.05 - Manter o casarão localizado na Rua Coronel Bento de Amorim que será concedido à Prefeitura para desenvolver atividades culturais	Serviço	mês	48	3.000,00	0.1.00
18.06 - Criar e manter uma estrutura que permita incentivar a formação de um grupo teatral da Casa da Cultura	Projeto	unidade	1	7.000,00	0.1.00
<b>TOTAL</b>				<b>110.000,00</b>	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II  
19. PROGRAMA: ESPORTE É VIDA SAUDÁVEL

**DIAGNÓSTICO:** O Departamento de Cultura e Desporto oferece estrutura física para prática de diversas modalidades desportivas, mas existe a necessidade de manter e ampliar a estrutura existente, além de construir novos espaços para atender a demanda crescente de crianças, jovens, adultos e idosos que procuram, cada vez mais, a saúde através do esporte.

**DIRETRIZES:** Reformar a estrutura física existente, construir novos espaços para prática desportiva e proporcionar a efetiva prática de esportes com materiais e equipamentos adequados para cada modalidade.

**OBJETIVOS:** Incentivar a população à prática de esporte, oferecendo-o como meio de promover saúde e bem estar pessoal, independente da idade ou da classe social.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
19.01 - Construção, reforma, revitalização e ampliação de quadras poli-esportivas no Conjunto Habitacional Bela Vista, Bairro Belo Horizonte, Praça de Esportes Maurício Foitte e Campo Municipal de Fragosos	área	m2	512	50.000,00	0.1.00
19.02 - Aquisição de material desportivo como: uniformes, agasalhos, bolas, apitos, luvas, joelheiras, tornozeleiras, redes e outros	Material	unidade	120	10.000,00	0.1.00
<b>TOTAL</b>				<b>60.000,00</b>	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II  
20. PROGRAMA: IMPORTANTE É COMPETIR

**DIAGNÓSTICO:** O Departamento de Cultura e Desporto promove campeonatos municipais como os Jogos Paraíso da Serra, os Jogos de Comemoração do Aniversário do Município, os Jogos de Integração da Terceira Idade, participa de campeonatos regionais e estaduais como Moleque Bom de Bola e outros.

**DIRETRIZES:** Garantir a participação dos atletas em campeonatos municipais, regionais e estaduais.

**OBJETIVOS:** Formar e preparar atletas para representarem o Município a nível regional, estadual e nacional.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
20.01 - Promoção de campanhas sócio-educativas, afim de conscientizar a população na busca da saúde através da prática de esportes	campanha	unidade	8	3.000,00	0.1.00
20.02 - Inscrição de equipes em campeonatos da Região e do Estado	inscrição	unidade	24	2.400,00	0.1.00
20.03 - Contratar serviços de transporte para as equipes que participarem de competições dentro e fora do Município	transporte	unidade	24	8.000,00	0.1.00
20.04 - Aquisição de diversos materiais como itens de primeiros socorros, água mineral, e outros	material	unidade	200	1.000,00	0.1.00
20.05 - Garantir as despesas básicas de alimentação das equipes, quando participarem de campeonatos fora do Município	refeições	unidade	1000	10.000,00	0.1.00
20.06 - Contratar serviços de arbitragem para campeonatos municipais	campeonato	unidade	16	38.800,00	0.1.00



20.07 - Aquisição de premiações diversas como medalhas e troféus	material	unidade	1.600	13.200,00	0.1.00
TOTAL				76.400,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

#### 21. PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DIAGNOSTICO: Na Secretaria de Saúde estão lotados: 01 Secretário Municipal, 03 Médicos, 05 Odontólogos, 01 Fisioterapeuta, 01 Farmacêutico, 02 Enfermeiros, 01 Fiscal da Vigilância Sanitária, 05 Técnicos de Enfermagem, 04 Auxiliares de Enfermagem, 03 Auxiliares de Odontologia, 07 Agentes Administrativos, 05 Motoristas e 3 Agentes Operacionais.

DIRETRIZES: Garantir os direitos dos servidores no que se refere a vencimentos e encargos de pessoal.

OBJETIVOS: Pagamento dos vencimentos, remunerações, subsídios e encargos sociais do pessoal lotado na Secretaria de Saúde.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE-MEDIDA	META	VALOR	DR
21.01 - Pagamento de Subsídios e Salários	Vencimentos	mês	52	3.570.773,00	0.1.03
21.02 - Pagamento de Encargos Sociais - INSS	Encargos	mês	52	40.800,00	0.1.03
21.03 - Transferência Encargos para RPPS - IPRECAL	Encargos	mês	52	300.000,00	0.1.03
21.05 - Pagamento de Salário Família	Benefícios	mês	48	4.350,00	0.1.03
21.06 - Pagamento de Horas Extras	Benefícios	mês	48	63.400,00	0.1.03
TOTAL				3.979.323,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

#### 22. PROGRAMA: POSTOS DE SAÚDE

DIAGNOSTICO: O Município tem cadastrado, no Ministério da Saúde, um projeto de ampliação e restauração do Posto de Saúde de Bateias de Cima. Esta unidade funciona como sede do Programa Saúde na Família - PSF. E pretende ainda, cadastrar um projeto de ampliação do Posto de Saúde de Bateias de Baixo.

DIRETRIZES: Reformar e ampliar a Unidade de Saúde.

OBJETIVOS: Atender a demanda dos usuários com qualidade e eficiência.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE-MEDIDA	META	VALOR	DR
22.01 - Ampliação e restauração do Posto de Saúde de Bateias de Cima	obra	m2	212	85.010,43 2.630,00	0.1.20 0.1.03
TOTAL				87.640,43	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

#### 23. PROGRAMA: PESSOAL DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIAGNOSTICO: No Serviço de Assistência Social estão lotados: 01 Chefe do Serviço Social, 01 Assistente Social e prevê ainda a contratação de 01 Psicólogo e 01 Terapeuta Ocupacional por concurso.

DIRETRIZES: Garantir os direitos dos servidores no que se refere a vencimentos e encargos de pessoal.

OBJETIVOS: Pagamento dos vencimentos, remunerações, subsídios e encargos sociais do pessoal lotado no Serviço de Assistência Social.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE-MEDIDA	META	VALOR	DR
23.01 - Pagamento de Subsídios e Salários	Vencimentos	mês	52	377.000,00	0.1.00
23.02 - Transferência Encargos para RPPS - IPRECAL	Encargos	mês	52	31.300,00	0.1.00
TOTAL				408.300,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

#### 24. PROGRAMA: CONSELHO TUTELAR

DIAGNOSTICO: O Conselho Tutelar é formado por cinco conselheiros. Tem estrutura própria, e futuramente, será instalado na Casa da Cidadania.

DIRETRIZES: remuneração dos conselheiros e outras despesas de manutenção da sede do conselho tutelar.

OBJETIVOS: manter o atendimento a criança e ao adolescente conforme eca.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE-MEDIDA	META	VALOR	DR
24.01 - Remuneração dos conselheiros	Vencimentos	mês	48	138.000,00	0.1.00
24.02 - Contratação de serviços de água, serviços de energia elétrica, serviços de telecomunicações, serviços de manutenção e conservação da estrutura, serviço de gráfica e outros para manutenção da estrutura física do Conselho Tutelar	Serviço	mês	48	34.000,00	0.1.00

24.03 - Aquisição de material de expediente, material de processamento de dados, material de limpeza e produção de higienização, material de copa e cozinha, material gráfico e de comunicação e outros para desenvolver as atividades do Conselho Tutelar	Material	unidade	5.000	10.700,00	0.1.00
24.04 - Campanhas educativas e de conscientização dos direitos das crianças e adolescentes	Campanhas	unidade	8	2.600,00	0.1.00
24.05 - Aquisição de mobiliário e equipamentos para instalação do Conselho Tutelar na Casa da Cidadania	Equipamento	unidade	14	3.000,00	0.1.00
TOTAL				188.300,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXOII

25. PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DIAGNOSTICO: Na Secretaria de Desenvolvimento Econômico estão lotados: 01 Engenheiro Agrônomo e 01 Médico Veterinário.

DIRETRIZES: Garantir os direitos dos servidores no que se refere a vencimentos e encargos de pessoal.

OBJETIVOS: Pagamento dos vencimentos, remunerações e encargos sociais do pessoal lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
25.01 - Pagamento de Salários	Vencimentos	mês	52	339.800,00	0.1.00
25.02 - Transferência Encargos para RPPS - IPRECAL	Encargos	mês	52	36.100,00	0.1.00
TOTAL				375.900,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

26. PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DIAGNOSTICO: A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico compreende a divisão do Desenvolvimento Econômico, o Serviço de Agricultura e Meio Ambiente e o Serviço de Turismo, Indústria e Comércio.

DIRETRIZES: Manutenção da Secretaria e destinação de recursos para promover o desenvolvimento dos principais eixos econômicos do Município.

OBJETIVOS: Ter na agricultura um segmento econômico forte e sustentável, capaz de manter o homem no campo; consolidar o Município como destino turístico e atrair novos empreendimentos.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
26. 01 - Aquisição de material de expediente, material de limpeza e produção de higienização, material de processamento de dados, material de manutenção e conservação de equipamentos e veículos, combustíveis e lubrificantes automotivos e outros para manutenção da estrutura e dos veículos da Secretaria de Desenvolvimento	Material	unidade	32.450	60.000,00	0.1.00
26.04 - Contratação de serviços para manutenção e conservação dos equipamentos e veículos, serviços gráficos, serviços de comunicação e outros para otimizar os trabalhos da Secretaria	Serviços	horas	400	6.900,00	0.1.00
26.06 - Aquisição de um veículo utilitário para substituição	Veículo	unidade	1	20.000,00	0.1.00
26.07 - Auxiliar os colaboradores nas despesas de estadia e alimentação quando em viagem a serviço	Diária	unidade	48	2.400,00	0.1.00
26.08 - Aquisição de equipamentos para aperfeiçoar e ampliar os trabalhos da Secretaria	Equipamento	unidade	4	5.000,00	0.1.00
26.09 - Contratar estagiário para auxiliar nos trabalhos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Auxílio	mês	48	18.400,00	0.1.00
TOTAL				112.700,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

27. PROGRAMA: APOIO E PARCERIAS PARA INCREMENTO DAS ATIVIDADES RURAIS COM SINDICATO RURAL E EPAGRI

DIAGNOSTICO: Experiências têm demonstrado que o trabalho em parceria é economicamente viável tanto para o Município quanto para o Sindicato e a Epagri. A agropecuária é o eixo econômico que mais cresce no Município, portanto necessita de assistência técnica para melhorar a qualidade e produtividade.

DIRETRIZES: Manutenção do Programa de Inseminação Artificial em parceria com o Sindicato Rural e cooperação técnica com a Epagri, a fim de permanentemente assistir o produtor rural.

OBJETIVOS: Obter o melhoramento genético e sanitário da bovinocultura de leite e de corte através do Programa de Inseminação Artificial e em conjunto com a Epagri buscar a profissionalização do pequeno produtor rural e incrementar a agricultura familiar através do Programa Microbacias 2.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE-MEDIDA	META	VALOR	DR
27.01 - Convênio com o Sindicato Rural para Implementação do Programa de Inseminação Artificial	Contribuição	mês	48	48.000,00	0.1.00
27.02 - Convênio com a EPAGRI - Manutenção do Escritório Local e Assistência Técnica	Serviço	mês	48	72.000,00	0.1.00
<b>TOTAL</b>				120.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

28. PROGRAMA: DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E MUDAS

DIAGNOSTICO: O Município tem na agricultura um forte eixo econômico formado em sua maioria por pequenos produtores rurais que precisam de incentivo para melhorar e diversificar a sua lavoura.

DIRETRIZES: Manter e ampliar o Programa de Distribuição de Sementes de Milho e Árvores Frutíferas e/ou exóticas mediante critérios estabelecidos em lei específica.

OBJETIVOS: Implementar ainda mais o movimento econômico agrícola do Município, melhorando a renda dos pequenos produtores.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE-MEDIDA	META	VALOR	DR
28.01 - Aquisição e Distribuição de Sementes de Milho	sementes	sacas	2.000	153.000,00	0.1.00
28.02 - Aquisição e Distribuição Mudas de Árvores Frutíferas e ou exóticas	mudas	caixas	20.000	40.000,00	0.1.00
<b>TOTAL</b>				193.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

29. PROGRAMA: ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS

DIAGNOSTICO: O Município organiza anualmente, em parceria com o Sindicato Rural a Festa Estadual da Ovelha e a Festa da Agropecuária Campoalegrense.

DIRETRIZES: Contribuir para a realização das Festas.

OBJETIVOS: Divulgar o Município e promover desenvolvimento dos setores da Ovinocultura, Agricultura, Artesanato, Turismo, além de tornar o Município uma referência Estadual e ainda concretizar negócios.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE-MEDIDA	META	VALOR	DR
29.01 - Apoiar a Organização e realização da Festa Estadual da Ovelha	Contribuição	Unidades	04	80.000,00	0.1.00
<b>TOTAL</b>				80.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

30. PROGRAMA: PROFISSIONALIZAÇÃO E JOVEM RURAL

DIAGNOSTICO: Necessidade de profissionalização dos produtores e do jovem rural.

DIRETRIZES: Oportunizar a participação dos produtores e jovens rurais a feiras, eventos, cursos, seminários e palestras.

OBJETIVOS: Profissionalização do produtor rural e garantindo, também a permanência do jovem no campo.

AÇÕES	PRODU-TO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
30.01 - Organização de Palestras, Cursos, Seminários, Dias de Campo e viagens a Feiras	Eventos	unidade	08	4.000,00	0.1.00
TOTAL				4.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL 2006/2009

ANEXO II

31. PROGRAMA: INCENTIVAR E FACILITAR A AQUISIÇÃO DE INSUMOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

DIAGNOSTICO: Alto custo e dificuldade de acesso ao crédito para investimento/ custeio da produção e aquisição de máquinas e equipamentos.

DIRETRIZES: Auxiliar o produtor a montar plano de negócios, facilitando o acesso ao crédito, incentivar a organização dos produtores para através do Sindicato Rural realizar compra conjunta de insumos, etc.

OBJETIVOS: Contribuir para a modernização propriedade agrícola com aquisição de novas tecnologias.

AÇÕES	PRODU-TO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
31.01 - Parceria com o Banco do Brasil para facilitar o acesso ao Crédito Rural	Projeto	unidade	1.000	0,00	Previsto no Programa 30
31.02 - Incentivar os Núcleos de Produtores já existentes e assessorar a criação de novos núcleos visando unir esforços para diminuir custos de produção, organizar compras conjuntas de insumos, máquinas e equipamentos com menor custo, estudar formas de agregar valores e comercializar seus produtos.	Reuniões	unidade	10	0,00	Previsto no Programa 30
TOTAL				0,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL 2006/2009

ANEXO II

32. PROGRAMA: PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE CALCÁRIO SUBSIDIADO

DIAGNOSTICO: O Município possui solo excessivamente ácido necessitando assim, de correção para melhorar sua fertilidade.

DIRETRIZES: Distribuição de calcário mediante critérios.

OBJETIVOS: Correção do solo do Município com conseqüente aumento de produtividade gerado pela lavoura.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
32.01 - Aquisição e distribuição de calcário	Calcário	Cargas de 15.000 kg	1.080	337.020,00	0.1.00
TOTAL				337.020,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PLANO PLURIANUAL 2006/2009

ANEXO

33. PROGRAMA: PORTEIRA ADENTRO (APOIO A PRODUTORES AGRO SILVO PASTORIS)

DIAGNOSTICO: O Município possui aproximadamente 50% da população na zona rural, e a grande maioria formada por pequenos produtores que necessitam de apoio para melhorar sua infraestrutura básica.

DIRETRIZES: Ações de prestação de serviços de máquinas e caminhões da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras na construção ou instalação de granjas, leitarias, esterqueiras, silos, açudes, acesso as propriedades, terraplanagens para edificações de residências, galpões e outros na área rural do Município.

OBJETIVOS: Auxiliar os produtores agro-silvo-pastoris a título de incentivo aos setores produtivos, de pesquisa e difusão de tecnologia agrícola afim de garantir aumento da produção agrícola evitando o êxodo rural.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
33.01 - Execução de trabalhos para construção ou instalação de granjas, leitarias, esterqueiras, silos, açudes, acesso as propriedades, terraplanagens para edificações de residências, galpões e outros	Serviços	unidade	4.000	0,00	Previsto no Programa 45 e 47
TOTAL				0,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO

#### 34. PROGRAMA: INTEGRAÇÃO RURAL

**DIAGNOSTICO:** O Município possui aproximadamente 50% da população na zona rural, e há necessidade de levar alternativas para a mulher rural agregar renda á propriedade. Há necessidade também de levar cultura, esporte e lazer nas localidades.

**DIRETRIZES:** Promover, em parceria com Sindicato Rural e Epagri, ações que estimulem e capacitem a mulher despertando novas alternativas de agregação de renda aos produtos por ela produzidos e abrindo também novos mercados. Criar junto com as Associações de Moradores, programas de atividades culturais, sociais, gastronômicas e esportivas.

**OBJETIVOS:** Valorização da mulher rural e aumento da qualidade de vida a população rural como um todo.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE-MEDIDA	META	VALOR	DR
34.01 - Promover cursos de panificação, geléias e doces, conservas, compotas, horticultura, fruticultura, frutas cristalizadas, fabricação de queijos, beneficiamento da lã de ovelha e outros em parceria com Sindicato Rural e Epagri	Cursos	unidade	36	0,00	Convênio cfe. Programa 31
<b>TOTAL</b>				0,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO

#### 35. PROGRAMA: INCENTIVO A PRODUÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS

**DIAGNOSTICO:** O Município possui aproximadamente 50% da população na zona rural, e há necessidade freqüente de diversificar a criação de novas espécies.

**DIRETRIZES:** Incentivar a criação de pequenos animais como ovinocultura, caprinocultura, cunicultura, piscicultura, avicultura e outros.

**OBJETIVOS:** Aumentar e diversificar o rebanho de pequenos animais, a fim de suprir a demanda, explorando a atividade inclusive como atrativo turístico.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE-MEDIDA	META	VALOR	DR
35.01 - Aquisição e distribuição de pequenos animais mediante critérios e treinamento	Animais	unidade	4.000	10.000,00	0.1.00
<b>TOTAL</b>				10.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

#### 36. PROGRAMA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**DIAGNOSTICO:** Necessidade de conscientização das crianças, adolescentes e população em geral quanto às questões ambientais, buscando usar os recursos naturais de forma sustentável no Município.

**DIRETRIZES:** Educar a população do Município inclusive nas escolas em relação a conservação do meio ambiente através de folders, cartilhas ecológicas, palestras, campanhas, cursos realizados pelo Município e por entidades como Senar e Epagri.

**OBJETIVOS:** Ter uma população consciente que utilize o meio ambiente de forma sustentável.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE-MEDIDA	META	VALOR	DR
36.01 - Realização de palestras, campanhas e reuniões	Eventos	unidade	20	500,00	0.1.00
36.02 - Confecção de folders, cartazes e cartilhas ecológicas	Material	unidade	20.000	4.000,00	0.1.00
36.03 - Criar o Conselho Municipal do Meio Ambiente	Reuniões	unidade	18	500,00	0.1.00
36.04 - Aquisição de material para promoção de eventos ambientais como Semana da Água, Semana do Meio Ambiente, Dia da Mata Atlântica e outros	Material	unidade	20.000	4.000,00	0.1.00
36.05 - Promover e divulgar a importância da coleta seletiva do lixo, além de implantar práticas de aproveitamento do lixo orgânico das hortas e jardins	Material	unidade	4.000	500,00	0.1.00
<b>TOTAL</b>				9.500,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

37. PROGRAMA: CONTROLE DO BORRACHUDO EM PARCERIA COM ACOB (ASSOCIAÇÃO DE COMBATE AO BORRACHUDO)

DIAGNOSTICO: Pela grande quantidade de nascentes e rios no Município, existe ainda a incidência do simulídeo.

DIRETRIZES: Contribuir com a Associação para a manutenção do programa de aplicação do produto biológico BTI e contratação de serviços.

OBJETIVOS: Manter a incidência do borrachudo sob controle para que a médio e longo prazo o Município consiga erradicá-lo.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
37.01 - Contribuir para ACOB	Contribuição	mês	48	124.800,00	0.1.00
TOTAL				124.800,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

38. PROGRAMA: SOS NASCENTES E RECUPERAÇÃO DA MATA CILIAR

DIAGNOSTICO: Campo Alegre é um município possuidor de grande número de nascentes e abastece, inclusive, cidades vizinhas, possui ainda um número expressivo de carvoeiros que necessitam continuar com sua atividade, mas dentro das normas legais e ambientalmente corretas garantindo assim, a sustentabilidade da atividade.

DIRETRIZES: Implantar programa de distribuição de mudas nativas para manutenção e recuperação de nascentes e margens dos rios e um Programa de Distribuição de Mudas para a regularização da atividade do carvoeiro.

OBJETIVOS: Preservar a água para as futuras gerações e garantir a atividade econômica do carvão vegetal.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
38.01 - Aquisição e distribuição de árvores nativas	muda	unidade	40.000	8.000,00	0.1.00
TOTAL				8.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

39. PROGRAMA: TURISMO - DESTINO CAMPO ALEGRE

DIAGNOSTICO: Campo Alegre vem desenvolvendo ao longo dos anos seu potencial turístico e necessita constantemente de ações voltadas a divulgação de seu clima e das suas belezas naturais, assim como do aproveitamento das propriedades rurais que possam porventura abrir suas portas ao turista e agregar renda.

DIRETRIZES: Divulgar o Município através de feiras, criar roteiros turísticos, manter e ampliar o turismo de eventos, desenvolver o ecoturismo, agro e turismo rural, atrair turistas da terceira idade, além de despertar na comunidade o interesse pela atividade turística.

OBJETIVOS: Consolidar o Município como destino turístico.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
39.01 - Garantir a participação do Município em feiras dividindo custos com Municípios vizinhos através do Conselho Regional de Turismo	evento	unidade	20	8.000,00	0.1.00
39.02 - Criar rotas específicas para públicos diferenciados como: pessoas da 3ª Idade, atletas de esportes radicais, turismo rural, agro-turismo e outros	serviço	unidade	4	2.000,00	0.1.00
39.03 - Divulgação das rotas turísticas	folder	unidade	20.000	2.800,00	0.1.00
39.04 - Construção do Pórtico Turístico do Município conforme projeto do Ministério do Turismo	obra	unidade	1	30.000,00	0.1.24
TOTAL				42.800,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

40. PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS

DIAGNOSTICO: O Município possui um Centro de Informações Turísticas que tem como finalidade informar e atender bem os turistas, além de oferecer um espaço adequado para a Associação dos Artesãos do Município demonstrar e vender seus produtos.

DIRETRIZES: Manter a estrutura do Centro de Informações Turísticas em pleno funcionamento e produzir material de divulgação do Município.

OBJETIVOS: Atender bem o turista e valorizar o artesanato local.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
40.01 - Contratação de serviços de energia elétrica, serviços de água, serviços de telecomunicações, serviço de segurança monitorada, serviço de gráfica, serviço de comunicação, serviços de manutenção e conservação do patrimônio e dos equipamentos e outros necessários para manter a estrutura do Centro de Informações Turísticas	serviço	mês	48	21.000,00	0.1.00
40.02 - Aquisição de material de expediente, material de copa e cozinha, material de limpeza e produção de higienização, material gráfico, material de processamento de dados e outros que garantam a manutenção das atividades do Centro de Informações Turísticas	material	unidade	20.000	4.700,00	0.1.00
40.03 - Contratar estagiários para realizar serviços no Centro de Informações Turísticas	auxílio	mês	48	37.500,00	0.1.00
40.04 - Confeção de material de divulgação do Município e seus atrativos	folder	unidade	100.000	14.000,00	0.1.00
TOTAL				77.200,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

## 41. PROGRAMA: INCENTIVO ÀS INDÚSTRIAS

DIAGNOSTICO: O Município possui indústrias e tem necessidade fortalecê-las, além de atrair novas indústrias.

DIRETRIZES: Contribuir com infraestrutura básica como estradas, terraplanagem e ensaibramento, e mediante Lei Municipal específica a possibilidade da conceder de terrenos para instalação de novas indústrias.

OBJETIVOS: Geração de emprego e fortalecimento da economia local.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
41.01 - Melhorar a infraestrutura básica de terraplanagem, vias de acesso, ensaibramento e outros	Serviço	unidade	200	0,00	Previsto no Programa 45 e 47
41.02 - Locação de prédio para instalação de incubadora de empresas	Aluguel	mês	24	48.000,00	0.1.00
41.03 - Buscar alterações na Legislação Municipal para criar o Simples Municipal	Reunião	unidade	24	0,00	0.1.00
41.04 - Criar o Pró-Micro que consiste num conjunto de ações para fortalecer tecnicamente, juridicamente e gerencialmente empreendedores e candidatos a empreendedores do Município	Empreendedor	unidade	60	3.000,00	0.1.00
TOTAL				51.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

## 42. PROGRAMA: CONVÊNIO COM ACIACA E CDL

DIAGNOSTICO: O comércio do Município ainda é pouco competitivo, há portanto a necessidade de ações conjuntas para buscar a sua maturidade, e com relação as indústrias tem-se o desafio de promover o Associativismo.

DIRETRIZES: Conveniar com ACIACA e CDL.

OBJETIVOS: Auxiliar a ACIACA e a CDL a trabalharem efetivamente como agentes de desenvolvimento.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
42.01 - Conveniar com ACIACA incentivando o associativismo e o cooperativismo e viabilização de novos negócios para o beneficiamento de produtos primários do Município.	Contribuição	mês	48	18.370,00	0.1.00
42.02 - Conveniar com CDL a fim de fortalecer o comércio e capacitar as empresas do Município para que atendam as exigências da Lei de Licitações e se tornem fornecedoras de seus produtos á Prefeitura	Contribuição	mês	48	18.370,00	0.1.00
TOTAL				36.740,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTES E OBRAS  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II  
43. PROGRAMA: PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTES E OBRAS

DIAGNOSTICO: Na Secretaria estão lotados: 01 Secretário Municipal, 01 Diretor, 03 Chefes de Serviços, 01 Engenheiro Civil, 01 Fiscal de Obras, 02 Agente Administrativo, 01 Técnico Agrícola, 03 Motorista, 33 Agentes Operacionais e prevê ainda a contratação por concurso de 10 Agentes Operacionais I.

DIRETRIZES: Garantir os direitos dos servidores no que se refere a vencimentos e encargos sociais.

OBJETIVOS: Pagamento dos vencimentos, remunerações, subsídios e encargos sociais.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
43.01 - Pagamento de Subsídios e Salários	Vencimentos	Mês	52	2.835.000,00	0.1.00
43.02 - Pagamento de Encargos Sociais	Encargos	Mês	52	64.100,00	0.1.00
43.03 - Transferência Encargos para RPPS - IPRECAL	Encargos	Mês	52	206.500,00	0.1.00
43.04 - Pagamento Salário Família	Benefício	Mês	52	19.000,00	0.1.00
43.05 - Pagamento de Horas Extras	Benefício	Mês	52	100.000,00	0.1.00
TOTAL				3.224.600,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTES E OBRAS  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

44. PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTES E OBRAS

DIAGNOSTICO: A Secretaria compreende em sua estrutura o Serviço de Planejamento e Obras, Serviço de Transporte e Frota e Serviço de Obras e Serviços Públicos.

DIRETRIZES: Suprir com serviços e materiais a Secretaria para que a mesma possa desenvolver as suas atribuições.

OBJETIVOS: Ter uma Secretaria ágil e eficiente para que os serviços nela compreendidos possam atender os Municípios e cumprir seus objetivos.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
44.01 - Aquisição de material de expediente, material de processamento de dados, material de limpeza e produção de higienização, material de proteção e segurança, uniformes, material elétrico, ferramentas e outros para manutenção da estrutura da Secretaria	Material	unidade	14.000	70.000,00	0.1.00

44.02 - Contratação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos e bens imóveis, serviço de limpeza e conservação, serviços técnicos profissionais, serviços de plotagens, serviços gráficos, serviços de água e energia elétrica e outros	Serviço	unidade	48	125.000,00	0.1.00
44.04 - Auxiliar os servidores da Secretaria nas despesas de estadia e alimentação quando em viagem a serviço	Diária	unidade	60	4.800,00	0.1.00
44.05 - Contratação do serviço de levantamento aerofotogramétrico para atualização do Cadastro Imobiliário e implantação do sistema de georeferenciamento para atualização dos dados cadastrais	Serviço	unidade	1	100.000,00	0.1.00
44.06 - Contratação de estagiário para auxiliar nos serviços da Secretaria	Auxílio	mês	48	18.400,00	0.1.00
44.07 - Capacitação dos servidores lotados nesta Secretaria	Curso	unidade	8	2.000,00	0.1.00
44.08 - Desenvolver Planejamento Estratégico e garantir a atualização, através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano, do Plano Diretor do Município	Reuniões	unidade	12	1.000,00	0.1.00
TOTAL				321.200,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

45. PROGRAMA: MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E CONSERVAÇÃO DE LOGRADOUROS

DIAGNOSTICO: O Município possui uma malha viária de 1265 km de extensão, além de jardins, praças, pontes, pontilhões e bueiros que necessitam, constantemente, de reparos e melhorias para garantir o escoamento da produção agrícola, deslocamento dos municípios e permitir o desenvolvimento turístico na cidade e interior do Município.

DIRETRIZES: Efetuar manutenção, alargamento e ensaibramento das estradas, continuar a pavimentação asfáltica de novas vias e conservar as existentes, manter jardins e praças, construir e manter as pontes, pontilhões e bueiros, manter o britador em funcionamento, revitalizar a sinalização viária, renovar e ampliar a arborização das ruas.

OBJETIVOS: Proporcionar conforto e segurança aos moradores, aos transeuntes e aos visitantes, bem como embelezar a cidade.



AÇÕES	PRODU-TO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
45.01 - Pavimentação e calçamento de vias urbanas	obra	m2	40.000	212.413,00 100.000,00 688.374,00 199.213,00	0.1.05 0.1.25 0.1.04 0.1.00
45.02 - Aquisição de materiais para manutenção de vias, estradas, jardins, praças, abrigos de passageiros, pontes, pontilhões e bueiros, materiais de sinalização visual, ferramentas, materiais para manter e conservar o britador em pleno funcionamento, materiais para atender o Programa de Incentivo à Indústria, o Programa Porteira Adentro, além de outros	material	unidade	20.000	200.000,00 5.268,00 169.732,00	0.1.04 0.1.17 0.1.00
45.03 - Contratação de serviços para manutenção de vias, estradas, sinalização viária, pontes, pontilhões e bueiros, locação de máquinas, assentamento de galerias e outros	serviço	mês	48	217.000,00	0.1.04
45.04 - Construção, conservação e reforma de praças, parques e jardins	obra	unidade	8	30.000,00	0.1.04
TOTAL				1.822.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

46. PROGRAMA: SANEAMENTO - AUMENTANDO A QUALIDADE DE VIDA  
DIAGNOSTICO: O Município ainda não possui estação de tratamento de esgoto nem água tratada em todas as localidades.

DIRETRIZES: Implantação de água potável em comunidades ainda não atendidas e implementar através de convênio com o Governo Federal saneamento básico.

OBJETIVOS: Aumentar a qualidade de vida da população.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
46.01 - Implantação de Sistemas de Rede Hidráulica	Sistema	unidade	2	12.760,00 47.240,00	0.1.00 0.1.21

46.02 - Implementação de Sistema de Saneamento Básico através de mini estações de tratamento de esgoto em diversos pontos da cidade e, na zona rural, incentivar a implantação de estação de raízes	Sistema	unidade	1	1.000.000,00	0.1.21
46.03 - Firmar um convênio de cooperação técnica com o objetivo de discutir o futuro do abastecimento de água em Campo Alegre	Convênio	unidade	1	5.000,00	0.1.00
TOTAL				1.065.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS

PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

47. PROGRAMA: FROTA MUNICIPAL

DIAGNOSTICO: O Município possui uma frota de veículos e máquinas que proporcionam a estrutura necessária para manter as vias públicas, o Programa de Incentivo às Indústrias e o Programa Porteira Adentro.

DIRETRIZES: Manter e renovar os veículos e máquinas da frota municipal.

OBJETIVOS: Veículos e equipamentos que compõe o patrimônio do Município em boas condições de uso.

AÇÕES	PRODU-TO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
47.01 - Aquisição de materiais para manutenção de veículos e máquinas, materiais de limpeza e produção de higienização, materiais, combustíveis e lubrificantes automotivos e outros	Material	unidade	200.000	2.070.000,00	0.1.00
47.02 - Contratação de serviços para manutenção e conservação de veículos e máquinas, serviços de limpeza, serviço de socorro e salvamento, seguros, licenciamentos de veículos e outros	Serviço	mês	48	454.000,00	0.1.00
47.03 - Aquisição de máquina Moto-niveladora	Equipamento	unidade	1	544.500,00	0.1.00
47.04 - Aquisição de caminhão tratorado com basculante	Veículo	unidade	1	165.000,00	0.1.00

47.05 - Aquisição de camionete para substituição da Toyota	Veículo	unidade	1	30.000,00	0.1.00
TOTAL				3.263.500,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

#### 48. PROGRAMA: SERVIÇOS PÚBLICOS

DIAGNOSTICO: O Município tem como atribuição oferecer vários serviços públicos como: coleta de lixo, iluminação pública, serviços de cemitério, limpeza pública e outros.

DIRETRIZES: Remunerar os serviços de iluminação pública e coleta de lixo e administrar o Cemitério Municipal.

OBJETIVOS: Oferecer serviços de qualidade ao cidadão campo-alegrense.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
48.01 - Contratar serviços de coleta, transbordo e destinação final dos resíduos sólidos, bem como confecção de folders para campanhas educativas de conscientização da coleta seletiva do lixo	Serviço	mês	48	831.796,00 112.704,00	0.1.00 0.1.11
48.02 - Contratar serviços de iluminação pública, bem como manutenção e ampliação da rede elétrica pública	Serviço	mês	48	1.685.000,00	0.1.11
48.03 - Manutenção, ampliação e modernização da estrutura dos Cemitérios e das Capelas Mortuárias Municipais	obra	unidade	1	50.000,00	0.1.00
48.04 - Implantação do novo aterro sanitário controlado conforme regras estabelecidas pela Legislação Ambiental	área	unidade	1	63.543,00 136.457,00	0.1.00 0.122
TOTAL				2.879.500,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

#### 49. PROGRAMA: CONQUISTANDO A CASA PRÓPRIA

DIAGNOSTICO: O Município possui ainda déficit habitacional e precisa dar continuidade a implantação de conjuntos habitacionais.

DIRETRIZES: Manter parcerias com a Caixa Econômica Federal, Companhia de Habitação (COHAB) e Fundo Nacional de Saúde (FUNASA) para atender famílias com maior dificuldade de acesso a moradia digna.

OBJETIVOS: Auxiliar a realizar o sonho da casa própria aos munícipes que sofrem com a carência habitacional.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
49.01 - Aquisição de material de expediente, processamento de dados e outros para manter as atividades administrativas da Empresa/Fundo Municipal de Habitação	Material	unidade	20.000	11.600,00	0.1.00
49.02 - Contratação de serviços diversos para manter as atividades administrativas da Empresa/Fundo Municipal de Habitação	Serviços	mês	48	5.600,00	0.1.00
49.03 - Implantação de conjuntos habitacionais em parceria com Caixa Econômica Federal e COHAB	área	m2	4.200	630.000,00	0.1.23
49.04 - Implantação de módulos sanitários com chuveiro, pia, vaso sanitário com filtro anaeróbico, fossa séptica e sumidouro em parceria com a FUNASA	módulo	unidade	50	50.000,00	0.1.21
49.05 - Implantar o Programa João de Barro que consiste em incentivar a participação comunitária com o objetivo de arrecadar materiais de construção e serviços e posterior repasse às famílias carentes na reforma e construção de suas moradias	reuniões	unidade	16	1.000,00	0.100
49.06 - Reurbanização e regularização de lotes populares de maneira com que os proprietários possam escriturar seus lotes	Serviço	mês	200	0,00	Previs- to no Progra- ma 3

49.07 - Incentivar a moradia rural realizando trabalhos de terraplanagens para que o homem tenha condições de permanecer no campo evitando, assim o êxodo rural	Serviço	mês	48	0,00	Previsto no Programa 45 e 47
<b>TOTAL</b>				698.200,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

#### 50. PROGRAMA: CONVÊNIO COM POLÍCIA MILITAR E CIVIL

DIAGNOSTICO: O Município possui convênio com a Polícia Militar visando a realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de Radiopatrulha da Polícia Militar e possui ainda convênio/multas de trânsito com a Polícia Militar e Polícia Civil.

DIRETRIZES: Manter parcerias com a Polícia Militar e Civil realizando ações previstas no convênio.

OBJETIVOS: Auxiliar no combate a criminalidade, oferecendo á população mais segurança e tranquilidade.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
50.01 - Aquisição de materiais de manutenção e conservação, material de limpeza e produção de higienização, combustíveis e lubrificantes automotivos para os veículos da Polícia Militar	Material	unidade	45.000	178.800,00	0.1.00
50.02 - Contratação de serviços de manutenção, conservação e limpeza dos veículos da Polícia Militar	Serviço	mês	48	32.500,00	0.1.00
50.03 - Aquisição de equipamentos para modernização e ampliação dos serviços de segurança oferecidos pela Polícia Militar	Equipamento	unidade	20	33.700,00	0.1.00
50.04 - Aquisição de uniformes, materiais de manutenção, conservação, limpeza e produção de higienização da estrutura da Destacamento de Polícia Militar	Material	unidade	4.000	3.380,00	0.1.15

50.05 - Contratação de serviços de manutenção, conservação e limpeza, serviços de telecomunicações, energia elétrica e água para estrutura da Destacamento de Polícia Militar	Serviço	mês	48	2.766,00	0.1.15
50.06 - Aquisição de uniformes, materiais de manutenção, conservação, limpeza e produção de higienização da estrutura da Delegacia de Polícia Civil	Material	unidade	4.000	3.380,00	0.1.14
50.07 - Contratação de serviços de manutenção, conservação e limpeza, serviços de telecomunicações, energia elétrica e água para estrutura da Delegacia de Polícia Civil	Serviço	mês	48	2.766,00	0.1.14
<b>TOTAL</b>				257.292,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

#### 51. PROGRAMA: RESERVA DE CONTINGÊNCIA

DIAGNOSTICO: A LRF estabelece que todos os entes da Administração Pública estabeleçam reserva de contingência.

DIRETRIZES: Reserva para constituir a reserva de contingência

OBJETIVOS: Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos surgidos no decorrer da execução orçamentária.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
51.01 Reserva de Contingência	Reserva	Unidade	Várias	500.000,00	0.1.00
<b>TOTAL</b>				500.000,00	

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

#### 1. PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DA SAÚDE

DIAGNOSTICO: A Secretaria Municipal de Saúde compreende os Serviços de Assistência a Saúde, Apoio Administrativo, Serviço de Assessoria de Controle e Avaliação, Serviço de Controle de Autorização de Internação Hospitalar.

DIRETRIZES: Realizar as atividades administrativas e as atividades de manutenção dos espaços físicos, bem como a sua ampliação e modernização.

OBJETIVOS: Elevar ainda mais o padrão de qualidade e eficiência no atendimento prestado a população.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
1.01 - Adquirir material de expediente, material de processamento de dados, material de copa e cozinha, material de limpeza e produção de higienização e demais materiais para manutenção da estrutura e dos veículos da Secretaria da Saúde	Material	Unidade	25.000	143.895,00 31.105,00	0.1.03 0.1.26
1.02 - Contratação de serviços diversos para manutenção e conservação do patrimônio, dos serviços de processamento de dados e telecomunicação, serviços gráficos, serviços de energia elétrica, serviços de água, publicações e outros	Serviços	mês	48	260.000,00 11.929,00	0.1.03 0.1.26
1.03 - Adquirir equipamentos para manter, modernizar e expandir os serviços prestados pela Secretaria de Saúde	Equipamento	Unidade	4	5.000,00	0.1.03
1.04 - Auxiliar os colaboradores da Secretaria de Saúde nas despesas de estadia e alimentação quando em viagem a serviço através de diárias	diária	Unidade	360	14.000,00 17.880,00	0.1.03 0.1.26
1.05 - Capacitar e reciclar os profissionais da Secretaria de Saúde	curso	Unidade	16	4.000,00	0.1.03
1.06 - Contratar serviços de consultoria para reorganizar as rotinas administrativas devido ao aumento da demanda	serviço	mês	6	6.000,00	0.1.03
1.07 - Implementar o Conselho Municipal de Saúde, implantar Conselhos Locais de Saúde, capacitação de conselheiros além de realizar a Conferência Municipal de Saúde	reunião	unidade	8	1.000,00	0.1.03

1.08 - Construção de um depósito de lixo contaminado para Fragosos, Bateias de Baixo e Bateias de Cima	área	m2	12	4.500,00	0.1.03
TOTAL				499.309,00	

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

#### 2. PROGRAMA: PSF - PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA

DIAGNOSTICO: O Município dispõe do Programa Saúde na Família com uma equipe e necessita implantar mais uma para atender 40% da população.

DIRETRIZES: Contribuir para a reorientação do modelo assistencial a partir da atenção básica, imprimindo uma nova dinâmica de atuação nas unidades básicas de saúde, com definição de responsabilidade entre os serviços de saúde e a população.

OBJETIVOS: Prestar assistência integral (promoção, prevenção, recuperação e reabilitação) aos usuários, realizar atendimentos domiciliares, intervir sobre os fatores de risco e proporcionar melhoria na qualidade de vida.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
2.01 - Contratação de 01 médico e 2 enfermeiras para compor equipes do PSF	Vencimentos	mês	52	860.000,00	0.1.03
2.02 - Pagamento dos salários, encargos sociais e benefícios para os Agentes Comunitários de Saúde	Vencimentos	mês	52	327.672,00 150.655,00	0.1.30 0.1.27
2.03 - Adquirir material de expediente, material de limpeza e produção de higienização, material ambulatorial e demais materiais para manutenção da estrutura e do veículo do PSF	Material	unidade	10.000	84.155,00	0.1.27
2.04 - Contratação de serviços diversos para manutenção do veículo utilizado pelo PSF	Serviço	mês	48	9.280,00	0.1.27
2.05 - Aquisição de material ambulatorial para atendimento das necessidades dos usuários do Programa Saúde da Família	Material	unidade	1.000	2.325,00	0.1.27



2.06 - Locação de espaço físico, apropriado, com objetivo de atender mais 4.500 pessoas com o PSF	Aluguel	Mês	48	15.000,00	0.1.27
<b>TOTAL</b>				<b>1.449.087,00</b>	

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2006/2009

## ANEXO II

## 3. PROGRAMA: SAÚDE BUCAL

DIAGNOSTICO: O Município atende na rede básica de saúde 3.663 crianças de 0 a 14 anos. Há parceria com a Secretaria Municipal de Educação onde são desenvolvidas ações na rede pública de ensino, priorizando a prevenção de cáries.

DIRETRIZES: Promover palestras, escovação supervisionada, buchechos fluorados semanalmente, além de distribuir de creme dental e escovas.

OBJETIVOS: Melhorar a saúde bucal dos munícipes elevando a qualidade de vida de todos.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
3.01 - Aquisição de materiais para realização do Programa de Saúde Bucal	material	Unidade	65.000	20.000,00	0.1.26
3.02 - Aquisição de equipamentos para adaptação de sala para manutenção do programa	Equipamento	Unidade	06	5.000,00	0.1.26
3.03 - Aquisição de material odontológico para atendimento dos usuários da rede municipal de saúde	Material	unidade	16.000	80.000,00	0.1.26
<b>TOTAL</b>				<b>105.000,00</b>	

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2006/2009

## ANEXO II

## 4. PROGRAMA: ASSISTÊNCIA E PLANTÃO HOSPITALAR

DIAGNOSTICO: O Município não possui ainda o Pronto Atendimento Municipal, portanto há necessidade de firmar contrato com a iniciativa privada para, em parceria com o Hospital São Luiz, atender consultas de urgência, emergência e pronto atendimento aos usuários em horários diferenciados das Unidades de Saúde.

DIRETRIZES: Manter o atendimento de plantão conforme contrato firmado e repassar procedimentos ambulatoriais básicos, além de subvencionar o Hospital São Luiz mediante Lei Municipal específica.

OBJETIVOS: Ampliar ainda mais a qualidade no atendimento aos usuários e contribuir para o bom desempenho do Hospital São Luiz.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
4.01 - Subvencionar o Hospital São Luiz, entidade sem fins lucrativos que presta relevante serviços a comunidade, sendo assim essencial a sua manutenção	subvenção	mês	48	91.560,00	0.1.03
4.02 - Repasse de recursos para prestadores de serviços referentes a procedimentos básicos do PAB-A	repasse	mês	48	127.650,00	0.1.26
4.03 - Manutenção do contrato firmado com a iniciativa privada para realização de pronto atendimento em horários diferenciados das Unidades de Saúde	serviço	mês	48	880.000,00	0.1.03
<b>TOTAL</b>				<b>1.099.210,00</b>	

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2006/2009

## ANEXO II

## 5. PROGRAMA: SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA

DIAGNOSTICO: O Município não possui estrutura suficiente para atender consultas especializadas de média e alta complexidade e não possui, também, serviços especializados de diagnósticos e terapia, sendo necessário então, encaminhar os usuários para outros municípios.

DIRETRIZES: Custear consultas, exames e terapias contemplados no Consórcio Intermunicipal de Saúde ou em outras clínicas que atendam as necessidades dos usuários SUS, além de custear também, as despesas com transporte e deslocamento dos pacientes para os devidos centros de referência.

OBJETIVOS: Garantir a recuperação da saúde dos nossos munícipes.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
5.01 - Exames, consultas, remuneração do profissional auditor e despesas administrativas oriundas do Convênio com CIS/AMUNESC	Serviço	mês	48	315.900,00	0.1.03

5.02 - Exames, consultas, diagnóstico, procedimentos e outros realizados em clínicas diversas, bem como adquirir passagens e deslocamentos para tratamentos em centros de referência situados a grandes distâncias	Serviço	Unidade	4.000	300.000,00 7.763,00 4.650,00	0.1.03 0.1.34 0.1.31
5.03 - Adquirir material como combustível, pneu, peças e outros para manutenção dos veículos que se deslocam para atender os usuários fora do Município	Material	unidade	25.000	383.030,00 20.000,00	0.1.03 0.1.31
5.04 - Contratação de serviços diversos para manutenção e conservação dos veículos utilizados para os deslocamentos de pacientes	Serviço	mês	48	69.600,00	0.1.03
5.05 - Auxiliar os motoristas da Secretaria de Saúde nas despesas de alimentação quando em viagem a serviço de transporte de pacientes	Auxílio	unidade	4.600	115.700,00	0.1.03
5.06 - Aquisição de um veículo utilitário novo de 16 lugares para substituição de um existente	Veículo	unidade	1	70.000,00	0.1.20
<b>TOTAL</b>				<b>1.286.643,00</b>	

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

**6. PROGRAMA: ASSISTÊNCIA BÁSICA FARMACÊUTICA**

DIAGNOSTICO: O Município possui farmácia instalada na Secretaria de Saúde para fazer frente as necessidades terapêuticas dos usuários do sistema único de saúde.

DIRETRIZES: Atender a demanda do Município com assistência básica farmacêutica conforme RENAME (Relação Nacional de Medicamentos) e conforme protocolo de medicamentos básicos, além dos medicamentos eletivos para o controle de doenças degenerativas, todos mediante prescrição médica baseadas em rotinas de atendimento.

OBJETIVOS: Garantir medicamentos que completem o tratamento médico do usuário.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
6.01 - Aquisição e distribuição de medicamentos básicos conforme RENAME	Medicamento	Unidade	55.000	54.135,00 54.127,00 196.700,00 204.200,00 102.120,00 142.897,00	0.1.28 0.1.32 0.1.03 0.1.26 0.1.27 0.1.20
6.02 - Aquisição e distribuição de medicamentos eletivos	Medicamento	Unidade	15.000	280.750,00	0.1.03
<b>TOTAL</b>				<b>1.034.929,00</b>	

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

**7. PROGRAMA: VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

DIAGNOSTICO: A Secretaria de Saúde conta com ações de vigilância epidemiológica e sanitária, atuando na prevenção e detecção de fatores que ameaçam a saúde da população.

DIRETRIZES: Realizar ações de imunização, notificação e investigação de agravos, controle da dengue, alimentação dos sistemas de informação em saúde, avaliar os indicadores de saúde, planejar estratégias de redução da mortalidade infantil, cadastramento e análise da água, vistorias em estabelecimentos comerciais de alimentos e outros, controle da tuberculose e eliminação da hanseníase.

OBJETIVOS: Melhorar ainda mais o controle de doenças e endemias na população em geral, além de diminuir ainda mais o índice de mortalidade infantil.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
7.01 - Aquisição de moto para auxiliar na realização do Programa de Controle da Dengue	Moto	unidade	1	6.000,00	0.1.18

7.02 - Contratação de serviços de coleta e destinação final do lixo infectante das Unidades de Saúde do Município	Serviço	mês	48	43.960,00 1.000,00	0.1.19 0.1.33
7.03 - Auxiliar os servidores nas despesas de alimentação e estadia quando em viagem a serviço da Vigilância Sanitária e Epidemiológica	diária	unidade	125 50	10.210,00 4.000,00	0.1.18 0.1.29
7.04 - Adquirir material de expediente, material de processamento de dados, material de limpeza e produção de higienização, material específicos para a realização do Programa de Controle da Dengue, material para Campanhas de Vacinação e demais materiais para manutenção da estrutura e dos veículos da Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Material	unidade	10.000	50.000,00 1.689,00 2.918,00	0.1.18 0.1.19 0.1.29
7.05 - Contratação de serviços diversos para manutenção e conservação dos veículos, dos serviços de processamento de dados e telecomunicação, serviços gráficos, locação de copiadora e outros	Serviço	mês	48	28.064,00 5.100,00	0.1.18 0.1.29
7.06 - Aquisição de equipamentos para ampliar e melhorar as salas de vacinas	Equipamento	unidade	30	10.000,00	0.1.18
<b>TOTAL</b>				<b>163.941,00</b>	

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

## 8. PROGRAMA: ASSISTÊNCIA BÁSICA A SAÚDE

DIAGNOSTICO: O Município possui na rede básica 4 Unidades de Saúde. Atende a população de todas as faixas etárias, além de trabalhos com grupos de conscientização e prevenção para mulheres gestantes, para hipertensos, diabéticos, e outros coordenados pela equipe multiprofissional da Secretaria que busca promover saúde. A Secretaria prevê ainda a ampliação destas ações implantando o Projeto Pequeno Cidadão que atende crianças de 0 a 4 anos.

DIRETRIZES: Adquirir os materiais ambulatoriais, laboratoriais, equipamentos, além de confeccionar folhetos, cartazes e folders, bem como material educativo e áudio visual, camisetas, bonés, botons alusivos a datas comemorativas, como Dia Mundial Contra Tabagismo, Dia Mundial da luta contra a AIDS etc.

OBJETIVOS: Atender e orientar a população em geral conforme determina a Portaria do Ministério da Saúde.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
8.01 - Aquisição de material ambulatorial e laboratorial	Material	unidade	20.000	180.000,00	0.1.26
8.02 - Aquisição de equipamentos utilizados para desenvolver atividades básicas de saúde	Equipamento	Unidade	60	30.000,00	0.1.26
8.03 - Confeção de material educativo para desenvolver os trabalhos de conscientização	Serviço	mês	48	5.000,00	0.1.26
<b>TOTAL</b>				<b>215.000,00</b>	

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

## 9. PROGRAMA: SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR NUTRICIONAL - SISVAN

DIAGNOSTICO: A rede pública atende 1.086 crianças e 546 gestantes, destas são beneficiadas com suplementação alimentar 57 crianças e as gestantes recebem orientação nutricional.

DIRETRIZES: Melhoria no atendimento a gestante de risco nutricional e desnutrida, também fazendo a reposição nutricional a crianças de 06 a 59 meses.

OBJETIVOS: Atender as crianças de 06 a 59 meses e gestantes em nosso município, visando prevenir riscos nutricionais, realizando assim a reposição nutricional.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
9.01 - Reposição Nutricional	Pacientes	Unidade	3.500	5.689,00	0.1.29
<b>TOTAL</b>				<b>5.689,00</b>	

## FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2006/2009  
ANEXO II

## 1. PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIAGNOSTICO: O Município possui Fundo Municipal de Assistência Social que tem como atribuições promover a inclusão social e promoção do bem estar.

DIRETRIZES: Manter as atividades administrativas do referido Fundo

OBJETIVOS: Contribuir para melhorar as condições de vida dos menos favorecidos e oferecer alternativas de inclusão social.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
1.01 - Aquisição de material de expediente, processamento de dados, material de copa e cozinha, material limpeza e produção de higienização, material de manutenção do veículo e equipamentos, e demais materiais para a manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	Material	unidade	8.000	12.500,00	0.1.00
1.02 - Contratação de serviços de energia elétrica, serviços de água, serviços de telecomunicações, serviços gráficos, serviço de manutenção e conservação do veículo, licenciamento e outros para manutenção da estrutura do Fundo	Serviço	mês	48	25.000,00	0.1.00
1.03 - Capacitação dos servidores através de participação de cursos, seminários, congressos, fóruns entre outros	Curso	unidade	8	2.000,00	0.1.00
1.04 - Auxiliar os colaboradores do Serviço de Bem Estar Social nas despesas de estadia e alimentação quando em viagem a serviço através de diárias	Diária	unidade	65	5.200,00	0.1.00
1.05 - Aquisição de veículo popular para realização de visitas domiciliares e institucionais da assistência social	Veículo	unidade	1	20.000,00	0.1.00
1.06 - Aquisição de equipamento para modernizar e ampliar a estrutura do Serviço de Assistência Social	Equipamento	unidade	15	5.000,00	0.1.00
TOTAL				68.700,00	

## FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2006/2009

ANEXO II

### 2. PROGRAMA: PLANTÃO SOCIAL

DIAGNOSTICO: No Município há também pessoas em situações de vulnerabilidade e risco social, portanto tem necessidade de oferecer em caráter de emergência benefícios assistenciais.

DIRETRIZES: Proporcionar mecanismos de apoio como ticket para transporte, fotos, atáúdes e traslado, fraldas, cestas básicas em situações emergenciais temporárias como desemprego involuntário, doença que impeça o usuário de exercer suas atividades laborais, calamidade pública, etc

OBJETIVOS: Proporcionar inclusão e promoção social, garantindo necessidades imediatas às famílias vulnerabilizadas.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
2.01 - TIKETS Transporte Coletivo Municipal, Intermunicipal e Interestadual.(Destinados aos carentes que serão encaminhados ao atendimento médico fora do domicílio em especialidades que o município não ofereça; para assuntos jurídicos; de uso do INSS e para andarlhos até o município mais próximo).	Passagem	unidade	2.600	20.550,00	0.1.00
2.02 - Fotos (Aquisição de fotos para a confecção de documentos pessoais, carteira de trabalho e para a carteirinha do idoso).	Fotos	Unidade	240	2.150,00	0.1.00
2.03 - Ataúdes/Auxílio Funeral (Aquisição de ataúdes/funeral, bem como traslado quando extremamente necessário, às pessoas carentes).	Ataúde Traslado	Unidade	60 40	10.350,00 6.110,00	0.1.00
2.04 - Fraldas Geriátricas (Aquisição de fraldas geriátricas para usuários idosos e portadores de necessidades especiais carentes)	Fralda	Unidade	2.600	21.540,00	0.1.00



2.05 - Cestas Básicas (Aquisição de cestas básicas, em caráter temporário, para famílias em situação de vulnerabilidade e risco social tais como: desemprego involuntário; caso de doença ou acidente que impeça o usuário de trabalhar; calamidade pública entre outros).	Cesta básica	Unidade	2.400	100.000,00	0.1.00
2.06 - Próteses Auditivas (Aquisição de próteses auditivas aos usuários portadores de necessidades especiais carentes).	Próteses	Unidade	08	17.000,00	0.1.00
2.07 - Leite (Aquisição de complementação alimentar, leite em pó, às crianças desnutridas e abaixo do peso encaminhadas por médico ou enfermeiro(a) responsável, cuja família seja carente).	Leite	Unidade	2.400	32.000,00	0.1.00
2.08 - Revisar os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) dos idosos e portadores de necessidades especiais, conforme preconiza a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS	Revisão	Unidade	400	0,00	0.1.00
2.09 - Intensificar atividades como Clubes de Mães e/ou Grupos de Ajuda para fortalecer a família - célula mater da sociedade resgatando a auto-estima e promovendo a reintegração social	Material	unidade	6.000	10.000,00	0.1.00
2.10 - Proporcionar condições favoráveis ao processo de reabilitação de pessoas carentes que, por motivo de doença, acidente ou outras fatalidades necessitam de cadeiras de rodas, muletas, colchões especiais e outros	Equipamento/ Material	unidade	80	8.000,00	0.1.00
<b>TOTAL</b>				<b>227.700,00</b>	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
PLANO PLURIANUAL 2006/2009 ANEXO II					
3. PROGRAMA: INCENTIVO A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E OUTRAS ENTIDADES					
DIAGNOSTICO: Existem no Município entidades e associações de moradores que prestam atendimentos em diversas áreas e que incentivam as pessoas a se organizarem na busca da cidadania.					
DIRETRIZES: Auxiliar com recursos do Governo Municipal e prestar assessoria técnica as instituições em seus trabalhos sociais					
OBJETIVOS: Unir esforços na busca da melhoria da qualidade de vida dos menos favorecidos.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
3.01 - Subvencionar as Associações de Moradores e Entidades	Subvenção	mês	48	100.000,00	0.1.00
3.02 - Capacitar as instituições mediante reuniões informativas, capacitações e fóruns locais para que estas tenham clareza de seus papéis junto a comunidade, bem como auxiliar na formulação de projetos	Capacitação	unidade	8	3.000,00	0.1.00
3.03 - Incentivar as Associações de Moradores a aproveitar áreas baldias para a implantação de hortas comunitárias, produzindo produtos para consumo próprio, bem como oferecer uma alternativa de renda	hortas	unidade	4	7.000,00	0.1.00
<b>TOTAL</b>				<b>110.000,00</b>	

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
PLANO PLURIANUAL 2006/2009 ANEXO II					
4. PROGRAMA: SERVIÇOS DE AÇÃO CONTINUADA - SAC					
DIAGNÓSTICO: Há no Município dois Clubes de Idosos, uma Escola Especial (APAE) e três Centros de Educação Infantil Municipais que recebem recursos Ação Continuada do Ministério da Ação Social.					

DIRETRIZES: Repasse de recursos do Ministério da Ação Social.

OBJETIVOS: Implementação e manutenção das Entidades Sociais

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
4.01 - Repassar recursos e adquirir materiais para manutenção das entidades conveniadas com o Programa Serviços de Ação Continuada	Subvenção	Mês	48	25.733,00	0.1.43
	Subvenção	Mês	48	11.877,00	0.1.42
	Materiais	unidade	5.000	160.335,00	0.1.41
TOTAL				197.945,00	

#### FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2006/2009

ANEXO II

#### 5. PROGRAMA: PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE DROGATICITOS

DIAGNOSTICO: O Município possui, também, dependentes químicos do álcool e outras drogas.

DIRETRIZES: Encaminhar usuários para realizar tratamento e acompanhamento necessário em entidades conveniadas com o Poder Público.

OBJETIVOS: Proporcionar ao usuário e sua família uma oportunidade de tratamento e acompanhamento terapêutico a fim de reestabelecer laços familiares e comunitários, bem como promove-los e reintegra-los a comunidade.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
5.01 - Conveniar com entidade de recuperação de drogaticitos	Serviço	Unidade	48	34.000,00	0.1.00
TOTAL				34.000,00	

#### FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PLANO PLURIANUAL 2006/2009

ANEXO II

#### 6. PROGRAMA: ENSINO PROFINALIZANTE PARA ESTUDANTES CARENTES.

DIAGNOSTICO: O Município possui, vários estudantes provenientes de famílias carentes.

DIRETRIZES: Viabilizar com investidores da Iniciativa Privada a criar o Banco do Povo ou Banco do Estudante, afim de captar recursos para execução e manutenção do apoio ao estudante carente no ensino profissionalizante.

OBJETIVOS: Oportunizar o estudante carente a cursar o ensino profissionalizante, de acordo com a avaliação sócio econômica devidamente comprovada junto ao Serviço de Assistência Social do Município.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
6.01 - Crédito ou Financiamento Estudantil ao Ensino Profissionalizante.	Crédito/Financiamento	Unidade	20	0,00	Convênio
TOTAL				0,00	

#### FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

PLANO PLURIANUAL 2006/2009

ANEXO II

#### 1. PROGRAMA: ATENDIMENTO AOS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO

DIAGNOSTICO: Manutenção, intensificação e ampliação das atividades do Fundo da Infância e Adolescência.

DIRETRIZES: Promover a convivência social de acordo com bons princípios e desenvolver a cidadania.

OBJETIVOS: Implementação e manutenção das atividades voltadas a criança e ao adolescente.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
1.01 - Aquisição de materiais para serem utilizados na realização de programas voltados á proteção da criança e do adolescente	Material	unidade	3.000	4.600,00	0.1.00
1.02 - Contratação de serviços para desenvolver ações voltadas á proteção da criança e do adolescente	Serviços	mês	48	2.400,00	0.1.00
TOTAL				7.000,00	

#### INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL

PLANO PLURIANUAL 2006/2009

ANEXO II

#### 1. PROGRAMA: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - IPRECAL.

DIAGNOSTICO: O regime próprio de previdência possui 217 servidores vinculados ao Instituto.

DIRETRIZES: Administrar o regime próprio de previdência conforme disposto na Legislação Previdenciária.

OBJETIVOS: Garantir aposentadoria e pensão aos servidores públicos.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META	VALOR	DR
1.01 - Aquisição de material de expediente, material de processamento de dados, material de limpeza e produção de higienização e outros para manutenção da estrutura física do IPRECAL	Material	Unidade	30.000	34.000,00	0.1.45
1.02 - Contratação de serviços de energia elétrica, serviços de água, serviços de telecomunicações, serviços de comunicação, serviços gráficos, serviços de manutenção e conservação de equipamentos, passagens, serviços de cálculo atuarial, perícias médicas e outros para manter a estrutura do IPRECAL	Serviço	mês	48	210.000,00	0.1.45
1.03 - Auxiliar os servidores e conselheiros nas despesas de estadia, locomoção e alimentação quando em viagem a serviço do Instituto	Diária	unidade	75	6.000,00	0.1.45
1.04 - Contratação de serviços técnicos profissionais como assessoria jurídica e previdenciária para garantir a administração do Instituto	Serviço	mês	48	40.000,00	0.1.45
1.05 - Pagamento de benefícios aos servidores segurados através de aposentadorias e pensões	Benefícios	mês	48	1.220.310,00 720.400,00	0.1.00 0.1.45
1.06 - Garantir recursos através da Reserva de Contingência para atender os beneficiários	reserva	mês	48	414.865,00 1.425.265,00 1.393.000,00	0.1.45 0.1.00 0.1.54
<b>TOTAL</b>				<b>5.463.840,00</b>	

**Lei Nº 2.997 de 23 de Agosto de 2005**

LEI Nº 2.997 DE 23 DE AGOSTO DE 2005

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL E CRIAR ELEMENTOS DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), e criar o seguinte Elemento de Despesa:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1406.2.012 -	Manutenção do Transporte Escolar	
300000.00.103 -	Despesas Correntes	
330000.00.103 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.103 -	Aplicações Diretas	
339039.00.103 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 13.500,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta do Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente:

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de agosto de 2005.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
23/08/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 2.998 de 23 de Agosto de 2005**

LEI Nº 2.998 DE 23 DE AGOSTO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 111.440,00 (cento e onze mil, quatrocentos e quarenta reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1406.2.012 -	Manutenção do Transporte Escolar	
300000.00.127 -	Despesas Correntes	
330000.00.127 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.127 -	Aplicações Diretas	

339039.00.127 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2.013 -	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 18.200,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 300,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
010.301.1504.2.020 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário-Família	R\$ 300,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 180,00
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 3.260,00
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
008.243.1409.2.022 -	Conselho Tutelar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.200,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.03 -	Serviço de Comércio, Indústria	
023.695.1603.2.024 -	Incentivos ao Turismo	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 4.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
026.782.1801.2.027 -	Reforma e Manutenção de Veículos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 25.000,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 35.000,00
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
015.451.1801.2.031 -	Iluminação Pública	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	

339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 18.000,00
TOTAL		R\$ 111.440,00

Art.2º) Os Créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de agosto de 2005.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
23/08/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 2.999 de 30 de Agosto de 2005

LEI Nº 2.999 DE 30 DE AGOSTO DE 2005.

HOMOLOGA TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL N.º 001/2005, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E HACASA ADMINISTRAÇÃO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Homologado o Termo de Permissão de Uso de Bem Imóvel n.º 001/2005, parte integrante desta Lei, firmado entre o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE e HACASA ADMINISTRAÇÃO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A.

Art.2º) O objeto do Termo mencionado no Artigo anterior é a permissão de uso de imóvel de propriedade da HACASA ADMINISTRAÇÃO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A, com a seguinte descrição:

Imóvel situado nesta cidade de Campo Alegre/SC, fazendo frente para a Rua Cel. Bento D' Amorim, confinando com Paulo Engler e Ricardo de Souza dividindo de um lado com a Rua Adolfo Konder e de outro lado com Silvio Gomes, edificado com uma casa de madeira, contendo a área de 2.600 m² (dois mil e seiscentos metros quadrados), cadastrado na Prefeitura Municipal de Campo Alegre sob o nº 01.01.019.0471.001, código nº 279.8.

Parágrafo único - A utilização do imóvel descrito no caput deste Artigo será exclusivamente para fins culturais, e a sua administração, utilização e manutenção bem como as atividades nele desenvolvidas serão realizadas pela permissionária, através do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art.3º) Ficam autorizadas as despesas com manutenção, confecção de calçada e complementação do muro, além de despesas previstas na Cláusula Quarta do Termo mencionado no Artigo 1º do referido Termo em anexo, a presente Lei.

Art.4º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta



de Dotação do Orçamento Vigente.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-  
das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
30 de agosto de 2005.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
30/08/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL n.º 001/2005

Pelo presente TERMO DE PERMISSÃO, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Coronel Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre-SC, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Renato Bahr, doravante denominado PERMISSIONÁRIO, e de outro lado, HACASA ADMINISTRAÇÃO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.796.284/0001-00, estabelecida na Rua Afonso Pena, nº 235, Bucarein, na cidade de Joinville/SC, neste ato representada por seu Diretor Presidente o Sr. Carlos Frederico Adolfo Schneider, doravante denominada PERMITENTE, tem entre si, certo e ajustado, nos termos do Art. 102, § 3º da Lei Orgânica Municipal, o seguinte:

##### Cláusula Primeira - Do Objeto:

O Objeto do presente Termo de Permissão, é a permissão de uso do imóvel de propriedade da PERMITENTE, constituído por uma casa de madeira, com 115,50 m² de área construída, localizada no Município de Campo Alegre/SC.

##### Cláusula Segunda - Da Destinação:

O imóvel descrito na Cláusula anterior, deverá ser utilizado pelo PERMISSIONÁRIO única e exclusivamente para fins culturais, com o objetivo de fomentar os trabalhos desenvolvidos por artistas e artesãos de Campo Alegre, dar suporte técnico, sediar oficinas, aulas palestras e afins, além de destinar espaço para comercialização de produtos.

##### Cláusula Terceira - Do Prazo:

O imóvel descrito na Cláusula anterior, deverá ser utilizado pelo igual período sucessivamente, a contar da data da assinatura.

##### Cláusula Quarta - Da Administração, Utilização e Manutenção:

A administração, utilização e manutenção do Imóvel bem como e das atividades nele desenvolvidas, serão realizadas pela PERMISSIONÁRIA, através do Departamento de Cultura, órgão da Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Cultura de Campo Alegre, devendo o uso ser restrito a artistas e artesãos do Município de Campo Alegre.

Parágrafo Primeiro: A PERMISSIONÁRIA arcará ainda com os tributos e taxas incidentes sobre o imóvel objeto do presente Termo, durante toda a vigência.

Parágrafo Segundo: Será ainda de responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, a confecção da calçada e a complementação do muro do imóvel objeto deste Termo, cujas especificações serão passadas pela PERMITENTE.

##### Cláusula Quinta - Das Obrigações da PERMITENTE:

Compete à PERMITENTE a seguintes obrigações:

- a) Entregar as instalações do imóvel, conformidade com o disposto no conforme o Termo de Entrega, com as anotações circunstâncias das instalações e equipamentos acessórios, documento que ficará anexo ao presente Termo de Permissão;
- b) Fiscalizar a qualquer tempo, e sem prévio aviso, o uso das instalações e equipamentos, verificando se o mesmo está compatível com o que rezam as Cláusulas deste termo.

##### Cláusula Sexta - Das Obrigações da PERMISSIONÁRIA:

Compete a PERMISSIONÁRIA as seguintes obrigações:

- a) a manutenção e recuperação total das instalações do imóvel, por sua conta e risco;
- b) o pagamento dos tributos e taxas incidentes sobre o imóvel objeto do presente Termo;
- c) a confecção da calçada e a complementação do muro do imóvel objeto deste Termo;
- d) a responsabilidade quanto ao vínculo empregatício do pessoal que for por ventura lá trabalhar ou utilizar;
- e) devolução das instalações e equipamentos em perfeitas condições, sem direito a indenização por reparos ou reformas eventualmente efetuadas;
- f) utilizar as instalações exclusivamente dentro dos fins declinados no presente Termo de Permissão;
- g) fazer prestação de contas periodicamente à PERMITENTE;
- h) Realizar somente mediante prévia autorização escrita da PERMITENTE, eventuais serviços no imóvel objeto do presente Termo.

##### Cláusula Sétima - Da Revogação:

A presente Permissão de Uso é feita a título precário, podendo ser revogada a qualquer tempo pelas partes, mediante prévio aviso de 30 dias.

##### Cláusula Oitava - Da Rescisão:

O presente Termo de Permissão será rescindido, nos termos previstos na Lei Orgânica do Município de Campo Alegre e legislações pertinentes, ou:

- a) ao final do prazo ajustado na cláusula segunda;
- b) por descumprimento de suas cláusulas;

##### Cláusula Nona - Da Legislação Aplicável:

O presente Termo, rege-se pelas disposições da Lei Orgânica Municipal e pelos preceitos de Direito Público pertinentes à matéria.

##### Cláusula Décima - Da validade:

A validade do presente Termo de Permissão fica condicionada à sua homologação pela Câmara Municipal de Vereadores de Campo Alegre, em razão das despesas decorrentes da execução do presente.

##### Cláusula Décima Primeira - Do Foro:

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir eventuais controvérsias decorrente do presente Termo.

**Cláusula Décima Segunda - Da vigência:**

A presente Permissão terá vigência por 5 anos, a contar da data da assinatura do presente Termo.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 03 de julho de 2005.

PERMISSIONÁRIA

PERMITENTE

**TESTEMUNHAS:**

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

**Lei Nº 3.000 de 06 de Setembro de 2005**

LEI Nº 3.000 DE 06 DE SETEMBRO DE 2005.

AUTORIZA FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar o Termo de Convênio com a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Art.2º) O objeto do presente Termo de Convênio é estabelecer e regulamentar a admissão de alunos da UDESC como estagiários na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, nos termos da Lei Federal nº 6.494, modificada pela Lei Federal nº 8.859 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 87.497.

Art.3º) O Termo do Convênio a que se refere o Artigo primeiro faz parte integrante desta Lei.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
06 de setembro de 2005.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
06/09/2005

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.001 de 06 de Setembro de 2005**

LEI Nº 3.001 DE 06 DE SETEMBRO DE 2005.

AUTORIZA REPASSE, AUXÍLIO À APICAMPO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a repassar para a APICAMPO - Associação de Apicultores de Campo Alegre, a título de auxílio no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Art.2º) Este repasse servirá para auxiliar no pagamento das despesas de pesquisas na implantação do Sistema de Informações Geográficas para o Gerenciamento de Apiários

Art.3º) O repasse de que trata o Artigo 1º desta Lei será repassado em uma única parcela.

Art.4º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Dotação Orçamentária 020.606.1701.2023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico 339020.00 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
06 de setembro de 2005.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
06/09/2005

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.002 de 06 de Setembro de 2005**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.002 DE 06 DE SETEMBRO DE 2005

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMÓVEL DO PODERES PÚBLICO MUNICIPAIS, SITUADOS NA ÁREA INDUSTRIAL II, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica concedido o direito de uso do parte do Lote n.º 03 do Distrito Industrial II do Município de Campo Alegre, situado à Rod. SC-301-T, Localidade de Lageado snº, medindo 10.138,51 m² (dez mil, cento e trinta e oito metros e cinquenta e um decímetros quadrados) pelo prazo de 10 (dez anos) consecutivos, contados a partir da presente data, à empresa "RV CERÂMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.", registrada no CNPJ/MF sob n.º 85.394.518/0001-00.

Art.2º) Após o término do prazo constante do Artigo 1º, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante estudo que verifique o retorno econômico-financeiro, tributário e social para o Município de Campo Alegre, outorgar a doação do imóvel à empresa por justificado interesse público, ou, prorrogar a concessão de direito de uso, conforme o caso.

Art.3º) As autorizações concedidas através dos Artigos 1º e 2º desta Lei, estão condicionadas ao uso para atividades industriais, devendo o bem retornar à propriedade do Município se não for atendida esta finalidade.

Art.4º) Os documentos exigidos pela Lei Municipal nº 2.230 de 27 maio de 1997, deverão ser apresentados em até 60 (sessenta

dias) dias pelo Concessionário, sob pena de revogação da concessão, devendo ser arquivados na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.5º) Os documentos já apresentados pelo Concessionário, ficarão arquivados na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.6º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
06 de setembro de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
06/09/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.003 de 06 de Setembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 3.003 DE 06 DE SETEMBRO DE 2005  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR  
CRÉDITO ESPECIAL E CRIAR ELEMENTOS DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), e criar o seguinte Elemento de Despesa:

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.01 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339020.00 -	Auxílio Financeiro a Pesquisadores	R\$ 500,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.01 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico	
300000.00 -	Despesas Correntes	

330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339032.00 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 500,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
06 de setembro de 2005.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
06/09/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3004 de 14 de Setembro de 2005

LEI Nº 3004 DE 14 DE SETEMBRO DE 2005  
DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE RUA NO  
BAIRRO SANTO ANTÔNIO NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica denominada de Rua: CAMBARÁ, a Rua situada na intercessão da Estrada Dona Francisca com a Rod. SC-301, Bairro Santo Antônio neste Município, Rua esta com extensão de 142,00 metros e largura de 12 metros, conforme croqui anexo.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
14 de setembro de 2005.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
14/09/05

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interina

**Lei Nº 3.005 de 19 de Setembro de 2005**

LEI Nº 3.005 DE 19 DE SETEMBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 12.799,40 (doze mil setecentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar	
012.306.1405.2.014 -	Merenda Escolar	
300000.00.113 -	Despesas Correntes	
330000.00.113 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.113 -	Aplicações Diretas	
339030.00.113 -	Material de Consumo	R\$ 12.212,40
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339030.00.119 -	Material de Consumo	R\$ 587,00
TOTAL		R\$ 12.799,40

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de setembro de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/09/2005

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interina

**Lei Nº. 3.006 de 28 de Setembro de 2005**

LEI Nº. 3.006 DE 28 DE SETEMBRO DE 2005.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2.537 DE 17 DE JULHO DE 2001 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. O Artigo 7º da Lei Municipal nº 2.537 de 17 de Julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º. É segurado voluntário o servidor público que se encontrar licenciado e que desejar manter a qualidade de segurado pelo regime desta Lei, durante licença e computar o tempo de contribuição para todos os fins de benefícios nela previstos, exceto para o cômputo do requisito de 05 (cinco) anos de efetivo exercício

no cargo, devendo requerer por escrito, até a data do início da licença e não atrasar recolhimento da contribuição por mais de 90 (noventa) dias.

§ 1º - O segurado voluntário deverá contribuir, nos termos desta Lei, cujas alíquotas serão aplicadas sobre o valor de sua remuneração-de-contribuição percebida na data em que se concedeu a licença, bem como, sobre os reajustes salariais advindos de Lei, sendo que deverá também recolher a parte que cabe ao Município.

§ 2º - A contribuição será liquidada mediante pagamento através de guia de recolhimento própria até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente no estabelecimento bancário em que o Regime Previdenciário mantiver movimento financeiro, ou estabelecimento conveniado.

§ 3º - O atraso no recolhimento criará para o servidor a obrigação de pagamentos dos acréscimos moratórios estabelecidos nesta lei.

§ 4º- Em caso de inadimplência, a concessão de qualquer benefício só poderá dar-se mediante a regularização do débito não recolhido, acrescidos das verbas a que se refere o parágrafo anterior.

§ 5º - retornando a atividade da qual se licenciara, deverá o servidor comunicar por escrito imediatamente ao IPRECAL, devendo o segurado incontinente comprovar os pagamentos dos valores das contribuições a que está sendo obrigado, procedendo-se em caso de existência do débito, nos termos do disposto no parágrafo anterior.

Art. 2 º. A alínea "c", do inciso I, do artigo 9º, da Lei nº 2.537 de 17 de Julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º .....  
I - .....  
c) o filho não emancipado de qualquer condição, menor de dezoito anos ou inválido;

Art. 3 º. A alínea "a", do inciso II, do artigo 9º, da Lei Nº 2.537 de 17 de Julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º .....  
II - .....  
a) os pais; o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de dezoito anos ou inválido;

Art. 4 º. A alínea "a", do inciso III, do artigo 12, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12 .....  
III - .....  
a) .....  
a) ao completarem dezoito anos de idade;

Art. 5º. As alíneas "b" e "d", do inciso III, do § 7º, do artigo 15, da Lei Nº 2.537 de 17 de Julho de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art.15 .....  
§ 7º - .....  
III - .....  
b) comprovante de invalidez atestado através de exame médico pericial a cargo do IPRECAL, para maiores de 18 (dezoito) anos de idade;  
d)declaração do segurado na qual conste que o dependente menor de 18 (dezoito) anos de idade não é emancipado, somente será exigida a certidão judicial de adoção quando esta for anterior a 14 de outubro de 1990, data da vigência da Lei nº 8.069/90;

Art. 6º. As alíneas "e" e "f", do inciso IV, do § 7º, do artigo 15,



da Lei Nº 2.537 de 17 de Julho de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art.15 .....  
§ 7º - .....  
IV - .....

e) comprovante de invalidez atestado através de exame médico pericial a cargo do IPRECAL, para maiores de 18 (dezoito) anos de idade;

f) declaração do segurado na qual conste que o dependente menor de 18 anos de idade, não é emancipado;

Art. 7º. As alíneas "c" e "d", do inciso VII, do § 7º, do artigo 15, da Lei Nº 2.537 de 17 de Julho de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art.15 .....  
§ 7º - .....  
VII - .....

c) comprovante de invalidez atestado através de exame médico pericial a cargo do IPRECAL, para maiores de 18 (dezoito) anos de idade;

d) declaração do segurado na qual conste que o dependente menor de 18 anos de idade, não é emancipado;

Art. 8º - O artigo 16 da Lei nº 2.537, de 17 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º. O RPPS compreende as seguintes prestações, expressas em benefícios:

I - quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por tempo de contribuição;
- b) aposentadoria por idade;
- c) aposentadoria compulsória;
- d) aposentadoria por invalidez;
- e) aposentadoria especial;
- f) auxílio-doença;
- g) salário-família;
- h) auxílio-maternidade;
- i) auxílio-reclusão.

II - quanto ao dependente: pensão por morte.

Art. 10. Os Artigos 17 e 18 da Lei nº 2.537, de 17 de julho de 2001, passarão a vigorar com a seguinte redação:

#### SEÇÃO I DA APOSENTADORIA

Art. 17. Os servidores abrangidos pelo regime do IPRECAL serão aposentados:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas no art. 27:

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos

de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 1º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam os artigos 40 e 201 da CF/88, na forma do artigo 18 desta lei.

§ 2º É vedada à adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos segurados do IPRECAL, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

I - portadores de deficiência;

II - que exerçam atividades de risco;

III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§ 3º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no art. 17, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental e médio.

§ 4º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime previsto no art. 40 da Constituição Federal.

§ 5º Para o cálculo dos valores proporcionais de proventos a que se referem os incisos I, II e III alínea "b" deste artigo, o provento corresponderá a um trinta e cinco avos da totalidade da remuneração do servidor na data da concessão do benefício, por ano de contribuição, se homem, e um trinta avos, se mulher, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, no caso de invalidez permanente.

§ 6º Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 1º, serão devidamente atualizados, na forma do § 1º do art. 18 desta lei.

§ 7º O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no inciso III, alínea "a", e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no inciso II.

Art. 18 - No cálculo dos proventos de aposentadoria previsto no art.17 desta Lei, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do regime geral da previdência social.

§ 2º Na hipótese da não-instituição de contribuição para o regime próprio durante o período referido no caput, considerar-se-á, como base de cálculo dos proventos, a remuneração do servidor

no cargo efetivo no mesmo período.

§ 3º Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado.

§ 4º Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria não poderão ser:

I - inferiores ao valor do salário mínimo;

II - superiores aos valores dos limites máximos de remuneração no serviço público do respectivo ente; ou

III - superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao regime geral de previdência social.

§ 5º Os proventos, calculados de acordo com o caput, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

Art. 11. O Capítulo II, da Lei Nº 2.537 de 17 de Julho de 2001, passa a vigorar acrescido das Seções VIII - A, VIII - B, VIII - C e VIII - D, com a seguinte redação:

#### Seção VIII - A Do Auxílio-Doença

Art. 41-A. O auxílio doença será concedido ao servidor que ficar temporariamente incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual, sendo mantidos seus vencimentos integrais, podendo ser concedido a pedido ou de ofício, com base no laudo da perícia médica.

Parágrafo único. Fica expressamente proibido, durante o período de afastamento em virtude auxílio-doença, o pagamento de qualquer vantagem de natureza temporária, inclusive as decorrentes de gratificação de função, adicional de horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade e adicional noturno, quando for o caso, bem como exercício de outro cargo, emprego ou função na administração municipal.

Art. 41-B. O auxílio-doença dependerá, para ser concedida, da conclusão da junta médica oficial do Município ou credenciada por este.

§ 1º. Quando se tratar de ausência de até 15 (quinze) dias, esta será classificada como afastamento e poderá ser aceito atestado fornecido por médico clínico geral ou o especialista que identificou a moléstia que impede o servidor de executar plenamente suas atividades, desde que informe com precisão:

I - o nome do servidor;

II - o número do CPF;

III - o período de afastamento;

IV - a doença ou moléstia, que impede o servidor de executar plenamente suas atividades.

§ 2º. Na hipótese de auxílio-doença superior a 15 (quinze) dias será necessária avaliação médica a cargo do médico perito oficial do Regime Próprio de Previdência Social ou credenciado por este para tal fim.

§ 3º. No caso do auxílio-doença advir de problema odontológico, o caso será apreciado pelo detentor do cargo de provimento efetivo de dentista, dos Quadros da Administração Municipal, indicado pelo Diretor Executivo do Regime Próprio de Previdência Social

para tal fim, no início de cada ano.

§ 4º. Findo o prazo de auxílio-doença, o servidor será submetido à nova inspeção médica, que concluirá pelo retorno ao serviço, a sua função originária ou à função advinda de processo de reabilitação, pela prorrogação da licença ou pela remessa do processo de inspeção para protocolo e análise da possibilidade de concessão de aposentadoria por invalidez.

§ 5º. O auxílio-doença será pago:

I - até o 15º dia, pelos cofres da Prefeitura Municipal;

II - a partir do 16º dia, pelos cofres do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre.

Art. 41-C. O servidor que contrair doença transmissível será compulsoriamente licenciado, até o médico perito oficial atestar, que sua presença nos órgãos administrativos não coloca em risco a saúde dos demais servidores.

Parágrafo único. Caso a doença transmissível mereça avaliação por profissional especializado, este também deverá pronunciar-se sobre o retorno ou não do servidor as suas atividades.

Art. 41-D. O servidor em licença para tratamento de saúde e no gozo de auxílio-doença não poderá recusar-se a prestar inspeções médicas ou a submeter-se a exames exigidos pela autoridade competente a que se subordina, sob pena de suspensão da licença e do benefício.

Parágrafo único. Em todas as inspeções médicas o servidor poderá fazer-se acompanhar de profissional médico de sua confiança.

Art. 41-E. A licença para tratamento de saúde, bem como o recebimento do auxílio-doença, cessam pela recuperação da capacidade para o trabalho ou pela transformação em aposentadoria por invalidez.

#### Seção VIII - B Do Salário-Família

Art. 41-F. Será devido o salário-família, mensalmente, ao servidor segurado do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Campo Alegre - IPRECAL, que tenha remuneração ou subsídio igual ou inferior a R\$ 560,81 (quinhentos e sessenta reais e oitenta e um centavos), na proporção do número de filhos ou equiparados, de qualquer condição, de até quatorze anos ou inválidos.

Art. 41-G. O valor limite referido no artigo anterior, será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 41-H. Quando pai e mãe forem segurados do IPRECAL e viverem em comum, o salário-família será pago a um deles.

Parágrafo único. Em caso de divórcio, separação judicial ou de fato dos pais, ou em caso de abandono legalmente caracterizado ou perda do pátrio-poder, o salário-família passará a ser pago diretamente àquele a cujo cargo ficar o sustento do menor.

Art. 41-I. O salário-família não está sujeito a qualquer tributo, nem servirá de base de cálculo para qualquer contribuição.

Art. 41-J. O salário-família não se incorporará ao subsídio, à remuneração ou ao benefício, para qualquer efeito.

Art. 41-K. O pagamento do salário-família é condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido e à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado.

**SEÇÃO VIII - C****Do Salário-Maternidade**

Art. 41-L. Serão concedidas licença-maternidade e salário-maternidade à servidora gestante e à servidora mãe, seguradas do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Campo Alegre, por 120 (cento e vinte) dias consecutivos em decorrência da gestação e por nascimento de seu filho.

§ 1º. A licença poderá ter início no primeiro dia do 9º mês da gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§ 2º. No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

§ 3º. No caso de natimorto, decorridos 60 (sessenta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico, e se julgada apta, reassumirá o exercício do cargo.

§ 4º. No caso de aborto legal devidamente atestado pelo médico perito oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

Art. 41-M. À servidora que adotar ou obtiver a tutela judicial definitiva de criança será concedida licença-maternidade e respectivo vencimento-maternidade de acordo com os seguintes critérios:

I - quando se tratar de criança com até 01 (um) ano de idade, a licença será de 120 (cento e vinte) dias;

II - quando se tratar de criança com idade entre 01 (um) ano e 01 (um) dia e 04 (quatro) anos de idade, a licença será de 60 (sessenta) dias;

III - quando se tratar de criança com idade entre 04 (quatro) anos e 01 (um) dia e 08 (oito) anos, a licença será de 30 (trinta) dias.

Art. 41-N. A licença-maternidade, bem como o salário-maternidade, não poderão ser acumuladas com benefício por incapacidade concedido pelo IPRECAL ou com qualquer outra licença concedida pelo Tesouro Municipal.

Parágrafo único. Quando ocorrer incapacidade em concomitância com o período de pagamento da licença, o benefício por incapacidade deverá ser suspenso, enquanto perdurar o referido pagamento, ou terá sua data de início adiada para o primeiro dia seguinte ao término do período de 120 (cento e vinte) dias.

**SEÇÃO VIII - D****DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS**

Art. 41-O. O abono anual será devido àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria, pensão por morte, salário maternidade pagos pelo RPPS.

Parágrafo único. O abono de que trata o caput será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo RPPS, em que cada mês corresponderá a um doze avos, e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quanto o benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será o do mês da cessação.

Art. 41-P. É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Art. 41-Q. O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria.

Art. 41-R. É vedada qualquer forma de contagem de tempo de

contribuição fictício.

Art. 41-S. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI da Constituição Federal, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma da Constituição Federal, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

Art. 41-T. Além do disposto nesta Lei, o IPRECAL observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

Art. 41-U Para efeito do benefício de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural ou urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, nos termos do § 9º, do art. 201 da Constituição Federal, segundo critérios estabelecidos na lei 9.796/99.

Parágrafo único. Os servidores municipais contemplados pelo art. 3º desta lei, receberão do órgão instituidor (IPRECAL), todo o provento integral da aposentadoria, independente do órgão de origem (INSS) ter feito ou não o repasse do recurso de cada servidor, como compensação financeira.

Art. 41-V. As prestações, concedidas aos segurados ou a seus dependentes, salvo quanto a importâncias devidas ao próprio IPRECAL e aos descontos autorizados por Lei ou derivados da obrigação de prestar alimento reconhecida por via judicial, não poderão ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nula de pleno direito qualquer venda ou cessão e a constituição de quaisquer ônus, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para a respectiva percepção.

Art. 41-X O pagamento dos benefícios em dinheiro será efetuado diretamente ao segurado ou ao dependente, salvo nos casos de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção do beneficiado, quando se fará a procurador, mediante autorização expressa do IPRECAL que, todavia, poderá negá-la quando considerar essa representação inconveniente.

Art. 41.Z Os valores dos benefícios assegurados às pessoas abrangidas, quando não reclamados, prescreverão, no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data em que forem devidos, e os valores a eles correspondentes, serão vertidos em favor do Instituto.

Art. 12. O § 1º, do artigo 63, da Lei Nº 2.537 de 17 de Julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.63 .....  
§ 1º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em agosto de 2005, que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 13 . Os incisos II e III, do artigo 66, da Lei Nº 2.537 de 17 de Julho de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art.66 .....

II - para o segurado-inativo, o valor dos proventos de aposentadoria, na forma estabelecida no artigo 65 inciso II desta Lei;

III - para os dependentes, o valor dos proventos de pensão por morte, na forma estabelecida no artigo 65, inciso II desta Lei;

Art. 14. Acrescenta o artigo 79-A, 79-B, 79-C, 79-D, 79-E E 79-F

no título VI da Lei nº 2.537, de 17 de julho de 2001, que passarão a ter a seguinte redação:

## TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

### CAPÍTULO I DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO

Art. 79-A. Observado o disposto no art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, é assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 17, §§ 1º e 6º, desta Lei, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação daquela Emenda, quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea a deste inciso.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do caput terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo inciso III, alínea "a" e § 3º do art. 17 desta Lei, na seguinte proporção:

I - três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput até 31 de dezembro de 2005;

II - cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 2º O professor, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1º.

§ 3º O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no caput, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no inciso II do art. 17 desta Lei.

§ 4º Às aposentadorias concedidas de acordo com este artigo aplica-se o disposto no art. 40, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 79-B. Observado o disposto no art. 41-Q, desta lei, o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei federal discipline a matéria,

será contado como tempo de contribuição.

Art. 79-C. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 17 ou pelas regras estabelecidas pelo art. 79-A desta Lei, o servidor que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 3º do art. 17 esta lei, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo único. Aplica-se aos proventos de aposentadorias dos servidores públicos que se aposentarem na forma do caput, o disposto no art. 79-C desta Lei.

Art.79-D. É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional n.º 41/2003, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no inciso II do art. 17 desta lei.

§ 2º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até a data de publicação da Emenda Constitucional de que trata este artigo, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

Art. 79-E. Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes, em fruição na data de publicação da Emenda Constitucional n.º 41/2003, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo artigo anterior, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

Art. 79-F. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 17 ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 79-A e 79-C desta Lei, o servidor da União, dos Estados,



do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 17, inciso III, alínea "a", desta Lei, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 50 desta lei, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

#### CAPÍTULO I DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO

Art. 79-A. Observado o disposto no art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, é assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 17, §§ 1º e 6º, desta Lei, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação daquela Emenda, quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea a deste inciso.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do caput terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo inciso III, alínea "a" e § 3º do art. 17 desta Lei, na seguinte proporção:

I - três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput até 31 de dezembro de 2005;

II - cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 2º O professor, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por

cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1º.

§ 3º O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no caput, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no inciso II do art. 17 desta Lei.

§ 4º Às aposentadorias concedidas de acordo com este artigo aplica-se o disposto no art. 40, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 79-B. Observado o disposto no art. 41-Q, desta lei, o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei federal discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição.

Art. 79-C. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 17 ou pelas regras estabelecidas pelo art. 79-A desta Lei, o servidor que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 3º do art. 17 esta lei, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo único. Aplica-se aos proventos de aposentadorias dos servidores públicos que se aposentarem na forma do caput, o disposto no art. 79-C desta Lei.

Art.79-D. É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional n.º 41/2003, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no inciso II do art. 17 desta lei.

§ 2º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até a data de publicação da Emenda Constitucional de que trata este artigo, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

Art.79-E. Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição

Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes, em fruição na data de publicação da Emenda Constitucional n.º 41/2003, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo artigo anterior, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

Art.79-F. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 17 ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 79-A e 79-C desta Lei, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 17, inciso III, alínea "a", desta Lei, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 50 desta lei, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

Art.15. Ficam revogados os §§ 4º e 8º, do artigo 5º e artigos 19 a 25 da Seção II, III, IV e V da Lei Nº 2.537 de 17 de Julho de 2001 e demais disposições em contrário.

Art.16- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de setembro de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
28/09/2005

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interina

## Lei Nº 3.007 de 28 de Setembro de 2005

LEI Nº 3.007 DE 28 DE SETEMBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 34.170,50 (trinta e quatro mil, cento e setenta reais e cinquenta centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.123.1301.2.004 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
010.301.1504.2.020 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 15.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
015.451.1801.2.031 -	Iluminação Pública	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 17.170,50
TOTAL		R\$ 34.170,50

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.128.1021.2.005 -	Bolsa Estudantil ao Servidor	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339018.00 -	Auxílio Financeiro a Estudantes	R\$ 9.170,50
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
010.301.1504.1.002 -	Construção, Ampliação e Reforma de Postos	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 15.000,00

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339032.00 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 10.000,00
TOTAL		R\$ 34.170,50

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
28 de setembro de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
28/09/2005

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interina

### Lei Nº 3.008 de 28 de Setembro de 2005

LEI Nº 3.008 DE 28 DE SETEMBRO DE 2005  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2004,  
DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde:

10.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
10.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
010.301.1504.2.001 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339030.00.104 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
339039.00.104 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 6.000,00
1005 -	Manutenção das Ativid. de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
010.302.1504.2.041 -	Manutenção das Ativid. de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339039.00.104 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
TOTAL		R\$ 11.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício 2004.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
28 de setembro de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
28/09/2005

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interina

### Lei Nº 3.009 de 13 de Outubro de 2005

LEI Nº 3.009 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR  
CRÉDITO ESPECIAL E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 51.500,00 (cinquenta e um mil e quinhentos reais), e criar o seguinte Projeto/Atividade e Elemento de Despesa:

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.242.1409.2050 -	Assistência ao Portador de Deficiência	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339031.32 -	Material de Consumo	R\$ 30.900,00
08.243.1409.2051 -	Assistência à Criança e ao Adolescente	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339031.33 -	Material de Consumo	R\$ 20.600,00
TOTAL		R\$ 51.500,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente:

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
13 de outubro de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:

13/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.010 de 13 de Outubro de 2005**

LEI Nº 3.010 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:  
Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$27.000,00 (Vinte e sete mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1406.1.001 -	Construção, Ampliação e Reformas de Escolas do Ensino Fundamental	
400000.00.103 -	Despesas de Capital	
440000.00.103 -	Investimentos	
449000.00.103 -	Aplicações Diretas	
449051.00.103 -	Obras e Instalações	R\$ 5.000,00
012.361.1406.2.011 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
400000.00.103 -	Despesas de Capital	
440000.00.103 -	Investimentos	
449000.00.103 -	Aplicações Diretas	
449052.00.103 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
400000.00.080 -	Despesas de Capital	
440000.00.080 -	Investimentos	
449000.00.080 -	Aplicações Diretas	
449051.00.080 -	Obras e Instalações	R\$ 20.000,00
TOTAL		R\$ 27.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do orçamento vigente.  
Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de outubro de 2005.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
13/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.011 de 13 de Outubro de 2005**

LEI Nº 3.011 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
027.812.1412.2.018 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 2.300,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.900,00
TOTAL		R\$ 5.200,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.  
Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de outubro de 2005.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
13/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.012 de 18 de Outubro de 2005**

LEI Nº 3.012 DE 18 DE OUTUBRO DE 2005

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR  
CRÉDITO ESPECIAL E CRIAR ELEMENTOS DE DESPESA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:  
Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), e criar o seguinte Elemento de Despesa:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos	
006.181.1413.2.032 -	Manutenção da Radio Patrulha	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	



339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 300,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos	
006.181.1413.2.032 -	Manutenção da Radio Patrulha	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 300,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de outubro de 2005.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.013 de 18 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 3.013 DE 18 DE OUTUBRO DE 2005.  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "SOCIEDADE DESPORTIVA PALMERINHA".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a "SOCIEDADE DESPORTIVA PALMERINHA", com sede na Rua Dr. Getúlio Vargas, s/n, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, registrada no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos, sob nº 668, à fls. 151 v à 157, do livro A-nº7, de Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e do Registro de Títulos e Documentos Sociedades Cívis, e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 83.788.091/0001-07.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de outubro de 2005.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.014 de 18 de Outubro de 2005

LEI Nº 3.014 DE 18 DE OUTUBRO DE 2005  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
010.301.1504.2.020 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 6.800,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 4.000,00
4.00008.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
017.512.1801.2.030 -	Coleta de Lixo Urbano e Limpeza Pública	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 23.200,00
TOTAL		R\$ 34.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319034.00 -	Outras Despesas de Pessoal decor de contratos de Terc.	R\$ 4.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	

08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
017.512.1703.1.006 -	Implantação do Aterro Sanitário	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 5.000,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 10.000,00
TOTAL		R\$ 34.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de outubro de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.015 de 25 de Outubro de 2005

LEI Nº 3.015 DE 25 DE OUTUBRO DE 2005  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.600,00 (vinte mil e seiscentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 3.600,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
026.782.1801.2.027 -	Reforma e Manutenção de Veículos	
300000.00 -	Despesas Correntes	

330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 15.000,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
TOTAL		R\$ 20.600,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de outubro de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
25/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.016 de 25 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 3.016 DE 25 DE OUTUBRO DE 2005  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1407.2.009 -	Construção, Ampliação e Reformas de Esc. do Ensino Fundamental	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de outubro de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
25/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.017 de 25 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.017 DE 25 DE OUTUBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:  
Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 4.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 4.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de outubro de 2005.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
25/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.018 de 01 de Novembro de 2005

LEI Nº 3.018 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2005

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL  
DE CAMPO ALEGRE, DENOMINADO "REFIS/CA - 2"  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Campo Alegre, denominado "REFIS/CA- 2", destinado a promover a regularização dos créditos tributários do Município, decorrentes de débitos de pessoas físicas ou jurídicas, com fatos geradores ocorridos até 30 de setembro de 2005, relativos a impostos, contribuições de melhorias e taxas devidas pela prestação de serviços públicos ou decorrentes do exercício do poder de polícia, ou outros créditos, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, com parcelamento em curso ou não.

Art.2º) O ingresso no Programa de Recuperação Fiscal de Campo Alegre - REFIS/CA - 2, dar-se-á por opção do sujeito passivo que fará, mediante requerimento específico fornecido pela Prefeitura Municipal, opção ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais referidos no artigo anterior, nos termos e condições previstas nesta lei.

§ 1º - O ingresso no Programa REFIS/CA - 2 implica inclusão da totalidade dos débitos relativos aos impostos, contribuições de melhorias, taxas e outros créditos mencionados no art. 1º, de responsabilidade do optante.

Art.3º) O débito consolidado de que trata o artigo anterior poderá ser liquidado nos seguintes termos:

I - À vista com 100% (cem por cento) de desconto da multa e 100% (cem por cento) de desconto dos juros de mora relativos aos créditos tributários de que trata o Art. 1º desta Lei.

II - Em 6 (seis) parcelas iguais e consecutivas com 50% (cinquenta por cento) de desconto da multa e 50% (cinquenta por cento) de desconto dos juros de mora relativos aos créditos tributários de que trata o Art. 1º desta Lei, sendo que a primeira parcela terá seu vencimento na data da adesão ao Programa.

Parágrafo primeiro - As pessoas físicas ou jurídicas que parcelaram seus débitos na forma da Lei Municipal nº 2.795 de 28 de outubro de 2003 - REFIS/CA, poderão ingressar no REFIS/CA - 2, mediante consolidação dos seus débitos vencidos e vincendos, decorrentes do REFIS/CA, somente na forma apresentada no Inciso I, do Art. 3º desta Lei.

Parágrafo segundo - Os créditos com fato gerador ocorrido no exercício tributário de 2005, somente poderão ser quitados à vista, na modalidade prevista no inciso I deste Artigo.

Art.4º) O débito consolidado na forma de que trata o Inciso II do Artigo anterior, sofrerá a incidência de juros na proporção de 1,0% (um por cento) ao mês.

Art.5º) Em caso de atraso no pagamento das parcelas dos débitos tributários consolidados nos termos do artigo 4º desta Lei, sofrerão acréscimos relativos às multas e juros de mora ou de ofício da lei vigente.

Parágrafo Único - Os débitos tributários ajuizados para cobrança executiva, ficam isentos de honorários advocatícios, devendo o optante quitar as custas processuais diretamente com o Poder

Judiciário, junto ao Forum da Comarca onde tenha sido ajuizada a Ação de Execução Fiscal.

Art. 6º) A opção pelo Programa de Recuperação Fiscal REFIS/CA - 2 exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos de que trata esta lei.

Art. 7º) A opção pelo Programa sujeita o optante a:

I - confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos consolidados;

II - expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte;

III - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no REFIS/CA - 2;

IV - pagamento regular das parcelas de débito consolidado e dos tributos decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente.

Art. 8º) A opção pelo REFIS/CA - 2 implica na manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal, durante todo período em que o contribuinte permanecer no Programa, até seu total adimplemento.

Art. 9º) A homologação da opção será efetuada pela Secretaria Municipal de Finanças, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, findo o qual, não ocorrendo manifestação contrária, considerar-se-á tacitamente homologada.

Parágrafo Único - A homologação da opção pelo Programa de Recuperação Fiscal de Campo Alegre/SC - 2, não será condicionada à apresentação de qualquer tipo de garantia.

Art. 10) O contribuinte será excluído do Programa nas seguintes hipóteses:

I - deixar de atender qualquer uma das exigências do art.7º desta Lei;

II - inadimplemento por três meses consecutivos ou não, do REFIS/CA - 2;

III - prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita do optante nos livros e documentos fiscais e comerciais, mediante simulação ou sonegação de informações;

IV - declaração de insolvência no caso de contribuinte pessoa física, ou decretação de falência, quando pessoa jurídica.

§ 1º - A exclusão do Programa implicará na exigibilidade imediata da totalidade dos débitos consolidados e ainda não pagos, restabelecendo-se à este montante, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da formalização da opção do contribuinte pelo programa REFIS/CA - 2.

§ 2º - A exclusão do Programa produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que o contribuinte for cientificado da decisão de sua exclusão.

§ 3º - Constatado o motivo de exclusão do Programa, a Chefe do Serviço de Tributação e Fiscalização notificará previamente o optante, assegurando-lhe o direito de conhecer antecipadamente os fatos que lhe são imputados, para oferecimento de defesa no prazo de trinta dias, facultando-lhe a produção de provas.

I - Após a apresentação de defesa e, eventualmente, da instrução probatória, a Chefe do Serviço de Tributação e Fiscalização decidirá, fundamentadamente, se trata-se ou não de caso de exclusão, conforme definição da presente Lei.

II - Da decisão que excluir o optante do REFIS/CA - 2, caberá recurso com efeito suspensivo, no prazo de trinta dias, a Secretaria Municipal de Finanças de Campo Alegre/SC.

Art.11) O prazo para a adesão do Programa, mediante requerimento por escrito, formalizado no Serviço de Tributação e Fiscalização da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, encerra-se no dia 30 de dezembro de 2005.

Art.12) O Poder Executivo deverá observar o atendimento ao Artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000, caso fique constatada a sua aplicabilidade e a existência de renúncia de receita.

Art.13) Esta lei entra vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
01de novembro de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
01/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 3.019 de 01 de Novembro de 2005**

LEI Nº 3.019 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2005  
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL QUE TRATAM DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - O Parágrafo 1º do Artigo 72 da Lei Municipalº 2.537, de 17 de julho de 2001, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 72 -....

§ 1º - Os membros do Conselho Administrativo deverão possuir a condição de servidores efetivos ativos e inativos e terem implementado o estágio probatório".

Art.2º - O Artigo 64 da Lei Municipal nº 2.537, de 17 de julho de 2001, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 64 - A contribuição do Município, incluídas suas autarquias e fundações, é obrigatória e corresponderá a 16,80% (dezesseis vírgula oitenta por cento) do valor global da folha de remuneração-de-contribuição dos segurados ativos, a ser realizada até o dia trinta do mês de exercício".

Art.3º - O Artigo 12 da Lei Municipal nº 3.006, de 28 de setembro de 2005 passará a vigorar com a seguinte redação:



“Art. 63 -...

§ 1º - Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em setembro de 2005, que faz parte integrante da presente Lei”.

Art.4º - Ficam ratificados no que couber os dispositivos das Leis Municipais nº 2.934, de 07 de dezembro de 2004 e 2.990, de 10 de agosto de 2005.

Art 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”,  
01 de novembro de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
01/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 3.020 de 01 de Novembro de 2005**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.020 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2005

AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE/SC A FIRMAR CONVÊNIO COM FUNDO MUNICIPAL SAÚDE DE RIO NEGRINHO/SC, PARA CUSTEIO DE SERVIÇO ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA - SAMU E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre, tendo como base informação populacional fornecida pela Secretaria de Estado da Saúde, autorizado a firmar convênio e repassar mensalmente o valor de até R\$ 0,08 (zero virgula oito centavos) per capita, para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio Negrinho/SC, baseando-se na planilha de custos referentes à implantação do SERVIÇO MÉDICO DE URGÊNCIA - SAMU.

Art.2º) As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC, e suplementadas se necessário, através de Decreto do Poder Executivo, fonte de Recursos Reserva de Contingência.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
01/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE

CONVÊNIO Nº 001/2005

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI CELEBRAM OS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC E RIO NEGRINHO-SC, PARA A IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU.

EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS

Considerando que o Município de Campo Alegre/SC atualmente necessita desenvolver uma nova modalidade de atendimento às urgências e emergências médico-hospitalares;

Considerando a existência do Serviço de Atendimento Móvel de Urgências - SAMU, Projeto decorrente do trabalho conjunto do Ministério da Saúde em parceria com o Conselho Nacional de Saúde, Estados e Municípios em prol de 68 milhões de brasileiros que terão acesso irrestrito ao Serviço.

Considerando que tal serviço será o pioneiro em regulação médica em Santa Catarina e planejado tecnicamente conforme o que preconiza as Resoluções 27/97 e 28/97 do Conselho Nacional de Medicina CREMESC, 1.529 do Conselho Federal de Medicina - CFM e corroborado pela Portaria 824/99 exarada pelo Ministério da Saúde, e que, com este embasamento legal, a Comissão Intergestora Bipartite deliberou que fossem criadas seis Centrais de Regulação.

Considerando que as unidades móveis funcionarão 24 horas com equipes permanentes compostas por médico regulador e técnico de regulação indicado pelo Município sede (Rio Negrinho-SC), com a disponibilidade de um sistema de rádio comunicação com gravação contínua e linha telefônica de número 192 para atendimentos de chamadas e que poderão comunicar-se entre si.

Considerando que, além disto, haverá ambulâncias de resgate do tipo C que estarão disponíveis junto as Centrais de maior fluxo; além de que, todas elas poderão atuar conjuntamente no atendimento básico da vida do Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Rodoviária Estadual, complementando tais serviços já que não possuem profissionais médicos na regulação e equipes móveis.

Considerando que a implantação e operacionalização do SAMU garante a transferência e a disponibilidade de vagas, auxiliando os Municípios na responsabilidade, pois a transferência ocorre de forma inadequada quando não dispõe dos equipamentos básicos e pessoal treinado,

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC, com sede na Rua: Irã. Amália Gheller, 22 Centro, neste ato representado por sua Gestora, Srª. ELIANA PESSOA MACHADO COLLET, Portadora da Carteira de Identidade nº 978.804-2, CPF nº 534.455.209-25 devidamente autorizada pela Lei Municipal nº 3.020 de 01 de novembro de 2005 e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO-SC, Av. Richardt de Albuquerque, 40 Centro, neste ato representado por sua Gestora, Srª. MARLENE TEREZINHA PSCHIEDT, Carteira de Identidade nº 248.760, CPF nº 511.278.229-34, celebram o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto

O presente Convênio, tem como objeto atender na região de abrangência onde encontra-se incluído o Município de Campo Alegre-SC, através dos serviços do SAMU, todo enfermo, ferido ou parturiente e transportá-los com segurança e acompanhamento

de profissionais de saúde até o nível Hospitalar do sistema.

Parágrafo único — é também função do Serviço de Atendimento de Urgências - SAMU, intermediar através da central de regulação médica das urgências, as transferências inter-hospitalares de pacientes graves; realizar a coordenação, a regulação e a supervisão médica, direta ou à distância, de todos os atendimentos pré-hospitalares.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Da abrangência

O SAMU de nossa região abrange os Municípios de Campo Alegre, Rio Negrinho e São Bento do Sul.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Dos equipamentos e serviços

Tendo como base o Município de Rio Negrinho, o SAMU disponibilizará:

a) Unidade de Suporte Básico: Rio Negrinho - Um Motorista, um Técnico de Enfermagem e todo o equipamento necessário.

b) Ambulância do Tipo D - Suporte Avançado de Vida - UTI Móvel: composta por três profissionais (um motorista, um enfermeiro e um médico).

c) Central de Regulação - ficará no Município de Joinville e não terá despesas de custeio para os Municípios.

#### CLÁUSULA QUARTA - Do valor de repasse mensal

##### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE

Para a manutenção e viabilização dos serviços e equipamentos descritos na Cláusula anterior, deverá haver um rateio entre os Municípios integrantes do Serviço (na nossa região: Campo Alegre, Rio Negrinho e São Bento do Sul), cabendo o repasse per capita de até R\$ 0,08 (zero virgula zero oito centavos de real), por cada Município.

O valor correspondente ao Município de Campo Alegre/SC é de até R\$ 1.008,72 (um mil oito reais e setenta e dois centavos).

#### CLÁUSULA QUINTA - Da Vigência

O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de Dezembro de 2008.

#### CLAUSULA SEXTA - Da Rescisão

O presente Termo de Convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes quaisquer ônus ou rescindido por:

- a) mútuo acordo;
- b) término do prazo de vigência;
- c) impossibilidade material, financeira, técnica ou legal da continuidade de sua execução.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - Do Foro

Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente convênio, não sanáveis por via administrativa, fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul-SC.

E, por estarem assim ajustadas, as partes firmam o presente Termo de Convênio em três vias, na presença de duas testemunhas.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE CAMPO ALEGRE-SC

Por sua Gestora

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DE RIO NEGRINHO -SC  
Por sua Gestora

TESTEMUNHAS:

1- _____	2- _____
Nome: JOSÉ LUIS SILVA	Nome:
CPF 304.385.869-72	CPF

#### Lei Nº 3.021 de 01 de Novembro de 2005

LEI Nº 3.021 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2005.

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO Nº 1573/MDSCF/2004 PROCESSO Nº 71000.003112/2004-01, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC PARA FINS QUE SE ESPECIFICAM.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Homologa o TERMO DE CONVÊNIO Nº 1573/MDSCF/2004 PROCESSO Nº 71000.003112/2004-01, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, o qual tem por objetivo a execução do Projeto de Proteção Sócio Assistencial à Pessoa Portadora de Deficiência/Aquisição de Materiais de Consumo para a APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO ALEGRE - ESCOLA ESPECIAL "WILSON JOSÉ LIEBL".

Art.2º) O Termo de Convênio a que se refere o Artigo primeiro faz parte integrante desta Lei.

Art.3º) As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de Dotação do Orçamento Vigente.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
01 de novembro de 2005.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
01/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.022 de 09 de Novembro de 2005**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.022 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2005.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA POÇO TUBULAR LOCALIZADO NO DISTRITO INDUSTRIAL E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica declarado de Utilidade Pública o Poço Tubular localizado no Distrito Industrial deste Município, situado às margens da Rodovia SC 301, cujas características encontram-se descritas no "Relatório Técnico de Poço Tubular" em anexo, parte integrante da presente Lei, emitido pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC.

Parágrafo único - O poço a que se refere a presente Lei, foi aberto pela CIDASC, em 15 de agosto de 1995, para viabilizar o abastecimento das indústrias instaladas no referido local.

Art.2º) Quaisquer benfeitorias úteis decorrentes de investimentos particulares no Poço referido no Artigo 1º desta Lei, deverão ser ressarcidos aos proprietários dos equipamentos, pela Concessionária Casan - Cia. Catarinense de Águas e Saneamento, através de negociação com os mesmos e intermediação da Administração Direta do Município de Campo Alegre.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
09 de novembro de 2005.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
09/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.023 de 09 de Novembro de 2005**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.023 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2005

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE RUA NO DISTRITO DE FRAGOSOS NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica denominada de Rua: TARUMÃ, a Rua situada no Distrito de Fragosos neste Município, fazendo um novo entrocamento com a Rua Germano Neumann iniciando à 27,00 metros da esquina entre as Ruas Generoso Fragoso e Germano Neumann.

Parágrafo Único: A de que trata o caput deste Artigo terá a extensão de 92,51 metros e largura de 12 metros, conforme croqui parte integrante desta Lei.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
09 de novembro de 2005.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
09/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Lei Nº 3.025 de 09 de Novembro de 2005**

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.025 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339093.00 -	Indenizações e restituições	R\$ 3.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
09 de novembro de 2005.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
09/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Campos Novos

## PREFEITURA

### Aviso PP 36-2014 Aquisição de Equipamentos E Materiais de Prevenção A Saúde - Saude

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 22/09/2014 às 09:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS PARA REPOSIÇÃO EM UNIDADES DE SAÚDE E MATERIAIS PARA USO EM CAMPANHA DE PREVENÇÃO A SAÚDE. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 08 de Setembro de 2.014.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde

### Republica Decreto Nº 7.057/14 de 04/07/2014 Regulamenta A Lei Nº 4.046/14

REPUBLICA

DECRETO Nº 7.057/14 DE 04/07/2014

REGULAMENTA LEI Nº 4.046/14 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentaria Anual)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 486.000,00 (quatrocentos e oitenta e seis mil reais) nos projetos e nas atividades abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 02 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.001 - Manutenção do Dpto. De Planejamento, Organização e Coordenação Geral

Elementos de despesa: 7 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000 - Aplicações Diretas.... R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.036 - Manutenção do Departamento de manutenção e Apoio Operacional

Elementos de despesa: 118 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas.... R\$ 256.000,00

ÓRGÃO: 40 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO

UNIDADE: 01 - ADMIN. DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.062 - Manutenção da Fundação Hosp. Dr. José Athanasio - Recursos Próprios

Elementos de despesa: 7 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 200.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO: 02 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 03 - DEP. DE MODERNIZAÇÃO ADMIN. E INFORMATIZAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 1.002 - Reequipamento da Administração Pública

Elementos de despesa: 12 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas.... R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.016 - Manutenção da Educação para Alunos Especiais

Elementos de despesa: 44 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas.... R\$ 87.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.021 - Manutenção do Esporte Escolar

Elementos de despesa: 36 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas.... R\$ 10.000,00

UNIDADE: 10 - DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 1.013 - Construções, Ampliações e Reforma no Ensino Infantil

Elementos de despesa: 46 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas.... R\$ 10.000,00

UNIDADE: 11 - GERÊNCIA DE MERENDA ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 2.012 - Manutenção da Gerência de Merenda Escolar

Elementos de despesa: 56 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas.... R\$ 295.000,00

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 14 - DEP. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA FAMÍLIA GERÊNCIAS

PROJETO/ATIVIDADE: 1.006 - Reequipamento da Secretaria do Desenvolvimento Social Família e Trabalho

Elementos de despesa: 74 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas.... R\$ 21.000,00

UNIDADE: 15 - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E TRABALHO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.023 - Manutenção do Departamento de Assistência Comunitária e Trabalho

Elementos de despesa: 79 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas.... R\$ 33.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 04 de julho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal



**Republica Decreto Nº 7.086/14 de 28/07/2014 Abre Credito Adicional Suplementar No Orçamento do SAMAE - Serviço Municipal de Água E Esgoto E Dá Outras Providências**

REPUBLICA

DECRETO Nº 7.086/2014 DE 28/07/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/2013 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentaria Anual)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento/2013 do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) nos seguintes projetos/atividades:

I - 17.512.0036.2.058 - Manutenção dos Serviços Administrativos do SAMAE

3.3.90.00.00.00.00.00.0600 - Aplicações Diretas - R\$ 30.000,00

II - 17.512.0036.2.059 - Manutenção do Sistema de Operações e Manutenções do Sistema de Água

3.3.90.00.00.00.00.00.0600 - Aplicações Diretas - R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no art. 1º, serão utilizados os recursos originários do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, no montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 28 de julho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Republica Decreto Nº 7.090/14 de 08/08/2014 Abre Credito Adicional Suplementar No Orçamento do SAMAE - Serviço Municipal de Água E Esgoto E Dá Outras Providências**

REPUBLICA

DECRETO Nº 7.090/2014 DE 08/08/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/2013 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentaria Anual)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no seguinte projeto/atividade:

I - 17.512.0036.2.060 - Manutenção do Sistema de Operação e Manutenções do Sistema de Esgoto

3.3.90.00.00.00.00.00.0600 - Aplicações Diretas - R\$ 15.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no art. 1º, serão utilizados os recursos originários do superávit

financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, no montante de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 08 de agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Republica Decreto Nº 7.097/14 de 25/08/2014 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Município**

REPUBLICA

DECRETO Nº 7.097/2014 DE 25/08/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/2013 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentaria Anual)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$14.264,89 (Quatorze mil, duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta e nove centavos) no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração

Elementos de despesa: 166 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0024.000000 - Aplicações Diretas .....R\$ 14.264,89

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no art. 1º, serão utilizados os recursos originários do superávit financeiro do exercício anterior- recursos de Convênios Federais.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente decreto em, 25 de agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Republica Decreto Nº 7.102/14 de 27/08/2014 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento do Fundo Municipal de Saúde**

REPUBLICA

DECRETO Nº 7.102/2014 DE 27/08/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/2013 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentaria Anual)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$50.000,00 (Cinquenta mil reais) no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde  
Elementos de despesa: 04 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000 - Aplicações Diretas .....R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no art. 1º, serão utilizados os recursos originários no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde  
Elementos de despesa: 42 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000 - Aplicações Diretas .....R\$ 50.000,00

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente decreto em, 27 de agosto de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### **Republica Decreto Nº 7.103/14 de 27/08/2014 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento Geral do Municipio**

REPUBLICA  
DECRETO Nº 7.103/2014 DE 27/08/2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/2013 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentaria Anual)

#### **DECRETA:**

Art. 1º. . Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Municipio, no valor de R\$223.000,00 (Duzentos e vinte e três mil reais ) no projeto e atividade abaixo discriminados:  
ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIDADE: 13 - DEPTO DE TRANSPORTE ESCOLAR - GERENCIA TRANSPORTE  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.014- Manutenção do Depto de Transporte escolar - Gerencia Transporte  
Elementos de despesa: 69 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022.000000 - Aplicações Diretas .....R\$ 223.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no art. 1º, serão utilizados os recursos originários excesso de arrecadação- transporte escolar estadual

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente decreto em, 27 de agosto de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### **Republica Decreto Nº 7.104 de 27/08/2014 Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social**

REPUBLICA  
DECRETO Nº 7.104/2014 DE 27/08/2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/2013 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentaria Anual)

#### **DECRETA:**

Art. 1º. . Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 21.500,00 ( Vinte e um mil e quinhentos reais) no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 35 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.048- Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
Elementos de despesa: 33 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0036.000000 - Aplicações Diretas .....R\$ 21.500,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no art. 1º, serão utilizados os recursos originários excesso de arrecadação de Recursos do Estado - SEAS.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente decreto em, 27 de agosto de 2014.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### **Republica Decreto Nº 7.105/14 de 27/08/2014 Abre Credito Adicional Suplementar No Orçamento do Fundo Municipal de Meio Ambiente**

REPUBLICA  
DECRETO Nº 7.105/2014 DE 27/08/2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/2013 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentaria Anual)

#### **DECRETA:**

Art. 1º. . Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Meio Ambiente, no valor de R\$ 6.500,00 ( Seis mil e quinhentos reais) no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 42 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA  
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.083- Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente- FUNDEMA  
Elementos de despesa: 02 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas .....R\$ 6.500,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto

no art. 1º, serão utilizados os recursos originários excesso de arrecadação de recursos próprios.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente decreto em, 27 de agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Republica Decreto Nº 7.106/14 de 27/08/2014  
Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento  
do Fundo Municipal de Meio Ambiente**

REPUBLICA

DECRETO Nº 7.106/2014 DE 27/08/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO  
FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/2013 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentaria Anual)

DECRETA:

Art. 1º. . Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Meio Ambiente, no valor de R\$4.000,00 (Quatro mil reais ) no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 42 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.083 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente- FUNDEMA

Elementos de despesa: 02 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas .....R\$ 4.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no art. 1º, serão utilizados os recursos originários no projeto e atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 42 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.083 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente- FUNDEMA

Elementos de despesa: 04 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas .....R\$ 4.000,00

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente decreto em, 27 de agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA nº 1378/14**

PORTARIA nº 1378/14 de 28/08/2014

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA  
NOEMI ALVES VALENTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a NOEMI ALVES VALENTE pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 22 de Agosto de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA nº 1379/14**

PORTARIA nº 1379/14 de 28/08/2014

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA A SERVIDORA CARINE APARECIDA  
SANTOS STEFANES,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar sem justa causa a servidora CARINE APARECIDA SANTOS STEFANES, do cargo de Professor, retroagindo seus efeitos a 21 de Julho de 2014, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA nº 1380/14**

PORTARIA Nº 1.380 /14 DE 29/08/2014

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAR IMÓVEL E DÁ OUTRAS PRO-  
VIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os senhores Murilo Spillere Milanez, Engenheiro Agrimensor, cadastrado no CREA 100490-3, Alcir Osmar Gambeta, Engenheiro Civil, cadastrado no CREA 072078-1 e Ladir Brocardo, Corretor de Imóveis, CRECI nº 3616, sob a presidência do primeiro, para compor a Comissão para vistoriar e avaliar o seguinte terreno:

(a) Terreno rural, localizado no com área de 749.580,95m² (setecentos e quarenta e nove mil, quinhentos e oitenta metros e noventa e cinco centímetros quadrados), matriculado sob nº 663, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Art. 2º. Os membros de que trata o artigo anterior farão a avaliação da terra nua e das benfeitorias que eventualmente existam, de acordo com o mercado imobiliário do município, no prazo de 8

(oito) dias.

Art. 3º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, comunique-se, publique-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 29 de agosto de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA nº 1381/14**

PORTARIA nº 1381/14 de 01/09/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) GUSTAVO HENRIQUE BOCALON CAGLIARI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) GUSTAVO HENRIQUE BOCALON CAGLIARI do cargo de Médico Comunitário. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de Setembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA nº 1382/14**

PORTARIA nº 1382/14 de 01/09/2014

EXONERA POR FALECIMENTO O SERVIDOR APOSENTADO JOAQUIM VARELA CHAVES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por falecimento o servidor aposentado JOAQUIM VARELA CHAVES. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de Setembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA nº 1383/14**

PORTARIA nº 1383/14 de 01/09/2014

CONCEDE PENSÃO A PESSOA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando o falecimento do Servidor Inativo Sebastião Fagundes, conforme certidão de óbito nº 10835701552014400024297000622793 de 25 de Agosto de 2014, do Ofício de Registro Civil das pessoas Naturais da Comarca de Campos Novos e de conformidade com o Art. 54 § 5º da Lei Complementar 03/00 de 04/12/00,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder pensão vitalícia a GENTILIA MAGAGNIM FAGUNDES, esposa do servidor aposentado SEBASTIÃO FAGUNDES, conforme certidão de óbito do Cartório de Registro Civil de Campos Novos.

Art. 2º - Os benefícios da pensão corresponderão a totalidade dos vencimentos do servidor falecido.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de Setembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### **SAMAE - CAMPOS NOVOS**

#### **Ata de Registro de Preços 10/2014 - A Criativa Comunicação Visual Ltda**

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 25/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº14/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE de Campos Novos - SC, sito na Rua Caetano Carlos, 466, inscrito no CNPJ sob n.º 83.158.105/001-09, e a empresa A Criativa Comunicação Visual Ltda, com sede na Rua Coronel Lucidoro, nº1753, na cidade de Campos Novos-SC inscrita no CNPJ sob n.º 17.717.325/0001-92, IE 256.973.962, doravante neste ato, denominados CONTRATANTE E CONTRATADA, respectivamente, sendo a primeira representada por seu Diretor, Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF n.º 543.523.209-00 e a segunda por Samuel Luiz Hoffmann, portador do CPF n.º 585.083.769-87, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisições de material gráfico e de sinalização, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

#### **CLÁUSULA I - DO OBJETO**

1.1 - A presente ATA tem como objetivo a aquisição de material gráfico e de sinalização para o SAMAE de Campos Novos conforme segue:

Item	Descrição	Qtd	Und	Preço Unitário
01	Banner lona 440gr, impressão digital 1440 DPI com verniz, acabamento nas extremidades superiores e inferiores, solda/bainha (incluso serviços de design/criação).	80	M²	48,00
02	Faixa lona 440 gr, impressão digital 1440 DPI com verniz, acabamento nas extremidades laterais, solda, bainha e ilhós (incluso serviços de design/ criação).	60	M²	40,00
03	Placa de PVC 02 mm com adesivo impressão digital 1440 DPI com verniz.	50	M²	60,00
04	Placa de PVC 03 mm com adesivo impressão digital 1440 DPI com verniz.	50	M²	80,00



05	Chapa galvanizada nº 28 adesivada com adesivo impressão digital 1440 DPI, aplicação de verniz.	30	M²	62,00
06	Placas duplas (caveleto de rua), 600 x 800 mm, estrutura metálica cantoneira, revestidos ambos os lados com chapa galvanizada 0,65, fundo e pintura automotiva e aplicação de adesivo refletivo.	30	M²	80,00
07	Placa em ACMc/ adesivo impressão digital 1440 DPI com verniz.	20	M²	95,00
08	Placa acrílico branco leitoso 03 mm, com recorte a laser das letras para identificação setores 400 x 150 mm.	50	PÇ	71,00
09	Placas inauguração 500 x 500mm, sistema de gravação "foto corrosão" 4x0 cor, aço inox 430 (anti- corrosão).	30	PÇ	600,00
10	Estrutura Metalon 300 x 200 mm, espessura parede 1,20 mm, com acabamento fundo e pintura automotiva.	50	M²	40,00
11	Estrutura Metalon 500 x 300 mm, espessura parede 1,20 mm, com acabamento fundo e pintura automotiva.	40	M²	55,00
12	Estrutura Metalon 500 x 500 mm, espessura parede 1,20 mm, com acabamento fundo e pintura automotiva.	20	M²	74,50
13	Tubo Metalon 1 ½" parede 1,20 mm com fundo, com acabamento fundo e pintura automotiva.	60	ML	16,00
14	Tubo Metalon 2" parede 1,20 mm, com acabamento fundo e pintura automotiva.	50	ML	17,00
15	Tubo Metalon 2 ½" parede 1,20 mm, com acabamento fundo e pintura automotiva	50	ML	45,00
16	Adesivo impressão digital 1440 DPI com verniz.	50	M²	38,00
17	Adesivo impressão digital 1440 DPI com verniz, com recorte eletrônico.	20	M²	50,00
18	Adesivo vinil 5 anos (recorte).	30	M²	35,00
19	Adesivo vinil refletivo (recorte).	20	M²	47,00
20	Cobertura de Policarbonato 4 mm, na cor solicitada pela licitante, fabricadas e instaladas dentro das Normas Técnicas do produto.(Fita alumínio, fita porosa, perfil acabamento, perfil "h", perfil "U" e demais acessórios.	50	M²	127,00
21	Letreiro em Chapa Galvanizada ou ACM com pintura automotiva com profundidade de 10 cm, de 5 x 8,3M, sendo: - Logo SAMAE e letreiros SAMAE - 1,35mx 5,35m; - Bandeira do SAMAE - 1,41m x 1,98m; - Zequinha do SAMAE - 1,64m x 2,61m; - Letreiro para uma face do barracão e com iluminação LED;	02	UN	7.440,00

## CLÁUSULA II - DO PREÇO

2.1 - O pagamento dos materiais adquiridos da contratada será feito de acordo com a proposta que a mesma apresentou, sendo que este ocorrerá em até 10 (dez) dias após a entrega dos mesmos e estando de acordo com solicitado, além disso, devem ser apresentadas as Certidões de Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS, FGTS, Município, Estado e União.

2.2 - A NOTA FISCAL deverá indicar o número do EMPENHO correspondente e também indicar o nome do banco e número da conta bancária da firma licitante

2.3 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução dos serviços contratados, constituindo-se na única remuneração devida.

2.4 - O preço estipulado será fixo, não havendo reajuste de qualquer espécie.

2.5 - Não haverá, em hipótese alguma, PAGAMENTO ANTECIPADO.

2.6 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

2.7 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

2.8 - A CONTRATADA fornecerá o material mediante requisição, não havendo compromisso do SAMAE em consumir o total contratado, no prazo de vigência desta ATA.

SUBCLAÚSULA PRIMEIRA - O início do fornecimento se dará na data de assinatura, prorrogando-se pelo período de 12 meses.

SUBCLAÚSULA SEGUNDA - O quantitativo contratado esta sujeito ao disposto no art. 65, inciso 1º da lei nº 8.666/93.

SUBCLAÚSULA TERCEIRA - Fica ressalvado o direito ao reajuste ou dedução do preço do material (desde que existam documentos que o comprovem) para eventual alteração para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro, com fundamento no art. 65, II "d", da lei n.º 8.666/93, (desde que existam documentos que comprovem)

## CLÁUSULA III - DAS DESPESAS E FONTE DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do Orçamento dos exercícios de 2014 e 2015.

## CLÁUSULA IV - DOS EMPREGADOS DA CONTRATADA

4.1 - A CONTRATADA obriga-se a observar, quanto ao pessoal empregado no objeto de que trata este Contrato, a legislação pertinente, especialmente, quanto às obrigações previdenciárias, trabalhistas e de segurança.

Subcláusula Primeira: É de total responsabilidade da CONTRATADA, a observância das normas relativas a Segurança e Medicina do Trabalho, que deverão estar em efetivo funcionamento, durante a execução do objeto deste Contrato.

Subcláusula Segunda: A Contratada é a única responsável pelo

pagamento de todas as verbas e direitos trabalhistas dos empregados que designar para realizar os serviços que são objetos do contrato, não havendo qualquer tipo de responsabilidade do SAMAE, seja solidária ou subsidiária. Se, no entanto, o SAMAE vier a ser processado em ação trabalhista, sendo condenado ou não, a Contratada será responsável pelo pagamento de honorários advocatícios aos advogados do SAMAE na ordem de 20% sobre o valor que for dado à causa, como forma de indenização pela simples inclusão do SAMAE no processo.

#### CLÁUSULA V - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

5.1 - Não prestar declaração ou informação, sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, a respeito do objeto do presente contrato ou a ele inerentes;

5.2 - Arcar com responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais, resultantes da execução deste Contrato;

5.3 - A contratada terá o prazo máximo de 03 (três) dias após a emissão da ordem de compra emitida para a entrega dos materiais solicitados.

#### CLÁUSULA VI - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE se obriga a:

6.1 - Cumprir orientações e procedimentos técnicos especializados pela CONTRATADA;

6.2 - Facilitar à CONTRATADA o acesso às informações necessárias à execução dos serviços dos materiais explícitos neste Contrato;

6.3 - Colocar a disposição da CONTRATADA dados/materiais e informações necessárias para execução dos serviços.

#### CLÁUSULA VII - DA VIGÊNCIA

7.1 - O Prazo de validade da presente ATA de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

#### CLÁUSULA VIII - DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.1 - O presente Contrato fica subordinado às condições estabelecidas no Edital, na proposta da Contratada, às normas estabelecidas na lei n.º 8.666/93 e a legislação aplicável à execução dos Contratos, obrigando-se a CONTRATADA, ainda, durante a execução contratual, a manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de licitação.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades cotadas, em até 25% (vinte e cinco por cento).

#### CLÁUSULA IX - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo

superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

#### CLÁUSULA XI - DO FORO

Todas as questões derivadas do presente CONTRATO serão processadas no Foro da cidade de Campos Novos - SC, expressamente eleito pelos contratantes para o mesmo fim.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (Duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo:

Campos Novos - SC, 28 de Agosto de 2014.

PELO SAMAE

PELA CONTRATADA

JOEL FRANCISCO FAGUNDES  
DIRETOR DO SAMAE

SAMUEL LUIZ HOFFMANN  
A CRIATIVA COMUNICAÇÃO  
VISUAL LTDA

TESTEMUNHAS:

Rodrigo Carpes de Oliveira  
CPF - 049.807.399-89

Neusa Aparecida de Lima  
CPF - 693.438.029.00

# Canelinha

## PREFEITURA

### Extrato Contratos Nº 34/2014 A 41/2014 - Fhc ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA

CONTRATO Nº. 34/2014. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CREDENCIAMENTO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE análises clínicas de exames laboratoriais. CREDENCIANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA. CREDENCIADA: LUTER LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLÍNICAS LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de laboratório de análises clínicas de acordo com a tabela unificada de procedimentos do SUS do Ministério da Saúde, para prestarem serviços de coleta e realização de exames de análises clínicas, sendo que os exames rotineiros encontram-se relacionados no anexo I do edital nº. 013/2014, Chamada Pública nº. 001/2014, e os demais no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos (SIG-TAP) do Sistema único de Saúde, que passam a fazer parte deste contrato, para atendimento dos pacientes internados na Fundação Hospitalar de Canelinha, observados os prazos e procedimentos descrito neste instrumento. VALOR: Pela prestação dos serviços na execução do objeto ora contratado, o CREDENCIANTE pagará a CREDENCIADA os valores correspondentes na tabela de preços de exames do anexo I do edital nº. 013/2014, Chamada Pública nº. 001/2014. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência de 02 (dois) anos, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o máximo de 60 (sessenta) meses. Canelinha (SC), 04 de agosto de 2014. MARILITA MICHELI GONÇALVES - DIRETORA ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO.

CONTRATO Nº.35/2014. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR. CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA. CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição parcelada de materiais médico hospitalar, destinados a manter as atividades da Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, conforme itens descritos no anexo II (termo de referencia), do Edital de Licitação nº. 15/2014, Pregão Presencial nº.14/2014 (processo nº.25/2014, PP: 16/2014-PR), especificamente os itens 31 e 34, parte integrante deste contrato. VALOR: de R\$ 199,54 (cento e noventa e nove reais e cinquenta e quatro centavos). FONTE DO RECURSO: 3.3.90.30.36.00.00.00.00.1000 (006) Aplicação Direta. VIGÊNCIA: O prazo deste contrato inicia-se na data de sua assinatura e encerra-se em 31 de dezembro de 2014. Canelinha, 08 de agosto de 2014. MARILITA MICHELI GONÇALVES - DIRETORA ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO.

CONTRATO Nº. 36/2014. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR. CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA. CONTRATADO: CIRÚRGICA BELA VISTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição parcelada de materiais médico hospitalar, destinados a manter as atividades da Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, conforme itens descritos no anexo II (termo de referencia), do Edital de Licitação nº. 15/2014, Pregão Presencial nº. 14/2014 (processo nº. 25/2014, PP: 16/2014-PR), especificamente os itens 5, 7, 9 e 33, parte integrante do contrato. VALOR: R\$-1.318,50 (um mil trezentos e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos). FONTE DO RECURSO: 3.3.90.30.36.00.00.00.00.00.1000 (006) Aplicação Direta. VIGÊNCIA: O prazo deste contrato

inicia-se na data de sua assinatura e encerra-se em 31 de dezembro de 2014. Canelinha, 08 de agosto de 2014. MARILITA MICHELI GONÇALVES - DIRETORA ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO.

CONTRATO Nº.37/2014. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR. CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA. CONTRATADO: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição parcelada de materiais médico hospitalar, destinados a manter as atividades da Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, conforme itens descritos no anexo II (termo de referencia), do Edital de Licitação nº. 15/2014, Pregão Presencial nº. 14/2014 (processo nº. 25/2014, PP: 16/2014-PR), especificamente os itens 1, 4, 19 e 24, parte integrante deste contrato. VALOR: R\$-2.206,50 (dois mil duzentos e seis reais e cinquenta centavos). FONTE DO RECURSO: 3.3.90.30.36.00.00.00.00.1000 (006) Aplicação Direta. VIGÊNCIA: O prazo deste contrato inicia-se na data de sua assinatura e encerra-se em 31 de dezembro de 2014. Canelinha, 08 de agosto de 2014. MARILITA MICHELI GONÇALVES - DIRETORA ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO.

CONTRATO Nº. 38/2014. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR. CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA. CONTRATADO: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição parcelada de materiais médico hospitalar, destinados a manter as atividades da Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, conforme itens descritos no anexo II (termo de referencia), do Edital de Licitação nº. 15/2014, Pregão Presencial nº 14/2014 (processo nº. 25/2014, PP: 16/2014-PR), especificamente os itens 2, 14, 14, 16, 21, 22, 23, 26, 27, 29 e 30, parte integrante deste contrato. VALOR: R\$-23.775,00 (vinte e três mil setecentos e setenta e cinco reais). FONTE DO RECURSO: 3.3.90.30.36.00.00.00.00.1000 (006) Aplicação Direta. VIGÊNCIA: O prazo deste contrato inicia-se na data de sua assinatura e encerra-se em 31 de dezembro de 2014. Canelinha, 08 de agosto de 2014. MARILITA MICHELI GONÇALVES - DIRETORA ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO.

CONTRATO Nº. 39/2014. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR. CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA. CONTRATADO: PROHOSPITAL SUL COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO E ODONTOLÓGICO LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição parcelada de materiais médico hospitalar, destinados a manter as atividades da Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, conforme itens descritos no anexo II (termo de referencia), do Edital de Licitação nº. 15/2014, Pregão Presencial nº. 14/2014 (processo nº. 25/2014, PP: 16/2014-PR), especificamente os itens 3, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 20, 28 e 32, parte integrante deste contrato. VALOR: R\$-8.293,00 (oito mil duzentos e noventa e três reais). FONTE DO RECURSO: 3.3.90.30.36.00.00.00.00.1000 (006) Aplicação Direta. VIGÊNCIA: O prazo deste contrato inicia-se na data de sua assinatura e encerra-se em 31 de dezembro de 2014. Canelinha, 08 de agosto de 2014. MARILITA MICHELI GONÇALVES - DIRETORA ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO.

CONTRATO Nº. 040/2014. TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS Nº. 001/2014. CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA. CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: (DA ALTERAÇÃO DO VALOR - CLÁUSULA 3ª.) - Fica alterado para R\$-0,12200 o valor unitário do item "9" (nove) da relação anexa ao edital do processo de licitação nº. 06/2013, Pregão Presencial nº. 6/2013 (processo nº. 23/2013, licitação nº. 7/2013-PR), referente ao medicamento amoxicilina 500 mg. Canelinha (SC), 21 de agosto de 2014. MARILITA MICHELI



GONÇALVES - DIRETORA ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO.

CONTRATO Nº. 041/2014. TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS Nº. 001/2014. CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA. CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: (DA ALTERAÇÃO DO VALOR - CLÁUSULA 3ª.) - Fica alterado para R\$-2,13300 o valor unitário do item "37" (trinta e sete) da relação anexa ao edital do processo de licitação nº. 06/2013, Pregão Presencial nº. 6/2013 (processo nº. 23/2013, licitação nº. 7/2013-PR), referente ao medicamento ceftriaxonia 1000 mg.

Canelinha (SC), 26 de agosto de 2014.  
MARILITA MICHELI GONÇALVES  
DIRETORA ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO.

**Extrato Contrato Nº 174/2014 - FMS**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA.

CONTRATO Nº. 174/2014. TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS Nº. 019/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA, pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde. CONTRATADO: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. OBJETO: Fica alterado para R\$0,0649 o valor unitário do item "88" (oitenta e oito) da relação do anexo II edital do processo de licitação nº. 64/2013, Pregão Presencial nº. 56/2013 (processo nº. 23/2013, licitação nº. 23/2013-PR), referente ao medicamento omeprazol 20 mg.

Canelinha/SC., 26 de agosto de 2014.  
JOÃO BATISTA ARES  
SECRETÁRIO DE SAÚDE.

## Canoinhas

### PREFEITURA

#### **Pauta de Reunião - Conselho Municipal de Contribuintes de Canoinhas - 9ª Sessão Ordinária - 2014**

PAUTA DE REUNIÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE CANOINHAS  
9ª SESSÃO ORDINÁRIA - 2014

Data: 08 (oito) de setembro de 2014.

Horário: 8h00min.

Local: Centro Administrativo Dr. Haroldo Ferreira, Prefeitura Municipal de Canoinhas (Sala de Reuniões 1 - Piso Superior).

O presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Canoinhas, DIOGO CARLOS SEIDEL, faz saber a quem interessar possa, que na data, local e horário acima, serão discutidos temas referentes a melhorias no ordenamento jurídico tributário municipal, bem como serão assinados ofícios, atas e acórdãos, além de debates sobre demais temas de interesse tributário.

Canoinhas (SC), 05 de setembro de 2014.

GERSON JOSE SZCZYGIEL

Secretário Geral

DUMKE DIOGO CARLOS SEIDEL

Presidente

#### **Publicação do Edital de Pregão Presencial Nº PMC 103/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 153/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 103/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 18/09/2014, às 10h30min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE RECAPE DE PNEUS, DESTINADOS AOS CAMINHÕES E MÁQUINAS DESTA PREFEITURA. Recebimento de propostas até as 10h15min do dia 18/09/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

#### **Publicação do Aviso de Anulação do Pregão Eletrônico Nº 65/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 92/2014

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 65/2014

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do Pregão Eletrônico n.º 65/2014, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO, ZERO KM, 04 (QUATRO) PORTAS, 05 (CINCO) PASSAGEIROS, VERSÃO SUV, PARA SER UTILIZADO COMO VIATURA DO POLICIAMENTO. Motivo: Licitação deserta. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.



Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **Publicação do Aviso de Anulação do Pregão Presencial Nº 32/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 52/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 32/2014  
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Pregão Presencial n.º 32/2014, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE SABONETE LÍQUIDO BACTERICIDA ANTI-SEPTICO, DESINFETANTE EM PÓ CLORADO E TUCAS PARA PROTEÇÃO DE CABELOS, DESTINADOS AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO. Motivo: Licitação deserta. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **Publicação da Homologação do Pregão Presencial Nº PMC 98/2014**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/14  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/14  
HOMOLOGAÇÃO: 05/09/14  
CONTRATADO: RODRIGO LUIS HOBI  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PÓ DE BRITA, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS E AO REVESTIMENTO DE RUAS URBANAS E ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

DATA: 05/09/14  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito.

### **Publicação do Aviso de Anulação do Pregão Presencial Nº FMAS 01/2014**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMAS 02/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 01/2014  
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Pregão Presencial n.º FMAS 01/2014, que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVER UMA ASSESSORIA TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL SOCIOEDUCATIVO, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTE EDITAL. Motivo: licitação deserta. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, período das 08h00min às 14h00min fone (47) 321-7705.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito  
Presidente do Fundo

### **Publicação do Aviso de Anulação da Tomada de Preços Nº FMS 04/2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 07/2014  
TOMADA DE PREÇOS N.º FMS 04/2014  
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas/Presidente do Fundo Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do Tomada de Preços n.º FMS 04/2014, que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CALÇADA NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CRISTO REI, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO. Motivo: Licitação deserta. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito/ Presidente do Fundo

Publicação do Resultado Final do Pregão Presencial Nº PMC 98/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Processo / Ano: 145/2014

Licitação.....: 98/2014 - PR

Modalidade...: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PÓ DE BRITA, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS E AO REVESTIMENTO DE RUAS URBANAS E ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO.

Processo Administrativo:

Total dos Itens Vencedores: 48.000,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 26970	- PÓ DE BRITA - TON - Unidade: TN						
8719	RODRIGO LUIS HOBI		2.000.000	0,0000	24,0000	48.000,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em ...../...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - ..... Pregoeiro(a)

MARCIANO FERNANDES CORREA - ..... SUPLENTE

PAULO CESAR SAFANELLI - ..... PREGOEIRO

ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - ..... EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - ..... EQUIPE DE APOIO

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - ..... 28.754/SC

VANESSA LANGER - ..... CRC/SC 028524/O-0

Publicação do Resultado Final do Pregão Eletrônico N° PMC 93/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS  
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Processo / Ano:	138/2014	Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:	114.254,00
Licitação.....:	93/2014 - PE				
Modalidade....:	PREGÃO ELETRÔNICO				
Objeto.....:	AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO, ZERO KM, 02 (DUAS) PORTAS E 01 (UM) VEÍCULO NOVO, ZERO KM, TIPO CAMINHONETA, PARA SEREM UTILIZADOS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO 3.º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR.				

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	6770	-	VEÍCULO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS 02 PORTAS	-	Unidade: UN		
6307	VERITA VEÍCULOS LTDA ( FUCK AUTOMÓVEIS CANOINHAS )		1,000	0,0000	26.900,0000	26.900,00	Venceu	1 *****
9486	COMÉRCIO DE VEÍCULOS ARISTIDES MALLON LTDA.		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 2	-	111040772	-	VEÍCULO NOVO TIPO CAMINHONETE/PICKUP, CABINE DUPLA	-	Unidade: UN		
9486	COMÉRCIO DE VEÍCULOS ARISTIDES MALLON LTDA.		1,000	0,0000	87.354,0000	87.354,00	Venceu	1 *****
6307	VERITA VEÍCULOS LTDA ( FUCK AUTOMÓVEIS CANOINHAS )		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas,	Em	...../...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)	
MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE	
PAULO CESAR SAFANELLI -	PREGOEIRO	
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO	
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO	
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC	
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0	

Publicação do Resultado Final do Pregão Presencial Nº PMC 85/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS  
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/2

Processo / Ano: 122/2014		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores: 98.770,00	
Licitação.....: 85/2014 - PR					
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL					
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE QUILOMETROS RODADOS DE ÔNIBUS, MICROÔNIBUS, VANS E AUTOMÓVEL, DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.					
				</	



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 122/2014

Licitação.....: 85/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE QUILOMETROS RODADOS DE ÔNIBUS, MICROÔNIBUS, VANS E AUTOMÓVEL, DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Processo Administrativo: 98.770.00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 4	-	111040459	- QUILOMETRO RODADO DE AUTOMOVEL COM CAPACIDADE 05 LUGARES	- Unidade: KM				
10497		TRANSPORTE TURISMO BUENO LTDA	3.000.000	0,0000	2,0000	6.000,00	Venceu	1 *****

Candinhas, Em ...../...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - ..... Pregoeiro(a)

MARCIANO FERNANDES CORREA - ..... SUPLENTE

PAULO CESAR SAFANELLI - ..... PREGOEIRO

ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - ..... EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - ..... EQUIPE DE APOIO

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - ..... 28.754/SC

VANESSA LANGER - ..... CRC/SC 028524/O-0

**Capinzal****PREFEITURA****Errata Contrato 0213/2013****ERRATA DE PUBLICAÇÃO**

Na Edição de número 1548, página 82, do dia 13/08/2014, referente ao extrato do termo aditivo nº 0001/2014 - Prefeitura;

Onde se lê:

Valor: 0,00 (zero)

Leia-se:

Valor: 5.449,37 (cinco mil quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e sete centavos)

**Chapadão do Lageado****PREFEITURA****Portaria Nº 354 de 05.09.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 354/2014

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 10 (dez) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder em favor da servidora Pública MARIA LUIZA G. JEREMIAS, ocupante do cargo de Professora ACT 20 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, matriculada sob o nº 1804/20, licença para tratamento de Saúde, pelo período de 10 (dez) dias, a contar de 02.09.2014 a 11.09.2014, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 02.09.2014.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 05 de setembro de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

**PORTARIA nº 355 de 05.09.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 355/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, a Assessora Jurídica CHARLIANE MICHELS, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, no dia 08 de setembro de 2014, 01 (um) dia, das férias referentes ao período aquisitivo 2013/2014, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 05 de setembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

# Concórdia

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº 01/2014 - Fmc

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2014- FMC

Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços técnicos especializados de consultoria, acompanhamento e prestação de contas referente os recursos provenientes do Ministério da Cultura, patrocinado pela Empresa Tractebel Energia S.A, visando o desenvolvimento das atividades inerentes ao Projeto beneficiado "Finalização do Centro Cultural Concórdia", cadastrado junto ao PRONAC sob o nº 145465 e conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 24/09/2014. no endereço Eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br).

Abertura: dia 24/09/2014 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 05 de Setembro de 2014.

GILMAR LUIZ MONTICELLI  
Superintendente da FMC

### Edital de Concurso Público Nº 4/2014

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 4/2014

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, com sede na Rua Leonel Mosele, 62, Centro

#### TORNA PÚBLICO

o presente Edital de Homologação dos Inscritos no Concurso Público objeto do Edital nº 2/2014, de 25 de junho de 2014, conforme Anexo Único, deste Edital.

1. A prova escrita será realizada no dia 21 de setembro de 2014, às 8 horas, na forma abaixo:

1.1. na Escola de Educação Básica Professor Olavo Cecco Rigon, situada na Rua Lauro Müller, 21, Centro, Concórdia, SC, para os cargos de: Auditor Fiscal, Enfermeiro, Enfermeiro Comunitário, Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista, Fisioterapeuta, Médico, Técnico Legislativo, Especialista em Educação - Orientação Escolar e Professor (Artes, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação Física, Educação Infantil, Educação Especial, Língua Espanhola e Geografia);

1.2. no Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA, situado na Rua Lauro Müller, 105, Centro, Concórdia, SC, para o cargo de Agente Administrativo.

1.3. na Escola de Educação Básica Deodoro, situada na Rua Dr.

Maruri, 911, Centro, Concórdia, SC, para os cargos de: Motorista Socorrista, Operador de Equipamentos, Agente da Autoridade de Trânsito, Agente de Controle Interno, Agente de Operação Aeroportuária, Fiscal de Obras e Posturas, Fiscal de Tributos, Técnico de Enfermagem Comunitário, Técnico de Enfermagem do SAMU, Técnico em Higiene Bucal e Topógrafo.

2. Os candidatos deverão comparecer no local da prova, na forma abaixo, sendo que após esses horários, não será permitido, em hipótese alguma, o acesso de candidatos ao local das provas:

2.1. às 7 horas considerando que os portões permanecerão abertos somente até as 7h45min;

2.3. munidos do comprovante de inscrição, caneta esferográfica de tubo transparente, com tinta azul ou preta, sendo imprescindível a apresentação de documento de identidade, com fotografia, conforme item 1.2 do Título I do Anexo IV do Edital nº 2/2014, para ingresso na sala de prova.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,  
aos 4 dias do mês de setembro de 2014.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

#### ANEXO ÚNICO

#### GRUPO I - GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTA - GE

Fisioterapeuta: 34 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1474	ADARLY KROTH	23/01/1980
780	ALINE PEREIRA DA SILVA	11/12/1980
6	ANA PAULA CANTELE	23/06/1989
1028	ANAJARA BORGES	03/10/1986
1350	ANDRÉA MATIELLO	18/07/1974
331	ANELISE TOSETTO	04/04/1982
1573	BIANCA MENNA BARRETO LAGES	28/03/1984
1898	BIBIANE APARECIDA DA ROSA ARRUDA	04/09/1976
1141	BRUNA BALZZAN	27/03/1994
1193	CÁSSIO NORONHA MARTINS	22/09/1988
1355	DAIANE FRIGO	12/07/1991
1578	ELIANDRA PAULA RHODEN	18/03/1989
1978	FERNANDA BELLE	28/03/1989
1963	FLAVIANE FÁTIMA MANICA	29/01/1982
1206	GABI ACILÉIA BOETTCHER FIAMETTI	01/09/1982
711	GILCIANE BEE BOGEO SIQUEIRA	22/04/1987
763	GISELE APARECIDA DALLAGNOL	17/04/1982
189	GLAUCIA DANIELE HOFF	23/06/1990
1634	IVANIR ALVES GARCIA MAGEDANS	28/05/1975
96	JANAINA MOLOZZI ROSSI	10/02/1979
649	JAQUELINE DE FÁTIMA BIAZUS	11/03/1968
1357	JOSIANE SACION	27/07/1991
1019	LISANDRO BARRIOS MATHIAS	26/11/1975
1927	MAKELE JANAÍNA DA SILVA SEGUNDO	14/08/1989
216	MARCOS ANDRÉ FONTANA VASSELAI	18/01/1985
1742	MARLEY BRESOLLA MAGALHÃES	11/10/1983
1800	MIRIAN MUNCINELLI DE SOUZA	01/01/1992
2053	PATRICIA OGLIARI	22/10/1983
1128	PATRICIA SAMARA DE OLIVEIRA	12/08/1992

Inscrição	Nome	Data de nascimento
987	RAFAELA SPRICIGO DA SILVA DUTRA	27/10/1985
25	RENATA ALICE MACCARINI	30/04/1981
930	THAINE CRISTINE GARLET	20/05/1992
278	VIVIANE BORDIN MISSIO	22/12/1986
455	WILLIAMS SANTOS FERREIRA	19/02/1983

## Técnico Legislativo: 42 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1224	ALEXANDRA BONA MARQUES DE MELO	22/06/1984
89	ANDRÉIA DE PINHO	20/08/1979
1546	ANGELO BENINI FANTIN	04/03/1990
282	BRUNA SONZA	23/03/1992
1287	CRISTIANE DILDA	23/09/1986
186	CRISTIANE PERIN	14/05/1987
663	DAIANE MAÍSA PATZLAFF	24/08/1985
980	DAIANE MARIA SCHIAVINI	25/03/1990
885	DANIEL LORENZETI	05/01/1984
2194	DANIELA ANDRUSIAK	31/07/1982
210	DANIELI PIAZZA	10/02/1986
1590	DARLINE NEUMANN	08/11/1982
371	DENISE ANDRÉIA BUDKE	30/05/1992
542	DIANA BERTOCHO	02/08/1981
127	EDSON FABRICIO	12/10/1974
1188	ELISÂNGELA MARTA DA SILVA	18/07/1979
48	FABIELE MAIER DUARTE	24/01/1990
485	GABRIEL TONDELLO	13/04/1988
662	GISLAINE SUHRE	05/10/1992
1866	HELENA FURLANETTO DREYER	04/02/1989
584	ISABEL CRISTINA TAGLIARI DA SILVA	22/11/1991
1708	JOICE REGINA BOMM	20/07/1983
427	JOSIANE TEREZINHA GROTO	17/02/1984
1081	JUÇARA REGINA SECCO	07/09/1969
317	LIDIANE DAL PRÁ	05/12/1978
1767	LUANA LIS REDECKER KUNRATH	21/04/1988
627	LUCIANA CHAVES	19/06/1987
2165	MARCELO DE CASTRO PEREIRA SUCASAS	29/04/1970
1388	MÁRCIA BERGOZZA MINKS	02/06/1980
348	MÁRCIA ROSELI CORDEIRO DE SOUZA DA SILVA	16/01/1970
1739	MARCELE BASTIAN	17/05/1987
2073	MARIANA BERNARDI TESSER CASAGRANDE	08/11/1988
1306	MARILUCIA BERGOZZA TOSCAN	01/08/1981
1813	MERLI ALINE ALTHAUS	24/02/1990
1358	NAYANA CRISTINA ALLIEVI DOS SANTOS	11/09/1990
1754	PATRICIA MARIA PRISCE FERREIRA DE CARVALHO	16/06/1970
437	RENAN EDUARDO DA SILVA	22/01/1991
1954	ROBINSON XAVIER ALVES	08/02/1984
2113	RUTINEIA ROSSI	30/07/1976
647	SANDRA ADRIANA MARTINI	08/09/1983

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1857	SIMONE CRISTINA CRUZ DOS SANTOS GIROTTO	27/09/1974
884	VANESSA MAGAINE SECHIM LOUREIRO	19/01/1983

## Enfermeiro: 42 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1736	ADRIANA MACAGNAN MASSOCCO	08/01/1975
867	AILTON BURATTO	17/10/1986
800	ANA PAULA TERRES DA ROSA	09/06/1989
1248	APARECIDA PETRONILHA DA SILVA FERREIRA	13/10/1975
845	CAMILA FORNER	29/06/1989
1603	CHAIANA BRUSTOLIN	15/11/1986
1082	CLARICE MARIA SOCBZAK NASIOWSKI	18/09/1960
1565	DAGLIE CARLA GALVAN	09/07/1991
1709	DANIELA BOCCALON	23/08/1991
376	DANIELA SANTOS DA COSTA	21/10/1980
1513	EDILSON FABRICIO	09/09/1975
1949	EDINÉIA VASSOLER	24/04/1991
2119	ELIANDRO JASINSKI	12/02/1986
1874	ELIANE LUISA BIANCHINI	03/11/1970
770	ELISANDRA ERIG CRUZ	10/05/1981
2106	FABIANA LUBASZEWSKI VITTO	02/10/1982
1295	GRASIELA KOZERSKI	07/02/1983
294	IARA GRASEL	04/07/1988
274	INGRIDI ZOTTI MIGNONI	27/09/1991
2013	IOLANDA CAROLINA TASCA AZANELLO	13/12/1986
1911	IVANI FRANCISCA DE OLIVEIRA	05/10/1973
1957	JULIANA MARTA CAUDURO	09/03/1976
1430	MARIA APARECIDA LIBRELOTTO	01/10/1977
1229	MARIA EUGENIA ZANATTA MORTARI	24/04/1987
1806	MARIELE ZANFONATO	21/09/1979
398	MARILIA FRANKE	28/02/1985
1633	MARINES FATIMA VOSNHAK GNOATTO	17/06/1968
1507	MARIZETE ACKERMANN	21/09/1969
561	MIRIAM GHIDOLIN	26/07/1993
976	MONICA PIVOTTO	27/10/1989
841	PRISCILA SALARDI ALVES DE BRITO	24/12/1988
1414	RENAN ZANELLA	17/12/1988
1020	ROBSON RODRIGO DA SILVA	24/03/1982
1409	ROSELEI FATIMA BOTH FUNEZ	21/10/1972
268	SAMARA MARIANI	05/08/1990
1178	SANDRA LUNARDI	20/03/1977
798	SANDRA MARA VARGAS SIMIONI	14/08/1982
673	SCHARMANI DE ABREU PANIZZI	02/07/1990
1744	SILVANE FATIMA FOSCHARINI DALL AGNOL	21/07/1983
1102	TIAGO DAL BERTO	30/12/1987
951	VAGNER RODRIGO GROLLE	03/02/1985
1170	VANESSA DE CASSIA ESTEFANO SMORCINSKI	01/07/1987



## Auditor Fiscal: 128 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1852	ADRIANE HAHN	02/07/1990
1584	ADRIANO BOCHI	25/11/1987
1417	ADRIANO POZZO BROETTO	13/05/2014
749	ALESSANDRA SARAPIO	02/02/1992
1931	ALEXANDRE DE OLIVEIRA SILVA	16/09/1977
2134	ALINE MONICA LOHMANN	11/04/1990
2078	ALINY JACIRA KADES	28/08/1989
1823	ANDERSON DAL PRÁ DAL VESCO	14/09/1986
1489	ANDERSON DENIS PERIN	01/03/1985
54	ANDERSON LUÍS RIBEIRO	28/10/1986
1975	ANDIARA AMANCIO DETOFANO	29/04/1986
1368	ANDRESSA GISLAINE PINTO BERGER	18/12/1987
1490	ANGELA MARIA CERVELIN CASSOL	17/01/1980
601	BRUNA CRISTINA DEDONATTI DOS SANTOS	19/12/1992
509	BRUNA DA CRUZ CRUSARO	09/04/1991
778	BRUNA EMANUELY BOSCATTO	28/05/1991
1990	BRUNA GRISA	23/04/1991
751	CAMILA DA CAMPO	05/11/1989
494	CAMILA MARCHESAN	12/10/1991
1286	CARLOS DENILSON CARDOSO	17/11/1966
1264	CAROLINE FERNANDA FRACASSO RIZZO	12/08/1982
728	CIDIANE ROSSONI	04/05/1985
1591	DAIANE LUNARDI	22/09/1990
27	DAIANE ROMANI	20/03/1984
580	DAYANA ZUQUELLO	17/06/1982
322	DEBORA BEATRIZ PEREIRA	24/06/1986
1964	DÉBORA DERETTI	02/05/1992
528	DEISE PASINATTO	27/03/1983
2033	DEISEL VALANDRO	31/07/1990
1769	DENISE RAZIA	14/07/1987
496	DENISE SIMONI DE ABREU	06/09/1986
1951	DIEGO FRARE	10/07/1986
863	DIEGO LUÍS PELLIZZARO	01/06/1985
1545	DOUGLAS PEREIRA	30/05/1990
306	ELISANASTEDRA CRISTINA DALLE L	18/04/1991
108	ELIZANDRA DAL BELO	04/10/1990
2176	ESTELA TORRES DOS REIS	17/03/1990
309	FABIOLA ZARPELON	23/08/1993
1775	FABRICIO GREBINSKY	29/12/1976
1555	FABRICIO ZANCHETTIN	10/12/1989
14	FERNANDA LÚCIA MAGRO	23/05/1988
1582	FERNANDA REGINA FONTES	25/12/1984
2020	FERNANDO ALTENHOFEN	26/06/1981
1614	FERNANDO SCHEREINER	14/11/1976
755	FLAVIO RODRIGUES DE LIMA	23/04/1973
1217	FRANCIANE CARINA ZIS	21/09/1987
610	FRANCIELE DALLAGNOL	24/04/1985
748	FRANCIELI MACHADO PETRY	06/02/1986
961	GABRIELA SGANZERLA	27/02/1991
2146	GRASIELE IUNG	03/12/1984

Inscrição	Nome	Data de nascimento
578	GRAZIELA LETICIA PITUCCO SALVADOR	04/08/1988
967	GUSTAVO SONZA	12/05/1988
2180	JAIME CEZAR MASIERO	30/06/1978
1995	JANE ANTONIETTI	06/03/1973
2181	JANETE MARIA AMPESE	24/03/1968
769	JAQUELINE FERREIRA GHENO	16/01/1992
1186	JAQUELINE ZAPALAI	24/07/1989
1583	JESSICA BOCHI	06/05/1991
1694	JONATAN GELATTI	15/11/1984
1640	JÔSE KERBER	07/11/1979
1972	JUCIELE DA SILVA	07/10/1982
36	JULIANA FRANÇA FERNANDES	21/12/1992
1784	KATIANE SANDRIN	09/08/1986
1311	KELLY CRISTINA SUZIN	18/02/1992
911	LEILA CRISTINA KRUGER	18/03/1982
1497	LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN	06/12/1968
46	LEONICE PARIZOTTO CAMARGO	09/06/1975
379	LIANGRA FRACASSO	17/09/1981
2035	LIZANDRA TEREZINHA COLUSSI	25/02/1989
530	LUCIANE DE CARLI	26/07/1983
51	LUCIANE SARTORI RECH	04/02/1985
2149	LUIZ ANTONIO RAMOS	24/09/1960
2107	LUIZ ERNESTO FARIAS RODRIGUES DOS SANTOS	19/10/1972
7	MARAISE FÁTIMA DE MARCO	22/03/1985
1645	MARCELO LUCKMANN	02/03/1989
1517	MARCELO SALVADEGO	13/08/1982
1400	MARCIANA SALETE WEIS	03/02/1987
754	MARCIANO CORADI	08/02/1978
1030	MARCIELE DAL MOLIN GASPERINI	30/10/1991
1824	MARIANGELA FRACASSO	15/03/1973
1476	MARILDO LUIZ REVERS	12/12/1962
893	MARINA AUGUSTI BRINGHENTI	22/05/1987
2143	MARINA LUPATO	10/07/1987
716	MARINA PELIN GALVAO MALACARNE	16/12/1979
180	MARIONI ROSA SANTUARI	29/04/1966
2091	MARLÔ CRISTINA RIBEIRO POMPEO	05/06/1985
1373	MARLON DE LAI DENEGA	07/08/1990
1482	MATEUS WESLEY SORATO	01/09/1993
1493	NAILA BELLINI	22/03/1993
405	NALI SIMONE ZANELLA	14/12/1983
1933	NORBERTO BAZZAN	27/02/1970
1664	PABLO JOSÉ DE MATTOS	22/07/1971
391	PAMELA MARIA FACCIO	18/11/1989
1781	PATRICIA DE LOURDES MENIN	21/01/1986
672	PATRICIA PAGNO TRINDADE	07/04/1989
5	PAULO CESAR DE MORAIS	22/09/1977
1887	PAULO HENRIQUE BERTICELLI	15/01/1988
847	PAULO ROGÉRIO DUARTE	03/02/1979
1568	PRECILA BONI	14/09/1989
2156	PRISCILA GRIGOL SILVA	31/10/1982
1753	RAFAEL VOLPINI	31/05/1992
1916	RENATA ONEDA BACCIN	06/04/1989

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1953	RENATO DIAS	18/04/1982
1528	RICARDO ANDRÉ SORDI	23/11/1989
2065	RICARDO FILIPE MARIOTTI	15/07/1991
35	RICHELI LILIAN DUARTE	10/01/1989
242	ROBSON JOSE CORREA SILVA	12/10/1983
577	ROSANGELA DE OLIVEIRA	07/02/1985
511	SANDRA GUGEL	16/02/1980
1472	SIDNEI FRANÇA DOS SANTOS	09/01/1975
820	SILMARA APARECIDA FARIAS	16/09/1991
1820	SIMONE FÁTIMA PORT LEONHART	26/05/1985
1726	SIMONE MASQUIO	16/09/1993
1530	SOLANGE APARECIDA SEIDENSTUCKER MARCON	22/01/1985
87	TABARA PASQUALOTTO	10/03/1987
2173	TAIANE SAMARA SEGANFREDO	02/05/1988
2164	TAIS SAMARA PELLIN	31/08/1990
1333	TAISE RUVIARO CEOLIN	29/03/1991
1942	TALES HENRIQUE MORÉS	16/04/1992
84	TATIANE LONGO	19/03/1984
808	THANAISA CORSO	12/08/1989
1437	THOMAS KANDLER	17/03/1986
2070	TIANE TESCHE	21/12/1987
1977	VANESSA SCHMIDT	25/02/1991
1057	VASSIELI ROBERTA DECESARO	02/08/1984
866	VERENICE BOIANI	03/02/1991
2085	WALTER FELIPE PORTINHO	29/05/1980
2153	WILLIAN SIEGA	12/07/1989

## Engenheiro Civil: 49 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
2120	ADEMIR DOMINGOS TEDESCO JÚNIOR	31/03/1993
1986	ALESSANDRO CARLITO BORSATTI	12/08/1992
185	ALEXANDRE CAIO MARTINS	09/03/1982
1007	ALINA GABRIELA PIOLA BERTA	18/08/1990
1720	ALLISSON AUGUSTO ZAMBONI	23/12/1991
556	ANA CRISTINA VIDALIS FRASSON	02/10/1991
1980	ANDRÉ LUIZ SIMON	12/07/1990
683	BRUNO HERON ROESE MORTARI	20/06/1986
2168	CAMILLA PRIOR DALLA COSTA	21/03/1992
404	CAROLINA BITTENCOURT	10/01/1992
1586	CAROLINE ELIDIANA SANTOS DE LUCCA	30/07/1988
358	CHAIANE ROANI	15/08/1992
1756	DEISI DAIANI BERSCH FUHRMANN	18/04/1982
257	EDGAR MUNARETTO KORF	29/08/1982
1376	EDILSON BIANCHI	06/09/1968
68	EDNA CRISTINA KAPPKE	21/10/1986
1038	ELISA REGINA PETTER	10/09/1990
1998	ELISANE BEATRIZ MANGOLD BERGAMO	29/07/1978
1352	ELTON POLINA	10/07/1964
2154	FÁBIO MARCOLIN	26/09/1972
964	FABIO SABINO DA SILVA	21/11/1990
1829	FILIPE MARCONATTO	31/07/1990

Inscrição	Nome	Data de nascimento
676	GIANCARLO ZIBETTI MANTOVANI	07/05/1990
905	GUSTAVO SPERANDIO	02/01/1993
1804	HOBERDAN HAUPT DE CASTILHOS	09/05/1990
691	ILSON VASSEM JÚNIOR	02/08/1991
1058	INDIAMARA SARTURI	03/04/1992
1845	JÉSSICA DIAS DE AMARAL RINALDI	01/11/1991
1918	JOÃO EVERTON RUBY	17/06/1989
288	JOÃO PAULO TROMBETTA	15/12/1993
1765	JOÃO VICENTE D AVILA BECKER	11/05/1989
2124	JOELSON MEDEIROS	15/12/1978
1408	JOSIANE DOS SANTOS BERVIAN	04/02/1985
986	JULIO CESAR RECH	05/12/1988
304	LARISSA VENDRUSCOLO	22/07/1991
1176	LEILA ANA MATIELLO	25/07/1971
1401	LUAN PICININ SARTORI	15/02/1991
660	MAICO DEITOS	17/09/1984
737	MARLENE VITASKI DALLA COSTA	08/01/1983
730	MATHEUS VIEIRA NARCISO	25/03/1989
1332	NELSON HENRIQUE JOLY	25/02/1991
1213	PATRÍCIA APARECIDA ZINI	10/05/1982
433	ROGERIO EVANDRO MORTARI	03/10/1980
1479	RONALDO FRASSINI	13/04/1987
1483	SABRINA NIOTTI	14/06/1989
239	TANIA VALENTIM DE LIMA FANTIN	09/08/1983
641	THAISA SAYURI ROBINI	22/10/1991
1666	VEREDIANE FATIMA BUSSOLARO	10/08/1991
1342	VICTOR HUGO DOMINGOS FRANCO	27/07/1991

## Engenheiro Eletricista: 45 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1	AIRTON JOSÉ POZZO	04/11/1990
1994	ALAN JACSON VIEIRA DOS SANTOS	06/10/1990
648	ANDRÉ LUIS DA SILVA	17/05/1982
162	ANDRÉ TOCHETTO	03/09/1988
1289	ANDRESSA DONATI	27/07/1990
354	ÂNGELO PASTERNAK	27/04/1980
112	BERNARDO ARAUJO CEZAROTTO	12/11/1987
1575	CÁSSIO ANDRÉ FERRAZ DE SOUZA	14/09/1987
323	CHATREAN JOSÉ KEDROVSKI JUNIOR	06/02/1988
1508	DANIEL BICICGO	07/10/1982
259	DIEGO SANTOS	30/10/1984
571	FABRICIO DE ANDRADE	23/07/1986
2001	FELIPE RODRIGUES	07/09/1986
195	FERNANDO HENRIQUE CORSICO	20/05/1988
1085	GEFERSON FARINA	11/12/1985
1039	GELSON FERNANDES DE OLIVEIRA	02/01/1986
664	GILIARD PAGANINI	19/03/1991
1839	GUILHERME AUGUSTO DE LIMA FREITAS	23/02/1989
1320	GUILHERME BATTALINI SILVA	31/03/1988
1053	GUILHERME THIEMANN	08/09/1984
1533	JEFERSON ALESSI	22/07/1985

Inscrição	Nome	Data de nascimento
372	JHONATANN DA CAMPO	16/02/1991
426	JOÃO PAULO BERTOLINI SEHN	10/10/1992
97	JONAS TOIGO BITTENCOURT	09/09/1989
803	JULIANA RODRIGUES LODDI	15/02/1984
1274	LEONARDO ANDRÉ PIOVESAN	17/02/1991
781	LUCAS EDUARDO ZANDONAI	04/03/1991
67	LUCAS FERREIRA DO AMARANTE	19/02/1985
399	LUCIANO KUHN DE SOUZA	01/05/1979
173	LUIS EDUARDO CARNIEL	17/02/1993
1960	LUÍS HENRIQUE BERNARDI	30/03/1984
11	MARCOS ALEXANDRO AIOLFI	22/10/1981
1380	MARCOS FRANCESCHET	03/07/1990
1413	NATAN DEVENS	11/01/1991
796	NILTO SENS JÚNIOR	28/06/1979
1465	ODILIO DE SOUZA DUARTE	30/10/1977
1394	PAULO RICARDO VRIESMAN DA SILVA	01/01/1992
1798	RAFAEL ZOTTIS	09/03/1990
1228	RENATO BERGAMO	16/09/1980
1630	RICARDO SEVERO BITTENCOURT	03/04/1989
656	RICARDO VENDRUSCOLO	12/09/1983
33	TADEU LORASCHI	28/03/1991
704	TIAGO GABRIEL DE SOUZA	09/06/1982
1766	VALDERI JUNOT BABINSKI	21/05/1990
170	WILLY WING MOREIRA	26/05/1989

Médico: 03 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1842	ALAN ROBERTO MENEGAT	02/10/1985
2014	CLOVIS ROGERIO CORREA	11/01/1972
1952	FÁBIO RUSCHEL	27/12/1969

## GRUPO II - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Professor - Educação Infantil: 184 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1792	ADELAR GONÇALVES	12/01/1973
1095	ADENILCE ELEUTERIO DA LUZ	18/09/1981
1218	ADRIANA APARECIDA DA SILVA	07/01/1987
1157	ADRIANA DE OLIVEIRA	20/10/1986
1246	ADRIANI FISCHER KRONBAUER	17/10/1985
1626	ALCIONE TEREZINHA NISSOLA MACIEL	31/01/1974
1360	ALDRIANE PEREIRA VON FRUAUFF	09/10/1981
1009	ALINE BINSFELD	18/01/1979
1205	ALINE CARIN DA SILVA PANSERA	30/04/1991
166	ALINE MARA DE ANDRADE COVASKI	17/01/1991
1143	ALINE RISSO	05/09/1989
1161	ANA PAULA ROSA CAVASSINI STEIN	13/12/1990
1000	ANADI ROSITA VICENTE	01/07/1973
476	ANGELA MARIA ZUANAZZI	20/12/1985
218	ANGÉLICA MARIA BERNSTEIN	09/06/1993

Inscrição	Nome	Data de nascimento
515	ANGELICA PEDROTE	16/11/1987
1494	ARACELE CRISTIANE DA SILVA	01/10/1980
1950	ARIANE DALLA LIBERA RENOSTO	12/07/1986
1158	ARIANE DELAI CECCHIN	27/12/1979
1288	BEATRIZ CRISTINA KIEKOW DE OLIVEIRA	05/09/1994
1865	CAMILA PERONDI	30/09/1993
873	CARINA APARECIDA SCHOUTLEN HOFFMANN	01/04/1987
724	CARINA BORTOLI SCHIAVINI	22/05/1990
2025	CARINA LUISA MULLER	23/05/1991
875	CARLA ADRIANE FAZZIONI RAMÃO	11/03/1983
2083	CARLA LEILA DA ROCHA HERMES	29/01/1983
289	CHAIANE BATTISTELLA BRATTI	07/12/1988
1296	CLARICE PICHETTI GASPARETTO	21/04/1977
1589	CLÁUDIA MARA MALAKOWSKI VALCARENGHI	05/08/1992
39	CLÁUDIA ROZANA GOMES SILVA SOUZA	19/03/1968
1512	CLÉIA BERTOCHO	20/10/1988
923	CRISTIANE AGNOLIN	05/04/1992
727	CRISTINA GORETTE DA SILVA MORAES	14/07/1980
1310	DAIANE CRISTINA MOREIRA PAZ	24/06/1985
1657	DAIANE ZAMPEZE	06/06/1987
356	DANIELA GUGEL	04/02/1988
1724	DANIELA LAZARINI	16/04/1982
1256	DANIELA TEREZINHA RUVIARO	29/07/1984
743	DANIELI FERNANDA RODRIGUES FERNANDES DA SILVA	19/03/1984
384	DARLÉIA PRIAMO	16/01/1981
909	DAYELLE PANAZZOLO	23/02/1991
836	DEISE DEL POSSO	29/11/1990
1643	DELCE SCHMITT SCHWINGEL	19/08/1972
794	DILCE DA ROCHA	07/12/1979
969	DILEMA PERKA KIRST	04/06/1976
784	DUCINEIA SCHNEBERGER BATISTA	03/01/1982
219	EDIANA LUCIA CAGLIARI MENEGHINI	17/03/1984
1543	EDILCE APARECIDA CAMARGO PERKA	28/01/1982
1448	EDIMAR GUGEL	27/01/1981
2182	ELIANA GASPODINI COLDEBELLA	28/03/1980
555	ELIANE APARECIDA PASQUALOTTO BISON	07/08/1975
573	ELIANE KLEIN ALTHAUS	17/04/1979
1544	ELIANE TEREZINHA ELAUTERIO DA LUZ	23/11/1977
1473	ELIDA DE SOUZA BENTO	27/07/1983
1855	ELISANE FÁTIMA GRANA MARTELLO	27/07/1974
149	ELISÂNGELA GABRIELA GERHARD	07/06/1986
726	ELISANGELA REJANE OLKOSKI GRAUER SUTIL	17/07/1979
566	ELISETTE FANTIN	19/05/1965
1642	ELIZIANE APARECIDA FANTIN SCHNEIDER	21/06/1984
1651	ELOISA REGINA ESSING BARBOZA	06/01/1986

Inscrição	Nome	Data de nascimento
977	ENEIDE FUELBER SPELLMEIER	29/07/1978
1340	FABIANE PINTO	22/11/1977
2118	FERNANDA APARECIDA PELLIZZARO	13/02/1980
1349	FERNANDA STOCKMANN	16/11/1984
2174	FERNANDA TELES	20/12/1984
999	FRANCIANNE DE OLIVEIRA ZUCCHI	07/09/1986
1618	FRANCIELE ELISABETH GERNHARDT	24/04/1982
1656	FRANCIELE LEVANDOVSKI	12/12/1993
700	FRANCIELI VALGOI	15/04/1985
57	GEIZA NOEMI TEDESCO	25/01/1991
725	GELSI TRENTIN NIERO	02/10/1974
948	GISELI ADRIANA FERREIRA	22/02/1985
1078	GISLAINE CARDOSO DA SILVA ALVES	16/04/1990
1139	GISLAINE MANICA DE AVILA	14/01/1985
568	GRACIELE GROSS DE FREITAS MARCHESI	05/12/1981
2063	HELOISE BONIN	13/10/1977
968	ILOINE SANDERS HERBICH	08/05/1967
319	INDIAMARA ZANELLA DOS SANTOS	20/05/1991
589	IRENE ELAINE SAATKAMP	01/05/1978
1346	IVANIA ARALDI PELLIN	05/03/1980
2019	IVETE PRESOTTO COLOSSI	06/04/1975
414	IVONETE DA SILVA ALVES COSTA	14/11/1983
635	JAILU CINTIA GOLLO	29/03/1986
297	JAIRA ZAMPIERON	04/08/1987
206	JAMARA DE SOUZA BORGES	23/09/1987
1298	JANAÍNA CRISTIANE RIBEIRO	17/03/1988
2010	JEANE AGNOLIN	18/12/1991
266	JÉSSICA PIRES	16/02/1994
939	JOSENARA TEREZINHA LEVANDOSKI	25/01/1973
114	JOSIANE ESPINOSA CABRAL	17/04/1976
407	JOSIELE DA SILVA LESSE	25/10/1987
709	JULIANA FERREIRA GHENO	27/06/1993
187	JULIANA OLIVIA NICOLAO	09/09/1993
510	JULIANA RITTER DE ABREU	26/06/1985
694	JURIELA NISSOLA DE SIMAS	11/12/1980
336	JUSSARA GRILO TREVISOL	01/04/1980
812	KAREN SANDRA MAGEDANS WILSKE	01/09/1986
1365	KÁTIA REGINA PATZLAFF	22/06/1973
367	KEILA JOSIANE METZGER CARNEIRO GULIANI	04/06/1989
1321	LEDA INÊS ROSA DOS SANTOS	07/08/1962
296	LIDIANA POLHMANN	01/02/1990
1554	LISIANE CRISTINA SANTORI	09/08/1981
1201	LUANA THAIS BENINI DIAS	24/09/1987
983	LUCIANA KOWACICZ SANDI	16/10/1974
1817	LUCIANA PAULA RIBEIRO	30/06/1985
440	LUCIANA WILSMANN PEREIRA	23/11/1983
849	LUCIANE TERESINHA BORELLA MARQUES DA SILVA	08/05/1978
395	MARA ADRIANA LEMKE	29/06/1969
988	MARCIA DEVENSE BACH	11/06/1976
1851	MARCIA ROSA HEYDT ROGOWSKI	08/01/1975

Inscrição	Nome	Data de nascimento
792	MARCIA NE FRANCHIN	21/12/1977
1194	MARIA DE LURDES KIRSCH PAVAN	15/06/1974
2023	MARIANA KUTZKE	07/08/1984
705	MARIANE KIIRCH PINHEIRO	03/07/1990
723	MARIELA PROINELLI HEPIN	05/04/1990
355	MARIELE MONTEIRO	24/05/1987
1120	MARIETA DE JESUS COSTA	22/08/1963
452	MARISA ALINE MAGEDANS PEDROTTI	26/11/1987
1165	MARISA PASINATO PICHETTI	17/10/1972
1557	MARISETE APARECIDA LEMOS BINSFELD	20/04/1969
816	MARISTELA HENKE	31/03/1967
1195	MARITÂNIA SALETE RITTER	20/09/1987
513	MARIZETE SCHMITT VIEIRA TESSER	05/06/1969
1741	MARLI BRUM DE CAMARGO	27/11/1976
1635	MARLI FERREIRA DA SILVA	15/02/1980
543	MEIZI PRISCILA DE SOUZA SILVA AZEVEDO	30/03/1987
1051	MICHELE JAQUELINE WEIRICH KUSSLER	19/04/1990
375	MICHELE VIEIRA	07/05/1993
2159	MICHELI CRISTINA DA CONCEIÇÃO	27/01/1987
806	MICHELI FURMANN COMARELLA	23/05/1978
1971	MIRACI APARECIDA CALZA FALKOSKI	18/05/1966
1850	MONICA PASINATO	25/06/1985
1155	MORGANA CESTONARO	02/11/1989
814	NATÁLIA REMOR DURIGON	07/06/1991
301	NEUSA SCHERER DANDOLINI	24/03/1979
624	NIMEIA CASAGRANDE	17/03/1979
534	NIVEA MARIA SONTAG	19/05/1975
412	ODETE FERREIRA KUHN	23/06/1979
525	ODETE TEIXEIRA PASINATTO	28/04/1968
677	ORENILCE DE SOUSA FERNANDES	06/12/1972
136	PATRICIA DO AMARAL BURLAMAQUI PICKERSGILL	18/05/1975
1247	PATRICIA LOURDES MIOTTO	28/07/1988
512	PATRICIA LUANA ZAIONS	21/01/1989
857	PATRÍCIA MASIERO	13/09/1985
745	PATRICIA PETRI CURIOLETTI	04/02/1986
1076	PERLA APARECIDA SIQUEIRA FIORENTIN	12/03/1978
1455	REGINA MARIA NUNES GOLFE	14/12/1969
192	ROSANE SALETE DE COSTA RITTER	17/06/1964
182	ROSANGELA TERESINHA FRACASSO	17/06/1964
222	ROSELENE DEUNER	21/12/1987
809	ROSELI MARLENE L OHMANN BOHRER	07/04/1981
315	ROSEMAR BOTEGA FABRIS	11/06/1988
1847	ROSENEI CLARICE SCHLICK KERBER	16/08/1976
739	ROSINEIA FONSECA DA SILVA	14/11/1980
609	ROSMARI EBERTS ZARDINELLO	23/01/1975
160	ROZEMERI APARECIDA SANTOS MUNARETTO	19/10/1971



Inscrição	Nome	Data de nascimento
129	SAIONARA TERESINHA VENDRUSCOLO SCHMID	29/10/1972
1849	SAMARA CÍNTIA RODRIGUES DE MATTOS	16/12/1989
131	SANDRA MARA SARTORI CAGLIARI	01/10/1981
817	SANDRA RENOSTO	16/02/1982
874	SILVANA CRISTINA FAZZIONI HOECHLER CECCHIN	08/09/1980
45	SILVIA BERNARDI KAIBER	10/07/1976
1932	SIMONE INGRID BOMM DALLE LASTE	12/02/1986
1144	SIMONE TOERHORST BALENA	04/09/1977
1063	SIMONI MARAFON GRUHLKE	28/01/1980
1031	SIRLEI REGINATO PERIN	25/02/1980
740	SOELI FATIMA OLIVEIRA DOS SANTOS	11/09/1981
871	SOLANGE ALMEIDA BASTOS	13/07/1980
675	SOLANGE TURATTI	04/12/1977
1197	SUÉLEN TONIELO	03/07/1990
699	SUYANE CORRÊA	09/07/1990
102	SUZANA CRISTINA FLECK	22/05/1990
931	TAÍSE DAIANE FUCHS WENTZ	02/03/1992
2004	TALITA CANEI	16/03/1986
1532	TATIANE STEFANI	13/10/1980
2155	TEREZINHA TAVARES	17/01/1965
529	THAIMARA TRAMONTINA	05/08/1988
1387	VANDERLEIA GHENO BORDIGNON	07/03/1967
313	VANDERLÉIA SALETE CADORIN	20/09/1991
597	VANESSA JACQUELINE KIRSTEN	24/05/1991
1372	VILMA SBARAINI WOLOSZYN	18/11/1969
623	VIVIANE CENCI FORMAGINI	17/01/1987
276	VIVIANE PALKEWICH HOFFMANN	18/01/1980
265	ZENILDA GUAREZI SALINI	27/03/1968

## Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental: 98 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1393	ADRIANA DILDA BONATTO	06/02/1977
231	ADRIANA MARIA SCHUCK MANDRIK	15/12/1984
1146	ALDETE GASPARETTO	21/03/1968
2125	ANA ALICE ZANELLA	25/12/1978
403	ANA MARIA FONTANA MATTIA	23/07/1964
1281	ANDRESSA KIRCH KELLER DE SOUZA	22/08/1994
1945	ANGELA IZAURA ROCHA PERUZZO	05/01/1988
1480	CAMILA ROBERTA SOUZA FERREIRA	14/06/1993
1597	CHAIANE OLIVEIRA KADAZERSKI	06/07/1989
842	CLAUDIA FERNANDES BORGES	30/04/1990
1374	DAIANE FRIGO	28/08/1982
1385	DAIANE GOMES BORGES	28/12/1976
1751	DALTI RODRIGUE BARBOSA	11/07/1956
1407	DEBORA CRISTINA LUCAS	21/02/1989
1524	DENISE REGINA LUTZ	03/04/1989
1093	DIANE LAZAROTTO BEVILAQUA	24/08/1987
79	DIRLEI OLKOSKI SOARES	25/02/1973
1725	DIRLEI SIEVERT	04/10/1985

Inscrição	Nome	Data de nascimento
2029	EBERTON BELLUZZO	01/04/1985
786	EDETE TERESINHA SCHONS	19/04/1968
413	ELAINE REDIN	02/11/1980
965	ELCI VENDRUSCOLO FELIX	05/01/1980
1453	ELIANE DECARLI NOSSAL	28/12/1982
157	ELIANE FATIMA AZEREDO	16/12/1975
300	ELIANE SETTE	01/08/1978
1052	ELIETE DA SILVA SALES	07/03/1986
263	ELISANGELA VEBER SABI	15/12/1973
234	ESTEIA SOLANGE GROSS	09/04/1975
995	EUNICE RAMBO ARGENTON ARGENTON	31/05/1968
839	FABIANA BEAL	17/02/1984
1172	FABIANA KIRSTEN DAVI	14/04/1985
1859	FRANCIELE STEDILLE	18/07/1982
1624	FRANCIELI ZUANAZZI MULLER	14/11/1983
470	GENI DE VARGAS ZOTTIS	22/03/1969
253	GERUSA CLAUDIA RODIO	13/08/1975
925	IDONES APARECIDA CITTADIN	16/02/1977
851	ISANIR SALETE GARBOSSA CASAROTTO	10/09/1965
537	IVANIR TEREZINHA DALMOLIN DAHMER	16/04/1973
701	JANIA PAULA BONASSI BET	15/07/1985
83	JAQUELINE GARGHETTI	02/07/1967
1743	JAQUELINE MARIA FERASO MARTELLO	03/11/1970
1225	JÉSSICA LUANA MIGLIORETTO	06/08/1996
1509	JUCIANE VITTO	06/10/1987
606	JULIA DALTOÉ	17/11/1994
346	JULIANA TORMEN	18/11/1978
1219	JULYANA APARECIDA PETRY	26/09/1977
1677	KARINA RUBIA SIMÃO WOMMER	27/04/1987
927	KELLI ROSA BOMBANA BENELLI	01/09/1984
598	LAURENA SALETE FROZZA BASSO	04/10/1956
560	LEDIR INÊS ADAMS	07/09/1966
943	LISANDRA RODRIGUES GODOY	25/07/1978
194	LUANA APARECIDA ZENARO PEREIRA PADILHA	12/10/1989
488	LUANA CAROLINA SCHARDONG	20/10/1987
1396	LUCIANA BOCHI	06/04/1979
293	LUCIANA FIORENTIN SBARAINI	15/10/1977
85	LUMARA FROZZA RHODEN	31/03/1995
497	MARCIA LÚCIA MALDANER FROZZA	20/05/1979
1322	MÁRCIA REGINA GREGIANIN	09/03/1970
1646	MARCIANE KOZA	30/01/1982
1848	MARGUDT HASSMER POTTRATZ	05/04/1972
1129	MARIA DO SOCORRO GOMES ARAUJO	04/08/1970
1412	MARILETE DEGARAIS	30/06/1988
1469	MARIONI GONÇALVES BERNARDI	31/07/1969
632	MARISA APARECIDA ELY CASAGRANDE	09/10/1984
406	MARISA FATIMA POZZO HAMERA	06/07/1979
463	MARISA INES MUNARETTO	27/05/1968
1203	MARISTELA MACIEL	07/02/1973
1236	MARISTELA OLDONI	28/08/1971

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1436	MARLI APARECIDA PEDROSO	13/01/1972
1526	MARLI FATIMA SANTHIER	30/05/1970
680	MIRIAM DORNELLES	19/02/1970
1167	MONALIZE SAVOLDI CONTE	18/02/1988
1243	MONICA CRISTINA TONDELLO	03/06/1982
1668	NATALIA AZZOLINI	24/12/1974
1696	PATRICIA GRACIELE DETOFANO	04/12/1980
270	PATRICIA VARGAS	03/06/1990
1420	PRISCILA BIFFI	12/04/1985
245	RACHEL RESE	08/11/1981
1627	REGIANE ACKERMANN SIEGA	01/01/1962
1054	REJANE CRISTINA MULLER	29/01/1978
1944	ROSANE RODRIGUES DA SILVA DE SOUZA DUARTE	01/10/1979
272	ROSELENE ERLO DAMBROS	07/12/1979
1067	SABRINA BORGES PINHEIRO MACHADO	14/11/1979
883	SALETE MARIA MARTINELLI	09/02/1967
1869	SAMIRA BRESSAN FERREIRA	01/05/1981
1920	SIDIANE TEREZINHA RICHARDI PILATTI	23/07/1984
324	SILVANA DE ALMEIDA	03/08/1977
1737	SIMONE LAZAROTTO	20/09/1982
359	SIMONE MARIA FICAGNA	19/06/1987
1518	SONIMARA CAZAROTTO	30/05/1977
1075	SUZANA ELVIRA ZAMBONI	02/11/1988
1018	TAINARA HOECKER	20/10/1993
550	TAIS AGUSTINI	23/07/1993
298	TÂNIA FACHI	07/11/1980
1182	TERESINHA RUBERT ZOLETTI	28/11/2002
1672	THAYSE RIBEIRO PAES	10/11/1984
1807	VANDERLÉIA DEON	09/04/1983
1577	ZELZA DIAS DE SIQUEIRA BRANDÃO	22/02/1974

## Professor - Educação Especial: 18 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
617	ALEX MADRUGA DA ROSA SBARAINI	12/12/1976
1667	ANDRESSA CRUZ DA SILVA	26/05/1982
1600	ARIANE BONATTO MUNARETTO	13/04/1979
1772	DENISE CLARA SCHUCK	17/01/1985
1046	ELIANE MATTIELLO ROSSETTO	26/04/1972
1022	FRANCIELI DE SOUZA	28/12/1980
1462	JANE DE LURDES SIMONI	27/08/1977
1011	JÉSSICA DA SILVEIRA BARBOSA	08/02/1991
1375	JULIANE MARTINS	25/03/1978
1443	JUSSARA ELIZA SIMONI	16/12/1987
604	KARIN DEISE CERON	15/06/1989
1077	LUCIANE GORLIN	02/11/1984
480	MAIKELI TESSARO DRESCH	16/10/1990
434	MARIELE COREZZOLLA	16/08/1989
2097	MARILEI SALETE FRASNELLI	06/03/1974
1451	MARILOIVA REGINATO DA SILVA	05/04/1973
273	SARA PATRÍCIA BERNER PEREIRA	22/04/1993

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1991	VANESSA PAULA DALBOSCO HOFF	06/06/1986

## Professor - Artes: 09 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
2191	ADRIANA CHIES FERRI	07/09/1979
1293	CATI FERRI	25/07/1966
869	DAIANE COMIN	26/08/1990
143	ELIANE DA SILVA	08/08/1992
1231	ILEANE JUCELENE ESSING	14/02/1968
1049	LUIS ENRIQUE RAINERI BEDIN	15/04/1989
461	REJANE BASSEGGIO NESI	06/06/1969
66	ROSELEI DATSCH	18/06/1978
261	SUZANA DE ALMEIDA TAGLIARI	22/05/1973

## Professor - Educação Física: 77 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1153	ADILSON LUÍS SPAGNOL	26/03/1990
1662	ADRIANA ENGEL ZONTA	17/12/1984
292	ALUANA COSTA	09/01/1982
1915	ANDRÉ RAMOS RIZELO	21/05/1985
1659	ANGELA KADES	06/04/1990
1641	ARTHUR ANZANELLO PIRES	06/02/1995
329	BEATRIZ BALBINOT	27/02/1993
1746	BERNARD KLAUS WIGGERS	30/11/1985
1445	BRUNA SELITA ROSE	20/09/1991
508	BRUNA VIEIRA DE OLIVEIRA	02/05/1989
250	CAMILA ECKER	21/09/1989
997	CARINE INÊS TURMENA	30/05/1986
587	CARLA GRAZIELA VESCOVI SORGETZT	26/09/1989
1961	CAROLINA CORRADI MINOZZO FRUHAUF	11/01/1985
2046	CAROLINE BEATRIZ STREIT	30/10/1993
1292	CINTIA LETICIA BENELLI SACOMORI	13/09/1983
161	CINTIA MARA BURALI	26/11/1983
101	CLEIDE REGINA BARON	06/01/1969
603	CRISTIAN BRUSCHI MARQUES	02/12/1979
1923	CRISTIANE BRUNETTO	25/03/1987
1391	CRISTINA ZOTTI	15/07/1976
524	DAIANE CHIAPETTI	30/01/1988
1317	DAIANE LORENSETTI	28/04/1988
1171	DANGELA CRISTINA ZANQUET	08/06/1987
1553	DANIEL AULER	13/11/1986
602	DANIELA TEREZA PALUDO GUGEL	31/08/1984
802	DARCI DE MATTOS JÚNIOR	03/01/1991
392	DEISE MAGEDANZ	21/04/1986
228	DILVANA APARECIDA URBANSKI	22/12/1990
468	DIRCE SALETE URBANSKI	22/01/1979
906	EDSON PEDROSO	20/11/1972
343	ELIANE SALETE BARP	04/10/1970
1782	ELISABETE PALUDO SANDI	23/09/1980
1797	ELIZA ALVES DE LIMA	05/06/1977

Inscrição	Nome	Data de nascimento
2117	EMANUELLE CHRISTINA NEUHAUSER	04/04/1982
1291	ERIKA KATIA DE OLIVEIRA	06/07/1981
1531	EZEQUIEL RAMOS ORSOLIN	16/09/1979
464	FABIANA PAULA PICININ	25/01/1973
1714	FÁDIA MARA ROSSI	09/08/1978
1094	FERNANDA FUHR	26/07/1977
856	FERNANDO JOSÉ COLOMBO	02/01/1977
1013	FRANCIELE CRISTINA SANTANA RHEINHEIMER	03/08/1985
438	FRANCIELI AGUSTINI	10/09/1984
321	FRANCIELI PRESOTTO	16/07/1990
1779	GABRIEL FERNANDO MENEGATT DA IGREJA	15/04/1991
21	GISELE MULLER	20/04/1993
1795	ILVO LUIS POZZO JUNIOR	09/06/1988
626	ITAMAR FRANCISCO FORNARI	11/07/1966
1238	JADERSON MORETTO	06/04/1987
466	JAQUELINE ZANELLA	28/11/1983
188	JUSSARA DE SOUZA	20/07/1981
1674	LADYR BORTOLO MIGLIORETTO JUNIOR	19/02/1993
408	LAÉRCIO GIOVANNI DIAS	13/06/1993
1858	LEONARDO GASPAROTTO	10/02/1987
1870	MADRISON NUNES SARTORI	16/11/1979
1690	MARLON TADEU TIEMANN	31/05/1991
99	MATHEUS DO AMARAL	02/01/1991
945	MAURICIO JOSE KIRST	06/01/1985
1503	NATAN JOSÉ GARGHETTI	17/11/1991
1693	NEILA SILVANA WASEM GRANDO	23/10/1977
2043	PABLO LUIS ORLANDINI	18/12/1978
950	PRISCILA TURMENA	26/02/1993
645	RAFAELA CRISTINA CARNIEL	11/02/1989
1004	RENAN FRACASSO	23/07/1986
2115	RODRIGO LUIS BUSATTO	30/03/1990
643	ROMIELE FRIEBEL	05/07/1987
1005	ROZIELI RAMOS ORSOLIN	27/06/1986
735	SANDRA BENELLI ZULIAN	23/04/1986
154	SANDRA MARIA LISBOA REBELLATTO	14/04/1966
420	SCHEILA BORGES VIEIRA	02/04/1990
830	SHEILA FATIMA TESSMANN	12/05/1984
1220	SIDNEI TURMINA	05/12/1983
1790	SILVANA DE VARGAS	07/04/1969
564	SILVIA TREVISAN	06/09/1975
1164	TIAGO DA SILVA	11/12/1980
303	VALÉRIA SGANZERLA ZWIRTES	05/03/1985
318	VANESSA CRISTINA MALAQUIAS ANDERSON	16/03/1992

## Professor - Língua Espanhola: 12 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
409	CLEUNICE IVANA FINGER DESOUSA	10/01/1971
287	DIVANIA INÊZ BOTECA CASADEI	09/07/1978

1764	GABRIELE TAFAREL	14/07/1994
918	MAIRA DALA COSTA	15/08/1990
1814	MARIANES SOLIGO	01/10/1974
1083	MARTA ELISABETE HOLDEFER	30/04/1974
916	NEIDI MARA JANKE	13/06/1976
2092	REGINALD CONSTANT	23/08/1980
1860	REJANE MARIA CAITANO SANTIAGO	21/02/1985
929	SILMARA SAVOLDI PASTORE	04/11/1984
593	SONIA TERESINHA BIASUS	12/08/1959
1367	ZENILDA VICENTE RIBEIRO DA SILVA	12/06/1974

## Professor - Geografia: 09 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
789	BRUNA MARCOS VELHO	05/10/1992
471	CASSIANO BOITA	13/10/1977
1403	CRISTINA SOARES	08/06/1975
1056	EUNICE AMPESE	29/03/1970
1070	JAMES LUNARDI	29/07/1984
1892	LÚCIO FLAVIO KESSLER	28/02/1975
1935	NAURI MARTINI MERLINI	04/03/1970
475	RAFAEL PAVIANI	04/04/1983
1091	ROSSENA DAL BOSCO	25/11/1983

## Especialista em Educação - Orientação Escolar: 42 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1516	ALEXANDRA CARINE SIMON	20/02/1988
854	ANA LÚCIA FREIXIELA HERNANDEZ	22/08/1968
2090	BEATRIZ MARIA BORTOLI	02/02/1981
247	CARLA POZZA	21/09/1987
1027	CLAUDIANE DEOLA CAVALIERI	23/02/1979
291	CLECI TONIOLO	27/06/1977
910	DANIELA BENELLI	28/01/1974
394	DEBORA MARINA DOS SANTOS	10/01/1991
797	DELMA JAQUELINE PAULO DE PAULA	01/11/1985
1786	ELAINEGRANDO VOIDILA	14/01/1980
1316	ELENIR GRANELLA	18/02/1983
1379	ELISABETE RUVIARO THOMÉ	03/12/1968
1735	ELOÍNA VIER SIGNOR	15/02/1986
424	EULITA BERTOLINI SEHN	20/12/1967
1145	FERNANDA SCHNEIDER	31/08/1988
1885	FERNANDA SCHNEIDER KARTABIL	27/08/1982
1463	JANETE APARECIDA SIMONI	27/08/1977
2057	JULIANO ANDRE DEOTTI DA SILVA	06/06/1984
168	KATIA GERUSA BASEGGGIO	03/03/1980
1212	LETÍCIA SAVARIS	06/03/1992
2186	LIA MARA VOSNHAK MIOR	30/10/1972
342	LILIAN DE MATTOS	02/09/1979
653	LUANA TAIS POLETO	16/11/1991
1685	MARA LUCIA KUNTZE	29/08/1967
1758	MARIANE SOHN	14/02/1963
1378	MARIANEI SALETE SOLIGO SETTE	10/05/1971
421	MARISTELA ISGANZELA SCHWINGEL	25/02/1974

Inscrição	Nome	Data de nascimento
2086	MARISTELA LONGO	18/05/1986
630	MARITANIA HAAS BONISSONI	07/03/1975
2002	MARIZETE GONÇALVES DE MEIRA GARBIN	22/12/1967
1454	MARTA CORRADI DE SOUZA	25/06/1967
1276	MELANIA SALETE FERRONATTO GUGEL	21/07/1974
2093	MICHELI LOVATO	09/04/1990
255	MICHELLY PIEGUES	30/01/1984
628	NEUSA APARECIDA DAHMER	15/08/1965
1876	PATRICIA HELENA BARATO BERNARDI	19/11/1978
807	RAQUEL CELESTE FAZOLO	12/01/1971
2089	ROSMARI BASSANESE DE AZEVEDO	14/09/1965
1475	SIMONE HOFFMANN	26/06/1990
1778	TANIA CATARINA NILSON	14/06/1974
758	THAISE RENATA BOCHI COSTA	10/11/1990
1983	WERENISE SCHACH LUDSCHER	27/02/1973

## GRUPO III - GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - GT

Fiscal de Obras e Posturas: 23 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1521	ACACIO GUERREIRO	31/05/1997
207	ALEXSANDRO WILLIAM HERPICH	18/03/1995
586	CARLOS ALBERTO DE PINHO TIEPO	11/09/1996
2179	CARLOS FERNANDES DA SILVA	24/10/1980
1118	DAIANE VERRUCK PIEROSAN	20/03/1994
449	EMANUELA EDUARDA UBIALI ROGOWSKI	14/04/1991
370	FÁBIO RAMOS ANTUNES	09/03/1989
305	JAQUELINE MENEGETTI	29/01/1989
104	JESSICA CRISTINA LASSEN	29/01/1994
1313	JOÃO CARLOS DOMINGUES	09/07/1984
1789	JONAS SPRICIGO	10/08/1990
147	JOSEANO DE ALENCAR CARVALHO	05/12/1988
141	JULIANO FISCHER	15/05/1984
1610	LAUDEMIRA DUARTE DE MELO WOJCIECHOSKI	11/04/1980
135	LUCAS ANTÔNIO BACCHI	09/04/1996
1993	MARGARETE REGINA SCHNEIDER	23/09/1993
64	MARIANA FREIXIELA HERNANDEZ	26/07/1994
1080	MICHEL TONDELLO ANTUNES	26/10/1991
1670	NEUDI GUILHERME ZILLOTTO	10/02/1959
1810	RAFAELA DOS SANTOS MAGARINOS	09/11/1985
1658	SERGIO BARBOZA LIMA	04/07/1980
152	SOLANGE PASQUALIN	20/08/1986
1428	THIAGO LUIS ROSSO	20/09/1986

Topógrafo: 03 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
2045	MARCOS BRINGHENTI	21/01/1987
695	PAULO RODRIGO DA SILVA	31/12/1982
594	VANDERLEI KLODA	21/01/1977

## GRUPO IV - GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - GF

Agente da Autoridade de Trânsito: 53 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
345	ADEMILTON RAMOS DA SILVA	16/11/1980
338	ADRIANE GULIANI	01/09/1977
1098	AGNALDO VALENTIM DALA COSTA	08/11/1987
78	ALAN DIEGO SIQUEIRA	09/12/1987
1930	ALINE FALABRETTI	13/11/1991
1259	CERCIO CHUOUPINSKI	28/05/1983
1538	CLEITON LUIZ FREISLEBEN	12/11/1985
169	CRISTIAN MARCOS PICCININ	15/06/1985
1235	DAIANA CARLA FOSCARINI SKOWRONSKI	23/10/1988
1138	EDENILSON JOSE DAL PIZZOL	19/05/1969
880	ELAINE MÁRCIA PORT ALBIERO	22/07/1978
1124	ELCIO VITÓRIO LONGO	06/06/1985
1079	FABIANA ZANELATTO	28/05/1991
1902	FABIO LUIS ORESTES CALDEIRA	12/01/1975
533	FRANCIELE PAULA ROSA	11/01/1992
835	GASPAR JUNIOR RIBEIRO MARTINS	14/10/1994
1017	GEFERSON SERAFIN	19/11/1990
91	GERONI PEREIRA	16/12/1978
1549	GISLAINE TELLES TORRES	03/05/1984
128	GLAUCO OLAVO KESSLER	17/11/1976
369	GUILHERME RAMOS ANTUNES	30/09/1992
1697	IVANICE KOBBS	20/03/1973
1267	JESSÉ JULIANO BORTOLETTI	09/06/1984
539	JOSÉ ROBERTO DALMUT	21/02/1995
1254	JOSUE ANDERSON GALVAO	11/04/1988
2003	JUCIMAR AGUSTINI	03/02/1978
1271	JULIANO RITTER	22/08/1990
618	LAÉRCIO SARTURI	11/08/1963
1266	LOIRACI CARMEM MAROLI	29/12/1975
666	MAICON MARCELO ANTUNES	01/05/1984
861	MARCELO JOAO WEIS	03/06/1977
1752	MARCELO LEONHART	25/01/1982
518	MARCIO BOCCA BIER SARAIVA	09/06/1979
417	MÁRCIO COLLA	07/09/1985
821	MARCIONEI MARCOS FINGER	19/07/1984
2062	MARIANA DEL POSSO DA COSTA	13/02/1994
1958	MARICELMA SOARES DA SILVA	12/02/1992
1121	MARINALVA GASPARETTO	12/04/1988
158	MARINES CRISTINA RYCHCIK LOPES	14/02/1984
2128	MARIZETE COLCINSKI	01/07/1982
1815	NELSON TROES	21/09/1958
74	OSEIAS GANSSAVA	26/01/1985
2160	PAULO ROBERTO CORREA VARGAS	19/07/1990
1905	PAULO SERGIO DE SOUZA	22/08/1990
1331	QUEILA ANDRESA LAZAROTTO	10/11/1982
1520	RAFAEL LUIS SCHRAMMEL	29/01/1983
1721	RICARDO WILLIAN GOMES DE ANDRADE	26/03/1992
286	RUBEM ELISEU XAVIER ROSA	24/12/1969



Inscrição	Nome	Data de nascimento
990	SANDRO LUÍS ZACARIOSKI	22/07/1991
687	SANDRO ROBERTO PEREIRA DA SILVA	02/05/1971
962	TAIANA STOCKMANN	22/09/1982
678	VANDETE TESTOLIN	02/11/1975
1894	ZENILDO BOSCATTO	11/01/1978

## Agente de Controle Interno: 42 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
971	ALINE CRISTIANE ALTHAUS	16/01/1994
2187	ANA PAULINA SENA SANTIAN ALVES DA SILVA	21/07/1982
2161	ANABEL BRUSTOLIN	16/10/1996
1337	CARINA CHIOCHETTA	15/11/1986
1821	CARLA APARECIDA ANTUNES DE LIMA JUNG	23/01/1974
1132	CELIA MARLI ALVES GARCIA PILONI	13/05/1964
1745	CIRO ANDRE DALMAGRO	05/10/1977
271	CLAUDENIR DE CARLI	16/10/1980
2068	CRISTIANE MICHELON TITÃO	08/06/1986
1566	DALIANA KOWACICZ	03/02/1978
562	EDEMARCEA RESTELATO MARTELLO	21/04/1979
1925	ELISANGELA DE SOUZA STRINGHINI	27/12/1977
848	GENI DATSCH	20/10/1977
1593	GIOVANA MIOTTO	22/07/1976
281	HILDA GENI ALVES PAIXÃO	24/10/1983
1678	JALMIR MARIO GIOTTO JUNIOR	20/07/1978
1969	JEAN CARLOS MATTANA	04/03/1984
1734	JESSICA DEGGERONE CHINELATO DE LIMA	12/02/1992
217	JOSIANI DIAS PEREIRA	04/06/1986
1827	LEILA MARLI VOSS	29/11/1972
1974	LETICIA APARECIDA NASCIMENTO	15/05/1996
1488	LOURDES CADORIN DE LIMA	05/03/1977
2066	LUAN LUCAS LUNKES	13/03/1995
18	LUCINÉIA SARETA	14/07/1982
1893	MÁRCIA TERESINHA BACH	25/03/1983
1602	MARCOS ANTÔNIO MIOR	02/05/1984
815	MARISA REMOR	16/01/1969
1152	MAURO EDSON SCHELL	27/09/1958
622	NAIANA XAVIER ALVES MINOSSO	29/04/1982
1606	PABLO WIENKE	28/06/1986
1936	RAFAEL BUSNELLO ZUANAZZI	01/06/1993
2048	RICARDO HENRIQUE MORETTO	21/10/1990
1491	RONEI JORGE MICHELON	23/04/1990
1900	ROSANGELA ZANELLA	19/11/1986
570	ROSINHA COVALSKI CASSOL	18/09/1968
2102	SIMONE ELISABETE ALTENHOFEN ARTIFON	21/05/1976
744	SOLANGE PEREIRA VALCARENGHI	04/06/1981
1033	TAINÁ SEPP BAVARESCO	21/08/1995
1632	VALDECIR KUHN	31/08/1973
889	VANESSA DA CRUZ	18/12/1986
1426	VINICIUS CAMPOS PIRES	20/02/1982

Inscrição	Nome	Data de nascimento
2095	WALDIR JOSÉ SOARES	13/12/1965

## Agente de Operação Aeroportuária: 04 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
109	ALEXANDRE MARTINS	01/02/1985
388	CAROLINE CARVALHO PINTO	27/03/1993
588	GENESIO BACHI DA SILVA	09/01/1977
738	JULIO CESAR SAVARIS	31/03/1988

## Agente Administrativo: 373 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1088	ABIGAIL CRISTINA UBIALI DA ROSA	15/02/1996
267	ADELAR MIGUEL DE MORAES	29/09/1981
1204	ADEMIR RAMOS CUCHI	25/11/1989
240	ADRIANA ANDREIS	09/06/1994
639	ADRIANA THAÍS VALCARENGHI	02/01/1987
1623	ADRIANO ANDERSON LUIZ BENJAMINI	22/06/1985
1072	AIRTON DE JESUS JUNIOR	08/08/1995
1100	ALESSANDRA MULLER	12/02/1996
1461	ALEXANDRO BOEIRA ZORZAN	06/04/1996
98	ALEXSANDRA DIANA BRUNETTO	08/05/1993
1113	ALEXSANDRA GUGEL	15/07/1996
669	ALICE MARIA DE ANDRADE	06/02/1988
1873	ALINA CADORE FURLANETTO	08/10/1976
937	ALINE CONTE	03/06/1989
1913	ALINE SYCHOCKI	11/12/1989
1719	ALINE ZILIO MULLER	26/05/1994
1383	AMANDA BRUNETTA FRANCESCHET	05/03/1995
117	AMANDA DEMARCHI COLLA	01/10/1994
996	ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA	01/10/1990
30	ANA PAULA DE CEZARO	30/03/1983
1523	ANA PAULA LAZZARIN	23/08/1996
1970	ANALÚ CRISTINA FROZZA	14/03/1997
1808	ANALÚ SARTURI DE AZEREDO PORTO	24/03/1993
620	ANAXIMANDRO BERTOCHO	23/01/1980
1230	ANDERSON LUIS POZZA	03/12/1981
381	ANDERSON MINOSSO	06/05/1994
1362	ANDERSON RENATO SUHRE BAPTISTA	23/10/1995
557	ANDREA BECKER RUSCHEL DA SILVA	03/06/1966
478	ANDRESSA ALBIERO	17/10/1989
1706	ANDRESSA ALINE GARBOSSA	06/12/1996
138	ANDRESSA APARECIDA PELIZZER	16/11/1994
163	ANDRESSA FIORENTIN DOS SANTOS	31/12/1989
1749	ANDRESSA FUCHINA	04/04/1989
1919	ANDRESSA MARTINI	21/08/1993
15	ANEMARIE RECH	06/09/1976
2038	ÂNGELA PEREIRA	15/02/1990
1926	ARIEL ANGELO CALVI	17/07/1996
1140	ARIEL NICOLAS JUNGES	20/05/1994
1872	ARLETE SANDRA GONÇALVES CAVALLINI	09/08/1977
1948	BEATRIZ CRISTINA RIBEIRO	26/04/1994

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1136	BERNARDO LORENZETTI KOWACIC	27/11/1995
445	BRUNA CITTADIN	22/07/1996
1846	BRUNA FORNARI DURANTE	05/10/1989
1890	BRUNA LUPATO PIZZOLATO	28/04/1996
400	CAMILA CRISTINA NESPOLO SCHWARZ	17/11/1991
1922	CAMILA FERREIRA DA SILVA	23/01/1995
362	CAMILA KRUSE	29/05/1994
870	CAMILA VICARI	18/06/1993
736	CARLA REGINA MÂNICA	25/09/1985
2167	CARLOS LUIZ BATAGHIN	22/09/1967
1853	CARLOS VICENTE PAULA DA MOTTA	19/08/1963
190	CARMELINA MORO	05/06/1980
333	CAROLINA BIEZUS	02/08/1996
1838	CAROLINA MARIA PASQUALI DA ROSA	05/10/1993
1457	CAROLINA MARTINELLO DALLAGRAVE	11/08/1996
1728	CASSIA LEMOS REIS	07/02/1993
1723	CASSIANE GAMBIM	26/01/1989
1924	CÁTIA CRISTOFFOLI FERREIRA	24/11/1988
753	CÁTIA NORLI DE SOUZA	17/12/1977
2074	CHARLES KOPSEL	17/05/1993
670	CHARLYANE RICHELY PEREIRA	29/06/1995
761	CIBELE RONSONI	01/09/1994
832	CIRLENE SOARES BATISTA	25/02/1980
1336	CLADIMIR SONDA	10/06/1958
116	CLAIR NOEMI BOMBANA DILDA	20/12/1977
659	CLAUDEMIR FREITAS PEREIRA	16/07/1983
458	CLAUDIA CRISTINA RAUBER	07/12/1991
2007	CLAUDIVANE DEBIASI	18/12/1980
2067	CLEIA LUCIA PILGER	26/02/1986
1981	CLEIDE LETÍCIA DA SILVA	16/12/1990
887	CLEISON JOSE ZIGER	18/10/1974
1691	CLEVI FALCÃO	14/07/1982
1048	CLOVIS CLAIR DAMIN	27/03/1987
1536	CRISTIAN SCHIAVINI	12/09/1988
1715	CRISTIANE SILVEIRA CASADO	02/11/1996
2198	CRISTIANE SIQUEIRA	21/07/1988
60	CRISTIANE VIEIRA	23/05/1978
20	CRISTINE REDECKER	08/10/1992
4	DAIANA CRISTINA DE CAMPOS	12/09/1988
1307	DAIANA FRANCISCA MAGRO	07/02/1992
1159	DAIANA VICENZI	21/01/1989
742	DAIANE ANDRÉIA CASSOL DREHER	25/11/1988
361	DAIANE CORSO	01/02/1991
1686	DAMARA FRANCISCON	01/06/1993
1661	DAMIANA MARIA LORENSI ZOLET	15/10/1986
13	DANIELA DA CAMPO	05/10/1986
1979	DANIELA NEIVA HEGLER HANAUER	27/12/1983
779	DANIELA PAULA VENTURIN VALCARENGHI	13/02/1981
583	DANIELA PRICILA KAISER	11/06/1993
81	DANIELE PEREIRA DE MATTOS	20/06/1996
2130	DANIELE URRUTIA DORNELES	18/04/1986
600	DANIELI INES PEDROTTI COLDEBELLA	17/01/1981

Inscrição	Nome	Data de nascimento
881	DANLEY MAKSUEL BATISTA	12/11/1994
1250	DÉBORA MARQUES RIBEIRO DA SILVA	15/08/1996
908	DENISE GONÇALVES	01/05/1980
1801	DENISE MARLEI VOSS	13/05/1976
1564	DIANA BEATRIZ RIGO	12/09/1992
1397	DIEGO EDUARDO TODESCATTO	19/06/1991
707	DIEGO HENRIQUE BERWIG VICARI	21/08/1992
2157	DÓRIS REJANE VICCINI	29/09/1975
1702	ECLAIR LUIS FABRICIO	24/10/1980
773	EDENILSO LUIS PANSERA	16/12/1972
1363	EDER ROQUE DOS SANTOS	16/08/1984
1879	EDIMAR BENINI	15/06/1989
1199	EDUARDO MALTAURO	30/05/1992
1669	EDUARDO NICHELE PALUDO	15/12/1985
1370	ELAINE VIANCELLI	11/05/1987
1110	ELIANE ANDREIA ROGGIA ZAGO	21/02/1976
1214	ELIANE KIRSTEN	18/06/1980
1698	ELISANDRA BARRONI	24/05/1996
1099	ELISANDRA DECESARO	02/12/1990
310	ELISANGELA MELLO	16/12/1987
1638	ELISE ANDRIOLI	04/06/1991
396	ELMA ANDOIGNINI	03/12/1989
1060	EMANUELE RESMINI	03/06/1996
442	ERNANI GUERREIRO	10/07/1992
1071	ESTER ANTÔNIA LUCAS	15/04/1995
2185	EVELINE BERNARDI	03/04/1989
1226	EVILYN MARA DREHER	21/10/1994
540	FABIANA BEDIN	12/02/1993
1660	FABIANA COMIN	20/12/1984
2116	FABIANE BOSIO	21/05/1981
1561	FABIANE MEDIM ROOS	12/06/1984
1135	FABIELA APARECIDA STEDILLE	21/09/1988
1968	FÁBIO RIGON	16/10/1981
1612	FABÍOLA PRUDENTE SPRICIGO	02/10/1990
1504	FABIULA MARTELLO	18/08/1993
696	FABRICIO MATIAS TRINDADE	21/11/1992
171	FÁTIMA LUCILENE VESARO	17/09/1990
1692	FERNANDA DE ALMEIDA RONCHETTI	14/01/1984
252	FERNANDA KRUGER	06/06/1989
151	FRANCIELE DE CARLI LAZZARI	14/10/1991
1410	FRANCIELE EINSFELD DOS SANTOS	15/10/1992
1599	FRANCINE GAIO	27/11/1985
425	GABRIEL ALEX SZLACHTA MOREIRA	13/01/1994
2088	GABRIEL HENRIQUE PIOLA	01/11/1994
431	GIANE MARLIZA HERMANN	12/07/1975
955	GIOVANI FARINEA	29/03/1981
94	GIOVANNA CRISTINA RICKOWSKI	10/06/1996
2037	GISLENE MARIA VIEIRA	12/07/1968
1785	GLÁUCIA CARPEGGIANI	19/10/1985
1301	GRACIELA SPELLMEIER	05/01/1981
1962	GRACIELE NOARA	17/07/1989
1147	GRACIELE PIZZOLATTO NEOTTI	19/01/1988

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1943	GRACIELI SOMENSI ANDRIONI	17/11/1982
1055	GUILHERME ARTHUR FASOLO MARXREITER	23/08/1995
1189	GUILHERME DE COSTA RITTER	11/07/1991
237	GUILHERME DOSS GIRARDI	24/09/1994
1262	HAIDE GOSSENHEIMER	28/09/1967
661	HANNAH STIVANELLO MORTARI	16/04/1996
349	HELLEN CRISTINA GALLI	26/05/1993
76	HELOISA CAROLINA TASCA ANZANELLO	22/03/1992
1828	IANDRA BORSATTI DA SILVA	18/05/1994
941	IDIANARA IVETE MENEGAT GUZZO	17/09/1982
1029	INDIANARA PALHANO RENOSTO	19/07/1989
1760	INGRID BARP	24/01/1995
1073	IOLANDA SZLACHTA	15/09/1973
2190	IVANDRA GUERO	14/07/1987
139	IVONEIDE DANIELA DA SILVA	13/01/1993
547	IZAQUEU ARAUJO SILVA TEIXEIRA	29/01/1980
439	IZETE RECH	18/10/1967
1069	JACKELINE ALTHAUS MICHELON	05/09/1985
1015	JAINE FALABRETTI	13/09/1996
1675	JANAINA CYNARA SEVERINO	30/06/1972
1655	JANETE MARIA OLDONI BATAGHIN	04/01/1966
2021	JANETE PRESTES DIAS	16/01/1977
1329	JAQUELINE APARECIDA REIMERS PEREIRA DOS SANTOS	17/04/1991
1558	JAQUELINE CASAGRANDE	23/03/1993
2205	JAQUELINE DE LIMA ROSA	22/06/1989
341	JAQUELINE FUCHINA	21/09/1991
1423	JAQUELINE MAFACIOLLI	14/09/1994
334	JAQUELINE MARMITT	21/10/1985
765	JAQUELINE SAMARA TIRONI	31/05/1992
1791	JEAN CARLO CAMARGO	10/09/1994
2011	JEAN CARLOS BERNARDI	12/08/1986
1934	JEAN CARLOS GLUKSBERG	13/10/1982
326	JEANE SEIDENSTUECKER	26/03/1991
88	JEFERSON RIBEIRO DE JESUS	23/05/1989
1086	JESSICA GONÇALVES	21/03/1996
644	JÉSSICA SUZIN	13/10/1992
689	JOÃO EMANUEL SOARES PACHECO	03/06/1996
1127	JOCIANE ELIZA DAHMER	10/12/1987
2082	JONATHAN MICHEL GROSS DEBETIO	29/07/1995
1211	JOSEANE SCHREINER	05/07/1983
401	JOSIANE BENDER	29/10/1994
2016	JOVILDE TERESINHA BUSATTO	30/09/1964
150	JUAN JARDEL MODOLON	05/07/1995
1796	JÚLIA DAHMER	25/04/1997
1854	JULIANA LOTTI CRUZ	17/01/1985
1699	JULIANA SALETE ROSSETTO	05/04/1978
1763	JULIANA SCHMITT ZIERTH	26/04/1978
1202	JULIANE LORENZETTI	17/10/1991
1041	JULIANO CÉSAR DA SILVA LESSE	11/11/1996
1987	JUSCELAINI CRISTINI ROSSETI	25/09/1986
2123	KAREN DAIANE MANICA	28/05/1988

Inscrição	Nome	Data de nascimento
682	KARINE CRISTINA ENGEL	21/09/1995
759	KATIA JOSIANE WASEM	15/09/1990
1464	KATIANA GRACIELA FACCIN	04/08/1984
92	KEITH GRAZIETTE PEREIRA GERNHARDT GRANDO	23/02/1987
1897	KELEN BARBOSA SCHLICK	09/06/1983
1864	KÉLI GHERKE AGUSTINI	26/01/1983
563	KELLYN CRISTIANE BOTTEGA	25/08/1993
785	LAÍS CRISTINA BORELLA	23/05/1996
891	LAÍS GRACIELE BERNO LAZZARIN	23/02/1988
914	LARISSA APARECIDA DE MOURA SIMIONI	16/05/1996
1335	LARISSA BRUSTOLIN	18/08/1988
783	LEANDRA OLIVERIO DOS SANTOS	08/02/1989
243	LEILA BORTOLON	02/09/1989
1405	LEOCADIA CORDAZZO CAITANO	12/10/1980
1190	LEONARDO DESORDI PEREIRA	19/04/1996
2041	LETÍCIA DE PINHO DA SILVA	19/08/1994
1499	LETICIA SCHIAVINI	24/03/1995
389	LIAMARA DALBELLO DE MOURA	08/11/1985
1579	LIANA DE MARTINI GUGEL	13/11/1985
145	LISANDRA CARLA DAL BELLO	14/08/1995
838	LIZANDRA MARIA MARCHESI	14/07/1980
1003	LOANE APARECIDA RISSI	29/08/1993
2055	LUALIZ CRISTINA DA SILVA	24/08/1994
1592	LUANA CRISTINA FIAMETTI	02/07/1995
290	LUANA DÉBORA AMARAL PEDROTTI	23/12/1996
1242	LUANA GAIO	10/12/1996
915	LUCAS FARINA ANTUNES MACIEL	19/04/1991
1912	LUCAS GUILHERME REDECKER	18/11/1989
2175	LUCELIA TORRES DOS REIS RUBINI	22/10/1987
1122	LUCI MILESI	14/04/1974
360	LUCIANA REGINA SPERANDIO BERGAMO	26/01/1992
1946	LUCIANE VERONEZ	02/03/1983
522	LUCIANO ANDRÉ DA SILVA KADZERSKI	23/06/1993
1001	LUCILÉIA PASQUALOTTO	26/06/1988
1467	LUCIMAR ALBERTI HOLDEFER	06/10/1973
1976	LUÍS EDUARDO DA SILVA ROSA	18/08/2014
198	LUIZ HENRIQUE FERRONATO URBANSKI	21/03/1994
924	LUIZA ROSALIA HINKEL FIORENTIN	29/12/1994
2171	MAICON BRANDÃO	03/11/1995
402	MAICON CÉSAR GRAFF	01/06/1994
95	MAÍSA GRACIELA POPP	28/01/1992
2152	MARCELO CORRADI DE SOUZA	03/07/1993
1947	MARCELO SANTIAN ALVES DA SILVA	12/09/1980
612	MARCIA CAPELLARI	15/05/1985
1032	MARCIANA TEREZINHA DOS SANTOS	05/06/1990
1351	MARCIELI MALETZKI	12/12/1993
1982	MARCIO VENDRUSCOLO	08/12/1972
827	MARCONI JORDANO DALATEZE COPINI	12/03/1989
1773	MARCOS LÚCIO CAMILLO	01/02/1986
1384	MARGÊ APARECIDA DE CAMARGO SEHN	18/08/1966
77	MARIA ALICE FACCIN VICENTE	26/12/1995

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1717	MARIA DO CARMO LEMOS	31/01/1965
1861	MARIA LOURDES TAGLIARI	28/09/1954
791	MARIANA ZOLET RIGO	11/10/1993
119	MARIÂNGELA CURIOLLETTI	10/09/1980
1208	MARILEI INES BONASSI	03/03/1975
1210	MARILIA BRUCKMANN	26/11/1984
1967	MARINA PICCOLI	16/10/1996
1466	MARISA DA SILVA	05/04/1987
1551	MARISETE DA SILVA	14/08/1973
2101	MARISETE KOCHEN JAQUINI	04/08/1976
2056	MARISTELA POLACINSKI	29/05/1978
2098	MARIZETE MULLER	04/06/1969
1812	MARLI TEREZINHA ZANIN	09/07/1967
2144	MARLON FINGER TOMAZ	04/12/1991
314	MATEUS GELAIN	03/03/1995
1770	MAURÍCIO BIAVATTI CELANT	11/12/1991
1010	MAURO FRIGO	04/09/1972
1364	MAURO SULENTA	05/03/1991
706	MEIRI APARECIDA AMARO	17/11/1991
1354	MICHELE MORETTI HIRT	13/01/1985
2099	MIRNA GAUGER	10/02/1962
1647	MONALISA MANICA	06/05/1993
1830	MORGANA DE MOURA HUNGARO	15/08/1991
340	MURILO DA CAMPO	14/09/1992
23	NAIARA ANA PICOLLI	06/01/1991
364	NAIARA CARLA ZANFERARI	12/06/1995
938	NAIR KOPPE VOGT	03/01/1985
1148	NATAN FILIPE STRINGHINI	28/07/1995
17	NATANAEL GERONDI	08/10/1993
1006	NEIVA DALLA ROSA SULENTA	18/06/1967
1884	NEIVA DE OLIVEIRA DUNKER	13/07/1984
1985	NELSON NELDO LUDESCHER	11/11/1960
1381	NEVANIR VON FRUAUFF RENOSTO	25/07/1978
34	NICOLE CRISTINA SPERANDIO	02/08/1994
1399	OLNEIA CAROLINA PEDROSO	04/06/1976
2100	PATRICIA CRISTINA KAER	29/10/1987
966	PATRÍCIA LAZZAROTTI	06/03/1995
446	PATRICIA MULLER	09/12/1989
890	PATRICIA SALETE MUNGHOL OLDONI	14/02/1991
1841	PATRICIA SVILLEN ORLANDINI	06/05/1978
1209	PATRICK MARCOS DO AMARAL	08/04/1996
2199	PAULA CAPPELLESSO DA ROSA GONÇALVES	11/02/1988
1684	PAULO HENRIQUE POMPEO PIVETA	01/07/1977
1707	PEDRO HENRIQUE BIANCHINI	11/05/1996
29	PERLA JOANA FEDRIZZI	20/12/1990
1359	POLLYANA LAZZARIN	16/05/1996
107	PRISCILA GERHARDT DE ARAÚJO DICK	15/04/1992
2075	PRISCILLA MACIEL MACHADO RODRIGUES	25/07/1987
721	RAFAEL ANDERSON KOCHENBORGER	14/07/1987
545	RAFAEL NERLING	30/01/1992
1761	RALF COSTA GARCIA	10/12/1990

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1104	RAQUELI FRIGO	10/03/1985
1314	REGINA CONTE	16/11/1995
1572	RENATA APARECIDA DE OLIVEIRA RAMOS VOLPINI	04/06/1988
813	RENATA CRISTINA ZANFERARI	20/05/1986
2148	RENATA FABIELE RENOSTO	15/03/1992
1822	RICARDO DANELUZ	18/08/1988
1799	RODINEI SURDI	25/03/1981
1688	RODOLFO PANISSON	17/07/1971
254	RODRIGO ANDRÉ JACOVAIS	17/03/1995
44	RODRIGO DAL ZOT RITTER	21/06/1995
2064	ROMARA RITA POZZA COLOMBO	28/09/1967
223	ROSÂNGELA AGUIAR COELHO DA SILVA	28/01/1962
1730	ROSELI DI DOMENICO	24/02/1980
280	ROSIMERI DIOVANA LEIDOW	15/08/1996
1783	ROSIMERI PILGER	08/06/1987
1843	SANDRA BATISTELLA	29/05/1987
843	SANDRA JULIANE KLEBER	29/07/1978
1447	SANDRO DEVINO LUSSANI	13/10/1990
1722	SHIRLEY DA SILVA FERRÃO MINOSSO	09/05/1977
103	SIDNEI BEVILÁQUA	25/07/1984
1938	SILVANA DE SIQUEIRA	01/08/1990
2135	SILVANA KIRSTEN	28/10/1986
1112	SILVANA RYCHIK	01/10/1980
203	SILVIA MULLER	29/09/1987
40	SIMONE APARECIDA DUTRA	08/07/1991
1956	SIMONE CARPEGIANI MOREIRA DE MORAES CALMON	10/11/1978
1683	SIMONE DARTORA SOSTER	20/11/1972
123	SIMONE OLKOSKI SCHNEIDER	08/11/1979
1816	SIMONE SANDRA SCHWAMBACH FINGER	26/01/1987
378	SIMONE SEGALLA SANTANA	08/07/1984
2080	SIMONY DA ROSA	24/11/1985
1427	SIRLEI FATIMA RITTER BORGES	07/10/1978
2054	SOLANGE PIAZENTINI	13/07/1988
2006	SOLANGE REGINA WEDIG	13/04/1971
892	SOLANGE SALETE PIAZENTINI MIOTTO	30/01/1981
1160	SONIA TERESINHA RUBINI LUIZ DE FRANÇA	13/03/1974
374	SONIZE FAGUNDES	23/11/1991
1441	STEFANY GUIMARÃES	16/08/1996
2047	SUELE FATIMA PROVINELLI	13/05/1994
142	SUELI DOS SANTOS	14/01/1981
1713	SUELI GUARESE	10/11/1974
946	SUSANE DEPARIS	19/10/1995
1284	SUSANE DILDA MACHADO	02/09/1973
1679	SUZANA DE LIMA FREISLEBEN	31/03/1977
1198	TAINÁ DA SILVA LEVANDOVSKI	15/09/1994
1832	TAINAN ROMANI CHRISTOFF	29/03/1995
1700	TAINARA CAVALET JACINTHO	26/03/1995
1609	TAINARA CRISTINA LONGO	11/10/1993
208	TAINARA SIEVERT	26/09/1996
479	TAIS BELTRAME	02/10/1990



Inscrição	Nome	Data de nascimento
957	TAIS DE SOUSA ABREU	29/12/1988
671	TAIS REGINA DEVENS	31/08/1995
1988	TALISON HENRIQUE SENSOLO	23/07/1992
353	TALITA AMPESE	14/04/1994
52	TALITA APARECIDA THESCHE	29/08/1997
1237	TAMARA CRISTINA SANTUCHES	06/02/1995
144	TAMIRES RUPPENTHAL	18/11/1992
2138	TATIANE GARCIA DE MELLO	07/07/1993
1682	THAIS CRISTINA BOSQUEIRA	11/03/1996
2028	THAIS MAGARINOS	05/10/1993
8	THALIA ALESSANDRA DE MARCO	18/06/1997
608	THALITA HELENA DALMAGO	03/09/1987
2200	THIAGO NICOLAO	01/11/1993
1595	TUANY ANDIARA ROSSAROLLA GONÇALVES KLEIN	20/10/1981
1283	VAGNER LUIZ WOICHEKOSKI	04/10/1989
1425	VALDOMIRO TAFAREL	16/05/1974
1621	VANDERLEIA PEREIRA ALVES	01/12/1990
799	VANESSA DE OLIVEIRA GASPERINI	11/06/1993
1648	VANESSA MATTES DE MOURA CUMERLATTO	12/11/1993
896	VANESSA SOARES COSTA	02/02/1993
1025	VÂNIA DOS SANTOS ROSÁRIO	09/06/1986
454	VERA LUCIA BOHRER	11/05/1973
82	VITOR MATEUS BET	03/04/1993
1559	VITÓRIA REGINA GRANDO COLUSSI	18/01/1995
1731	VIVIANE FERNANDA REUTER WILBERT	31/01/1981
1802	WILLIAN BIANCHI CHIAMENTI	11/11/1994

Fiscal de Tributos: 178 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
2072	ADELIR SALETE MENGATTO	07/03/1962
1695	ADRIANA ABE GIOTTO	24/04/1973
981	ADRIANA FATIMA ZAMPIERON	13/01/1978
1422	ADRIANA GROTH ZAMPIERON	22/11/1979
1302	ADRIANA KELLY PERONDI	03/12/1995
229	ADRIANA RODEM	06/06/1990
489	AIRTON DAL BELLO	27/10/1969
720	ALAN JOSÉ POZZO	23/05/1989
1134	ALAN JUNIOR PIZZATTO	17/07/1992
1278	ALESSANDRA APARECIDA DE ABREU	01/12/1982
506	ALESSANDRA DONATI	10/02/1992
2069	ALEXANDRE COITINHO ABRAHÃO	05/05/1991
72	ALINE REGINA POSSA MONTEIRO	05/01/1986
1169	ALINE SCHWINGEL MUSHINSKI	18/12/1991
526	ALINE SECCO SHUCK	23/03/1996
733	AMANDA JUNG GUERINI	02/09/1995
1571	AMARILDO ANTONIO MORESCO JUNIOR	24/01/1995
901	ANA CAROLINA TRINDADE FAUSTO	09/07/1993
2203	ANDERSON FLAVIO LOHMANN	26/06/1989
1837	ANDRE WAGNER VERARDI	08/04/1985
1844	ANDRÉIA NEVES DE PAULA	22/07/1994

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1501	ANDRESSA BOIANI	02/02/1996
365	AUGUSTO REINOLDO FRIEDRICH	08/03/1984
1149	BRUNA BENITA SANCHEZ LOPEZ WEBER	13/10/1996
1416	BRUNA GUGEL	14/02/1990
1871	BRUNO BIANCHINI MOCELIN	25/05/1990
1705	CAMILA LÚCIA ROMANI RUVIARO	18/06/1989
714	CAMILA PAULA BERGAMO	23/06/1994
1939	CARINE POLETO	07/10/1983
1338	CAROLINA RITTER DA SILVA	04/11/1995
26	CHRISTIAN LEONARDO MACAGNAN	15/12/1993
829	CLAUDIA WAGNER DE LIMA	01/07/1990
1348	CLAUDIANE FRANCIELE KRUIZE ZAGO	18/07/1985
2192	CLEIDIANE KOSTANESKI	21/06/1995
1921	CRISTIANE DE SOUZA	06/02/1989
428	CRISTIANE MARIA FRIZON	20/07/1986
1366	CRISTIANO KOTTWITZ	09/04/1986
1424	DAILEN MICHELE FINGER	16/02/1992
1089	DÂNDARA LOCATELLI	28/01/1989
868	DANIELA BALSAN ZANETTI	17/11/1984
2008	DANIELA LUNKES	07/09/1991
1809	DANIELE CRISTINA PEDROSO	25/10/1990
1012	DANIELE PEGORER FAZZIONI	23/04/1978
383	DARLAN MIGUEL DA SILVA	06/05/1992
2129	DEISE MARA GUSATTO	02/05/1994
1369	DIEGO PARIZOTTO	23/02/1991
1818	DINACIR SALETE ACCADROLI	30/01/1968
1270	DOUGLAS VILMAR TROMBETA	09/09/1991
549	DRUSIANE SECCO	17/11/1984
1415	EDCASSIO DALA COSTA	15/08/1985
285	EDER ANTONIO BALBINOT	13/06/1978
1330	EDUARDA DEMARCHI	25/05/1995
1505	EDUARDO ELIAS HOSELBAUER	15/01/1996
1825	EDUARDO LUIZ PARIZOTTO	20/11/1992
953	ELISÂNGELA CUCCHI BERGHAHN	26/06/1981
56	ELISIANE DA SILVA	18/10/1992
1552	ELIZA DE PINHO	06/01/1983
251	ELIZEU STUDINSKI	23/02/1982
335	EMERSON JUNIOR SEVALD	25/01/1986
590	EMERSON LUCIANO BIESEK	06/11/1972
1361	EVERTON ADOLFO ORLANDINI	07/08/1982
232	EVERTON RICARDO PERCIO	10/10/1991
1929	FABIO HENRIQUE GONÇALVES DA SILVA GUNTHER	25/09/1990
2061	FELIPE GUGEL	11/03/1992
1390	FRANCIELE VENDRAME	02/05/1991
1510	GABRIELA LUCIA FERRARI	13/12/1995
2197	GILIARD PRODARUTTI	17/05/1985
1481	GISELDA DE OLIVEIRA	09/08/1984
211	GISLAINE CRISTINA KLEIN	29/11/1985
1411	GISLAINE TERESINHA WINTER	21/03/1966
1891	GRACIELE PIEROSAN	05/08/1982
579	GRACIELE RICCI LEMES	24/06/1994

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1703	GRAZIELA MARIANI	03/05/1986
1449	GUILHERME FABRICIO VOLPINI	24/05/1994
1534	GUSTAVO JOSÉ PAS	28/11/1990
200	IAGO DEOLA	27/02/1996
1605	ITAVIR DE ABREU	10/11/1974
1542	IVETE TEREZINHA DUARTE MALESKI	12/07/1983
1622	IVONEI ALBANI	23/11/1985
2009	IVONETE RIBEIRO	20/05/1979
1386	JAIKEL JOSE SOARES DE CANDIA	15/11/1985
1245	JAQUELINE MAIARA DE AUGUSTIM	05/01/1993
732	JAQUELINE RIGO	25/04/1991
262	JEAN ALTIR DICK	28/02/1991
536	JEAN CARLO PELIZZARO	24/11/1992
771	JESSÉ DE MORAES LUCRECIO	09/07/1987
1899	JOANA CARINE GOLDMEYER	20/11/1983
1803	JOÃO ANTONIO ZERBIELLI	13/08/1992
2172	JOICE FERNANDES	10/12/1995
1496	JOSE JAIME VARELA	18/07/1952
1421	JOSIANE LEODINEIA DE MELLO KORB	27/03/1992
819	JUÇARA LUIZA CALZA	21/09/1989
1732	JUCIELI DE FREITAS	13/11/1991
1125	JUCINÉIA INÊS LONGO	05/01/1991
750	JULIANA DO NASCIMENTO	14/11/1983
1269	KAREN DAIANA BATTISTI	11/12/1994
484	KELIN ANALI MARTINI	13/03/1985
1174	KELLY CRISTINA MARTINI	04/10/1991
907	KEREN TAIZA LANÇANA PARISOTTO	15/07/1994
1701	LARISSA DA SILVA	17/02/1996
1547	LAURINDO FRANCISCO KUFNER	05/11/1968
1486	LEANDRO LORI DE AZEREDO	18/09/1988
1392	LEORI ROQUE DA ROSA	21/08/1990
1191	LETICIA MARIA SIMIONI	24/05/1988
1570	LIDIANE CLAUDIA VOIDILA BENINI	03/12/1980
1914	LOURDES GEREMIAS	07/10/1996
1654	LUCAS MORTARI	14/01/1992
3	LUCAS TROMBETTA SANTUCHES	21/03/1995
774	MAICON EDIS LODI	22/09/1986
982	MAIRU DOS SANTOS	01/09/1990
888	MARA CLÉIA AGUSTINI	06/09/1996
1940	MARCEL ALMEIDA BARRETO	13/06/1980
811	MARCEL RITTER MANDIAL ROSA	22/09/1990
1776	MARCELE RISSO	11/02/1988
1768	MARCELO CELANT	09/01/1989
1712	MARCELO TIAGO RIBEIRO	05/08/1986
1240	MÁRCIA ELENIR OST	16/05/1974
920	MARCIA MASS	17/12/1988
1207	MARCIANO ZENATTI	05/06/1985
992	MARCIELE ANDRESSA DALÓ ROSA AULER	10/05/1988
944	MARCOS PAULO GAZZONI	11/10/1990
1040	MARIA HELENA CARNIEL ZERBIELLI	25/12/1982
382	MARIANA MASCARELLO	26/12/1991
523	MARILDA PETTESSEN	06/12/1980

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1665	MARILEI STOLL CHIARELLO	16/12/1975
985	MARILEIA MACHADO WINDLIN	21/02/1983
1774	MARILETE CASSUBA	18/07/1981
954	MARINA NISSEL CHINATO RIBEIRO	01/11/1991
1117	MARINA ZAGO	18/04/1994
844	MARITANIA VIVAN DUARTE	19/12/1981
1431	MATEUS FIUZA AULER	19/12/1985
71	MATEUS MULLER	19/09/1995
1308	MICHELE ALINE RIZZI NUNES	16/02/1989
1339	NAIARA PIVA	19/02/1997
1628	NEIVA JOANA SCHMIDT GASPERIN	25/04/1976
1928	NELDI MARIA BOSCATTO	20/07/1997
828	NOELI RAUTENBERG BACCA	05/02/1973
10	ODAIR JOSÉ KLASSMANN	01/01/1984
1880	PAMELA REFFATTI	11/11/1989
657	PAULO HENRIQUE WEIS	18/07/1985
2122	RAFAEL ROSSETT COREZZOLLA	14/02/1990
1787	REJANE VIEIRA KLUMB	28/02/1980
2145	RENAN AGNOLIN	21/04/1991
1253	RENAN FILIPE DETONI	19/10/1990
1498	RENAN UTTEICH	25/08/1996
418	RENATA DA SILVA LESSE	13/08/1996
804	RENATO GUZZATTO	07/12/1983
1318	RENATO HUFF	25/01/1985
302	RICARDO CÉSAR JANKE	25/09/1992
614	ROBERTA CLAUDIA DALO ROSA AULER	11/02/1993
1966	RODRIGO CHRESTANI	23/10/1994
734	RONEI GARCIA DE MELLO	10/01/1991
1650	RONNIERY LUCKMANN DE CEZARO	28/10/1981
2163	RUDMAR MASSOCCO	11/03/1972
1671	SABRINA CORDAZZO	18/09/1991
1740	SALETE LEVANDOSKI BASTIAN	02/12/1963
1484	SAMANTHA CAROLINA FRANÇA	06/12/1993
535	SAMARA GABRIELA PONATH KLEIN MACHADO	27/10/1991
59	SANDRA MARIA CARNIEL GONÇALVES	13/07/1979
1608	SANDRO MARTINI	23/02/1971
898	SCHEILA GROSS	20/01/1990
1663	SILMARA CRISTINA MUELLER RIBEIRO	25/06/1990
19	SILVIA SALETE SARTORI	29/09/1986
122	SIMONE LAZZARIN MUNARETTO	07/01/1987
599	SIZELDE POSSA	25/01/1982
1279	SOLANGE FÁTIMA GONÇALVES	17/05/1985
1404	TALITA ROMAN	10/02/1986
650	TANAISA BARANOWSKI DOS SANTOS	16/02/1992
1680	TANIA MARA SCHAEFER HAEFLIGER	09/01/1983
1064	TÁSSIA LETÍCIA RODRIGUES DA SILVA	22/10/1992
474	THAIANE ELOISA DE VARGAS GRAPEGGIA	07/05/1992
249	THAIS PROVENCÍ	26/08/1991
1439	VALDOMIRO MATTEO VANZO	23/07/1995
176	VALÉRIA MARTINS GOLFE	06/06/1995
574	VANESSA FRACASSO	10/05/1984

Inscrição	Nome	Data de nascimento
120	VILMAR DUARTE	19/07/1980
1903	WILLIAM AMPESE	01/05/1991
1044	WILLIAM LEÔNCIO WRUBEL	28/08/1984

## GRUPO V - GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL - GO

Operador de Equipamentos - Pá Carregadeira: 20 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
2158	DOMINGO CARLOS MAFESSONI	27/01/1957
1459	ENORI DE CARLI	10/03/1969
284	FABIANO ROSA DAS NEVES	05/05/1979
1883	FERNANDO DUNKER	12/08/1986
32	GUSTAVO ELIAS LOHMANN	17/09/1991
246	IVANIR ANTONINHO GOMES	20/10/1976
1836	JOELSON ROBERTO WUADEN	26/08/1984
1328	JOSE PRAVATO	08/10/1949
1878	MARCELO BANDEIRA	18/06/1991
1973	MARCOS LEANDRO MAZIERO	01/02/1975
1106	RAFAEL CISOTTO PILONI	28/03/1983
1581	RODRIGO CARLOS VALCARENGHI	26/01/1974
1576	ROGÉRIO PAULO DA SILVA	31/12/1982
1105	RONALDO DETONI	20/06/1972
1327	SEVERINO DOS SANTOS	12/11/1953
1187	VALDECIR DOS SANTOSA	18/05/1978
1326	VALDEMAR FONSECA	19/05/1961
1639	VANDERLEI DE MORAES	09/01/1976
2109	VANDERLEI PIAZENTINI	13/10/1969
2022	WILLIAM ANTÔNIO DE JESUS	08/04/1995

Operador de Equipamentos - Motoniveladora: 08 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1649	DIRCEU CECHIN	03/04/1979
1673	ELEANDRO PICHETTI	27/11/1975
1833	MELIO LUIZ KANIGOSKI	10/06/1980
2040	NERI JOÃO RITTA	23/05/1960
2188	VALDERES PIPPER HOPPEN	11/04/1980
1941	VANDERLEI ADRIANO KUHN	23/04/1979
1500	VANDERLEI ROGERIO SCHMIDT	15/04/1987
1965	WILLIAN ABEL BRAGHIROLI	25/09/1993

## PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF

Enfermeiro Comunitário: 57 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
241	ADRIANA PAULA FRANCESCHINA	28/08/1981
422	ALINE BOLSAN	05/09/1990
1324	ALINE PAULA BOMBASSARO	24/05/1984
1937	AMANDA PAULA RODRIGUES GRAFF	12/06/1981
926	ANA PAULA CESCO	07/12/1991
1156	ANDRESSA JULIANA VOSS	19/11/1991
1227	ANGELA MARIA MULINARI	01/05/1968
1456	ÂNGELA MARIA PERTUSSATI	19/06/1989
1636	CAMILLA PAULA OLCHOVI	16/02/1990

Inscrição	Nome	Data de nascimento
959	CLECI CARMEM DA ROSA	02/06/1967
443	DANIELA DAMBROS	07/10/1982
1617	DANIELA MARA STRAPASSON	28/04/1990
1062	DEBBIE JESSICA GUESSER	13/03/1989
793	ELAINE LUNARDI	13/02/1983
1101	ELIANI MORTARI	28/05/1981
1917	ELICIANI APARECIDA KADES	24/05/1976
1371	FERNANDA LIMA MORILHO	02/05/1989
2034	FRANCARLO GOUVEA	04/07/1980
181	GABRIELA ZANOTTO	07/07/1986
582	GABRIELI APARECIDA ROSSONI	22/08/1989
1862	INGRID PUJOL HANZEN	27/10/1983
238	JAQUELINE FERNANDA SCHEIFLER	09/01/1990
697	JÉSSICA PAULA DREON	27/09/1992
2132	JOAQUINA PINTO DE FRANÇA	08/11/1961
1418	JULIANA RODRIGUES DA CUNHA	20/01/1983
2050	JUSARA FATIMA DAS NEVES	25/03/2014
1419	LETICIA BARBIERI	20/12/1987
1653	LETÍCIA TURMENA	30/09/1987
567	LUANA RENOSTO	22/12/1991
1185	LUCIANE REGINA RIGONI	25/08/1977
1090	LUCIMARA FABIANA FORNARI	06/07/1989
2177	MARCIANE DAISE WUADEN	11/04/1988
22	MARIANA DALLAGNOL	26/10/1986
430	MARINA HOECKLER BERTUSSI	24/03/1991
2052	MARISA SALETE CECCHI	18/08/1978
722	MARISA SCHOULTEN FRANZEN	10/01/1974
1527	MARISETE BRITO SULENTA	26/02/1971
833	MARISETE LONGO MARTINI	08/03/1971
410	MELAINE DUTRA MASCARELLO	25/10/1992
949	MONICA FARIAS COSTA CESTONARO	25/05/1976
1535	NÁDIA RUBIA HEYLMANN SELBACH	01/10/1979
1895	RAQUEL MIGNONI	24/04/1989
275	RAQUEL PELISSARI	01/09/1987
1272	RENATE SCHMELING SEEMANN	25/02/1965
782	RONEI JOSÉ VICENTE	29/04/1980
385	ROSALBA SCHMIDT CAMPANA KES-SLER	27/09/1971
2140	ROSANA ALVES DE OLIVEIRA	19/10/1982
1704	ROSILEI ENGEL	15/05/1982
1613	SARAONICE SARTURI PROVENC	16/02/1975
1607	SILVANA TERESINHA DAL PUPPO	21/09/1981
1896	SIMONI CHIOTTI	15/06/1990
75	SUÉLI TONIELO	22/06/1990
824	TAIZA DAL PIAN	29/07/1991
917	TALITA MÔNICA FONTANA	05/03/1991
1539	TATIELE NAIARA VOGT	20/07/1990
1881	VANESSA CRISTINE FUNEZ	08/11/1972
1434	VANESSA DEVERAS	15/06/1982

## Técnico em Higiene Bucal: 07 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
2169	ADRIANA DA SILVA	07/07/1980
199	CLAUDINÊS CRISTINA KERBER	11/04/1980
1755	DANIELE GILVANA LOHMANN	21/05/1987
1637	FERNANDA APARECIDA HOLOVATY	31/10/1985
886	IDIANE VARGAS	12/02/1983
1882	JULIANA CRISTINA MANDUCA KRAUZE	27/07/1991
1356	LUCILENE MARA DE MOURA SIMIONI	07/05/1984

## Técnico de Enfermagem Comunitário: 67 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
2084	ADRIANA SALLA	10/02/1981
1221	AIRA ELIZABETE FRANÇA STRAIT	22/02/1983
1026	ALINE BEDIN	11/09/1989
1353	ANDREA ROGELIN	03/07/1981
1598	ANDRESSA MULLER	13/03/1986
681	ANGELINA NUNES	10/04/1974
621	ARLETE MIGUEL	07/12/1979
1904	CÁTIA MOSELE	18/12/1986
1395	CECÍLIA HOECKELER BERTUSSI	21/04/1963
712	CLAUDIA BURATTO	13/08/1978
1515	CLAUDIA RUECKERT	03/07/1973
921	DAIANA REGINA DE BRITTO	26/06/1994
1762	DAIANE DANELUZ	01/12/1989
1433	DAIANE USINGER	17/12/1989
156	DARLAN RIZZO	16/03/1981
1596	DIRLENA DE BORBA	29/08/1979
1889	EDA LUCIA DA COSTA SAVARIS	06/10/1983
2094	EDIVÂNIA TONDELLO	24/06/1985
1738	ELAINE CRISTINA BERNARDI	06/10/1984
1567	ELISIANE RODRIGUES DA SILVA	04/09/1979
499	ELOANE SALETE REIMERS	25/11/1974
1126	ELSI LOURDES DA SILVA	28/07/1965
500	FABIANE SCHIAVINI	10/07/1990
1285	GISELE CRISTINA PEDRUSSI	07/01/1992
2111	GRACIELA FORNER MALAKOWSKI	15/05/1981
447	GRACIELA DENISE WUADEN	23/06/1993
576	ISANARA DA ROSA PAVIANI	01/02/1985
1537	JANETE DAL BELLO	24/10/1975
1458	JAQUELINE CISOTTO	07/09/1992
865	JEFERSON RICARDO RHEINHEIMER	06/07/1987
1652	JOELI MARIA BIANCHI MORTARI	07/12/1969
165	JULIANA CRISTINA KUHN	14/09/1982
1251	JULIANA SALING	07/02/1988
858	KARINE ROSSETTO	15/08/1986
1629	LAURECI JORGE GONÇALVES PROINELLI	26/02/1975
1877	LENIR PEREIRA	10/10/1973
1319	LETICIA DIAS ROSA	14/08/1989
1119	LISMARI DALLA COSTA	29/03/1977
1863	LUANA GABRIELE MARTINS	03/01/1993

Inscrição	Nome	Data de nascimento
153	LUCIANE RAFAELI	11/03/1992
846	LURDES SACON TICIANI	12/06/1975
2096	MÁRCIA GASPERINI	16/04/1986
2060	MAREI SALETE BERTUSSI CASAGRANDE	05/02/1968
1133	MARICE VALGOI ZARDO	16/12/1972
130	MARIZA SALETE EGER BISCHOFF	23/09/1976
1487	MARLENI TEREZINHA VOGT	30/10/1978
1196	MONALIZA CASSOL	24/01/1993
688	PAMELA VIVIANE HILLEBRECHT HAEFLI-GER	22/04/1987
1506	PATRICIA JOHANN	10/07/1984
963	REJANE APARECIDA RIBAS SQUERSATO	05/06/1971
225	RODRIGO DREHMER	28/10/1987
1996	ROSANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA POZZO	08/07/1976
979	ROSÂNGELA ZUCHI KUNZLER	12/04/1976
1689	ROSELEI SWIB MIGLIORETTO	10/06/1977
2151	SALETE DREHMER	30/07/1964
507	SANDRA MARA CAMILLO	19/05/1983
2079	SELOI MARIA NOGUEIRA FELISBERTO	14/02/1968
491	SILVANA EVA MARTELLO WOLOSZYN	26/07/1980
741	SILVANA RESMINI	22/10/1986
1277	SILVANIA PRAMIO	16/06/1978
357	SIMONE DE FATIMA DANELUZ	24/04/1993
2137	SIRLEI NISSOLA DE SOUZA	14/02/1963
1315	SOLAIA PELISSER	22/01/1979
1750	TAINÁ FUCHINA	26/09/1994
1382	TATIANA HOLZ FOSCHARINI	25/11/1981
2162	TEREZINHA MARIZETE DOS SANTOS LOPES	29/12/1974
233	VANESSA FÁTIMA SANDRE	05/07/1992

## SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU

## Motorista Socorrista: 20 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1435	ALEXANDRE GROLI	11/09/1989
69	ANDREW ALAN DUARTE	13/04/1991
1619	ANIBALDO ROGELIN	22/12/1972
825	ANTONIO BARAZETTI	18/06/1962
616	CRISTIAN ANDRE ROMANI	11/02/1988
498	DANIEL MORAESDOS SANTOS	06/04/1980
989	FABIO LEONOR BACH	29/03/1977
877	FILIFE VARGAS	07/01/1989
1910	GIOVANI MAURO CESARI	30/11/1974
1468	IDIVAN NUNES DA SILVA	13/05/1986
974	IVONETE FUHR	26/11/1991
1223	JOSE GILBERTO MARTIN JUNIOR	26/11/1979
1757	LEANDRO LUIS PEDRON	17/08/1974
1294	MAICON FINGER	21/10/1989
1343	MAICON SALU BENELLI	20/05/1984
1163	MARCELO PAIM	27/04/1981



1398	MARCOS FERNANDO BORTOLI	28/07/1978
2121	MARCOS REINALDO SOARES DA SILVA	27/03/1979
1043	RENAN AFONSO SCHEUERMANN	19/02/1991
1831	SERGIO CONSTANTINO DA ROSA	29/12/1971

Técnico de Enfermagem do SAMU: 14 inscritos

Inscrição	Nome	Data de nascimento
642	ADILES CONCEIÇÃO DE MOURA	04/08/1981
1729	ADRIANA PATRICIA CUCCHI	17/11/1989
2150	ANDERSON ROBERTO CORREIA	14/12/1989
826	ANDRESSA ALVIERI	23/10/1994
1620	CLARICE PIMMEL	26/03/1972
544	GRACIELA INES MUNARETTO KLAS-SMANN	27/12/1980
1748	JULIANO RODRIGUES BORGES	08/01/1989
2136	MARCIA SHIMITT	07/08/1980
729	MARILENA SALETE PIRAN	04/06/1965
352	MIRIAN ANGELA BUSATTA POTTRATZ	07/10/1981
167	PAULO FERREIRA DE SOUZA	18/01/1963
264	PAULO GONCALVES DA SILVA	09/12/1984
862	RODOLFO DE JESUS DAMBROSIO	10/02/1982
373	ZULMIRA DIESEL	01/12/1992

### Edital de Concurso Público Nº 5/2014

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 5/2014

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, com sede na Rua Leonel Mosele, 62, Centro

#### TORNA PÚBLICO

o presente Edital de Homologação dos Inscritos Portadores de Deficiência no Concurso Público objeto do Edital nº 2/2014, de 25 de junho de 2014, conforme Anexo Único, deste Edital.

1. A prova escrita, para o cargo de Agente Administrativo, será realizada no dia 21 de setembro de 2014, às 8 horas, no Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA, situado na Rua Lauro Müller, 105, Centro, Concórdia, SC.

2. O candidato deverá comparecer no local da prova, na forma abaixo, sendo que após esses horários, não será permitido, em hipótese alguma, o acesso de candidatos ao local das provas:

2.1. às 7 horas considerando que os portões permanecerão abertos somente até as 7h45min;

2.3. munido do comprovante de inscrição, caneta esferográfica de tubo transparente, com tinta azul ou preta, sendo imprescindível a apresentação de documento de identidade, com fotografia, conforme item 1.2 do Título I do Anexo IV do Edital nº 2/2014, para ingresso na sala de prova.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,  
aos 4 dias do mês de setembro de 2014.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

#### ANEXO ÚNICO

GRUPO IV - GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - GF

Agente Administrativo

Inscrição	Nome	Data de nascimento
1912	LUCAS GUILHERME REDECKER	18/11/1989

#### Extrato 1º TA Contrato Nº 297/2014 -PMC

Contrato Nº : 297/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Rerratificação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CBA INFORMÁTICA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 83/2014

Objeto : Aquisição de equipamentos de informática e matérias para escritório, novos, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 29/08/2014 Término: 12/08/2015

Assinatura : 29/08/2014

Valor R\$ : 0,00 (Zero)

Dotação : 6 - 02.001.1001.344905235000000.01000001

Dotação : 6 - 02.001.1001.344905242000000.01000001

Dotação : 20 - 04.001.1002.344905235000000.01000001

Dotação : 20 - 04.001.1002.344905242000000.01000001

Dotação : 34 - 05.001.1003.344905235000000.01000001

Dotação : 34 - 05.001.1003.344905242000000.01000001

Dotação : 41 - 06.001.2012.344905235000000.01010000

Dotação : 83 - 07.001.1008.344905235000000.01000001

Dotação : 83 - 07.001.1008.344905242000000.01000001

Dotação : 103 - 08.001.1009.344905235000000.01000001

Dotação : 115 - 08.001.2027.344905242000000.01000001

Dotação : 145 - 09.002.2605.344905235000000.01000001

Dotação : 146 - 10.001.1012.344905242000000.01000001

Dotação : 168 - 11.001.1013.344905235000000.01000001

Dotação : 270 - 17.001.1451.344905235000000.01000001

Dotação : 287 - 18.001.1501.344905235000000.01000001

Dotação : 339 - 15.001.2201.344905235000000.03520000

**Extrato 2º TA Contrato Nº 282/2014 -PMC**

Contrato Nº : 282/2013

Aditivo Nº : 2 TA/2014

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : QUARK ENGENHARIA LTDA ME

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 14/2013

Objeto : Contratação de empresa do ramo de instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução de serviços especializados na manutenção do sistema de iluminação pública, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo 7D? deste Edital

Vigência : Início: 29/08/2014 Término: 31/08/2015

Assinatura : 29/08/2014

Valor R\$: 239.638,56 (Duzentos e Trinta e Nove Mil, Seiscentos e Trinta e Oito Reais e Cinquenta e Seis Centavos)

Dotação : 119 - 08.001.2029.333903026000000.01000001

Dotação : 119 - 08.001.2029.333903999000000.01000001

Dotação : 370 - 08.001.2029.333903026000000.03170000

Dotação : 370 - 08.001.2029.333903999000000.03170000

**Extrato 2º TA Contrato Nº 11/2013 -Fmec**

Contrato Nº : 11/2013

Aditivo Nº : 2 TA/2014

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : RAISA TURISMO EIRELI ME

Licitação : Pregão Presencial 5/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte de passageiros das delegações da FMEC de forma a viabilizar a participação em competições esportivas, conforme especificações constantes nos anexos 7A? e 7B? deste edital.

Vigência : Início: 28/08/2014 Término: 30/04/2015

Assinatura : 28/08/2014

Valor R\$: 186.120,00 (Cento e Oitenta e Seis Mil e Cento e Vinte Reais)

Dotação : 278 - 17.001.2452.333903927000000.01000001

**Extrato Contrato Nº 2/2014 -FIA**

Contrato Nº : 2/2014

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA

Contratada : LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME

Licitação : Pregão Presencial 2/2014

Objeto : Contratação de serviços de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão-de-obra), para reforma no CEBES Frei Samuel Both, localizado no Loteamento Frei Lency, Município de Concórdia - SC, conforme especificações constantes nos anexos 7A? e 7B? do edital.

Vigência : Início: 29/08/2014 Término: 27/11/2014

Assinatura : 29/08/2014

Valor R\$: 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais)

Dotação : 235 - 14.001.2152.344905107000000.01000001

Dotação : 332 - 14.001.2152.344905107000000.06000000

Dotação : 336 - 14.001.2152.344905107000000.03000001

Dotação : 337 - 14.001.2152.344905107000000.03890000

**Concorrência Nº 1/2014 - PMC Convocação Segunda Sessão Pública**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

CONCORRÊNCIA Nº 1/2014 - PMC

CONVOCAÇÃO SEGUNDA SESSÃO PÚBLICA

Objeto: Contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade aos Fundos, Fundações e IPRECON, do Município de Concórdia, conforme disposições constantes no §1º do artigo 37 da Constituição Federal, Lei Federal 12.232/2010.

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações e item 20.4 do edital de licitação em epígrafe, a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Concórdia avisa aos participantes e demais interessados na licitação, que no dia 15 (quinze) de setembro de 2014, às 08:30 (oito horas e trinta minutos), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, ocorrerá a segunda sessão pública conforme determina o item 13.3 do edital.

Concórdia, SC, 05 de setembro de 2014.

MAURO FRIGO

Presidente da CPL

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Extrato de Contrato Nº 15**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 15-2014-CVC

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADA: TURBONET PROVEDOR LTDA

OBJETO: contratação de serviço de acesso a internet via ondas de rádio, 24 horas, com velocidade de 10 Mbps com 8 IPs válidos e fixo, com garantia de banda de 99% e atendimento/suporte via telefônico ou local.

VALOR TOTAL: R\$ 1.912,15 (um mil e novecentos e doze reais e quinze centavos)

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33903997

DATA ASSINATURA: 05.09.2014

DATA VENCIMENTO: 31.12.2014

FORO: Comarca de Concórdia - SC

**Resolução 398/2014**

RESOLUÇÃO Nº 398, DE 2 DE SETEMBRO DE 2014.

Concede licença ao Vereador Mauro Mendes.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e consoante deliberação do Plenário, promulga a seguinte Resolução.

Art. 1º Fica concedida licença de 30 (trinta) dias ao Vereador Mauro Mendes, para tratar de assuntos de interesse particular, a partir do dia 3 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 2 de setembro de 2014.

Rogério Luciano Pacheco

Presidente

**Correia Pinto****PREFEITURA****Extrato de Dispensa de Licitação - Fhmcp**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - FHMCP

Objeto: AQUISIÇÃO DE CEFTRIAXONA SÓDICA 1 GR, DE CARÁTER EMERGENCIAL, CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 24, IV DA LEI 8.666/93.

Empresa Contratada: Prosaúde Distribuidora de Medicamentos Ltda.

Ceftriaxona Sódica 1 gr

Quantidade: 300 unidades

Valor: 8,40

Valor Total: 2.520,00

Correia Pinto/SC, 08 de setembro de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Presidente da Comissão de Licitação

Pregoeiro Municipal

**Errat de Justificativa - Processo 03/2014 Fhmcp**

2ª ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO Nº 03/2014

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA DE JUSTIFICATIVA ao edital de Registro de Preços - Processo n.º 03/2014 FHMCP, REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DOS SERVIÇOS MÉDICOS RELATIVOS AO PRONTO ATENDIMENTO 24H (VINTE E QUATRO HORAS), DO HOSPITAL MUNICIPAL FAUSTINO RISCAROLI PARA SITUAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, alterando-se os itens 1.1.1, 14.6.1, 14.6.2, 14.3.3.1, 17 e cláusula primeira da minuta da Ata de Registro de Preços da licitação, onde se lê: "Fundo Municipal de Saúde", passa a ser lido: "Fundação Hospitalar Municipal".

Correia Pinto, 04 de setembro de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Presidente da Comissão de Licitação

# Curitibanos

## PREFEITURA

### Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 233/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 233/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA CONSUMO INTERNO DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR DE CURITIBANOS E DA SECRETARIA DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 19/09/2014, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 19/09/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitibanos, 04 de Setembro de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

### Edital de Pregão Presencial Nº 234/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 234/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE ARMÁRIOS SOB MEDIDA PARA USO NOS DEPARTAMENTOS PESSOAL, DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E ASSESSORIA JURÍDICA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 19/09/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

A partir das 16:00 horas do dia 19/09/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 05 de Setembro de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

### Edital de Tomada de Preços Nº 235/2014

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 235/2014

O Município de Curitibanos, SC neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço Global, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a CONSTRUÇÃO DE 03 ACADEMIAS DE SAUDE AO AR LIVRE, CONFORME CONVENIO Nº 2014TR 002496, CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A PREFEITURA DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL E DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO. A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 26/09/2014, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 26/09/2014, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 05 de Setembro de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Presidente da CPL



**Editais Processo Seletivo Nº 03/2014**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**  
**CURITIBANOS - SC**

**EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 03/2014**

O Município de Curitiba através do Prefeito Municipal, Sr. José Antônio Guidi, torna público, para conhecimento dos interessados, que estarão sendo realizadas inscrições para o Processo Seletivo Simplificado no âmbito da Administração Pública Municipal para o provimento dos cargos de profissionais na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para suprir necessidade temporária de recursos humanos para as respectivas funções conforme disposto no art. 37 da Constituição Federal e demais Leis aplicáveis a espécie.

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O Processo Seletivo destina-se à contratação de pessoal, em caráter temporário, em razão de excepcional interesse público, resultante da falta de servidores efetivos, nos casos de licenças ou afastamentos do cargo de provimento efetivo, com vistas a atender as necessidades da Administração Pública Municipal para manutenção dos serviços públicos essenciais.

1.2. Para efeito do processo seletivo, considera-se motivo para a contratação temporária a substituição de servidor efetivo em licença de caráter compulsório ou a vacância do cargo efetivo por aposentadoria ou falecimento do titular, caso não existam vagas abertas em concurso público.

1.3. O Processo seletivo será supervisionado e elaborado por uma Comissão de Processo Seletivo, nomeada por ato do Prefeito Municipal, podendo, dita comissão, contar com o auxílio técnico pedagógico de outros profissionais.

1.4. O processo seletivo será realizado através de prova escrita para os cargos abaixo, aos quais serão atribuídos pontos.

- Prova de títulos (formação e cursos) para Professores e Nutricionista e cursos na área para motorista, servente de merendeira e cozinheira.

- Para os cargos de cozinheira e motorista.

1.5. O prazo de validade do processo seletivo será de um ano, ou seja, de 05 de janeiro de 2015 a 20 de dezembro de 2015, período no qual poderá haver a contratação em caráter temporário caso haja necessidade e justificativa.

1.6. A aprovação no processo seletivo não cria direito à contratação, mas esta, quando se der, respeitará a ordem de classificação dos candidatos.

## 2. DOS ANEXOS

2.1. Serão parte integrante do presente edital os anexos

1. Conteúdo Programático comum para os cargos de professores.
2. Conteúdo Programático específico para os cargos de professores e vencimento por carga horária.
3. Conteúdo Programático para o cargo de nutricionista e vencimento por carga horária.
4. Conteúdo Programático para cargo de servente de limpeza.
5. Conteúdo Programático para cargo de servente de merendeira.
6. Conteúdo Programático para cargo de cozinheira.
7. Conteúdo Programático para cargo de motorista.
8. Conteúdo Programático para cargo de vigia.
9. Ficha de inscrição.
10. Atestado de tempo de serviço: Para todos os candidatos.
11. Critérios de avaliação da prova prática para motorista.
12. Critérios prova prática para cozinheira

## 3. DOS CANDIDATOS

3.1. Poderão se candidatar às vagas do Processo Seletivo, todos os cidadãos que preencham os seguintes requisitos:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado.
- b) Ter no mínimo 18 anos completos no ato da inscrição.
- c) Estar em gozo com os direitos políticos.
- d) Estar quite com as obrigações militares, se do sexo masculino.
- e) Atender as condições especiais prescritas para o preenchimento do cargo.

## 4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. A inscrição do candidato implicará conhecimento e a tácita aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se acham definidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.2. **As inscrições serão realizadas no auditório da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Curitiba entre os dias 15 a 30 de setembro do corrente ano das 13h15minh às 17h00min.**

4.3. As inscrições serão **gratuitas** e requeridas pelo próprio candidato ou procurador legalmente habilitado, com poderes especiais mediante o

preenchimento da ficha de inscrição, fornecida pela Comissão do Processo Seletivo que se encontra em anexo no edital.

## **5. DOS REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA A INSCRIÇÃO E VALIDAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**

5.1. A ficha de inscrição não será aceita sem que esteja corretamente preenchida ou apresente qualquer rasura ou emenda.

5.2. O candidato deverá apresentar na Secretaria Municipal de Educação os seguintes documentos, especificamente em envelope identificado com seu nome e o cargo pretendido:

1. 2 (duas) fotografias recentes tamanho 3X4;
2. Original e Fotocópia dos documentos pessoais (RG e CPF);
3. Original e Fotocópia comprovante de Residência;
4. Original e Fotocópia comprovante de votação da última eleição;
5. Original e Fotocópia Carteira Profissional – parte foto (frente e verso);
6. Original e Fotocópia cadastramento PIS/PASEP (consta na carteira profissional);
7. Original e Fotocópia Certidão de nascimento ou casamento;
8. Original e Fotocópia Certidão dos filhos;
9. Original e Fotocópia do certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;
10. Original e Fotocópia de antecedentes criminais dos últimos 5 (cinco) anos expedido pelo Fórum;
11. Telefone de contato e e-mail pessoal; (este item é obrigatório para contratação)
12. Original e Fotocópia do documento de comprovação da habilitação mínima exigida, conforme disposto no item 13.1 deste Edital;
13. Original e Fotocópia do documento de comprovação do nível de escolaridade, conforme disposto no item 13.1 deste Edital;
14. Original e fotocópia do documento de comprovação dos cursos de aperfeiçoamento e atualização, conforme disposto no item 21.4 deste Edital;
15. Original e Fotocópia dos cursos nas áreas afins, conforme indicado no disposto no item 20.4 deste Edital para cargos de cozinheira e auxiliar de cozinha;
16. Para os candidatos que ainda estiverem cursando o Magistério à inscrição será feita mediante comprovação de conclusão do 3º ano do Magistério no ano corrente da inscrição – 2014.

5.3. Os interessados para os cargos de Professor Nível I e II - Ensino Fundamental Séries Iniciais que tiverem interesse nas escolas de campo deverão indicar esta opção no ato da inscrição.

5.4. No ato da inscrição, o candidato receberá um cartão de identificação, sem a apresentação do qual não lhe será permitido fazer as provas.

5.5. A declaração falsa ou inexata de dados na ficha de inscrição, bem como a apresentação de documentos falsos ou graciosos, determinarão o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos decorrentes.

5.6. O pedido de inscrição significa a aceitação, por parte do candidato, de todas as disposições deste regulamento geral e do presente edital.

5.7. Os pedidos de inscrição serão recebidos pela Comissão de Processo Seletivo, cabendo ao seu presidente decidir sua aceitação.

**5.8. O candidato poderá se inscrever para 1 (uma) ou 2 (duas) áreas e 1 (uma) ou 2 (duas) disciplinas, devendo orientar-se pelas tabelas constantes no 13.1 deste Edital.**

5.9. O candidato deverá comprovar a habilitação mínima exigida na disciplina/área de inscrição pessoalmente na Secretaria Municipal de Educação. Rua Marcos Gonçalves de Farias, 427; Bairro São José, Curitiba - SC. De segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 8h00 min às 11h30 e das 13h15min às 17h00min, no período de 15 de setembro de 2013 até as 17h00min do dia 30 de setembro de 2014. Entregando documentos que comprove a habilitação mínima exigida conforme normas disposta no presente edital.

5.10. O candidato com formação superior deverá apresentar diploma de conclusão do curso, devidamente registrado no ato da inscrição.

5.11. O candidato que não apresentar no dia da inscrição o diploma de conclusão do curso só poderá se inscrever para a categoria de não habilitado.

5.12. Os candidatos para os cargos de professor serão classificados como:  
**Habilitados:** graduação específica na área que está se candidatando, ou nos casos, de Educação Infantil e Séries Iniciais: ter concluído o curso de Magistério.

**Não Habilitados:** não ter concluído a graduação, estar no 3º ano do Magistério ou se candidatar para uma área que não é da sua graduação.

## **6. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO E NORMAS PARA INSCRIÇÃO**

6.1. A inscrição deverá ser feita exclusivamente na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

6.2. É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida a Secretaria Municipal de Educação.

6.3. Ao inscrever-se, o candidato deverá, **obrigatoriamente**, preencher no Requerimento de Inscrição, em anexo, informações da área ou disciplina, orientando-se pelas tabelas constantes neste Edital.



6.4. Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

6.5. A inscrição do candidato implica no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Comissão do Processo Seletivo.

6.6. Após a efetivação da inscrição, não será aceito pedido de mudança de opção de disciplina, área.

6.7. As informações prestadas no Requerimento de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal. Reserva-se à Secretaria Municipal de Educação o direito de excluir do Processo Seletivo o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

6.8. No ato da inscrição é responsabilidade é responsabilidade do candidato fornecer as cópias da documentação. A equipe que realizará a inscrição não fornecerá em hipótese alguma cópias de documentos para a realização da inscrição.

6.9. O descumprimento das instruções para inscrição implicará na sua não-efetivação.

## **7. DA ASSINATURA NO REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO**

7.1. O candidato, ou seu representante legal, ao ASSINAR o Requerimento de Inscrição, indica que leu e que concorda, mesmo que tacitamente, com as normas do Edital e com as decisões que possam ser tomadas pela Comissão do Processo Seletivo nos casos omissos e não previstos.

7.2. Declara, ainda, preencher todos os requisitos mínimos exigidos para admissão, conforme previsto no item 5 deste Edital.

## **8. DA VALIDADE DA INSCRIÇÃO**

8.1. A inscrição somente será validada através da comprovação da habilitação mínima exigida prevista no item 13 deste Edital, dentro do prazo previsto para a entrega da documentação.

8.2. Para pontuação na Prova de Títulos e Tempo de Serviço, a validação ocorrerá com a comprovação dos documentos previstos nos itens 5.2 deste Edital, dentro do prazo previsto para a entrega da documentação.

8.3. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura mediante recomendação da Banca de Análise de Documentos poderá alterar a opção do candidato preenchida no requerimento de inscrição quanto à habilitação mínima exigida, de habilitado para não-habilitado, caso o documento apresentado não comprove a habilitação mínima exigida conforme normas do Edital.

## 9. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DA AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS ENCAMINHADOS

9.1. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura publicará no endereço eletrônico **www.curitibanos.sc.gov.br**, a partir do dia **07 de outubro de 2014**, o resultado preliminar da avaliação dos documentos encaminhados pelo candidato para a comprovação da habilitação mínima exigida e documentos para pontuação na prova de títulos e tempo de serviço.

9.2. Caso o nome do candidato não conste do resultado preliminar dos documentos encaminhados, este deverá interpor recurso **até às 17 horas do dia 10 de outubro de 2014**, via Secretaria Municipal de Educação e Cultura, fone (49) 3241-2616, solicitando a regularização da inscrição, com cópia do comprovante de entrega ou do envio da documentação exigida. Nesse requerimento deverá ser informado, obrigatoriamente, número de telefone e endereço eletrônico para contato.

9.3. A comissão verificará a regularidade da inscrição e, se comprovada, procederá à inclusão do candidato, comunicando-lhe via telefone e pelo endereço eletrônico.

9.4. Neste caso, é de responsabilidade exclusiva do candidato ou de seu representante legal verificar a regularidade de sua inscrição, via *on line*.

9.5. Após o resultado preliminar dos classificados para os cargos de **cozinheira e motorista**, haverá um edital de convocação para a prova prática, que acontecerá na última semana do mês de outubro, o qual estará disponível no site **www.curitibanos.sc.gov.br** e na Secretaria Municipal de Educação e Cultura com o nome dos classificados.

## 10. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

10.1. A homologação das inscrições será divulgada no dia **11 de outubro de 2014**, pela *internet* no endereço **www.curitibanos.sc.gov.br**.

## 11. ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

11.1. O processo seletivo, objeto deste Edital, constará de 3 (três) etapas:

1. **Prova escrita**, de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos para todos os cargos, ambas de caráter eliminatório e classificatório;
2. **Prova de títulos** (escolaridade, cursos de aperfeiçoamento ou atualização e tempo de serviço), de caráter classificatório.
3. **Prova prática** para cargos: cozinheira, servente de merendeira, servente de limpeza, motorista, de caráter eliminatório e classificatório.
- 4.

**12. DA CONFIRMAÇÃO DO DIA E LOCAL DE PROVA**

12.1. É responsabilidade exclusiva do candidato ou de seu representante legal informar-se sobre o local de realização da prova **a partir do dia que este edital foi publicado.**

**12.2. As provas serão realizadas no Núcleo Municipal Professora Tereza Lemos Preto, localizado nesta cidade na Rua Salomão Carneiro de Almeida, nº 1675, no dia 18 outubro de 2014, sábado, com início às 13h30min (quando os portões serão fechados) e término às 16:00 horas.**

12.3. A prova terá duração de 3 horas e 30 minutos. Os candidatos deverão chegar com 30 minutos de antecedência no local da prova.

12.4. Os três últimos candidatos que estiverem realizando a prova deverão permanecer na sala até o último candidato findar a prova, oportunidade em que terão que acompanhar e rubricar o fechamento dos envelopes com os gabaritos.

12.5. Após o início da prova o candidato deverá permanecer na sala pelo tempo mínimo de 30 minutos.

12.6. Nenhum candidato inscrito poderá levar o caderno de provas para casa.

12.7. As questões das provas e o gabarito preliminar estarão a disposição dos interessados a partir das 13h00min do dia 20 de outubro no site [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br)

**13. HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA PARA OS CARGOS DE PROFESSOR**

13.1. O código, as disciplinas e a respectiva habilitação mínima exigida são as constantes nas tabelas a seguir.

CÓDIGO	DISCIPLINA	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
115	<b>Professor Nível I e II Educação Infantil</b>	<b>Habilitado</b> – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia Séries Iniciais, ou Curso Normal Superior, ou Curso de Magistério Ensino Médio. <b>Não Habilitado</b> – Certidão de Frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia – Séries Iniciais ou Curso

		Normal Superior
116	<b>Professor Nível I e II – Ensino Fundamental Séries Iniciais, incluindo as escolas de Campo</b>	<p><b>Habilitado</b> – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia Séries Iniciais, ou Curso Normal Superior, ou Curso de Magistério Ensino Médio.</p> <p><b>Não Habilitado</b> – Certidão de Frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, Pedagogia – Séries Iniciais ou Curso Normal Superior</p>
117	<b>Professor Nível II – Ensino Fundamental – Artes</b>	<p><b>Habilitado</b> – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em Educação Artística ou de Licenciatura Plena em Artes.</p> <p><b>Não Habilitado</b> – Atestado de Matrícula da Instituição de Ensino Superior na área pretendida.</p>
118	<b>Professor de Inglês</b>	<p><b>Habilitado</b> – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em Letras – Inglês.</p> <p><b>Não Habilitado</b> – Atestado de Matrícula da Instituição de Ensino Superior na área pretendida.</p>
119	<b>Ciências/Biologia</b>	<p><b>Habilitado</b> – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em Ciências.</p> <p><b>Não Habilitado</b> – Atestado de Matrícula da Instituição de Ensino Superior na área pretendida.</p>
120	<b>Professor de Geografia</b>	<p><b>Habilitado</b> – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta verificar na LDB em Geografia.</p>



		<b>Não Habilitado</b> – Atestado de Matrícula da Instituição de Ensino Superior na área pretendida.
121	<b>Professor de História/Filosofia/Sociologia</b>	<b>Habilitado</b> – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em História. Licenciatura Plena ou Licenciatura Curta em Estudos Sociais, Licenciatura Plena ou Licenciatura Curta em Filosofia. <b>Não Habilitado</b> – Atestado de Matrícula da Instituição de Ensino Superior na área pretendida.
122	<b>Professor de Matemática</b>	<b>Habilitado</b> – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em Matemática. <b>Não Habilitado</b> – Atestado de Matrícula da Instituição de Ensino Superior na área pretendida.
123	<b>Professor de Física</b>	<b>Habilitado</b> – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Física. <b>Não Habilitado</b> – Atestado de Matrícula da Instituição de Ensino Superior na área pretendida.
124	<b>Professor de Química</b>	<b>Habilitado</b> – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Química. <b>Não Habilitado</b> – Atestado de Matrícula da Instituição de Ensino Superior na área pretendida.
125	<b>Professor de Língua Portuguesa</b>	<b>Habilitado</b> – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em Letras Portugueses. <b>Não Habilitado</b> – Atestado de Matrícula da Instituição de Ensino Superior na área pretendida.

126	<b>Intérprete de Libras( Língua Brasileira de Sinais)</b>	<p><b>Habilitado</b> - Diploma e/ou Histórico de Curso de Licenciatura Plena Letras, Pedagogia ou Educação Especial LIBRAS; Curso de Complementação Pedagógica em Educação Especial, ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Educação Especial, com habilitação em Deficiência Auditiva com mínimo de 120 (cento e vinte) horas.</p> <p><b>Não Habilitado</b> - Atestado de Matrícula da Instituição de Ensino Superior na área pretendida Educação Especial LIBRAS; Curso de Complementação Pedagógica em Educação Especial, ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Educação Especial, com habilitação em Deficiência Auditiva com mínimo de 120 (cento e vinte) horas.</p>
127	<b>Ensino Religioso</b>	<p><b>Habilitado</b> - Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Ciências da Religião - Licenciatura Plena em Ensino Religioso.</p> <p><b>Não Habilitado</b> - Atestado de Matrícula da Instituição de Ensino Superior na área pretendida.</p>
128	<b>Educação Especial – Segundo Professor</b>	<p><b>Habilitado</b> - Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – Educação Especial; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, com Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial ou em Curso de Complementação/Aprofundamento</p>

		em Educação Especial ou com Certificado de curso(s) de formação continuada em área(s) da Educação Especial com, no mínimo, 40(quarenta) horas; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso Normal Superior, com Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial ou em Curso de Complementação/Aprofundamento em Educação Especial, ou com Certificado de curso(s) de formação continuada em área(s) da Educação Especial com, no mínimo, 40(quarenta) horas.
129	<b>Professor de AEE – Atendimento Educativo Especializado</b>	<b>Habilitado</b> – Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – Educação Especial; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, com Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial ou em Curso de Complementação/Aprofundamento em Educação Especial ou com Certificado de curso(s) de formação continuada em área(s) da Educação Especial com, no mínimo, 40(quarenta) horas; ou Diploma e Histórico Escolar de Curso Normal Superior, com Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura em Educação Especial ou em Curso de Complementação/Aprofundamento em Educação Especial, ou com Certificado de curso(s) de formação continuada em área(s) da Educação Especial com, no mínimo,

		40(quarenta) horas.
<b>130</b>	<b>Educação Física</b>	<p><b>Habilitado</b> – Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena ou de Licenciatura Curta em Educação Física.</p> <p><b>Não Habilitado</b> – Atestado de Matrícula da Instituição de Ensino Superior na área pretendida.</p>
<b>131</b>	<b>Tecnologia Educacional e Informática</b>	<p><b>Habilitado</b> – Curso de Licenciatura Plena de Formação de Professores ou Complementação Pedagógica acrescido do Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior em Informática, Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Redes de Computadores, Manutenção de Computadores ou Tecnólogo em Informática, ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior em Licenciatura Plena com Ênfase em Tecnologia da Informação.</p> <p><b>Não Habilitado</b> – Atestado de Matrícula da Instituição de Ensino Superior na área pretendida.</p>

<b>CÓDIGO</b>	<b>CARGO</b>	<b>HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA</b>
<b>132</b>	<b>Servente de Limpeza</b>	- Portador de Certificado ou Histórico de Ensino Fundamental.
<b>133</b>	<b>Servente Merendeira</b>	- Portador de Certificado ou Histórico de Ensino Fundamental.
<b>134</b>	<b>Cozinheira</b>	- Portador de Certificado ou Histórico de Ensino Fundamental. - Experiência na área e cursos de aperfeiçoamento.
<b>135</b>	<b>Motorista III</b>	- Portador de Certificado ou Histórico de Ensino Fundamental. - Carteira de Motorista Categoria D. - Curso de Transporte Escolar.
<b>136</b>	<b>Vigia</b>	- Portador de Certificado ou Histórico de



		Ensino Fundamental.
<b>138</b>	<b>Nutricionista</b>	- Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior com Registro no respectivo órgão fiscalizador competente

#### **14. DA JORNADA DE TRABALHO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

14.1. O regime de trabalho para o cargo de Professor Admitido em Caráter Temporário, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Segundo Professor, corresponde à carga horária de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) e 40 (quarenta) horas semanais; conforme a carga horária curricular das áreas de ensino/disciplinas.

#### **15. DOS REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS PARA ADMISSÃO**

15.1 Na inscrição o candidato declarará, sob as penas da Lei:

1. Ter nacionalidade brasileira;
2. Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também com as obrigações do serviço militar;
3. Gozar de boa saúde, condição esta que será comprovada quando do processo de admissão através de atestado médico (médico do trabalho ou clínico geral) confirmando a capacidade física e mental para o exercício do cargo que o candidato realizou o processo seletivo, expedido há no máximo 30 (trinta) dias;
4. Não ter sofrido, nos últimos 3 (três) anos, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público por justa causa, fato a ser comprovado no ato de admissão;
5. Não ter sido dispensado em Processo Seletivo anterior, nos últimos 3 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar, e/ou por abandono ao serviço sem justificativa, quando decorridos mais de três dias consecutivos ou cinco dias intercalados de ausência;
6. Não ter antecedentes criminais, achando-se em pleno exercício de seus direitos civil e político, a ser comprovado no ato de admissão através de certidão de antecedentes criminais, dos últimos 5 (cinco) anos, a ser expedido pelo Fórum; documentos exigidos;
7. Possuir a escolaridade exigida na forma deste edital e estar legalmente habilitado para o exercício do cargo;
8. Ter idade mínima de 18 (anos) a completar na data de Inscrição;

9. Ter informado corretamente no ato da inscrição telefone e e-mail para contato.

## 16. DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO

16.1. Para coordenar todas as etapas do processo seletivo, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, será nomeada uma Comissão de Processo Seletivo composta de até 06 (seis) membros indicados pelo Chefe do Poder Executivo.

16.2 A juízo do Prefeito Municipal, poderão os processos seletivos serem realizados e/ou assessorados por pessoa ou órgão estranho a Prefeitura mediante contrato.

## 17. DAS NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA E DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

17.1. O candidato somente terá acesso às salas de realização da prova escrita mediante a apresentação de um dos Documentos de Identidade Oficial com foto, original ou fotocópia junto com o comprovante de inscrição.

17.2. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

17.3. Para fins de acesso à sala de realização da prova, **somente será aceito como Documento de Identidade Oficial o original ou a fotocópia da carteira de identidade** expedida pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo com foto); Carteira de Identidade fornecida por Órgãos Competentes; Passaporte e Carteira de Trabalho.

17.4. Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins: Protocolo de segunda via; Certidão de Nascimento; Título Eleitoral; Carteira Nacional de Habilitação (emitida antes da Lei n.º 9.503/97); Carteira de Estudante; Crachás e Identidade Funcional de natureza pública ou privada.

17.5. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial há no máximo 30 (trinta) dias (**datado a partir de 08 de outubro de 2014**).

## 18. DO MATERIAL PERMITIDO

18.1. Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, com tinta azul ou preta, lápis ou lapiseira e borracha.

18.2. O candidato que, durante a realização da prova escrita, for encontrado de posse, de qualquer tipo de relógio, telefone celular, *pager*, *beep*, calculadora, controle remoto, alarme de carro ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo. Também não será permitido a nenhum candidato o porte de qualquer arma.

18.3. Durante a realização das provas será vedado, também, o uso de carteiras, bolsas, bonés, chapéus e similares, livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, etc.

18.4. Não haverá funcionamento de guarda-volumes nos locais de realização da prova escrita e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura não se responsabiliza por perda ou extravio de objetos e documentos durante o Processo Seletivo, nem por danos neles causados.

## **19.DA SAÍDA DA SALA**

19.1. O candidato não poderá entregar seu material de prova ou retirar-se da sala de realização das provas antes de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início.

19.2. O candidato que necessitar ausentar-se da sala de provas durante sua realização somente poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal.

19.3. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de provas.

19.4. O candidato não poderá ausentar-se da sala de provas, a qualquer tempo, portando o caderno de provas e cartão-resposta.

19.5. Ao terminar as provas, o candidato entregará ao fiscal da sala o caderno de prova e cartão-resposta devidamente preenchido e assinado com caneta esferográfica, com tinta azul ou preta.

19.6. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de provas somente poderão retirar-se da sala simultaneamente.

## **20.DAS PROVAS E DOS TÍTULOS**

20.1. As provas terão 20 questões de múltipla escolha com conteúdo de conhecimentos gerais e específicos no desempenho do cargo a que se refere a vaga, para os candidatos com Nível Superior. Exceto cargo de Nutricionista, a prova terá 15 questões.

20.2. As provas, preparadas segundo o disposto no item 20.4, terão 10 questões de múltipla escolha com conteúdo de conhecimentos gerais e específicos no desempenho do cargo a que se refere a vaga, para os candidatos a partir do Ensino Fundamental.

20.3. As provas objetivas terão caráter eliminatório e serão ministradas para cada cargo, tendo como os conteúdos programáticos constante dos anexos.

20.4. Durante a realização da prova, não será permitido ao candidato, sob pena de ficar excluído do processo seletivo:

a) Comunicar-se com os demais candidatos, ou pessoas estranhas ao processo seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos.

b) Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal.

c) Uso de qualquer aparelho eletrônico ou similar como calculadora, celular, fones de ouvido e outros.

20.5. O gabarito deverá ser identificado no ato com o cargo(s), nome do candidato e assinatura. A assinatura do candidato também será lançada em folha de presença.

As folhas de identificação depois de colocadas em sobrecarta fechada e rubricada ficarão sob a guarda do Presidente do Processo Seletivo. Somente após a homologação serão identificados, em ato público, os aprovados e anunciados por edital.

20.6. Para participar da Prova de Títulos e Tempo de Serviço o candidato deverá entregar pessoalmente à **Secretaria Municipal de Educação. Rua Marcos Gonçalves de Farias, 427; Bairro São José, Curitibaanos –SC.** A partir da inscrição até a data limite de **30 de setembro de 2014 envelope identificado**, contendo todos os documentos exigidos em ordem constantes dos itens 5.2 e anexos deste Edital, em dias úteis, das 8h às 11h45min e das 13h30min às 17h.

20.7. A Prova de Títulos e Tempo de Serviço será a soma dos pontos obtidos na avaliação do nível de escolaridade e avaliação dos cursos de aperfeiçoamento ou atualização e da avaliação do tempo de serviço e terá valor máximo de 62,5 pontos. Sendo a pontuação máxima, para títulos: 40 pontos, cursos: 10 pontos e tempo de serviço: 12,5 pontos.

20.8. É responsabilidade do candidato a entrega dos documentos da Prova de Títulos e Tempo de Serviço conforme normas previstas neste Edital.

20.9 Os documentos que não estiverem de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital, ainda que entregues, não serão considerados.

20.10. Os comprovantes dos títulos e tempo de serviço não serão devolvidos ao candidato nem serão fornecidas cópias desses títulos. Por esse motivo, não devem ser entregues ou encaminhados documentos originais, com exceção das certidões.

20.11. Não serão aceitos títulos encaminhados por qualquer outro meio a não ser o descrito neste edital.

20.12. A constatação de qualquer irregularidade ou falsidade de documento apresentado na Prova de Títulos e Tempo de Serviço implicará na imediata desclassificação do candidato sem prejuízo das sanções legais.

20.13. Não serão considerados, para efeito de pontuação os documentos ilegíveis, bem como os emitidos via fax, páginas eletrônicas ou outras formas não previstas neste edital.

20.14. A escolha dos títulos a serem encaminhados é de inteira responsabilidade do candidato. À Banca Avaliadora cabe apenas avaliar os títulos relacionados e encaminhados pelo candidato.

20.15. Concluído o prazo estabelecido para entrega dos títulos, não serão aceitos acréscimos de outros documentos. Por ocasião dos recursos, podem ser encaminhados somente documentos que sirvam para esclarecer dados de documentos apresentados ou encaminhados no período determinado para a entrega dos títulos.

20.16. A **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, mediante recomendação da Banca de Análise de Documentos, poderá alterar a opção do candidato preenchida no requerimento de inscrição, quanto ao nível de escolaridade caso o documento apresentado não comprove a escolaridade mínima exigida conforme normas do Edital.

## **21. DA AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO**

21.1 O valor máximo da avaliação do nível de escolaridade é de 40 (quarenta) pontos.

21.2. A avaliação do nível de escolaridade será feita através dos certificados ou diplomas de curso de pós graduação na área da educação ou para o mercado de trabalho, ou na área a que concorre, em nível de: Doutorado, Mestrado ou Especialização, na área de formação específica da disciplina para a qual o candidato se inscreveu obedecido à tabela de pontos abaixo:

**21.3. Será considerado para efeitos de pontuação na composição da média final o Título de Maior Valor:**

### **PARA OS CARGOS DE PROFESSORES**

<b>TÍTULO</b>	<b>PONTOS</b>
Conclusão de <b>Doutorado</b> na área da educação.	<b>40</b>
Conclusão de <b>Mestrado</b> na área da educação,	<b>30</b>
Conclusão de curso de <b>pós-graduação</b> , em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, com apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso que tenha sido aprovado, na área da educação.	<b>25</b>
Conclusão de curso de <b>graduação Licenciatura Plena</b> na disciplina específica do cargo pretendido	



	<b>20</b>
Conclusão de curso de <b>graduação Bacharelado com curso emergencial de Licenciatura Plena de Formação de Professores ou, complementação pedagógica, na disciplina/área específica</b> do cargo pretendido	<b>15</b>
Conclusão de curso de graduação <b>Licenciatura Curta</b> na disciplina específica do cargo pretendido	<b>15</b>
<b>Conclusão de curso de Magistério</b> Ensino Médio somente para quem optou pela disciplina de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação Infantil ou Segundo Professor.	<b>12</b>
8ª fase do curso de Licenciatura.	<b>11</b>
7ª fase do curso de Licenciatura.	<b>10</b>
6ª fase do curso de Licenciatura	<b>09</b>
5ª fase do curso de Licenciatura.	<b>08</b>
4ª fase do curso de Licenciatura.	<b>07</b>
3ª fase e Certidão de frequência em curso de curso de Magistério, no mínimo no 3º ano.	<b>06</b>
2ª fase do curso de Licenciatura.	<b>05</b>
1ª fase concluída do curso de Licenciatura.	<b>04</b>

#### PARA OS CARGOS NUTRICIONISTA

<b>TÍTULO</b>	<b>PONTOS</b>
Conclusão de Doutorado na área de formação.	<b>40</b>
Conclusão de Mestrado na área de formação.	<b>30</b>
Conclusão de curso de pós-graduação, em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, com apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso que tenha sido aprovado, na área da educação.	<b>25</b>
Conclusão de curso de pós-graduação, em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, com apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso que tenha sido aprovado, na área de formação.	<b>20</b>
Conclusão de curso de graduação Licenciatura Plena na disciplina específica do cargo pretendido.	<b>15</b>
Conclusão de curso de graduação Licenciatura Curta na disciplina específica do cargo pretendido	<b>10</b>

## 21.4. Pontuação dos cursos de aperfeiçoamento:

<b>CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU ATUALIZAÇÃO REALIZADO NOS ÚLTIMOS 2 ANOS (SETEMBRO 2012 A SETEMBRO DE 2014)</b>	<b>TABELA DE PONTOS</b>	<b>PONTOS</b>
Diplomas ou certificados de conclusão de curso de aperfeiçoamento ou atualização na área da educação ou de ensino: planejamento, avaliação, Projeto Pedagógico, Educação para Diversidade, Métodos e Práticas de Ensino, Temas Transversais, Educação em Direitos Humanos, ou na área a que concorre, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas.	1 (um) ponto para cada 40 (quarenta) horas de curso, limitando-se a 400 (quatrocentas) horas no máximo.	<b>10</b>
Certificados, atestados ou declarações, de participação, como ministrante, ouvinte, em cursos, seminários, simpósios, congressos e outros na área da Educação, Temas Transversais, ou na área a que concorre, com carga horária mínima de 10 (dez) horas.	1 (um) ponto para cada 40 (quarenta) horas de curso, limitando-se a 400 (quatrocentas) horas no máximo.	<b>10</b>

<b>CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU ATUALIZAÇÃO PARA COZINHEIRA E AUXILIAR DE COZINHA E MOTORISTA</b>	<b>TABELA DE PONTOS</b>	<b>PONTOS</b>
Experiência Profissional específica na área de interesse.	0,5 (meio) ponto para cada ano trabalhado	0,5
Certificado de Cursos de Aperfeiçoamento na área de interesse.	1 (um) ponto para cada 40 (quarenta) horas de curso, limitando-se a 400 (quatrocentas) horas no máximo.	<b>10</b>

21.5. Os candidatos para o cargo de motorista deverão obrigatoriamente apresentar curso de transporte escolar e carteira de habilitação D no momento da inscrição. Caso o candidato não apresente um destes itens será desclassificado.

21.6. Os comprovantes dos itens acima listados deverão ser apresentados e deverão guardar direta relação com as atribuições dos cargos no processo seletivo para efeitos de pontuação.

## 22. DA AVALIAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO

22.1. O valor máximo da avaliação do tempo de serviço é de 12,5 (doze inteiros e cinco décimos) pontos.

22.2. A avaliação do tempo de serviço será feita através de atestado de tempo de serviço na rede municipal, estadual, federal, particular de Santa Catarina e de outros estados, e obterá a pontuação de 0,25 (vinte e cinco centésimos de ponto) para cada 06 (seis) meses completos de tempo de serviço, limitando-se a 25 (vinte e cinco) anos no máximo.

22.3. O candidato deverá apresentar original da certidão ou atestado de tempo de serviço que informe o período, com início e fim, conforme Modelo em anexo.

22.4. O tempo de serviço será válido até a data de **01 de setembro de 2014.**

22.5. Não será considerado o tempo de serviço computado para efeito de aposentadoria.

22.6. Para efeito de pontuação relativa ao título de tempo de serviço no magistério o atestado/certidão emitido deverá conter o nome do órgão por extenso, não se aceitando abreviaturas.

22.7. Para efeito de pontuação relativa ao título de tempo de serviço não será considerada fração de ano nem sobreposição de tempo nos documentos apresentados, em tempo de serviço que coincidirem mesmo que em instituições diferentes, será contabilizado apenas o de maior valor

22.8. Não será computado também, o título de tempo de serviço no magistério, o tempo de estágio, de monitoria e de bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário exercido na condição de estudante.

TEMPO DE SERVIÇO PARA TODOS OS CARGOS	TABELA DE PONTOS	MÁXIMO DE PONTOS
Experiência Profissional específica na área de interesse	0,5 (meio) ponto para cada ano trabalhado	12,5

22.9. Nos cargos **cozinheira e motorista** os candidatos deverão ser submetidos a uma prova prática que será realizada na Secretaria de Educação localizada na **Rua Marcos Gonçalves de Farias, 427; Bairro São José, Curitibaanos –SC**. A prova prática para motorista será no dia 27/10/2014 às 08 horas e 30 minutos. A prova prática para cozinheira será entre os dias 27 a 31/10/2014, o cronograma e horário será divulgado posteriormente em edital. Os critérios de avaliação seguem em anexo presente edital.

22.10. Não haverá segunda chamada para nenhuma das provas, importando a ausência do candidato, por qualquer motivo, inclusive moléstia ou atraso, na sua eliminação do processo seletivo.

### **23. DO CADERNO DE QUESTÕES E DO CARTÃO-RESPOSTA**

23.1. Para a realização das provas, o candidato receberá o caderno de questões e o cartão-resposta personalizado.

23.2. O candidato deverá localizar no caderno as questões responder e transcrever as respostas para o cartão-resposta.

23.3. Distribuídos os cadernos de questões aos candidatos e, na hipótese de verificarem-se falhas de impressão, o Coordenador, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

- a. Substituir os cadernos de questões com defeito;
- b. Caso não haja número suficiente de cadernos para a devida substituição, procederá à leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo;
- c. Se a ocorrência for verificada após o início da prova, o Coordenador da Sala, depois de ouvida a Comissão do Processo Seletivo, estabelecerá prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno.

24.4. A avaliação das provas far-se-á, exclusivamente, por meio de cartão-resposta, o que anula qualquer outra forma de avaliação.

23.5. O preenchimento do cartão-resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções dele constantes. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta em caso de marcação errada ou rasura.

23.6. O candidato será o único responsável pelos prejuízos advindos de marcações incorretas no cartão resposta.

23.7. No cartão-resposta o candidato deverá assinar no campo apropriado e preencher com X a letra que representa a questão utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

23.8. Não será computada questão com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que contenha mais de uma resposta, mesmo que uma delas esteja correta.

23.9. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, vez que qualquer marca poderá ser identificada pela comissão que irá corrigir, prejudicando o desempenho do candidato.

23.10. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura reserva-se o direito de manter os cartões-resposta e cadernos de questões das provas por um período de 120 (cento e vinte) dias a contar da divulgação do resultado do Processo Seletivo. Após este período o material será destruído.

## **24. DAS QUESTÕES DA PROVA ESCRITA E DO JULGAMENTO**

24.1. O julgamento das provas será feito na forma deste regulamento.

**24.2. As provas para cargos de Nível Superior** conterão 20 questões objetivas que serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 10 (dez).

24.3. As provas para os cargos de professor serão compostas por: 7 de atualidades e 8 de conhecimentos na área educacional e 5 questões de conhecimentos específicos na área. Questões de atualidades e conhecimentos na área educacional terão peso 01 e questões de conhecimento específico peso 03;

24.4. Prova para cargo de nutricionista terá 07 questões de atualidade e 06 de conhecimentos específicos. Peso 01 para questões de atualidade e peso 02 para questões de conhecimento específico.

**24.5. As provas para cargos de Ensino Fundamental** conterão 10 questões objetivas que serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 10 (dez) onde **cada questão valerá 01 (um) ponto**.

24.6. Estas provas serão compostas por 05 questões de conhecimentos gerais e 05 questões de conhecimentos específicos.

24.7. A nota final no processo seletivo para efeitos de classificação será o somatório da prova objetiva com a dos itens efetivamente comprovados referidos no item 5.2 e na prova prática.

24.8. Serão desclassificados os candidatos que não obtiverem nota igual ou superior a 03 (três) na prova objetiva.

24.9. Os itens estabelecidos no item 21 (títulos, cursos e experiência profissional) serão pontuados conforme a tabela descrita no mesmo artigo:

24.10. Será considerado como mês trabalhado para efeitos do cômputo do tempo de serviço do 10º (décimo) dia trabalhado em diante, sendo que a comprovação do período se dará através de anotação na CTPS ou atestado de tempo de serviço firmado pelo empregador.

## **25. DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO**

25.1. Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados por área, pela disciplina e pela habilitação mínima exigida, de acordo com a sua inscrição no Processo Seletivo, segundo a ordem decrescente de pontuação final, conforme a seguinte fórmula:



**PONTUAÇÃO FINAL PROFESSORES, NUTRICIONISTAS, PSICÓLOGOS =**

**PONTOS DA PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS) + (PONTOS DA PROVA DE TÍTULO) + (TEMPO DE SERVIÇO)**

**PONTUAÇÃO FINAL OUTROS CARGOS=**

**PONTOS DA PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS) + (PONTOS DA PROVA DE TÍTULO) + (TEMPO DE SERVIÇO) + + PROVAS PRÁTICAS (cozinheira e motorista)**

25.2. Em caso de empate na pontuação final do Processo Seletivo, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) tiver a maior idade, até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo;
- b) obtiver o maior número de acertos na prova de conhecimentos gerais e específicos;
- c) obtiver o maior número de acertos na prova de títulos;

ATENÇÃO: Persistindo o empate, terá preferência o candidato mais velho;

## **26. DO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO**

26.1. A relação preliminar dos candidatos classificados será divulgada no site **www.curitibanos.sc.gov.br**. A partir do dia **17 de novembro de 2014**.

## **27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

27.1. Compete ao Prefeito Municipal a homologação dos resultados do processo seletivo a vista do resultado apresentado pela Comissão Executora de Processo Seletivo, dentro de no máximo 10 (dez) dias, contados da publicação do resultado final.

27.2. A contratação do aprovado será feita quando houver necessidade da administração e obedecerá a ordem rigorosa da classificação que ficará disponível no site do Município.

27.3. Os candidatos serão comunicados através de telefone e e-mail, que deverá ser respondido pelo mesmo, por isso devem ter seu cadastro atualizado.

27.4. Em caso de empate, terá preferência o candidato que obtiver a maior nota na prova escrita e persistindo o empate, o que tiver maior idade.

## **28.DOS RECURSOS**

28.1. Aos candidatos serão assegurados meios amplos de recursos, nas fases de homologação das inscrições, divulgação do gabarito e divulgação do resultado final do processo seletivo.

28.2. A impugnação ao Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão no prazo de 02 (dois) dias, contados da data da publicação do mesmo, mediante requerimento a Comissão de Processo Seletivo.

28.3. Os demais recursos deverão conter nome do candidato recorrente, número de inscrição, endereço completo para correspondência, assinatura do mesmo, sua fundamentação e será dirigido a Comissão de Processo Seletivo no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, excluído o dia da publicação: do indeferimento da inscrição; da divulgação do gabarito e da homologação do resultado final.

28.4. Os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente. Findo o prazo para recurso, o processo seletivo será homologado pelo Prefeito Municipal. As publicações para efeito de contagem de prazo recursal se darão através do mural afixado na Prefeitura e página do município na internet

28.5. Na hipótese de anulação de questão, a mesma será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

28.6. Caberá à Secretaria Municipal de Educação, mediante recomendação da Banca Elaboradora, anular questões das provas, quando for o caso. A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

## **29.DA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO**

29.1. Motivará a eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Processo Seletivo, aos comunicados, às instruções ao candidato ou às instruções constantes do caderno de questões.

29.2. Será eliminado do processo seletivo o candidato que:

1. Apresentar-se após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
2. Não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;

3. Não apresentar documento que bem o identifique, de acordo com o item 5.2 deste Edital;
4. Negar-se a realizar a prova;
5. Ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal ou antes de decorrido trinta (30) minutos do início da prova;
6. Fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia da prova;
7. Ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o caderno de questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
8. Estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
9. Utilizar-se de meios ilícitos para a execução das provas;
10. Não devolver integralmente o material recebido;
11. For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outros candidatos, fazendo qualquer espécie de consulta em livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, ou utilizando máquina calculadora;
12. Estiver fazendo uso ou for encontrado de posse de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (*bip*, *pager*, telefone celular, relógios digitais, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, calculadora, controle remoto, alarme de carro) ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos em funcionamento ou não, bem como protetores auriculares;
13. Tratar incorretamente ou agir com descortesia em relação a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como aos Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

### **30. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 30.1. A ordem de classificação e as chamadas dos candidatos se darão através da página do Município na internet e serão afixadas no mural da Prefeitura.
- 30.2. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 05 de setembro de 2014.

**José Antônio Guidi**  
**Prefeito Municipal**

*Amaury Silva*  
*Secretário de Administração*

**ANEXOS**

1. Conteúdo Programático comum para os cargos de professores.
2. Conteúdo Programático específico para os cargos de professores e vencimento por carga horária.
3. Conteúdo Programático para o cargo de nutricionista e vencimento por carga horária.
4. Conteúdo Programático para cargo de servente de limpeza
5. Conteúdo Programático para cargo de servente de merendeira
6. Conteúdo Programático para cargo de cozinheira
7. Conteúdo Programático para cargo de motorista
8. Conteúdo Programático para cargo de vigia
9. Ficha de inscrição
10. Atestado de tempo de serviço: Para todos os candidatos.
11. Critérios de avaliação da prova prática cozinheira e motorista

**ANEXO 1****CONTEÚDOS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR**

As disciplinas e os respectivos conteúdos para as provas são os descritos nas tabelas a seguir.

<b>CONTEÚDO COMUM PARA OS CARGOS DE PROFESSOR</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira 9394/96.</li> <li>2. Tendências Pedagógicas da Educação (Liberais e Progressistas).</li> <li>3. Psicologia Genética (Piaget).</li> <li>4. Teoria Sócio-construtivista (Vygotsky).</li> <li>5. Henri Wallon – O desenvolvimento infantil.</li> <li>6. A Psicogênese da Escrita.</li> <li>7. O Projeto Político Pedagógico da Escola.</li> <li>8. Educação Contextualizada sob a Perspectiva da Educação para Convivência com o semi-árido.</li> <li>9. Parâmetros Curriculares Nacionais (séries iniciais).</li> <li>10. Prática Educativa Interdisciplinar e Transdisciplinar.</li> <li>11. A Literatura Infantil na Escola.</li> <li>12. Educação e Ludicidade.</li> <li>13. Educação Inclusiva (aspectos étnicos, culturais e raciais).</li> <li>14. Educação Inclusiva sob a perspectiva da Educação Especial.</li> <li>15. Avaliação Escolar sob uma perspectiva construtivista.</li> <li>16. Pedagogia Libertadora (Paulo Freire).</li> <li>17. Tecnologias, Informática e Educação.</li> <li>18. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.</li> </ol>

**ANEXO 2**

**Conteúdos programáticos específicos para cada cargo de professor e vencimento salarial**

<b>CÓDIGO: 115</b> <b>DISCIPLINA: Educação Infantil</b>	<b>VENCIMENTOS</b> <b>HORAS SEMANAIS</b>
<b>CONTEÚDOS ESPECÍFICOS</b>  Legislação: Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Direitos e Garantias	R\$ 1.697,00 <b>Nível I</b> 40 horas semanais



<p>Fundamentais - Art. 5º a 11; Da nacionalidade - Art. 12 e 13. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41; Da Organização dos Poderes - Art. 59 a 83; Da Ordem social - Art. 205 a 232).</p> <p>- Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e alterações. Lei de Improbidade Administrativa.</p> <p>- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.</p> <p>- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.</p>	<p>R\$ 2.059,70</p> <p><b>Nível II</b></p> <p>40 horas semanais</p> <p>R\$ 2.247,04</p> <p><b>Nível III</b></p> <p>40 horas semanais</p> <p><b>+ 10% de regência</b></p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>CÓDIGO: 116</b></p> <p><b>DISCIPLINA: Ensino Fundamental Séries Iniciais, incluindo as escolas de Campo</b></p>	<p><b>VENCIMENTOS</b></p> <p><b>HORAS</b></p> <p><b>SEMANAIS</b></p>
<p><b>CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:</b></p> <p>Legislação:</p> <p>Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 11; Da nacionalidade - Art. 12 e 13. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41; Da Organização dos Poderes - Art. 59 a 83; Da Ordem social - Art. 205 a 232).</p> <p>- Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e alterações. Lei de Improbidade Administrativa.</p> <p>- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.</p> <p>- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.</p>	<p><b>20 horas semanais</b></p> <p>Nível I – R\$ 848,50</p> <p>Nível II – R\$ 1.029,85</p> <p>Nível II – R\$ 1.123,52</p> <p><b>40 horas semanais</b></p> <p>Nível I – R\$ 1.697,00</p> <p>Nível II – R\$ 2.059,68</p> <p>Nível III – R\$ 2.247,04</p> <p><b>+ 20% de regência</b></p>

<p><b>CÓDIGO: 117</b></p> <p><b>DISCIPLINA: Artes</b></p>	<p><b>VENCIMENTOS</b></p> <p><b>HORAS</b></p> <p><b>SEMANAIS</b></p>
<p><b>CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:</b></p> <p>História das Artes: movimentos artísticos. O Teatro e a Educação. Didática do Ensino de Artes: A linguagem artística; Produção de</p>	<p><b>10 horas</b></p> <p>Nível I – R\$ 424,25</p> <p>Nível II – R\$ 514,92</p> <p>Nível III – R\$ 561,76</p> <p><b>20 horas semanais</b></p> <p>Nível I – R\$ 848,50</p>

<p>Artes; Aprendizagem Artística; Metodologia de ensino e aprendizagem em Artes. Música e Educação. Dança e Educação. O ensino de Artes e o cotidiano escolar contemporâneo. Cidadania. Parâmetros Curriculares Nacionais.</p>	<p>Nível II – R\$ 1.029,85 Nível II – R\$ 1.123,52</p> <p><b>30 horas semanais</b> Nível I – R\$ 1.272,72 Nível II – R\$ 1.544,76 Nível III – R\$ 1.685,28</p> <p><b>40 horas semanais</b> Nível I – R\$ 1.697,00 Nível II – R\$ 2.059,68 Nível III – R\$ 2.247,04</p> <p><b>+ 10% de regência de classe</b></p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>CÓDIGO: 118</b> <b>DISCIPLINA: Inglês</b></p>	<p><b>VENCIMENTOS</b> <b>HORAS</b> <b>SEMANAIS</b></p>
<p><b>CONTEÚDO ESPECÍFICO:</b></p> <p>Língua estrangeira: instrumento de acesso a outras culturas; Leitura e escrita: prioridade no ensino da língua estrangeira; Relações contextuais: fala e escuta, leitura e escrita; Construção e reconstrução de frases, parágrafos e textos; Interpretação de textos.</p>	<p><b>10 horas</b> Nível I – R\$ 424,25 Nível II – R\$ 514,92 Nível III – R\$ 561,76</p> <p><b>20 horas semanais</b> Nível I – R\$ 848,50 Nível II – R\$ 1.029,85 Nível II – R\$ 1.123,52</p> <p><b>30 horas semanais</b> Nível I – R\$ 1.272,72 Nível II – R\$ 1.544,76 Nível III – R\$ 1.685,28</p> <p><b>40 horas semanais</b> Nível I – R\$ 1.697,00 Nível II – R\$ 2.059,68 Nível III – R\$ 2.247,04</p>

	<b>+ 10% de regência de classe</b>
--	------------------------------------

<b>CÓDIGO: 119</b> <b>DISCIPLINA: Ciências</b>	<b>VENCIMENTOS</b> <b>HORAS</b> <b>SEMANAIS</b>
<p align="center"><b>CONTEÚDO ESPECÍFICO:</b></p> <p>Concepção de Ciências e Ensino de Ciências; Práticas pedagógicas para o Ensino de Ciências; Alfabetismo e novo conceito no ensino de ciências; Avaliação no Ensino de Ciências; História do Ensino de Ciências no Brasil; Ciências como produção humana;</p> <p>Conceitos específicos da área: ecossistema; sustentabilidade; biodiversidade; natureza/ambiente/ecologia; tecnologia/nanotecnologia/biotecnologia; Bioética; A ciência e a ferramenta das mídias tecnológicas; Noções de legislação ambiental; Princípios de educação ambiental; Questões ambientais atuais (aquecimento global, água, efeito estufa, resíduos sólidos);</p>	<p><b>10 horas</b> Nível I – R\$ 424,25 Nível II – R\$ 514,92 Nível III – R\$ 561,76</p> <p><b>20 horas semanais</b> Nível I – R\$ 848,50 Nível II – R\$ 1.029,85 Nível II – R\$ 1.123,52</p> <p><b>30 horas semanais</b> Nível I – R\$ 1.272,72 Nível II – R\$ 1.544,76 Nível III – R\$ 1.685,28</p> <p><b>40 horas semanais</b> Nível I – R\$ 1.697,00 Nível II – R\$ 2.059,68 Nível III – R\$ 2.247,04</p> <p><b>+ 10% de regência de classe</b></p>

<b>CÓDIGO: 120</b> <b>DISCIPLINA: Biologia</b>	<b>VENCIMENTOS</b> <b>HORAS</b> <b>SEMANAIS</b>
<p align="center"><b>CONTEÚDO ESPECÍFICO</b></p> <p>Concepção de Ciências e Ensino de Ciências; Práticas pedagógicas para o Ensino de Ciências; Alfabetismo e novo conceito no ensino de ciências; Avaliação no Ensino de Ciências; História do Ensino de</p>	<p><b>10 horas</b> Nível I – R\$ 424,25 Nível II – R\$ 514,92 Nível III – R\$ 561,76</p> <p><b>20 horas semanais</b></p>

<p>Ciências no Brasil; Ciências como produção humana; Conceitos específicos da área: ecossistema; sustentabilidade; biodiversidade; natureza/ambiente/ecologia; tecnologia/nanotecnologia /biotecnologia; Bioética; A ciência e a ferramenta das mídias tecnológicas; Noções de legislação ambiental; Princípios de educação ambiental; Questões ambientais atuais (aquecimento global, água, efeito estufa, resíduos sólidos);</p>	<p>Nível I – R\$ 848,50 Nível II – R\$ 1.029,85 Nível II – R\$ 1.123,52</p> <p><b>30 horas semanais</b> Nível I – R\$ 1.272,72 Nível II – R\$ 1.544,76 Nível III – R\$ 1.685,28</p> <p><b>40 horas semanais</b> Nível I – R\$ 1.697,00 Nível II – R\$ 2.059,68 Nível III – R\$ 2.247,04</p> <p><b>+ 10% de regência de classe</b></p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>CÓDIGO: 121</b> <b>DISCIPLINA: Geografia</b></p>	<p><b>VENCIMENTOS</b> <b>HORAS</b> <b>SEMANAIS</b></p>
<p><b>CONTEÚDO ESPECÍFICO:</b></p> <p>A história do pensamento geográfico; Objeto e método da ciência geográfica; Geografia Regional de Santa Catarina; Geografia Regional do Brasil; Geografia Regional do Mundo Contemporâneo; O ensino de Geografia; Os conceitos da geografia; Didática e metodologia de Geografia; O ensino de Geografia e a Cartografia; Objeto de ensino da Geografia; Diretrizes curriculares para o ensino de Geografia.</p>	<p><b>10 horas</b> Nível I – R\$ 424,25 Nível II – R\$ 514,92 Nível III – R\$ 561,76</p> <p><b>20 horas semanais</b> Nível I – R\$ 848,50 Nível II – R\$ 1.029,85 Nível II – R\$ 1.123,52</p> <p><b>30 horas semanais</b> Nível I – R\$ 1.272,72 Nível II – R\$ 1.544,76 Nível III – R\$ 1.685,28</p> <p><b>40 horas semanais</b> Nível I – R\$ 1.697,00 Nível II – R\$ 2.059,68</p>

	<p>Nível III – R\$ 2.247,04</p> <p><b>+ 10% de regência de classe</b></p>
--	---------------------------------------------------------------------------

<p><b>CÓDIGO: 122</b> <b>DISCIPLINA: História</b></p>	<p><b>VENCIMENTOS HORAS SEMANAIS</b></p>
<p><b>CONTEÚDO ESPECÍFICO:</b></p> <p>História; Ensino de História; Correntes historiográficas; Fontes históricas; Tempo histórico; Conceitos históricos; História e cultura afro-brasileira e indígena; História regional (Santa Catarina); Diretrizes curriculares para o ensino de História. planejamento, registro e avaliação; Diretrizes curriculares gerais nacionais para Educação Básica.</p>	<p><b>10 horas</b> Nível I – R\$ 424,25 Nível II – R\$ 514,92 Nível III – R\$ 561,76</p> <p><b>20 horas semanais</b> Nível I – R\$ 848,50 Nível II – R\$ 1.029,85 Nível II – R\$ 1.123,52</p> <p><b>30 horas semanais</b> Nível I – R\$ 1.272,72 Nível II – R\$ 1.544,76 Nível III – R\$ 1.685,28</p> <p><b>40 horas semanais</b> Nível I – R\$ 1.697,00 Nível II – R\$ 2.059,68 Nível III – R\$ 2.247,04</p> <p><b>+ 10% de regência de classe</b></p>

<p><b>CÓDIGO: 123</b> <b>DISCIPLINA: Filosofia</b></p>	<p><b>VENCIMENTOS HORAS SEMANAIS</b></p>
<p><b>CONTEÚDO ESPECÍFICO:</b></p> <p>Concepção de mundo ou problema ontológico; Concepção de</p>	<p><b>10 horas</b> Nível I – R\$ 424,25 Nível II – R\$ 514,92 Nível III – R\$ 561,76</p>



<p>conhecimento ou problema epistemológico; Concepção de homem ou problema antropológico; Concepção de beleza e de ludicidade ou problema estético; Concepção de sociedade ou problema ético-político: ética, política, moral, valores, poder e estado, legalidade e legitimidade, liberdade, igualdade, justiça, direitos humanos, meios de comunicação de massa.</p>	<p><b>20 horas semanais</b>  Nível I – R\$ 848,50  Nível II – R\$ 1.029,85  Nível II – R\$ 1.123,52</p> <p><b>30 horas semanais</b>  Nível I – R\$ 1.272,72  Nível II – R\$ 1.544,76  Nível III – R\$ 1.685,28</p> <p><b>40 horas semanais</b>  Nível I – R\$ 1.697,00  Nível II – R\$ 2.059,68  Nível III – R\$ 2.247,04</p> <p><b>+ 10% de regência de classe</b></p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>CÓDIGO: 124</b>  <b>DISCIPLINA: Sociologia</b></p>	<p><b>VENCIMENTOS</b>  <b>HORAS</b>  <b>SEMANAIS</b></p>
<p><b>CONTEÚDO ESPECÍFICO:</b></p> <p>História; Ensino de História; Correntes historiográficas; Fontes históricas; Tempo histórico; Conceitos históricos; História e cultura afro-brasileira e indígena; História regional (Santa Catarina); Diretrizes curriculares para o ensino de História. planejamento, registro e avaliação; Diretrizes curriculares gerais nacionais para Educação Básica.</p>	<p><b>10 horas</b>  Nível I – R\$ 424,25  Nível II – R\$ 514,92  Nível III – R\$ 561,76</p> <p><b>20 horas semanais</b>  Nível I – R\$ 848,50  Nível II – R\$ 1.029,85  Nível II – R\$ 1.123,52</p> <p><b>30 horas semanais</b>  Nível I – R\$ 1.272,72  Nível II – R\$ 1.544,76  Nível III – R\$ 1.685,28</p> <p><b>40 horas semanais</b>  Nível I – R\$ 1.697,00</p>

	Nível II – R\$ 2.059,68 Nível III – R\$ 2.247,04  <b>+ 10% de regência de classe</b>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------

<b>CÓDIGO: 125</b> <b>DISCIPLINA: Matemática</b>	<b>VENCIMENTOS HORAS SEMANAIS</b>
<p align="center"><b>CONTEÚDO ESPECÍFICO:</b></p> <p>Aprender e ensinar Matemática no ensino fundamental; O professor e o saber matemático; Aluno e o saber matemático; As relações professor-aluno e aluno-aluno; As metodologias no ensino-aprendizagem de Matemática(resolução de problemas, teoria da atividade, modelagem e etnomatemática, entre outras); Avaliação em Matemática; Jogos nas aulas de Matemática; Diretrizes curriculares gerais nacionais para Educação Básica</p>	<p><b>10 horas</b>  Nível I – R\$ 424,25  Nível II – R\$ 514,92  Nível III – R\$ 561,76</p> <p><b>20 horas semanais</b>  Nível I – R\$ 848,50  Nível II – R\$ 1.029,85  Nível II – R\$ 1.123,52</p> <p><b>30 horas semanais</b>  Nível I – R\$ 1.272,72  Nível II – R\$ 1.544,76  Nível III – R\$ 1.685,28</p> <p><b>40 horas semanais</b>  Nível I – R\$ 1.697,00  Nível II – R\$ 2.059,68  Nível III – R\$ 2.247,04</p> <p><b>+ 10% de regência de classe</b></p>

<b>CÓDIGO: 126</b> <b>DISCIPLINA: Física</b>	<b>VENCIMENTOS HORAS SEMANAIS</b>
	<b>10 horas</b> Nível I – R\$ 424,25

<p style="text-align: center;"><b>CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:</b></p> <p>O sentido do aprendizado da Física; Medidas e unidades do SI; Cinemática escalar e vetorial; Dinâmica newtoniana; Energia e trabalho; Estática; Gravitação; Hidrostática; Temperatura e calor; Termodinâmica; Ondas e óptica; Eletricidade; Eletromagnetismo; Física moderna.</p>	<p>Nível II – R\$ 514,92 Nível III – R\$ 561,76</p> <p><b>20 horas semanais</b> Nível I – R\$ 848,50 Nível II – R\$ 1.029,85 Nível II – R\$ 1.123,52</p> <p><b>30 horas semanais</b> Nível I – R\$ 1.272,72 Nível II – R\$ 1.544,76 Nível III – R\$ 1.685,28</p> <p><b>40 horas semanais</b> Nível I – R\$ 1.697,00 Nível II – R\$ 2.059,68 Nível III – R\$ 2.247,04</p> <p><b>+ 10% de regência de classe</b></p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>CÓDIGO: 127</b> <b>DISCIPLINA: Química</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>VENCIMENTOS HORAS SEMANAIS</b></p>
<p style="text-align: center;"><b>CONTEÚDOS ESPECÍFICOS</b></p> <p>Dispersões: Soluções verdadeiras, Solubilidade e as ligações químicas Interações ou Forças intermoleculares e as propriedades das substâncias moleculares Densidade. Reações químicas e balanceamento, Lei de reações químicas e representação Condições fundamentais para ocorrência das reações químicas: natureza dos reagentes, contato entre os reagentes, Fatores que interferem na velocidade das reações: superfície de contato, temperatura, catalisador, concentração dos reagentes, inibidores. Reações químicas reversíveis, Misturas gasosas.</p>	<p><b>10 horas</b> Nível I – R\$ 424,25 Nível II – R\$ 514,92 Nível III – R\$ 561,76</p> <p><b>20 horas semanais</b> Nível I – R\$ 848,50 Nível II – R\$ 1.029,85 Nível II – R\$ 1.123,52</p> <p><b>30 horas semanais</b> Nível I – R\$ 1.272,72 Nível II – R\$ 1.544,76 Nível III – R\$ 1.685,28</p> <p><b>40 horas semanais</b> Nível I – R\$ 1.697,00</p>

	Nível II – R\$ 2.059,68 Nível III – R\$ 2.247,04  <b>+ 10% de regência de classe</b>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------

<b>CÓDIGO: 128</b> <b>DISCIPLINA: Língua Portuguesa</b>	<b>VENCIMENTOS HORAS SEMANAIS</b>
<p style="text-align: center;"><b>CONTEÚDO ESPECÍFICO:</b></p> <p>As relações pragmáticas da oralidade no ensino; Práticas sociais da leitura e da escrita no ensino; Leitura e escrita nas diversas áreas do conhecimento; Gêneros textuais e gêneros discursivos, orais e escritos: proposição (competência) temática; Configuração (estilo) linguística; Estrutura linguística; Sintaxe linguística; Semântica e pragmática dos gêneros da cultura letrada; A língua como forma de comunicação e interação; A práxis de ensinar e aprender leitura e escrita; Literatura Brasileira. História literária e cultura afro-brasileira; Planejamento, registro e avaliação; Diretrizes curriculares gerais nacionais para Educação Básica.</p>	<p style="text-align: center;"><b>10 horas</b> Nível I – R\$ 424,25 Nível II – R\$ 514,92 Nível III – R\$ 561,76</p> <p style="text-align: center;"><b>20 horas semanais</b> Nível I – R\$ 848,50 Nível II – R\$ 1.029,85 Nível II – R\$ 1.123,52</p> <p style="text-align: center;"><b>30 horas semanais</b> Nível I – R\$ 1.272,72 Nível II – R\$ 1.544,76 Nível III – R\$ 1.685,28</p> <p style="text-align: center;"><b>40 horas semanais</b> Nível I – R\$ 1.697,00 Nível II – R\$ 2.059,68 Nível III – R\$ 2.247,04</p> <p style="text-align: center;"><b>+ 10% de regência de classe</b></p>

<b>CÓDIGO: 130</b> <b>DISCIPLINA: INTÉRPRETE DE LIBRAS (língua brasileira de sinais)</b>	<b>VENCIMENTOS HORAS SEMANAIS</b>
---------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------

<p style="text-align: center;"><b>CONTEÚDOS ESPECÍFICOS</b></p> <p>Educação de surdos: fundamentos históricos, legais e teórico-metodológicos. Concepções de surdez e políticas educacionais para surdos. Conhecimento do Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. A Língua Brasileira de Sinais: aspectos culturais e identidade surda. Diferenças entre a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa. Aspectos Linguísticos de Língua Brasileira de Sinais – Libras: léxico, fonologia, morfologia e sintaxe. Contexto histórico do Profissional Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa. A atuação do Tradutor e Intérprete Educacional. Código de ética na tradução e interpretação.</p>	<p style="text-align: center;"><b>10 horas</b>  Nível I – R\$ 424,25  Nível II – R\$ 514,92  Nível III – R\$ 561,76</p> <p style="text-align: center;"><b>20 horas semanais</b>  Nível I – R\$ 848,50  Nível II – R\$ 1.029,85  Nível II – R\$ 1.123,52</p> <p style="text-align: center;"><b>30 horas semanais</b>  Nível I – R\$ 1.272,72  Nível II – R\$ 1.544,76  Nível III – R\$ 1.685,28</p> <p style="text-align: center;"><b>40 horas semanais</b>  Nível I – R\$ 1.697,00  Nível II – R\$ 2.059,68  Nível III – R\$ 2.247,04</p> <p style="text-align: center;"><b>+ 10% de regência de classe</b></p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p><b>CÓDIGO: 131</b>  <b>DISCIPLINA: Ensino Religioso</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>VENCIMENTOS HORAS SEMANAIS</b></p>
<p style="text-align: center;"><b>CONTEÚDOS ESPECÍFICOS</b></p> <p>Os objetivos Gerais do Ensino Religioso para o Ensino Fundamental. Culturas e Tradições Religiosas: filosofia da tradição religiosa; história e tradição religiosa; sociologia e tradição religiosa; psicologia e tradição religiosa. Escrituras Sagradas e ou Tradições orais: Revelação; história das narrativas sagradas; contexto cultural; exegese. Teologias: Divindades; verdades de fé; vida além morte; Ritos: Rituais; símbolos e espiritualidades. Despertar o aluno para a fé e para valores que o conduzem a uma vida mais feliz; Respeito a pluralidade cultural e religiosa. Os Fundamentos Cristãos. Ecumenismo. Desvendar os caminhos da convivência, da Solidariedade, do respeito mútuo e do amor. Senso Ético. Preparação para a cidadania.</p>	<p style="text-align: center;"><b>10 horas</b>  Nível I – R\$ 424,25  Nível II – R\$ 514,92  Nível III – R\$ 561,76</p> <p style="text-align: center;"><b>20 horas semanais</b>  Nível I – R\$ 848,50  Nível II – R\$ 1.029,85  Nível II – R\$ 1.123,52</p> <p style="text-align: center;"><b>30 horas semanais</b>  Nível I – R\$ 1.272,72  Nível II – R\$ 1.544,76  Nível III – R\$ 1.685,28</p>



	<b>40 horas semanais</b> Nível I – R\$ 1.697,00 Nível II – R\$ 2.059,68 Nível III – R\$ 2.247,04  <b>+ 10% de regência de classe</b>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<b>CÓDIGO: 132</b> <b>DISCIPLINA: Segundo Professor - Educação Especial</b>	<b>VENCIMENTOS HORAS SEMANAIS</b>
<p align="center"><b>CONTEÚDOS ESPECÍFICOS</b></p> <p>Política Nacional de Educação Especial nas Adequações Curriculares;  A historicidade e atendimento das pessoas com necessidade especial;  Educação Especial versus Educação Inclusiva;  Leis que regem a Educação Especial e a Educação Inclusiva;</p>	<p><b>10 horas</b>  Nível I – R\$ 424,25  Nível II – R\$ 514,92  Nível III – R\$ 561,76</p> <p><b>20 horas semanais</b>  Nível I – R\$ 848,50  Nível II – R\$ 1.029,85  Nível II – R\$ 1.123,52</p> <p><b>30 horas semanais</b>  Nível I – R\$ 1.272,72  Nível II – R\$ 1.544,76  Nível III – R\$ 1.685,28</p> <p><b>40 horas semanais</b>  Nível I – R\$ 1.697,00  Nível II – R\$ 2.059,68  Nível III – R\$ 2.247,04</p> <p><b>+ 10% de regência de classe</b></p>

--	--

<b>CÓDIGO: 133</b> <b>DISCIPLINA: AEE – Atendimento Educacional Especializado</b>	<b>VENCIMENTOS HORAS SEMANAIS</b>
<p style="text-align: center;"><b>CONTEÚDOS ESPECÍFICOS</b></p> <p>Política Nacional de Educação Especial nas Adequações Curriculares.</p> <p>Áreas da educação especial e suas especificidades: deficiência auditiva, deficiência física, deficiência mental, deficiência visual, deficiência múltipla e surdocegueira; condutas típicas (transtornos invasivos do desenvolvimento e transtorno de déficit de atenção por hiperatividade) e altas habilidades. Identidades e Culturas Surdas. História das línguas de sinais.</p>	<p><b>10 horas</b>  Nível I – R\$ 424,25  Nível II – R\$ 514,92  Nível III – R\$ 561,76</p> <p><b>20 horas semanais</b>  Nível I – R\$ 848,50  Nível II – R\$ 1.029,85  Nível II – R\$ 1.123,52</p> <p><b>30 horas semanais</b>  Nível I – R\$ 1.272,72  Nível II – R\$ 1.544,76  Nível III – R\$ 1.685,28</p> <p><b>40 horas semanais</b>  Nível I – R\$ 1.697,00  Nível II – R\$ 2.059,68  Nível III – R\$ 2.247,04</p> <p><b>+ 10% de regência de classe</b></p>

<b>CÓDIGO: 134</b> <b>DISCIPLINA: Educação Física</b>	<b>VENCIMENTOS HORAS SEMANAIS</b>
<p style="text-align: center;"><b>CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:</b></p> <p>Movimentos, Esportes e Jogos na Infância; A transformação didática do esporte; A formação do professor de educação física e a importância da escola; fundamentos pedagógicos para o trato do conhecimento esporte; práticas didáticas para um conhecimento de si de crianças e jovens na educação física. Cognição; motricidade. Lazer e Cultura; Conteúdos físico-esportivos e as vivências de lazer; vivência lúdica no lazer: humanização pelos jogos; brinquedos e brincadeiras. Exercício físico e cultura esportiva; Esporte e mídia: do</p>	<p><b>10 horas</b>  Nível I – R\$ 424,25  Nível II – R\$ 514,92  Nível III – R\$ 561,76</p> <p><b>20 horas semanais</b>  Nível I – R\$ 848,50  Nível II – R\$ 1.029,85  Nível II – R\$ 1.123,52</p>

jogo ao telespetáculo; o discurso midiático sobre exercício físico, saúde e estética - implicações na educação física escolar; a televisão e a mediação tecnológica do esporte; Concepção crítico emancipatória da educação física. O treinamento esportivo precoce; o talento esportivo na escola; o fenômeno esportivo enquanto realidade educacional; estudo do movimento humano; as diferentes interpretações do movimento humano; o interesse na análise do movimento pelas atividades lúdicas: brinquedo e jogo; o interesse pedagógico-educacional no movimento humano; os interesses da educação física no ensino do movimento, interesse na análise do movimento dança; o interesse na análise do movimento na aprendizagem motora; o interesse na análise do movimento nos esportes. Didática das aulas abertas na educação física escolar; a experiência como elemento essencial ao ensino na educação física escolar; a educação física no currículo escolar; metodologia e mudança metodológica do ensino de educação física; visão pedagógica do movimento; educação/esporte/aula de educação física; o conteúdo esportivo na aula de educação física; avaliação do processo ensino-aprendizagem nas aulas de educação física. Educação física e esporte; reflexões sobre a escola capitalista e a educação física escolar; o lugar e o papel do esporte na escola; gênese esportiva e seus laços com a educação física escolar. Primeiros socorros para as aulas de educação física; atividades esportivas e acidentes durante as aulas; acidentes e primeiros socorros nas aulas de educação física; acidentes mais comuns em aulas de educação física. Esportes individuais e coletivos. Anatomia e fisiologia humana.

**30 horas semanais**

Nível I – R\$ 1.272,72

Nível II – R\$ 1.544,76

Nível III – R\$  
1.685,28**40 horas semanais**

Nível I – R\$

1.697,00

Nível II – R\$

2.059,68

Nível III – R\$

2.247,04

**+ 10% de regência  
de classe****CÓDIGO: 135****DISCIPLINA: Tecnologia Educacional e Informática****VENCIMENTOS  
HORAS  
SEMANAIS****CONTEÚDOS ESPECÍFICOS:**

Sistemas computacionais: Organização e arquitetura de computadores;

Sistemas Operacionais Linux e Windows; Redes de Computadores: softwares de edição de textos e apresentação; Fundamentos da Tecnologia educacional; Mídias computacionais; Uso de Tecnologias no processo de ensino/aprendizagem; Comunicação Eletrônica; Educação à distância

**10 horas**

Nível I – R\$ 424,25

Nível II – R\$ 514,92

Nível III – R\$ 561,76

**20 horas semanais**

Nível I – R\$ 848,50

Nível II – R\$ 1.029,85

Nível II – R\$ 1.123,52

**30 horas semanais**

Nível I – R\$ 1.272,72

Nível II – R\$ 1.544,76

Nível III – R\$

1.685,28

	<b>40 horas semanais</b> Nível I – R\$ 1.697,00 Nível II – R\$ 2.059,68 Nível III – R\$ 2.247,04  <b>+ 10% de regência de classe</b>
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**ANEXO 3**  
**CONTEÚDOS PARA OS CARGOS DE NUTRICIONISTA**  
Os respectivos conteúdos para as provas são os descritos nas tabelas a seguir.

<b>CÓDIGO: 137</b> <b>CARGO: Nutricionista</b>	<b>VENCIMENTOS</b> <b>HORAS</b> <b>SEMANAIS</b>
<p style="text-align: center;"><b>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</b></p> <p>1) O exercício da profissão de nutricionista. 2) Regulamentação da profissão de nutricionista. 3) Código de ética do nutricionista. 4) Condições higiênico- sanitárias dos alimentos. 5) Manual de boas práticas nos serviços de alimentação. 6) Avaliação de perigos e pontos críticos. 7) Contaminação dos alimentos. 8) Higiene do manipulador. 9) Higiene na operação de preparo dos alimentos. 10) Fatores ligados à presença, número e proporção dos microorganismos. 11) Cálculo para dimensionamento do pessoal e número de substitutos. 12) Educação em serviço e treinamento. 13) Custos e produtividade no serviço de alimentação controle de qualidade. 14) Planejamento de um lactário. 15) Fator de correção dos alimentos. 16) Cálculo do número de refeições diárias. 17) Nutrição nas diferentes fases de vida: infância, adolescência, adulto, idoso. 18) Peso, estatura, percentual de gordura corporal. 19) Nutrição na gravidez. 20) Nutrição materno-infantil. 21) Cuidado nutricional em doenças de má-absorção, Anemia, Câncer e AIDS. 22) Cuidado nutricional em doenças gastrointestinais. 23) Equilíbrio de energia e manejo do peso.</p>	<p style="text-align: center;">R\$ 2.534,32 40 horas semanais</p>

**ANEXO 4**  
**CONTEÚDOS PARA OS CARGOS DE SERVENTE LIMPEZA**  
 Os respectivos conteúdos para as provas são os descritos nas tabelas a seguir.

<b>CÓDIGO: 138</b> <b>CARGO: Servente de Limpeza</b>	<b>VENCIMENTOS</b> <b>HORAS</b> <b>SEMANAIS</b>
<p style="text-align: center;"><b>CONHECIMENTOS GERAIS</b></p> <p>-PORTUGUÊS - Comum a todos 1) Interpretação de texto: ideia central; leitura e compreensão das informações; vocabulário; substituição de palavras e expressões no texto. 2) Ortografia. 3) Acentuação. 4) Uso e flexão de substantivos e adjetivos: singular e plural; aumentativo e diminutivo; feminino e masculino. 5) Sinônimos e antônimos. RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO - 1) Sistema numérico: unidade, dezena e centena. 2) Conjunto dos números naturais e decimais: adição, subtração, multiplicação e divisão. 3) Sistema monetário brasileiro. 4) Unidade de medida: tempo e comprimento. 5) Raciocínio lógico. 6) Aplicação dos conteúdos acima listados em situações cotidianas.</p> <p style="text-align: center;"><b>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</b></p> <p>Servente de Limpeza 1) Noções gerais sobre: limpeza e higiene em geral. 2) Remoção de lixos e detritos. 3) Segurança e higiene do trabalho.</p> <p>Servente de Merendeira e Cozinheira. 1) Limpeza e higiene em geral. 2) Noções gerais sobre: a) alimentos, b) estocagem dos alimentos, c) controle de estoque, de conservação e validade dos alimentos, d) Merenda escolar. 3) Segurança e higiene do trabalho. 4) Limpeza e conservação dos objetos de uso, de equipamentos e do local de trabalho. 5) Remoção de lixo e detritos, destino e seleção.</p>	<p style="text-align: center;">R\$ 817,32 40 horas semanais</p>

**ANEXO 5**  
**CONTEÚDOS PARA OS CARGOS DE SERVENTE MERENDEIRA**  
 Os respectivos conteúdos para as provas são os descritos nas tabelas a seguir.

<b>CÓDIGO: 139</b> <b>CARGO: Servente de Merendeira</b>	<b>VENCIMENTOS</b> <b>HORAS</b> <b>SEMANAIS</b>
<p style="text-align: center;"><b>CONHECIMENTOS GERAIS</b></p> <p>-PORTUGUÊS - Comum a todos 1) Interpretação de texto: idéia</p>	



central; leitura e compreensão das informações; vocabulário; substituição de palavras e expressões no texto. 2) Ortografia. 3) Acentuação. 4) Uso e flexão de substantivos e adjetivos: singular e plural; aumentativo e diminutivo; feminino e masculino. 5) Sinônimos e antônimos. RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO - 1) Sistema numérico: unidade, dezena e centena. 2) Conjunto dos números naturais e decimais: adição, subtração, multiplicação e divisão. 3) Sistema monetário brasileiro. 4) Unidade de medida: tempo e comprimento. 5) Raciocínio lógico. 6) Aplicação dos conteúdos acima listados em situações cotidianas.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Servente de Limpeza 1) Noções gerais sobre: limpeza e higiene em geral. 2) Remoção de lixo e detritos. 3) Segurança e higiene do trabalho.

Servente de Merendeira e Cozinheira. 1) Limpeza e higiene em geral. 2) Noções gerais sobre: a) alimentos, b) estocagem dos alimentos, c) controle de estoque, de conservação e validade dos alimentos, d) Merenda escolar. 3) Segurança e higiene do trabalho. 4) Limpeza e conservação dos objetos de uso, de equipamentos e do local de trabalho. 5) Remoção de lixo e detritos, destino e seleção.

R\$ 817,32  
40 horas semanais

#### ANEXO 6

##### CONTEÚDOS PARA OS CARGOS DE COZINHEIRA

Os respectivos conteúdos para as provas são os descritos nas tabelas a seguir.

CÓDIGO: 140 CARGO: Cozinheira	VENCIMENTOS HORAS SEMANAIS
<p style="text-align: center;"><b>CONHECIMENTOS GERAIS</b></p> <p>-PORTUGUÊS - Comum a todos 1) Interpretação de texto: ideia central; leitura e compreensão das informações; vocabulário; substituição de palavras e expressões no texto. 2) Ortografia. 3) Acentuação. 4) Uso e flexão de substantivos e adjetivos: singular e plural; aumentativo e diminutivo; feminino e masculino. 5) Sinônimos e antônimos. RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO - 1) Sistema numérico: unidade, dezena e centena. 2) Conjunto dos números naturais e decimais: adição, subtração, multiplicação e divisão. 3) Sistema monetário brasileiro. 4) Unidade de medida: tempo e comprimento. 5) Raciocínio lógico. 6) Aplicação dos conteúdos acima listados em situações cotidianas.</p>	<p style="text-align: center;">R\$ 817,32 40 horas semanais</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Servente de Limpeza 1) Noções gerais sobre: limpeza e higiene em geral. 2) Remoção de lixos e detritos. 3) Segurança e higiene do trabalho.

Servente de Merendeira e Cozinheira. 1) Limpeza e higiene em geral. 2) Noções gerais sobre: a) alimentos, b) estocagem dos alimentos, c) controle de estoque, de conservação e validade dos alimentos, d) Merenda escolar. 3) Segurança e higiene do trabalho. 4) Limpeza e conservação dos objetos de uso, de equipamentos e do local de trabalho. 5) Remoção de lixo e detritos, destino e seleção.

**ANEXO 7****CONTEÚDOS PARA OS CARGOS DE MOTORISTA**

Os respectivos conteúdos para as provas são os descritos nas tabelas a seguir.

<b>CÓDIGO: 141</b> <b>CARGO: Motorista</b>	<b>VENCIMENTOS</b> <b>HORAS</b> <b>SEMANAIS</b>
<p style="text-align: center;"><b>CONHECIMENTOS GERAIS</b></p> <p>PORTUGUÊS: 1) Interpretação de texto: ideia central; leitura e compreensão das informações; vocabulário; substituição de palavras e expressões no texto. 2) Ortografia. 3) Acentuação. 4) Uso e flexão de substantivos e adjetivos: singular e plural; aumentativo e diminutivo; feminino e masculino. 5) Sinônimos e antônimos. RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO - Comum a todos</p> <p>Conteúdos: 1) Sistema numérico: unidade, dezena e centena. 2) Conjunto dos números naturais e decimais: adição, subtração, multiplicação e divisão. 3) Sistema monetário brasileiro. 4) Unidade de medida: tempo e comprimento. 5) Raciocínio lógico. 6) Aplicação dos conteúdos acima listados em situações cotidianas.</p> <p style="text-align: center;"><b>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:</b></p> <p>1) Legislação (Código de Trânsito Brasileiro, seu regulamento e Resoluções do Contran). 2) Conhecimento teórico de primeiros socorros, restrito apenas às exigências do Contran ou órgão regulamentador de trânsito. 3) Direção defensiva. 4) Conhecimentos de mecânica. 5) Conhecimentos sobre cidadania e consciência ecológica. 6) Noções sobre primeiros socorros.</p>	<p style="text-align: center;">R\$ 40 horas semanais</p>

**NEXO 8**  
**CONTEÚDOS PARA OS CARGOS DE VIGIA**

Os respectivos conteúdos para as provas são os descritos nas tabelas a seguir.

<b>CÓDIGO: 142</b> <b>CARGO: Vigia</b>	<b>VENCIMENTOS</b> <b>HORAS</b> <b>SEMANAIS</b>
<p style="text-align: center;"><b>CONHECIMENTOS GERAIS</b></p> <p>PORTUGUÊS: 1) Interpretação de texto: ideia central; leitura e compreensão das informações; vocabulário; substituição de palavras e expressões no texto. 2) Ortografia. 3) Acentuação. 4) Uso e flexão de substantivos e adjetivos: singular e plural; aumentativo e diminutivo; feminino e masculino. 5) Sinônimos e antônimos. RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO - Comum a todos</p> <p>Conteúdos: 1) Sistema numérico: unidade, dezena e centena. 2) Conjunto dos números naturais e decimais: adição, subtração, multiplicação e divisão. 3) Sistema monetário brasileiro. 4) Unidade de medida: tempo e comprimento. 5) Raciocínio lógico. 6) Aplicação dos conteúdos acima listados em situações cotidianas.</p> <p style="text-align: center;"><b>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:</b></p> <p>1) Noções gerais sobre: ronda de inspeção, vigilância, fiscalização em geral. 2) Limpeza e higiene em geral. 3) Remoção de lixo e detritos. 4) Segurança e higiene do trabalho. 5) Primeiros Socorros. 6) Legislação.</p>	<p style="text-align: center;">R\$ 817,32 40 horas semanais</p>



**ANEXO 9**  
Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Curitiba  
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

**FICHA DE INSCRIÇÃO**

FOTO

Cargo: \_\_\_\_\_ Código: \_\_\_\_\_

Atenção:

Preencher formulário em letra legível e sem rasuras.

Colar fotografia no campo adequado.

**Dados Pessoais**

Nome completo \_\_\_\_\_

Nasc: \_\_\_\_/\_\_\_\_/19\_\_\_\_. IDADE (      )

Filiação: Pai: \_\_\_\_\_

Mãe: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_ Sexo: (    ) Feminino (    ) Masculino

Naturalidade: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Cônjuge \_\_\_\_\_

**Documentação**

RG: \_\_\_\_\_ Órgão Emissor: SSP/\_\_\_\_ Emissão: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ Certif. Reservista: \_\_\_\_\_

Título Eleitor: \_\_\_\_\_ Seção: \_\_\_\_\_

Zona: \_\_\_\_\_

Telefones celular: \_\_\_\_\_

Telefone Fixo \_\_\_\_\_

E-mail (obrigatório): \_\_\_\_\_

**Assinatura do candidato:**

\_\_\_\_\_

**ANEXO 10****ATESTADO DE TEMPO DE SERVIÇO PARA TODOS OS CARGOS**

**Identificação da Instituição privada ou instituição pública (papel timbrado, razão social, CNPJ, endereço)**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Atestamos para fins de contagem de tempo de serviço, conforme estabelece o **Edital do Processo Seletivo para Admissão de servidores da Secretaria Municipal de Educação em Caráter Temporário do ano letivo de 2014**, que o Senhor(a) \_\_\_\_\_, nascido(a) em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ portador(a) do documento de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_ exerceu ou ainda exerce atividades no magistério nessa instituição, no cargo de **PROFESSOR**, conforme abaixo especificado:

**PERÍODO DE:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PERÍODO DE:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PERÍODO DE:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PERÍODO DE:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PERÍODO DE:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Declaramos, sob as penas do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações constantes desta declaração são a expressão da verdade.

**Observação: Informar o tempo de serviço total do candidato e não apenas o tempo referente ao ano de 2014.**

Local e Data: \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura e carimbo do responsável pela instituição



**ANEXO 11**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
PROCESSO SELETIVO 2/2013  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA

**CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA PRÁTICA COZINHEIRA E MOTORISTA**

O candidato deverá comparecer 30 minutos antes do horário estabelecido portando RG ou documento pessoal com foto (original). Os candidatos não poderão realizar a prova se chegarem após o horário estabelecido.

**Os candidatos ao cargo de COZINHEIRA serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:**

- Iniciativa; **03 pontos;**
- Aptidão para a função; **03 pontos;**
- Trabalho em equipe; **03 pontos;**
- Disposição; **01 ponto;**
- Resistência física às atividades executadas; **02 pontos;**
- Organização do material de trabalho; **03 pontos;**
- Agilidade; **02 pontos;**
- Segurança no trabalho; **02 pontos;**
- Higiene pessoal; **02 ponto;**
- Preparação de alimentos; **02 pontos;**
- De que maneira devem servir os alunos; **02 pontos;**

**Total de pontos: 25**

**Os candidatos ao cargo de MOTORISTA serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:**

- Identificação de instrumentos do painel – **03 pontos;**
- Identificação de bocais de enchimento, óleo lubrificante, óleo hidráulico, combustível e radiador – **03 pontos;**
- Reconhecimento da manutenção do ônibus – **05 pontos**
- Condução do carro (deslocamento para trás e para frente, curva para a esquerda e para a direita) – **05 pontos;**

**Total de Pontos: 16**

# Erval Velho

## PREFEITURA

### Extrato de Edital de Concorrência 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 040/2014  
Edital de Concorrência nº 001/2014  
Objeto: Concessão de Direito Real de Uso de um Barracão Pré-Moldado 15m x 30m.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 24/10/2014.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal.

### Extrato de Edital de Tomada de Preço 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 041/2014  
Edital de Tomada de Preço nº 004/2014  
Objeto: Revitalização das Quadras da Praça Central.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 23/09/2014.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

### Extrato de Edital de Tomada de Preço 005/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 042/2014  
Edital de Tomada de Preço nº 005/2014  
Objeto: Construção de Duas Pontes e Cortina em Concreto Armado para Cabeceira de Ponte.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta

comercial" e "documentação de habilitação" será às 14h00min do dia 23/09/2014.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

# Forquilha

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato PMF Nº. 184/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 184/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - WZ MULTI-ESPORTES LTDA-ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, aquisição de camisetas, uniformes e afins para atendimento às diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, durante o exercício corrente.

VALOR - R\$ 5.110,00 (cinco mil cento e dez reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 3.3.90.30.23 (13); 3.3.90.30.23 (29); 3.3.90.30.23 (74); 3.3.90.30.23 (110).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 169/PMF/2014

DATA DA ASSINATURA - 26 de agosto de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 178/PMF/2014.

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 178/PMF/2014.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para fornecimento de materiais e serviços de melhoria e/ou extensão de rede de iluminação pública, para uso nos diversos espaços públicos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 19 de setembro de 2014 às 10:00 horas. Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br ou pelo site www.forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 04 de setembro de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

### Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 28/FMS/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 28/FMS/2014.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a contratação de empresas para aquisição de material odontológico para a nova Unidade Básica Saúde do bairro Vila Lourdes, Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 22 de setembro de 2014 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br ou pelo site www.forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 05 de setembro de 2014.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

### Extrato de Contrato PMF Nº. 180/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 180/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA

OBJETO - O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de "gêneros alimentícios", através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades do Corpo de Bombeiro de Santa Catarina por meio do convênio FUNREBOM e Polícia Militar por meio do convenio RADIO PATRULHA firmados junto ao Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 17.641,78 (dezesete mil seiscentos e quarenta e um real e setenta e oito centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0401.2011.3390 (32), 1101.2037.3390 (177).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 161/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 25 de agosto de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### Decreto Nº 0233/2014

DECRETO Nº 0233, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO DOS BENS MUNICIPAIS QUE CONSTITUEM O PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; considerando o disposto nos artigos 88, 89 e seguintes da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Especial para realização de avaliação dos bens que constituem o patrimônio público do Município de Fraiburgo, que será constituída pelos seguintes membros:

I - Julvan João Braghirolli;

II - Andre Luiz de Oliveira;

III - Ricardo Schirmer;

IV - Roalves Jorge Polese.

Art. 2º. A Comissão Especial terá por competência e atribuição a avaliação de todos os bens móveis e imóveis que constituem o patrimônio público do Município de Fraiburgo, a fim de determinar o seu valor.

Art. 3º. Presidirá a Comissão Especial o servidor Julvan João Braghirolli e a supervisão ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e acompanhamento pela Controladoria Interna do município.

Art. 4º. A Comissão Especial poderá requisitar auxílio de profissionais do quadro de servidores do município, necessários para realização das avaliações de acordo com as especificações de cada bem a ser avaliado, bem como solicitar pareceres técnicos de empresas e profissionais particulares.

Art. 5º. Caberá a Comissão Especial a emissão de laudo de avaliação dos bens, definindo sua destinação no caso de bens inseríveis.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o decreto 0080 de 20 de fevereiro de 2013.

#### GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC., 05 DE SETEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Decreto Nº 0234/2014

DECRETO Nº 0234, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, AS ÁREAS DO MUNICÍPIO, AFETADA POR GRANIZO - COBRADE 1.3.2.1.3 E VENDAVAL - COBRADE 1.3.2.1.5.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe confere os artigos 61, inciso VI e 84, inciso I, alínea i, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal n. 2224, de 12 de março de 2014; pelo Art. 7 do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006, pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e pela Resolução n. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

#### CONSIDERANDO:

- ocorrência de granizos e vendaval ocorrida na data de 02 de setembro de 2014, atingindo o município e a região, sendo áreas rurais e urbanas, resultando em danos e prejuízos, constantes do Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre e Formulário de Avaliação de Danos - AVADAN, anexos a este Decreto.

- a recomendação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, que avaliou os efeitos do desastre e recomendou a decretação da Situação de Emergência, em acordo com a Resolução n. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada frente ao desastre, tanto na área urbana quanto rural;

- em razão do granizo e vendaval a ocorrência de destalhamentos de residências, casas, galpões, estufas, barracões, órgãos e prédios públicos municipais e outros - afetando a coberturas e estruturas, tanto em área rural quanto urbana, colocando em risco toda a população afetada;

- a ocorrência de danos em diversas culturas, como alho, cebola, morango, hortaliças em geral e floricultura, gerando grandes prejuízos na produção, conforme laudo de perdas de produção agropecuária emitido pela EPAGRI.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência por desastre, devido à ocorrência de Granizo classificado e codificado como COBRADE 1.3.2.1.3 e Vendaval classificado e codificado como COBRADE 1.3.2.1.5, no dia 02 de setembro de 2014, afetando área rural e urbano no Município de Fraiburgo, conforme laudo meteorológico anexo ao presente Decreto.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui das Áreas Afetadas, anexos a este Decreto.

Art. 2º. Autoriza a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre. Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pelo Coordenador do COMPDEC.

Art. 4º. Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei Federal n. 8666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por mais 90(noventa) dias.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 04 DE SETEMBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Aviso do Pregão Presencial 0020/2014-Sf

Aviso do Pregão Presencial nº 0020/2014 - SF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa do ramo para a reforma do motor da BOB CAT S130 da mini carregadeira SFR0222. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:15 horas do dia 18.09.2014. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 05 de setembro de 2014.  
Eloi Regalin  
Presidente da SANEFRAI

### Decreto Nº 0235/2014

DECRETO Nº 0235 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013.

#### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2014 no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

09.00 - Secretaria De Agropecuária e Meio Ambiente		
09.01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
20.606.0015.2.034 - Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (114)	R\$	7.000,00
Total	R\$	7.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

09.00 - Secretaria De Agropecuária e Meio Ambiente		
09.01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
20.606.0015.2.034 - Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (117)	R\$	7.000,00
Total	R\$	7.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 05 DE SETEMBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### At14pmf100

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT14PMF100  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada...: LUBRILAX COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA  
Valor ..... : 111.731,95 (cento e onze mil setecentos e trinta e um reais e noventa e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 26/08/2014 Término: 28/02/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 103/2014  
Objeto ..... : PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, FLUÍDOS PARA FREIOS, ADITIVOS, GRAXAS, ESTOPAS E OUTROS MATERIAIS, PARA USO NA MANUTENÇÃO DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME), DURANTE OS MESES DE AGOSTO DE 2014 A FEVEREIRO DE 2015,

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

### At14pmf101

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT14PMF101  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada...: AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA  
Valor ..... : 18.027,90 (dezoito mil e vinte e sete reais e noventa centavos)  
Vigência ..... : Início: 26/08/2014 Término: 28/02/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 103/2014  
Objeto ..... : PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, FLUÍDOS PARA FREIOS, ADITIVOS, GRAXAS, ESTOPAS E OUTROS MATERIAIS, PARA USO NA MANUTENÇÃO DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME), DURANTE OS MESES DE AGOSTO DE 2014 A FEVEREIRO DE 2015,

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal



**At14pmf102****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT14PMF102

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada.: FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA  
Valor ..... : 36.400,00 (trinta e seis mil e quatrocentos reais)  
Vigência ..... : Início: 26/08/2014 Término: 31/03/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 105/2014  
Objeto ..... : PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÕES FUTURAS DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONsertos DE REDES DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS AFINS, SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME E FMS), DURANTE OS MESES DE SETEMBRO DE 2014 A MARÇO DE 2015

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2014

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

**At14pmf95****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT14PMF95

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada.: ANDRADE, PASSINI COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA  
Valor ..... : 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais)  
Vigência ..... : Início: 25/08/2014 Término: 28/02/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 99/2014  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E MOBILIÁRIOS PARA USO DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS, DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, CASAS LARES DO MUNICÍPIO E CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA MELHOR IDADE "FLOR DE MAÇÃ"

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2014

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

**At14pmf96****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT14PMF96

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada.: SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA  
Valor ..... : 5.490,00 (cinco mil quatrocentos e noventa reais)  
Vigência ..... : Início: 25/08/2014 Término: 28/02/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 99/2014  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E MOBILIÁRIOS PARA USO DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS, DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, CASAS LARES DO MUNICÍPIO E CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA MELHOR IDADE "FLOR DE MAÇÃ"

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2014

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

**At14pmf97****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT14PMF97

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada.: TONIKRUGER COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA Valor ..... : 3.176,00 (três mil cento e setenta e seis reais)  
Vigência ..... : Início: 25/08/2014 Término: 28/02/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 99/2014  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E MOBILIÁRIOS PARA USO DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS, DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, CASAS LARES DO MUNICÍPIO E CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA MELHOR IDADE "FLOR DE MAÇÃ"

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2014

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

**At14pmf98****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT14PMF98

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada.: VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA Valor ..... : 7.534,99 (sete mil quinhentos e trinta e quatro reais e noventa e nove centavos)  
Vigência ..... : Início: 25/08/2014 Término: 28/02/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 99/2014  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E MOBILIÁRIOS PARA USO DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS, DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, CASAS LARES DO MUNICÍPIO E CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA MELHOR IDADE "FLOR DE MAÇÃ"

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2014

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

**At14pmf99****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT14PMF99

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada.: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP Valor ..... : 33.937,80 (trinta e três mil novecentos e trinta e sete reais e oitenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 26/08/2014 Término: 30/11/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 91/2014  
Objeto ..... : PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS PARA DOAÇÃO A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS PARA USO DE CRIANÇAS ABRIGADAS NAS CASAS LARES DESTES MUNICÍPIOS

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2014

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

**Ct14pmf127**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT14PMF127  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada...: JOANNEI ARTES GRÁFICAS LTDA - ME Valor ..... : 950,00 (novecentos e cinquenta reais) Vigência ..... : Início: 25/08/2014 Término: 31/10/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 104/2014  
Objeto ..... : PREGÃO PRESENCIAL PARA CONFECÇÃO DE CAPAS PARA DOCUMENTAÇÃO DE ALUNOS DO TRANSPORTE ESCOLAR E PAPEL A-4 COLORIDO, SERRILHADO PARA IMPRESSÃO DE PASSAGENS DOS MESMOS.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Ct14pmf128**

## EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT14PMF128  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada...: BACKES CONFECÇÕES LTDA  
Valor ..... : 7.830,00 (sete mil oitocentos e trinta reais) Vigência ..... : Início: 26/08/2014 Término: 26/11/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 98/2014  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO PARA OS BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DO CORPO DE BOMBEIROS DE FRAIBURGO

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**TA;At14pmf102**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14PMF102 - Contrato Nº: AT14PMF85  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA Valor ..... : 201,00 (duzentos e um reais) Vigência ..... : Início: 25/08/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 94/2014  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NAS QUANTIDADES DOS ITENS 4 E 5 DO LOTE 01.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**TA;At14pmf103**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14PMF103 - Contrato Nº: AT14PMF55  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada...: CONFEITARIA MOREIRA LTDA  
Vigência ..... : Início: 25/08/2014 Término: 30/11/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 54/2014  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O

PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA PARA ATÉ O DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2014.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**TA;At14pmf104**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14PMF104 - Contrato Nº: AT13PMF112  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada...: ARCO ÍRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA  
Valor ..... : 123,30 (cento e vinte e três reais e trinta centavos)  
Vigência ..... : Início: 26/08/2014 Término: 31/08/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 126/2013  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 3 DO LOTE 01

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**TA;At14pmf105**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14PMF105 - Contrato Nº: AT14PMF13  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada...: 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA Valor ..... : 738,35 (setecentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 26/08/2014 Término: 31/10/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DOS ITENS 7, 15, 23, 92, 112 E 119 DO LOTE 01, E DOS ITENS 147, 148, E 150 DO LOTE 05

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**TA;At14pmf106**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14PMF106 - Contrato Nº: AT14PMF14  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada...: ELMO PAPELARIA LTDA  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 29/08/2014 Término: 31/10/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE OUTUBRO DE 2014.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Ta14fms12**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA14FMS12 - Contrato Nº: CT12FMS28  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA Valor  
..... : 1.078,00 (um mil e setenta e oito reais) Vigência ..... :  
Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:  
1/2012  
Objeto ..... : FICA ALTERADA A CLÁUSULA SEGUNDA DO CON-  
TRATO, PASSANDO O VALOR TOTAL REFERENTE AO PERÍODO  
VIGENTE DE R\$ 69.275,00 (SESSENTA E NOVE MIL, DUZENTOS  
E SETENTA E CINCO REAIS) PARA R\$ 70.353,00 (SETENTA MIL,  
TREZENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS) RESTANDO A EMPE-  
NHAR O VALOR DE R\$ 1.078,00 (UM MIL, E SETENTA E OITO  
REAIS).

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2014  
NILCE PINZ  
Secretária de Saúde

**TA;At14fms11**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14FMS11 - Contrato Nº: AT13FMS17  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: FRAYCAMPOS TRANSPORTES LTDA  
Vigência ..... : Início: 29/08/2014 Término: 15/09/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2013  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMI-  
DADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24  
DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE  
VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA  
TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 15 DE SETEMBRO DE 2014.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2014  
NILCE PINZ  
Secretária de Saúde

**TA;At14pmf107**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14PMF107 - Contrato Nº: AT13PMF135  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contra-  
tada...: SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA  
LTDA  
Vigência ..... : Início: 29/08/2014 Término: 30/09/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 142/2013  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMI-  
DADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº  
0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O  
PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA  
DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 30 DE SETEMBRO DE 2014.

Fraiburgo, 5 de Setembro de 2014  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

**Galvão****PREFEITURA****Processo de Licitação 053/2014****EXTRATO DE EDITAL**

O MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 053/2014, Edital de Tomada de Preço nº 004/2014, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 25 de setembro de 2014, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação prestação de serviços de assessoria na estruturação de leilões públicos eletrônicos e presenciais, para venda de bens do Município de Galvão - SC, com utilização de recursos de tecnologia da informação, por meio de plataforma de transação via WEB, conforme descrição Anexo V, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão - SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br)

Galvão - SC, 05 de setembro de 2014.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

**Garopaba****PREFEITURA****Portaria N.º 771/2014.**

PORTARIA N.º 771, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LISIELE DE ARAÚJO PIRES, Agente Administrativo, matrícula funcional n.º 4054, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 22/08/2014, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 22/08/2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 772/2014.**

PORTARIA N.º 772, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

FAZ CESSAR DESIGNAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. FAZ CESSAR a designação para exercer interinamente o cargo de CHEFE DA DIVISÃO DO IGP E JUNTA MILITAR, da Prefeitura Municipal de Garopaba, de CLAUDELIR DE AMORIM GONÇALVES, CPF nº 022.666.119-92, em 18/08/2014.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 18/08/2014.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE  
E  
COMUNIQUE-SE

**Portaria N.º 792/2014.**

PORTARIA N.º 792, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.  
ALTERA A PORTARIA N.º 760, DE 26 DE AGOSTO DE 2014, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba,  
no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgâ-  
nica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de  
Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica ALTERADA, a partir de 05/09/2014, a Comissão Sin-  
dicante designada através da portaria n.º. 760/2014, passando a  
comissão a ser formada por: ROSILENE PACHECO DE LIMA, RI-  
CHARD MACIEL HABERLEHNER, CENIR GRUNTHAL RAMOS, com  
a presidência da primeira e secretariada por CLEIDE DE AGUIAR  
PEREIRA.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de setembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 08/09/2014, de  
acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

**Portaria N.º 793/2014.**

PORTARIA N.º 793, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA,  
DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba,  
no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgâ-  
nica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de  
Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei  
Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irre-  
gularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apu-  
ração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo  
disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada  
ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que, foi encaminhado pela Secretaria Municipal  
de Saúde, o Ofício SMS n.º 642/2014, solicitando a abertura de  
sindicância administrativa para apurar os fatos relatados no men-  
cionado ofício, conforme cópia em anexa.

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei  
Municipal n.º 1000/2005, "a sindicância administrativa é o meio  
sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para  
subseqüente instauração de processo disciplinar e/ou punição do  
infrator".

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º  
1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA

ADMINISTRATIVA, a fim de apurar os fatos informados.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem a Comissão Sindicante, os ser-  
vidores: VIRÍSSIMO BERNARDINO RODRIGUES NETO, ROGÉRIO  
DA ROSA, LUIZ ALBERTO LAZZARIM, com a presidência do primei-  
ro e secretariada por VIVIAN SCHRÖTER.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta)  
dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes  
figuram nesta Portaria.

Garopaba, 05 de setembro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 08/09/2014, de  
acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.



# Gaspar

## PREFEITURA

### Portaria Nº 3.478, de 04 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº 3.478, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 02/2014, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR GUSTAVO JOSÉ HILÁRIO LOPES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 10 de setembro de 2014, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2014, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor municipal Gustavo José Hilário Lopes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

### Notificação de Imposição de Penalidade E Rescisão Contratual - Proc. Administrativo Nº 01/2014

Gaspar, 05 de setembro de 2014.

Ao Representante Legal, Senhor, Valter Placido dos Santos Junior

COMERCIAL STORINNY LTDA ME.

Rua Otavio Quinholi, 180 - Bairro Perequê

Porto Belo - SC - CEP: 88.210-000

DECISÃO ACERCA DA OCORRÊNCIA DOS FATOS NOTICIADOS PELO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2014 CUJO OBJETO É A NÃO ENTREGA DO ITEM 71 - COXA E SOBRECOXA DE FRANGO.

#### I. RELATÓRIO

Trata-se de Processo Administrativo instaurado para apurar a suposta irregularidade quanto à falta de entrega dos produtos referente ao Item nº 71 do Edital de Pregão Presencial nº 102/2014 o qual resultou na ATA de Registro de Preços nº 34/2014, por parte da empresa Comercial Storinny LTDA.

A sessão de abertura e julgamento do referido procedimento licitatório aconteceu no dia 10 de julho de 2014 às 09h30min, e teve sua continuação no dia 16 de julho de 2014, às 13h00min, sendo que a empresa Comercial Storinny LTDA logrou o Item nº 71 "Coxa e Sobrecoxa de Frango. Sem dorso. Congelado. Com Osso", aquisição firmada através da ATA de Registro de Preços nº 34/2014 (pág. 102 à 120).

Porém foi verificado por esta Secretaria que não foram realizadas as entregas semanais previstas para o dia 04 de agosto de 2014,

conforme solicitadas através de e-mail encaminhado no dia 29 de julho de 2014 para o fornecedor COMERCIAL STORINNY LTDA ME (73.977.480/0001-19), através do endereço eletrônico storinny.cotacao@hotmail.com, indicado pelo mesmo como contato relativo ao procedimento licitatório do qual foi vencedor. Foram efetuados vários contatos, inclusive telefônicos com o fornecedor a fim de garantir estas entregas, porém não se obteve sucesso, conforme atestam as Unidades de Ensino deste município.

As entregas semanais encontram-se previstas no Anexo VIII do Edital do Pregão Presencial nº 102/2014 (pág. 44), bem como as características do produto estão descritas no item 71 do Anexo V do mesmo Edital; qual seja: "Coxa e Sobrecoxa de Frango. Sem dorso. Congelado. Com osso. Sem dorso, consistência e cor característicos do produto, carne tenra, com embalagem original (do frigorífico de procedência do produto) de 1kg, contendo todos os dados exigidos na embalagem, como fabricante, data de fabricação e validade, quadro de valores nutricionais, registro no S.I.E ou S.I.F. Validade de no mínimo 4 semanas a partir da data de entrega, transporte a frio, mantendo-se sempre em temperatura inferior a 5°C em recipiente isotérmico." (pág.37 e 38).

O fornecedor cotou o produto acima descrito ao preço final de R\$ 4,98 (quatro reais e noventa e oito centavos) da marca Macedo, conforme atesta a ATA de Registro de Preços nº 34/2014 (pág. 112). Porém, nos contatos realizados, o fornecedor não se mostrou interessado em efetuar as entregas alegando que se equivocou na cotação do produto. Afirma que o preço cotado não tem relação com o produto requerido, por não ter observado que a gramatura deveria atender a um quilo, conforme padrão de mercado. O fato é que desde a publicação do edital de licitação, o fornecedor teve plena consciência das condições de participação, as quais inclusive foram atendidas e aprovadas por ele na fase de apresentação das amostras, o que vem a reforçar o fato de que se tinha plena compreensão daquilo que se exigiu para a cotação do produto.

Tal impasse já está prejudicando a regularidade e a programação do cardápio de merenda escolar que é elaborado e aprovado pela responsável técnica da Secretaria de Educação.

Tal situação ainda prejudica a equipe de cozinha das Unidades de Ensino no preparo adequado dos alimentos, restando prejudicada a qualidade da merenda escolar, o que inevitavelmente acaba afetando na qualidade da alimentação disponibilizada aos alunos usuários da rede municipal de ensino.

Diante dos fatos a empresa foi notificada através do Ofício SEMED nº 165 (pág. 127 à 128) para que regularizasse tal situação no prazo de 24 horas, persistindo a falta de entrega, esta Secretaria procedeu a Notificação Extrajudicial (pág. 136 à 138) no dia 13 de agosto de 2014, afim de que a empresa apresentasse sua defesa prévia, e exerceu esta faculdade conforme consta nos autos (pág.139 à 143).

Em sua defesa prévia (pág. 139 à 143) a empresa apresenta os seguintes argumentos e justificativas:

I - Já estamos em contato com este órgão para tratar sobre este assunto desde o dia 29 de julho de 2014, e já respondemos vários e-mails e um ofício que vos envio em anexo. O que temos de decisivo até o momento é o parecer da nutricionista que não aceita que seja entregue o produto conforme a amostra aprovada. Assim nos comunicou" ( Infelizmente não posso aceitar um produto sem padronização e diante dessa situação, peço por gentileza que o Sr. entre em contato com o Jeferson responsável pelo setor de compras, que nos lê em cópia, no telefone 473331-6309, pois essa situação já está fugindo da minha competência)".

II - Não são verdadeiras estas afirmações, pois estamos em contato tentando resolver este problema. Conforme provam os e-mails, e já estive pessoalmente na prefeitura para tratar do mesmo assunto, onde fui atendido pelo senhor Fabiano e a senhora Elizabete. Já conversamos com senhor Jeferson, que nos contactou via telefone. Fomos orientados pelo senhor Jeferson a enviar um ofício esclarecendo a situação. Como recebemos esta notificação

estamos ,então respondendo esta. Estamos sim aguardando um posicionamento final deste órgão. Em momento algum alegamos equívoco na cotação do produto. Alegamos sim que apresentamos amostra de pacote, e se houve equívoco foi de quem aprovou a amostra, quando deveria ter reprovado igual fez com outros 06 (seis) licitantes. Levamos um comprovante de entrega de amostras onde constava: produto, marca, unidade, embalagem, mas esta secretaria usou um padrão próprio onde só constava o nome do produto e assinalava ao lado com um OK.

III - Gramatura de 1 kg não é padrão de mercado. São produtos expostos em bandejas, manobra mercadológica para cativar pela apresentação do produto que possuem gramatura de 1 kg. A amostra serve exatamente para que seja analisada pelo órgão comprador, se o produto esta em conformidade com o requerido. Desse processo resta aprovar ou reprovar as amostras, Se analisarmos a etapa de amostras, veremos algumas contradições, Como pode alguém reprovar ou aprovar uma amostra sem abrir o produto, sem analisar, pois recebi todas as amostras lacradas ,depois do processo, exceto o item 5,0que estava aberto .Se o critério usado é gramatura, como pode o item 74 salsicha hot dog, ser aprovado, pois conforme site do fabricante eles não produzem em pacotes de 1kg. O item 72 File de cação, tinha padrão de gramatura 800gr, mas foi reprovado. Usa-se um critério diferente para cada produto. Na LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa; da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Ainda mais para reforçar minha alegação existem bases legais a ser cumpridas, quando da solicitação das amostras. Segundo a Nota Técnica nº 04/2009 - Tribunal de contas da união TCU, podemos citar alguns entendimentos ,dentre os quais: ENTENDIMENTO IV. Nos casos em que a avaliação de amostras fazer-se necessária, deve se prever no instrumento convocatório, pelo menos, os seguintes itens (princípio da publicidade -constituição federal, art. 37, caputix; princípio do julgamento objetivo e da isonomia - lei nº 8.666/1993, art. 3º, caputx; princípio da segurança jurídica-lei nº 9.784/1999, art. 2º, caputxi): A. Prazo adequado para entrega da amostra pelo licitante; B. A possibilidade e a forma de participação dos interessados, inclusive dos demais Licitantes, no acompanhamento do procedimento de avaliação da amostra; C. A forma de divulgação, a todos os licitantes, do período e do local da realização do Procedimento de avaliação de amostras e do resultado de cada avaliação; D. O roteiro de avaliação, detalhando todas as condições em que o procedimento será Executado, além dos critérios de aceitação da amostra e, conseqüentemente, da proposta do licitante; E. Cláusulas que especifiquem a responsabilidade do ente contratante quanto ao estado em que a amostra será devolvida e ao prazo para sua retirada após a conclusão do PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. Vi.4 das diretrizes para realização do procedimento de avaliação de amostras". 91. Considerando a possibilidade, quando necessário, de previsão da avaliação de amostras, reputa-se interessante comentar algumas diretrizes que o instrumento convocatório deve prever para se assegurar os princípios da publicidade, do julgamento objetivo, da isonomia e segurança jurídica, de sorte que deve conter, pelo menos, os itens a seguir. C. A forma de divulgação, a todos os licitantes, do período e do local da realização do Procedimento de avaliação de amostras e do resultado de cada avaliação. 98. Considerando o disposto na diretriz anterior, e com vistas a assegurar a efetiva participação dos licitantes interessados na sessão pública, é necessário, ainda, que se preveja no edital a forma de divulgação, a todos os licitantes, do período e do local em que o procedimento de avaliação de amostras ocorrerá. 99. Além disso é necessário que se registre (Acórdão nº 2.932/2'009

- TCU - plenário, item 9.2) e se deixe disponível para consulta a ata de realização do procedimento de licitação, contendo o resultado dos testes. Para corroborar esse entendimento pedimos vênua para transcrever a seguinte passagem do artigo intitulado "Amostras nas modalidades tradicionais (concorrência, tomada de preços, convite) e no pregão", da lavra do saudoso Marcello Rodrigues Palmieri: Conforme acima exposto, portanto, as amostras exigidas pela Administração deverão passar por uma avaliação técnica em órgãos ou empresas competentes para a emissão de laudos técnicos, como p. ex., os organismos de certificação de produtos, os quais são encontrados no site do Inmetro. Momento para apresentação das amostras. Tendo em vista inexistência de normatização, diversos são os momentos em que Administrações têm exigido amostras. No entanto, ainda que cada ente público possa prever em seu edital o momento para entrega das amostras é pacífico tanto na doutrina quanto na jurisprudência que elas não poderão ser exigidas para fins habilitatórios, uma vez que não podem ser consideradas documentos de habilitação (arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/93), razão pela qual o mais adequado é que sejam exigidas para fins classificatórios. Nesse sentido leciona Marçal Justen Filho: "... se a Administração Pública promotora da licitação optar por exigir amostras dos produtos licitados, deverá estar preparada para avaliar tecnicamente e de modo objetivo as características inerentes a tais produtos. Não raras as vezes em que a Administração, num dado momento do certame, solicita que as licitantes entreguem suas amostras e a própria Comissão de Licitação ou o pregoeiro com sua equipe de apoio passam a analisá-las durante a sessão pública em que a licitação se desenvolve. Exemplo clássico: aquisição de café em pó para consumo dos servidores públicos. Em determinado momento da sessão pública, as amostras são entregues pelas licitantes e, na presença de todos, o café é preparado (utilizando-se as diversas amostras entregues), e a partir daí a própria Comissão de Licitação ou o pregoeiro com sua equipe passam a degustar a bebida e atribuem uma nota referente à palatabilidade do café, sendo aprovadas as que obtiverem uma nota (média), digamos, superior a sete. Com o devido respeito, tal procedimento é completamente equivocado dada a total subjetividade que o envolve. O sabor do café que agrada alguns pode desagradar outros e vice-versa". (cf. in Boletim de Licitações e Contratos nº 10/2006, p. 943 e 944) Inclusive esse tem sido o reiterado entendimento do TCU conforme demonstra o Acórdão nº 491/2005, do qual transcrevemos o seguinte trecho: Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12a ed., São Paulo, Dialética, 2008, p. 378) "Com efeito, as amostras nada têm a ver com a fase de habilitação, de modo que não estão elas vinculadas, não podendo permitir, no caso de inadequadas, a inabilitação dos licitantes. Amostras dizem respeito ao objeto da disputa, portanto vinculadas à proposta comercial, devendo ser analisada como parte integrante desta". (cf. In Licitações Públicas. Comentários e notas às súmulas e à jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 1ªed., Belo Horizonte, Ed. Fórum, 2009,; p. 303, c 30:4) 7.Ademais, essa cláusula impositiva não se coaduna com a Jurisprudência desta Corte, que vem entendendo que a exigência de Amostra ou protótipos deve ser feita apenas ao licitante provisoriamente Em primeiro lugar (e não a todos, como ocorreu), de forma previamente Disciplinada e detalhada no instrumento convocatório, nos termos dos Arts. 45 e 46 da Lei n. 8.666/1993 (v.g. Decisão n. 197/2000 - Plenário - TCU e Acórdãos ns. 1.237/2002, 808/2003 e 99/2,Q05,todos do Plenário). 8. A propósito, calha transcrever trecho do Voto do Ministro Walton Alencar Rodrigues no TC 001.103/2001-0, condutor do Acórdão 1237/2002 - Plenário - TCU, que bem ilustra esse posicionamento do Edital: A exigência de amostras, na fase de habilitação, ou de Classificação, feita a todos os licitantes, além de ilegal, poderia ser pouco razoável, porquanto importaria ônus que, a depender do objeto, seria excessivo, a todos os licitantes, encarecendo o custo de participação na licitação e desestimulando a presença de potenciais licitantes.

Temos com certeza Consciência das condições de participação em processos licitatórios, mas esta é baseada e sempre é regida pelo edital que se mostra regra a ser cumprida, só lamento que este em questão ,foi omissivo em relação ao ordenamento da condução da etapa de amostras como determina a lei. Apresentamos as amostras, por exigência editalícia ,mas sem termos nenhum conhecimento de qual Critério de avaliação seria usado. E jamais imaginei que teria um, produto aprovado, e agora desaprovado. Não pode esta empresa ser penalizada por um procedimento equivocado ou por erro de avaliação.

IV - Em momento algum podemos ser acusado de não mostrarmos interesse em resolver o problema. Estamos sempre atenciosos e respondendo os e-mails e os contatos. Aguardamos sim uma posição deste órgão quanto ao assunto, estamos disponíveis se houver interesse deste órgão, para uma reunião para solucionarmos o problema. "Só não, fizemos as entregas por determinação da nutricionista que em seu ultimo e-mail, indicou que "(Infelizmente não posso aceitar um produto sem padronização e diante dessa situação, peço por gentileza que o Sr. entre em contato com o Jeferson responsável pelo setor de compras que nos lê em cópia, no telefone 47 3331-6309, pois essa situação já está fugindo da minha competência)".

## II. DOS FATOS E FUNDAMENTOS

Conforme consta no relatório, o Município instaurou o processo Licitatório Pregão Presencial nº 102/2014, onde a empresa Comercial Storinny LTDA, sagrou-se vencedora do Item nº 71, o qual firmou a ATA de Registro de Preços nº 34/2014 (pág. 102 à 120). Ocorre que a empresa supracitada não procedeu a entrega dos produtos, conforme previsto no Edital e convencionado junto a Secretaria Municipal de Educação.

A empresa foi notificada em vários momentos, sendo que não apresentou justificativa plausível, nem providenciou a regularização da entrega, sanando a irregularidade cometida pela empresa e evidenciando neste processo pela Secretaria Municipal de Educação.

Depois de constatada a inexecução contratual pela empresa a mesma foi notificada extrajudicialmente, para que se pronunciasse sobre os fatos narrados pela fiscalização do contrato, e em respeito ao princípio do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, foi possibilitado a contratada a apresentar de defesa prévia. Que assim o fez, alegando o que segue:

I - Já estamos em contato com este órgão para tratar sobre este assunto desde o dia 29 de julho de 2014, e já respondemos vários e-mails e um ofício que vos envio em anexo. O que temos de decisivo até o momento é o parecer da nutricionista que não aceita que seja entregue o produto conforme a amostra aprovada. Assim nos comunicou "(Infelizmente não posso aceitar um produto sem padronização e diante dessa situação, peço por gentileza que o Sr. entre em contato com o Jeferson responsável pelo setor de compras, que nos lê em cópia, no telefone 473331-6309, pois essa situação já está fugindo da minha competência)".

Quanto da alegação a cima descrita pela empresa, fica constatado que a empresa manteve contato com a Secretaria Municipal de Educação e foi notificada via ofício para que regularizasse tal situação, a mesma tinha consciência e detinha todas as informações necessárias para realizar a entrega e não o fez, causando prejuízos a alimentação das crianças usuárias da educação municipal.

II - Não são verdadeiras estas afirmações, pois estamos em contato tentando resolver este problema. Conforme provam os e-mails, e já estive pessoalmente na prefeitura para tratar do mesmo assunto, onde fui atendido pelo senhor Fabiano e a senhora Elizabete. Já conversamos com senhor Jeferson, que nos contactou via telefone. Fomos orientados pelo senhor Jeferson a enviar um ofício esclarecendo a situação. Como recebemos esta notificação

estamos ,então respondendo esta. Estamos sim aguardando um posicionamento final deste órgão. Em momento algum alegamos equívoco na cotação do produto. Alegamos sim que apresentamos amostra de pacote, e se houve equívoco foi de quem aprovou a amostra, quando deveria ter reprovado igual fez com outros 06 (seis) licitantes. Levamos um comprovante de entrega de amostras onde constava: produto, marca, unidade, embalagem, mas esta secretaria usou um padrão próprio onde só constava o nome do produto e assinalava ao lado com um OK.

A empresa alega que a mesma aguardou um posicionamento final do órgão responsável, porém quando a empresa foi notificada através do Ofício SEMED nº 165 (pág. 127 à 128), esta Secretaria através dos responsáveis, solicitou para que fosse realizada a entrega conforme cronograma, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o qual não foi respeitado pela empresa supracitada, sendo que tinha sido constatada naquele momento a falta de entrega, e a mesma foi notificada para que regularizasse a situação, não é plausível o argumento que a mesma não tinha um posicionamento desta Secretaria.

III - Gramatura de 1 kg não é padrão de mercado. São produtos expostos em bandejas, manobra mercadológica para cativar pela apresentação do produto que possuem gramatura de 1 kg. A amostra serve exatamente para que seja analisada pelo órgão comprador, se o produto está em conformidade com o requerido. Desse processo resta aprovar ou reprovando as amostras, Se analisarmos a etapa de amostras, veremos algumas contradições, Como pode alguém reprovando ou aprovar uma amostra sem abrir o produto, sem analisar, pois recebi todas as amostras lacradas ,depois do processo, exceto o item 50 que estava aberto .Se o critério usado é gramatura, como pode o item 74 salsicha hot dog, ser aprovado, pois conforme site do fabricante eles não produzem em pacotes de 1kg. O item 72 File de cação, tinha padrão de gramatura 800gr, mas foi reprovado. Usa-se um critério diferente para cada produto. Na LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 Art. 32 A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa; da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Ainda mais para reforçar minha alegação existem bases legais a serem cumpridas, quando da solicitação das amostras. Segundo a Nota Técnica nº 04/2009 - Tribunal de contas da união TCU, podemos citar alguns entendimentos ,dentre os quais: ENTENDIMENTO IV. Nos casos em que a avaliação de amostras fazer-se necessária, deve-se prever no instrumento convocatório, pelo menos, os seguintes itens (princípio da publicidade -constituição federal, art. 37, caputix; princípio do julgamento objetivo e da isonomia - lei nº 8.666/1993, art. 3º, caputx; princípio da segurança jurídica-lei nº 9.784/1999, art. 2º, caputxi): A. Prazo adequado para entrega da amostra pelo licitante; B. A possibilidade e a forma de participação dos interessados, inclusive dos demais Licitantes, no acompanhamento do procedimento de avaliação da amostra; C. A forma de divulgação, a todos os licitantes, do período e do local da realização do Procedimento de avaliação de amostras e do resultado de cada avaliação; D. O roteiro de avaliação, detalhando todas as condições em que o procedimento será Executado, além dos critérios de aceitação da amostra e, conseqüentemente, da proposta do licitante; E. Cláusulas que especifiquem a responsabilidade do ente contratante quanto ao estado em que a amostra será devolvida e ao prazo para sua retirada após a conclusão do PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. Vi.4 das diretrizes para realização do procedimento de avaliação de amostras". 91. Considerando a possibilidade, quando necessário, de previsão da avaliação de amostras, reputa-se interessante comentar algumas diretrizes que o instrumento convocatório deve



prever para se assegurar os princípios da publicidade, do julgamento objetivo, da isonomia e segurança jurídica, de sorte que deve conter, pelo menos, os itens a seguir. C. A forma de divulgação, a todos os licitantes, do período e do local da realização do Procedimento de avaliação de amostras e do resultado de cada avaliação. 98. Considerando o disposto na diretriz anterior, e com vistas a assegurar a efetiva participação dos licitantes interessados na sessão pública, é necessário, ainda, que se preveja no edital a forma de divulgação, a todos os licitantes, do período e do local em que o procedimento de avaliação de amostras ocorrerá. 99. Além disso é necessário que se registre (Acórdão nº 2.932/2'009 - TCU - plenário, item 9.2) e se deixe disponível para consulta a ata de realização do procedimento de licitação, contendo o resultado dos testes. Para corroborar esse entendimento pedimos vênua para transcrever a seguinte passagem do artigo intitulado "Amostras nas modalidades tradicionais (concorrência, tomada de preços, convite) e no pregão", da lavra do saudoso Marcello Rodrigues Palmieri: Conforme acima exposto, portanto, as amostras exigidas pela Administração deverão passar por uma avaliação técnica em órgãos ou empresas competentes para a emissão de laudos técnicos, como p. ex., os organismos de certificação de produtos, os quais são encontrados no site do Inmetro. Momento para apresentação das amostras. Tendo em vista inexistência de normatização, diversos são os momentos em que Administrações têm exigido amostras. No entanto, ainda que cada ente público possa prever em seu edital o momento para entrega das amostras é pacífico tanto na doutrina quanto na jurisprudência que elas não poderão ser exigidas para fins habilitatórios, uma vez que não podem ser consideradas documentos de habilitação

(arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/93), razão pela qual o mais adequado é que sejam exigidas para fins classificatórios. Nesse sentido leciona Marçal Justen Filho: "... se a Administração Pública promotora da licitação optar por exigir amostras dos produtos licitados, deverá estar preparada para avaliar tecnicamente e de modo objetivo as características inerentes a tais produtos. Não raras as vezes em que a Administração, num dado momento do certame, solicita que as licitantes entreguem

suas amostras e a própria Comissão de Licitação ou o pregoeiro com sua equipe de apoio passam a analisá-las durante a sessão pública em que a licitação se desenvolve. Exemplo clássico: aquisição de café em pó para consumo dos servidores públicos. Em determinado momento da sessão pública, as amostras são entregues pelas licitantes e, na presença de todos, o café é preparado (utilizando-se as diversas amostras entregues), e a partir daí a própria Comissão de Licitação ou o pregoeiro com sua equipe passam a degustar a bebida e atribuem uma nota referente à palatabilidade do café, sendo aprovadas as que obtiverem uma nota (média), digamos, superior a sete. Com o devido respeito, tal procedimento é completamente equivocado dada a total subjetividade que o envolve. O sabor do café que agrada alguns pode desagradar outros e vice-versa". (cf. in Boletim de Licitações e Contratos nº 10/2006, p. 943 e 944) Inclusive esse tem sido o reiterado entendimento do TCU conforme demonstra o Acórdão nº 491/2005, do qual transcrevemos o seguinte trecho: Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12a ed., São Paulo, Dialética, 2008, p. 378) "Com efeito, as amostras nada têm a ver com a fase de habilitação, de modo que não estão elas vinculadas, não podendo permitir, no caso de inadequadas, a inabilitação dos licitantes. Amostras dizem respeito ao objeto da disputa, portanto vinculadas à proposta comercial, devendo ser analisada como parte integrante desta". (cf. In Licitações Públicas. Comentários e notas às súmulas e à jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 1ª ed., Belo Horizonte, Ed. Fórum, 2009,; p. 303, c 30:4) 7. Ademais, essa cláusula impositiva não se coaduna com a Jurisprudência desta Corte, que vem entendendo que a exigência de Amostra ou protótipos deve ser feita apenas ao licitante provisoriamente Em primeiro lugar (e não a todos, como ocorreu), de forma previamente Disciplinada e detalhada no instrumento convocatório, nos termos dos Arts. 45 e 46 da Lei n.

8.666/1993 (v.g. Decisão n. 197/2000 - Plenário - TCU e Acórdãos ns. 1.237/2002, 808/2003 e 99/2, Q05, todos do Plenário). 8. A propósito, calha transcrever trecho do Voto do Ministro Walton Alencar Rodrigues no TC 001.103/2001-0, condutor do Acórdão 1237/2002 - Plenário - TCU, que bem ilustra esse posicionamento do Edital: A exigência de amostras, na fase de habilitação, ou de Classificação, feita a todos os licitantes, além de ilegal, poderia ser pouco razoável, porquanto importaria ônus que, a depender do objeto, seria excessivo, a todos os licitantes, encarecendo o custo de participação na licitação e desestimulando a presença de potenciais licitantes. Temos com certeza Consciência das condições de participação em processos licitatórios, mas esta é baseada e sempre é regida pelo edital que se mostra regra a ser cumprida, só lamento que este em questão, foi omissivo em relação ao ordenamento da condução da etapa de amostras como determina a lei. Apresentamos as amostras, por exigência editalícia, mas sem termos nenhum conhecimento de qual Critério de avaliação seria usado. E jamais imaginei que teria um, produto aprovado, e agora desaprovado. Não pode esta empresa ser penalizada por um procedimento equivocado ou por erro de avaliação.

No que diz respeito a alegação do mesmo de que não há critério para analisar as amostras entregues pelos licitantes, as amostras foram analisadas pela Nutricionista responsável pela alimentação escolar no âmbito do Município, a qual tem competência para analisar dos produtos, a Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas nº 380/2005, a qual "Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência, por área de atuação, e dá outras providências", define o que compete a Nutricionista no que diz respeito a Alimentação Escolar, vejamos:

2. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - Compete ao Nutricionista, no exercício de suas atribuições na Alimentação Escolar, planejar, organizar, dirigir, supervisionar e avaliar os serviços de alimentação e nutrição. Realizar assistência e educação nutricional a coletividade ou indivíduos sadios ou enfermos em instituições públicas e privadas. 2.1. Para realizar as atribuições definidas no item 2, quando no PAE (Programa de Alimentação Escolar) deverá ser observada a Resolução CFN 358/2005. (GRIFEI)

A Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas nº 358/2005, a qual "Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências", estabelece nos seus Art. 3º e 4º o seguinte:

Art. 3º. Compete ao nutricionista, no exercício de atividades profissionais no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE), programar, elaborar e avaliar os cardápios, observando o seguinte: (...)

II - planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade e conservação dos produtos, observadas sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;

III - planejar e coordenar a aplicação de testes de aceitabilidade junto à clientela, quando da introdução de alimentos atípicos ao hábito alimentar local ou da ocorrência de quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados, observando parâmetros técnicos, científicos e sensoriais reconhecidos e realizando análise estatística dos resultados; (...)

Art. 4º. Ficam definidas como atividades complementares do nutricionista no PAE:

I - coordenar, supervisionar e executar programas de educação permanente em alimentação e nutrição da comunidade escolar; (...)

IV - participar do processo de avaliação técnica dos fornecedores de gêneros alimentícios, segundo os padrões de identidade

e qualidade, a fim de emitir parecer técnico, com o objetivo de estabelecer critérios qualitativos para a participação dos mesmos no processo de aquisição dos alimentos; (GRIFEI)

A Nutricionista é conforme define o Conselho Federal de Nutricionistas a pessoa responsável por fazer a avaliação técnica dos fornecedores de gêneros alimentícios, além de supervisionar e avaliar a aceitabilidade dos produtos, ora apresentados pelos fornecedores.

Os parâmetros utilizados para avaliação dos produtos de todos os licitantes foram objetivos, e previstos no Edital de Pregão Presencial nº 102/2014 (pág. 01 à 44) no Item 4.2.3, abaixo descrito:

4.2.3 ATENÇÃO - Deverá ser apresentada, juntamente com os envelopes de Proposta de Preços e Habilitação, a amostra de todos os itens cotados pela licitante. Conforme o que segue:

a) As licitantes deverão entregar no Setor de Compras e Licitações, obrigatoriamente, no dia da abertura, juntamente com os envelopes de Proposta de Preços e de habilitação, as amostras dos itens cotados, dos grupos 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

b) Todas as amostras serão analisadas pelo Departamento de Alimentação da SEMED - Secretaria Municipal de Educação, a qual emitirá um parecer das amostras entregues para a devida classificação da licitante no processo.

c) Caso apresente amostra fora das especificações técnicas previstas neste edital, e seus Anexos, a empresa será DESCLASSIFICADA no item reprovado pelo parecer da SEMED, e, consequentemente, no Grupo do referido item, visto que o julgamento deste certame se dá por Grupo de Itens.

d) Os produtos que serão entregues, durante a vigência da ATA de Registro de Preços ou do Contrato, deverão ser da mesma marca, especificações e embalagem das amostras aprovadas pelo Departamento da Alimentação Escolar da SEMED. (GRIFEI)

Os parâmetros já estavam estabelecidos no Ato Convocatório (pág. 01 à 44), parâmetros estes que eram de conhecimento da Empresa, e foram aceitos expressamente por ela quando a mesma veio a participar do Processo Licitatório (pág. 01 à 44) em questão, parâmetros aceitos por todos os participantes, sendo que não houve impugnação ao Edital, e houve a participação de um total de 19(dezenove) empresas.

Portanto a alegação da Empresa, que não foram definidos parâmetros para apresentação de amostras e que o Edital foi omissivo em relação ao ordenamento da condução da etapa de amostras como determina a Lei, não se sustenta, sendo que a Nutricionista responsável pela avaliação, tem competência para tal análise, como prescreve o Conselho Federal dos Nutricionistas, e os parâmetros utilizados foram objetivos, sendo que foram analisadas as embalagens de acondicionamento e as informações contidas nas mesmas, que devem ser claras e apresentarem todas as informações sobre o produto, e que tais informações eram de responsabilidades da empresa fornecedora como prescreve o Art. 18, da Lei nº 8.078/1990 que "Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.", vejamos:

Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

Portanto era dever da Empresa apresentar o produto que contenha todas as informações necessárias para a avaliação de forma objetiva pela Nutricionista. E assim aconteceu, a Nutricionista avaliou todas as amostras e somente aprovou as amostras, cujas as informações estavam em conformidade com os produtos descritos no Edital.

Sendo assim as alegações contidas no Item III da resposta da Empresa, são inverídicas, uma vez que o Edital é claro e determina todas as condições de participação assim como, define todas as condições determinantes para a execução do contrato que se dá na forma da Ata de Registro de Preços (pág. 102 à 120). Sendo assim era de conhecimento da empresa e de todos os demais participantes as condições estabelecidas no Edital e quais as obrigações por elas assumidas, caso viessem a lograr algum item.

Além disso, ficou claro que a empresa até o momento não justificou o fato de a mesma não ter cumprido com as obrigações contraídas após ter logrado o item em questão, e a mesma tenta desvirtuar o processo pelo qual se deu a contratação da empresa, processo que aconteceu com total lisura, transparência e respeito a todos os preceitos legais contidos na Legislação pertinente, tanto é que o número de Licitantes já citado de 19(dezenove) empresas, sem que nenhuma manifestasse ser contrária aos dispositivos encontrados no Edital, faz ter certeza de que todos eles aceitaram as condições e as mesmas eram compatíveis com o objeto licitado.

IV - Em momento algum podemos ser acusado de não mostrarmos interesse em resolver o problema. Estamos sempre atenciosos e respondendo os e-mails e os contatos. Aguardamos sim uma posição deste órgão quanto ao assunto, estamos disponível se houver interesse deste órgão, para uma reunião para solucionarmos o problema. "Só não, fizemos as entregas por determinação da nutricionista que em seu ultimo e-mail, indicou que "(Infelizmente não posso aceitar um produto sem padronização e diante dessa situação, peço por gentileza que o Sr. entre em contato com o Jefferson responsável pelo setor de compras que nos lê em cópia, no telefone 47 3331-6309, pois essa situação já está fugindo da minha competência)".

Mas uma vez a empresa tenta alegar que esta Secretaria não adotou posicionamento quanto a falta de entrega dos produtos. Porém resta mais uma vez salientar que a empresa tinha total conhecimento dos locais de entrega e do cronograma de entrega que deveria ser procedido pela mesma, mas em nenhum momento procedeu à entrega.

Além do mais, a empresa foi notificada para que regularizasse tal situação e também não o fez, preferiu em todos os momentos em que foi solicitada para que cumprisse com suas obrigações ora contraídas pela participação no certame em questão, negar-se a proceder à entrega, sob a justificativa de que não tinha sido tomado posicionamento pela Secretaria, ora uma vez feito um procedimento licitatório para aquisição do produto, esta Secretaria já tinha se posicionado de forma que era necessária a entrega dos citados produtos, e quando notificada a empresa para que regularizasse a situação, esta Secretaria determinou que fosse procedida a entrega, como tinha sido firmado na ATA de Registro de Preços nº 34/2014 (pág. 102 à 120), e a empresa não o fez.

## II. DA DECISÃO

Diante do exposto e da inexecução da Ata de Registro de Preços nº 34/2014, e ainda pelos prejuízos causados a Administração por conta de tal fato causado pela empresa COMERCIAL STORINNY LTDA ME, e conforme disposições contidas nos artigos 81 a 99, da Lei nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, Art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e seus regulamentos, bem como Art. 14 do Decreto Municipal nº 783/2005, e nos termos do art. 77 e seguintes da Seção V, do Capítulo III, da Lei nº 8.666/1993.

Esta Secretaria decidiu aplicar as seguintes penalidades a empresa, multa no valor de R\$ 25.129,08 (vinte e cinco mil cento e vinte e nove reais e oito centavos) correspondente a 20% do valor registrado pela empresa no Item 71 da Ata de Registro de Preços nº 34/2014, o impedimento de participar em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de 1 (um) ano, e o cancelamento do Registro de Preços da empresa para o item 71 da Ata de Registro de Preço nº 34/2014.



Notifique-se a empresa Interessada;  
Publique-se a referida decisão no Diário Oficial dos Municípios;  
Remeta-se cópia integral dos autos a Controladoria Geral do Município;  
Decorrido o prazo recursal, remeta-se cópia integral destes autos ao representante do Ministério Público de Santa Catarina e para o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;  
Após tomadas as providências necessárias, ARQUIVE-SE.

MARLENE ALMEIDA  
Secretária de Educação

### **Extrato do Contrato Nº SAF-91/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-91/2014

Início da vigência: 08/09/2014 Vencimento: 07/12/2014. Dispensa nº.: 183/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Consultoria Técnica, com o objetivo de promover a organização administrativa da área de gestão de pessoas, proporcionando o desenvolvimento de seus recursos humanos.. Contratado: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM (33.645.482/0001-96). Valor total: R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

Gaspar/SC, 05 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

## **Guaramirim**

### **PREFEITURA**

#### **Portaria Nº. 358/2014**

PORTARIA Nº. 358/2014

EXONERA Carlos Alberto da Silva.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar Carlos Alberto da Silva, da função de Gerente de Programas e Ações, vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 01 de setembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

#### **Portaria Nº. 359/2014**

PORTARIA Nº. 359/2014

EXONERA Alessandra Vick.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar Alessandra Vick, da função de Gerente de Habitação, vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 01 de setembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**Portaria Nº. 360/2014**

PORTARIA Nº. 360/2014

NOMEIA Carlos Alberto da Silva.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Carlos Alberto da Silva, na função de Gerente de Habitação, vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 02 de setembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp

Secretário de Gestão Estratégica

**Portaria Nº. 361/2014**

PORTARIA Nº. 361/2014

NOMEIA Alessandra Vick.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Alessandra Vick, na função de Gerente de Controle e Avaliação, vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 02 de setembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp

Secretário de Gestão Estratégica

**Portaria Nº. 362/2014**

PORTARIA Nº. 362/2014

NOMEIA Marinez Zarembski.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Marinez Zarembski, na função de Gerente de Programas e Ações, vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 01 de setembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp

Secretário de Gestão Estratégica

**Portaria Nº. 363/2014**

PORTARIA Nº 363/2014

PRORROGA LICENÇA SEM VENCIMENTOS de Morgana Fiamoncini.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

## RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar licença sem vencimentos de Morgana Fiamoncini, na função de Professora III, 40 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 02 de setembro de 2014, por mais 01 (um) ano.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**Decreto Nº. 367/2014**

DECRETO 367/2014.

Prorroga o Decreto nº. 337/2014, que declara estado de calamidade de pública nas áreas do município afetadas por enxurradas.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, com o art. 7º do Decreto nº. 337/2014 e a Instrução Normativa nº. 001/2012 do Ministério da Integração Nacional;

## DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado o Decreto nº. 337/2014, de 09 de junho de 2014, que declara estado de calamidade pública nas áreas do município afetadas por enxurradas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor em 07 de setembro de 2014, devendo vigorar pelo prazo improrrogável de 90 (noventa) dias.

Guaramirim/SC, 03 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**CÂMARA MUNICIPAL****Ata Nº 001**

ATA N.º 001

ATA DA COMPOSIÇÃO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

Estado de Santa Catarina

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

TOMADA DE PREÇO N.º 002/2014

COMPOSIÇÃO SUBCOMISSÃO TÉCNICA

Aos quatro dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze (04/09/2014), às quatorze horas, no Plenário da Câmara Municipal de Guaramirim/SC, realizou-se o processo de sorteio, atendendo o disposto no parágrafo 4º, do Art. 10, da Lei n.º 12.232/10. Após o presidente da Comissão da Licitação abrir a sessão foram apresentados publicamente os nomes dos profissionais em comunicação que irão compor a subcomissão técnica, que será constituída para julgar as propostas técnicas do processo licitatório modalidade Tomada de Preço N.º 002/2014, do tipo Técnica e Preço, visando a contratação de agência de publicidade para prestação de serviços de publicidade. O processo de sorteio dos nomes se deu sob a coordenação do presidente da Comissão de Licitação, Sr. Aurélio Tadeu Tomaselli, com a presença dos membros da Comissão de Licitação, Sr. Irineu José Veiga, Sra. Ady Esterlita Persuhn Denker e o assessor de comunicação, Sr. Moacir Camargo Pires, e assessora jurídica, Sra. Grasiela Agatti Antonius. No sorteio ficaram sorteados os nomes Maxsandro Maciel Pires, Marcelo Jansen e Marcelo Santos, como titulares e Moacir Gonçalves e Emerson Gonçalves, como suplentes. Após formada a subcomissão técnica o Presidente da Comissão de Licitação determinou a publicação da presente ata com a lista que irá compor a subcomissão para conhecimento público, nada mais havendo a tratar finalizou os trabalhos.

Guaramirim/SC, 04 de Setembro de 2014.

Aurélio Tadeu Tomaselli

Presidente

Ady Esterlita Persuhn Denker

Membro

Irineu José Veiga

Membro

**Guarujá do Sul****PREFEITURA****Aviso de Licitação - FMS PL 8**

ESTADO DE SANTA CATARINA

Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 08/2014 - Pregão Presencial Nº. 07/2014.

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender ao CRAS ( Centro de Referência da Assistência Social ), Centro de Convivência do Idosos e Serviço de Convivência da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 23/09/2014 ( 08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:00 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122.

Guarujá do Sul, SC, 05 de setembro de 2014.

Adelise de Oliveira;

Fundo Municipal de Assistência Social.

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### Portaria Nº 1009/2014

PORTARIA Nº 1009/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora ADRIANA CELESTINA DE ALMEIDA PRIMO (Matr. 02), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Psicóloga, do Nível - 12/1, Referência "D", para o Nível - 12/1, Referência "E", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao mês de Junho de 2014, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 1010/2014

PORTARIA Nº 1010/2014

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### RESOLVE,

AVERBAR O TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO, da Servidora Catarina Fernandes (matr. 452), ocupante do cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência - "F", conforme Certidão nº 20022040.1.00078/14-1 de 18.08.2014, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referente ao período de 02.04.1993 a 03.10.1993, (totalizando 06 meses e 02 dias); aos períodos de 04.10.1993 a 04.09.2014, (totalizando 20 anos, 11 meses e 11 dias), conforme Certidão nº 119 de 04.09.2014, expedida pela Prefeitura de Herval d' Oeste; perfazendo para fins de aposentadoria, um cômputo geral de efetivo tempo de contribuição de 21 anos, 05 meses e 08 dias.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 08 de setembro de 2014.

NELSON GUINDANI  
Prefeito de Herval d' Oeste

### Portaria Nº 1011/2014

PORTARIA Nº 1011/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER Aposentadoria por Invalidez Permanente Decorrente de Doença Comum, na Forma da Lei, e DECLARAR a vacância do cargo ocupado pela Senhora CATARINA FERNANDES (Matr. 452), a qual exercia as funções inerentes ao cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível 3, Referência "F", 40 horas semanais, com fundamento nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal c/c Art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003", a partir de 08 de setembro de 2014.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC),

08 de setembro de 2014.

NELSON GUINDANI  
Prefeito de Herval d' Oeste

### Portaria Nº 1012/2014

PORTARIA Nº 1012/2014

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### RESOLVE,

AVERBAR O TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO, da Servidora Luiza Salete Balestrin (matr. 75), ocupante do cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de Agente de Saúde Pública, Nível - 8, Referência - "H", conforme Certidão nº 20022040.1.00031/13-7 de 09.08.2013, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referente aos períodos de 01.08.1982 a 10.02.1984, de 10.05.1984 a 28.02.1990 (totalizando 07 anos, 04 meses e 01 dia); aos períodos de 01.03.1990 a 08.09.2014, (totalizando 24 anos, 06 meses e 18 dias), conforme Certidão nº 120 de 05.09.2014, expedida pela Prefeitura de Herval d' Oeste; perfazendo para fins de aposentadoria, um cômputo geral de efetivo tempo de contribuição de 31 anos, 10 meses e 19 dias.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 08 de setembro de 2014.

NELSON GUINDANI  
Prefeito de Herval d' Oeste

**Termo de Rescisão Nº 005/2014**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

Contratante

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Empresa: reunidas Turismo S/A

CNPJ/MF Nº 04.176.082/0001-80

Endereço: Rua Dr. Herculano Coelho de Souza, nº 555

Contratada

TERMO DE RESCISÃO Nº 005/2014 DE 15 AGOSTO DE 2014

O MUNICÍPIO de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, através da Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste", pessoa Jurídica de Direito Público, denominada de CONTRATANTE, inscrita no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, estabelecida a Rua Nereu Ramos nº 389, representada neste ato pelo seu Prefeito em Exercício, Senhor Ricardo José Nodari residente e domiciliado em Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF nº 417.747.529-72, e a empresa Reunidas Turismo S/A, estabelecida na Rua Dr. Herculano Coelho de Souza, nº 555, Bairro Reunidas, no município de Caçador, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 04.176.082/0001-80, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Senhor Rui Caramori, brasileiro, portador do CPF nº 170.895.909-25 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de rescisão a Ata de Registro de Preços nº 001/2014, que tem como objetivo o fornecimento de passagens de ônibus intermunicipais, decorrente do Processo Licitatório nº 004/2014, na Modalidade de Pregão Presencial nº 001/2014, obedecendo aos seguintes termos:

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Este termo tem por objeto a rescisão Ata de Registro de Preços nº 001/2014 de 04/02/2014 originalmente celebrado entre as partes inicialmente identificadas a partir da presente data.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo de rescisão é firmado com base no Decreto Municipal nº 3245/2014, nos termos do artigo 18, inciso I.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES**

A presente rescisão se dá por acordo de forma amigável, e com a assinatura do presente, as partes dão total quitação ao presente contrato, ambos abrindo mão de exigência de multa ou ressarcimento, perdas e danos em razão da resolução antecipada do contrato.

Para firmeza e validade do que ficou acima estabelecido, lavrou-se o presente termo que vai assinado pelo senhor prefeito municipal em 04 vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 15 de agosto de 2014.

Ricardo José Nodari Prefeito em Exercício CPF: 417.747.529-72 Contratante	Rui Caramori Diretor Financeiro CPF: 170.895.909-25 Contratada
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso Fabrin CPF: 052.051.949-36

**Ibiam****PREFEITURA****Portaria Nº 192/2014**

PORTARIA Nº 192, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA O SERVIDOR ARNALDO LUIZ MICHELUZZI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal ao servidor ARNALDO LUIZ MICHELUZZI - OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS - NÍVEL 2 - REFERÊNCIA C, para o mesmo cargo, NÍVEL 2 - REFERÊNCIA D, de conformidade com o Anexo 1 - Subanexo II - Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,  
01 DE SETEMBRO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**Portaria Nº 193/2014**

PORTARIA Nº 193, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares a servidora pública municipal vinculada a Secretaria Municipal da Administração e da Fazenda, abaixo relacionado:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Cleide Teresinha Perosa	06.07.2012 a 05.07.2013	16.09.2014 a 30.09.2014

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.



CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,  
04 DE SETEMBRO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

### Portaria Nº 194/2014

PORTARIA Nº 194, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014  
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA A SERVIDORA SALETE MARIA DA SILVA ANDRIQUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal a servidora SALETE MARIA DA SILVA ANDRIQUE - AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - NÍVEL 1 - REFERÊNCIA C, para o mesmo cargo, NÍVEL 1 - REFERÊNCIA D, de conformidade com o Anexo 4 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,  
04 DE SETEMBRO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

## Ilhota

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação TP 004 - 2014 Fmesp

TOMADA DE PREÇO Nº. 004/2014 FMESP FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO GLOBAL
OBJETO	Contratação de Empresa para Execução Reforma do Campo Municipal de Futebol e Implantação do Espaço Multiuso, conforme edital e seus anexos. Convênio nº 2014TR001978, celebrado com o Governo de Santa Catarina.
ENTREGA DOS ENVELOPES - PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO: até o dia 23/09/2014 às 14:00 hs (quatorze horas), Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 23/09/2014 às 14:00 hs (quatorze horas), após habilitação dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMI - End. Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro - Ilhota - SC, no site <a href="http://www.ilhota.sc.gov.br">www.ilhota.sc.gov.br</a> ou informações pelo email <a href="mailto:licitacao@ilhota.sc.gov.br">licitacao@ilhota.sc.gov.br</a> - Telefones: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.	

VALMOR BERTELLI JUNIOR  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
Ilhota, 08 de setembro de 2014.

#### Lc 55 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 55, de 02 de setembro de 2014  
EXTINGUE E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NA LEI COMPLEMENTAR N. 06, DE 07 DE MAIO DE 2002, QUE "DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO QUADRO GERAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS"

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. No Anexo II (quadro de cargos em comissão - grupo: direção e assessoramento superior) a que se referem os artigos 4º e 19 da Lei Complementar n. 06, de 07 de maio de 2002:

I - fica extinto o cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete, nível DAS-3, valor de vencimento R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais);

II - fica criado o cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete, nível DAS-4, com subsídio definido em lei municipal.

Art. 2º. O cargo de Chefe de Gabinete previsto no inciso II do art. 1º desta Lei Complementar equivale, em nível de hierarquia, ao cargo de Secretário Municipal.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, em 02 de setembro de 2014.  
DANIEL CHRISTIAN BOSI  
Prefeito Municipal

# Imarui

## PREFEITURA

### Decreto Nº 079, de 05 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 079, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, exercício 2014, na importância de R\$1.000,00, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO - 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE - 05.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
PROJ/ATIV. - 2.009	MANUT. DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
Dotação-Elemento	Cód. resu- mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	128	1.000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
Total Suplementação				R\$ 1.000,00

Art. 3º Fica autorizado proceder aos ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual, 2013-2016 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 05 de setembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 080, de 05 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 080, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, exercício 2014, na importância de R\$50.000,00, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO - 07	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DES- PORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE - 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. - 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação-Elemento	Cód.re- sumido	Recurso	Descrição	Valor

3.3.90.30.00.00.00.00	213	1.058	Material de Con- sumo	R\$ 50.000,00
Total Suplementação				R\$ 50.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o item anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação da seguinte dotação:

ÓRGÃO - 07	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPOR- TO E JUVENTUDE			
UNIDADE - 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. - 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação-Elemento	Cód.resu- mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	216	1.058	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	R\$ 50.000,00
Total Suplementação				R\$ 50.000,00

Art. 3º Fica autorizado proceder aos ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual, 2013-2016 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 05 de setembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

# Imbituba

## PREFEITURA

### Homologação Processo Seletivo PMI/Cersp/Seash 16 /2014

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEASH N.º 16/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Senhor JAISON CARDOSO, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado realizado para o preenchimento dos empregos públicos temporários existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura, conforme Leis n.º(s) 1.144, e Lei Complementar n.º 3.135/2007; 3.330/2008; 3436/2009, e por recomendação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo Simplificado objeto do EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEASH N.º16/2014. Determina, por sua vez, a publicação no DOM - Diário Oficial dos Municípios, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Imbituba, 05 de setembro de 2014.

JAISON CARDOSO

Prefeito Municipal

### Publicação de Extrato de Torna Sem Efeito da Dispensa Nº 01/2014 (Saneamento)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que torna-se sem efeito a publicação da Dispensa nº 01/2014 (SANEAMENTO) com o objeto contratação de empresa para a prestação do serviço de operação, manutenção e melhorias do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Imbituba/SC, publicado no Diário Oficial do Município, edição do dia 05/09/2014.

Imbituba, 08 de setembro de 2014.

Jarlex Teixeira

Secretario Municipal

### Instrução Normativa Sefaz/PMI Nº. 001/2014, 05 de Setembro de 2014

Instrução Normativa SEFAZ/PMI nº. 001/2014, 05 de setembro de 2014

Estabelece critérios para a movimentação de recursos financeiros do Município, Fundos e fundações Municipais e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º Normatizar a movimentação de recursos financeiros do Município, Fundos e Fundações Municipais.

Parágrafo único. A movimentação de recursos financeiros do Município, Fundos e Fundações Municipais deve observar o disposto nesta Normativa.

Art. 2º Os recursos de que trata esta Normativa serão depositados e mantidos em conta específica aberta para este fim em instituições financeiras.

§ 1º A movimentação dos recursos será realizada exclusivamente por meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados ou ordem bancária.

§ 2º Excepcionalmente, mediante justificativa circunstanciada e previamente ratificada pelo Secretário da Fazenda e na falta deste será ratificada pelo Secretário Adjunto da Fazenda, poderão ser realizados pagamentos utilizando cheques, adotando-se, mecanismos que permitam a identificação do beneficiário final.

Art. 3º O agente que der causa ao descumprimento do disposto nesta Normativa será responsabilizado nos termos da legislação aplicável.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de setembro de 2014.

Ivan Vitorio

Secretário da Fazenda

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Israel Pedroso Rocha

Controlador Geral do Município

### Portaria PMI/Pgm Nº 004, de 05 de Setembro de 2014.

PORTARIA PMI/PGM Nº 004, de 05 de setembro de 2014.

Dispõe sobre a instauração de Sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, Sindicância destinada a apurar supostas possíveis infrações cometidas por agentes públicos que possam ter praticado alguma conduta que deu causa à condenação do Município de Imbituba na ação de cobrança n. 030.07.000275-4, já transitada em julgado.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindicância:

I - Euclides Oliveira Porto, matrícula nº 5089, Advogado, lotado na Procuradoria Geral do Município, que presidirá;

II - Eduardo Cristiano Moraes, Auditor Fiscal, matrícula nº 5451, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda; e

III - Luciane Falleiro Muradas, matrícula nº 5575, Auditora Fiscal, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 4º Revoga-se a Portaria PMI/PGM Nº 002, de 18 de junho de

2014.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de setembro de 2014.

Daniel Vinício Arantes Neto

Procurador Geral do Município

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Israel Pedroso Rocha

Controlador Geral do Município

### Extrato: PMI Secult 2014/222 A00

ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2011/158 A04

Contratada: ANA MARIA DE ABREU DOS SANTOS

C.P.F: 678.857.489-87

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2014.

Valor: 24.549,24

Fundamento: Processo nº. 130/2011 Dispensa nº35/2011

Imbituba, 31 de dezembro de 2013

ONDE SE LÊ:

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2014.

Valor R\$ 24.549,24

DEVE-SE LER:

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 30/06/2014.

Valor R\$ 12.274,62

### Decreto PMI Nº 207.2014

DECRETO PMI Nº 207, DE 29 DE AGOSTO DE 2014.

Dispõe sobre a notificação de partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais acerca da liberação de recursos federais para o Município de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 93, inciso VII, e o Art. 94, da Lei Orgânica do Município; e

Considerando, o disposto no artigo 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997;

Considerando a recomendação nº 27 de 26 de maio de 2014, objeto do Ofício PRMT/Nº 851/2014 - GAB1, oriundo a Procuradoria da República no Município de Tubarão, de 25 de agosto de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada ao Secretário Municipal da Fazenda, atribuição para notificar partidos políticos, sindicatos de trabalhadores

e entidades empresariais, cientificando-os da liberação de recursos federais para o Município de Imbituba, na forma prescrita no art.2º da Lei Federal nº 4.952/1997.

Parágrafo único. A notificação deverá se emitida no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da respectiva data de recebimento dos recursos.

Art. 2º As notificações de que trata o artigo anterior conterão, obrigatoriamente, o nome do órgão concedente, a data do recebimento, o valor recebido e a destinação dos recursos.

Art. 3º O descumprimento do disposto neste Decreto, enseja a adoção das medidas legais de responsabilização funcional e administrativa, na forma da legislação em vigor.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de agosto de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

### Decreto PMI Nº 208.2014

DECRETO PMI Nº 208, DE 29 DE AGOSTO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 103.500,00 (cento e três mil e quinhentos reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE-SDR/N		
Manutenção das Estradas - SDR/NORTE		
15.451.0007-2.107		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0133)	Aplicações Diretas	103.500,00
Total		103.500,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de agosto de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

**Decreto PMI Nº 209.2014**

DECRETO PMI Nº 209, DE 3 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe no § 2º do Art. 4º e no Art. 33 da Lei nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Termo de Vistoria - Transporte Escolar - DTP/SEINFRA Nº 023/2014, às fls. 20, do Processo Administrativo nº 8509/2014;

Considerando a Comunicação Interna do Departamento de Transportes Público nº 036/2014, às fls. 37, do Processo Administrativo nº 8509/2014, e

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado, as fls.39, do Processo Administrativo nº 8509/2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) ao Senhor EDIO DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 342.715.709-15 e RG nº 771385, nos termos do Processo Administrativo nº 8509/2014. Parágrafo único. A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar), constante do caput do art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 3 de setembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

**Portaria PMI Nº 12.2014**

PORTARIA PMI Nº 12, DE 2 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a Nomeação dos Membros da Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis, Imóveis e Inservíveis, do Patrimônio Público Municipal e, dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal N.º 2.483/2003, de 29 de dezembro de 2003, e

Considerando o Processo Administrativo nº 15811/2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis, Imóveis e Inservíveis do Patrimônio Público Municipal, que terá a seguinte composição:

I - Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública:

Titular - Eraldo Bittencourt Mota

Suplente - Simone Hipólito Martins

II - Secretaria Municipal de Articulação Política:

Titular - Geraldo Flôr Pedro

Suplente - Cadir Garbeloto Cargnin

III - Secretaria Municipal de Saúde:

Titular - Hellen Monteiro Correa

Suplente - Jane Ramos de Souza

IV - Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca:

Titular - Gerton Moraes Martins

Suplente - Cleiton da Silva

V - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano:

Titular - Jarlex Teixeira

Suplente - Vitor Duarte Francisco

VI - Secretaria Municipal de Educação:

Titular - Marlise Antunes de Carvalho

Suplente - Vanderlei de Carvalho

VII - Secretaria Municipal de Des. Econômico e Turístico:

Titular - Eliete Matias Medeiros

Suplente - Romeu Pires Filho

VIII - Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Titular - Daniel Henrique de Sá

Suplente - Gisele Rocha dos Santos

IX - Secretaria Municipal da Fazenda:

Titular - Cristiano Abílio João

Suplente - Osmarina Teixeira M. do Carmo

X - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação:

Titular - Adriana Pereira Fornasa

Suplente - Leda Borges Martins

XI - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Norte:

Titular - Denise Pacheco Américo Tomaz

Suplente - Nilton Cesar Rocha

XII - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Sul:

Titular - Marilete Querino

Suplente - João Carlos Bernardo

XIII - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Titular - Lourival Horácio

Suplente - Omar Pacheco

XIV - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável

Titular - Juliana da Silva Ignacio

Suplente - Antônio Clesio Costa

XV - Secretaria Municipal de Cultura

Titular - Ludmila Carvalho de Freitas

Suplente - Marcia Aparecida da Silva Luiz

XVI - Procuradoria Geral do Município

Titular - Katia Silva Pires

Suplente - Diego Silveira

XVII - Controladoria Geral do Município

Titular - Israel Pedroso Rocha

Suplente - Jaime Pires

Art. 2º Os trabalhos ficam sob a coordenação do Chefe do Departamento de Documentação e Patrimônio Sr. Eraldo Bittencourt Mota.

Art. 3º Fica revogada a Portaria PMI/SEAGP nº 041, de 20 de novembro de 2013.



Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 2 de setembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo

### **Decisão Em Recurso Administrativo**

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo de Licitação n.: 46/2014

Modalidade: Pregão Presencial 38/2014

Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS COM SERVIÇOS DE MONTAGEM, GEOMETRIA E BALANCIAMENTO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC.

RECORRENTE: MODELO PNEUS LTDA

Em face das RAZÕES RECURSAIS, interposta pela empresa MODELO PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 94.510.682/0001-26, a Prefeitura Municipal de Imbituba, neste ato representada pela Secretária Municipal de Educação, Sra. Michela da Silva Freitas, vem apresentar a seguinte decisão:

1.Acolho parecer jurídico e, por consequência, com fundamento no § 3º, artigo n. 87 da Lei de Licitações n. 8666/1993, APLICO as penalidades expostas nos itens 16.3, 16.3.1, e 16.4, previstas no Edital de Pregão Presencial n. 38/2014.

Zeli Pires  
Secretário Municipal de Administração  
e Gestão Pública - SEAGP

## **Iomerê**

### **PREFEITURA**

#### **Ata de R. de Preços Nº 0017/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0017/2014

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI, no uso de suas atribuições, resolve Registrar os Preços da empresa: BRITAGEM GASPAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Estrada geral Iomerê/Treze Tílias, Km 02 na cidade de Iomerê, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 01.924.996/0003-56, neste ato representado pelo Sr. Daniel Medeiros da Silva, doravante denominado FORNECEDOR, para eventual fornecimento dos materiais descrito abaixo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 850 de 02 de janeiro de 2009 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata, decorrentes do Pregão Presencial nº 0028/2014, Registro de Preços nº 0014/2014. Integram a presente ata, independente de suas transcrição, os termos e especificações constantes do Processo Administrativo Licitatório nº 0047/2014.

O prazo de vigência do registro de preços será de 12(doze) meses, contados da assinatura desta ata.

Os preços registrados são os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR REGISTRADO
01	PEDRA BRITA Nº 01	m³	20,35
02	PEDRA BRITA Nº 02	m³	19,87
03	PEDRA PULMÃO	m³	14,29
04	BRITA GRADUADA	m³	21,80

Iomerê, 26 de agosto de 2014.

LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

JOSNEI BAVARESCO  
PREGOEIRO

DANIEL MEDEIROS DA SILVA  
Britagem Gaspar Ltda

#### **Contrato Nº 14/074**

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA BRITAGEM GASPAR LTDA

CT14/074

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa BRITAGEM

GASPAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Estrada geral Iomerê/Treze Tílias, km 02 na cidade de Iomerê, inscrita no CNPJ sob o nº 01.924.996/0003-56, neste ato representado pelo Sr. Daniel Medeiros da Silva, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição de pedras abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei nº 8.666/93 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente contrato tem como objeto a aquisição de pedras, a serem utilizadas no Município de IOMERÊ, com os valores conforme segue:

1.2

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	m³	PEDRA BRITA Nº 01	1100	20,35	22.385,00
02	m³	PEDRA BRITA Nº 02	780	19,87	15.498,60
03	m³	PEDRA PULMÃO	400	14,29	5.716,00
04	m³	BRITA GRADUADA	500	21,80	10.900,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DA EXECUÇÃO

2.1 - O valor do contrato é de R\$ 54.499,60 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e noventa e nove reais e sessenta centavos) sendo os pagamentos conforme as aquisições, durante a vigência da ata nº 17/2014.

2.2 - As pedras serão retiradas parceladamente, conforme a necessidade, durante os meses de agosto a dezembro de 2014, na forma e quantidades definidas pela Prefeitura Municipal.

2.3 - A retirada das pedras será por conta da Prefeitura Municipal, sendo que o local de onde será retirado o material, deverá estar a uma distância não superior a 20(vinte) quilômetros da sede do Município de Iomerê.

2.4 - As pedras deverão ser de primeira qualidade (pedra ferro), limpa, sem impurezas.

2.5 - O metro cúbico deverá ser pesado pela empresa através de equipamento aferido pelo INMETRO devendo corresponder conforme tabela abaixo em kg.

ITEM	UNID.	KG	DESCRIÇÃO
01	m³	1.400	PEDRA Nº 01
02	m³	1.400	PEDRA BRITA Nº 02
03	m³	1.500	PEDRA PULMÃO
04	m³	1.400	BRITA GRADUADA

2.6 - Ficará facultado ao licitante conferir o peso do material entregue através de servidor indicado.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - Os pagamentos pela aquisição do objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal - Eletrônica e recebimento do Convênio TR 2517 com o Estado de Santa Catarina.

3.1.1 - O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: nfe@iomere.sc.gov.br

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

- constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2014:

Órgão	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Funcional	Manutenção da Malha Rodoviária
Complem. Elemento	33900000 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 - Recursos Ordinários 0124 - Convênio Estado
Reduzido	096 - 121

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2014, caso nesta data ainda existir saldo para aquisição, poderá ser firmado novo contrato até o vencimento da ata.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 - O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0047/2014 - Pregão Presencial nº 0028/2014 e Registro de Preço nº 0014/2014.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.

9.2 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos

sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes ao serviço necessário à aquisição do objeto deste certame.

9.3 - A Contratada obriga-se a dispor/entrega do material a ser solicitado pela Contratante, num prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas da solicitação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 - Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

IOMERÊ (SC), 01 de setembro de 2014.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATADO  
BRITAGEM GASPAR LTDA

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Paula Pasqual  
OAB/SC 16164

#### Contrato Nº 14/075

CONTRATO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA JJMCL PANIFICADORA, CONFEITARIA E SERV. LTDA-ME

CT14/075

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa JJMCL PANIFICADORA, CONFEITARIA E SERV. LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Pedro Penso, nº 355 na cidade de Iomerê, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 17.524.852/0001-80, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios abaixo descritos e especificados destinados à merenda escolar, com fornecimento fracionado e com entrega nas escolas, conforme requisição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este contrato decorre da homologação do resultado do Pregão

Presencial nº 0029/2014, objeto do Processo Administrativo Licitação nº 0048/2014, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para entrega dos Gêneros Alimentícios será a partir da assinatura do contrato, até 31.12.2014, conforme a necessidade.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR A SER PAGO

O valor a ser pago pelo fornecimento dos gêneros alimentícios será de R\$ 8.345,00, (oito mil trezentos e quarenta e cinco reais) na forma abaixo individualizada com os respectivos preços unitários:

DESCRIÇÃO	UN	QTDADE	VLR UNITÁRIO R\$	VLR TOTAL R\$
PÃO PARA CACHORRO QUENTE	KG	100	11,43	1.143,00
PÃO DOCE	KG	100	11,43	1.143,00
PÃO FRANCES	KG	120	8,45	1.014,00
BOLACHA CASEIRA DE FUBÁ	KG	30	16,50	495,00
BOLACHA CASEIRA AÇUCARADA	KG	15	16,50	247,50
BOLACHA CASEIRA DE AÇUCAR MASCADO	KG	15	18,50	277,50
BOLO CASEIRO DE CENOURA	KG	15	12,50	187,50
BOLO CASEIRO DE FUBÁ	KG	25	12,50	312,50
BOLO CASEIRO DE LARANJA	KG	20	12,50	250,00
GROSTOLI	KG	50	12,50	625,00
PÃO TIPO CASEIRO	KG	100	9,00	900,00
PÃO CASEIRO INTEGRAL	KG	100	11,50	1.150,00
CUSA CASEIRA	KG	50	12,00	600,00
TOTAL				8.345,00

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

Em nenhuma hipótese será admitido o reajustamento de preços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR
Complem. Elemento	33.90.30.07 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 -Recursos Ordinários 0060 - PNAE
Reduzido	28 e 29

Todo pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de documento fiscal hábil, tendo o Município um prazo de até 10 (dez) dias para efetivar o pagamento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades que lhes são afetas, na forma da Lei.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É responsabilidade da contratada:

- Entregar os produtos nas mesmas marcas constantes da proposta, não sendo permitida a substituição de marca, exceto com a devida autorização da Nutricionista Responsável Técnica (RT);
- Arcar com todas as despesas relacionadas às entregas, para com todas as unidades escolares;
- Entregar os produtos em bom estado de conservação, aparência e acondicionados em adequadas embalagens;
- Os produtos que necessitem de pesagem para entrega (frutas e verduras) deverão ser embalados (em caixas de polietileno), pesados e etiquetados para facilitar a conferência;
- Todos os produtos industrializados deverão apresentar Rótulo Nutricional e orientações com relação aos ingredientes, fabricação e prazos de validade;
- Entregar produtos com prazo de validade não inferior a 5 (cinco) meses;
- Entregar os produtos na data estipulada pelo pedido Mensal e Semanal;
- Horários de entrega: Período Matutino até 9:00hs e Período Vespertino até 14:0hs.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Dentre outras obrigações, para o fiel cumprimento dos termos deste contrato, caberá à CONTRATANTE:

- Receber os produtos conforme a marca constante na proposta do licitante;
- Recusar produtos que apresentem defeito ou que não estejam em bom estado de conservação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido independentemente de qualquer notificação judicial ou extra-judicial no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A prática de ilícitos, a execução deficiente, irregular ou inadequada referente o objeto deste Contrato, o descumprimento de prazos e condições estabelecidas, faculta à CONTRATANTE, nos termos da Lei, a aplicação das seguintes penalidades:

- advertência;
- multa de 10,0%(dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, no caso da rescisão por inexecução ou eventual pedido de rescisão sem justo motivo;
- multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de

atraso, no caso de qualquer inadimplemento contratual injustificado, calculada sobre o valor total atualizado do contrato;  
IV- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos;

V- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal;

§ 1º: As sanções previstas nos incisos I, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATANTE.

§ 2º: Os critérios para atualização do valor total do contrato serão os mesmos a que se refere a cláusula quinta deste contrato.

§ 3º: A multa incidirá, em qualquer caso, sobre os valores contratuais vigentes na data da sua aplicação, e a partir daí atualizados monetariamente até a data da quitação.

§ 4º: Os valores de quaisquer multas aplicadas à CONTRATADA serão deduzidos dos créditos que eventualmente tenha direito ou cobrados judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado a entrega dos produtos, objeto da licitação, na data prevista, este deverá comunicar a contratante com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, justificando o motivo para possibilitar a reprogramação dos cardápios.

Como o supermercado é considerado por lei um serviço de alimentação, o mesmo deverá adequar-se as resoluções RDC 216, 359 e 360.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

IOMERÊ (SC), 01 de setembro de 2014.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATADO  
JJMCL PANIFIC. CONFEITARIA E SERV. LTDA-ME

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

Paula Pasqual  
OAB/SC 16164



**Contrato Nº 14/076**

CONTRATO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA MERCADO RZ LTDA

CT14/076

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa MERCADO RZ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua XV de Novembro, nº 357 na cidade de Videira, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 85.373.157/0001-15, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios abaixo descritos e especificados destinados à merenda escolar, com fornecimento fracionado e com entrega nas escolas, conforme requisição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

Este contrato decorre da homologação do resultado do Pregão Presencial nº 0029/2014, objeto do Processo Administrativo Licitatório nº 0048/2014, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

O prazo para entrega dos Gêneros Alimentícios será a partir da assinatura do contrato, até 31.12.2014, conforme a necessidade.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR A SER PAGO**

O valor a ser pago pelo fornecimento dos gêneros alimentícios será de R\$ 49.935,75 (quarenta e nove mil novecentos e trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos), na forma abaixo individualizada com os respectivos preços unitários:

DESCRIÇÃO	UN	QTD	VL UNITÁRIO R\$	VL TOTAL R\$
AÇÚCAR REFINADO	KG	350	1,85	647,50
AMIDO DE MILHO	KG	10	6,50	65,00
ARROZ PARBOILIZADO	KG	200	2,24	448,00
ARROZ CATE-TO INTEGRAL	KG	40	3,30	132,00
BANANA CATURRA	KG	850	1,85	1572,50
MAMÃO	KG	400	3,70	1480,00
LARANJA	KG	400	2,10	840,00
MAÇA	KG	650	4,20	2730,00
MANGA	KG	150	3,65	547,50
MELÃO	KG	350	3,90	1365,00
MELANCIA	KG	250	1,63	407,50
ABACATE	KG	50	3,50	175,00
ABACAXI PEROLA	UN	100	5,40	540,00

BATATA IN-GLESA	KG	120	1,95	234,00
ABOBRINHA DO TIPO PAULISTA	KG	50	3,31	165,50
ABOBORA DO TIPO MORANGA	KG	70	1,85	129,50
BATATA DOCE	KG	60	2,82	169,20
BATATA SALSADA	KG	50	9,15	457,50
BETERRABA	KG	60	3,11	186,60
CENOURA	KG	60	2,92	175,20
CHUCHU	KG	50	2,04	102,00
MANDIOCA	KG	40	4,18	167,20
PEPINO	KG	30	3,11	93,30
TOMATE	KG	200	4,87	974,00
CEBOLA	KG	90	2,53	227,70
RABANETE	KG	10	6,81	68,10
REPOLHO	KG	90	2,25	202,50
RADICHE	UN	50	1,76	88,00
TEMPERO VERDE	MÇ	80	1,76	140,80
ALHO FRESCO	KG	4	17,60	70,40
VAGEM	KG	10	8,11	81,10
ALFACE	UN	200	1,76	352,00
ACELGA FRESCA	UN	50	2,93	146,50
AGRIÃO	MÇ	50	2,74	137,00
BROCOLIS	UN	50	4,00	200,00
CHICORIA	UN	50	1,76	88,00
COUVE FOLHA	UN	30	1,76	52,80
COUVE FLOR	UN	60	4,00	240,00
BEBIDA LACTEA	LT	800	3,47	2776,00
LEITE INTEGRAL LONGA VIDA	LT	900	2,74	2466,00
LEITE SEM LACTOSE	LT	30	4,20	126,00
IOGURTE SEM LACTOSE	UN	30	2,88	86,40
BISCOITO SALGADO INTEGRAL	KG	25	12,40	310,00
BISCOITO SALGADO COM GERGELIM	KG	25	11,50	287,50
BISCOITO SALGADO TIPO AGUA E SAL	KG	20	10,00	200,00
BISCOITO SALGADO TIPO COQUE-TEL	KG	25	11,60	290,00
BISCOITO DOCE SABOR MILHO	KG	20	10,65	213,00



BISCOITO DOCE TIPO BOLACHA MEL SEM GLACÊ	KG	15	10,50	157,50
BICOITO DO TIPO KUKI	KG	15	12,00	180,00
BISCOITO DOCE AO LEITE TIPO MARIA	KG	25	10,45	261,25
BISCOITO DO TIPO MAISENA	KG	20	9,70	194,00
BISCOITO DOCE, TIPO LAMINADO DE LEITE	KG	20	10,47	209,40
CAFÉ SOLUVEL GRANULADO	KG	20	51,25	1025,00
CANELA EM PÓ	KG	0,5	85,00	42,50
CANELA EM RAMA	KG	0,5	110,00	55,00
CRAVO DA INDIA	KG	0,5	125,00	62,50
NOZ MOSCADA MOÍDA	KG	0,4	110,00	44,00
OREGANO	KG	0,5	48,50	24,25
PIMENTA DO REINO	KG	0,1	80,50	8,05
COLORAU	KG	4	5,60	22,40
SAL IODADO REFINADO	KG	35	1,45	50,75
CEREAL MATINAL DE MILHO COM AÇUCAR	KG	25	15,53	388,25
CEREAL MATINAL DE MILHO SABOR CHOCOLATE	KG	20	19,10	382,00
CEREAL INFANTIL	KG	5	24,98	124,90
CEREAL DO TIPO GRANOLA	KG	30	16,16	484,80
SEMENTE DE LINHAÇA MARROM EMBALADA	KG	2	11,30	22,60
SEMENTE DE GERGELIM	KG	2	30,00	60,00
GRÃO DE BICO	KG	4	11,50	46,00
LENTILHA	KG	15	10,00	150,00
LEITE DE SOJA LÍQUIDO	LT	50	4,88	244,00
AVEIA EM FLOCOS	KG	3	10,74	32,22
LEITE EM PO	KG	25	20,02	500,50
PROTEINA TEXTURIZADA DE SOJA	KG	4	10,16	40,64

FARINHA DE AVEIA	KG	3	13,18	39,54
FARINHA LACTEA	KG	3	23,05	69,15
ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO	KG	30	8,79	263,70
CHOCOLATE GRANULADO	KG	2	17,58	35,16
CHÁ MATE SABOR MAÇA	KG	0,5	125,00	62,50
CHÁ DE SAQUINHO SABOR MATE COM PÊSSEGO	KG	0,5	77,00	38,50
CHÁ SABOR ERVA CIDREIRA	KG	0,5	145,00	72,50
CHÁ DE ERVA DOCE	KG	0,5	108,00	54,00
CHÁ MATE	KG	0,5	90,00	45,00
COCO RALADO SEM AÇUCAR	KG	3	34,50	103,50
CREME DE LEITE TIPO UHT	KG	8	9,70	77,60
LEITE CONDENSADO	KG	10	10,25	102,50
ESSENCIA DE BAUNILHA AÇÚCAR - LÍQUIDO	LT	0,5	169,00	84,50
DOCE DE LEITE	KG	12	9,85	118,20
EXTRATO DE TOMATE	KG	40	7,91	316,40
FERMENTO EM PÓ	KG	5	20,17	100,85
ÓLEO DE SOJA ( LATA DE 900 ML )	UN	85	3,66	311,10
VINAGRE DE MAÇA	LT	35	2,82	98,70
AZEITE DE OLIVA	LT	6	30,65	183,90
SARDINHA ENLATADA EM OLEO	KG	10	23,93	239,30
CARNE BOVINA COXÃO MOLE BIFE	KG	35	19,00	665,00
CARNE BOVINA ACEM	KG	60	13,40	804,00
CARNE BOVINA DE PRIMEIRA MOIDA	KG	120	16,00	1920,00
CARNE DO TIPO LIGUICINHA TOSCANA	KG	10	12,30	123,00
CARNE BOVINA - MUSCULO	KG	50	12,60	630,00

CARNE SUINA BISTECA	KG	40	11,10	444,00
CARNE SUINA DO TIPO COSTELINHA SUINA FRESCA	KG	15	11,90	178,50
CARNE LOMBO FATIADO	KG	20	16,50	330,00
COXA E SOBRECOSTA DE FRANGO	KG	170	5,50	935,00
PEITO DE FRANGO CONGELADO	KG	150	7,46	1119,00
DRUMET DE FRANGO	KG	40	8,64	345,60
ERVILHA DO TIPO CONGELADO	KG	25	10,85	271,25
MILHO PARA CANJICA BRANCA	KG	40	6,50	260,00
MILHO VERDE CONGELADO	KG	25	10,00	250,00
FEIJÃO PRETO	KG	80	4,30	344,00
FEIJÃO CARIÓCA	KG	10	3,60	36,00
FEIJÃO VERMELHO	KG	30	8,00	240,00
MILHO PARA PIPOCA	KG	5	5,60	28,00
FARINHA DE MANDIOCA	KG	10	4,97	49,70
FUBÁ	KG	70	2,29	160,30
FARINHA DE TRIGO ESPECIAL	KG	100	2,09	209,00
FARINHA DE TRIGO INTEGRAL	KG	10	3,12	31,20
FARINHA DE POLVILHO DOCE	KG	9	7,79	70,11
FARINHA DE POLVILHO AZEDO	KG	7	7,79	54,53
GELATINA EM PÓ SABOR ABACAXI	KG	8	9,60	76,80
GELATINA EM PÓ SABOR CEREJA	KG	10	9,60	96,00
GELATINA SABOR FRAMBUESA	KG	8	9,60	76,80
GELATINA EM PÓ SABOR LIMÃO	KG	10	9,60	96,00
GELATINA SABOR MORANGO	KG	8	9,60	76,80
GELATINA EM PÓ SABOR UVA	KG	8	9,60	76,80

PÓ PARA PUDIM	KG	95	8,24	782,80
SAGU	KG	40	7,95	318,00
MACARRÃO COM VEGETAIS DE LETRINHAS	KG	10	6,59	65,90
MARGARINA VEGETAL COM SAL	KG	15	8,24	123,60
MACARRÃO COM OVOS TIPO PARAFUSO	KG	40	4,46	178,40
OVOS	DZ	70	4,60	322,00
SUCO UVA 100% NATURAL	LT	60	17,24	1034,40
SUCO INTEGRAL DIVERSOS SABORES	LT	100	9,65	965,00
QUEIJO TIPO MUZZARELA	KG	50	23,32	1166,00
QUEIJO PRATO	KG	5	48,59	242,95
SALSICHA DO TIPO HOT DOG	KG	65	9,23	599,95
PRESUNTO	KG	50	23,81	1190,50
BARRA DE CEREAL SABOR CASTANHAS	UN	90	1,00	90,00
BARRA DE CEREAL DE FRUTAS	UN	90	1,00	90,00
BARRA DE CEREAL SABOR COCO	UN	90	1,00	90,00
BARRA DE CEREAL DE AMENDOIM	UN	90	1,00	90,00
CANJICINHA OU QUIRERA	KG	5	3,40	17,00
LASANHA CASEIRA	KG	10	14,90	149,00
MACARRÃO CASEIRO CONG. TIPO ESPAGUETE GROSSO	KG	45	12,00	540,00
MACARRÃO CASEIRO CONG. TIPO FURADO GROSSO	KG	45	12,00	540,00
MACARRÃO CASEIRO CABELO DE ANJO	KG	40	12,50	500,00
DOCE CASEIRO DE FRUTAS	KG	50	8,77	438,50
MEL NATURAL DE ABELHA	KG	5	14,29	71,45

ALIMENTO A BASE DE SOJALT COM SABOR	100	4,50	450,00
TOTAL			49.935,75

**CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO**

Em nenhuma hipótese será admitido o reajustamento de preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO**

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR
Complem. Elemento	33.90.30.07 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 -Recursos Ordinários 0060 - PNAE
Reduzido	28 e 29

Todo pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de documento fiscal hábil, tendo o Município um prazo de até 10 (dez) dias para efetivar o pagamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO**

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades que lhes são afetas, na forma da Lei.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

É responsabilidade da contratada:

- Entregar os produtos nas mesmas marcas constantes da proposta, não sendo permitida a substituição de marca, exceto com a devida autorização da Nutricionista Responsável Técnica (RT);
- Arcar com todas as despesas relacionadas às entregas, para com todas as unidades escolares;
- Entregar os produtos em bom estado de conservação, aparência e acondicionados em adequadas embalagens;
- Os produtos que necessitem de pesagem para entrega (frutas e verduras) deverão ser embalados (em caixas de polietileno), pesados e etiquetados para facilitar a conferência;
- Todos os produtos industrializados deverão apresentar Rótulo Nutricional e orientações com relação aos ingredientes, fabricação e prazos de validade;
- Entregar produtos com prazo de validade não inferior a 5 (cinco) meses;
- Entregar os produtos na data estipulada pelo pedido Mensal e Semanal;
- Horários de entrega: Período Matutino até 9:00hs e Período Vespertino até 14:0hs.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Dentre outras obrigações, para o fiel cumprimento dos termos deste contrato, caberá à CONTRATANTE:

- Receber os produtos conforme a marca constante na proposta do licitante;
- Recusar produtos que apresentem defeito ou que não estejam em bom estado de conservação.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido independentemente de qualquer notificação judicial ou extra-judicial no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A prática de ilícitos, a execução deficiente, irregular ou inadequada referente o objeto deste Contrato, o descumprimento de prazos e condições estabelecidas, faculta à CONTRATANTE, nos termos da Lei, a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 10,0%(dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, no caso da rescisão por inexecução ou eventual pedido de rescisão sem justo motivo;

III - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, no caso de qualquer inadimplemento contratual injustificado, calculada sobre o valor total atualizado do contrato;

IV- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos;

V- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal;

§ 1º: As sanções previstas nos incisos I, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATANTE.

§ 2º: Os critérios para atualização do valor total do contrato serão os mesmos a que se refere a cláusula quinta deste contrato.

§ 3º: A multa incidirá, em qualquer caso, sobre os valores contratuais vigentes na data da sua aplicação, e a partir daí atualizados monetariamente até a data da quitação.

§ 4º: Os valores de quaisquer multas aplicadas à CONTRATADA serão deduzidos dos créditos que eventualmente tenha direito ou cobrados judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado a entrega dos produtos, objeto da licitação, na data prevista, este deverá comunicar a contratante com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, justificando o motivo para possibilitar a reprogramação dos cardápios.

Como o supermercado é considerado por lei um serviço de alimentação, o mesmo deverá adequar-se as resoluções RDC 216, 359 e 360.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

IOMERÊ (SC), 01 de setembro de 2014.

CONTRATANTE  
MUNICÍPIO DE IOMERÊ

CONTRATADO  
MERCADO RZ LTDA

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

Paula Pasqual  
OAB/SC 16164

**Contrato Ctaact14/53****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTAact14/53**

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal, Luciano Paganini, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, SANDI PAULA CHAICOSKI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 095.544.309-14 e RG 6.247.704, residente em Iomerê, SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Merendeira - comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOTAÇÃO**

2.1 - A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no Centro Educacional Municipal de Iomerê.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO HORÁRIO DE TRABALHO**

3.1 - A carga horária da CONTRATADA será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

4.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei nº 320/05, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Iomerê, equivalente a 1,80 (um vírgula oitenta) salários mínimos municipais.

**CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA**

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 01 de setembro de 2014 e tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado.

**CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

6.1 - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização à CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO VÍNCULO**

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

**CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 29 de agosto de 2014.

LUCIANO PAGANINI  
CONTRATANTE

SANDI PAULA CHAICOSKI  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Paula Pasqual  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 16164

**Contrato Ctaact14/54****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO CTAact14/51**

Pelo presente instrumento particular, de um lado o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua João Rech, 500, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado pelo prefeito municipal Luciano Paganini, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado, ANGELA KATIA RUARO, brasileira, casa, inscrita no CPF sob nº 881.923.349-53 e RG 5.146.007-3, residente à Rua São Francisco de Assis, Bairro São Francisco - Videira, SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas e princípios aplicáveis de direito comum e de direito administrativo pertinentes, especialmente pela Lei nº 0061, de 17 de setembro de 1997.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Professor de Geografia, comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

Parágrafo Único: Parágrafo Único: a presente contratação é feita em caráter temporário e emergencial, sem processo seletivo, ante a ausência de professor aprovado em processos seletivos realizados para suprir a necessidade temporária destes serviços, não podendo os alunos serem prejudicados pela ausência de professor em sala de aula.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOTAÇÃO**

2.1 - A CONTRATADA prestará seus serviços junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, nas escolas municipais, sede e localidade de Bom Sucesso, conforme a necessidade da rede municipal de ensino.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO HORÁRIO DE TRABALHO**

3.1 - A carga horária da CONTRATADA será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços desempenhados, o valor previsto na Lei nº 320/05, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município de Iomerê, equivalente a 3,4 salários mínimos municipais.

**CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA**

5.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura, iniciando-se em 01 de setembro de 2014 e tendo seu término previsto para 20 de dezembro de 2014.

**CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

6.1 - Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se a

CONTRATADA não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastante apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização a CONTRATADA pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na cláusula quinta.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO VÍNCULO

7.1 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer questões originárias deste contrato.

Assim ajustadas e contratadas, firmam o presente instrumento, com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma.

Iomerê, 01 de setembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI  
CONTRATANTE

ANGELA KATIA RUARO  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

#### **Termo de Resc. Cont. Nº 018/2014**

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 018/2014

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua João Rech, n. 500, Iomerê, SC., ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, e de outro lado, VANDERLEI PIRES, resolvem rescindir o contrato n. CTACT14/27 o que o fazem nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

As partes, em 31 de janeiro de 2014, firmaram contrato de prestação de serviços de Professor de Geografia - Habilitado, Contrato n. CTACT14/27.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Em razão da manifestação expressa da vontade do Contratante, de não mais querer os serviços do contratado, as partes, de comum acordo, resolvem rescindir o contrato conforme cláusula sexta, pelo que a contratante compromete-se em pagar 10 dias e renuncia quaisquer outros direitos decorrente do contrato rescindido, dando ampla e geral quitação.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

A presente rescisão surtirá efeitos a partir de 28 de agosto de 2014.

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira, SC., para dirimir questões oriundas da presente rescisão.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Iomerê, 28 de agosto de 2014.

Luciano Paganini  
Contratante

Vanderlei Pires  
Contratado

#### TESTEMUNHAS

NOME  
CPF

NOME  
CPF



# Ipumirim

## PREFEITURA

### Ata de Abertura da Documentação do PL 44, Cp 1-2014/PM

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 1/2014 - CC</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 44/2014 <b>Data do Processo:</b> 27/06/2014
Folha: 1/1	

#### OBJETO DA LICITAÇÃO:

Concessão de serviços Públicos funerários no Município de Ipumirim, nos termos da Lei Complementar nº 114 de 10 de abril de 2012.

#### ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 41/2014 (Sequência: 1)

Ao(s) 19 de Agosto de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 010/2014, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 44/2014, Licitação nº. 1/2014 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Compras e Serviços.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

HUGO COLOSSI ME neste ato representado pelo sócio proprietário o Senhor HUGO COLOSSI.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- No dia e hora prevista, a Comissão de Licitação Permanente, nomeada através da Portaria nº 010/2014, reuniu-se para abertura do presente certame licitatório. Apresentou-se para participar desse embate licitatório a empresa: HUGO COLOSSI ME neste ato representado pelo sócio proprietário o Senhor HUGO COLOSSI. Ato contínuo o Presidente cumprimentou a todos os membros da Comissão e representante presente e dá início ao certame licitatório. Dando continuidade ao embate licitatório foi aberto o envelope da documentação, o qual foi aberto e conferido pela Comissão de licitação e representante presente. Após a análise criteriosa da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme os requisitos mínimos fixados no presente Edital, estando, portanto habilitada para prosseguir nas fases subsequentes do presente embate licitatório. Considerando-se que o representante da licitante supramencionada não apresentou o Termo de Renúncia Relativo ao Julgamento da Fase de Habilitação, abre-se prazo de 5(cinco) dias úteis para interposição de recursos, conforme artigo 109 parágrafo 6º da Lei 8.666/93. Não havendo nada mais a tratar, encerra-se a fase de habilitação e lavra-se a ata que é assinada pelos os membros da Comissão e representante presente.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Ipumirim, 19 de Agosto de 2014

#### COMISSÃO:

LAUDECIRO FRANCIO	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
JUCILENE GOLDONI CALIARI	- ..... - MEMBRO
ROSELI SALETE ZANATTA	- ..... - MEMBRO
CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLI	- ..... - MEMBRO

**Ata de Reunião de Julgamento da Proposta do PL 44, Cp 1-2014/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 1/2014 - CC</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 44/2014</b> <b>Data do Processo: 27/06/2014</b>
	Folha: 1/1

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Concessão de serviços Públicos funerários no Município de Ipumirim, nos termos da Lei Complementar nº 114 de 10 de abril de 2012.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 43/2014 (Sequência: 2)**

Ao(s) 27 de Agosto de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 010/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 44/2014, Licitação nº 1/2014 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** No dia e hora marcada, a Comissão de licitação da prosseguimento ao presente embate licitatório, a Comissão de Licitação da início a abertura do envelope da Proposta Comercial da empresa: HUGO COLOSSI ME neste ato sem representante presente, onde a mesma foi rubricada e conferida pela Comissão de Licitação. Após análise criteriosa da proposta constatou-se que a empresa estava em conformidade com o presente Edital. Declara-se vencedora a empresa HUGO COLOSSI ME, com o valor de R\$ 37.534,00 (trinta e sete mil e quinhentos e trinta e quatro reais), o preço da licitante encontra-se descrito no quadro comparativo de preços, anexo ao presente auto. Nada mais havendo a declarar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da comissão presentes.

**Participante: 6124 - HUGO COLOSSI-ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Concessão de serviços Públicos funerários no Município de Ipumirim, nos termos da Lei Complementar nº 114 de 10 de abril de 2012.	SER	1,00		0,0000	37.534,00	37.534,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>37.534,00</b>
<b>Total Geral -----&gt;</b>							<b>37.534,00</b>

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 27 de Agosto de 2014

**COMISSÃO:**

LAUDECI FRANCIO - ..... - Presidente da Comissão de Licitação  
JUCILENE GOLDONI CALIARI - ..... - MEMBRO  
ROSELI SALETE ZANATTA - ..... - MEMBRO  
CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLI - ..... - MEMBRO

**Termo de Homologação do PL 44, Cp 1-2014/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 1/2014 - CC</b>
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 44/2014 Data do Processo: 27/06/2014
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 44/2014  
b ) Licitação Nr.: 1/2014-CC  
c ) Modalidade: Concorrência p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 05/09/2014  
e ) Objeto da Licitação: Concessão de serviços Públicos funerários no Município de Ipumirim, nos termos da Lei Complementar nº 114 de 10 de abril de 2012.

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

**HUGO COLOSSI-ME (6124)**

1 Concessão de serviços Públicos funerários no Município de Ipumirim, nos termos da Lei Complementar nº 114 de 10 de abril de 2012.	SER	1,00	0,0000	37.534,00	37.534,00
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----	------	--------	-----------	-----------

**Total do Fornecedor: 37.534,00**

**Total Geral: 37.534,00**

Ipumirim, 5 de Setembro de 2014.

-----  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Irineópolis

## PREFEITURA

### Decreto N.º 2.654/2014

DECRETO Nº 2.654/2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE VAGA E CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; e,

Considerando a realização do concurso público n.º 001/2014 no qual houve aprovados, além das vagas previstas para o cargo de Auxiliar Administrativo;

Considerando a necessidade de convocação de servidor para desenvolver os serviços do cargo supracitado na área administrativa da saúde;

Considerando a necessidade de prestação de um serviço público eficiente, em órgãos da Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado abertura de mais 01 (uma) vaga no concurso público n.º 001/2014 para o cargo de Auxiliar Administrativo, e, autorizada a CONVOCAÇÃO do próximo candidato aprovado, de acordo com a ordem classificatória de aprovação, para fins de nomeação.

Art. 2º O candidato convocado deverá comprovar, no prazo legal, o cumprimento de todos os requisitos e exigências para o exercício do cargo, no qual obteve aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de Setembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### Extrato do Edital Nº 56/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 19 de setembro de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item, de acordo com a Lei nº 10.520/02, visando a "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO NA SEDE E EM DIVERSAS LOCALIDADES DO INTERIOR, PARA A SEMANA DO DIA DAS CRIANÇAS, COM ENTREGA PARCELADA", até o dia 31 de dezembro de 2014, com entrega imediata. O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111 e 3625-1144, no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, em 05 de setembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### Decreto N.º 2.656/2014

DECRETO Nº. 2.656, de 05 de setembro de 2014.

EXTINGUE UNIDADE ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 8º, inciso I e VII, combinado com o art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e, de acordo com o art. 1º da Lei nº 1.193/2005 de 20/06/2005; e,

Considerando que, através do Decreto nº 1.907, de 08/03/2009, restou determinada a paralisação da EI de Despraiado, neste Município, em virtude do ínfimo número de alunos matriculados;

Considerando que, passados 03 (três) anos desde a sua paralisação, a situação do baixo número de matrículas ainda permanece, conforme levantamento efetuado pela Secretaria Municipal da Educação;

Considerando finalmente, que o pequeno número de estudantes da localidade, conta com a possibilidade de frequentar Unidade Escolar de reconhecido conceito educacional, onde poderão realizar seus estudos:

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada a extinção da Escola Isolada de Despraiado - código 42091063, situada na localidade de Despraiado, neste Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A extinção da Unidade Escolar acima citada, dar-se-á em decorrência do baixo número de matrículas verificadas quando da sua paralisação em 2009, com prevalência até nossos dias, e da absorção desses alunos por unidades próximas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC),

em 05 de Setembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**Decreto N.º 2.652/2014****DECRETO Nº. 2.652 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.**

**Regulamenta a nova Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e no Município, sistema de gerenciamento das notas fiscais e a sua utilização, disciplina obrigações acessórias pela Internet e dá outras providências.**

**CONSIDERANDO** a necessidade das Administrações Tributárias Municipais atuarem de forma integrada com o compartilhamento de informações que viabilizará maior controle fiscal e de arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, conforme o Modelo Conceitual da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais - ABRASF;

**O PREFEITO MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS**, no exercício das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal 1.704/2013;

**DECRETA:****DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA**

**Art. 1º.** Fica regulamentada e instituída a nova Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e conforme o Modelo Conceitual ABRASF, documento fiscal emitido e armazenado eletronicamente em sistema disponibilizado pela Secretaria Municipal da Fazenda, de emissão obrigatória pelos prestadores de serviços inscritos no Cadastro Mobiliário de Contribuintes ou com atividade econômica no território do Município, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, conforme modelo no Anexo I.

**§ 1º.** A obrigatoriedade e a emissão das NFS-e a que se refere o *caput* deste artigo passa a vigorar a partir de 1º/10/2014.

**§ 2º.** Ficam dispensados da obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e os seguintes contribuintes:

- I. - profissionais autônomos que tenham o recolhimento do ISSQN efetuado através de tributação fixa anual;
- II. - bancos e instituições financeiras autorizadas pelo BACEN;
- III. - contribuintes optantes pelo Regime Tributário do Simples Nacional qualificado como Micro Empreendedor Individual – MEI, quando prestar serviço para Pessoa Física.

**§ 3º.** A Secretaria Municipal da Fazenda poderá criar outras formas de controle, documentos e declarações eletrônicas relativas à fiscalização dos contribuintes.

**Art. 2º.** A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e deve ser emitida por meio da Internet nos endereços eletrônicos [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br) ou [www.webiss.com.br/irineopolissc](http://www.webiss.com.br/irineopolissc), mediante a utilização de senha e login que serão fornecidos aos contribuintes com a realização do cadastramento, e conterá todos os dados constantes do Anexo IA.

**Parágrafo único.** Os tomadores de serviços devem confirmar a autenticidade da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e no endereço eletrônico disponibilizado pela Secretaria Municipal da Fazenda, podendo, em caso de falsidades ou inexatidões, serem corresponsáveis pelo crédito tributário nos termos da lei.

**Art. 3º.** A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e conterá, entre outras, as seguintes informações:

- I. - itens de verificação e conferência dos dados constantes da nota, pelos tomadores de serviços, que comprovem sua validade e autenticidade;
- II. - registro automático das retenções obrigatórias dos substitutos tributários nomeados;
- III. - registro das retenções de tributos federais sob responsabilidade do contribuinte.

**Art. 4º.** A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e emitida, deverá ser impressa e entregue ao tomador de serviços no ato de sua emissão, podendo também ser enviada através de correio eletrônico ao tomador de serviços.

**Art. 5º.** A partir da data estipulada no § 1º do art. 1º deste Decreto, os contribuintes que tiverem vigente regime especial de impressão da Nota Fiscal Eletrônica Conjunta ISSQN/ICMS ou emitirem NFS-e conforme o Decreto 2.441 de 04 de julho de 2013, passarão a emitir uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e para cada



serviço prestado conforme disposto neste Decreto, estando revogados todos os regimes especiais neste sentido, podendo ainda, optarem pela emissão de Recibo Provisório de Serviços – RPS nos termos do art.17.

**Art. 6º.** O contribuinte, ao emitir Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, deverá fazê-la para todos os serviços prestados, de forma individualizada, de acordo com sua atividade.

**Parágrafo Único.** O contribuinte, que devido a sua atividade, paralisar a sua empresa temporariamente, deverá comunicar a paralisação temporária das atividades à Secretaria Municipal da Fazenda para suspensão das obrigações acessórias.

**Art. 7º.** A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e conterá a identificação dos serviços em conformidade com os subitens da Lista de Serviços da Lei Complementar Nacional n. 116/03, acrescida de um item para “outros serviços”.

**Parágrafo único.** Só poderão ser descritos vários serviços numa mesma NFS-e caso estejam relacionados a um único subitem da Lista, de mesma alíquota e para o mesmo tomador de serviço.

**Art. 8º.** No caso de serviços de construção civil, deverá ser emitida uma NFS-e por obra, sendo vedado de uma mesma nota constar dados referentes a mais de uma obra ou Anotação de Responsabilidade Técnica – ART emitida pelo órgão competente.

**Art. 9º.** A identificação do tomador de serviços será feita através do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ ou pelo Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, que será conjugado com a Inscrição Municipal.

**Art. 10.** Cabe à Secretaria Municipal da Fazenda, a seu critério, autorizar a emissão de NFS-e sem identificação do tomador do serviço, conforme a atividade e volume de serviços prestados pelo contribuinte, através da concessão de regime especial, estabelecido através de procedimento administrativo.

**§ 1º.** Os delegatários de serviço público que prestam os serviços descritos no item 21.01 da Lista de Serviços do Anexo I da Lei Complementar nº 017/03, ficam obrigados a emitir uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e por mês, até o terceiro dia do mês seguinte a ocorrência dos fatos geradores, conforme dispõe o caput, e incidirá sobre todos os valores recebidos, inclusive sobre valores recebidos pela compensação de atos gratuitos ou de complementação de receita mínima da serventia, deduzindo-se os valores destinados ao Estado ou outras entidades públicas por força de Lei.

**§ 2º.** Os contribuintes autorizados a emitir documento fiscal pelo Emissor de Cupom Fiscal – ECF, nos termos do art. 61 da Lei Federal nº 9.532/97, emitirão uma NFS-e por ECF a cada fechamento diário, nos termos da autorização disposta no *caput* deste artigo, cuja base de cálculo será o valor relativo ao resumo de movimento diário.

**Art. 11.** Quando da emissão da NFS-e, o valor do imposto será sempre apurado conforme legislação em vigor, exceto nos seguintes casos:

- I. - quando a natureza da operação for tributada no Município e a exigibilidade estiver suspensa por decisão judicial ou administrativa, ou por Regime Especial de Tributação, Sociedade de Profissionais ou Estimativas, exceto nos casos de estimativa mínima, quando houver;
- II. - quando a operação for tributada fora do Município;
- III. - quando a operação for imune ou isenta, casos em que não será apurado;
- IV. - quando o contribuinte for optante pelo Simples Nacional, caso em que obedecerá a legislação específica;
- V. - redução da base de cálculo por decisão judicial, administrativa ou legislação, com o preenchimento obrigatório da redução no campo “Deduções” da NFS-e.

**Art. 12.** O valor total dos serviços, retenções, deduções da base de cálculo do ISSQN, descontos e casos de suspensão da exigibilidade do crédito tributário será informado e calculado pelo próprio contribuinte, sendo de sua exclusiva responsabilidade a correta descrição destas informações.

**Art. 13.** Para realizar a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e é obrigatório informar a Natureza da Operação, conforme disposto nos incisos abaixo:

- I. - tributada no Município;

- II. - tributada fora do Município;
- III. - imune;
- IV. - isenta;
- V. - exigibilidade suspensa por decisão judicial;
- VI. - exigibilidade suspensa por procedimento administrativo.

#### **DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA AVULSA**

**Art. 14.** A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa – NFS-e Avulsa – deverá ser solicitada pelo contribuinte ou seu procurador, de forma presencial ou remotamente via internet, à Secretaria Municipal da Fazenda, que terá a responsabilidade de disponibilizá-la.

**Parágrafo Único.** A NFS-e Avulsa destina-se a especificar os serviços e respectivos preços, quando prestados nas seguintes situações:

- I. – pessoas físicas inscritas no Cadastro de Atividades Econômicas e Sociais na condição de profissionais autônomos ou profissionais liberais;
- II. – pessoas físicas ou jurídicas que gozem de isenção, não incidência ou imunidade do imposto em atividade eventual, destacando-se no corpo da nota fiscal a circunstância e o dispositivo legal pertinente;
- III. – pessoa jurídica ou física dispensada da emissão obrigatória de documento fiscal;
- IV. – pessoa jurídica ou física com processo de inscrição, como prestador de serviços, em andamento no Município.

**Art. 15.** A emissão da Nota Fiscal de Serviços Avulsa fica condicionada ao prévio recolhimento do ISSQN, referente ao serviço que constará na Nota Fiscal, observando-se as alíquotas e demais definições contidas na legislação em vigor, relativas as operações realizadas.

**Art. 16.** Não será considerado prestador de serviço eventual, aquele que habitualmente solicitar Nota Fiscal de Serviços Avulsa, cuja descaracterização como prestador de serviço eventual será analisada pela Administração Fazendária.

#### **DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS**

**Art. 17.** O Recibo Provisório de Serviços - RPS é o documento a ser utilizado pelo contribuinte em caso de contingência, no eventual impedimento da emissão “online” da NFS-e, devendo ser substituído por esta na forma e prazo do art. 22, conforme Anexo II, deste Decreto.

**§ 1º.** O RPS, quando em formulário impresso em gráfica, somente terá validade se impresso com o Selo Digital Inteligente – SDI em todas as vias, na cor preta, no canto superior à direita, de forma personalizada com dados codificados em 2-D (duas dimensões) para cada contribuinte e de dimensões de 4cm por 5cm, inclusive em RPS autorizados através de regime especial, conforme Anexo III deste Decreto, e será numerado obrigatoriamente em ordem crescente sequencial por série, iniciando a partir do número 01 (um), com prazo de validade de 03 (três) anos.

**§ 2º.** Além do RPS em formulário impresso, também poderá ser feito em formato eletrônico, inclusive com registro em modo *off-line*, exclusivamente através de aplicativo próprio disponibilizado pelo Município, para a emissão posterior da nota eletrônica assim que a conexão à Internet seja restabelecida.

**§ 3º.** O RPS em formato eletrônico será convertido em NFS-e e o sistema enviará automaticamente um correio eletrônico ao tomador de serviços indicando a emissão da NFS-e, sendo obrigatório informar o correio eletrônico do tomador de serviço quando da emissão do RPS neste formato.

**§ 4º.** Os contribuintes poderão utilizar sistemas próprios de emissão de RPS, ficando desobrigados de imprimir o Selo Digital Inteligente - SDI, e poderão enviar eletronicamente os arquivos com lotes de RPS através de uma aplicação local instalada em seus computadores que seja compatível com o Manual de Integração da ABRASF, segundo as especificações divulgadas pela Secretaria Municipal da Fazenda.

**§ 5º.** O RPS eletrônico gerado em aplicativo próprio ou disponibilizado pelo Município será numerado, obrigatoriamente, em ordem crescente sequencial por série, e quando impresso e entregue ao tomador do serviço, deverá constar a seguinte mensagem: “Este Recibo Provisório de Serviços – RPS – NÃO TEM VALIDADE

COMO NOTA FISCAL devendo ser convertido em NOTA FISCAL ELETRÔNICA até o 10º dia subsequente a sua emissão, não podendo ultrapassar o dia 5º (quinto) dia do mês seguinte ao da prestação do serviço, caso contrário, o TOMADOR dos serviços deve entrar em contato através do telefone (47) 3625-1111. Você, TOMADOR DE SERVIÇOS, também é responsável pelo cumprimento desta obrigação. Informe seu e-mail para receber automaticamente a NOTA FISCAL ELETRÔNICA no momento em que a mesma foi gerada”.

**Art. 18.** O RPS deverá conter todos os dados que permitam a sua conversão em NFS-e e seguirá o modelo determinado pela Secretaria Municipal da Fazenda.

**Art. 19.** A autorização de impressão dos formulários de RPS deverá ser solicitada através de Autorização de Impressão de Documento Fiscal – AIDF, via Internet diretamente no endereço eletrônico do Município ou através da Secretaria Municipal da Fazenda, salvo nos casos em que for utilizado no formato eletrônico, conforme definido no § 2º do art. 17, cuja solicitação de AIDF fica dispensada.

**Parágrafo único.** As gráficas que farão a impressão do RPS em meio físico deverão estar previamente cadastradas e autorizadas pelo Município.

**Art. 20.** Os contribuintes que, excepcionalmente, não dispõem de infra-estrutura de conectividade com a internet em tempo integral, poderão utilizar os formulários impressos de RPS e depois registrá-los para processamento e geração das respectivas NFS-e dentro do prazo disposto no art. 22, exclusivamente através dos endereços eletrônicos disponibilizados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

**Art. 21.** O RPS em meio físico, quando impresso em gráficas, deve ser emitido em, no mínimo, 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) via entregue ao tomador de serviços e a 2ª (segunda) via arquivada pelo contribuinte pelo prazo decadencial.

**Parágrafo único.** O contribuinte que fizer uso da emissão do RPS em formato eletrônico deverá manter os arquivos eletrônicos à disposição do Fisco pelo mesmo prazo.

**Art. 22.** O RPS deverá ser substituído pela NFS-e até o 10º (décimo) dia subsequente ao de sua emissão, não podendo ultrapassar o 5º (quinto) dia do mês seguinte ao da prestação do serviço.

**§ 1º.** O prazo previsto no *caput* deste artigo inicia-se no dia seguinte ao da emissão do RPS, não podendo ser prorrogado, ainda que o vencimento ocorra em dia não útil.

**§ 2º.** O RPS emitido perderá sua validade se, no prazo previsto no *caput* deste artigo, não for substituído por NFS-e.

**§ 3º.** A substituição do RPS em NFS-e fora do prazo sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas na legislação em vigor.

**Art. 23.** Ainda que fora do prazo, sem validade, danificado ou cancelado, o RPS impresso em gráfica conforme disposto no § 1º do art. 17, deverá ser convertido em NFS-e, independentemente da penalidade prevista na legislação, e armazenado pelo contribuinte pelo prazo prescricional para verificação pela administração tributária.

**Parágrafo único.** A não conversão do RPS em NFS-e será considerada como não emissão de nota fiscal e sujeita às sanções legais.

**Art. 24.** A funcionalidade de recepção e processamento em lotes de RPS enviados na forma do art. 17, § 4º, realizará a validação estrutural e de negócio de seus dados, processará os RPS e, considerando-se válido o lote, gerará as Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas - NFS-e, uma para cada RPS emitido.

**§ 1º.** A funcionalidade a que se refere o *caput* deverá ser solicitada à Secretaria Municipal da Fazenda, a seu critério, poderá deferi-la ao contribuinte.

**§ 2º.** Caso algum RPS do lote contenha informação considerada inválida, todo o lote será invalidado e as suas informações não serão armazenadas na base de dados da Secretaria Municipal da Fazenda.

§ 3º. É de responsabilidade do contribuinte a verificação de que o lote foi processado corretamente e, no caso de não processamento do lote, o contribuinte deverá realizar os ajustes necessários e submeter novamente o lote para processamento, sem prejuízo dos prazos estabelecidos no art. 22, e, até que o arquivo seja retificado, considera-se que o lote de RPS não foi enviado.

#### DO RECADASTRAMENTO ELETRÔNICO

**Art. 25.** As empresas Prestadoras de Serviços instaladas no Município, para a emissão da NFS-e, deverão solicitar seu cadastramento no Cadastro Eletrônico de Contribuintes – CeC, conforme Anexo IV nos endereços eletrônicos disponibilizados pela Secretaria Municipal da Fazenda, no período de 1º de setembro de 2014 a 30 de setembro de 2014, sob pena de aplicação das multas previstas na legislação pertinente, sem prejuízo da aplicação de multa em caso de inobservância de prazo estipulado para referida obrigação.

§ 1º. Para a efetivação da solicitação de cadastramento no CeC o contribuinte deverá encaminhar à Secretaria Municipal da Fazenda, pelos Correios, ou pessoalmente, os seguintes documentos:

- I. - ficha de cadastro devidamente assinada;
- II. - cópia do contrato social e última alteração;
- III. - cartão CNPJ;
- IV. - cópia dos documentos pessoais de identificação dos sócios;
- V. - comprovante de endereço atualizado;
- VI. - cópia do contrato de locação, caso se trate de imóvel alugado.

§ 2º. As informações prestadas pelo contribuinte na solicitação de cadastro no CeC são de sua exclusiva responsabilidade, cabendo à autoridade fazendária municipal autorizar ou não o cadastro, através do Sistema de ISSQN no ambiente Web.

§ 3º. Aprovado o cadastro pela Autoridade Fiscal, o Sistema de ISSQN enviará um correio eletrônico automaticamente ao contribuinte que conterá informações de identificação e senha para acesso via Internet.

§ 4º. Com a identificação e a senha, os contribuintes poderão acessar o Sistema de ISSQN e consultar, dentre outras informações, a lista de todas as NFS-e, por ele emitidas.

§ 5º. O início da emissão da NFS-e de que se trata o art. 1º deste decreto ocorrerá a partir do dia 1º/10/2014.

#### DO LIVRO DE REGISTRO DE SERVIÇOS PRESTADOS

**Art. 26.** Todos os contribuintes que emitem NFS-e, devem imprimir diretamente no sistema de ISSQN na Internet, encadernar e armazenar, anualmente, o Livro de Registro de Serviços Prestados e, sempre que solicitado, apresentar à fiscalização.

#### DO VENCIMENTO E DO DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL – DAM

**Art. 27.** O recolhimento do ISSQN deverá ser feito exclusivamente por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, conforme modelo Anexo V, na rede arrecadadora credenciada, na forma e prazos definidos neste decreto.

**Parágrafo único.** O disposto no *caput* não se aplica aos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidos no Município de Irineópolis, optantes pelo SIMPLES NACIONAL instituído pela Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, salvo disposição em contrário da legislação específica.

**Art. 28.** O ISSQN correspondente aos serviços prestados ou tomados, inclusive o imposto devido pelo responsável tributário, deverá ser recolhido até o dia 15 (quinze) de cada mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, por meio de DAM, gerado e impresso através do endereço eletrônico do Município.

§ 1º. O sistema permitirá, sem prejuízo do vencimento do imposto disposto no *caput*, a possibilidade do contribuinte ou tomador responsável pelo pagamento do imposto emitir um DAM, por nota ou por grupo de NFS-e.

§ 2º. Caso o dia 15 (quinze) recaia em dia não útil, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil seguinte.

#### **DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA**

**Art. 29.** São responsáveis pelo pagamento do ISSQN as empresas sediadas no Município de Irineópolis nomeadas por ato do Secretário Municipal da Fazenda, e os elencados no § 2º do art. 8º da Lei Complementar n. 017/03 e na Lei Complementar Nacional nº 116/2003.

**Art. 30.** A falta de recolhimento do ISSQN retido pelo tomador no prazo estabelecido neste Decreto constitui apropriação indébita, sujeitando-se o infrator à competente ação penal, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação tributária.

§ 1º. Os prestadores e tomadores dos serviços sujeitos ao regime de Substituição Tributária de que trata esse decreto, são responsáveis solidários pelo recolhimento do ISSQN.

§ 2º. A solidariedade não comporta benefício de ordem.

§ 3º. O pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais.

§ 4º. A responsabilidade solidária é inerente a todas as pessoas físicas ou jurídicas, ainda que alcançadas por imunidade ou isenção tributária.

**Art. 31.** A opção do prestador do serviço pelo regime do Simples Nacional não dispensa o tomador do serviço de proceder à retenção e o recolhimento do ISSQN e a emissão pelo contribuinte prestador da NFS-e, exceto os contribuintes sujeitos a tributação do ISSQN do Simples Nacional por valores Fixos Mensais.

§ 1º. A retenção e recolhimento do ISSQN dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional deve observar a alíquota indicada na Lei Complementar n. 123/2006 e alterações posteriores.

§ 2º. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, quando prestarem serviços e não tiverem seu imposto retido, devem recolher o ISSQN com base na receita bruta, conforme determina a Lei Complementar n. 123/2006 e resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN, através do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional Declaratório – PGDDAS-D.

§ 3º. O Microempreendedor Individual – MEI, que optar pelo Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional (SIMEI), deve efetuar o recolhimento mensalmente, conforme determina a Lei Complementar n. 128/2008 e Resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN, através de Programa Gerador do Micro Empresário Individual - PGMEI.

§ 4º. A opção do prestador do serviço pelo regime do Simples Nacional não dispensa a emissão da NFS-e, exceto os Microempreendedores Individuais optantes pelo SIMEI, quando prestarem serviços para pessoas físicas.

#### **DO REGISTRO AUXILIAR DE NOTA FISCAL DE SERVIÇO**

**Art. 32.** O Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo Anexo VI, deverá ser exigido pelas pessoas jurídicas de direito público ou privado estabelecidas neste Município sempre que contratarem serviços de prestadores sediados fora deste Município e cuja Nota Fiscal não seja autorizada por este Município.

§ 1º. O RANFS somente deverá ser exigido dos prestadores de serviço estabelecidos fora deste Município, quando os serviços foram executados dentro do território do Município de Irineópolis.

§ 2º. Somente prestadores de serviços sediados fora do Município podem emitir o RANFS, devendo fazê-lo a cada serviço prestado a tomador sediado neste Município, através de prévio cadastro na página eletrônica do Município.

§ 3º. O RANFS é um documento emitido no endereço eletrônico do Município e constará todas as informações relativas a uma nota fiscal.



**Art. 33.** Os contribuintes sediados fora do Município de Irineópolis deverão preencher o cadastro eletrônico registrando os dados de sua empresa, e encaminhar a ficha cadastral devidamente assinada pelo representante legal com firma reconhecida e cópia do Contrato Social atualizado e registrado.

§ 1º. Ocorrendo a aprovação do cadastro pela Autoridade Fiscal, o Sistema de ISSQN enviará e-mail automaticamente ao Contribuinte contendo informações de identificação e senha para acesso via Internet;

§ 2º. Caso o cadastro não tenha sido aprovado pela autoridade fazendária o e-mail conterá o motivo apontado pela autoridade fazendária para que sejam sanadas as irregularidades, com o reencaminhamento da solicitação na forma do *caput*.

§ 3º. O imposto será automaticamente gerado para o tomador do serviço, nos termos da Lei Complementar 017/03e na Lei Complementar Nacional nº 116/2003.

**Art. 34.** Quando a nota fiscal de serviços for autorizada por outro ente federativo, o tomador dos serviços deverá anexar o RANFS emitido diretamente da página do Município na Internet à nota fiscal relativa aos serviços tomados, emitida pelo prestador estabelecido fora do Município.

**Parágrafo Único.** Caso o prestador de serviço estabelecido fora deste município não faça a emissão do RANFS, o tomador deverá comparecer à Secretaria Municipal da Fazenda, dentro do prazo estabelecido no artigo 28, e realizar o recolhimento do imposto devido, através de denúncia espontânea, sob pena de acréscimos legais.

**Art. 35.** Os tomadores de serviços deverão acessar o site do Município através de *Login* e Senha, após prévio cadastro, conferir todos os dados registrados pelo prestador de fora no RANFS com os dados da nota fiscal de origem, e deverão aceitar ou rejeitar o RANFS.

§ 1º. A aceitação ou rejeição do RANFS deverá ser feita até o dia 05 (cinco) do mês seguinte à sua emissão.

§ 2º. Caso o tomador do serviço não se manifeste expressamente sobre o RANFS emitido pelo prestador até 30 (trinta) dias após o prazo disposto acima, o mesmo será considerado aceito tacitamente, podendo ser lançado o ISSQN para o tomador, com multa e juros se for o caso.

**Art. 36.** Caberá ao prestador de serviço sediado fora deste Município realizar as devidas correções quando o RANFS for rejeitado pelo tomador, submetendo a versão corrigida para nova aprovação do tomador.

**Art. 37.** Em caso de cancelamento do serviço prestado, o prestador de serviços poderá excluir o RANFS, devendo o tomador comprovar o cancelamento através de documentos idôneos, em caso de solicitação de esclarecimentos pelo Fisco Municipal.

#### DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS

**Art. 38.** Fica aprovado e instituído o sistema informatizado destinado a validar, assinar e transmitir os arquivos que compõem a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras - DES-IF, documento fiscal digital, conforme o Modelo Conceitual padrão da DES-IF, instituído pela ABRASF - Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais, destinado a registrar as operações e a apuração do ISSQN, de utilização obrigatória pelas instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

**Parágrafo Único.** A Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras - DES-IF fica estabelecida conforme o Modelo Conceitual definido pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais - ABRASF, Versão 2.2 de Março/2012 - ficando resguardado ao fisco municipal promover as adequações que entender necessárias para atendimento das normas e preceitos da legislação do Município.

**Art. 39.** As instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF ficam obrigadas à apresentação da DES-IF, nos termos previstos neste Decreto, que consiste em:

- I. - geração da DES-IF na periodicidade prevista;

- II. - entrega da DES-IF ao fisco na forma e prazo estabelecido;
- III. - guarda da DES-IF, juntamente com o protocolo de entrega em meio digital, pelo prazo estabelecido.

§ 1º - Estão também sujeitas às obrigações deste artigo as pessoas jurídicas a que se refere o caput, estabelecidas no município através de agência, posto de atendimento, unidade econômica ou profissional, ainda que a escrituração ou contabilização das receitas provenientes dos serviços seja promovida em território distinto de onde os serviços são prestados.

§ 2º - A geração, transmissão, validação e certificação digital da DES-IF, será feita por meio de sistemas informatizados, disponibilizados aos contribuintes para a importação de arquivos que compõem as bases de dados da Instituição Financeira e equiparadas.

§ 3º - A validade jurídica da DES-IF é assegurada pela certificação e assinatura digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil, garantindo segurança, não repúdio e integridade das informações declaradas ao fisco.

**Art. 40.** A DES-IF é um documento fiscal exclusivamente digital, constituído dos seguintes módulos:

- I. - Módulo 3 - Informações Comuns ao Município: Deverá ser entregue anualmente ao fisco até o dia 05 (cinco) do mês de fevereiro do ano seguinte ao ano de competência dos dados declarados ou por ocasião das alterações surgidas, contendo:
  - a) - o Plano geral de contas comentado – PGCC;
  - b) - a Tabela de tarifas de serviços da instituição;
  - c) - a Tabela de identificação de serviços de remuneração variável.
- II. - Módulo 2 - Apuração Mensal do ISSQN: deverá ser gerado mensalmente e entregue ao fisco até o dia 05 (cinco) do mês seguinte ao de competência dos dados declarados, contendo:
  - a) - o Demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por Subtítulo;
  - b) - o Demonstrativo do ISSQN mensal a recolher;
  - c) - a informação, se for o caso, de ausência de movimento, por dependência ou por instituição.
- III. - Módulo 1 - Demonstrativo Contábil: deverá ser entregue anualmente ao fisco até o dia 05 (cinco) do mês de julho do ano seguinte ao ano de competência dos dados declarados, contendo:
  - a) - os Balancetes Analíticos Mensais;
  - b) - o Demonstrativo de rateio de resultados internos.
- IV. - Módulo 4 - Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis: deverá ser gerado anualmente até o dia 05 (cinco) do mês de julho do ano seguinte ao de competência dos dados declarados ou por solicitação do fisco, contendo as informações das partidas dos lançamentos contábeis.

§ 1º - O Fisco Municipal reserva-se o direito de solicitar estes e outros dados e informações, com prazos diversos dos previstos no caput deste artigo, sempre que entender ser necessário para verificação de conformidade na homologação do ISSQN.

§ 2º - Os contribuintes que não cumprirem as obrigações previstas nesse artigo, bem como se as fizerem fora dos prazos estabelecidos, ficarão sujeitos às penalidades previstas na legislação tributária municipal.

§ 3º - A Secretaria Municipal da Fazenda disciplinará, através de ato normativo próprio, a geração, estrutura de dados, entrega e guarda da DES-IF.

§ 4º - A obrigação que trata o item II deste artigo terá início no mês de novembro/2014, referente à competência do mês de outubro/2014.

**Art.41.** O ISSQN devido em cada competência deverá ser recolhido dentro dos prazos estabelecidos, independentemente da entrega da DES-IF, conforme previsto no art. 28 deste Decreto.

**Art. 42.** Os sujeitos passivos previstos neste Decreto ficam obrigados a entregar declaração retificadora de informações escrituradas em declaração já transmitida no caso de erro ou omissões e sempre que substituída declarações encaminhadas ao Banco Central, cujos dados tenham sido objeto de encaminhamento anterior ao

Fisco, devendo o declarante gerar e enviar, em substituição a anterior, uma nova declaração até o último dia do mês seguinte ao mês previsto para transmissão da declaração original.

**Parágrafo único.** A retificação de dados ou informações constantes da DES-IF feita fora do prazo previsto não ilide o declarante da aplicação da penalidade prevista na legislação, sendo vedada a retificação se iniciado qualquer procedimento de auditoria fiscal relacionada à verificação ou apuração do imposto devido.

**Art. 43.** As pessoas jurídicas a que se refere o art. 38, obrigadas à apresentação da declaração de que trata o presente Decreto ficam, a partir de sua entrada em vigor, dispensadas da emissão de nota fiscal de serviços, assim como da elaboração, preenchimento e entrega de qualquer outro documento com fins de declarar informações inerentes a serviços prestados, manual ou eletrônico, exceto outros exigidos mediante intimação fiscal.

#### **DO CANCELAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA**

**Art. 44.** A substituição ou cancelamento de uma NFS-e poderá ser feita pelo próprio contribuinte no sistema de gestão do ISSQN deste Município, desde que haja identificação através da Razão Social, CPF ou CNPJ, correio eletrônico válido e Inscrição Municipal do Tomador do Serviço, até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao da emissão da NFS-e a ser substituída ou cancelada.

**Parágrafo único.** Caso a NFS-e a ser substituída ou cancelada não contiver as informações do Tomador de Serviços ou estiver fora do prazo mencionado neste artigo, somente poderá ser cancelada mediante solicitação registrada eletronicamente no sistema de Gestão do ISSQN, ou através de solicitação por procedimento administrativo no Setor de Tributação do Município, com apresentação de declaração do tomador dos serviços expondo os motivos pelos quais a NFS-e deve ser cancelada.

**Art. 45.** Ocorrendo a substituição ou o cancelamento da NFS-e na forma e prazo estabelecidos no artigo anterior, o DAM deverá ser recalculado ou cancelado, no próprio sistema, conforme o caso.

§ 1º Caso a substituição ou o cancelamento da NFS-e ocorrer antes do pagamento do DAM, o Prestador ou o Tomador de Serviço deverá acessar o Sistema de Gestão do ISSQN do Município e realizar nova impressão do DAM para pagamento.

§ 2º Caso a substituição ou o cancelamento da NFS-e venha ocorrer após o pagamento do DAM, o prestador ou o tomador de serviço deverá solicitar o indébito mediante procedimento administrativo no Setor de Tributação do Município.

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art.46.** Depois de ultimado o prazo para a realização do Cadastro Eletrônico do Contribuinte - CeC, de que trata o art. 25, fica vedada a emissão de qualquer outro tipo de Nota Fiscal de Serviço, RPS ou Recibos de qualquer gênero, que não a ora instituída pelo presente decreto.

§ 1º – A partir da data disposta no caput, não mais terá validade qualquer emissão de nota fiscal eletrônica emitida nos moldes do Decreto 2.441 de 04 de julho de 2013.

§ 2º – As notas fiscais físicas assim como as AIDF para confecção de RPS já autorizadas, confeccionadas e não utilizadas até o termo final mencionado no caput deverão ser apresentadas no Setor de Tributação da Secretaria de Fazenda para o devido cancelamento.

**Art. 47.** A Secretaria Municipal da Fazenda poderá, a seu critério, efetuar de ofício o enquadramento ou desenquadramento dos contribuintes sujeitos ao regime de estimativa, inclusive através de estimativa mínima.

**Parágrafo único.** A estimativa mínima consiste na notificação do contribuinte no recolhimento de um valor mínimo mensal de ISSQN, sendo que, em caso de movimento tributável superior ao estimado, o contribuinte deverá efetuar o pagamento do ISSQN do maior valor.

**Art. 48.** A Secretaria Municipal da Fazenda poderá enviar aos contribuintes notificações, intimações, bem como, outros atos de comunicação e auto de infração, preferencialmente pela forma eletrônica.

**Art. 49.** O ISSQN não pago ou pago a menor, relativo às Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas – NFS-e emitidas, será enviado para inscrição em Dívida Ativa do Município, com os acréscimos legais, podendo ser objeto de protesto conforme Lei Federal n. 9.492/1997.

**Art. 50.** Os regimes especiais de recolhimento do ISSQN existentes deixam de ser aplicados aos contribuintes que forem obrigados à emissão da NFS-e, salvo a concessão de novo regime especial relativo à NFS-e.

**Art. 51.** As NFS-e emitidas poderão ser consultadas pelo contribuinte em sistema próprio da Secretaria Municipal da Fazenda até que tenha transcorrido o prazo decadencial conforme previsto na legislação vigente.

**Parágrafo único.** Depois de transcorrido o prazo previsto no *caput*, a consulta às Notas Fiscais Eletrônicas de Serviços – NFS-e emitidas somente poderá ser realizada mediante a solicitação de envio de arquivo em meio magnético.

**Art. 52.** A Secretaria Municipal da Fazenda poderá emitir normas complementares a este Decreto.


**Art. 53.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto 2.441 e 2.514 de 2013.

Irineópolis - SC, 01 de Setembro de 2014.

**JULIANO POZZI PEREIRA**  
Prefeito Municipal.

**BERNADETE SCHUSTER LONGO**  
Secretária Municipal de Fazenda.

**ANEXO I**  
**MODELO DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e**

	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS</b> Secretaria Municipal de Fazenda Rua Paraná, 200 – Centro – CEP: 89440-000 – Irineópolis/SC Fone Geral: (47) 3625 1111	<b>Nota: 2014000</b> <b>00000001</b> Código Verificação			
<b>NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e</b>					
Data e Hora de Emissão	Período de Competência	Município de Prestação do Serviço			
Reg. Especial Tributação	Natureza da Operação				
<b>PRESTADOR DE SERVIÇOS</b> Razão Social _____ CPF/CNPJ _____ Inscrição Municipal _____ Simples Nacional _____ Incentivador Cultural _____ Endereço _____					
<b>TOMADOR DE SERVIÇOS</b> Razão Social _____ CPF/CNPJ _____ Inscrição Municipal _____ FONE/FAX _____ E-mail _____ Endereço _____					
Código do Serviço: _____					
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS					
<h1>MODELO</h1>					
<b>RETENÇÕES FEDERAIS</b>					
PIS (R\$)	COFINS (R\$)	INSS (R\$)	IR (R\$)	CSLL (R\$)	Outras Retenções (R\$)
<b>VALORES</b>					
Valor dos Serviços (R\$)	Deduções (R\$)	Desconto Incondicionado (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	
ISS (R\$)	ISS Retido (R\$)	Desconto Condicionado (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Valor Total da Nota (R\$)	
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>					



**ANEXO IA****DEFINIÇÃO DOS REGISTROS QUE COMPÕEM A NFS-e**

- I – dados do Município;
  - II – número sequencial composto de quinze algarismos, iniciados pelo ano de emissão e reiniciado a cada ano;
  - III – código de verificação de autenticidade e QRCode;
  - IV – data e hora da emissão;
  - V – período de competência;
  - VI – município da prestação do serviço;
  - VII – regime especial de tributação;
  - VIII – natureza da operação;
  - IX – identificação do prestador de serviços, com:
    - a) nome ou razão social;
    - b) CPF ou CNPJ;
    - c) inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes – CMC;
    - d) telefone e ou fax;
    - e) simples nacional, indicação sim ou não;
    - f) incentivador cultural, indicação sim ou não;
    - g) endereço;
  - X – identificação do tomador de serviços, com:
    - a) nome ou razão social;
    - b) CPF ou CNPJ;
    - c) inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes – CMC;
    - d) telefone ou fax;
    - e) e-mail;
    - f) endereço;
  - XI – código tributação Município – item da lista de serviços;
  - XII – descrição dos serviços;
  - XIII – retenções federais: PIS, COFINS, INSS, IR, CSLL e outras retenções;
  - XIV – valores:
    - a) valor dos serviços;
    - b) deduções (se houver);
    - c) desconto incondicionado (se houver);
    - d) base de cálculo;
    - e) alíquota;
    - f) ISS;
    - g) ISS retido;
    - h) desconto condicionado (se houver);
    - i) valor líquido;
    - j) valor total da nota;
  - XV – outras informações;
- O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, sendo específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

## ANEXO II

### MODELO DE RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS – RPS


<p><b>NOME FANTASIA</b></p> <p><b>RAZÃO SOCIAL da EMPRESA</b></p>		<p>Nome da Empresa _____</p> <p>Logradouro: _____</p> <p>CEP: _____</p> <p>Fone: _____</p> <p>CNPJ: _____</p> <p>Insc. Municipal: _____</p>	 <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS</b> Secretaria Municipal de Fazenda Rua Paraná, 200 - Centro - CEP: 89.440-000 Fone Geral: (47) 3625 1111</p>																								
<p>Este Recibo Provisório de Serviços – RPS NÃO TEM VALIDADE COMO NOTA FISCAL devendo ser convertida em NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA até o 10º dia subsequente ao de sua emissão, não podendo ultrapassar o dia 5 do mês seguinte ao da prestação do serviço, caso contrário, o TOMADOR de serviços deve entrar no endereço <a href="http://www.webiss.com.br/irineopolis-sc">www.webiss.com.br/irineopolis-sc</a> e informar o fato ao Município, ou através do telefone (47) 3625 1111. Você, TOMADOR DE SERVIÇOS, também é responsável pelo cumprimento desta obrigação. Informe seu e-mail para receber automaticamente a NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA no momento em que a mesma for gerada.</p> <p>Data da Emissão: _____ CNPJ: _____</p> <p>Nome: _____ E-mail: _____</p> <p>Logradouro: _____</p>		<p><b>RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS</b></p> <p>RPS: _____</p> <p>Inscrição: 33337</p> <p>A DF: 3152</p> <p>Validade: 30/06/2018</p> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">PREFEITURA MUNICIPAL - ISSQN</p>																									
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 80%;">Descrição dos Serviços</th> <th style="width: 20%;">Valor dos Serviços</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> </tbody> </table>		Descrição dos Serviços	Valor dos Serviços											<table style="width: 100%;"> <tr> <td>Base de Cálculo de Retenções</td> <td>R\$ _____</td> <td>Desconto Incondicional R\$ _____ (-)</td> </tr> <tr> <td>Total de Retenções</td> <td>R\$ _____</td> <td>Outros Descontos R\$ _____ (-)</td> </tr> <tr> <td>ISSQN Retido</td> <td>R\$ _____</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Valor Líquido a Pagar</td> <td>R\$ _____</td> <td></td> </tr> </table>		Base de Cálculo de Retenções	R\$ _____	Desconto Incondicional R\$ _____ (-)	Total de Retenções	R\$ _____	Outros Descontos R\$ _____ (-)	ISSQN Retido	R\$ _____		Valor Líquido a Pagar	R\$ _____	
Descrição dos Serviços	Valor dos Serviços																										
Base de Cálculo de Retenções	R\$ _____	Desconto Incondicional R\$ _____ (-)																									
Total de Retenções	R\$ _____	Outros Descontos R\$ _____ (-)																									
ISSQN Retido	R\$ _____																										
Valor Líquido a Pagar	R\$ _____																										
<p>VALOR BASE DE CÁLCULO DO ISSQN R\$ _____</p> <p>VALOR DO ISSQN / SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO R\$ _____</p>		<p><b>Total R\$</b> _____</p>																									
<p>GRÁFICA M. (24)2222-2222 PM Irineópolis - SC Empresa CNPJ 12.111.222/0001-62 - Insc Est. 0001234 01</p> <p>Bla. 50x2 RPS De 0001 à 0050 Aut. Nº 00000111 de 12.01.2014 - Val. 12.01.2016 - PM Irineópolis</p>																											

## ANEXO III

## MODELO DE SELO DIGITAL INTELIGENTE - SDI PARA RPS



**ANEXO IV**  
**MODELO FICHA CADASTRO ELETRÔNICO DE CONTRIBUINTES - CeC®**

	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS</b> Secretaria Municipal de Fazenda Rua Paraná, 200 - Centro - CEP: 89440-000 - Irineópolis/SC Fone Geral: (47) 3625 1111	Data / Hora <hr/>	Página <hr/>
	Status <hr/>		

**FICHA do CeC® - Cadastro eletrônico de Contribuintes** **Nº 01**

---

**Pessoa Jurídica**

Razão Social		CNPJ	Tipo Jurídico
Nome Fantasia		Regime de ISS	
Tipo Contribuinte	Inscrição	Inscrição Estadual	DTAbertura
E-mail		Optante do Simples Nacional	
Capital Social (R\$)	Porte da Empresa		
Contador	CNPJ / CPF	Fone	E-mail Contador
Logradouro			Tipo
CEP	Bairro	Cidade - UF	CRC

Endereços			Telefones
Comércio/Indústria	Logradouro		Comercial 1
	CEP	Bairro	Comercial 2
Localização		Cidade - UF	FAX
	Logradouro		Outro
	CEP	Bairro	
	Inscrição Imobiliária		

**Observações**

---

**Lista de Serviços**

Código - Serviço
Código - Serviço

**Atividades do Contribuinte (CNAE)**

Código - Atividade	Principal
Código - Atividade	
Complemento CNAE	

**MODELO FICHA CADASTRO ELETRÔNICO DE CONTRIBUINTES - CeC®**

 **DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE



## ANEXO V

## MODELO DE DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL – DAM

# Prefeitura Municipal de Irineópolis

Secretaria Municipal de Fazenda

Rua Paraná, 200 - Centro - CEP: 89.440-000 - Irineópolis/SC

Fone Geral: (47) 3625-1111

RECIBO DO SACADO

## DAM - Documento de Arrecadação Municipal

Banco	Agência Código Cedente	Nosso Número	Vencimento
Nº Guia	Parcela	Data de Emissão	Nº Emissão
Operador			
Razão Social			
Cadastro Mobiliário	CNPJ/CPF	Fone	E-Mail
Data Lanç.	Histórico		Data Venc.
Valor			
Obs.			Total em R\$

Autenticação Mecânica



## FICHA DE COMPENSAÇÃO

		00000.00000.00000.000000 00000.000000 . 000000000000000	
Local de Pagamento		Vencimento	
Cedente		Agência Código Cedente	
Data Documento	Nº do Documento	Espécie Doc.	Aceite
Data do Processamento		Nosso Número	
Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade
Valor		(R) Valor do Documento	
Instruções (texto de responsabilidade exclusiva do Cedente)		(-) Desconto/Abatimento	
		(-) Outras Deduções	
		(+/-) Mora/Multa	
		(+/-) Outros Acréscimos	
		(R) Valor Total Cobrado	
Sacado			

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA  
FICHA DE COMPENSAÇÃO

## ANEXO VI

## MODELO DE REGISTRO AUXILIAR DE NOTA FISCAL DE SERVIÇO - RANFS®

				<b>PREFEITURA MUNICIPAL IRINEÓPOLIS</b> Secretaria Municipal de Fazenda Rua Paraná, 200 - Centro - CEP: 89.440-000 - Irineópolis/SC Fone Geral: (47) 3625-1111	
<b>Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviços - RANFS®</b>					
Data e Hora de Emissão		Período de Competência		Incentivador Cultural	
Reg. Especial Tributação				Natureza da Operação	
<b>PRESTADOR DE SERVIÇOS</b>					
Razão Social				CPF/CNPJ	
Inscrição Municipal		Simples Nacional		Incentivador Cultural	
Endereço					
<b>TOMADOR DE SERVIÇOS</b>					
Razão Social				CPF/CNPJ	
Inscrição Municipal		FONE/FAX		E-mail	
Endereço					
<b>Código do Serviço</b>					
<b>DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>					
MODELO					
<b>RETENÇÕES FEDERAIS</b>					
PIS (R\$)	CONFINS (R\$)	INSS (R\$)	IR (R\$)	CSLL (R\$)	Outras Retenções (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>VALORES</b>					
Valores dos Serviços (R\$)	Deduções (R\$)	Desconto Incondicionado (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Aliquota (%)	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ISS (R\$)	ISS Retido (R\$)	Desconto Condicionado (R\$)	Valor Líquido (R\$)	Valor Total da Nota (R\$)	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>					

# Itá

## PREFEITURA

### Contratos Mês de Agosto

Contrato Nº.: 152/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA

Contratada.: ADEMIR DECEZARO

Valor ..... : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

Vigência ..... : Início: 01/08/2014 Término: 31/12/2014

Objeto ..... : Locação de imóvel constituído de uma sala comercial, localizada na Rua Principal, nº 80, no Bairro Vila Gerasul, nesta cidade de

Itá-SC com aproximadamente 90 m² (noventa metros quadrados), de

propriedade do Locador, contendo piso em cerâmica, com instalações

elétricas para computador, acesso a internet e telefone, para atender as

necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Contratada.: ADEMIR DECEZARO

Vigência ..... : Início: 01/08/2014 Término: 31/12/2014

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 153/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA

Contratada.: CRISTIANO JOSÉ RHODEN

Valor ..... : 16,00 (dezesesseis reais)

Vigência ..... : Início: 04/08/2014 Término: 15/09/2014

Objeto ..... : Serviços de distribuição de adubo nas propriedades do

interior indicadas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

com equipamento pertencente a esta municipalidade.

Contratada.: CRISTIANO JOSÉ RHODEN

Vigência ..... : Início: 04/08/2014 Término: 15/09/2014

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 154/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA

Contratada.: LIS AMBIENTAL LTDA EPP

Valor ..... : 7.954,71 (sete mil novecentos e cinquenta e quatro reais e

setenta e um centavos)

Vigência ..... : Início: 04/08/2014 Término: 31/12/2014

Objeto ..... : Serviços de assessoria e consultoria no encaminhamento e

obtenção da licença ambiental de operação - LAO da Estação de Tratamento de Esgoto do Bairro São João, Itá-SC.

Contratada.: LIS AMBIENTAL LTDA EPP

Vigência ..... : Início: 04/08/2014 Término: 31/12/2014

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 155/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA

Contratada.: DIEGO GONÇALVES

Valor ..... : 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais)

Vigência ..... : Início: 04/08/2014 Término: 31/12/2014

Objeto ..... : Prestação de serviços de aulas de dança atendendo o

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e

adolescentes conforme Projeto "Os Limites do Corpo".

Contratada.: DIEGO GONÇALVES

Vigência ..... : Início: 04/08/2014 Término: 31/12/2014

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 156/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA

Contratada.: RAFAEL BUCCO ROSSOT

Valor ..... : 7.900,00 (sete mil e novecentos reais)

Vigência ..... : Início: 08/08/2014 Término: 31/12/2014

Objeto ..... : A atuação jurídica compreende os estudos preparatórios,

elaboração da petição inicial e ajuizamento de ação de revisão contratual

junto a União através do Banco do Brasil, referente a contrato de confissão,

consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado em 20 de dezembro

de 1999.

Contratada.: RAFAEL BUCCO ROSSOT

Vigência ..... : Início: 08/08/2014 Término: 31/12/2014

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 157/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA

Contratada.: PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERV.LT

Valor ..... : 82.261,01 (oitenta e dois mil duzentos e sessenta e um reais

e um centavo)

Vigência ..... : Início: 13/08/2014 Término: 13/02/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.007.3.3.90.00.00.00.00 (36),

2.007.3.3.90.00.00.00.00 (265)

Objeto ..... : RECUPERAÇÃO PARCIAL DA MOTONIVELADORA WHB

DRESSER MOD. 205C (SISTEMA DE FREIOS, SISTEMA ELÉTRICO, TANDENS, TRANSMISSÃO, EMBREAGEM), INCLUINDO PEÇAS E MÃO

DE OBRA.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 158/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA

Contratada.: ALCIONE ANTÔNIO KUSMIRCZUCK

Valor ..... : 16,00 (dezesesseis reais)

Vigência ..... : Início: 13/08/2014 Término: 30/09/2014

Objeto ..... : Serviços de distribuição de adubo nas propriedades do

interior indicadas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

com equipamento pertencente a esta municipalidade.

Contratada.: ALCIONE ANTÔNIO KUSMIRCZUCK

Vigência ..... : Início: 13/08/2014 Término: 30/09/2014

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 159/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA

Contratada.: BAUER ENGENHARIA LTDA - ME

Valor ..... : 114.000,00 (cento e quatorze mil e reais)

Vigência ..... : Início: 13/08/2014 Término: 13/02/2015

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2014

Recursos ..... : Dotação: 1.045.4.4.90.00.00.00.00 (31),

1.018.4.4.90.00.00.00.00 (160), 1.018.4.4.90.00.00.00.00 (161)

Objeto ..... : Contratação de empresa para elaboração de projetos de

engenharia rodoviária para implantação e pavimentação do acesso entre a

Linha Fátima e a Subestação Seccionadora da UHE Itá, trecho aproximado

de 13,7 km e entre o acesso as Torres da Antiga Igreja e a Marina,

trecho  
aproximado de 2,2 km.  
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 160/2014  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA  
Contratada....: PAULO R STEIN GEOLOGIA LTDA  
Valor ..... : 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)  
Vigência ..... : Início: 15/08/2014 Término: 31/12/2014  
Objeto ..... : Prestação de Serviços de tem por objetivo a execução de trabalhos de geologia e gestão das pendências legais e técnicas do processo de lavra e das condições técnicas da captação da Fonte de Itá, do Parque Aquático Termal Itá e das instalações no estabelecimento hoteleiro  
Itá Thermas Resort, todos referente ao processo DNPM 810.139/2001, seu Licenciamento Ambiental e execução das alterações no Plano de Aproveitamento Econômico - PAE aprovado pelo DNPM-SC.  
Contratada....: PAULO R STEIN GEOLOGIA LTDA  
Vigência ..... : Início: 15/08/2014 Término: 31/12/2014  
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº ..... : 164/2014 - Contrato Nº: 146/2014  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA  
Contratada....: VANDERLI MAIER  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 29/08/2014 Término: 10/10/2014  
Objeto ..... : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação na execução dos serviços e encerramento do prazo do contrato original.  
Contratada....: VANDERLI MAIER  
Vigência ..... : Início: 29/08/2014 Término: 10/10/2014  
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº ..... : 161/2014 - Contrato Nº: 179/2013  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA  
Contratada....: HOSPITAL SAO PEDRO LTDA  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 20/08/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2013  
Objeto ..... : Devolução de 02 equipamentos, Nebulizador ne-  
voni bege e Aspirador cirúrgico Nevoni, por apresentarem problemas de funcionamento,  
não havendo mais conserto para os mesmos.  
NÉVIO ANTONIO MORTARI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contrato Nº.: 162/2014  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA  
Contratada....: ANA CRISTINA PREDABON  
Valor ..... : 1,00 (um real)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2014 Término: 22/08/2016  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 158.257,81  
Objeto ..... : Credenciamento para sessão de fisioterapia domiciliar.  
NÉVIO ANTONIO MORTARI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aditivo Nº ..... : 162A/2014 - Contrato Nº: 72/2014  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA  
Contratada....: RJUNIOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME  
Valor ..... : 4.030,61 (quatro mil e trinta reais e sessenta e

um centavos)  
Vigência ..... : Início: 25/08/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.031.4.4.90.00.00.00.00 (10), 2.031.4.4.90.00.00.00.00 (41)  
Objeto ..... : Supressão de valor devido a duplicidade de valor nas planilhas.

NÉVIO ANTONIO MORTARI  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### Atas de Registro de Preços Agosto

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 001/2014, PL 045/2014

PARTES: Município de Itá e Supermercado Martini Ltda.  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 029/2014  
OBJETO: Aquisição conforme necessidade de materiais de expediente, higiene, limpeza e cozinha para manutenção das atividades das Secretarias e Departamentos.  
VALOR: R\$ 3.117,40 (três mil cento e dezessete reais e quarenta centavos)  
VIGÊNCIA: Início: 18/08/2014 Término: 18/08/2015  
Leide Mara Bender - Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 002/2014, PL 045/2014

PARTES: Município de Itá e Odila Grando ME.  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 029/2014  
OBJETO: Aquisição conforme necessidade de materiais de expediente, higiene, limpeza e cozinha para manutenção das atividades das Secretarias e Departamentos.  
VALOR: R\$ 5.411,50 (cinco mil quatrocentos e onze reais e cinquenta centavos)  
VIGÊNCIA: Início: 18/08/2014 Término: 18/08/2015  
Leide Mara Bender - Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 003/2014, PL 045/2014

PARTES: Município de Itá e Dirceu Luís Rhoden ME.  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 029/2014  
OBJETO: Aquisição conforme necessidade de materiais de expediente, higiene, limpeza e cozinha para manutenção das atividades das Secretarias e Departamentos.  
VALOR: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)  
VIGÊNCIA: Início: 18/08/2014 Término: 18/08/2015  
Leide Mara Bender - Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 004/2014, PL 045/2014

PARTES: Município de Itá e Illo Química Ltda.  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 029/2014  
OBJETO: Aquisição conforme necessidade de materiais de expediente, higiene, limpeza e cozinha para manutenção das atividades das Secretarias e Departamentos.  
VALOR: R\$ 3.634,10 (três mil seiscentos e trinta e quatro reais e dez centavos)  
VIGÊNCIA: Início: 18/08/2014 Término: 18/08/2015  
Leide Mara Bender - Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 005/2014, PL 045/2014

PARTES: Município de Itá e Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda ME.  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 029/2014  
OBJETO: Aquisição conforme necessidade de materiais de

expediente, higiene, limpeza e cozinha para manutenção das atividades das Secretarias e Departamentos.  
VALOR: R\$ 34.793,35 (trinta e quatro mil setecentos e noventa e três reais e trinta e cinco centavos)  
VIGÊNCIA: Início: 18/08/2014 Término: 18/08/2015  
Leide Mara Bender - Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 006/2014, PL 045/2014

PARTES: Município de Itá e Essencial Produtos para Higiene e Limpeza Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 029/2014  
OBJETO: Aquisição conforme necessidade de materiais de expediente, higiene, limpeza e cozinha para manutenção das atividades das Secretarias e Departamentos.

VALOR: R\$ 3.528,00 (três mil quinhentos e vinte e oito reais)

VIGÊNCIA: Início: 18/08/2014 Término: 18/08/2015

Leide Mara Bender - Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 007/2014, PL 045/2014

PARTES: Município de Itá e Pégasus Atacadista Ltda ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 029/2014  
OBJETO: Aquisição conforme necessidade de materiais de expediente, higiene, limpeza e cozinha para manutenção das atividades das Secretarias e Departamentos.

VALOR: R\$ 6.515,60 (seis mil quinhentos e quinze reais e sessenta centavos)

VIGÊNCIA: Início: 18/08/2014 Término: 18/08/2015

Leide Mara Bender - Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 008/2014, PL 045/2014

PARTES: Município de Itá e SCS Comércio Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 029/2014  
OBJETO: Aquisição conforme necessidade de materiais de expediente, higiene, limpeza e cozinha para manutenção das atividades das Secretarias e Departamentos.

VALOR: R\$ 43.018,60 (quarenta e três mil dezoito reais e sessenta centavos)

VIGÊNCIA: Início: 18/08/2014 Término: 18/08/2015

Leide Mara Bender - Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 009/2014, PL 045/2014

PARTES: Município de Itá e Comercial Catarinense de Armário em Geral Ltda ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 029/2014  
OBJETO: Aquisição conforme necessidade de materiais de expediente, higiene, limpeza e cozinha para manutenção das atividades das Secretarias e Departamentos.

VALOR: R\$ 4.214,70 (quatro mil duzentos e quatorze reais e setenta centavos)

VIGÊNCIA: Início: 18/08/2014 Término: 18/08/2015

Leide Mara Bender - Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 010/2014, PL 045/2014

PARTES: Município de Itá e Companhia Ultragas S.A..

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 029/2014  
OBJETO: Aquisição conforme necessidade de materiais de expediente, higiene, limpeza e cozinha para manutenção das atividades das Secretarias e Departamentos.

VALOR: R\$ 12.880,00 (doze mil oitocentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: Início: 18/08/2014 Término: 18/08/2015

Leide Mara Bender - Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS NO 001/2014, PL 047/2014.

PARTES: Município de Itá e Odila Grando Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 030/2014

OBJETO: Aquisição conforme necessidade de materiais de higiene e limpeza para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação.

VALOR: R\$ 91,26 (noventa e um reais e vinte e seis centavos)

VIGÊNCIA: Início: 02/09/2014 Término: 02/09/2015

Leide Mara Bender - Prefeita Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS NO 002/2014, PL 047/2014

PARTES: Município de Itá e Vancin Informática Comércio Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 030/2014

OBJETO: Aquisição conforme necessidade de materiais de higiene e limpeza para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação.

VALOR: R\$ 10.154,15 (dez mil cento e cinquenta e quatro reais e quinze centavos)

VIGÊNCIA: Início: 02/09/2014 Término: 02/09/2015

Leide Mara Bender - Prefeita Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS NO 003/2014, PL 047/2014

PARTES: Município de Itá e Illo Química Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 030/2014

OBJETO: Aquisição conforme necessidade de materiais de higiene e limpeza para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação.

VALOR: R\$ 1.491,70 (um mil quatrocentos e noventa e um reais e setenta centavos)

VIGÊNCIA: Início: 02/09/2014 Término: 02/09/2015

Leide Mara Bender - Prefeita Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS NO 004/2014, PL 047/2014

PARTES: Município de Itá e Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 030/2014

OBJETO: Aquisição conforme necessidade de materiais de higiene e limpeza para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação.

VALOR: R\$ 10.431,15 (dez mil quatrocentos e trinta e um reais e quinze centavos)

VIGÊNCIA: Início: 02/09/2014 Término: 02/09/2015

Leide Mara Bender - Prefeita Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS NO 005/2014, PL 047/2014

PARTES: Município de Itá e Comercial Catarinense de Armário em Geral Ltda ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 030/2014

OBJETO: Aquisição conforme necessidade de materiais de higiene e limpeza para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação.

VALOR: R\$ 616,80 (seiscentos e dezesseis reais e oitenta centavos)

VIGÊNCIA: Início: 02/09/2014 Término: 02/09/2015

Leide Mara Bender - Prefeita Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 001/2014, PL 048/2014

PARTES: Município de Itá e Auto Posto Martini Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 031/2014

OBJETO: Aquisição conforme necessidade de Óleo Diesel S10.

VALOR: R\$ 49.200,00 (quarenta e nove mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: Início: 28/08/2014 Término: 31/12/2014

Leide Mara Bender - Prefeita Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 002/2014, PL



048/2014

PARTES: Município de Itá e Safra Diesel Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 031/2014

OBJETO: Aquisição conforme necessidade de agente redutor líquido automotivo, tipo ARLA 32 ou similar.

VALOR: R\$ 2.590,00 (dois mil quinhentos e noventa reais)

VIGÊNCIA: Início: 28/08/2014 Término: 31/12/2014

Leide Mara Bender

Prefeita Municipal.

## Itaiópolis

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

#### Extrato de Contrato Nº 14/2014

Processo Licitatório Nº 30/2014. Pregão Presencial nº 17/2014. Objeto: Aquisição de 02 veículos automotor novo, zero km, tipo automóvel com 05 lugares para uso das Equipes de Saúde da família - ESF's da SMS. Contrato nº 14/2014. Empresa vencedora: Maxicar Distribuidora de Veículos Ltda. Valor R\$ 33.250,00 cada perfazendo o total de R\$ 66.500,00. Vigência: 12 meses.

Itaiópolis, 05 de setembro de 2014.

Gervasio Uhlmann

Prefeito Municipal.

# Itapiranga

## PREFEITURA

### Decreto Nº 150, de 2 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 150, DE 2 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC:

04.01 - Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

04.123.0018.2013 - Manut.Atividades Secretaria Municipal Fazenda Planejamento

31.71.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

R\$ 2.856,00

Art. 2º Servirá de suporte para o crédito especial, objeto do art. 1º deste Decreto, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

04.01 - Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

04.123.0018.2013 - Manut.Atividades Secretaria Municipal Fazenda Planejamento

31.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas

R\$ 2.856,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 2 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

### Decreto N. 151, de 3 de Setembro de 2014

DECRETO N. 151, DE 3 DE SETEMBRO DE 2014.

Anula o Processo Licitatório n. 135/2014, na modalidade de Pregão Presencial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso V, do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, artigo 49 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, ainda a Instrução Normativa n. TC-05/2008 do TCE/SC;

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado o Processo Licitatório n. 135/2014 de 26 de agosto de 2014, na modalidade de Pregão Presencial, por razão de interesse da municipalidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Itapiranga - SC, 3 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sergio Luis Kessler

Secretário Municipal de Administração.

### DECRETO N. 152, de 3 de Setembro de 2014

D E C R E T O N. 152, DE 3 DE SETEMBRO DE 2014.

Anula o edital do Processo Licitatório n. 130/2014 do Município de Itapiranga SC, na Modalidade de Pregão Presencial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e o que dispõe a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

D e c r e t a:

Art. 1º. Fica anulado o Processo Licitatório nº 130/2014 de 20 de agosto de 2014, do Município de Itapiranga SC, na modalidade de Pregão Presencial.

Parágrafo único. O cancelamento previsto no caput deste artigo se dá por não terem ocorrido interessados na participação do certame licitatório (Licitação Deserta).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 3 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sergio Luis Kessler

Secretário Municipal de Administração.

### Edital Nº 08/2014

EDITAL Nº 08/2014

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara de Vereadores de Itapiranga - SC, tornam público a todos os munícipes, que será realizada a Audiência Pública de Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2014, no dia 23 de setembro de 2014, às 13h30min, no auditório da Câmara Municipal, sita à Rua São Jacó, n. 211, nesta cidade, em atendimento ao disposto no § 4º do artigo 9º, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 (LRF).

Itapiranga - SC - SC, 4 de setembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Jair Antonio Imich

Presidente Câmara Vereadores

### Edital 09/2014

EDITAL 09/2014

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Gestor do Fundo Municipal de Itapiranga - SC, torna público a todos os munícipes, que será realizada a Audiência Pública de Prestação de Contas dos relatórios de receita e despesa e serviços prestados referente o 2º quadrimestre de 2014, no dia 23 de

setembro de 2014, às 14h00min, no auditório da Câmara Municipal, sita à Rua São Jacó, n. 211, nesta cidade, em atendimento ao disposto no artigo 36, da Lei Complementar n. 141, de 13 de janeiro de 2012.

Itapiranga - SC, 4 de setembro de 2014.  
Luis Carlos Steffenon  
Secretario Municipal de Saúde

### Edital Nº 10/2014

EDITAL Nº 10/2014  
CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO 2015

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto no parágrafo único do Art. 48, da Lei 101 de 04 de maio de 2000 (LRF), torna público que será realizada a Audiência Pública no dia 23 de setembro de 2014, às 15h30min, no auditório da Câmara Municipal, sita à Rua São Jacó, n. 211, nesta cidade, para a elaboração do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO, exercício de 2015.

Itapiranga - SC - SC, 4 de setembro de 2014.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 222/2014

Portaria nº 222 de 5 de setembro de 2014.  
Concede licença para tratar de interesses particulares

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; e Lei Complementar 39 de 12/07/2011;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares ao servidor municipal Jair Antônio Imich, sob matrícula nº 190403, no período de 5 de setembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014, em conformidade com o Artigo 98 Lei Complementar 39/2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA (SC), 5 de setembro de 2014.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

## Itapoá

### PREFEITURA

### Termo Aditivo N.º43/2014 de Retificação E Ratificação ao Contrato Administrativo N.º 32/2012. (5º Aditivo).

TERMO ADITIVO N.º43/2014 DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 32/2012. (5º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos, o Sr. JEFERSON RUBENS GARCIA, portador do CI.RG nº 2195991 SSP/SC e do CNPF/MF nº 791.929.639-00, e pelo Prefeito Municipal Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, de outro lado a Empresa ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA com sede á Rua Abelardo Manoel Peixer, nº 70, Bairro Barreiros na cidade de São José/SC, CEP 88.110-055 inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.008.659/0001-69 e Inscrição Estadual n.º 255.464.754, representada neste ato por sócia, a Sra. ANDREIA CRISTINA GORGES SCHMITT, portadora do CNPF/MF nº 947.084.369-04 e do CI.RG nº 3.083.044-3 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo visando retificar e ratificar a Contratação de empresa de engenharia elétrica, para executar os serviços no Sistema de Iluminação Pública sob a responsabilidade do Município de Itapoá, composto nesta data de 6.424 (seis mil quatrocentos e vinte quatro) pontos de iluminação pública, incluindo os serviços de manutenção rotineira e de emergência e atendimento de reclamações via Call Center e tratamento, reprocessamento e/ou destinação final de lâmpadas, conforme projeto básico e memorial descritivo, planilha orçamentária, parte integrante do edital, e em conformidade com o processo de licitação tipo TOMADA DE PREÇO Nº 01/2011 - PROCESSO Nº 30/2011, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo visa retificar itens da planilha de materiais de manutenção do contrato administrativo n.º 32/2012, alterando a redação do objeto e mantendo os mesmos valores, que passa a vigorar com a seguinte redação:

1. MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO					
Item	Descrição	Und	Quant	Unit	Total
1	Base para rele foto eletrônico	pc	75	R\$ 16,52	R\$ 1.239,00
35	Relê foto eletrônico 5A 220V	pc	448	R\$ 34,77	R\$ 15.576,96

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 32/2012, e seus aditivos, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 32/2012, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 18 de julho de 2014.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA ANDREIA CRISTINA GORGES SCHMITT
CONTRANTE JEFFERSON RUBENS GARCIA SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVI- ÇOS PÚBLICOS	

Testemunhas:

NOME : NOME:  
CNPJ/MF: CNPJ/MF:

### **Errata À Publicação de Termo Aditivo Nº 50/2014**

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC  
ERRATA À PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO  
PREGÃO Nº 26/2014 - PROCESSO Nº 48/2014 - REGISTRO DE  
PREÇO Nº 13/2014

OBJETO: Aquisição de tubos de concreto armado para manilha-  
mento de valas e cruzamento de ruas do município, conforme es-  
pecificações constantes no Anexo V do Edital.

Município de Itapoá torna público que o TERMO ADITIVO Nº  
50/2014 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 32/2014 (1º Adi-  
tivo) oriundo do processo licitatório em epígrafe, publicado em  
04/09/2014 no DOM/SC, Edição nº 1564, página 350, ONDE  
CONSTA: Termo Aditivo nº 49/2014. LEIA-SE: Termo Aditivo nº  
50/2014.

Itapoá, 05 de setembro de 2014.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Edital de Chamamento Público Nº 03/2014**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2014  
INEXIGIBILIDADE Nº 04/2014  
PROCESSO Nº 111/2014

O Município de Itapoá, Estado de Santa Catarina, por seu Pre-  
feito Municipal, faz saber que se encontra aberto, o EDITAL DE  
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2014 para CREDENCIAMENTO de  
veículos de mídias impressas locais, de cunho jornalístico, para  
prestação de serviços de publicidade governamental destinada á  
divulgação institucional, de utilidade pública, de atos, programas,  
obras, serviços e campanhas de caráter educativo, informativo ou  
de orientação social, conforme especificações constantes no Edital  
e seus Anexos. Maiores informações podem ser obtidas na Secre-  
taria de Administração e Finanças/ Departamento de Licitações  
e Contratos, da Prefeitura Municipal de Itapoá, na Rua Mariana  
Michels Borges (Rua 960) nº 201, Itapema do Norte, ou pelo te-  
lefone (47) 3443-8800 ramal 203 e 215, ou através do site [www.  
itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br).

Itapoá, 05 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC  
Prefeito Municipal

### **Termo de Suspensão - Pregão Presencial Nº 63/2014 - Processo Nº 116/2014**

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC  
TERMO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS  
DATA: 12 de setembro de 2014. HORÁRIO: 11h:30min (Abertura)

LICITAÇÃO/MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2014 -  
PROCESSO Nº 116/2014 - Aquisição de Material Esportivo para  
uso da Secretaria de Esporte e Lazer, conforme especificações  
constantes no Anexo V do Edital.

### **AVISO DE SUSPENSÃO**

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se faria  
realizar na data e horário acima citados, fica no presente ato sus-  
penso, para conhecimento dos licitantes e de quem mais interes-  
sar possa, por razões de interesse público.

Itapoá, 05 de setembro de 2014.  
Sérgio Ferreira de Aguiar  
Município de Itapoá  
Prefeito Municipal

### **Edital de Pregão Presencial Nº 66/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2014  
PROCESSO Nº 119/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TOR-  
NA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO  
PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela  
Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsi-  
diariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho  
de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoan-  
te condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e  
para conhecimento dos interessados, que até as 09h:00min estará  
recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que  
às 09h:30min do dia 29 de setembro de 2014 na sala do Departamen-  
to de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernan-  
da Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente  
protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável  
para a participação no certame para a Aquisição de restaurador de  
pavimentos (tapa-buraco), para manutenção das vias pavimenta-  
das do nosso município, conforme especificações do anexo V do  
edital. O Edital poderá ser retirado através do site [www.itapoa.  
sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.  
sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finan-  
ças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

Itapoá, 05 de setembro de 2014.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Município de Itapoá/SC  
Prefeito Municipal

## Ituporanga

### PREFEITURA

#### Lei Nº 2.570 de 05 de Setembro de 2014

LEI Nº 2.570, de 05 de setembro de 2014

Autoria o Poder Executivo a conceder o uso de bem público em favor de entidade sem fins lucrativos

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder em favor de entidade sem fins lucrativos constituída sob a forma de associação ou fundação, com sede no município de Ituporanga, o uso privativo e gratuito, pelo prazo de até 20 (vinte) anos, do terreno rural situado no lugar denominado Rio dos Bugres, neste município, contendo a área superficial de setecentos e oitenta e nove metros e setenta e cinco decímetros (789,75 m²). Limita-se ao norte com a estrada pública municipal, onde mede 33,00 metros; ao sul com terras dos doadores, onde mede 31,00 metros; a leste com terras de José Ferreira de Mello, onde mede 35,00 metros e ao oeste com terras dos transmitentes, onde mede 23,5 metros. Neste terreno encontra-se edificada em alvenaria a antiga escola isolada municipal da localidade de Rio dos Bugres, em satisfatório estado de conservação, devidamente matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 4.046.

Parágrafo único. A concessão de uso será precedida de processo licitatório que, além dos critérios objetivos de julgamento, deverá especificar a destinação a ser dada ao imóvel e demonstrar o interesse público que será atendido com a medida.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas quaisquer disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA,  
05 de setembro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito do Município de Ituporanga

## Jacinto Machado

### PREFEITURA

#### Edital de Notificação 01

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Administração Municipal de Jacinto Machado, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresariais com sede no Município de Jacinto Machado, que recebeu Recursos Federais conforme abaixo especificado:

- Número da Proposta: 11448444000113001 FUNDO NACIONAL DE SAÚDE/MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Objeto do Convênio: Ampliação do Posto de Saúde da Comunidade de Pinheirinho do Meio, Município de Jacinto Machado - SC. Origem dos Recursos: Ministério da Saúde.

Data do Repasse da 2ª Parcela: 04/09/2014.

Valor da Parcela: R\$ 94.872,00 (Noventa e Quatro Mil Oitocentos e Setenta e Dois Reais)

Jacinto Machado/SC, 05 de Setembro de 2014.

#### Extrato do Contrato Nº 150/2014/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratado (a): COOPERATIVA AGROPECUARIA DE JACINTO MACHADO  
Valor Global: R\$ 37.350,00 (trinta e sete mil trezentos e cinquenta reais).  
Vigência: Início: 01/09/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014/PMJM  
Dotação: 2.008.3390.00 - 95 - 35/2014 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 104 - 37/2014 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.033.3390.00 - 80 - 77/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLI 2.008.3390.00 - 94 - 34/2014 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 695 - 38/2014 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.048.3390.00 - 80 - 90/2014 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO  
Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014.

Jacinto Machado - SC, 1 de Setembro de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito



**Extrato do Termo Aditivo 01 ao Contrato Nº 074/2014/Pmjm**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO Nº 074/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratado (a): ANTONINHO DE SOUZA MERCADINHO ME  
Valor Aditado: R\$ 2.606,82 (dois mil seiscentos e seis reais e oitenta e dois centavos).

Vigência: Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014

Objeto: FICAM ADITADOS OS QUANTITATIVOS CONTRATADOS; EM DECORRÊNCIA DO REAJUSTE PACTUADO, FICA ALTERADO O VALOR GLOBAL DO PRESENTE CONTRATO DE R\$ 10.853,15 (DEZ MIL OITOCENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E QUINZE CENTAVOS) PARA R\$ 13.459,97 (TREZE MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS).

Jacinto Machado - SC, 29 de agosto de 2014.

Antonio João de Fáveri

Prefeito

**Joaçaba****PREFEITURA****09/2010 FMCE - TA 05**

CONTRATO Nº 9/2010/FMCE - TA 05

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Tiradentes, nº 170, centro, Joaçaba - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 72.172.224/0001-91, a seguir denominada simplesmente LOCATÁRIA, representada neste ato pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e pelo Superintendente, Sr. Rony Edson Lenz.

ETREX EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede administrativa na Rua Dorival de Brito, nº 185, centro, Herval d'Oeste, SC, inscrita no CNPJ sob nº 07.815.411/0001-84, a seguir denominada simplesmente LOCADORA, representada neste ato pelo Sr. Raimundo Wieser, inscrito no CPF sob nº 148.359.249-91, residente e domiciliado nesta cidade de Joaçaba, SC.

Por este instrumento particular, as partes qualificadas, celebram de comum acordo, TERMO ADITIVO ao contrato nº 9/2010/FMCE, firmado em 06/09/2010, proveniente do Processo de Licitação nº 6/2010/FMCE - Dispensa nº 1/2010/FMCE, homologado em 06/09/2010, cujo objeto é a locação do imóvel localizado na Rua Treze de Maio, nº 64, centro, Joaçaba, com área de 527,50 m², de propriedade da LOCADORA, conforme Certidão de Registro de Imóveis em anexo, destinado ao funcionamento da Casa da Cultura de Joaçaba, onde serão realizadas oficinas de teatro, música, artes plásticas, artesanato e instalação do Memorial Rogério Sganzerla, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA****CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 meses, a contar de 06 de setembro de 2014.

**CLÁUSULA SEGUNDA****CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE**

O valor mensal do contrato fica reajustado em 26,724% a partir de setembro de 2014, relativo à variação do IGP-M no período de 01 de setembro de 2010 a 31 de agosto de 2014, passando o valor original de R\$ 1.700,00 para R\$ 2.154,30 (dois mil cento e cinquenta e quatro reais e trinta centavos), em atendimento ao inciso 3.3 da cláusula terceira do referido contrato e ao requerimento formalizado pela CONTRATADA e em conformidade com o disposto no inciso II, "d" do art. 65 da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação constante da cláusula primeira deste Termo e o reajuste desta cláusula, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 25.851,60 (vinte e cinco mil oitocentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões

oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 05 de setembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - FMCE

Rafael Laske

Prefeito

ETREX EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA - LOCADORA  
Raimundo Wieser

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

### 186/2014 PMJ TA 01

CONTRATO Nº 186/2014/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa DALMASS COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.261.131/0001-05, estabelecida na RUA FLORIANO FERRAZ, 26, SALA 02, Bairro NOSA SENHORA DE LOURDES, no Município de JOAÇABA/SC, neste ato representada pelo Sr. TERCIVS ULISSES DALMASS portador da Carteira de Identidade nº 2.436.863 e CPF nº 944.781.129-91, residente e domiciliado na cidade de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 186/2014/PMJ, firmado em 16/07/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 51/2014/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 35/2014/PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA dos serviços e o fornecimento das peças necessárias para a reforma de escavadeira hidráulica marca VOLVO EC140B, ano 2004, pertencente à frota municipal, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada para 26 de agosto de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

Em face da prorrogação da vigência, o subitem 3.1, alínea "e" do contrato, passa a ter a seguinte redação:

3.1. Para a efetiva execução do objeto desta contratação, caberá à CONTRATADA:

...

e. Iniciar os serviços em até 02 (dois) dias contados da data de recebimento da Ordem de Serviço e entregar o equipamento totalmente reformado, no prazo de até 65 (sessenta e cinco) dias, contados da mesma data;

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer

outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 16 de julho de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE - PREFEITO

DALMASS COMERCIO DE PEÇAS LTDA

TERCIUS ULISSES DALMASS

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

### Resolução Nº 005/2014 - Secretaria Municipal de Saúde

Resolução Nº 005/2014

Aprova Tabela Municipal para contratação de serviços de consultas especializadas, de apoio diagnóstico de média e alta complexidade, e procedimentos cirúrgicos hospitalares, no âmbito do Município de Joaçaba, SC.

O Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 29, II c/c art. 21 da Lei complementar nº 173/2009, e considerando que a Lei Federal 8080/90, estabelece a participação de serviços privados complementares ao Sistema Único de saúde;

Considerando que a Rede Municipal de Assistência à Saúde não dispõe dos serviços elencados no anexo I desta Resolução; Considerando o disposto no artigo 196 da Constituição federal, que determina a responsabilidade do gestor Municipal no atendimento das necessidades de recuperação da saúde da população.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovada para utilização no âmbito do Município de Joaçaba, SC, a tabela municipal complementar, constante do Anexo I, que faz parte integrante desta Resolução, para contratação de serviços de consultas Especializadas, Serviços de apoio Diagnóstico de Média e alta Complexidade e procedimentos cirúrgicos hospitalares.

Parágrafo Único - O custeio e financiamento dos serviços mencionados no "caput" deste artigo, classificados no ANEXO I, serão financiados com recursos próprios nos termos da portaria MS 1606 de 11 de setembro de 2001.

Art. 2º - O acesso aos serviços relacionado no ANEXO I será autorizado nos termos do Sistema Único de Saúde, através da Diretoria de administração, planejamento e controle da Secretaria Municipal de Saúde, obedecidos os princípios do acesso universal por ordem de chegada, eletividade com tempo de espera e urgência e emergência.

Art. 3º - Os pagamentos dos serviços efetivamente prestados pelos prestadores credenciados deverão ser efetuados após auditoria e controle da Secretaria Municipal de Saúde, através da Diretoria de administração, planejamento, controle e avaliação.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 05 de Setembro de 2014.

Marcos Weiss

Secretário Municipal de Saúde

## ANEXO I - PARTE INTEGRANTE DA RESOLUÇÃO Nº 005/2014/SMS

## LISTA CREDENCIAMENTO - SMS - FMS - JOAÇABA

ITEM	PROCEDIMENTO	VALOR A SER PAGO POR PROCEDIMENTO R\$
------	--------------	---------------------------------------------

## CONSULTAS ESPECIALIZADAS - EM CARÁTER DE URGÊNCIA

1	ORTOPEDIA	R\$ 150,00
2	CARDIOLOGIA + ELETRO	R\$ 330,00
3	GASTROENTEROLO- GISTA	R\$ 200,00
4	OTORRINOLARINGOLO- GISTA	R\$ 150,00
5	OFTALMOLOGIA	R\$ 150,00
6	GINECOLOGIA	R\$ 150,00
7	CIRURGIÃO VASCULAR	R\$ 150,00
8	CIRURGIÃO VASCULAR + PRÉ AVALIAÇÃO CIRURGICA	R\$ 200,00
9	CIRURGIÃO TORÁCICO	R\$ 150,00
10	PEDIATRIA	R\$ 135,00
11	PNEUMOLOGISTA	R\$ 200,00
12	REUMATOLOGISTA	R\$ 150,00
13	PSIQUIATRIA	R\$ 160,00
14	CIRURGIÃO PLÁSTICO	R\$ 200,00
15	CARDIOLOGISTA PEDI- ÁTRICO + ELETRO	R\$ 300,00
16	AVALIAÇÃO + EXAMES PARA CIRURGIAS OF- TALMOLÓGICAS	R\$ 278,99

## PROCEDIMENTOS DE ULTRASSONOGRAFIA

17	ABDOMEM SUPERIOR	R\$ 70,00
18	ABDOMEM TOTAL	R\$ 100,00
19	APARELHO URINÁRIO	R\$ 70,00
20	APARELHO GINECO - PÉLVICA	R\$ 60,00
21	BOLSA ESCROTAL	R\$ 70,00
22	OBSTÉTRICA	R\$ 50,00
23	ÓRGÃOS ESTRUTURAS SUPERFICIAIS	R\$ 70,00
24	ARTICULAÇÕES	R\$ 70,00
25	MORFOLÓGICA	R\$ 250,00
26	MAMAS	R\$ 70,00
27	TIREÓIDE	R\$ 70,00
28	VIAS BILIARES	R\$ 70,00
29	QUADRIL	R\$ 90,00

## PROCEDIMENTOS - TOMOGRAFIAS

30	ABDOMEM INFERIOR C/C	R\$ 300,00
31	ABDOMEM INFERIOR S/C	R\$ 150,00
32	ABDOMEM SUPERIOR C/C	R\$ 300,00
33	ABDOMEM SUPERIOR S/C	R\$ 150,00
34	ABDOMEM TOTAL	R\$ 140,00
35	BACIA	R\$ 250,00

36	BRAÇO	R\$ 250,00
37	COLUNA CERVICAL	R\$ 180,00
38	COLUNA LOMBAR	R\$ 200,00
39	COLUNA TORÁCICA	R\$ 180,00
40	COLONAS C/C	R\$ 250,00
41	COTOVELO	R\$ 200,00
42	CRÂNIO C/C	R\$ 270,00
43	CRÂNIO S/C	R\$ 200,00
44	FACE (TRAUMA)	R\$ 180,00
45	MAXILA/ORBITA	R\$ 330,00
46	OMBRO	R\$ 200,00
47	PELVICA C/C	R\$ 330,00
48	PELVICA S/C	R\$ 250,00
49	PERNA	R\$ 200,00
50	SEIOS DA FACE	R\$ 180,00
51	SEIOS DA FACE C/C	R\$ 250,00
52	SELA TÚRCICA	R\$ 270,00
53	TÓRAX C/C	R\$ 300,00
54	TÓRAX S/C	R\$ 280,00
55	ANGIOTOMOGRAFIA C/C	R\$ 600,00
56	ANGIOTOMOGRAFIA S/C	R\$ 370,00

## PROCEDIMENTOS DE ECODOPPLER

57	ARTERIAL DE MEMBRO INFERIOR UNILATERAL	R\$ 200,00
58	ARTERIAL DE MEMBRO SUPERIOR UNILATERAL	R\$ 200,00
59	AORTA E ARTÉRIAS RENAIS	R\$ 200,00
60	AORTE E ELÍACAS	R\$ 200,00
61	ARTÉRIAS PENIANAS	R\$ 200,00
62	ARTÉRIAS VICERAIAS (MESENTÉRICAS SU- PERIORES E TRONCO CELIACO)	R\$ 200,00
63	ÓRGÃO OU ESTRUTURA ISOLADA	R\$ 200,00
64	VASOS CERVICAIS ARTERIAIS BILATERAIS (CARÓTIDAS E VERTE- BRAIS)	R\$ 200,00
65	VASOS CERVICAIS VENOSOS BILATERAIS (SUBCLAVIAS E JUGU- LARES)	R\$ 200,00
66	VEIA CAVA SUPERIOR OU INFERIOR	R\$ 200,00
67	PENIANO COM FÁRMA- CO INDUÇÃO	R\$ 200,00
68	TRANSCRANIANO OU TRANSFONTANELAR	R\$ 200,00
69	VENOSO DE MEMBRO INFERIOR (UNILATE- RAL)	R\$ 200,00
70	VENOSO DE MEMBRO SUPERIOR (UNILATE- RAL)	R\$ 200,00
PROCEDIMENTO - RESSONANCIA MAGNÉTICA		
71	CRÂNIO	R\$ 270,00

72	CERVICAL	R\$ 270,00
73	TORÁCICA	R\$ 270,00
74	LOMBO SACRA	R\$ 270,00
75	MEMBRO INFERIOR E SUPERIOR	R\$ 270,00
76	BACIA	R\$ 270,00
77	CONTRASTE	R\$ 60,00
PROCEDIMENTOS - OUTROS		
78	COLONOSCOPIA	R\$ 270,00
79	ENDOSCOPIA	R\$ 150,00
80	RETOSIGMOIDOSCOPIA	R\$ 190,00
81	DENSITOMETRIA ÓSSEA	R\$ 100,00
82	ECOCARDIOGRAMA	R\$ 230,00
83	ECOCARDIOGRAMA FETAL	R\$ 310,00
84	CINTILOGRAFIAS MIOCARDIO	R\$ 900,00
85	FISIOTERAPIA UROGINECOLOGICA/ POR SESSÃO	R\$ 44,00
86	ESPIRONOMETRIA	R\$ 200,00
87	POLISSONOGRAMA	R\$ 450,00
88	FOTOCOAGULAÇÃO A LASER	R\$ 140,00
89	LIGADURA ELÁSTICA	R\$ 200,00
90	ELETROENCEFALOGRAMA	R\$ 130,00
91	CAUTERIZAÇÃO GINECOLÓGICA	R\$ 110,00
92	ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS SUPERIORES OU INFERIORES	R\$ 325,00
93	CAUTERIZAÇÃO DE HPV	R\$ 250,00
94	VASECTOMIA	R\$ 650,00
95	TESTE DE UREASE	R\$ 40,00

**PORTARIA N.º 3138**

PORTARIA Nº 3.138 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ZAIRA DE MARCO TERES, Monitor Social, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal Assistência Social, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 01 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 05 de setembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3139**

PORTARIA Nº 3.139 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014  
"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) RICARDO ALTENBURGER, Diretor de Indústria, Comércio e Inovação, nível CC-2, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, para exercer cumulativamente o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, nível CC-1, no período de 01 de setembro de 2014 a 15 de setembro de 2014 no período de férias do titular, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de setembro de 2014, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 05 de setembro de 2014  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3140**

PORTARIA Nº 3.140 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) PEDRO ALVADIR PEREIRA, Operador de Máquinas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 25 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 25 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 05 de setembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3141**

PORTARIA Nº 3.141 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014  
"TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE

TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sra. ANA PAULA PEREIRA, Técnico de Administração, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social para a Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 05 de setembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3142**

PORTARIA Nº 3.142 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014  
"TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE

TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sra. NATHALIA COSTENARO MAS-CARELLO, Técnico de Administração, lotado na Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 05 de setembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3143**

PORTARIA Nº 3.143 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ANA CATARINA ANTES, Psicóloga, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal Assistência Social, referente ao período de 02 de abril de 2012 a 01 de abril de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 01 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 05 de setembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3144**

PORTARIA Nº 3.144 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,  
RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ADRIANO NORA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal Assistência Social, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 01 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 05 de setembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal



**Portaria N.º 3145**

PORTARIA Nº 3.145 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) IVANIR JANETE PALHANO, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal Assistência Social, referente ao período de 07 de março de 2013 a 06 de março de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 15 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 15 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 05 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3146**

PORTARIA Nº 3.146 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) RENILDE AMALCABURIO, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal Assistência Social, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 01 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 05 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3147**

PORTARIA Nº 3.147 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) GRACIELI BITTENCOURT DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 134.532 de 09 de junho de 2014, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias), 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) e 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 36 (trinta e seis) dias, a partir de 02 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 05 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3148**

PORTARIA Nº 3.148 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) PEDRO ANTONIO STELLA, Carpinteiro, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através dos processos n.º 135.224, 135.225 e 135.226 todos de 19 de agosto de 2014, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias), 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) e 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 36 (trinta e seis) dias, a partir de 01 de setembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 05 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3149**

PORTARIA Nº 3.149 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014  
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 01 de setembro de 2015 do(a) Servidor(a) Sr.(a) GIVANILDO AMARAL CONCEIÇÃO, MOTORISTA SOCORRISTA SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital de Chamada Pública n.º 02/2013/SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de setembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3150**

PORTARIA Nº 3.150 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014  
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 08 de setembro de 2015 do(a) Servidor(a) Sr.(a) CLODOMAR NATAL CASARIM, MOTORISTA SOCORRISTA SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital de Chamada Pública n.º 02/2013/SMS.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 08 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de setembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3151**

PORTARIA Nº 3.151 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) BERNABE LEITE, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 02 de setembro de 2014 de acordo com a Lei n.º 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 05 de setembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3152**

PORTARIA Nº 3.152 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014  
"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) DANIELA SOUZA, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar n.º 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no auxílio do horário do almoço, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais a partir do dia 29 de julho de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 29 de julho de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de setembro de 2014  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**Portaria N.º 3153**

PORTARIA Nº 3.153 DE 05 DE SETEMBRO DE 2014

"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º - Nomear os servidores Sr. JULIO CESAR BISSANI e Sra. TATIANE MARATEU BORGES como Agentes Municipais de Desenvolvimento do Município de Joaçaba.

Art.2º - O Agente Municipal de Desenvolvimento é parte indispensável para a efetivação no município do PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL COM FUNDAMENTO NA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA, conforme termo de adesão assinado entre este município e o SEBRAE/SC, que tem com objetivo a promoção da regulamentação e implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas - Lei Complementar Nº123-06, resultado da parceria entre a Confederação Nacional dos Municípios - CNM e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

Art. 3º - Das ações do Agente Municipal de Desenvolvimento:

- Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;
- Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;
- Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;
- Manter diálogo constante com o grupo de trabalho, lideranças identificadas como prioritárias para a continuidade do trabalho, e diretamente com os empreendedores do município;
- Manter registro organizado de todas as suas atividades; e
- Auxiliar o poder público municipal no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais.

Art. 4º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de setembro de 2014, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 05 de setembro de 2014.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**SIMAE****Pregão Presencial PP 0034/2014 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0045/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0034/2014

PROTOCOLO JHL 2288/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0034/2014 - Licitação 0045/2014, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Aquisição de Peças e Equipamentos para Laboratórios da ETA - Estação de Tratamento de Água, de propriedade do SIMAE,. Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 19/09/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 19/09/2014 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 08/09/2014 a 19/09/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 08 de setembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

**Lages****PREFEITURA****TP 46, 47 E 48-2014 PML; PP 01-2014 FCL; PP 73 E 74-2014 PML**

Modalidade: TP 46-2014 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica da Rua Portugal

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 23/09/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 686.959,98

Modalidade: TP 47-2014 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Pavimentação Asfáltica da Rua Alfeu Rodolfo da Silva

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 23/09/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 1.217.748,16

Modalidade: TP 48-2014 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Pavimentação com Blocos Inter Travados (Paver) e Drenagem Pluvial da Rua Querino Magno Garcia

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 24/09/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 148.204,30

Modalidade: PP 01-2014 FCL

Objeto: Locação de Sonorização e Iluminação para o 35º Festival de Teatro de Lages - FETEL 2014

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 18/09/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 14.500,00

Modalidade: PP 73-2014 PML

Objeto: Prestação de Serviços Mecânicos de Manutenção de Motosserras, Podadores e Roçadeiras

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 18/09/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 94.817,25

Modalidade: PP 74-2014 PML

Objeto: Aquisição de Material Semafórico

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 18/09/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 834.588,06

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 05 de setembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

**Lauro Muller****PREFEITURA****Pregão Presencial Nº 39/FMS**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/FMS

PROCESSO Nº39/FMS

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 18 de setembro de 2014 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL para contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de Tiras de Glicemia reagentes para medição de glicemia capilar com fornecimento de aparelhos em comodato, para uso das Unidades de Saúde do Município de LAURO MULLER/SC. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 5 de setembro de 2014.

ALAN CROSETTA

Pregoeiro Municipal

**Portaria Nº 254/2014**

PORTARIA Nº 254/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal combinado com os dispositivos legais DA Lei Municipal nº 1.300/2004,

Considerando que no Concurso nº 003/2010 para a função de Professor I - Educação Infantil, a habilitação exigida era "habilitação em curso de nível superior de Licenciatura Plena na área específica";

Considerando que na Lei nº 1.300/2004 que rege o Magistério Público Municipal diz que professor com habilitação em curso de nível superior de licenciatura plena é PROFESSOR II;

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR O CARGO da servidora pública MARISELMA FERNANDES MADEIRA, para exercer o Cargo de Professora II - referência - MAG LP 1A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT  
SECRETÁRIO ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

**PORTARIA Nº 255/2014**

PORTARIA Nº 255/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, a servidora GIZELLI NAZARO FERREIRA, para exercer a função de Secretária Escolar na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 256/2014**

PORTARIA Nº 256/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho da professora CLEMAR PACHECO, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar na Escola Municipal Lígia Chaves Cabral.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, incidente sobre o vencimento correspondente a 20 (vinte) horas, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/04/2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 257/2014**

PORTARIA Nº 257/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho da professora MARISELMA FERNANDES MADEIRA, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar no Centro de Educação Infantil Irani Vargas.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, incidente sobre o vencimento correspondente a 20 (vinte) horas, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/04/2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 258/2014**

PORTARIA Nº 258/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA, da servidora pública MICHELLE MOURO DANIELSKI DA LUZ DELLA GIUSTINA, Professora de Ensino Fundamental - Anos Iniciais - Professor I MAG ST 1A, em caráter temporário, para 40 (quarenta) semanais, sendo 20 (vinte horas) na Escola Municipal Emilia Mamede Soares onde já estava admitida e 20 (vinte horas) na Escola Municipal Júlio Serafim Gonçalves, em vaga excedente, pelo período de 01 de Abril de 2014 a 15 de Dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.



EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 259/2014**  
PORTARIA Nº 259/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DEMITIR A PEDIDO, RITA DE CÁSSIA NOWASKI, Professora I, contratada em caráter temporário, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 260/2014**  
PORTARIA Nº 260/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, RITA DE CÁSSIA NOWASKI, para a função de Auxiliar de Administração Escolar, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Abril de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais em vaga excedente, na Escola Municipal Emília Mamede Soares, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/04/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 261/2014**  
PORTARIA Nº 261/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, EZEQUIEL JOSÉ BORGES, para a função de Professor de Educação Física - Professor I MAG ST 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 11 de Abril de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 10 (dez) horas semanais em vaga excedente, na Escola Municipal Lígia Chaves Cabral, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 11/04/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 262/2014**  
PORTARIA Nº 262/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, ANGÉLICA TENFEN DE MORAES, para a função de Professor de Educação Física, referência - Professor II MAG LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Abril de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais em vaga excedente, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 263/2014**

PORTARIA Nº 263/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, EMANOEL ARAÚJO BEZ, para a função de Professor de Educação Física - Professor I MAG ST 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Abril de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais em vaga excedente, na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 264/2014**

PORTARIA Nº 264/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, JULIANE BARTOCIOK PACHECO, para a função de Professora de História - Professor II MAG LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 07 de Abril de 2014 a 21 de Abril de 2014, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, em substituição à funcionária Suzana Cardoso, na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 07/04/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 265/2014**

PORTARIA Nº 265/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2014, para admissão em caráter temporário,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, JULIANA DE SOUZA, para a função de SERVENTE ACT, em Caráter Temporário, pelo período de 07 de Abril de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 07/04/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

**PORTARIA Nº 266/2014**

PORTARIA Nº 266/2014.

REVOGA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES, DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 25/09/2001,

Considerando o a necessidade e interesse público,

**RESOLVE:**

Art. 1º REVOGAR Licença não remunerada para tratar de assuntos particulares, dada pela Portaria Nº 256/2013, concedida ao servidor RONAN LOLI, detentor do cargo de ENGENHEIRO.

Art. 2º Em razão do estabelecido no artigo supra o servidor deverá reassumir as suas funções até o dia 24/04/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

**PORTARIA Nº 267/2014**

PORTARIANº 267/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DEMITIR, FABIANE MARTINS, Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - O motivo da demissão da servidora é em razão de sua aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 268/2014**

PORTARIANº 268/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.562/2009, de 09/04/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, VALDEMIRO PIGNATEL FILHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Setor junto ao Hospital Municipal Henrique Lage, Código/Nível DASI 3, fazendo cessar os efeitos da Portaria nº 009/2014, que concedeu o Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Setor.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Administração, Fin. Planej.

**PORTARIA Nº 269/2014**

PORTARIANº 269/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, GISELE MACHADO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Setor junto à Secretaria Municipal de Obras, Código/Nível DASI 4, fazendo cessar os efeitos da Portaria nº 319/2013, que concedeu o Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Setor junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Administração, Fin. Planej.

**PORTARIA Nº 270/2014**

PORTARIA Nº 270/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, DANIEL DOS SANTOS PRESTES, para a função de Professor de Educação Física - Professor I MAG ST 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Abril de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais em vaga excedente, na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 271/2014**

PORTARIA Nº 271/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigos 63, inciso VI e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público,

Considerando que o ato pode ser revogado antes da data prevista mediante divulgação de aprovação em Concurso Público a ser realizado para preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal e Hospital Municipal Henrique Lage,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, BEATRIZ FARIAS MARCOS, para a função de Auxiliar de Saúde Bucal, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal junto à Secretaria Municipal de Saúde, em Caráter Temporário, pelo período de 14 de Abril de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, até a realização de concurso público.

Art. 2º - Fica a contratada ciente que pode ocorrer a rescisão do contrato a qualquer tempo, mediante realização de concurso para suprimimento da vaga.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 14/04/2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

**PORTARIA Nº 272/2014**

PORTARIA Nº 272/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.1990, artigo 7º, parágrafos 1º, 2º e 3º e anexo VI da Lei Municipal nº 1.126/2001 e Decreto Municipal nº 024/2002, de 08/04/2002,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 30% (trinta por cento), por atribuição de função, à funcionária pública do Quadro de Pessoal do Hospital Municipal Henrique Lage, DENISE LUCIANO MADEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**DECRETO Nº 114/2014**

DECRETO Nº 114/2014

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos artigos 5º letra "i" e 6º do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1941, combinado com os artigos 9º e 63, incisos XXI e V, respectivamente da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, para efeito de desapropriação o imóvel, matrícula nº 3.764, localizado na Rua Walter Vetterli, município de Lauro Müller, de propriedade da Brasil Telecom S/A, conforme abaixo descrito:

Uma área de terras urbanas com área de 1.555,30 m<sup>2</sup> (hum mil, quinhentos e cinquenta e cinco metros e trinta decímetros quadrados), com as seguintes confrontações e medidas:

NOROESTE: Medindo 53,70m (cinquenta e três metros e setenta centímetros), confrontando com terras do vendedor que era Henrique Lage Comércio e Indústria S/A, hoje de quem de direito for. NORDESTE: Medindo 14,50m (quatorze metros e cinquenta centímetros) e 30,00m (trinta metros), confrontando com terras de Henrique Lage e de Instituto Sagrado Coração de Jesus.

SUDESTE: Medindo 31,00m (trinta e um metros) em uma linha e 27,00m (vinte e sete metros) em outra linha, com terras do Instituto Sagrado Coração de Jesus e com a Rua Dr. Walter Vetterli, respectivamente.

SUDOESTE: Medindo 44,70m (quarenta e quatro metros e setenta centímetros), confrontando com a Rua Itagiba.

Art. 2º - A declaração de utilidade a que se refere este Decreto, tem amparo, fins e objetivos constantes nos artigos 5º letra "i" e 6º do Decreto Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941 e artigos 9º e 63 incisos XXI e V da Lei Orgânica Municipal e destina - se a futuras edificações e/ou obras municipais que visam atender as necessidades de todos os municípios.

Art. 3º - O pagamento do imóvel expropriado será efetuado através de composição amigável, determinação judicial ou por doação do proprietário ao Município.

Art. 4º - Fica constituída a Comissão Especial de Avaliação, composta pelos senhores: Ricardo Fontanella, Alan Jung Crocetta, Eduardo Gonzaga Bett e Carlos Augusto Rogério, para procederem a avaliação do imóvel expropriado, que utilizarão de critérios que julgarem necessários, inclusive consultar o mercado imobiliário.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE SETEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e publicado no mural público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.



**Decreto Nº 115/2014**

DECRETO Nº 115/2014

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos artigos 5º letra "i" e 6º do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1941, combinado com os artigos 9º e 63, incisos XXI e V, respectivamente da Lei Orgânica Municipal,

## DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, para efeito de desapropriação o imóvel, matrícula nº 6.020, localizado na Rua Imarui, Distrito de Guatá, município de Lauro Müller, de propriedade do Senhor Isaias de Oliveira, conforme abaixo descrito:

Uma área de terras urbanas com área de 465,00 mts2 (quatrocentos e sessenta e cinco metros quadrados), com as seguintes confrontações e medidas:

NORTE: Linha reta medindo 30,00m (trinta metros), confrontando com o lote nº 02 escriturado por antecessores de Nora Lage S/A.  
SUL: Linha reta medindo 30,00 m (trinta metros), confrontando com a Rua Guará.

LESTE: Linha reta medindo 15,50m (quinze metros e cinquenta centímetros), confrontando com o lote nº 13 de propriedade de antecessores de Nora Lage S/A e com o lote nº 14 escriturado por antecessores de Nora Lage S/A.

OESTE: Linha reta medindo 15,50m (quinze metros e cinquenta centímetros), confrontando com a Rua Imarui.

Art. 2º - A declaração de utilidade a que se refere este Decreto, tem amparo, fins e objetivos constantes nos artigos 5º letra "i" e 6º do Decreto Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941 e artigos 9º e 63 incisos XXI e V da Lei Orgânica Municipal e destina - se a futuras edificações e/ou obras municipais que visam atender as necessidades de todos os municípios.

Art. 3º - O pagamento do imóvel expropriado será efetuado através de composição amigável, determinação judicial ou por doação do proprietário ao Município.

Art. 4º - Fica constituída a Comissão Especial de Avaliação, composta pelos senhores: Ricardo Fontanella, Alan Jung Crocetta, Eduardo Gonzaga Bett e Carlos Augusto Rogério, para procederem a avaliação do imóvel expropriado, que utilizarão de critérios que julgarem necessários, inclusive consultar o mercado imobiliário.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE SETEMBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e publicado no mural público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

**Portaria Nº 273/2014**

PORTARIANº 273/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.1990, artigo 7º, parágrafos 1º, 2º e 3º e anexo VI da Lei Municipal nº 1.145/2001 e Decreto Municipal nº 024/2002, de 08/04/2002,

## RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 30% (trinta por cento), por atribuição de função, à funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, Gysleny Gylceya Garcia, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 274/2014**

PORTARIANº 274/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.1990, artigo 7º, parágrafos 1º, 2º e 3º e anexo VI da Lei Municipal nº 1.145/2001 e Decreto Municipal nº 024/2002, de 08/04/2002,

## RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 30% (trinta por cento), por atribuição de função, à funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, MARISA DE MOURA DORIGON, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento



**PORTARIA Nº 275/2014**

PORTARIA Nº 275/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, HERNANDES ARAÚJO, para a função de Professor de Educação Física - Professor I MAG ST 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 01 de Abril de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais em vaga excedente, na Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 276/2014**

PORTARIANº 276/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.1990, artigo 7º, parágrafos 1º, 2º e 3º e anexo VI da Lei Municipal nº 1.145/2001 e Decreto Municipal nº 024/2002, de 08/04/2002,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 15% (quinze por cento), por atribuição de função, ao funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, ADEMIR DE ASSUNÇÃO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 277/2014**

PORTARIANº 277/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DEMITIR A PEDIDO, MICHELI DOS SANTOS, Professora de Educação Física contratada em caráter temporário, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 25/04/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2014.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 278/2014**

PORTARIANº 278/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DEMITIR A PEDIDO, TAISE DE JESUS FERREIRA DAMÁSIO, Professora contratada em caráter temporário, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/05/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE ABRIL DE 2014.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário Adm., Fin. e Planejamento



Objeto: Aquisição de um veículo, conforme convênio firmado com o Ministério da Saúde nº 11218.128000/1130-03, vindo beneficiar as unidades de Saúde do município.

Data: 5 de Setembro de 2014.  
Francisco Jucelino Ribeiro  
Gestor

### Extrato Homologação E Contrato 2014

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LEBON RÉGIS  
Pregão Nº PR30/2014

Processo Administrativo: 47/2014

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de sistema de gestão de Assistência Social.

Data de Homologação: 01/09/2014

Licitantes Homologados: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA - ME - Valor Total de R\$ 16.800,00

Data: 01 de Setembro de 2014.  
ROSANE REGINA DE SOUZA  
Gestora

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LEBON RÉGIS - EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 12/2014 - Contratante...: Fundo Municipal de Assistência Social de Lebon Régis.

Contratado: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA - ME

Valor: R\$ 16.800,00 / Vigência Início: 02/09/2014 Término: 01/09/2015 - Modalidade: Pregão

Nº licitação: PR30/2014 - Recursos ..... : 11/2014 00093.00030.0 0008.00244.00026.2.000039.3.3.3.9.0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas. Objeto: Contrato de empresa para fornecimento de sistema de gestão de Assistência Social, com acesso simultâneo para usuários do O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LEBON RÉGIS-SC.

Data: 02 de Setembro de 2014.  
ROSANE REGINA DE SOUZA  
Gestora

### Decreto Nº 069/2014

DECRETO Nº. 69/2014, de 26 de agosto de 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso I do art. 11, da Lei Municipal nº 1459/2013 de 20 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 244.500,00 (duzentos e quarenta e quatro mil e quinhentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Pro-grama	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
2	60	12	361	11	2.017	4490	0.1.62	244.500,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação apurado até esta data, conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
0	1	24	244.500,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 26 de agosto de 2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

### Decreto Nº 070/2014

DECRETO Nº. 70/2014, de 29 de agosto de 2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso I do art. 11, da Lei Municipal nº 1459/2013 de 20 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 38.900,00 (trinta e oito mil e novecentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Pro-grama	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	90	20	606	23	2.037	4490	0.1.89	38.900,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação apurado até esta data, conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
0	1	89	38.900,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 29 de agosto de 2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

**Decreto Nº 071/2014**

DECRETO Nº. 71/2014, de 29 de agosto de 2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso I do art. 11, da Lei Municipal nº 1459/2013 de 20 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 100.00,00 (cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Progr- ma	Proj/ Ativida- de	Ele- men- to	Fonte Recur- so	Valor R\$.
02	60	12	361	11	2.057	4490	0.1.19	100.0000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação apurado até esta data, conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
0	1	19	38.900,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 29 de agosto de 2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

**Decreto Nº 072/2014**

DECRETO Nº. 72/2014, de 29 de agosto de 2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso I do art. 11, da Lei Municipal nº 1459/2013 de 20 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Progr- ma	Proj/ Ativida- de	Ele- men- to	Fonte Recur- so	Valor R\$.
02	50	4	122	2	2.010	3190	0.1.00	45.000,00
02	50	4	122	2	2.005	3390	0.1.00	20.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação apurado até esta data, conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
0	1	00	65.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 29 de agosto de 2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

**Extrato Contratual Contrato Nº 75/2014**

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

EXTRATO CONTRATUAL Contrato Nº 75/2014

Contratante: Município de Lebon Régis

Contratada: MAN LATIN AMÉRICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS. Valor: R\$ 244.500,00 duzentos e quarenta e quatro mil, quinhentos reais. Vigência: 29/08/2014 Término: 31/12/2014.

Nº da requisição que originou o contrato: 948/2014. Recursos: 53/201400002.00060.00012.00361.00011.2.000017.3.4.4.9.

0.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Objeto: Aquisição de veículo para transporte escolar para atender o Programa Caminho da Escola do Ministério da Educação, conforme Ata Registro de Preços do pregão eletrônico nº 63/2014 do Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação.

Lebon Régis, 5 de Setembro de 2014.



## Leoberto Leal

### PREFEITURA

#### Pregão Presencial Nº 046/2014 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL  
Divisão de Licitações e Compras  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2014

Tipo: "Menor Preço por Item", visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de expediente, suprimentos de informática e materiais permanentes para uso da Administração Municipal de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 046/2014. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14h00min (quatorze horas), do dia 18 de setembro de 2014. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 05/09/2014.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal.

#### Pregão Presencial Nº 013/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Divisão de Licitações e Compras  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2014

TIPO: Menor Preço por item. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de expediente, suprimentos de informática e materiais permanentes a serem utilizados pelo Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 013/2014. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 09:00 (nove horas), do dia 18 de setembro de 2014. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site [www.leobertoleal.sc.gov.br](http://www.leobertoleal.sc.gov.br). Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 05/09/2014.  
VITOR NORBERTO ALVES  
Secretário Municipal da Saúde.

#### Errata Portaria N.º 103/2014

ERRATA DE PUBLICAÇÃO  
PORTARIA N.º 103/2014

Considerando erro de digitação na publicação da Portaria n.º 103/2014, realizada no Diário Oficial dos Municípios, publicada na Edição n.º 1549, de 14 de agosto de 2014, p. 207, retifica-se a referida Portaria nos seguintes Termos:

Onde se lê:

Jair José Alexandre - Prefeito Municipal em Exercício.

Leia-se:

José Jair Alexandre - Prefeito Municipal em Exercício.

## Luzerna

### PREFEITURA

#### 1º Termo Aditivo - Arp PML Nº 0016.14 - PL PML Nº 0005.2014 - PP Rp PML Nº 0004.2014 - Limpeza Pública - Transcavalheiro Transportes Ltda

1º TEMO ADITIVO.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PML Nº 0016.2014.

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0005.2014.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - PML Nº 0004.2014.

Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços PML nº 0016.2014, oriunda do Processo Licitatório PML nº 0005.2014, Pregão Presencial, para Registro de Preço PML nº 0004.2014, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LUZERNA e TRANSCAVALHEIRO TRANSPORTES LTDA, com o fito de aditar em 25% (vinte e cinco por cento) o quantitativo original do lote.

Presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇO; e doutro TRANSCAVALHEIRO TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.730.156/0001-70, com sede na Rua Avelino Volpato, nº 365, Bairro Jardim Cidade Alta, em Joaçaba/SC, representada neste ato por seu sócio-proprietário, PAULO JAIR CAVALHEIRO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade do tipo RG, de nº 3.343.464-6, expedido pela SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 018.582.889-24, residente e domiciliado à Linha Ferreirinha, Interior, em Joaçaba/SC, doravante simplesmente denominado FORNECEDOR; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo à Ata de Registro em epígrafe, nos termos que segue:

#### 1.CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DO ACRÉSCIMO:

1.1.O presente Instrumento tem por objeto aditar em 25% (vinte e cinco por cento) o lote abaixo especificado:

#### LOTE 1: LIMPEZA PÚBLICA

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de mão de obra (1 funcionário), para a execução de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas no município de Luzerna, realizando a serviços de varrição, capina manual, poda de arvores, roçada mecanizada, ajardinamento, pintura de guias, limpeza de bocas de lobo e valas em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.	Meses	12	2.500,00	30.000,00



2	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de mão de obra (1 funcionário), para a execução de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas no município de Luzerna, realizando a serviços de varrição, capina manual, poda de arvores, roçada mecanizada, ajardinamento, pintura de guias, limpeza de bocas de lobo e valas em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.	Meses	12	2.500,00	30.000,00
3	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de mão de obra (1 funcionário), para a execução de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas no município de Luzerna, realizando a serviços de varrição, capina manual, poda de arvores, roçada mecanizada, ajardinamento, pintura de guias, limpeza de bocas de lobo e valas em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.	Meses	12	2.500,00	30.000,00
4	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de mão de obra (1 funcionário), para a execução de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas no município de Luzerna, realizando a serviços de varrição, capina manual, poda de arvores, roçada mecanizada, ajardinamento, pintura de guias, limpeza de bocas de lobo e valas em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.	Meses	12	2.500,00	30.000,00
PREÇO GLOBAL R\$ 120.000,00					

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas na Ata de Registro de Preço original e constantes do Edital do aludido Pregão, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da Ata de Registro de Preços e/ou deste Aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 04 de agosto de 2014.

MOISÉS DIERSMANN  
MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC  
CONTRATANTE

PAULO JAIR CAVALHEIRO TRANSCAVALHEIRO  
TRANSPORTES LTDA  
FORNECEDOR

### TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

## Contrato PML Nº 144.14 - Republicado

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 144/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 100/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 061/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

3 - N.Z. SERVIÇOS E COMÉRCIO DE SOM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Francisco Lindner, nº 549, sala 01, Centro, no Município de Joaçaba/SC, CEP 89600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 04.708.752/0001-62, neste ato representada por LEONARDO FELIPE ZÍLIO, portador da cédula de identidade nº 3563106 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 005076009-24, doravante denominado FORNECEDOR 3;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 100/2014, Pregão Presencial nº 061/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de empresas especializada para prestação de serviços de sonorização, destinados aos eventos a serem realizados pela Unidade Gestora - Prefeitura e os Fundos Especiais do Município de Luzerna. Os quantitativos totais expressos no Anexo I, do edital, são estimativos e representam a previsão do Setor requisitante, pelo prazo de 12 (doze) meses. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativas às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições, constituindo-se em:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
3	<p>DESFILE CÍVICO. Contendo no mínimo:</p> <p>10 cx de médio com 02 Auto Falantes, Titânio</p> <p>10 cx de grave com 02 Auto Falantes de 18 polegadas</p> <p>01 Equalizador digital</p> <p>01 mesa 12 canais</p> <p>01 Aparelho de CD Amplificador conforme o sistema cabeamento.</p> <p>01 Maim Paver</p> <p>02 Microfones sem fio</p> <p>04 Microfones com fio</p> <p>02 Retornos</p> <p>01 Microfone sem fio</p> <p>01 Microfone com fio som distribuídos de 20 metros na Avenida 16 de fevereiro.</p>	UN	2	4.500,00	9.000,00

1.2. O objeto da licitação encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, devendo o FORNECEDOR disponibilizar sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais, de forma parcelada, nas datas, locais e horários previamente estabelecidos pelo Setor Solicitante;

1.3. O FORNECEDOR deverá disponibilizar a totalidade dos equipamentos e/ou serviços descritos em cada um dos itens do Anexo do Edital;

1.4. Responsabilizar-se pelo envio e frete dos equipamentos necessários para a execução do objeto, bem como pela montagem e desmontagem dos mesmos.

1.5. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.6. Os equipamentos deverão estar devidamente instalados e em perfeitas condições de funcionamento, nos locais estabelecidos pelo Setor Solicitante em, no mínimo, 02 (duas) horas antes do horário previsto para o início do evento.

1.7. Caberá ao Município comunicar o FORNECEDOR com a devida antecedência, as datas, horários e locais da realização dos eventos;

1.8. Por ocasião do recebimento dos serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-las, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.10. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos equipamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.11. O aceite do serviço não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações

estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.12. Caso o serviço seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.13. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.14. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

2.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

2.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras através do telefone/fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

2.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

2.5. Os preços não serão reajustados.

2.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DAS DOTAÇÕES

3.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

##### 08-SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade 0801.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica - Infantil

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Outras despesas correntes

Atividade 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica - Fundamental

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Outras despesas correntes

Atividade 0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Outras despesas correntes

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Outras despesas correntes

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1. Executar o objeto do Edital de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira desta Ata;
- 4.2. Manter, durante toda a execução da Ata, todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata oriunda do Processo Licitatório;
- 4.5. Exigir do Município a emissão da Autorização de Fornecimento emitido pelo Setor Municipal competente, para a liberação dos serviços solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- 5.1.1. Advertência;
- 5.1.2. Multa;
- 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
  - 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
  - 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
  - 5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de

Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata de Registro de Preços O contrato decorrente desta licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.3. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito,



comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666 e alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 meses, contado da data de publicação da mesma.

#### CLÁUSULA NONA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 26 de agosto de 2014.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito Municipal CONTRATANTE	LEONARDO FELIPE ZÍLIO N.Z. SERVIÇOS E COMÉRCIO DE SOM LTDA FORNECEDOR 3
TESTEMUNHAS:	
1. _____	2. _____

### Extrato de Homologação - PL 105/2014 - PP 064/2014 - Material de Construção - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 105/2014 - PML

Pregão Presencial nº 064/2014 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve: 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 105/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços, para eventual aquisição, de forma parcelada, de materiais de construção destinada à realização de serviços, reparos, conservação e manutenção diversos, destinados a Unidade Gestora - Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais, em conformidade com as especificações em Anexo.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

\* BELEGANTES E CARNIEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP.

- Valor total: R\$ 219.097,26

Luzerna (SC), 05 de setembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

### Decreto 1880

DECRETO Nº 1880 de 05 de setembro de 2014.

"APROVA O REGIMENTO INTERNO DOS CONSELHOS LOCAIS DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1255 de 12.08.2014, e

CONSIDERANDO a Ata nº 007/14 da Reunião realizada pelo CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS, em 18 de agosto de 2014,

DECRETA:

Art.1º- Fica APROVADO o REGIMENTO INTERNO dos CONSELHOS LOCAIS DE SAÚDE - CLS do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), parte integrante deste Decreto.

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 05 de setembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

REGIMENTO INTERNO DOS CONSELHOS LOCAIS  
DE SAÚDE DE LUZERNA

## CAPÍTULO I DA FINALIDADE, COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES

Art. 1º - O CONSELHO LOCAL DE SAÚDE é instância colegiada, autônoma, de caráter permanente e deliberativo no âmbito local, com a finalidade de garantir a participação dos usuários e funcionários, juntamente com a Administração, na gestão da saúde e controle das ações e serviços da Unidade de Saúde, em conformidade com as normas que regem o CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

§1º- O CONSELHO LOCAL DE SAÚDE será criado a partir da manifestação do interesse da comunidade.

§2º- Em cada área de abrangência de uma ou mais Unidades Básicas de Saúde poderá ser criado um CONSELHO LOCAL DE SAÚDE.

Art. 2º - Os CONSELHOS LOCAIS DE SAÚDE terão as seguintes atribuições:

I - Participar do planejamento, controle e avaliação das ações e serviços da unidade em que se encontrar inserido;

II - Conhecer a condição de saúde da população na região em que exercer influência à Unidade de Saúde a qual se integra;

III - Discutir e interair-se sobre as questões relevantes nas áreas de saúde e afins;

IV - Definir prioridades para implantar, traçar, implementar e aperfeiçoar planos de ação referentes a Unidade de Saúde;

V - Planejar e avaliar o atendimento aos usuários da Unidade Básica de Saúde;

VI - Discutir e propor a política de recursos humanos e materiais necessários ao funcionamento da Unidade de Saúde;

VII - Propor treinamento e capacitação para os funcionários da Unidade de Saúde;

VIII - Participar da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do orçamento da Unidade de Saúde;

IX - Implementar o Plano Municipal de Saúde, aprovado pelo CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE;

X - Participar, como membro do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme critérios estabelecidos na Legislação;

XI - Motivar a comunidade a participar na formação e capacitação de Conselheiros de Saúde.

## CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO

Art.3º- A composição do CONSELHO LOCAL DE SAÚDE será paritária, de acordo com a Lei Federal nº 8142/90.

Art. 4º - Os CONSELHOS LOCAIS DE SAÚDE serão compostos pelos seguintes órgãos e entidades:

I - 50 % de entidades representantes do governo;

II - 50 % de entidades representantes de usuários.

§ 1º - O número de membros de cada Conselho será de, no mínimo, quatro (4) conselheiros, sendo quatro (4) representantes do segmento do governo e três (3) representantes do segmento dos usuários

§ 2º - Para cada representação deverá haver um (1) suplente.

Art.5º- O mandato dos conselheiros será de dois (2) anos, podendo ser reconduzidos mediante indicação de seus respectivos órgãos e entidades.

Art.6º - Os membros titulares terão direito a voz e voto nas sessões plenárias. Os membros suplentes sempre terão direito a voz e somente terão direito a voto em substituição aos respectivos membros titulares.

Art.7º - Os órgãos ou entidades componentes dos CONSELHOS LOCAIS DE SAÚDE, poderão a qualquer tempo fazer a substituição dos seus membros, mediante apresentação de justificativa perante a plenária da reunião subsequente.

## TÍTULO I DO SEGMENTO DOS USUÁRIOS

Art. 8º - A escolha das entidades representativas da comunidade (segmento usuários) para criação do CONSELHO LOCAL DE SAÚDE deverá ser em Assembléia Geral, convocada para este fim com quorum de no mínimo 20 (vinte), não havendo agendada outra assembléia; por voto secreto ou aberto, e em qualquer caso, sendo lavrada ata onde se fará constar o número de votantes e de votos. Parágrafo Único. Para a eleição dos membros do CONSELHO LOCAL DE SAÚDE deverá ser observado o seguinte:

I - Inscrição dos candidatos;

II - Ampla publicidade do pleito feita através de Edital de Convocação com a nominata dos candidatos divulgada com, no mínimo, trinta dias de antecedência;

III - Os representantes da comunidade (usuários) deverão ser eleitos entre os moradores da área de abrangência da Unidade de Saúde;

IV - O número de membros do CONSELHO LOCAL DE SAÚDE deverá ser definido pelo Art. 4º, deste regimento, podendo variar a cada pleito, de acordo com a mobilização local.

## TÍTULO II DO SEGMENTO DO GOVERNO

Art. 9º - O segmento do governo será composto por funcionários das Unidades de Saúde e por representantes dos outros órgãos do governo de forma paritária.

§ 1º - A Unidade de Saúde Local deverá eleger entre os seus funcionários, membros para compor o CONSELHO LOCAL DE SAÚDE.

§ 2º - Entre as vagas dos funcionários da Unidade de Saúde deverão estar os Agentes Comunitários de Saúde.

§ 3º - Os representantes dos outros órgãos do governo, preferencialmente, deverão atuar na área de abrangência da Unidade de Saúde, indicados formalmente por sua chefia imediata.

## CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

### TÍTULO I DA NATUREZA DAS SESSÕES E CONVOCAÇÕES

Art. 10 - O CONSELHO LOCAL DE SAÚDE deverá realizar uma Assembléia Geral na comunidade onde estiver inserido, a cada início de ano, apresentando a sua composição, relatório de atividades anual, planejamento anual de atividades, do qual deverão ser entregues cópias para as entidades e órgãos que o representam.

§1º - O Edital de Convocação para a Assembléia Geral anual, deverá ser fixado em locais públicos do bairro, pelo menos com dez (10) dias de antecedência e deverá conter a ordem do dia.

§2º- Na Assembléia Anual deverá ser apresentado o Cronograma anual de reuniões do CONSELHO LOCAL DE SAÚDE, o qual deverá ser mantido nos quadros murais dos Postos de Saúde.

§3º- Desta Assembléia deverão participar os moradores da área de abrangência da Unidade de Saúde.

§ 4º - A Secretaria Executiva do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE deverá convocar a primeira Assembléia Geral do CONSELHO LOCAL DE SAÚDE.

Art. 11 - As reuniões dos CONSELHOS LOCAIS DE SAÚDE deverão acontecer bimestralmente, com local e horário já determinado, conforme o cronograma aprovado e serão abertas a todos os moradores locais, que terão direito a voz.

Art. 12 - O cronograma anual das reuniões ordinárias e a data da Assembléia Geral Anual serão aprovadas na última reunião ordinária de cada ano.

Art. 13 - As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas sempre pelo seu presidente ou por um terço (1/3) dos seus membros



titulares.

Parágrafo Único - Havendo a necessidade de adiamento ou convocação de reunião extraordinária, a mesma deverá ser comunicada no prazo mínimo de quarenta e oito (48) horas de antecedência.

Art. 14 - As reuniões dos CONSELHOS LOCAIS DE SAÚDE deverão iniciar com a presença mínima de cinquenta por cento mais um (50 % + 1) dos seus membros, com a tolerância máxima de quinze (15) minutos de alteração no horário previsto.

§ 1º - Este quórum deverá permanecer até o final das votações das matérias previstas na reunião

§ 2º - As reuniões deverão ser realizadas com o teto máximo de duas (2) horas, e havendo necessidade de prolongamento, será consultado o plenário.

Art. 15 - Os membros do CONSELHO LOCAL DE SAÚDE poderão convidar órgãos, entidades, profissionais de saúde ou usuários para participarem das reuniões do mesmo com a finalidade de subsidiarem as discussões e decisões do plenário.

Parágrafo único - Os órgãos, entidades, profissionais de saúde ou usuários convidados se manifestarão exclusivamente no processo de discussão sobre o tema ou assunto para o qual foram convidados a esclarecer.

Art. 16 - A ausência de representação dos órgãos e entidades componentes do CONSELHO LOCAL DE SAÚDE em até três (3) reuniões consecutivas ou seis (6) intercaladas, no período de um (1) ano, ensejará a apresentação por escrito de novos nomes ou a substituição por outro órgão ou entidade.

## TÍTULO II DOS TRABALHOS

Art. 17 - As reuniões dos CONSELHOS LOCAIS DE SAÚDE constarão de 3 (três) partes:

I - EXPEDIENTE:

a) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;  
b) Expedientes e Informes do Conselho Local de Saúde (poderá ser aberto aos moradores locais presentes).

c) Apresentação e aprovação da Pauta da Reunião;

II - ORDEM DO DIA:

Destinada a discussão e votação das matérias previstas na reunião.

III - ASSUNTOS DIVERSOS:

Discussão dos demais assuntos inseridos e incluídos na pauta.

Art. 18 - Do que se passar na reunião, será lavrada ata circunstanciada, fazendo-se nela constar:

I - A natureza da sessão, dia, hora e local de sua realização, nome de quem a presidiu e o nome dos conselheiros presentes, bem como aqueles que não compareceram;

II - A discussão porventura havida a propósito da ata e votação desta;

III - O expediente;

IV - Conclusões havidas na ordem do dia e o resultado de votações.

## TÍTULO III DA COORDENAÇÃO

Art.19 - O CONSELHO LOCAL DE SAÚDE deverá ser coordenado por uma mesa diretora, eleita entre seus membros para um período de dois (2) anos, e terá a seguinte constituição:

I - Presidente;

II - Vice-presidente;

III - 1º Secretário;

§ 1º- Os membros da mesa diretora serão os representantes legais do CONSELHO LOCAL DE SAÚDE em qualquer instituição ou solenidade oficial.

§ 2º- Na impossibilidade dos mesmos se fazerem presentes,

deverão delegar outros membros do mesmo CONSELHO LOCAL DE SAÚDE.

Art. 20 - São prerrogativas do Presidente:

I - Presidir as reuniões e os trabalhos do CONSELHO LOCAL DE SAÚDE;

II - Convocar reuniões e os trabalhos do CONSELHO LOCAL DE SAÚDE;

III - Dirigir e orientar as discussões concedendo a palavra aos conselheiros, coordenando os debates e neles intervindo para esclarecimento;

IV - Promover e regulamentar o funcionamento do Conselho, como seu responsável, solicitando às autoridades competentes as providências e recursos necessários para atender aos serviços;

V - Exercer nas reuniões, o direito de voto de qualidade, isto é, só votará em caso de empate;

VI - Corresponder-se em nome do Conselho e representá-lo nas solenidades e atos oficiais;

VII - Apresentar nas Assembléias Anuais o relatório de atividades anual, remetendo cópia ao CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, a Unidade de Saúde de sua área de abrangência e às entidades e órgãos representadas no CONSELHO LOCAL DE SAÚDE;

VIII - Resolver os casos omissos de natureza administrativa;

IX - Homologar as resoluções do CONSELHO LOCAL DE SAÚDE.

Parágrafo Único - O vice-presidente assumirá as ausências ou impedimentos eventuais e em caso de vacância da presidência, completará o período de mandato.

Art. 21 - São funções do 1º Secretário:

a) Executar os trabalhos de natureza administrativa do CONSELHO LOCAL DE SAÚDE;

b) Organizar os processos para o devido encaminhamento aos órgãos competentes;

c) Ajudar na organização da pauta para as reuniões plenárias;

d) Tomar providências necessárias para a instalação e funcionamento das reuniões do Conselho;

e) Manter articulação com órgãos técnicos e administrativos competentes e com o Conselho Municipal de Saúde;

f) Elaborar junto ao Presidente, as atas das reuniões do CONSELHO LOCAL DE SAÚDE;

g) Organizar a documentação e todos os dados do CONSELHO LOCAL DE SAÚDE.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS RESOLUÇÃO 29/05 REGIMENTO INTERNO CLS

Art. 22 - O plenário do CONSELHO LOCAL DE SAÚDE é o órgão de deliberação plena e conclusiva, configurada pela reunião ordinária ou extraordinária dos conselheiros nomeados, cumprindo os requisitos de funcionamento estabelecidos neste regimento.

Art.23 - O documento competente para divulgar as decisões do CONSELHO LOCAL DE SAÚDE para todos os efeitos, será a resolução, assinada pelo 1º Secretário e Presidente do CONSELHO LOCAL DE SAÚDE.

Art. 24 - As deliberações do CONSELHO LOCAL DE SAÚDE deverão ser aprovadas pelo CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art.25- Que o segmento governo garanta a participação dos seus representantes no CONSELHO LOCAL DE SAÚDE comprometendo-se assim com o seu funcionamento.

Art.26 - Para melhor desempenho de suas funções, os representantes das entidades deverão participar da capacitação de conselheiros oferecida pelo CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art.27 - Recomenda-se que as entidades representadas nos

CONSELHOS LOCAIS DE SAÚDE propiciem condições para participação de seus representantes nas reuniões do CONSELHO LOCAL DE SAÚDE.

Art.28- O CONSELHO LOCAL DE SAÚDE deverá indicar e acompanhar o conselheiro que representa o seu CONSELHO LOCAL DE SAÚDE como membro no CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 29 - As funções dos membros dos CONSELHOS LOCAIS DE SAÚDE, não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado de relevância pública.

Art. 30 - Os conselheiros que se candidatarem a cargo eletivo público deverão solicitar seu afastamento como membro do CONSELHO LOCAL DE SAÚDE com antecedência de seis (6) meses das eleições.

Art. 31 - O presente regimento poderá ser modificado por proposta de qualquer um dos CONSELHOS LOCAIS DE SAÚDE, que deverá ser encaminhado ao CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE para sua análise e aprovação.

Art. 32 - Os casos omissos serão DELIBERADOS pelo CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

### **Resultado da Chamada Pública Nº 02/2014 - Tiago Baratieri**

RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2014  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
INCUBADORA TECNOLÓGICA LUZERNA

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.613.428-0001/72, com sede administrativa à Av. 16 de fevereiro, 151, em Luzerna(SC), por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, torna público nesta data, para conhecimento dos interessados, o RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2013 das propostas apresentadas a INCUBADORA TECNOLÓGICA DE LUZERNA, órgão de extensão e desenvolvimento tecnológico vinculada a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, que buscam apoio da incubadora para o desenvolvimento de seu Projeto e, que possam promover relevantes impactos sociais e econômicos.

A Comissão de avaliação ad hoc, após analisar as propostas de empreendimento apresentadas, deu parecer favorável e aprovou os seguintes empreendimentos.

Empreendimento/ Projeto	Eixo de desenvolvimento	Empreendedores	Pontuação
Tiago Baratieri 07009719985	Design do Produto	Tiago Baratieri	78,15

Os proponentes selecionados serão convocados para entrega dos documentos complementares e assinatura dos contratos de Incubação.

O prazo para recursos se encerra as 17:30h do dia 09/09/2014.

O recurso deve ser protocolado junto a recepção da Incubadora Tecnológica de Luzerna, Rua Vigário Freio João, 601 - Bairro São Francisco - Centro de Eventos São João Batista - 89609- 000 - Luzerna/SC onde será encaminhado à Comissão de avaliação ad hoc, que procederá a análise do mesmo e emitirá parecer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Luzerna(SC), 05 de Setembro de 2014.

Moisés Diersmann  
Prefeito Municipal

**Receitas Federais do Dia 03.09.2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 03/09/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>5.457,11</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	1.789,09
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	1.789,09
4.1.7.2.1.36.01.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner 60%	1.073,46
4.1.7.2.1.36.02.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner 25%	447,27
4.1.7.2.1.36.03.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner 15%	268,36
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	4.025,83
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.025,83
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	2.415,50
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.610,33
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-357,81
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-357,81

Luzerna, 05/09/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

**Receitas Federais do Dia 04/09/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 04/09/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		2.115,65
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.115,65
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.115,65
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.269,39
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	846,26

Luzerna, 05/09/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

**Mafra****PREFEITURA****Edital de Pregão Presencial - Nº 124/2014**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2014**

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de peças e contratação de mão de obra destinado ao conserto do veículo Micro-Ônibus volare MFG 9397, através da Secretaria de Municipal de Educação, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 19/09/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 05 de setembro de 2014.

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil  
Pregoeiro Municipal

**Extrato de Dispensa de Licitação Nº 382/2014**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 382/2014.

FORNECEDOR: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PROFESSORA GEORGETE.

CNPJ: 79.368.858/0001-63.

OBJETO: Prestação de serviços relativos ao acolhimento de uma munícipe na Associação Beneficente Professora Georgete, através do Fundo Municipal de Assistência Social.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XX, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 7.240,00 (Sete mil duzentos e quarenta reais).

Mafra, (SC) 05 de setembro de 2.014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal



**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº****PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº  
003/2013 - TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 12**

O Prefeito do Município de Mafra-SC e o Secretário Municipal de Administração, com fundamento na Lei Municipal Nº 3.008, de 15 de dezembro de 2005 que dispõe sobre a Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público, Lei Complementar Nº 16 de 28 de dezembro de 2005, Lei Nº 3.795 de 04.04.2012, Constituição Federal, Artigo 37, inciso IX, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os Profissionais a seguir relacionados, aprovados no **Processo Seletivo Simplificado- Edital Nº 003/2013** desta Municipalidade, a comparecer no Endereço a seguir:

**Praça Desembargador Flávio Tavares, Nº 12- (Prédio da Prefeitura Municipal de Mafra- SC), no Departamento de Recursos Humanos e Qualidade, no dia 09 de setembro de 2014, às 08h00min.**

**RELAÇÃO DE VAGAS**

**1.) Área de Atuação:** Educação Infantil  
**Professores (Habilitados e Não Habilitados)**

**Disciplina/ Série /Turma:** Jardim I.

**Vaga:** 20 horas (vespertino).

**Local:** CEIM “Vista Alegre”

**Obs.:** Atuar até o dia 19/12/2014, para substituir professor que solicitou rescisão de contrato.

**2.) Área de Atuação:** Alfabetização

**Professores (Habilitados e Não Habilitados)**

**Disciplina/ Série /Turma:** 1º ano

**Vaga:** 20 horas (vespertino).

**Local:** EMEB “Augusta Vitória”

**Obs.:** Atuar até o dia 11/10/14.

**3.) Área de Atuação:** Educação Infantil

**Professores (Habilitados e Não Habilitados)**

**Disciplina/ Série /Turma:** Maternal I

**Vaga:** 20 horas (vespertino).

**Local:** CEIM Comecinho de Vida “Nathaan Alex Ramos”

[www.mafra.sc.gov.br](http://www.mafra.sc.gov.br)

Praça Desembargador Flávio Tavares, 12 - Mafra - SC  
CEP 89300-000 - Telefone: 47-3641.4000



**Obs.:** Atuar no período de 15/09/14 a 13/12/14, em substituição a professor em Licença Prêmio.

**4.) Área de Atuação:** Educação Infantil

**Professores (Habilitados e Não Habilitados)**

**Disciplina/ Série /Turma:** Maternal II

**Vaga:** 40 horas ou 2 (duas vagas) de 20 horas, matutino e vespertino.

**Local:** CEIM "Vila Nova"

**Obs.:** Atuar no período de 15/09/14 a 13/12/14, em substituição a professor em Licença Prêmio.

**5.) Área de Atuação:** Séries Iniciais do Ensino Fundamental

**Professores (Habilitados e Não Habilitados)**

**Disciplina/ Série /Turma:** 4º ano

**Vaga:** 20 horas (vespertino).

**Local:** EMEB "Colônia Ruthes"

**Obs.:** Atuar até o dia 23/10/14, em substituição de professora afastada para tratamento de saúde.

**6.) Área de Atuação:** Séries Finais do Ensino Fundamental.

**Professores (Habilitados e Não Habilitados)**

**Disciplina/ Série /Turma:** Língua Portuguesa.

**Vaga:** 20 horas (matutino).

**Local:** CEM "Beija-Flor"

**Obs.:** Atuar no período de 15/09/14 a 13/12/14, em substituição a professor em Licença Prêmio.

## SEQUENCIA DE ESCOLHA APÓS A CONVOCAÇÃO DO EDITAL Nº 12

Cargo: 06. Professor Educação Infantil (não-habilitado)		
SEQUENCIA	INSC.	CANDIDATO
1.	0366	ELEANDRA DE MORAES STECLAN

Cargo: 05. Professor Educação Infantil (habilitado)		
SEQUENCIA	INSC.	CANDIDATO
2.	0430	ALESSANDRA MARIA PASDIORA
3.	0316	CLAUDIA SABATKE MACHOWSKI
4.	0013	FRANCISCO KONIG NETO
5.	0212	FABIANA MARIA SCHWEIGERT LARA
6.	0186	SUELEN DE OLIVEIRA
7.	0098	ANGELA STOEDEL WITT
8.	0277	NEILA REGINA CAMPOS BRIZOLLA
9.	0080	ANA FRANCELIN DE OLIVEIRA
10.	0353	ALINY BRUNA ALVES
11.	0238	SILVANA FERREIRA LOURENÇO

[www.mafra.sc.gov.br](http://www.mafra.sc.gov.br)

Praça Desembargador Flávio Tavares, 12 - Mafra - SC  
CEP 89300-000 - Telefone: 47-3641.4000



12.	0336	SIMONE FERRARI DOS SANTOS
13.	0309	NEIDE APARECIDA RIALTO PINTO
14.	0335	SIMONE KELLY RANKEL
15.	0216	KALYNCA TEIXEIRA LISBOA
16.	0045	GISELLE MARIA RODRIGUES CARDOSO WENDT
17.	0181	MARCIA BARUFFI
18.	0371	ANA PAULA DRANKA TASCHEK
19.	0461	JORDANA NELITA KUSS
20.	0167	VANUZA PIAZ CORREIA DE SIQUEIRA
21.	0333	EDILVENE CANHA PSCHIEDT
22.	0389	CARINA ALTMANN
23.	0250	CLAUDETE DOARTES FLORES
24.	0050	VALDIRENE DO ROCIO GOMES SIQUEIRA HAABEN
25.	0158	MARLI COMOCHINA
26.	0481	ELENA RODRIGUES
27.	0188	RENATA MAÇANEIRO
28.	0234	HELLIN MARIA FERREIRA DAS CHAGAS
29.	0400	AURICIANE KMIECIK
30.	0239	MARISA GROSSEL
31.	0174	JUVILIANE ENEYDE GUTSTEN PADILHA
32.	0449	DAYANE CRISTINE ALVES
33.	0067	SOLANGE BROZOSKI BONETTES
34.	0219	KARINE TEIXEIRA LISBOA ROCHA
35.	0170	VANIA TERESINHA SCHUPPEL
36.	0165	VERONICA APARECIDA KAMERS
37.	0485	KÊNIA REGINA PRECISO
38.	0086	NATHALIE CAROLINE PLONKOSKI GRUBER
39.	0025	LUCÉLIAALVES
40.	0085	ROSILANE SILVA RIBEIRO
41.	0049	SALETE IANDARA MARTIN ESTEFANI ESTEFANO
42.	0087	CRISTIANE MARIA LIEBL
43.	0275	SIMONI DE CHAVES RIBEIRO
44.	0340	FRANCIELE APARECIDA DE LIMA MARX
45.	0332	CRISTINA MACHADO
46.	0156	MARIA DE LOURDES MORETO ELIAS
47.	0159	ANDRESSA ZIELINSKI
48.	0118	ANDRÉA ZIMKOWICZ REIMÃO DE MELLO
49.	0137	MARIA CRISTIANE SENA
50.	0478	ANIELI DE SOUZA LUZ
51.	0047	BIANCA MUNSTER
52.	0100	JANAINA PAOLA RAMOS SEIDEL
53.	0243	ANA PAULA SCHELBAUER
54.	0292	ANA KRUCZKEVICZ



Cargo: 06. Professor Educação Infantil (não-habilitado)		
SEQUENCIA	INSC.	CANDIDATO
55.	0405	CLAUDIA VERIDIANE MARTINELLI
56.	0106	MARISA PROCHERA RODRIGUES
57.	0145	DÉBORA STOEBERL FIDELES FERREIRA
58.	0425	ALINE SIQUEIRA
59.	0274	MARIA HELENA KALATAY SCARDANZAN
60.	0267	DAIANE CRISTINA CARVALHO WILLE
61.	0476	DANIELI KUSTER DE CAMARGO
62.	0014	JOZIANE AP URBANEK CHABLESKI
63.	0457	ELISANGELA PEREIRA
64.	0217	JÉSSICA CAROLINE STEPHANE KACHEL
65.	0044	GLACI PLACIDO FARIAS
66.	0387	GISELDA FRANCO DOS SANTOS BASTOS
67.	0070	MIRIAN PEREIRA DE SOUZA
68.	0328	ANDREA MODEL
69.	0305	ANNIE GABRIELI SILVEIRA CAETANO
70.	0300	HEDERLY MIRIANE INGLES
71.	0172	ZENILDA MARTINS CORREA
72.	0308	JULIANA FERNANDA PATZSCH
73.	0150	JESSICA AUGUSTIN
74.	0375	ROSIMEIRE ROCHA
75.	0435	MARIA CAROLINA DOS SANTOS
76.	0040	MARGARETE BUBA SAIBOTH
77.	0111	CRISTIANE SCHELBAUER
78.	0334	ANDRESSA SIMONILZA DE LIMA
79.	0179	CLAUDIA BECKER CORDEIRO
80.	0065	BARBARA LOUISE BAUER
81.	0260	LAURICI DAVID
82.	0026	CAMILA GAISSLER MULLER DO NASCIMENTO
83.	0302	MARCIA LOPATA MACHADO FAGUNDES
84.	0383	RUBIANE CAROLINE BECKER
85.	0354	MARIA DE JESUS DE ANDRADE
86.	0463	IVANA CRISTIANE DE ALBUQUERQUE
87.	0196	ALESANDRA CARDOSO DE OLIVEIRA
88.	0177	ALINE BASSANI CARPEN
89.	0120	CARLA TATIANA BINNECK
90.	0270	JAINE DE OLIVEIRA PALHANO
91.	0294	MISAEEL XAVIER PAES
92.	0359	ROSÂNGELA APARECIDA DE VILLE
93.	0173	JOSANE APARECIDA MARTINS CORREA
94.	0344	NAYARA HULIANE WITT
95.	0031	KETLYN HINKEL CARVALHO

Cargo: 01. Professor de Alfabetização (habilitado)		
SEQUENCIA	INSC.	CANDIDATO
1.	0310	MARIA CLAUDIA OCZKOVSKI

[www.mafra.sc.gov.br](http://www.mafra.sc.gov.br)

Praça Desembargador Flávio Tavares, 12 - Mafra - SC  
CEP 89300-000 - Telefone: 47-3641.4000

4



2.	0076	JAQUELINE PFEFFER
3.	0015	KEILA MICHELI MOREIRA BUBNIAK
4.	0033	ERIKA ALESSANDRA DE SOUZA
5.	0143	VERA LUCIA SOUZA DOS SANTOS
6.	0350	LUCIANE LOTTE
7.	0107	ERONI APARECIDA FUNCK DE LIMA
8.	0064	JOSECLER GOFFI WOHL
9.	0010	SOLANGE PAES DE FARIAS
10.	0203	CRISLAINE MIRANDA XAVIER PAES
11.	0434	ANGELITA CHINSKI THIEM
12.	0319	JOELMA MARCELA KLEMMANN PAES DE FARIAS
13.	0184	JOSIANE MARIA EVERS
14.	0136	ROSICLEIA SCHNEIDER DE MIRA
15.	0117	IVETE INES MOROSKI GREIN
16.	0011	FRANCIELI APARECIDA WEBER
17.	0251	MARIA APARECIDA POLAK
18.	0058	SILVANA ANDREA BERLANDE SIMETTE
19.	0069	CARLA DE FATIMA OWCZARZAK
20.	0105	VIRLENE PILZ
21.	0193	ANDREIA FABIANA PETTRES WOLSKI
22.	0149	LUCIÉLI APARECIDA GREIN
23.	0163	MÁRCIA SCHVENDTNER STEFEN
24.	0214	AILTON CLEMILTON SABATKE
25.	0175	SOLANGE RUJANOWSKY
26.	0081	ROSILDA ALBRECHT SCHUTTER
27.	0232	LUCIANE FERREIRA PIAZ
28.	0164	SUÉLYN LUIZ
29.	0228	MARILENA SEBASTIANA KOLLER
30.	0016	CARLA CHRISTIANE HERBST BRUSKE
31.	0020	KARIN MICHELI GREIN
32.	0012	MARLIZE APARECIDA SOARES
33.	0420	EDINA BAPTISTA DA COSTA
34.	0176	ANA MARIA MARTINS DANIEL
35.	0245	JOSIANE STOEBERL DA SILVA
36.	0046	DIONE MARCELO ULBRICH
37.	0037	VILMARA APARECIDA DE CAMPOS
38.	0271	NEUSA EMILIA ILKIU VALACHINSKI
39.	0189	SIMONE APARECIDA STADEL MOREIRA
40.	0006	KETRUIN GOMES DE OLIVEIRA
41.	0104	LUCIA DE OLIVEIRA MARQUARDT
42.	0133	NADIA XAVIER
43.	0112	ROSILENE WEISS CLEMENTE
44.	0096	JULIANA SKONIESCNY PICKICIUS
45.	0289	CLEONICE MISSA SHIMOGUIRI

[www.mafra.sc.gov.br](http://www.mafra.sc.gov.br)

Praça Desembargador Flávio Tavares, 12 - Mafra - SC  
CEP 89300-000 - Telefone: 47-3641.4000

5





Cargo: 02. Professor de Alfabetização (não-habilitado)		
SEQUENCIA	INSC.	CANDIDATO
46.	0198	JOSIELE MABEL MACHNICKI
47.	0215	HELGA REGINA MACHNIKI TABORDA
48.	0108	JOSÉLIA APARECIDA RUTHES
49.	0323	JOSENEIA GOMES DOS SANTOS DROSDECK
50.	0488	ISABEL CRISTINA PESCHEL KOZAK
51.	0295	MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA COLAÇO
52.	0227	ALEXSANDRA KAMERS MORO
53.	0268	MARIBEL PEDRO PASDORA
54.	0312	LARISSA LEOCADIA HITNER AMERICO
55.	0272	INDIARA REGINA SACRAMENTO DE SOUZA
56.	0056	LUCIANA MARIA SCHELBAUER DE ALMEIDA
57.	0095	ROGERIA PILZ
58.	0410	FRANCIANE MACANHAN GRANEMANN DE SOUZA
59.	0110	JANINE DE FÁTIMA PETERS
60.	0414	ALINE BAUER VICCHIATTI
61.	0052	RITA DE CÁSSIA TROJAN DE ALMEIDA BERMEL
62.	0380	GABRIELA FRANCISCO ALVES
63.	0223	ELISABETE APARECIDA MIRANDA
64.	0126	ELENICE CARVALHO GRAF
65.	0035	SIMONE PILZ
66.	0437	ANNA PRISCILLA PLAUTZ
67.	0377	MARIA ALICE WICHINHESKI
68.	0384	KAROLYNE BUENO DE OLIVEIRA
69.	0254	VIVIANE WURMLI
70.	0314	NOELI DE SOUZA
71.	0339	DANIELI HINKE
72.	0291	AUGUSTA SOLANGE DE SOUZA
73.	0317	MARILENE REQUES
74.	0103	VERIDIANA PSCHIEDT
75.	0146	JANAÍNA STOCKSCHNEIDER CARLINS
76.	0034	LUCIANA DA COSTA PEREIRA DA SILVEIRA
77.	0493	VIVIANE LAURI DE LIMA RIBEIRO
78.	0131	GIANE ARBIGAUS KOTHONSKI
79.	0296	DANIELI CRISTINI PIROSKI
80.	0393	KARINA VERONICA SOARES
81.	0018	ADRIANA NIZER
82.	0066	ANA PAULA PSCHIEDT
83.	0273	DANIELE PICKSIUS SOUZA ROSA

Cargo: 01. Professor de Alfabetização (habilitado)		
SEQUENCIA	INSC.	CANDIDATO
84.	0370	BERNADETE RANK PADILHA
85.	0361	IRIO BATISTA

[www.mafra.sc.gov.br](http://www.mafra.sc.gov.br)

Praça Desembargador Flávio Tavares, 12 - Mafra - SC  
CEP 89300-000 - Telefone: 47-3641.4000

6

**Cargo: 03. Professor Séries Iniciais (habilitado)**

SEQUENCIA	INSC.	CANDIDATO
1.	0048	FABIANE SCHNEIDER PEREIRA
2.	0362	SOELY TERESINHA DE MELO BATISTA

**Cargo: 04. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)**

SEQUENCIA	INSC.	CANDIDATO
3.	0313	GECILDA HIRTHER
4.	0299	SAMIEL APARECIDA CZERMACH PSCHIEDT
5.	0388	JOSE VALCIR GRAFF
6.	0448	EMILIA TERESINHA GREIN
7.	0438	FRANCIELE PESCHEL
8.	0182	LUCIA TEREZINHA DE OLIVEIRA
9.	0132	GISELE SCRUI
10.	0241	VANESSA CRISTINA SIGNORELLI
11.	0322	LILEANA APARECIDA GARCIA
12.	0464	CRISLAINE FRANCINE DENCK
13.	0373	SILVANA SCHELBAUER
14.	0009	MARILDA DOS SANTOS MELLO
15.	0263	JOZIANE BICHESKI SCHELBAUER
16.	0283	MARIA DE LURDIS CARDOSO BUBNIAK
17.	0004	VANESSA MARIA MORAES
18.	0372	VANI DO LIVRAMENTO SILVA
19.	0423	DAIANE STEBEL
20.	0439	JAQUELINE BORNANN FIGURA DA CRUZ WITT
21.	0073	ELIZANGILA SIGNORELLI TABORDA
22.	0266	JÉSSICA APARECIDA PORTELLA TECLAK
23.	0240	KELIN ELIANA MARCINIANK ALTMANN

**Cargo: 03. Professor Séries Iniciais (habilitado)**

SEQUENCIA	INSC.	CANDIDATO
24.	0298	TEOTONIO BERGER
25.	0458	ALEXANDRA DA SILVA COELHO
26.	0230	ROSA DA SILVEIRA
27.	0054	ANDRÉA KUCHLER GONÇALVES DE LIMA
28.	0436	GHISLENY APARECIDA MAIDL FRAGOSO
29.	0386	ELIERCE ALTMANN
30.	0053	MARLI SIOMARA MARINO DA SILVA
31.	0210	JOSIANE FURTADO FRARE
32.	0331	MARCELA LOURENÇO TABORDA
33.	0452	RAQUEL SCONIECZNI LANSKI
34.	0447	JAQUELINE APARECIDA DE LARA NEUBURGER
35.	0257	MARIA EMILIA FELIPE
36.	0211	RAFAELA COSTA FURTADO KUIAVSKI
37.	0320	MONICA KUCHLER VIEIRA
38.	0287	ALTINO RAUEN

[www.mafra.sc.gov.br](http://www.mafra.sc.gov.br)

 Praça Desembargador Flávio Tavares, 12 - Mafra - SC  
 CEP 89300-000 - Telefone: 47-3641.4000



39.	0422	CLAUDETE APARECIDA GONÇALVES RIBEIRO
40.	0154	RENATA MARIA HERBST
41.	0222	IVONE DUTRA PIVOVAR
42.	0231	ELAINE CRISTINA FETTER
43.	0288	ALINE KOHLER
44.	0315	SUZI MERY APARECIDA PETERS
45.	0187	LISLAINE DOS SANTOS RODRIGUES

Cargo: 21. Professor de Língua Portuguesa (habilitado)		
SEQUENCIA	INSC.	CANDIDATO
1.	0119	CAROLINE DE LIMA DA CRUZ
2.	0443	SIMONE APARECIDA DE OLIVEIRA GONÇALVES
3.	0489	EVELIN GISLANE SCHROEDER DE LIMA
4.	0166	ZENAIDE GABRIEL ANCIUTTI
5.	0330	MARILDA PADILHA DOS SANTOS

Cargo: 22. Professor de Língua Portuguesa (não-habilitado)		
SEQUENCIA	INSC.	CANDIDATO
6.	0151	MARLENE TEREZINHA SILVEIRA PONTES
7.	0091	HIRVINNG ALECSSEY KERETCH ULBIRICH
8.	0363	CAROLINE MORAES RANGER MONTEIRO
9.	0351	ANA CRISTINA DEBRUM DOS SANTOS
10.	0280	ANA PAULA MEDEIROS DA CUNHA
11.	0355	VERIDIANA CARLA MACHADO
12.	0021	ROXANY MARIÊ HAAS
13.	0083	MARIANA HABLE
14.	0202	ANDRESSA APARECIDA TRAFCA
15.	0411	ANGELITA WEGRZINOVSKI
16.	0124	JACQUELINE HELENA LILA

O Candidato Classificado que não se apresentar no Setor de Recursos Humanos e Qualidade, da Prefeitura Municipal de Mafra, sito à Praça Desembargador Flávio Tavares, Nº 12, no dia 09 de setembro de 2014, às 08h00min perderá o direito às VAGAS especificadas neste Termo de Convocação.

Mafra, 05 de setembro de 2014.

**Roberto Agenor Scholze**  
Prefeito do Município de Mafra

**Tadeu David Geronasso**  
Secretário Municipal de Administração

[www.mafra.sc.gov.br](http://www.mafra.sc.gov.br)

Praça Desembargador Flávio Tavares, 12 - Mafra - SC  
CEP 89300-000 - Telefone: 47-3641.4000

## Maracajá

### PREFEITURA

#### Decreto 94/2014

DECRETO Nº 94 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
NOMEIA COMISSÃO DE ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ESTÁVEIS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 46 da Lei Municipal nº 985 de 12 de junho de 2014, e;

Considerando, o disposto na Lei nº. 985 de 12 de junho de 2014, a qual determina que seja o enquadramento de servidores coordenado por comissão especial, composta exclusivamente por servidores estáveis, sem qualquer restrição funcional;  
Considerando, a exigência na mencionada lei, no tocante a composição da comissão de enquadramento;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores públicos municipais estáveis a mais de três anos no poder público municipal de Maracajá/SC, abaixo relacionados, para compor a COMISSÃO DE ENQUADRAMENTO, de acordo com o artigo 46 da Lei Municipal nº. 985 de 12 de junho de 2014:

#### I - Membros Efetivos:

- a) Marcelo Martinelli - Matrícula nº 0661
- b) Luciane Lemos Mondardo - Matrícula nº 0698
- c) Karine dos Santos Marques - Matrícula nº 1395
- d) Suelen Calegari Monteiro Zandonadi - Matrícula nº 0728
- e) Micheline Costa Francisco - Matrícula nº 0481

#### II - Membros Suplentes:

- a) Janaina Ramos - Matrícula nº 0699
- b) Ediane Pavei Fontana - Matrícula nº 0477
- c) Olinda Aparecida Fernandes Rocha - Matrícula nº 0271
- d) Hélder Francisco Loch - Matrícula nº 0480
- e) Maria Helena Pereira Marques - Matrícula nº 0312

Art. 3º A presente comissão será presidida pelo servidor Marcelo Martinelli, Matrícula 0661, servido os demais como membros.

Art. 4º Fica a comissão de enquadramento responsável por todos os atos de enquadramento de servidores, elaboração de normativas, regras e demais procedimentos para o desenvolvimento de suas atividades, submetendo sempre a aprovação do poder executivo municipal.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições com contrário, retroagindo seus efeitos a partir desta data.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,  
01 de Setembro de 2014.

Wagner da Rosa  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 01 de Setembro de 2014.

Valmir Carradore  
Secretário de Administração

## Marema

### PREFEITURA

#### "Errata" Decreto Nº 129/2014

Decreto n. 129/2014  
de 01/09/2014

DECRETA LUTO OFICIAL DE SETE DIAS NO MUNICÍPIO DE MAREMA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao Art. 64 VI da Lei Orgânica Municipal e CONSIDERANDO o falecimento do Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal VALDOMIRO BEVILAQUA e da primeira Dama MARISETE PERUZZO BEVILAQUA .

#### RESOLVE:

Art. 1º - É decretado luto oficial por sete (7) dias em todo o território do Município de Marema em sinal de pesar pela morte do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Valdomiro Bevilaqua e da primeira Dama Marisete Peruzzo Bevilaqua, em um trágico acidente ocorrido na noite de 30/08/2014 no interior do Município.

Paragrafo Único: Todas as Atividades do Município de Marema de atendimento ao público externas e internas de todos os setores da administração pública municipal, ficarão suspensas no dia 01 e 02 de setembro de 2014. O departamento de saúde funcionará com regime de plantão. Assim, todas as atividades externas e internas serão retomadas no dia 03/09/2014.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 01 de setembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI  
Funcionário Designado

#### "Errata" Portaria Nº 148/2014

Portaria nº 148/2014  
De 04/09/2014

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR ABANDONO DO CARGO PELA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLAIRE NESPOLO PERCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 165, inciso IX da Lei Municipal nº 307/95 e CONSIDERANDO informação da Secretaria Municipal de Saúde dando conta que a Agente Comunitária de Saúde CLAIRE NESPOLO PERCIO não retornou ao local de trabalho após término do benefício previdenciário em 23 de dezembro de 2013; CONSIDERANDO informação do Setor de RH que houve a notificação para o retorno do trabalho, mesmo assim a servidora não compareceu.

## D E C I D E

Art. 1º - Determinar a instauração de processo administrativo para apurar possível abandono do cargo da Servidora Publica Municipal CLAIRE NESPOLO PERCIO lotado no cargo de Agente Comunitária de Saúde, por possível infração prevista no Art. 165, inciso IX do Estatuto dos Servidores Publico Municipais, configurando abandono do cargo, assegurando-lhe o contraditório e a ampla defesa.

Art. 2º - Fica determinado ao Departamento de Pessoal, para que proceda ao registro e autuação do presente ato, devendo acompanhar os documentos de sua pasta funcional, notificações e demais documentos constante do prontuário do servidor.

Art. 3º - Constituir comissão especial para conduzir os trabalhos de instauração de processo administrativo da Servidora Publica Municipal CLAIRE NESPOLO PERCIO lotado no cargo de Agente Comunitária de Saúde, por possível infração praticada no exercício das funções do cargo, pelo abandono do cargo, composta pelos seguintes servidores a seguir nomeados:

- Presidente: LIGIANE SPEROTTO
- Secretário: ANA PAULA SEGANFREDO
- Membro: EDUARDO PEREIRA VARGAS

Art. 4º - A comissão deve conduzir os trabalhos, agindo com independência e imparcialidade, bem como respeitando o contraditório e a ampla defesa.

Art. 5º - Os membros da comissão prestarão serviços relevantes ao Município, não percebendo qualquer tipo de gratificação ou indenização pelos trabalhos relacionados a esta Portaria.

Art. 6º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de setembro de 2014.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI  
Servidor Designado



# Massaranduba

## CÂMARA MUNICIPAL

### Balancete Financeiro Agosto 2014

#### CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Balancete Financeiro  
Período de Referência: Agosto / 2014

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	0,00	ORÇAMENTÁRIA	100.609,28
Receitas Orçamentárias	0,00	Despesas Correntes	97.889,28
Receitas Correntes	0,00	Pessoal e Encargos Sociais	80.654,10
Receita Tributária	0,00	Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receita de Contribuições	0,00	Outras Despesas Correntes	17.235,18
Receita Patrimonial	0,00	Despesas de Capital	2.720,00
Receita Agropecuária	0,00	Investimentos	2.720,00
Receita Industrial	0,00	Inversões Financeiras	0,00
Receita de Serviços	0,00	Amortização da Dívida	0,00
Transferências Correntes	0,00	Despesas IntraOrçamentárias	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	Despesas Intraorçamentárias Correntes	0,00
(-)Deduções das Receitas Correntes	0,00	Despesas Intraorçamentárias de Capital	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00		
(-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias Corrente	0,00		
Receitas de Capital	0,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Emprestimo	0,00		
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-) Deduções das Receitas de Capital	0,00		
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00		
(-) Ded. das Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,00		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	130.000,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	130.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	9.500,75	EXTRAORÇAMENTÁRIA	12.675,55
Interferencias Ativas	0,00	Interferencias Passivas	0,00
Realizável	0,00	Realizável	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Créditos em Circulação	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00
Depósitos	14.951,24	Depósitos	12.675,55
Consignações	0,00	Consignações	0,00
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	14.951,24	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	12.675,55
Restos a Pagar	(5.450,49)	Restos a Pagar	0,00
Obrigações a Pagar	(5.450,49)	Obrigações a Pagar	0,00
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
Outras Operações	0,00	Outras Operações	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Valores Exigíveis a Longo Prazo	0,00	Valores Exigíveis a Longo Prazo	0,00
Outras Obrigações	0,00	Outras Obrigações	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	307.597,87	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	333.813,79
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	307.597,87	Bancos Conta Movimento	333.813,79
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>447.098,62</b>	<b>TOTAL</b>	<b>447.098,62</b>

Notas:

MAURO BRAMORSKI  
Presidente da Camara

ALMIR TREVISANI  
Diretor ADM

Dionísio Kemczynski  
Contador

# Meleiro

## PREFEITURA

### Portaria Nº 333/2014

PORTARIA n.º 333/2014

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM - SAMU POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010, e Processo Seletivo n.º 001/2014, resolve:

#### CONTRATAR

Art. 1.º O Senhor SAMUEL DE OLIVEIRA VOIDA, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo n.º 001/2014, a partir da presente data.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de Setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### Portaria Nº 334/2014

PORTARIA n.º 334/2014

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXÍLIO- ALIMENTAÇÃO AO SERVIDOR LOTADO E DESIGNADO NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA -SAMU .

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1489/2011 de 16 de Fevereiro de 2011, resolve:

#### CONCEDER

Artigo 1.º Ao servidor público municipal relacionado no anexo único desta Portaria, lotado e designado no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência -SAMU, o auxílio-alimentação, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensais, a título de indenização por despesas com alimentação, prevista na Lei n.º 1489/2011.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de Setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA n.º 334/2014

NOME DO SERVIDOR(A)	MATRÍCULA Nº
SAMUEL DE OLIVEIRA VOIDA	10130

Meleiro, 05 de Setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### Eleição Suplementar do Conselho Tutelar

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MELEIRO/ SC

Edital Nº 003/2014 - CMDCA

ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DO CONSELHO TUTELAR

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Meleiro -SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90 (ECA) e a Lei Municipal nº 1.488/2011 e art. 10 da Resolução Nº139/10 do CONANDA juntamente com a Comissão Temporária Organizadora para Coordenar Trabalhos do Processo de Escolha do Conselho Tutelar, através da Resolução nº 01/2014, torna público a lista de candidatos inscritos entre os dias 11/08/2014 a 29/08/2014 na sede do CRAS, sito à Rua José Mezzari, nº 290, no Jardim Itália, no Município de Meleiro/SC e em dias úteis que tiveram sua inscrição DEFERIDA.

A escolha dos membros será feita através de votação pelos eleitores de Meleiro.

A eleição será realizada no dia 13/09/2014 (Sábado), no horário compreendido entre 8h30min as 16h00min, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Napoli, sito a Rua Luiza Napoli Canela, s/n, Centro, Meleiro/SC.

Para mais informações os interessados devem entrar no site: <http://www.meleiro.sc.gov.br/> e acessar o edital na íntegra ou no CRAS.

Meleiro, 04 de Setembro de 2014.

LIVIA GONÇALVES ROCHA PASINI

Presidente do CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MELEIRO/ SC

Edital Nº 003/2014 - CMDCA

ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DO CONSELHO TUTELAR

RELAÇÃO DE CANDIDATOS INSCRITOS PARA A ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DO CONSELHO TUTELAR DE MELEIRO - SC.

Nº	NOME	RG
01	MARIVALDA TEZZA MARTINS FOGAÇA	3.035.199
02	LUCIANA FAUSTINO	4.161.910
03	MARIA APARECIDA NATAL MATEUS	5.139.116
04	JERUSANI MARTINS	4.902.579
05	SIBIA MARA OLIVEIRA DE BARBARA	6.171.583

As inscrições poderão ser impugnada no prazo de 2 (dois) dias.

Meleiro, 04/09/2014

LIVIA GONÇALVES ROCHA PASINI

Presidente do CMDCA

# Modelo

## PREFEITURA

### Decreto Nº 241/2014

DECRETO Nº 0241/2014 DE 03.09.2014.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.132/2014, em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação, a Professora, na forma e nas condições abaixo relacionado:

SERVIDORA: MAGALI CARMEN SIGNOR CPF: 767.615.509-63 RG nº 1.835.842-0	
CARGO	Professora Ensino Superior - ACT - Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público
LOTAÇÃO	Centro de Educação Infantil Pequeno Lar
TURMA	Berçário II
CARGA HORÁRIA	20 horas semanais
TURNO	Vespertino
NÍVEL	Nível 4 Letra "A"
JUSTIFICATIVA E ORIGEM DA VAGA	Professora titular no cargo Lucimar R. Dalagnol em Licença para tratamento de saúde por 30 dias conforme Portaria nº 139/2014.
VIGÊNCIA CONTRATO	03.09.2014 a 02.10.2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 03 de setembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:  
Francieli Pavalicini  
Chefe de Setor

### Decreto Nº 242/2014

DECRETO Nº 0242/2014 DE 03.09.2014.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE PROFESSORA ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.132/2014, em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o contrato, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação, da Professora, na forma e nas condições abaixo relacionado:

SERVIDORA: DIRLEI MARINS ALLEBRANDT CPF: 005.442.469-00 RG nº 2.997.510-7	
CARGO	Professora Ensino Superior - ACT - Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público
LOTAÇÃO	Centro de Educação Infantil Pequeno Lar
TURMA	Berçário II
CARGA HORÁRIA	20 horas semanais
TURNO	Matutino
NÍVEL	Nível 4 Letra "A"
JUSTIFICATIVA E ORIGEM DA VAGA	Professora titular no cargo Lucimar R. Dalagnol em Licença para tratamento de saúde por 30 dias conforme Portaria nº 139/2014.
VIGÊNCIA CONTRATO	03.09.2014 a 02.10.2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 03 de setembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:  
Francieli Pavalicini  
Chefe de Setor

**Decreto Nº 244/2014**

DECRETO Nº 0244/2014 de 05.09.2014.

CESSA READAPTAÇÃO TEMPORÁRIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KATIA REGINA SCHLOSSER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei 971/90 e Reforma Administrativa, e em especial com o disposto na Seção VII da Lei Municipal 1.513/2002, e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando laudo médico emitido em 29.08.2014 atestando a aptidão da Servidora para o retorno às suas atividades de Professora,

Considerando a solicitação manifestada pela Servidora,

DECRETA:

Art.1º - Fica cessada a readaptação da Sra. KATIA REGINA SCHLOSSER ocupante do cargo de Professora Ensino Superior, lotada no Departamento Municipal de Educação, constante no Decreto nº 083/2014 de 06.03.2014.

Parágrafo Único: A Servidora retorna às suas atividades do cargo efetivo de Professora - Educação Física, referente nomeação conforme Decretos nº 024/2008 e 029/2012, a partir de 08.09.2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08.09.2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 05 de setembro de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Chefe de Setor

**Decreto Nº 245/2014**

DECRETO Nº 0245/2014 DE 05.09.2014.

RESCINDE CONTRATO ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE SERVIDORA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.593/2005, 2.110/2013, 2.132/2014, e demais normas legais que dispõem sobre a matéria, e ainda:

Considerando o retorno da Professora titular ao cargo conforme Decreto nº 244/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica rescindido o contrato ACT - Admissão em Caráter Temporário, da Sra. ROSANGELA KNORST DEOTTI, portadora do CPF nº 612.962.529-49, RG nº 2.034.721-9, das funções do cargo de Professora deste município de Modelo/SC, a partir desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 05 de setembro de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:  
Francieli Pavalicini  
Chefe de Setor

**Decreto Nº 246/2014**

DECRETO Nº 0246/2014 DE 05.09.2014.

RESCINDE CONTRATO ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE SERVIDORA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.593/2005, 2.110/2013, 2.132/2014, e demais normas legais que dispõem sobre a matéria, e ainda:

Considerando o retorno da Professora titular ao cargo conforme Decreto nº 244/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica rescindido o contrato ACT - Admissão em Caráter Temporário, da Sra. VIVIANE CUNICO CARNEIRO, portadora do CPF nº 051.597.739-08, RG nº 5.021.322-9, das funções do cargo de Professora deste município de Modelo/SC, a partir desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 05 de setembro de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini  
Chefe de Setor

## Navegantes

### PREFEITURA

#### **Retificação Resultado de Análise de Amostras - Pregão Presencial 159/2014 PMN**

AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO Nº175 PMN

ERRATA NA PUBLICAÇÃO DO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2014, EDIÇÃO Nº1565, PAGINA 386. ONDE LÊ-SE, NO TÍTULO: RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 159/2014 REGISTRO DE PREÇOS PMN, Lê-se : RESULTADO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 175/2014 REGISTRO DE PREÇOS PMN

## Nova Trento

### PREFEITURA

#### **Portaria Nº 775/2014**

PORTARIA Nº 775/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 677/2014, que Concedeu Licença Para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal MARIA APARECIDA BITTENCOURT, matrícula nº 288, concursada no cargo de Professor Nível IV, Referência L, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na E.E.F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, pelo período de 12 (doze) dias, a contar de 27 de agosto de 2014 a 07 de setembro de 2014, conforme resultado pericial datado de 01/09/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **Portaria Nº 774/2014**

PORTARIA Nº 774/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 142 da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

#### RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, de acordo com o Ofício nº 167/2014, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes, MARIA JULIA FELLER PFLEGER, matrícula nº 6459, para exercer o cargo de Professor Não Habilitado, Referência A (Educação Infantil), com 20 (vinte) horas semanais, na Creche Ciranda Cirandinha Santo Antonin, Município de Nova Trento, a contar de 01 de setembro de 2014 a 20 de setembro de 2014, em substituição a Titular Maria Marlene Gandin Boso, afastada conforme a Portaria nº 762/2014 (Licença Tratamento Saúde Pessoa da Família).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 0

1 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de setembro de 2014.



Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esporte, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2103, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 512, de 30 de março de 2011, a Senhora MARIA JULIA FELLER PFLEGER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Nicolau Bado, s/n, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 918.331.169-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, e observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Não Habilitado, Referência A (Educação Infantil), com 20 (vinte) horas semanais, na Creche Ciranda Cirandinha Santo Antonin, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Maria Marlene Gandin Boso, afastada conforme a Portaria nº 762/2014 (Licença Tratamento Saúde Pessoa da Família).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 733,04 (setecentos e trinta e três reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 01 de setembro de 2014 a 20 de setembro de 2014, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Maria Julia Feller Pfleger

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**Novo Horizonte****PREFEITURA****Extrato de Homologação E Adjudicação PL Nº 057/2014-CV Nº 014/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2014  
CONVITE Nº 014/2014  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 05/09/2014  
CONTRATADO: CHARRUA CONSTRUÇÕES LTDA - EPP  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: O objeto da presente licitação consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO REFERENTE À EXECUÇÃO DA FUNDAÇÃO E VIGAS BALDRAMES DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA COM VESTIÁRIOS, COM ÁREA TOTAL DE 980,40 M2, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, INCLUINDO PROJETO DE ENGENHARIA E ORÇAMENTO, conforme condições descritas neste edital e seus anexos.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

DATA: 05/09/14  
ELI MARIOTT  
Prefeito Municipal.

**Extrato Contratual Nº 075/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 075/2014  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada.: CHARRUA CONSTRUÇÕES LTDA - EPP  
Valor ..... : 8.000,00 (oito mil reais)  
Vigência ..... : Início: 05/09/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 14/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (34),  
2.011.3.3.90.00.00.00.00 (39)  
Objeto ..... : O objeto da presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE LAUDO TÉCNICO REFERENTE À EXECUÇÃO DA FUNDAÇÃO E VIGAS BALDRAMES DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA COM VESTIÁRIOS, COM ÁREA TOTAL DE 980,40 M2, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, INCLUINDO PROJETO DE ENGENHARIA E ORÇAMENTO.

Novo Horizonte/SC, 05 de Setembro de 2014

**Ouro Verde****PREFEITURA****Dispensa de Licitação 0015/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE OURO VERDE  
DISPENSA DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº 0015/2014

Objeto: ALINHAMENTO DE CHASSIS DO CAMINHÃO MERCEDES BENZ/ATRON 2729 K 6x4 - PLACAS QHC-6435. Amparo legal lei 8.666/93 e suas alterações Informações: Secretaria Geral de ADM e setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site [www.ouro-verde.sc.gov.br](http://www.ouro-verde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007,

Ouro Verde (SC), 05 de setembro de 2014.  
Rosane Minetto Selig  
Prefeita Municipal.

**Paial****PREFEITURA****Pregão 005/2014 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 005/2014

Objeto: aquisição de equipamentos de proteção individual, uniformes e materiais de distribuição gratuita para a campanha "outubro rosa, novembro azul" destinados ao Fundo Municipal de Saúde conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 13:30hs do dia 18/09/2014

Abertura: 18/09/2014 as 14:00hs

Demais informações, estarão disponíveis na página do município [www.paial.sc.gov.br](http://www.paial.sc.gov.br) e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail [compras@paial.sc.gov.br](mailto:compras@paial.sc.gov.br)

Município de Paial - SC em 05 de setembro de 2014.

Elisete Esposito Wortmann  
Secretária de Saúde

**Pregão 006/2014 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAIAL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 006/2014

Objeto: aquisição de moveis sob medida, mobiliário e equipamentos diversos destinados ao Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 08:45hs do dia 18/09/2014

Abertura: 18/09/2014 as 09:00hs

Demais informações, estarão disponíveis na página do município [www.paial.sc.gov.br](http://www.paial.sc.gov.br) e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail [compras@paial.sc.gov.br](mailto:compras@paial.sc.gov.br)

Município de Paial - SC em 05 de setembro de 2014.

Elisete Esposito Wortmann  
Secretária de Saúde

**Palhoça****PREFEITURA****Errata Pregão Presencial 166/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
ERRATA Nº 001  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 166/2014

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Anexo II do edital convocatório, que consiste na aquisição de aquisição de móveis, equipamentos e materiais diversos, Secretaria Municipal de Habitação. Informamos que as alterações encontram-se a disposição na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 13:00 às 18:00 horas ou no site [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br). E de acordo com o art. 21, § 4º da Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações, fica prorrogado para o dia 18/09/2014, às 8:00 horas o prazo para a entrega dos envelopes. Os demais itens permanecem inalterados.

Palhoça, 05 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal.

**Pregão Presencial 171/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 171/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 19 de setembro de 2014, às 08:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na contratação de empresa para execução de serviços de recuperação da pavimentação com aterros de extensões de médio e grande porte, incluindo fornecimento de material. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 05 de setembro de 2014.

PREGOEIRA.

**Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº172/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº172/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.172/2014, no dia 18 de Setembro de 2014, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº172/2014 tem como objeto a aquisição de equipamentos e materiais para primeiros socorros, para o Corpo de Bombeiros de Palhoça, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 05 de setembro de 2014.

Pregoeiro.

# Papanduva

## PREFEITURA

### **Decreto Nº 2418, de 09.06.2014 - Situação de Emergência**

DECRETO N. 2418, DE 09 DE JUNHO DE 2014.

Declara Situação Anormal, Caracterizada como Situação de Emergência, a área do município afetada por Inundações - COBRADE 1.2.1.0.0.

Dario Schicovski, Prefeito do município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas do inciso VI do Artigo 59 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 1444, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012, e

**CONSIDERANDO**

I - Que as chuvas ocorridas entre os dias 6, 7 e 8 de junho de 2014, provocaram alagamentos em parte do município, conforme FIDE (Formulário de Informações do desastre);

II - Que a precipitação desse grande volume de água em um pequeno intervalo de tempo, combinada com a precariedade do sistema municipal de drenagem de águas pluviais, resultou em significativos danos e prejuízos constantes no Formulário FIDE, em anexo;

III - Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como INUNDAÇÕES(COBRADE - 1.2.1.0.0), conforme IN/MI nº 01/2012, de 30 de agosto de 2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 dias, podendo ser prorrogado por igual período, até completar um máximo de 180 dias.

**REGISTRE-SE! PUBLIQUE-SE! CUMPRA-SE!**

Gabinete do Prefeito, em 09 de junho de 2014.

Dario Schicovski,  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

### **Decreto Nº 2452, de 05.09.2014 - Prorroga Efeitos do Decreto 2418 - Situação de Emergência**

DECRETO N. 2452, DE 05.09.2014.

PRORROGA POR 90(NOVENTA) DIAS OS EFEITOS DO DECRETO Nº 2418, DE 09 DE JUNHO DE 2014, QUE DECLAROU SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA AFETADA POR INUNDAÇÕES - COBRADE 1.2.1.0.0.

Dario Schicovski, Prefeito do município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas do inciso VI do Artigo 59 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 1444, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012, e em conformidade com o Art. 7º do Decreto nº 2418, de 9 de junho de 2014, e

#### **CONSIDERANDO**

I - a continuidade dos efeitos das chuvas ocorridas entre os dias 6, 7 e 8 de junho de 2014, onde provocaram alagamentos em parte do município, conforme FIDE (Formulário de Informações do desastre);

II - a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que reavaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da situação de emergência, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

#### **DECRETA**

Art. 1º. Ficam prorrogados os efeitos do Decreto nº 2418, DE 09 DE JUNHO DE 2014, que Declarou Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado INUNDAÇÕES - COBRADE 1.2.1.0.0 conforme IN/MI nº 01/2012, de 30 de agosto de 2012, pelo período de 90(noventa) dias, em decorrência da continuidade dos problemas causados pelas fortes chuvas que ocorreram no município nos dias 6, 7 e 8 de junho, que causaram e vem causando graves prejuízos aos cofres públicos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 6 de setembro de 2014.



Gabinete do Prefeito, em 05 de setembro de 2014.  
Dario Schicovski,  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

### **Aviso de Licitações - Tomada de Preços Para Obras E Serviços de Engenharia Nº 111/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA - FUNDO MUNICIPAL DE PAPANDUVA

#### **AVISO DE LICITAÇÕES**

**TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 111/2014.** Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de construção de uma Unidade Básica de Saúde - UBS - no Centro do Município, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, conforme proposta nº 11310394000113001, com o Ministério da Saúde. Tipo: Empreitada por Preço Global, Menor preço Global; Entrega dos envelopes: Até o dia 24/09/2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: dia 24/09/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 14:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 05 de setembro de 2014  
Marli dos Santos da Cunha Ramos  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

## Paulo Lopes

### **PREFEITURA**

#### **Portaria Nº 323/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 323/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

EXONERAR A PEDIDO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Rosimere Marcelino Torquato, portadora do CPF nº 046.143.149-10, matrícula nº 11042, ocupante do Cargo Professora ACT, nomeada pela portaria nº 297/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 03 de Setembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 324/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 324/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto legislação vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Joana Tozatti, portador do CPF nº 066.412.509-38 matrícula nº 10948, ocupante do Cargo de Médica Plantonista, contratado temporariamente pela portaria nº 364/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 03 de Setembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração



**PORTARIA Nº 325/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 325/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto legislação vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO o Servidor Público Municipal, brasileiro, Thales Simões Pires de Almeida, portador do CPF nº 016.500.800-85 matrícula nº 10962, ocupante do Cargo de Médica Plantonista, contratado temporariamente pela portaria nº 449/2013, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 03 de Setembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 326/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 326/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto legislação vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO o Servidor Público Municipal, brasileiro, Mateus Batista Ferreira, portador do CPF nº 052.343.629-73 matrícula nº 11005, ocupante do Cargo de Médica Plantonista, contratado temporariamente pela portaria nº 110/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 03 de Setembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 327/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 327/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto legislação vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO o Servidor Público Municipal, brasileiro, Quilherme Pinheiro Prado, portador do CPF nº 807.654.320-72 matrícula nº 11026, ocupante do Cargo de Médica Plantonista, contratado temporariamente pela portaria nº 173/2014, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 03 de Setembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 328/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 328/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 74/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Letícia Viana Cardoso, brasileira, portadora do CPF nº 072.718.629-94, matrícula nº 11046, classificada no Chamamento Público nº 001/2014, para atuar no Cargo de Professor de Educação Física, com carga horária de 20hs semanais, em substituição a Ediane Jerônimo Del Moro devido pedido de exoneração, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/09/2014 até 19/12/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 04 de Setembro de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 329/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 329/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal efetiva e não estável, Olidia Antonia Silva, brasileira, portadora do CPF nº 033.604.599-97, matrícula nº 10744, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada pela portaria Nº 047/2012, a disposição na Secretaria Municipal de Saúde, por motivos pessoais.

Município de Paulo Lopes-SC, em 05 de Setembro de 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

**Penha****PREFEITURA****Aviso de Errata 03 - Concorrência Pública 01/2014 - Pmp**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE ERRATA 03

Concorrência Pública 01/2014 - PMP

Objeto: CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

No Edital, Subseção IV - Qualificação Econômico-Financeira, na página 14, onde se lê:

b) A licitante deverá comprovar, ainda, que dispõe dos seguintes índices, extraídos de seu balanço patrimonial: Índice de Liquidez Geral (ILG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC) maiores do que 1 (um); e Grau de Endividamento (GE) menor do que 0,5 (zero vírgula cinco), como fórmula abaixo:

$$ILG > 1,00 = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$
$$ILC > 1,00 = AC / PC$$
$$GE < 0,50 = (PC + ELP) / PL$$

Leia-se:

b) A licitante deverá comprovar, ainda, que dispõe dos seguintes índices, extraídos de seu balanço patrimonial: Índice de Liquidez Geral (ILG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC) maiores do que 1 (um); e Grau de Endividamento (GE) menor do que 0,5 (zero vírgula cinco), como fórmula abaixo:

$$LG > 1,00 = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$
$$LC > 1,00 = AC / PC$$
$$GE < 0,50 = (PC + ELP) / AT$$

Onde:

AC - Ativo Circulante

RLP - Realizável a Longo Prazo

PC - Passivo Circulante

ELP - Exigível a Longo Prazo

PL - Patrimônio Líquido

AT - Ativo Total

Penha/SC, 03 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes-

Prefeito Municipal

**Contrato Nº 148/2014 Pmp**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 148/2014 - PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório 65/2014 PMP - Carta Convite 14/2014 PMP

CONTRATADA: ILHA CONSULTORIA E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada em assessoria e consultoria técnica e administrativa na área de Recursos Humanos. VALOR TOTAL: R\$ 56.500,00 (cinquenta e seis mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2014.

Penha, 05 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

**CÂMARA MUNICIPAL****Pregão Presencial 02/2014**

CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

AVISO DE LICITAÇÃO

A CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA informa a quem interessar que em conformidade com a Lei 8666/93 e alterações e demais normas legais, realizará em 18 de setembro de 2014, às 10:00 horas na sede da CÂMARA DE VEREADORES, Avenida Antonio Joaquim Tavares, nº 101, centro, na cidade de PENHA, CEP: 88385-000, no Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca, processo licitatório nº 03/2014, modalidade Pregão Presencial nº 02/2014, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL (12 meses) cujo objeto é a contratação de empresa de telecomunicações, que possua outorga da ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, para prestar serviços de telefonia móvel pessoal com cobertura nacional, com fornecimento de assinaturas básicas pós-pagos, tarifa zero intra grupo, sistema de gestão on-line, assinatura mensal pacote de dados para smartphone com franquia mínima de 600mb, plano de minutos VC-1, plano de minutos VC-2, plano de minutos VC-3 com respectivos aparelhos a título de comodato conforme descrito no Termo de Referência - ANEXO I do edital. O edital encontra-se no site [www.camaradepenha.com.br](http://www.camaradepenha.com.br) ou na Secretaria desta Câmara, no endereço supra.

Penha, 19 de agosto de 2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

**Pomerode****SAMAE****Aviso de Republicação Licitação 17/2014 Pregão 015/2014 - Convênio 777851/2012**

SAMAE POMERODE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

AVISO DE REPUBLICAÇÃO E RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 015/2014 TIPO ELETRÔNICO - CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 017/2014

OBJETO - Contratação de empresa(s) especializada(s) para atender ao disposto junto ao Convênio sob número 777851/2012, que possui como objeto "Tal projeto visa capacitar os grupos organizados e a comunidade escolar com informações essenciais para a adoção de uma conduta sustentável, visando a manutenção do meio ambiente protegido e a criação de uma cidade que respeita a sustentabilidade", para ser(em) contratado(s) e entregue(s) na(s) condição(ões) e quantidade(s) estabelecida(s) junto ao ANEXO 01 (Termo Referência).

Local: o pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em toda as suas fases através do sistema de pregão eletrônico sistema BLL (Bolsa de Licitações e Leilões)

Segue abaixo novas datas para apresentação das propostas.

Entrega das propostas: Até as 13:00 horas do dia 18/09/2014

Início da sessão de disputa de preços : 14:00 do dia 18/09/2014

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos nos seguintes endereços: Na página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil [WWW.bll.org.br](http://WWW.bll.org.br) e [WWW.pomerode.sc.gov.br](http://WWW.pomerode.sc.gov.br) Departamento de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE Av. 21 de Janeiro Nº 2233

regia.parpinelli@samaepomerode.com.br ou pelo fone (47) 3387 2550

Pomerode SC, 04 de Setembro de 2014.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

## Porto Belo

### PREFEITURA

#### Modalidade de Licitação: Pregão - Registro de Preço - 029/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 029/2014 FMS

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS PARA SUPRIR A NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO ANEXO I DO EDITAL. Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 17/09/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 17/09/2014, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo. O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 05 de setembro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

#### Modalidade de Licitação: Pregão - Registro de Preço - 028/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 028/2014 FMS

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: AQUISIÇÃO DE BANCOS EM MADEIRA PLÁSTICA PARA INSTALAÇÃO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NO ANEXO I DO EDITAL. Recebimento das Propostas: Até 08:00 horas do dia 17/09/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 09:01 horas do dia 17/09/2014, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo. O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 05 de setembro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

## Pouso Redondo

### PREFEITURA

#### Lei Complementar N 001/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

[www.pousoredondo.sc.gov.br](http://www.pousoredondo.sc.gov.br)

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2014 de 19/02/2014.

Dispõe sobre a alteração da LC nº 001/2013 e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar nº 001/2013 de 15/01/2013, e suas alterações, faz saber que a Câmara aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada vagas para cargos em comissão, com as atribuições e vencimentos constantes na Lei Complementar nº 001/2013, de 15 de janeiro de 2013, conforme segue:

- Duas (02) vagas para o cargo de DIRETOR DE CENTRO DE EDUCAÇÃO E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a disposições em contrário.

Pouso Redondo, 19 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

#### Lei Complementa N 002/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2014, de 28/02/2014.

Dispõe sobre a criação de vaga para Cargo Efetivo e Cargo Comissionado da LC nº 001/2013 e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar nº 001/2013 de 15/01/2013, e suas alterações, faz saber que a Câmara aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada uma vaga, com nível de vencimento 26 para o cargo efetivo de Auxiliar Administrativo de Pessoal, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, conforme a Lei Complementar nº 001/2013, de 15 de janeiro de 2013 e suas alterações:

Código do Cargo: Cargo: Auxiliar Administrativo de Pessoal Classe: II - NM Grupo: 04	Habilitação: Ensino Médio Completo.	30 Horas Semanais
-----------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------	----------------------

Elaborar documentos como portarias, advertências, suspensões, fazer conferência do cartão ponto, receber e conferir documentos para contratação, efetivação e nomeação, lançar os dados no sistema, arquivar documentos, agendar encaminhamentos previdenciários; Auxiliar na elaboração de concurso público, processo seletivo, acompanhando todas as etapas, prestar informações, sobre a portaria, editais, certidões, atestados, declarações, emitir ofícios; participar como integrante de comissão quando solicitado; calcular promoções ou demissões, efetuar transferências, propor a criação ou extinção de cargos; Auxiliar na elaboração e cálculo dos tributos e contribuições incidentes sobre a folha de pagamento; conferência da folha de pagamento e entrega com coleta de assinatura. Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município; Participar de Cursos, Seminários, Palestras e outros eventos correlatos, executar outras atividades afins e compatíveis com as suas atribuições ou com a formação profissional, em conformidade com a disposição legal ou regulamentar, ou para as quais sejam expressamente designados por superior hierárquico.

Art. 2º - Fica criada uma vaga, com nível de vencimento 30 para o cargo em comissão de Coordenador de ESF, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, conforme a Lei Complementar nº 001/2013, de 15 de janeiro de 2013 e suas alterações:

Código do Cargo: Cargo: Coordenador de ESF Classe: I - NS Grupo: 05	Habilitação: Habilitação: Ensino Superior Completo em Enfermagem e Registro no órgão de classe	30 Horas Semanais
------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------

elaborar o plano de implantação/expansão/implementação da Estratégia Saúde da Família no Município; fixar estratégia de atuação capaz de fazer a conversão do modelo de atenção à saúde que passe a privilegiar a promoção da saúde e a prevenção de agravos; acompanhar a supervisão geral do programa no que diz respeito a normatização e organização da prática da atenção básica em saúde, garantindo a integralidade e a intersetorialidade; acompanhar a estruturação da rede básica na lógica da Estratégia Saúde da Família; garantir junto à gestão municipal os recursos materiais para o desenvolvimento das ações; articular com os Departamentos competentes buscando na busca de parcerias com as instituições de ensino superior para os processos de capacitação, titulação e ou acreditação dos profissionais ingressos na Estratégia Saúde da Família; articular outros setores da Secretaria Municipal de Saúde visando à integração e contribuição desses com a implantação da Estratégia Saúde da Família; definir ações estratégicas de saúde da família, fundamentada na melhoria da qualidade de vida da população; Estabelecer critérios objetivos e transparentes para reconhecimento da estratégia de organização do modelo municipal de atenção à saúde; prestar todas as informações aos órgãos federais e estaduais quando solicitado. Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município; Participar de Cursos, Seminários, Palestras e outros eventos correlatos, executar outras atividades afins e compatíveis com as suas atribuições ou com a formação profissional, em conformidade com a disposição legal ou regulamentar, ou para as quais sejam expressamente designados por superior hierárquico.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Anual do

Município.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a disposições em contrário.

Pouso Redondo, 28 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

### Lei Complementar N 003/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2014, de 10/06/2014.

Dispõe sobre a criação de vaga para Cargo Efetivo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar nº 001/2013 de 15/01/2013, e suas alterações, faz saber que a Câmara aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criadas mais 05 (cinco) vagas, cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, conforme a Lei Complementar nº 001/2013, de 15 de janeiro de 2013 e suas alterações:

Código do cargo	Vagas	DENOMINAÇÃO DO CARGO	Nível de Vencimento	Carga horária
65	5	Técnico em Enfermagem	23	40

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de junho de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

### Lei Nº 2532/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 - Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.532/2014 de 19/02/2014.

Dispõe sobre o transporte gratuito aos servidores vinculados à Secretaria de Educação e Cultura do Município de Pouso Redondo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:



Art. 1º - Fica assegurado a gratuidade do serviço público municipal de transporte, dentro do transporte escolar, a todos os servidores vinculados ao quadro da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sem prejuízo aos alunos matriculados na rede pública de educação básica.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a gratuidade deste serviço nos transportes próprios e nos transportes terceirizados.

§ 1º - A oferta de transporte é exclusivamente para profissionais da educação que estiverem cumprindo sua jornada de trabalho, dentro do Centro de Educação Municipal para o qual esta designado.

Art. 3º - A despesa decorrente da aplicação da presente Lei correrá a conta de dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 4º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 19 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

### **Lei Nº 2533/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.533/2014 de 19/02/2014

Concede reajuste salarial aos professores e coordenadores pedagógicos desta prefeitura e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder Reajuste Salarial, com base na Lei nº 1.972/2007 de 17/05/2007, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos integrantes do Magistério Público Municipal, na ordem de 8,32% (oito, vírgula trinta e dois por cento), aos cargos abaixo relacionados:

- Professor;
- Coordenador Pedagógico.

Parágrafo Único: Sendo que o 8,32% (oito, vírgula trinta e dois por cento) estabelecido pelo MEC, com base na arrecadação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 19 de fevereiro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

### **Lei Nº 2534/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 - Fone 47 3545-1133  
www.pousoredondo.sc.gov.br  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.534/2014 de 11/03/2014.

"Altera Parágrafo Único do Artigo 1º, da Lei nº 2.107/2009 e dá outras providências".

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Parágrafo Único do artigo 1º da Lei nº 2.107/2009 que passa a vigor com a seguinte redação:

Parágrafo único - A área de terras de que trata este artigo, encontra-se devidamente registrado no CRI de Trombudo Central, sob matrícula nº 8.534, como parte de uma área total com 3.050,00 m², de propriedade de CERAMICA FACHINI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.007.674/0001-45, com sede na Rua Itajaí, em Pouso Redondo, Santa Catarina e destina-se à abertura de via pública, Rua Vereador Abilino Voltolini, Bairro Progresso, Município de Pouso Redondo/SC, conforme termo de doação anexo.

Art. 2º Os demais artigos e disposições permanecem inalterados

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de março de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

### **Lei Nº 2535/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.535/2014, de 19/03/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar por conta do superávit financeiro e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e na Lei nº 2.525/2013, de 06/12/2013, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.585,64 (Quinze mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), para a modalidade de aplicação, conforme segue:

Órgão: 06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade: 02- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361- Ensino Fundamental

Programa: 18 - Criança na Escola

Projeto-Atividade: 2.011 - Manutenção do Fundeb 40%

Recurso: 0.3.0103 - Transferência do Fundeb 40%

Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 14.585,64

Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 2º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 19 de março de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

### **Lei Nº 2536/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº. 2.536/2014 de 19/03/2014.

Dispõe sobre a inclusão de elementos de despesa no Plano Plurianual 2014-2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 e Lei Orçamentária 2014 e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º — Ficam incluídos no Plano Plurianual 2014-2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 e Lei Orçamentária 2014 o elemento de despesa, a saber:

#### **03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

##### **01. GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO**

04.122.0009.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração

Função: 04 - Administração

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 09 - Administração Geral e Financeira

Projeto-Atividade: 2.003 - Manutenção do depto de Tributação, fiscalização e topografia

Recurso: 0.1.0000- Recursos Ordinários

Despesa: 3.1.71.70.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas

R\$ 2.916,00

3.3.71.70.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 1.458,00

4.4.71.70.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 486,00

#### **05. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

##### **02. DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E TOPOGRAFIA**

04.122.0009.2.006 - Manutenção do depto de Tributação, fiscalização e topografia

Função: 04 - Administração

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 09 - Administração Geral e Financeira

Projeto-Atividade: 2.006 - Manutenção do depto de Tributação, fiscalização e topografia

Recurso: 0.1.0000- Recursos Ordinários

Despesa: 3.1.71.70.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas

R\$ 3.564,00

3.3.71.70.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas

R\$ 3.960,00

4.4.71.70.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas

R\$ 396,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, SC, 19 de março de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

### **Lei Nº 2537/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 - Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.537/2014 de 19/03/2014

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS PARA CUMPRIMENTO DOS DEVERES E EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS INERENTES A ADESAO AO PROGRAMA "MAIS MÉDICOS" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetuar despesas para o cumprimento dos deveres e exercício das competências do Município de Pouso Redondo inerentes a Adesão ao Programa "Mais Médicos", da seguinte forma:

I - Concessão Mensal de Auxílio Moradia, Alimentação, Vestuário, Telefonia Móvel e qualquer outra despesa decorrente do Programa "Mais Médicos" no valor de até 10 (dez) salários mínimos federais, ao(s) profissional(is) médico(s) participante(s) do Programa "Mais Médicos" que atuar(em) no Município de Pouso Redondo;

II - Recepção e deslocamento do(s) profissional(is) médico(s) participante(s) do Programa "Mais Médicos" desde o aeroporto mais próximo até a respectiva moradia, quando da chegada deste(s) para início das atividades;

III - Concessão de transporte para o(s) profissional(is) médico(s) participante(s) do Programa "Mais Médicos" para deslocar-se ao local de desenvolvimento de suas atribuições, quando necessário;

§1º Os benefícios dispostos nos incisos I, II e III terão vigência enquanto o(s) profissional(is) médico(s) participante(s) do Programa "Mais Médicos" estiver(em) atuando no Município, por meio do referido Programa.

§2º Os auxílios de que trata esta lei serão creditados em favor do(s) profissional(is) médico(s) participante(s) do Programa "Mais Médicos" até o quinto dia útil do mês posterior à prestação do serviço.

§3º Os auxílios serão creditados ao beneficiado de forma proporcional, caso venha ocorrer dispensa, descredenciamento ou abandono do programa.

§4º Os auxílios instituídos por esta Lei não se caracterizam como pagamento por contraprestação de serviço prestado ao Município.

§5º O(s) profissional(is) médico(s) beneficiário(s) deverão comprovar que os recursos recebidos foram empregados exclusivamente para as finalidades a que se propõem.

§6º O valor estipulado no artigo 1º serão reajustados, anualmente.

Art. 2º Nos termos do art. 17 da Lei 12.871/2013 e do termo de adesão e compromisso celebrado entre o Ministério da Saúde e o Município, as atividades desempenhadas pelos profissionais no âmbito do Programa "Mais Médicos" do Governo Federal não criam vínculo empregatício de qualquer natureza com o Município de Pouso Redondo.

Art. 3º As despesas com o "Programa Mais Médicos" correrão à conta de dotações próprias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde em cada exercício.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.  
Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 19 de março de 2014.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

### **Lei Nº 2538/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 - Fone 47 3545-1133  
www.pousoredondo.sc.gov.br  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.538/2014 de 25/03/2014

“Dispõe sobre a regulamentação de realização de feiras temporárias de venda de produtos e mercadorias, e dá outras providências”.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica regulamentada a realização de feiras temporárias que visam à comercialização de produtos e mercadorias a varejo em espaços privados no Município de Pouso Redondo.

Parágrafo Único - Para efeitos desta Lei, consideram-se como feiras comerciais, todos os eventos temporários cuja atividade principal seja a venda, diretamente ao consumidor final, de produtos industrializados ou manufaturados, com fim comercial por empresas privadas.

Art. 2º - A concessão de licença para realização das feiras temporárias é de competência exclusiva do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º - As feiras temporárias de venda de produtos a varejo serão realizadas nos centros comerciais especificamente definidos para este fim ou em evento promovido exclusivamente pelo Poder Executivo Municipal em qualquer lugar e data. Excetuando deste artigo, imóveis particulares ou públicos em área aberta, salões de festas ou similares.

§ 1º - Para cadastramento do imóvel como Centro Comercial o mesmo deverá estar dividido em unidades autônomas, segundo a regulamentação do Plano Diretor e Código Tributário Municipal;

§ 2º - O imóvel será dividido em espaços de 12m<sup>2</sup> (doze metros quadrados) por stand para fins de individualização das unidades autônomas, independentemente do seu uso;

§ 3º - As divisões podem ser móveis ou permanentes e a área de uso comum não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) da área construída;

§ 4º - Para cada unidade autônoma será gerado um carnê de Imposto Predial Territorial Urbano, individualizado-se a cobrança da Coleta de Lixo, Alvará e de outras taxas e tributos previstos no Código Tributário Municipal.

§ 5º - O cadastramento do imóvel como Centro Comercial somente poderá ser solicitado no ano subsequente da realização da última feira no imóvel ou da solicitação de cadastramento no caso de não ter sido realizada nenhuma feira.

Art. 4º - O pedido de Alvará de Licença de Funcionamento para

as feiras temporárias de venda a varejo no Município de Pouso Redondo deverá ser instruído com a documentação pertinente e requerido individualmente, tanto dos expositores quanto da empresa promotora do evento, contendo os seguintes documentos:

I - prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado e do Município, do domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, exceto do promotor do evento;

II - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

III - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pela distribuição do Foro da sede da Pessoa Jurídica;

IV - laudo de liberação das instalações da feira, fornecido pelo Corpo de Bombeiros, com a descrição do Plano de Segurança Contra Incêndios;

V - apresentação das certidões negativas de débito com o INSS, FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, pela empresa ou instituição promotora do evento e de cada um de seus participantes, onde esteja fixado seu domicílio comercial;

VI - croqui com a demonstração da localização e disposição dos estantes dos comerciantes;

VII - a empresa promotora do evento deverá disponibilizar três módulos com no mínimo, 12m<sup>2</sup> (doze metros quadrados) cada, para as fiscalizações municipais, estadual e Órgão de Defesa do Consumidor;

VIII - certidão de liberação da Secretaria de Planejamento de que o prédio esteja compatível com o Plano Diretor e Código de Obras, no que diz respeito as instalações;

§ 1º - O pedido de licença para a realização da feira deverá ser protocolado junto ao Departamento de Tributos, com o prazo de 60 (sessenta) dias de antecedência da realização do evento.

§ 2º - Após autorizada a realização da feira, cada participante, inclusive a entidade promotora, deverão recolher junto à Secretaria Municipal de Fazenda, por estande, todas as Taxas definidas pelo Código Tributário Municipal e descritas no §4º do artigo 3º.

§ 3º - O prazo máximo de duração das feiras não poderá ultrapassar 10 (dez) dias consecutivos.

Art. 5º - A empresa promotora e encarregada da comercialização dos espaços físico e/ou estandes deverá estabelecer-se com escritório para contato em Pouso Redondo, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias e garantia de permanência mínima de 60 (sessenta) dias após a realização da feira, devendo assumir, também, perante o órgão de representação dos consumidores, as responsabilidades pelos empresários visitantes, no cumprimento da legislação vigente, no que diz respeito às exigências quanto à qualidade dos produtos e o respeito das normas de comercialização.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, SC, 25 de março de 2014.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**Lei Nº 2539/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.539/2014 de 09/04/2014.

Dispõe sobre Desapropriação Amigável de Imóvel Urbano e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em Exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a Desapropriação Amigável, uma área urbana, medindo 741,45m<sup>2</sup> (setecentos e quarenta e um metros e quarenta e cinco décimos quadrados), confrontando-se na FRENTE, em 15,05 metros lineares, com a Rua Adolfo Bretzke; no FUNDO em 12,90 metros lineares, com terras dos herdeiros Bretzke; no lado DIREITO, medindo 53,05 metros lineares, com terras de herdeiros Bretzke e no lado ESQUERDO em 53,21 metros lineares, com terras pertencentes na época a Casa do Colono - Comércio de Insumos Agrícolas Ltda, a área de terras de que trata este Decreto destina-se a construção da Unidade do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Parágrafo Único - A área de terras de que trata este artigo, encontra-se devidamente registrado no CRI de Trombudo Central, sob matrícula nº R.-3/5575, de propriedade do Sr. ADEMIR MAXIMIANO, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 449.970.789-72, e RG nº 7/R1.229.459-4, convive sob união estável, com SILVIA CONSTANTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 821.733.629-68 e RG nº 9/R2.983.549, ambos residentes e domiciliados no Município de Pouso Redondo/SC.

Art. 2º - Fica o Executivo autorizado a pagar pelo imóvel, objeto da Desapropriação, de que trata esta Lei, a importância total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), pagamento este que se fará na seguinte forma:

1ª Parcela de R\$ 10.000,00 - no ato de transferência em cartório do imóvel a Prefeitura Municipal de Pouso Redondo;

2ª Parcela de R\$ 10.000,00 - 30 dias após o pagamento da 1ª parcela;

3ª Parcela de R\$ 10.000,00 - 30 dias após o pagamento da 2ª parcela;

4ª Parcela de R\$ 10.000,00 - 30 dias após o pagamento da 3ª parcela;

5ª Parcela de R\$ 10.000,00 - 30 dias após o pagamento da 4ª parcela;

6ª Parcela de R\$ 10.000,00 - 30 dias após o pagamento da 5ª parcela;

7ª Parcela de R\$ 10.000,00 - 30 dias após o pagamento da 6ª parcela;

8ª Parcela de R\$ 10.000,00 - 30 dias após o pagamento da 7ª parcela;

9ª Parcela de R\$ 10.000,00 - 30 dias após o pagamento da 8ª parcela;

10ª Parcela de R\$ 10.000,00 - 30 dias após o pagamento da 9ª parcela;

Parágrafo Único: O valor a ser pago pelo imóvel, objeto da Desapropriação Amigável, foi atribuído em Laudo de Avaliação, datado de 21 de fevereiro de 2014, por Comissão especialmente nomeada para esse fim, pelo Decreto nº 033/2014, de 18 de fevereiro de 2014, parte integrante desta Lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 09 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito Municipal em Exercício

**Lei Nº 2540/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 - Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.540/2014 de 09/04/2014

Dispõe sobre a celebração de Convênio com a Associação de Moradores do Distrito de Aterrado e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em Exercício do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica autorizada a celebração de Convênio com a Associação de Moradores do Distrito de Aterrado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.772.476/0001-64, nos termos do Anexo I, que integra a presente Lei.

Art. 2º — A despesa decorrente da execução da presente Lei correrá à conta de dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 3º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 09 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito Municipal em Exercício

**TERMO DE CONVÊNIO**

Termo de Convênio que Celebram o MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO DISTRITO DE ATERRADO

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, pessoa jurídica de Direito Público com sede na Rua Antonio Carlos Thiesen, Pouso Redondo, Santa Catarina, portador do CNPJ 83.102.681/0001-26, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. PAULO CESAR VOLTOLINI, brasileiro, domiciliado na cidade de Pouso Redondo, Santa Catarina, doravante denominado MUNICÍPIO e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO DISTRITO DE ATERRADO, pessoa jurídica de Direito Privado, com sede na Rua Geral s/n, Distrito de Aterrado, Pouso Redondo, Santa Catarina, portadora do CNPJ 05.772.476/0001-64, representada neste ato por seu Presidente, Sr. EDILSON CESAR LEHMKUHL, brasileiro, casado, portador do CPF 969.592.159-00 e RG nº 3.353.883-2/SSP/SC, residente e domiciliado a Rua Estevão Riscaroli, em Pouso Redondo, Santa Catarina, doravante denominada ASSOCIAÇÃO, celebram o presente convênio de acordo com as cláusulas e condições a seguir discriminadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO**

Firmar parceria para utilização da Associação e limpeza da mesma.

**CLÁUSULA SEGUNDA — DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**



— Incumbe ao Município:

I - Efetuar a limpeza da Associação em especial no campo de futebol, na seguinte forma, corte de grama, limpeza externa nas proximidades do campo;

II - Manutenção das traves e tela de proteção;

III - Pintura da marcação do campo quando utilizado pelo Município;

IV - Solicitar as dependências do campo de futebol com antecedência de 10 (dez) dias para sua utilização.

**CLÁUSULA TERCEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO —**  
Incumbe à Associação:

I - Manter a Associação em dia com as obrigações para que esteja legalmente em funcionamento;

II - Ceder suas dependências para realização de jogos ou campeonatos;

IV - Agendar com antecedência junto a Intendência do Distrito de Aterrado, todo e qualquer serviço que seja necessário na Associação.

**CLÁUSULA QUARTA — DO FORO —** As partes elegem o foro da Comarca de Trombudo Central para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente Convênio, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA QUINTA — DA RESCISÃO —** O presente Convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante solicitação de uma das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Ficará ainda automaticamente rescindido no caso de inadimplemento das condições estabelecidas, arcando o inadimplente em perdas e danos, além das demais cominações aplicáveis, independentemente de Notificação ou Interpelação Judicial.

**CLÁUSULA SEXTA — DO PRAZO —** O presente Convênio terá prazo determinado de duração, com assinatura e termino em 31 de dezembro do ano 2.016.

Pouso Redondo, 09 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito Municipal em Exercício

EDILSON CESAR LEHMKUHL

Presidente da Associação

TESTEMUNHAS

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

## **Lei Nº 2541/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº. 2.541/2014 de 09/04/2014.

Dispõe sobre a inclusão de elementos de despesa no Plano Plurianual 2014-2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 e Lei Orçamentária 2014 e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em Exercício do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º — Ficam incluídos no Plano Plurianual 2014-2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 e Lei Orçamentária 2014 o elemento de despesa, a saber:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2.035 - Manutenção das Transferências do SUS - Farmácia Básica

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 25 - Saúde para Todos

Projeto-Atividade: 2.049-Manutenções das Transferências do SUS- Farmácia Básica

Recurso: 0.1.0135- Farmácia Básica

Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.0135 - Aplicações Diretas

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, SC, 09 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito Municipal em Exercício

## **Lei Nº 2542/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 - Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.542/2014 de 09/04/2014

Altera SUBSEÇÃO VI - Do Adicional pela Prestação de Serviços Extraordinários e Institui o sistema de sobreaviso no serviço público municipal, do Capítulo II, da Lei nº 1.076/91, e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em Exercício do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a SUBSEÇÃO VI - Do Adicional pela Prestação de Serviços Extraordinários, artigo 89 e Institui o sistema de sobreaviso no serviço público municipal do capítulo II, da Lei nº 1.076/91.

SUBSEÇÃO VI - Do Adicional pela Prestação de Serviços Extraordinários

Art. 89 - A prestação de serviço extraordinário será remunerada



na seguinte proporção:

§ 1º - Serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação a hora normal de trabalho.

§ 2º - Serviço extraordinário noturno, no período compreendido entre às 22 horas e 05 horas do dia seguinte, o valor da hora será acrescida de mais 40% (quarenta por cento).

§ 3º - No caso de trabalho em dia de sábado o adicional por prestação de serviço extraordinário será remunerado em 75% (setenta e cinco por cento) em relação a hora normal de trabalho.

§ 4º - No caso de trabalho em dia consagrado ao repouso (domingo) e em feriado, o adicional será de 100% sobre a hora normal.

Art. 89-A - Fica instituído o sistema de sobreaviso no serviço público municipal, para atender os serviços emergenciais no âmbito municipal.

§ 1º - Considera-se de sobreaviso o servidor que, cumprida sua jornada normal, permanecer à disposição, fora do local de trabalho, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço.

§ 2º - As horas de sobreaviso, não efetivamente trabalhadas serão contadas com o acréscimo de 35 % (trinta e cinco por cento) da remuneração da hora normal.

§ 3º - Suspende-se o pagamento de sobreaviso, quando o servidor de plantão e for convocado para trabalhar, contabilizando horas de acordo com artigo 89 do Estatuto do Servidor Público Municipal, sobre a remuneração normal, encerrado o atendimento, encerra o pagamento da hora extraordinária e contabiliza-se novamente a hora de sobreaviso.

§ 4º - Os servidores sujeitos ao regime de sobreaviso serão convocados previamente, através de ato da Administração.

§ 5º - Cada período de sobreaviso não poderá exceder de 24 (vinte e quatro) horas, em cada 72 (setenta e duas) horas.

§ 6º - O valor percebido pelo servidor em decorrência do regime de sobreaviso não integrará seu vencimento, remuneração ou salário, nem se incorporará a estes para quaisquer efeitos.

§ 7º - O valor do sobreaviso não será computado para efeitos de quaisquer vantagens que o servidor perceba ou venha a perceber.

§ 8º - O exercício do cargo em comissão exclui o adicional pela prestação de serviço extraordinário.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor a partir de 01 de abril de 2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições, em especial a Lei Municipal nº 2.475/2013.

Pouso Redondo, SC, 09 de abril de 2014.  
PAULO CESAR VOLTOLINI  
Prefeito Municipal em Exercício

## Lei Nº 2543/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.543/2014 de 09/04/2014.

Recebe em doação terras de Herdeiros Amancio para fins de abertura de via pública e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em Exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o recebimento em doação de uma área de terras, medindo, 3.600,00m<sup>2</sup> (três mil e seiscentos metros quadrados), confrontando-se na FRENTE, em 06,04 metros com a Rua Germano Amancio; FUNDOS, em 06,04 metros com terras de Vilmar Tischner; lado DIREITO em 600,26 metros com terras de Valdir Vieira; lado ESQUERDO em 600,90 metros com terras de Herdeiros de Germano Amancio, a área de terras de que trata este decreto será utilizada para abertura de via publica denominada Rua Germano Amancio.

Parágrafo Único - A área de terras de que trata este artigo, faz parte de um todo que se encontra devidamente registrado no CRI de Trombudo Central, sob matrícula nº 1.815, de propriedade de HERDEIROS DE GERMANO AMANCIO, no ato de doação representado neste ato os condôminos Herdeiros Amancio o Sr. Jocelino Amancio, inscrito no CPF nº 292.840.429-00, residente e domiciliado a Rodovia BR 470, KM 176, Bairro Centro, no Município de Pouso Redondo/SC.

Art. 2º - Fica o Executivo autorizado a proceder a transferência da área doada de forma definitiva, sem que para isso seja reivindicado presente ou futuramente, qualquer indenização ou pagamento por parte do declarante ou seus herdeiros.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 09 de abril de 2014.  
PAULO CESAR VOLTOLINI  
Prefeito Municipal em Exercício

## Lei Nº 2544/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CGC 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.544/2014, de 09/04/2014

Define o débito de pequeno valor para os efeitos do § 3º e 4º do artigo 100, da Constituição da República Federativa do Brasil e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em Exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Para efeito do que dispõem o § 3º e 4º do Art. 100 da Constituição da República Federativa do Brasil e do art. 78 do Ato das disposições Constitucionais Transitórias consideram-se de pequeno valor, os débitos e obrigações da Fazenda Pública Municipal, consignados em precatórios judiciais, que tenham valor igual ou inferior a 07 (sete) salários mínimos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.975/2007, de 30/05/2007.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Redondo, 09 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito Municipal em Exercício

### **Lei Nº 2545/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 - Fone 47 3545-1133

[www.pousoredondo.sc.gov.br](http://www.pousoredondo.sc.gov.br)

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.545/2014 de 09/04/2014

Estabelece normas de atendimento na Agricultura e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em Exercício do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado de acordo com capítulo VII, da Lei Orgânica Municipal, que trata sobre a Política Agrícola do Município de Pouso Redondo estabelecer normas para atendimento na agricultura e determinar valores para prestação de serviços particulares ao cidadão.

Art. 2º - Todo e qualquer serviço prestado no âmbito rural, para atendimento junto à agricultura, será considerado serviço de manutenção, seja dentro ou nas imediações da propriedade e somente será realizado após requerimento mediante prévio agendamento e comprovação do pagamento.

Art. 3º - São serviços que serão prestados para atender o âmbito rural os descritos abaixo:

I - construções ou reparos de bueiros;

II - construção ou reparos de pontes;

III - cascalhamento do acesso até a residência

Art. 4º - Os serviços descrito no inciso I e II do artigo 3º, serão realizados em forma de parceria, entre o Poder Executivo e o agricultor.

Art. 5º - As manutenções das estradas vicinais são de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, o cascalhamento de acesso até a residência, descritos no Item III, do Art. 3º, também são de responsabilidade o Poder Público Municipal, cabendo a este fazer a manutenção das estradas de acesso até a residência do agricultor, de forma gratuita, desde que o mesmo esteja inscrito no cadastro do INCRA ou seja produtor rural emitente de Notas Fiscal de Produtor Rural, comprovando desta forma sua condição de agricultor, com rendimento advindo de sua propriedade.

Art. 6º - Os serviços de cascalhamento e conservação das vias

secundárias, assim compreendidas aquelas particulares que conduzam até as lavouras dos agricultores e não consideradas estradas de acesso à propriedade, será cobrado o serviço, sendo que os valores deverão ser recolhidos antecipadamente aos cofres públicos para o devido agendamento do serviço.

§ Único - Os serviços particulares serão cobrados de acordo com Decreto que regulamenta a prestação dos serviços da Lei Nº 2.200, De 08/12/2009, ou qualquer outra legislação que venha a definir preços públicos.

Art. 7º — A despesa decorrente da execução da presente Lei correrá à conta de dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 8º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 09 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito Municipal em Exercício

### **Lei Nº 2546/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº. 2.546/2014 de 09/04/2014.

Dispõe sobre a inclusão de elementos de despesa no Plano Plurianual 2014-2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013 e Lei Orçamentária 2013 e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em Exercício do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º — Ficam incluídos no Plano Plurianual 2014-2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 e Lei Orçamentária 2014 o elemento de despesa, a saber:

Órgão: 06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 02 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361- Ensino Fundamental

Programa: 18 - Criança na Escola

Projeto-Atividade: 2.015 - Investimentos dos Recursos do Salário Educação

Recurso: 0.1.0058 - Salário Educação

Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0189 - Aplicações Diretas

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, SC, 09 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito Municipal em Exercício

**Lei Nº 2547/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.547/2014 de 09/04/2014.

Autoriza o Poder Executivo a custear despesas com o intuito de realizar o Campeonato Municipal de Futebol de Campo e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em Exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a custear despesas no valor de até R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), com a finalidade de realizar o Campeonato Municipal de Futebol de Campo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 09 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI  
Prefeito Municipal em Exercício

**Lei Nº 2548/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 - Fone 47 3545-1133  
www.pousoredondo.sc.gov.br  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.548/2014 de 09/04/2014

"Dispõe sobre a criação de vaga para transporte individual de passageiro por táxi, e dá outras providências".

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em Exercício do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada 01 (uma) vaga para o seguinte ponto de táxi nesta cidade:

LOCALIZAÇÃO DO PONTO	QUANTIDADE DE VAGAS
Ponto 12 - Distrito de Aterrado ao Lado da Unidade de Saúde	01 vaga

Art. 2º - As vagas criadas nesta lei atenderão todos os dispositivos das Leis nº 2.487/2013 e 2.493/2013.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, SC, 09 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI  
Prefeito Municipal em Exercício

**Lei Nº 2549/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.549/2014, de 09/04/2014

Concede Revisão Geral Anual e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder Revisão Geral Anual relativa ao ano de 2013 a todos os servidores municipais do quadro de efetivos, comissionados, agentes políticos, estagiários, bolsistas e temporários, na ordem de 7,30% (sete vírgula trinta por cento).

§ 1º - Excetuam-se desta Lei os servidores lotados nos cargos de professor e Coordenador Pedagógico, constantes na Lei nº 1.972/2007, sendo autorizado o pagamento retroativo exclusivamente e relativo ao mês de janeiro de 2014 no valor de 8,32% (oito, vírgula trinta e dois por cento), de acordo com a Lei Municipal 2.533/2014, de 19/02/2014, que será pago no salário do mês de maio de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01 de maio de 2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 09 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI  
Prefeito Municipal em Exercício

**Lei Nº 2550/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.550/2014, de 09/04/2014

INSTITUI O REGIME DE ADIANTAMENTO PARA O PAGAMENTO DE DESPESAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em Exercício do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Fica instituído na PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, a forma de pagamento de despesas pelo Regime de Adiantamento de recursos para pronto pagamento de pequenas despesas que não possam ser processadas regularmente através do empenhamento normal.

Art. 2º - Entende-se por adiantamento o numerário colocado à disposição de um Servidor Municipal, a fim de lhe dar condições de realizar despesas quando do deslocamento fora da sede do Município para efetuar serviço relativo à Prefeitura Municipal, ou para quitar pequenas despesas de pronto pagamento, que por sua natureza ou urgência não possam aguardar o processamento normal.

§ 1º - O valor máximo de adiantamento para cada servidor instituído por esta Lei será de até R\$ 3.000,00 (três mil reais).

§ 2º - O valor a que se refere o §1º deste artigo não será utilizado para o pagamento de hospedagem e viagem, o pagamento será de competência do Poder Executivo Municipal através de fatura direta, exceto em casos de urgência e emergência.

Art. 3º - Os pagamentos, efetuados através de Adiantamento, ora instituído, restringir-se-ão aos casos previstos nesta Lei.

Art. 4º O adiantamento mensal de cada espécie de despesa não ultrapassará o valor previsto para dispensa de licitação de acordo com a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 e posteriores alterações.

Art. 5º Poderão realizar-se sob o regime de adiantamento os pagamentos decorrentes das seguintes espécies de despesas:

- I - Despesas com material de consumo;
- II - Despesas com serviços de terceiros - Pessoas Física;
- III - Despesas com serviços de terceiros - Pessoa Jurídica;
- IV - Despesas extraordinárias e urgentes, cuja realização não permite esperar pelo processamento normal;
- V - Despesas que tenham que ser efetuada em lugar distante da sede do Município;
- VI - Despesa miúda e de pronto pagamento;
- VII - Despesas definidas na Normativa 014/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e posteriores alterações.

Art. 6º - Consideram-se pequenas despesas e de pronto pagamento para os efeitos desta lei, as que realizarem com:

- I - pequenos consertos, pneus, estacionamento, combustível (gasolina, álcool e diesel), desde que estritamente necessário abastecer;
- II - Outra despesa qualquer de pequeno vulto e de necessidade imediata, desde que devidamente justificada, inclusive com Ajudas Financeiras a Pessoas Carentes.

Art. 7º - As despesas com artigos em quantidade maior de uso ou consumo remoto, correrão pelos sistemas orçamentários próprios e seguirão o processamento normal das despesas de acordo com a Lei 8.666/93.

## CAPÍTULO II DAS SOLICITAÇÕES DE ADIANTAMENTO

Art. 8º - As solicitações de adiantamentos serão feitas pelos Servidores, através de CI - Comunicação Interna dirigida ao Prefeito Municipal.

Art. 9º - Das solicitações de adiantamentos constarão necessariamente as seguintes informações:

- I - Identificação do órgão e unidade Orçamentária;
- II - Identificação da espécie das despesas de acordo com esta Lei;
- III - Nome completo, cargo ou função do servidor responsável pelo adiantamento;
- IV - Nome completo, cargo ou função do servidor solicitante.

Art. 10 - O prazo de aplicação dos recursos solicitados será de até 60 (sessenta) dias, após o recebimento do recurso.

Art. 11 - Não será concedido novo adiantamento:

- I - A quem do anterior não haja prestado contas no prazo legal;
- II - A quem no prazo de 05 (cinco) dias deixar de atender notificação para regularizar a prestação de contas.

Art. 12 - Não se fará adiantamento:

- I - A responsável por dois suprimentos;
- II - O servidor responsável por adiantamentos ainda vigentes;
- III - O servidor responsável por suprimento de fundos que, esgotado o prazo, não tenha prestado contas de sua aplicação.

## CAPÍTULO III DO PERÍODO DE APLICAÇÃO

Art. 13 - O adiantamento solicitado somente poderá ser aplicado durante o período de sessenta dias a contar da entrega do numerário ao responsável.

Art. 14 - Nenhum pagamento poderá ser efetuado fora do período de aplicação; ou seja: nem antes de receber o numerário ou após o prazo de sessenta dias.

## CAPÍTULO IV DA TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE ADIANTAMENTOS

Art. 15 - A solicitação será encaminhada ao Secretário da Pasta e que deverá verificar junto ao Departamento de Contabilidade, a existência de dotação orçamentária para que possa ser encaminhado ao Gabinete do Prefeito para competente autorização.

Art. 16 - Os processos de adiantamento terão sempre andamento preferencial e urgente.

Art. 17 - Autorizada a despesa, será empenhada nas dotações orçamentárias próprias e transferidas em conta específica de adiantamento a favor do responsável indicado no processo.

Art. 18 - Cabe ao Departamento de Empenhos e conjunto com o Departamento de Contabilidade verificar, antes de registrar o empenho, se foram cumpridas as disposições desta Lei. Constatando alguma irregularidade no processo, não dará o prosseguimento citado, até que sejam procedidas as devidas correções.

## CAPÍTULO V DAS NORMAS DE APLICAÇÃO DO ADIANTAMENTO

Art. 19 - O adiantamento não poderá ser aplicado em despesa de classificação diferente daquela para qual foi autorizado.

Art. 20 - A cada pagamento efetuado o responsável exigirá o correspondente comprovante: nota fiscal, cupom fiscal, recibo, táxi, estacionamento, instituições sem fins lucrativos, com CNPJ ou CPF.

Art. 21 - As notas fiscais serão sempre emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo ou Fundo Municipal de Saúde.

Art. 22 - Os comprovantes de despesas não poderão conter rasuras, emendas, borrões e valor ilegível, não sendo admitidas, em hipótese alguma segundas vias ou outras vias, fotocópias ou qualquer outra espécie de reprodução.

## CAPÍTULO VI DO RECEBIMENTO DO SALDO NÃO UTILIZADO

Art. 23 - O saldo de adiantamento não utilizado será recolhido à Prefeitura Municipal, mediante recolhimento através de Guia de Arrecadação Municipal, onde constará o nome do responsável e identificação do adiantamento cujo saldo está sendo restituído.

Art. 24 - O prazo para recolhimento do saldo não utilizado será de 3 (três) dias úteis, a contar do termino final do período de



aplicação.

Art. 25 - No mês de Dezembro todos os saldos de adiantamento serão recolhidos até o último dia útil, mesmo que o período de aplicação não tenha expirado.

Art. 26 - Se o valor disponibilizado for através de cartão corporativo, e não utilizado em 60 (sessenta) dias será bloqueado saldo até a realização da prestação de contas, caso o valor seja totalmente utilizando antes deste prazo somente será disponibilizado novo valor após a prestação de contas.

## CAPÍTULO VII

### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 27 - No prazo de 05 (cinco) dias, a contar do término final do período de aplicação, o responsável prestará contas da aplicação do adiantamento recebido.

Art. 28 - A prestação de contas far-se-à diretamente ao setor responsável pela conta de adiantamento e encaminhado ao Departamento de Contabilidade com os seguintes documentos:

I - Impressos conforme modelos anexos à presente Lei, com comprovante do cumprimento do objetivo da viagem;

II - Relação de todos os documentos de despesas contando: número e data do documento espécie de documento e valor da despesa, contando no final da relação à soma da despesa realizada;

III - Cópia da guia de recolhimento do saldo não aplicado cópia da nota de empenho e da Nota de Anulação da Despesa se houver saldo recolhido;

IV - Documentos das despesas realizadas, dispostos em ordem cronológica, na mesma sequência da relação mencionada no item II;

Art. 29 - Não serão aceitos documentos rasurados, ilegíveis, com data anterior ou posterior ao período da aplicação do adiantamento ou que se refira a despesa não classificável na espécie de adiantamento concedido.

Parágrafo Único - Somente serão aceitos documentos originais, não se admitindo outras vias, fotocópias ou outras espécies de reprodução.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30 - Caberá ao Departamento de Contabilidade a tomada de contas Especial dos adiantamentos.

Art. 31 - Recebidas as prestações de contas, conforme dispõe o artigo 29, o Departamento de Contabilidade verificará se as disposições da presente lei foram inteiramente cumpridas, fazendo as exigências necessárias, fixando prazos de acordo com as normativas vigentes do Tribunal de Contas de Santa Catarina, para que os responsáveis possam cumpri-las.

Art. 32 - Se as contas forem consideradas de acordo com a presente Lei o Departamento de Contabilidade encaminhará o processo ao Controle Interno, para exame fiscal e parecer.

Art. 33 - Com o parecer do Controle Interno o processo será encaminhado diretamente ao Departamento de Contabilidade para as seguintes providências:

I - Nos casos das contas terem sido aprovadas, o processo de prestação de contas será arquivado, apenso ao processo que autorizou o adiantamento em local seguro onde ficará à disposição

do Tribunal de Contas.

II - Na hipótese da aprovação de contas condicionadas a determinadas exigências, providenciar o cumprimento das exigências determinadas;

III - Não tendo sido aprovadas as contas seguir a orientação do Departamento de Controle Interno em seu despacho final.

Art. 34 - Até o terceiro dia útil imediato ao vencimento do prazo para prestação de contas, sem que o responsável as tenha apresentado, responsável pelas constas de adiantamento notificará diretamente ao responsável, concedendo-lhe o prazo final e improrrogável de três dias úteis para fazê-lo.

Parágrafo Único - Na Cópia o responsável assinará o recebimento da via original colocando de próprio punho a data de recebimento.

Art. 35 - Não sendo cumprida a obrigação da prestação de contas, após o vencimento do prazo final estabelecido no artigo anterior, o Departamento de Contabilidade através do Setor de Tributação emitirá Guia de Arrecadação Municipal no valor do adiantamento ou parte do adiantamento, caso algum documento da comprovação da despesa esteja irregular, para que no prazo de 03 (três) dias úteis proceda-se o recolhimento.

Parágrafo Único - Persistindo a irregularidade, o Departamento de Contabilidade encaminhará à Procuradoria Jurídica, devidamente informada, e a Secretaria Municipal de Recursos Humanos; para abertura de sindicância e, posteriormente, após a conclusão, para que se proceda a desconto em folha do salário do servidor responsável pelo adiantamento.

Art. 36 - Revogadas as disposições em contrário em especial a Lei nº 2.335/2011, de 04/05/2011 e 2.497/2013 de 10/07/2013, esta Lei entra em vigor após a sua publicação.

Pouso Redondo, 09 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito Municipal em Exercício

## ANEXO I

### FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE ADIANTAMENTO

Nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_  
(Número Sequencial por Secretaria)

Ilmo(a). Sr(a). \_\_\_\_\_  
(Secretário Municipal, Presidente ou Gestor da Pasta) / (Secretário Municipal da Administração ou Chefe de Gabinete)

De acordo com os dispositivos da Lei Municipal Nº. \_\_\_\_/201..., solicito-lhe ADIANTAMENTO para ocorrer despesas com o meu deslocamento:

\* Local: \_\_\_\_\_

\* Destino da Viagem: \_\_\_\_\_

\* Meio de Transporte (veículo oficial, ônibus ou avião): \_\_\_\_\_

\* Finalidade: \_\_\_\_\_

(descrever de forma sucinta, mas clara, o objetivo da viagem, o local e o período em que se realizará).

\* Data de Saída: \_\_\_\_\_

\* Hora de Saída: \_\_\_\_\_

\* Data de Retorno: \_\_\_\_\_

\* Hora de Retorno: \_\_\_\_\_



Despesa	Qtde	Valor

Pouso Redondo, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Servidor:	Banco e Agência:
Função:	Conta Corrente:
Cadastro:	CPF:

Autorizações:

Secretário Municipal da Pasta ou Responsável Indicado	Secretário Municipal, Presidente ou Gestor da Pasta

## ANEXO II PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ADIANTAMENTOS

Secretaria:	
Nome do Beneficiado:	
Matrícula (Servidor):	

	Item	Valor Solicitado	Valor Utilizado	Doc. Comprobatório	Saldo a restituir
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
				Total a restituir	

Anexar comprovante do cumprimento da viagem

( ) Informo, com base no quadro acima, que o servidor não tem valores a restituir, tendo prestado contas regularmente.

( ) Informo, com base no quadro acima, que o servidor restituiu a quantia de conforme em anexo.

Atesto que todas as informações contidas neste documento são verdadeiras, sob pena de responsabilidade funcional de todos os signatários deste documento.

Beneficiado	Secretário Responsável
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:
Matrícula:	Matrícula:

Servidor Responsável pelo Controle na Secretaria:
Nome:
CPF:
Matrícula:

### Lei Nº 2551/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.551/2014, de 15/04/2014  
CONCEDE REVISÃO SALARIAL ANUAL AOS SERVIDORES DO QUADRO FUNCIONAL E VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ PROVIDÊNCIAS.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em Exercício do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica concedida revisão salarial relativa ao ano de 2013 a todos os Servidores do Quadro Funcional efetivos e comissionados do Quadro Funcional da Câmara Municipal de Pouso Redondo, bem como aos membros do Poder Legislativo na ordem de 7,30%(sete virgula trinta por cento).

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotações vigentes da Câmara de Vereadores de Pouso Redondo.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos a partir do dia primeiro de maio de 2014.

Pouso Redondo, 15 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI  
Prefeito Municipal em Exercício

### Lei Nº 2552/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.552/2014, de 15/04/2014

Denomina Centro de Educação Infantil ANJO DOURADO e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito em Exercício do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

“ANJO DOURADO”, localizado na Estrada Geral Vila Adelaide, s/n, no Bairro Vila Adelaide, anexo ao Centro Educacional Máximo Nardelli.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Anual, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito Municipal em Exercício

### **Lei Nº 2553/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 - Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.553/2014 de 15/04/2014

Autoriza a alienar, através de Leilão, bens móveis, como, veículos, máquina agrícola, pneus, patrolas, sucata eletrônica, ferro velho e materiais e utensílios em desuso, de propriedade desta Prefeitura e dá outras providências.

PAULO CESAR VOLTOLINI, Prefeito Municipal em Exercício de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na LEI ORGÂNICA do Município, e na Lei 8.666/93, de 21.06.93, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar, através de Leilão, bens móveis, como, veículos, máquina agrícola, pneus, patrolas, sucata eletrônica, ferro velho e materiais e utensílios em desuso, de propriedade da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, conforme discriminação que segue:

Lote 01: 01 (um) Escavadeira hidráulica sobre esteira, marca VOLVO, modelo EC 210BLC, ano/modelo 2002/2002, chassi EC210BLCV10208, na cor amarela, pelo valor mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

Lote 02: 01 (um) veículo, Ford Fiesta, ano/modelo 1997/1997, placa KDG-2276, gasolina, chassi 9BFZZZFHAVB110505, na cor laranja, pelo valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

Lote 03: 01 (um) veículo, Gol Special, ano/modelo 2002/2003, placa AKL-3407, gasolina, chassi 9BWCA05Y53T038535, na cor branca pelo valor mínimo de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);

Lote 04: 01 (um) veículo, Palio Fire, ano/modelo 2004/2005, placa MDF-9287, gasolina, chassi 9BD17103752489491, na cor branca, pelo valor mínimo de R\$ R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);

Lote 05: 01 (um) veículo, Vectra CD, ano/modelo 1997/1997, placa AMR-2120, gasolina, chassi 9BGJL19FVVB553030, na cor prata pelo valor mínimo de R\$ R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);

Lote 06: 01 (um) veículo, Gol Geração 5, ano/modelo 2012/2012, placa MJX-5531, gasolina/álcool, chassi 9BWAA05U4CT199091, na cor branca, pelo valor mínimo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais);

Lote 07: 01 (um) veículo, Gol geração 5, ano/modelo 2010/2011,

placa MIF-9065, gasolina/álcool, chassi 9BWAA05U5BT015601, na cor branca, pelo valor mínimo de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais);

Lote 08: 01 (um) veículo, Palio Weekend, ano/modelo 2003/2004, placa MGL-1640, gasolina, chassi 9BD17307944100037, na cor branca pelo valor mínimo de R\$ 7.000,00 (sete mil reais);

Lote 09: 01 (um) veículo, Meriva Joy, ano/modelo 2006/2006, placa MVH-1984, gasolina, chassi 9BGXL75G06C206324, na cor branca, pelo valor mínimo de R\$ 12.000,00 (doze mil reais);

Lote 10: 01 (um) Trator, FORD 4610, ano/modelo 1989/1989, chassi DCA60B140G26B, na cor azul, pelo valor mínimo de R\$13.000 (treze mil reais);

Lote 11: 01 (um) Trator Massey Ferguson, ano/modelo 1989/1989, na cor vermelha, número de chassi LD9572B345291T, pelo valor mínimo de R\$ 11.000 (onze mil reais);

Lote 12: 01 (um) Coroa de gira usada, da Escavadeira Hidráulica Komatsu 138USB, pelo valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais);

Lote 13: 01 (um) Motor usado (MB 355/6), sem placa de identificação, pelo valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

Lote 14: 01 (um) veículo Caminhão basculante MB 1519, ano e modelo 1981, cor vermelha, placas AAB 0617, chassi 34504412538666, pelo valor mínimo de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais);

Lote 15: 01 (um) Patrola, marca Huber-Warco, modelo 10DM, chassi 3206, número de motor 345914001022453, na cor amarela, pelo valor mínimo de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

Lote 16: Aproximadamente 300kg ferro velho, um tanque para caminhão MB. (5.000lt) usado, em desuso, inservíveis e sucateado pelo valor mínimo de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

Lote 17: Sucatas de informática (monitores, gabinetes, impressoras, estabilizadores, teclado entre outros), pelo valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

Lote 18: Sucatas de mobiliário, em desuso, inservíveis e sucateado, (mesas, bancos, cadeiras, arquivo, fogão, centrífuga, entre outros), pelo valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

Lote 19: Sucatas de Pneu, em desuso, inservíveis e sucateados, pelo valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais).

Parágrafo Único: Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a qualquer momento, realizar alienações de bens inservíveis, veículos, máquina agrícola, pneus, patrolas, sucata eletrônica, ferro velho e materiais e utensílios em desuso, sempre que julgar conveniente, pela melhor oferta.

Art. 2º - Todos os veículos e demais itens, objetos da alienação serão entregues no estado em que se encontram no momento da venda.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de abril de 2014.

PAULO CESAR VOLTOLINI

Prefeito Municipal em Exercício

**Lei Nº 2554/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº. 2.554/2014 de 28/04/2014.

Dispõe sobre a inclusão de elementos de despesa no Plano Plurianual 2014-2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 e Lei Orçamentária 2014 e dá outras providências.

JUNIOR COELHO, Prefeito em exercício do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º — Ficam incluídos no Plano Plurianual 2014-2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 e Lei Orçamentária 2014 o elemento de despesa, a saber:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2.035 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Programa: 25 - Saúde para Todos

Projeto-Atividade: 2.035-Manutenções do Fundo Municipal de Saúde

Recurso: 0.1.0101- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Despesa: 3.1.71.00.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas

Despesas 3.3.93.00.00.00.00.0101 - Aplicações diretas

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2.035 - Manutenção das Transferências do SUS - Farmácia Básica

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 25 - Saúde para Todos

Projeto-Atividade: 2.049-Manutenções das Transferências do SUS - Farmácia Básica

Recurso: 0.1.0135- Farmácia Básica

Despesa: 3.3.93.00.00.00.00.0135 - Aplicações Diretas

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, SC, 28 de abril de 2014.

JUNIOR COELHO

Prefeito Municipal em Exercício

**Lei Nº 2555/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 - Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.555/2014 de 28/04/2014

Concede desconto de 50% (cinquenta por cento) em Eventos culturais artísticos para doadores de sangue e dá outras providências.

JUNIOR COELHO, Prefeito Municipal em Exercício de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na LEI ORGÂNICA do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Será instituído, no âmbito do Município de Pouso Redondo,

a meia entrada para doadores regulares de sangue em todos os locais públicos de cultura, em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, esporte e lazer do Município.

Parágrafo único - Para efetivos desta lei, considerar-se-á como casa de diversões ou estabelecimentos que realizem espetáculos musicais, artístico, circense, teatrais, cinematográficos, feiras, exposições zoológicas, pontos turísticos, estádios, atividades sociais, recreativas, culturais, esportivas e quaisquer outras que proporcionem lazer, cultura e entretenimento.

Art. 2º - A meia entrada corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor do ingresso cobrado, sem restrição de data e horário.

§ 1º A meia entrada corresponderá sempre à metade do valor do ingresso cobrado, ainda que sobre os preços incidam descontos ou atividades promocionais.

§ 2º O benefício da meia entrada não se aplicará aos ingressos relativos às áreas VIP's, camarotes e cadeiras especiais ou áreas congêneres.

Art. 3º - Para efeito desta lei, são considerados doadores regulares de sangue aqueles registrados em hemocentros e nos bancos de sangue dos hospitais do Estado, identificados por documento oficial expedido pela Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 4º - Para efeito desta lei, são considerados doadores regulares de sangue as pessoas devidamente cadastradas nos hemocentros e nos bancos de sangue dos hospitais do Estado, identificados por documento oficial expedido pela Secretaria de Estado da Saúde, observada as normas expedidas pelo Ministério da Saúde.xx

Art. 5º - As carteiras de identificação dos doadores terão prazo de validade de 1 (um) ano, para o benefício, a validade será aquela constante da última doação de sangue ou seja a validade é sempre de 1 (um) ano para cada doação.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 28 de abril de 2014.

JUNIOR COELHO

Prefeito Municipal em Exercício

**Lei Nº 2556/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 - Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.556/2014 de 28/05/2014

Autoriza a alienar, através de Leilão, bens móveis, como, escavadeira hidráulica, veículos, patrula e sucata eletrônica em desuso, de propriedade desta Prefeitura e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita Municipal de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na LEI ORGÂNICA do Município, e na Lei 8.666/93, de 21.06.93, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar, através de Leilão, bens móveis, como, escavadeira hidráulica, veículos, patrula e sucata eletrônica em desuso, de propriedade da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, conforme

discriminação que segue:

Lote 01: 01 (um) Escavadeira hidráulica sobre esteira, marca VOLVO, modelo EC 210BLC, ano/modelo 2002/2002, chassi EC210BLCV10208, na cor amarela, pelo valor mínimo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

Lote 02: 01 (um) veículo, Gol geração 5, ano/modelo 2010/2011, placa MIF-9065, gasolina/álcool, chassi 9BWAA05U5BT015601, na cor branca, pelo valor mínimo de R\$ 9.000,00 (nove mil reais);

Lote 03: 01 (um) veículo, Palio Weekend, ano/modelo 2003/2004, placa MGL-1640, gasolina, chassi 9BD17307944100037, na cor branca pelo valor mínimo de R\$ 6.000,00 (seis mil reais);

Lote 04: 01 (um) veículo, Meriva Joy, ano/modelo 2006/2006, placa MVH-1984, gasolina, chassi 9BGXL75G06C206324, na cor branca, pelo valor mínimo de R\$ 9.000,00 (nove mil reais);

Lote 05: 01 (um) Motor usado (MB 355/6), sem placa de identificação, pelo valor mínimo de R\$ 1.000,00 (um mil reais);

Lote 06: 01 (um) veículo Caminhão basculante MB 1519, ano e modelo 1981, cor vermelha, placas AAB 0617, chassi 34504412538666, pelo valor mínimo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);

Lote 07: 01 (um) Patrola, marca Huber-Warco, modelo 10DM, chassi 3206, número de motor 345914001022453, na cor amarela, pelo valor mínimo de R\$ 12.000,00 (doze mil reais);

Lote 08: Sucatas de informática (monitores, gabinetes, impressoras, estabilizadores, teclado entre outros), pelo valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

Parágrafo Único: Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a qualquer momento, realizar alienações de bens inservíveis, escavadeira hidráulica, veículos, patrola e sucata eletrônica em desuso, sempre que julgar conveniente, pela melhor oferta.

Art. 2º - Todos os veículos e demais itens, objetos da alienação serão entregues no estado em que se encontram no momento da venda.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 28 de maio de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

### **Lei Nº 2557/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.557/2014 de 28/05/2014.

Autoriza o Poder Executivo a custear despesas com o intuito de realizar a eleição da Rainha da Festa do Tropeiro e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a custear despesas

no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a finalidade de realizar a eleição da Rainha da 5ª Festa do Tropeiro.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 28 de maio de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

### **Lei Nº 2558/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.558/2014 de 10/06/2014.

Dispõe sobre Desapropriação Amigável de Imóvel Rural e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a Desapropriação Amigável, uma área de terras medindo 1.297,50m² (um mil e duzentos e noventa e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), confrontando-se na FRENTE, em 25,29 metros com a Estrada Municipal Vereador Paulino Chechetto; FUNDOS, em 25,00 metros com terras Henrique Mohr; lado DIREITO em 53,82 metros com terras de Henrique Mohr; lado ESQUERDO em 50,00 metros com terras de Erica Mohr, a área de terras de que trata este decreto será utilizada para instalação de unidade de reciclagem de lixo.

Parágrafo Único - A área de terras de que trata este artigo, faz parte de um todo que se encontra devidamente registrado no CRI de Trombudo Central, sob matrícula nº 11.321, de propriedade do Sr. OTTWIN MOHR, brasileiro, solteiro, aposentados, inscrito no CPF sob o nº 096.652.859-04, residente e domiciliado no Município de Pouso Redondo/SC.

Art. 2º - Fica o Executivo autorizado a pagar pelo imóvel, objeto da Desapropriação, de que trata esta Lei, a importância total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), pagamento que será feito mediante comprovação de que toda infra estrutura do lote esta de acordo para receber a instalação da unidade de reciclagem de lixo e a transferência definitiva do imóvel da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo no Cartório de Registro de imóveis.

§ 1º - Fica o usuário/beneficiário obrigado a cercar toda área destinada para este fim, e na parte da frente do imóvel seja por ele construído muro com no mínimo dois metros e meio (2,5) de altura, com um portão de entrada de no máximo quatro (4,0) metros de largura, sendo que as atividades de reciclagem de lixo somente serão iniciadas se estas exigências estiverem concluídas. (Emenda da Lei pelo Poder Legislativo Municipal)

§ 2º - O valor a ser pago pelo imóvel, objeto da Desapropriação Amigável, foi atribuído em Laudo de Avaliação, datado de 06 de maio de 2014, por Comissão especialmente nomeada para esse fim, pelo Decreto nº 086/2014, de 05 de maio de 2014, parte integrante desta Lei.



Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de junho de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

### **Lei Nº 2559/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.559/2014 de 02/07/2014.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A Quadra Coberta Esportiva localizada na estrada Geral Paulino Chequetto, em anexo ao Centro Educacional Pe. José Balistieri no Distrito do Corruchel, neste Município, passará a partir da data de sua inauguração a ser denominada de Quadra Coberta Esportiva "JOSÉ SERAFIM STEIL".

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 02 de julho de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

### **Lei Nº 2560/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.560/2014 de 02/07/2014.

Institui e regulamenta a jornada de trabalho no regime de 12x36 horas no âmbito do funcionalismo público de Pouso Redondo/SC e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta lei institui e regulamenta a jornada de trabalho no regime 12x36 horas exclusivamente para os servidores da Secretaria Municipal de Saúde vinculados e atuantes dentro do âmbito do Pronto Atendimento Municipal.

Art. 2º A jornada de trabalho 12x36 refere-se à jornada de trabalho

exercida pelo servidor por 12 horas consecutivas mediante concessão de folga de 36 horas consecutivas e imediatas posteriormente às exercidas.

Art. 3º O ingresso dos servidores na jornada de trabalho a que se refere o artigo primeiro, dar-se-á mediante escala de trabalho previamente ajustada entre servidores e Secretária Municipal de Saúde.

Art. 4º Serão abrangidos por esta lei, somente os servidores que atuam no Pronto Atendimento Municipal.

Art. 5º - O Município de Pouso Redondo, fica autorizado a fornecer (01) uma refeição por turno efetivamente trabalhado, exclusivamente aos servidores efetivos ou temporários lotados no âmbito do Pronto Atendimento Municipal.

Art. 6º - Para o fornecimento da refeição aos servidores lotados no Pronto Atendimento Municipal, a Prefeitura realizará licitação de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Art. 7º - A alimentação fornecida (01 refeição) por turno, não incorporará o vencimento base, bem como não se estenderá de direito aos demais servidores municipais do Município de Pouso Redondo.

§ 1º - A alteração de local de trabalho ou a redução da carga horária inferior às 12 horas em turno único implica no fim imediato do fornecimento de alimentação ao servidor lotado no Pronto Atendimento Municipal.

Art. 8º É vedado considerar nesta lei os médicos plantonistas, que estão sujeitos à legislação específica.

Art. 9º Serão computadas horas extras no valor estabelecido pela Lei nº 2.542/2014, de 09/04/2014, ao servidor submetido a esta lei somente, quando este for:

a) Escalado para trabalho em dia em que estaria de folga estipulado em escala;

b) Quando este exceder a jornada de trabalho a que estiver submetido mediante escala;

c) Quando o dia em que o mesmo estiver escalado coincidir com feriados municipais, estaduais e federais.

§ 1º - A jornada de trabalho de 12x36 horas, isenta o município do pagamento de horas extras aos sábados e domingos, uma vez que o sistema de trabalho é de compensação e tem um intervalo de 36 horas para cada 12 horas, permitindo ao servidor usufruir da folga em outro dia da semana. (inciso XV do art. 7º da Constituição Federal).

Art. 10º O período de trabalho noturno será remunerado com o respectivo adicional, conforme Lei nº 2.542/2014, de 09/04/2014

Art. 11 O servidor está obrigado à marcação de ponto, seja eletrônico ou registro manual.

Parágrafo único: Cabe à chefias encaminharem ao Setor de Recursos Humanos, impreterivelmente até o dia 23 de cada mês, para o registro em folha de pagamento, a execução e quantidade de horas noturnas ou horas extras realizadas pelos servidores.

Art. 12 O servidor sob a jornada de trabalho 12x36 terá direito à intervalo destinado à descanso e alimentação de 60 (sessenta) minutos diários, o qual será usufruído pelo servidor em local por este escolhido.



Art. 13 A escala de trabalho dos servidores submetidos à jornada de trabalho de que trata a presente lei será confeccionada de modo que estes possam gozar de no mínimo um domingo de folga por mês.

Art. 14 As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 02 de julho de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

### **Lei Nº 2561/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº. 2.561/2014, de 02/07/2014

Dispõe sobre Celebração de Convênio com a Associação Esportiva e Recreativa Imperial - AERI e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica o Executivo autorizado a celebrar convênio com a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA IMPERIAL - AERI, inscrita no CNPJ sob o nº 17.164.801/0001-95, com sede a Rua Ella Sthamer s/n, Bairro Independência - Pouso Redondo -SC, o qual consistirá em cooperação financeira para participação dos jogos da Liga Riosulense de Futebol de Campo, representando o Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — O termo de Convênio em anexo é parte integrante da presente Lei.

Art. 3º - A despesa decorrente da aplicação da presente Lei correrá a conta de dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 4º — Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 02 de julho de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO e a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA IMPERIAL - AERI.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade, Rua: Antonio Carlos Thiesen, 74 - Bairro Centro, CEP 89172-000, Pouso Redondo - SC, (47) 3545-1133, CNPJ 83.102.681/0001-26, representada neste ato pela sua prefeita Sra. NAIR GOULART, doravante denominada simplesmente PREFEITURA, e a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA IMPERIAL - AERI., inscrita no CNPJ sob o nº 17.164.801/0001-95, com sede a Rua Ella Sthamer s/n, Bairro Independência, Pouso Redondo -SC, doravante denominado simplesmente AERI., representada neste ato pelo Presidente, Sr. RONEI ELTON PONTIZELLI, brasileiro, portador do CPF nº

050.441.409-70, residente e domiciliado, neste município, celebram este Termo de Convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Constitui objeto do presente termo, o repasse de recursos financeiros para participação da AERI, nos jogos da Liga Riosulense de Futebol de Campo, representando o Município de Pouso Redondo.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA: DOS CUSTOS**

A PREFEITURA fará o repasse o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

§ único - O pagamento será efetuado mediante prestação de contas com apresentação de Nota Fiscal, de cada evento que deve ser apresentada ao Departamento Financeiro em tempo hábil para o pagamento.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA.**

São obrigações da PREFEITURA:

I - Repassar o valor definido no presente termo de convênio;

II - Depositar o valor em conta específica da Caixa Econômica Federal, agência 4440, operação, 003, conta corrente 97-1, em nome da Associação Esportiva e Recreativa Imperial - AERI.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO AERI.**

I - Manter a entidade em funcionamento de acordo com a Legislação Vigente;

II - Utilizar os recursos somente para transporte e alimentação dos atletas inscritos nos jogos do Campeonato da Liga Riosulense de Futebol de Campo;

III - Emitir Nota Fiscal de prestação de serviços para efetuar a cobrança;

VI - Prestar contas dos valores recebidos conforme orientação do Departamento Contábil;

V - Manter no quadro de atletas, 60% (sessenta por cento) de atletas do município de Pouso Redondo, atuando em campo efetivamente.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL**

A utilização do pessoal necessário à execução do objeto deste Convênio não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária para a PREFEITURA.

#### **CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO**

O prazo do presente Convênio inicia-se com assinatura do convênio até 01 de dezembro de 2014.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO**

As partes poderão rescindir a qualquer tempo o presente Convênio, mediante aviso prévio e por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, ou, sem aviso prévio, quando ocorrer inadimplemento de qualquer condição ajustada.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Trombudo Central/SC para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste convênio, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente Termo de Convênio, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Pouso Redondo/SC, 02 de julho de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

RONEI ELTON PONTIZELLI

Presidente da AERI.

## TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

**Lei Nº 2562/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº. 2.561/2014, de 02/07/2014

Dispõe sobre Celebração de Convênio com a Associação Esportiva e Recreativa Imperial - AERI e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica o Executivo autorizado a celebrar convênio com a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA IMPERIAL - AERI, inscrita no CNPJ sob o nº 17.164.801/0001-95, com sede a Rua Ella Sthamer s/n, Bairro Independência - Pouso Redondo -SC, o qual consistirá em cooperação financeira para participação dos jogos da Liga Riosulense de Futebol de Campo, representando o Município de Pouso Redondo.

Art. 2º — O termo de Convênio em anexo é parte integrante da presente Lei.

Art. 3º - A despesa decorrente da aplicação da presente Lei correrá a conta de dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 4º — Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 02 de julho de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO e a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA IMPERIAL - AERI.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade, Rua: Antonio Carlos Thiesen, 74 - Bairro Centro, CEP 89172-000, Pouso Redondo - SC, (47) 3545-1133, CNPJ 83.102.681/0001-26, representada neste ato pela sua prefeita Sra. NAIR GOULART, doravante denominada simplesmente PREFEITURA, e a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA IMPERIAL - AERI., inscrita no CNPJ sob o nº 17.164.801/0001-95, com sede a Rua Ella Sthamer s/n, Bairro Independência, Pouso Redondo -SC, doravante denominado simplesmente AERI., representada neste ato pelo Presidente, Sr. RONEI ELTON PONTIZELLI, brasileiro, portador do CPF nº 050.441.409-70, residente e domiciliado, neste município, celebram este Termo de Convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Constitui objeto do presente termo, o repasse de recursos financeiros para participação da AERI, nos jogos da Liga Riosulense de Futebol de Campo, representando o Município de Pouso Redondo.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DOS CUSTOS**

A PREFEITURA fará o repasse o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

§ único - O pagamento será efetuado mediante prestação de contas com apresentação de Nota Fiscal, de cada evento que deve ser apresentada ao Departamento Financeiro em tempo hábil para o pagamento.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA.**

São obrigações da PREFEITURA:

I - Repassar o valor definido no presente termo de convênio;  
II - Depositar o valor em conta específica da Caixa Econômica Federal, agência 4440, operação, 003, conta corrente 97-1, em nome da Associação Esportiva e Recreativa Imperial - AERI.

**CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO AERI.**

I - Manter a entidade em funcionamento de acordo com a Legislação Vigente;  
II - Utilizar os recursos somente para transporte e alimentação dos atletas inscritos nos jogos do Campeonato da Liga Riosulense de Futebol de Campo;  
III - Emitir Nota Fiscal de prestação de serviços para efetuar a cobrança;  
VI - Prestar contas dos valores recebidos conforme orientação do Departamento Contábil;  
V - Manter no quadro de atletas, 60% (sessenta por cento) de atletas do município de Pouso Redondo, atuando em campo efetivamente.

**CLÁUSULA QUINTA: DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL**

A utilização do pessoal necessário à execução do objeto deste Convênio não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária para a PREFEITURA.

**CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO**

O prazo do presente Convênio inicia-se com assinatura do convênio até 01 de dezembro de 2014.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO**

As partes poderão rescindir a qualquer tempo o presente Convênio, mediante aviso prévio e por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, ou, sem aviso prévio, quando ocorrer inadimplemento de qualquer condição ajustada.

**CLÁUSULA OITAVA: DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Trombudo Central/SC para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste convênio, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente Termo de Convênio, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Pouso Redondo/SC, 02 de julho de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

RONEI ELTON PONTIZELLI  
Presidente da AERI.

## TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

**Lei Nº 2563/2014**

LEI Nº 2.563/2014 de 09/07/2014

REVOGA NA INTEGRA LEI Nº 2.505/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica REVOGADA NA INTEGRA a Lei nº 2.505/2013, de 23/08/2013, que autorizava a firmar Termo de Cessão de Uso Irrevogável e Irretroatável com o Governo do Estado de Santa Catarina, para que o mesmo utilize, por um período de 20 (vinte) anos, a área de terras da matrícula nº R.-3/3.538.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 09 de julho de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

**Lei Nº 2564/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 - Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.564/2014 de 16/07/2014

Autoriza realizar despesa na 5ª Festa Estadual do Tropeiro e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica autorizado despesa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para serem utilizados em sorteio na data de 19 de julho de 2014, na 5ª Edição da Festa Estadual do Tropeiro, aos participantes inscritos do Desfile de Máquinas Agrícolas e Caminhões.

§ 1º - O valor será dividido em prêmios de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e será sorteado aos participantes.

§ 2º - Cada participante inscrito receberá um bilhete contendo o número para o sorteio, o sorteio será realizado nas dependências do Centro de Eventos, durante a festa.

§ 3º - Somente poderá receber o prêmio o participante que estiver no local na hora do sorteio e retirar o prêmio no ato, caso o número sorteado não estiver presente, será realizado novo sorteio até que o número sorteado se apresente para retirada do valor.

Art. 2º — A despesa decorrente da execução da presente Lei correrá à conta de dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 3º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 16 de julho de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

**Lei Nº 2565/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº. 2.565/2014 de 07/08/2014.

Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município.

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.1.006 - Construção, Ampl. E Reforma de Unidades de Saúde.

(1) 4.4.90.00.00.00.00.00.0101. - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art. 2º - O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º, desta Lei, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2.035- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

(4) 3.1.90.00.00.00.00.00.0101. - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

TOTAL R\$ 70.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, SC, 07 de agosto de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

**Lei Nº 2566/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº. 2.566/2014 de 19/08/2014.

Denomina "VEREADOR ARISTIDES AGOSTINI" às dependências da Intendência Distrital de Aterrado e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - As dependências da Intendência Distrital situada à Rua Fortunato Fronza, na localidade do Distrito de Aterrado, neste Município, passará a partir desta data, a ser denominada de INTENDÊNCIA DISTRITAL "VEREADOR ARISTIDES AGOSTINI"

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Anual, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, SC, 19 de agosto de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

### **Lei Nº 2567/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 - Fone 47 3545-1133

[www.pousoredondo.sc.gov.br](http://www.pousoredondo.sc.gov.br)

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.567/2014 de 21/08/2014.

Estabelece e cria critérios orientadores para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da política pública municipal de assistência social e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidos e criados critérios únicos e específicos para a concessão de benefícios eventuais, previstos no Plano Municipal de Assistência Social do Município de Pouso Redondo às pessoas e ou famílias em situação de vulnerabilidade social, temporária ou eventual.

Art. 2º - O benefício eventual é uma modalidade de provisão para Proteção Social Especial de caráter suplementar e temporário, que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos. Destina-se aos cidadãos e ou, às famílias com impossibilidade de prover por conta própria as necessidades urgentes para o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, ou da unidade familiar e a sobrevivência de seus membros.

Art. 3º - O acesso aos benefícios eventuais instituídos por esta lei é garantido às famílias ou indivíduos que tenham renda per capita igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo mensal vigente neste País. Serão considerados para este cálculo, todos os membros que compõe a família.

Art. 4º - A avaliação da concessão ou não, de qualquer benefício eventual, somente poderá ser realizada pelo profissional assistente social do quadro de servidores públicos do município, com registro profissional registrado no CRESS, e que adotará procedimentos administrativos cabíveis, para apuração das necessidades e carências dos indivíduos ou famílias que demandem do benefício, observando o critério de renda fixado no artigo anterior.

§ 1º - Outros critérios de fundo sócio-econômico, também poderão ser observados nos procedimentos de sindicância para apuração de carências dos interessados a serem atendidos pelos benefícios eventuais, tais como, condições de moradia, sanitárias e de saúde.

Art. 5º - Para avaliação sócio-econômica e cadastro social na Secretaria de Ação Social e Habitação, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Documento de Identidade (RG);
- b) Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF);
- c) Comprovante de rendimentos dos membros da família (CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social, folha de pagamento, recibo ou declaração de renda no que se refere ao provimento da família, etc);
- d) Comprovante de residência (talão de água ou energia elétrica);
- e) Comprovante de pagamento de aluguel e ou financiamento;
- f) Atestado médico no caso de doença grave ou crônica, do solicitante ou de um membro familiar;
- g) Certidão de Nascimento dos filhos menores de dezoito anos;
- h) Certidão de Casamento ou outro documento que comprove estado civil;

i) Demonstrativo do Bloco de Produtor Rural.

§ 1º- Poderão ser concedidos benefícios eventuais em casos onde o requerente não possui documento pessoal por motivo de perda, roubo ou inexistência.

Art. 6º - Os benefícios eventuais assistências constituem-se em:

- I - Auxílio Funeral;
- II - Auxílio Natalidade;
- III - Auxílio Alimentação;
- IV - Auxílio Moradia;
- V - Auxílio Transporte;
- VI - Auxílio Documentação;
- VII - Auxílio Sócio Assistencial.

Art. 7º - O Auxílio Funeral constitui-se de uma prestação de parcela única, no valor de até um salário mínimo, para reduzir a vulnerabilidade provocada por morte de membro da família, que poderá constar de:

§ 1º Custeio das despesas de urna funerária, velório e sepultamento, incluindo transporte funerário e isenção de taxas, dentre outros serviços que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária.

§ 2º O Auxílio funeral poderá ser pago como forma de ressarcimento ao requerente desde que este seja responsável pela família, ou diretamente à funerária.

§ 3º O auxílio funeral poderá ser requerido até no máximo 30 (trinta) dias após o falecimento do membro familiar.

Art. 8º - O Auxílio Natalidade constitui-se em prestação pontual ou temporária, de bens de consumo, para reduzir a vulnerabilidade provocada pelo nascimento de membro na família, ou pelo recebimento de guarda temporária ou permanente de criança recém nascida e poderá constar de:

I - Viabilização de enxoval para o(a) recém nascido(a), no valor de até, 01 (um) salário mínimo, incluindo itens de vestuário, higiene e cuidados pessoais, para o bem estar do bebê.

II - Alimentação (na forma de leite) para o(a) recém nascido(a), nos casos em que for solicitado por médico ou nutricionista, o qual poderá ser fornecido por até 6 meses de vida após o nascimento do bebê.

§ 1º - O benefício auxílio natalidade poderá ser solicitado até 60 (sessenta) dias antes do nascimento do bebê será entregue entre o período de solicitação até quinze dias depois do nascimento da criança.

§ 2º - Em caso de natimorto, o benefício deverá ser devolvido ao órgão da política de assistência social que concedeu o benefício, visto que a expectativa de direito se extinguiu em decorrência do nascimento do bebê.

Art. 9º - O Auxílio Alimentação consiste no repasse de uma cesta básica às famílias ou indivíduos, que estão vivenciando situação de vulnerabilidade social.

§ 1º - Somente será fornecido o auxílio alimentação às famílias ou indivíduos que passarem por avaliação de assistente social e que estiverem devidamente cadastradas Secretaria de Ação Social e Habitação.

§ 2º - O Auxílio Alimentação poderá sofrer variação no valor, assim como nos itens que o compõe, já que o fator determinante para este benefício é número de componentes do grupo familiar e as necessidades alimentares dos membros da família.

§ 3º - Também poderão ser concedidos auxílios com alimentação especial, em casos de restrição alimentar e ou necessidade de suplementos alimentares especiais, mediante indicação médica ou de nutricionista.

Art. 10º - O Auxílio Moradia se dará em decorrência de catástrofes (enchentes, vendavais, enxurradas, incêndio, desabamentos, etc), e para sua prevenção. Este benefício será concedido nas seguintes hipóteses:

I - no repasse do valor do aluguel de até 01 (um) salário mínimo mensal às famílias retiradas das áreas de risco pela Defesa Civil Municipal, ou órgão competente.

II - na locação de imóvel em nome do município, cujo valor do aluguel não ultrapasse até 01 (um) salário mínimo mensal.



§ 1º - O prazo máximo para custeamento do aluguel será de até 12 (doze), findo o prazo a família beneficiada deverá desocupar o imóvel imediatamente.

§ 2º - O Auxílio Moradia somente será concedido após emissão de laudo da Defesa Civil ou órgão competente, o qual determine a retirada da família da área de risco. Este contemplará somente famílias com cadastro na Secretaria de Ação Social e Habitação, cuja avaliação técnica do profissional assistente social indique a situação de vulnerabilidade social da família.

§ 3º - Se constatado por avaliação técnica de assistente social, que a situação de vulnerabilidade da família beneficiária foi superada, esta notificará os beneficiários que o Auxílio Moradia será cessado e, na hipótese do inciso II, e a família deverá desocupar o imóvel locado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 11 - O Auxílio Transporte será concedido aos membros familiares, famílias ou indivíduos, nas seguintes ocasiões:

I - Cursos de Capacitação, para dirimir situação de vulnerabilidade social;

II - Situações emergenciais familiares (doença grave em membro da família ou morte de membro da família);

III - Moradores de rua ou andarilhos;

IV - Também poderão ser fornecido auxílio transporte nos casos de: famílias ou indivíduos de baixa renda que desejam emigrar para outras cidades; deslocamentos à instituições fora do território municipal, como por exemplo: Fórum, INSS, Delegacia Regional, Cartórios e Presídios, Hospitais, etc.

Art. 12 - O Auxílio Documentação, destina-se às pessoas de baixa renda, podendo ser: pagamento de fotografias 3x 4 cm, isenção de taxas de carteiras de identidades e obtenção da segunda via de certidões (nascimento, casamento, óbitos).

Art. 13 - Auxílio Sócio Assistencial, caracterizada por auxílio financeiro para famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, causado por carência econômica devido a falta dos mínimos sociais.

Este auxílio vem garantir uma forma de sobrevivência, independente das limitações do cidadão para o trabalho ou para o desemprego. Sendo o caso de pessoas com deficiência, idoso, desempregados, famílias numerosas, famílias desprovidas das condições básicas para sua reprodução social com padrão digno e cidadã, conforme estabelece o serviço de proteção social especial da Política Nacional de Assistência Social/PNAS/2004.

I - O valor de repasse a cada família será de até 412 (quatrocentos e doze) UFM, (UFM no valor atual R\$ de 2,64, sendo reajustada anualmente), o valor de repasse somente será concedido mediante avaliação social.

Parágrafo Único - Este benefício tem como objetivo o atendimento de famílias cuidadoras e outras famílias em situação de vulnerabilidade, sendo que no caso de famílias cuidadoras o objetivo é manter o vínculo familiar evitando o abrigamento, e conduzir os indivíduos a segurança da vivência familiar, isto entende-se como a não aceitação de situações de perda das relações familiares, sociais e comunitárias.

Art. 14 - Todo e qualquer cidadão que for beneficiado em qualquer das situações previstas nesta Lei terá o direito de receber novamente qualquer tipo de benefício eventual somente após decorrido o prazo de trinta dias da última concessão.

§ 1º Mediante análise técnica e parecer fundamentado esses prazos poderão ser revistos.

Art. 15 - Todas as situações previstas nesta Lei Municipal serão analisadas e aprovadas pelos assistentes sociais, atuantes na política municipal de assistência social, que manterão em seu arquivo, banco de dados das famílias cadastradas para atendimento na política de assistência social.

Art. 16 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 17 - Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 2.357/2011, de 10 de agosto de 2011.

Pouso Redondo, 21 de agosto de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

### **Lei Nº 2568/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 - Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.568/2014 de 21/08/2014.

"Reconhece Despesa de exercício anterior e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida despesa de exercício anterior abaixo especificada em favor de STRINGARI FARMACIA LTDA (Farmacia Bonafarma), inscrita no CNPJ sob o nº 12.086.314/0001-38, Rodovia BR 470, nº 28, Sala 01, Centro, Pouso Redondo/SC, concernente a despesas de medicamentos utilizados por essa Municipalidade no ano de 2013.

Art. 2º - Em conformidade com o artigo anterior, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder ao empenhamento, liquidação e pagamento das respectivas despesas do exercício anterior, no valor de R\$ 4.084,07 (quatro mil, oitenta e quatro reais e sete centavos) conforme cupons fiscais anexos a presente lei.

Art. 2º — A despesa decorrente da execução da presente Lei correrá à conta de dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 3º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 21 de agosto de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

### **Lei Nº 2569/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 - Fone 47 3545 1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.569/2014, de 21/08/2014

Atende dispositivo da Lei Federal nº 12.994/2014 e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita Municipal de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sancionou a seguinte lei:

Art. 1º - Com fundamento no Art. 9º-A, da Lei Federal nº 12.994, de 17 de junho de 2014, que institui piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde, altera-se o Anexo I da Lei Municipal nº 2.472/2013 que passa a vigor com a seguinte redação.



## EMPREGOS PÚBLICOS

## GRUPO OCUPACIONAL, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTO

Nº de Empregos	Emprego	Carga Horária	Código	Vencimento/R\$	
40	Agente Comunitário de Saúde	40 horas semanais	2.1	1.014,00	

§ 1º - A jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas exigida para garantia do piso salarial previsto nesta Lei deverá ser integralmente dedicada a ações e serviços de promoção da saúde, em prol das famílias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territórios de atuação, segundo as atribuições previstas em Lei Municipal e Federal.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01 de julho de 2014.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 21 de agosto de 2014.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**Lei Nº 2570/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 - Fone 47 3545-1133  
www.pousoredondo.sc.gov.br  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.570/2014 de 21/08/2014

Autoriza realizar despesa da 1ª EXPOCOSTELA e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica autorizado despesa no valor de até R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) para serem utilizados na realização da 1ª EXPOCOSTELA, a ser realizado na data de 14 de setembro de 2014, com intuito de incentivar encontros culturais conforme programa anexo e parte inseparável da presente lei.

Art. 2º — A despesa decorrente da execução da presente Lei correrá à conta de dotação própria, consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 3º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 21 de agosto de 2014.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**Lei Nº 2571/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.571/2014 de 21/08/2014.

Autoriza o Poder Executivo a custear despesas com o intuito de realizar o Campeonato Municipal de Bocha e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a custear despesas no valor de até R\$ 2.747,00 (dois mil setecentos e quarenta e sete reais), com a finalidade de realizar o Campeonato Municipal de Bocha 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 21 de agosto de 2014.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**Lei Nº 2572/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.572/2014 de 21/08/2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES - APP -DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANJO DA GUARDA E DÁ PROVIDÊNCIAS.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES - APP -DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANJO DA GUARDA, sociedade civil sem fins lucrativos de duração indeterminada, com sedesito à Rua Jenny Schneider, 174, Bairro Progresso, Município de Pouso Redondo, neste Estado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ - sob nº 19.221.691/0001-81.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão a conta de dotações próprias consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 21 de agosto de 2014.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### Portaria Nº 0980/RH

PORTARIA N. 0980/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 170, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro 2010,

#### RESOLVE:

Art. 1º Aplicar ao servidor municipal DOMINGO SAVIO NICOLAU, matrícula n. 182303/2, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Serviços Gerais Masculino, a penalidade de Demissão, a partir de 01 de setembro de 2014, com fundamento ao disposto no Art. 173, inciso II da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 009/2014 (instaurado pela Portaria n. 0689/RH de 11 de junho de 2014, publicada em 18 de junho de 2014), que concluiu que o servidor transgrediu o Art. 157, incisos II, III e X e Art. 158, inciso I, ambos da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º Que o Departamento de Recursos Humanos calcule os valores recebidos indevidamente pelo servidor e encaminhe para a Procuradoria Geral do Município proceder a cobrança judicial.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

### Tomada de Preços 045/2014-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

#### EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 045/2014/FMS

O Município de Rio do Sul/SC - Fundo Municipal de Saúde, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para execução de academia ao ar livre, com área de 60,00m², localizado na Estrada Navegantes, Bairro Navegantes em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e

propostas serão recebidos até as 09:00 horas do dia 24 de setembro de 2014, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 24 de setembro de 2014, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 04 de setembro de 2014.

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Prefeito de Rio do Sul em exercício

Dr. LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

### Concorrência Pública 132/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

#### EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 132/2014

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a contratação de empresa para execução de obras para drenagem pluvial, pavimentação em asfalto, sinalização viária e pavimentação dos passeios em paver das Ruas João Ledra, Bairro Taboão e João Hoffmann, Bairro Fundo Canoas em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até as 09:00 horas do dia 10 de outubro de 2014, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 10 de outubro de 2014, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 27 de agosto de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

### 3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 140/2014

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 140/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto na Portaria nº 0731/2014, de 24 de junho de 2014, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARCOS ADRIANO HANG, portador(a) do CPF nº 003.617.249-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 140/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

**“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 140/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 12/09/2014.”

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 8 de agosto de 2014

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARCOS ADRIANO HANG

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**Portaria Nº 1002**

PORTARIA Nº 1002/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, nos termos do Protocolo nº 148840/2014, Abono de Permanência ao(a) servidor(a) FRANCISCO ODELLI, matrícula 229101, ocupante do cargo de provimento efetivo AUXILIAR ADMINISTRATIVO II em virtude de ter direito a aposentadoria voluntária a partir de 17/08/2014, de acordo com o Art. 2º da EC 41/03 - Regra de Transição, e ainda permanecendo em atividade.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 17/08/2014.

Rio do Sul, 05 de setembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Jhc

**Portaria Nº 1003**

PORTARIA Nº 1003/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, nos termos do Protocolo nº 148402/2014, Abono de Permanência ao(a) servidor(a) SALETE JASPER DE JESUS, matrícula 435901, ocupante do cargo de provimento efetivo

Auxiliar Serviços Gerais Feminino, em virtude de ter direito a aposentadoria voluntária a partir de 12/07/2014, de acordo com o Art. 40, § 1º, III, “a” da C.F, e ainda permanecendo em atividade.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 12/07/2014.

Rio do Sul, 05 de setembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Jhc

**Portaria Nº 1004**

PORTARIA Nº 1004/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, nos termos do Protocolo nº 147340/2014, Abono de Permanência ao(a) servidor(a) CELIANA CRISTINA STACHESKI MARTINS, matrícula 3061901, ocupante do cargo de provimento efetivo ENFERMEIRO em virtude de ter direito a aposentadoria voluntária a partir de 30/10/2013, de acordo com o Art. 2º da EC 41/03 - Regra de Transição, e ainda permanecendo em atividade.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 30/10/2013.

Rio do Sul, 05 de setembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Jhc

**Portaria Nº 0997/2014**

PORTARIA Nº. 0997/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a partir de 01/09/2014, a servidora municipal TANIA REGINA FORBICI DOS SANTOS, do cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de setembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

**Portaria Nº 0995/2014**

PORTARIA Nº. 0995/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, a partir de 01/09/2014, o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, 40H, ocupado pelo(a) servidor(a) ANTONIA FRANCISCA DE ARAUJO, matrícula nº 2616604, em virtude de sua Aposentadoria, por tempo de contribuição - especial de magistério, com paridade, conforme Decreto nº 4269 de 19 de agosto de 2014..

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de setembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

**Portaria Nº 0996/2014**

PORTARIA Nº. 0996/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, a partir de 02/09/2014, o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO II ( em extinção ), ocupado pelo(a) servidor(a) SUELI JUNG, matrícula nº 852401, em virtude de sua Aposentadoria, voluntária por tempo de contribuição, com paridade, conforme Decreto nº 4268, de 19 de agosto de 2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de setembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

**DECRETO Nº 4294, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4294, de 05 de setembro de 2014.

“CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedido por tempo determinado à Fundação Cultural de Rio do Sul: O veículo Chevrolet Spin - Placa MJT 7250 - Cor Branca - Frota 394 - Chassi nº 9BGJC75Z0EB225096 - Ano 2013/2014 - Renavam nº 596823932 - Patrimônio nº 22775, da Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo determinado entre: 09

a 15 de setembro de 2014. O referido veículo poderá retornar a Secretaria Municipal de Saúde, antes do prazo determinado por solicitação do Prefeito ou do Secretário.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ocorrerão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

05 de setembro de 2014.

CARISO SAVIO GIACOMINI

Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício

**Portaria Nº 0994**

PORTARIA Nº 0994/RH

CARISO SAVIO GIACOMINI, Prefeito Municipal em exercício de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar interinamente, a servidora PATRICIA NICOLLADELLI GILI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para exercer as funções do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Orçamento da Secretaria Municipal de Fazenda, devido o impedimento da titular, Bruna Livramento, por motivo de designação para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento Contábil da Secretaria Municipal de Fazenda, no período de 01/09/2014 a 27/10/2014, nos termos dos Art. 46 e 47 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010. Com opção pelo vencimento do cargo comissionado de Chefe da Divisão de Orçamento da Secretaria Municipal de Fazenda, fundamentado no Art. 57 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de setembro de 2014.

CARISO SAVIO GIACOMINI

Prefeito Municipal em exercício

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Jhc

**Portaria Nº 0999**

PORTARIA Nº 0999/RH

CARISO SAVIO GIACOMINI, Prefeito Municipal em exercício de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a servidora LINDAMIR LUCIANA SCHNEIDER DA SILVA, matrícula nº 79464, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, para a partir de 01/09/2014, exercer as atribuições da função comissionada de Chefe da Divisão de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação, com opção pelo vencimento do cargo em comissão, com fundamento no Art. 57 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.



Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de setembro de 2014.  
CARISO SAVIO GIACOMINI  
Prefeito Municipal em exercício

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Jhc

### 6º Termo Aditivo Contrato Administrativo Nº 290/2013

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 290/2013 firmado em 30/08/2013, com término previsto para 08/08/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA CRISTINA MATTOS portador(a) do CPF nº 043.271.419-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 290/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do objeto**  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 290/2013, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 05/09/2014.

**Cláusula Segunda - Da ratificação**  
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.  
GIVANILDO SILVA                      ANA CRISTINA MATTOS  
Secretário de Administração      Contratado(a)

Testemunhas:  
Nome:..                      Nome:..  
CPF:..                      CPF:..

### 5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 308/2013

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 308/2013 firmado em 11/10/2013, com término previsto para 08/08/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANDREIA SERAFIM portador(a) do CPF nº 055.700.719-46, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 308/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do objeto**  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a

vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 308/2013, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 05/09/2014.

**Cláusula Segunda - Da ratificação**  
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.  
GIVANILDO SILVA                      ANDREIA SERAFIM  
Secretário de Administração      Contratado(a)

Testemunhas:  
Nome:..                      Nome:..  
CPF:..                      CPF:..

### 6º Termo Aditivo Contrato Administrativo Nº 314/2013

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 314/2013 firmado em 22/10/2013, com término previsto para 08/08/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CELITA APARECIDA DO AMARAL portador(a) do CPF nº 052.193.989-54, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 314/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do objeto**  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 314/2013, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 05/09/2014."

**Cláusula Segunda - Da ratificação**  
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.  
GIVANILDO SILVA                      CELITA APARECIDA DO AMARAL  
Secretário de Administração      Contratado(a)

Testemunhas:  
Nome:..                      Nome:..  
CPF:..                      CPF:..



## Contrato Administrativo Nº 342/2014

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 342/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CATIANA FORSTER, portador(a) do CPF nº 038.813.539-50, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Amabilio Testoni, nº 37 - Bairro Rainha □ Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor □ Matemática, com jornada de 30 horas semanais, sendo 20 horas a serem desenvolvidas no(a) CE Guilherme Butzke, em substituição a Thais Odebrecht, que está em Licença Prêmio, e 10 horas a serem desenvolvidas no (a) CE Ricardo Marchi, em substituição a Margarete Poffo Nau que está em licença especial.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.909,59 (mil novecentos e nove reais e cinquenta e nove centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

**Parágrafo único** □ De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/09/2014 e encerrando-se em 07/10/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**Parágrafo único** - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA :** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 05 de setembro de 2014.

GIVANILDO SILVA	CATIANA FORSTER
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

## Pregão Presencial 130/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2014

**OBJETO:** Registro de preço para aquisição de materiais e equipamentos para atendimento de ocorrências em enchentes. Corpo de bombeiros de Rio do Sul.

**REGIMENTO:** Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

**ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Até o dia 18/09/2014, às 08:00h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

**CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES:** às 08:00h do dia 19/09/2014. , no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 05 de setembro de 2014.

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Prefeito de Rio do Sul em exercício

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

### Contrato Nº. 60/2014 FMS

CONTRATO Nº. 60/2014, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, CLINICA MEDICA MENDONCA LTDA - ME, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS MÉDICOS EM CLINICA MÉDICA, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO, PROCESSO Nº. 32/2013.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, CLINICA MEDICA MENDONCA LTDA - ME, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob nº. 12.148.741/0001-01, neste ato representado pelo Srº. ISAC MIRANDA DE MENDONÇA, médico, inscrito no CPF sob nº XXX.896.456-XX, residente e domiciliado no município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADO, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços médicos em CONSULTAS/ATENDIMENTOS Médicos, aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

código	Descrição do Procedimento	Valor Unitário
0301010064	Consulta Médica em Atenção Básica	18,00

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico referido na Cláusula Primeira será executado pelos profissionais médicos ISAC MIRANDA DE MENDONÇA, inscrito no CPF sob nº. XXX.896.456-XX, com registro no Conselho Regional de Medicina sob o nº. 16031 (CRM) e INAJARA RIBEIRO DO PRADO inscrita no CPF XXX.610.599-XX, com registro no Conselho Regional de Medicina sob o nº 16075 (CRM) a desempenharem suas atividades médicas para a Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;
- II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

#### CLAUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as

formas de defesa.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS, não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº.8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente realizados por ele durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário de R\$ 18,00 (dezoito reais) de acordo com a cláusula primeira.

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entres as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade: 2.095 - BLATB - PAB FIXO - ATENÇÃO BÁSICA

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com as Portarias Ministerial nº. 2.801/98, Portaria/GM nº. 1.286, de 26/10/1993 e Portaria/MS/GM nº. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo - nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/ Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de

análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

#### CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais

observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo a população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Da decisão do Secretário Municipal de Saúde em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO

O prazo do presente contrato é de 12 (doze) meses, podendo ocorrer renovação, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 02 de Setembro de 2014.

Dr. Luiz Carlos Zanis Secretário Municipal de Saúde	Clinica Medica Mendonca Ltda- ME CNPJ 12.148.741/0001-01
--------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------

Isac Miranda de Mendonça                      Inajara Ribeiro do Prado  
Responsável Técnico - CRM 16031              Sócio CRM 16075

Testemunhas:

1) Luciane Araujo Mattana Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria CPF XXX.569.600-XX	2) Fabíola kreusch Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria CPF XXX.134.899-XX
--------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------

## Salto Veloso

### PREFEITURA

#### Portaria Nº. 247/2014

PORTARIA Nº. 247/2014

Autoriza a Averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00018/04-1, nos assentos funcionais da servidora Edith Mentzen Bavaresco, detentora da matrícula nº 31 e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Limpeza, e dá outras providências.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

Considerando a existência do Processo Administrativo nº 126/2011, referente a Averbação de Certidão de Tempo de Serviço da servidora Edith Mentzen Bavaresco;

Considerando ausência da Portaria de averbação da Certidão de Tempo de Serviço nº 20022080.1.00018/04-1 e sua publicação,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora Edith Mentzen Bavaresco, detentora da matrícula nº 31 e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Limpeza, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00018/04-1, para fins de concessão de aposentadoria compulsória em caráter proporcional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativo a 29 de Agosto de 2014, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 03 de setembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA  
PREFEITO MUNICIPAL

#### Portaria Nº 005/2014 - Ipresvel

Estado de Santa Catarina

Município de Salto Veloso

IPRESVEL - Instituto de Previdência Social dos  
Servidores Públicos do Município de Salto Veloso

PORTARIA N.º 005/2014

CONCEDE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA, EM CARÁTER PROPORCIONAL, À EDITH MENTZEN BAVARESCO.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI, Diretora Executiva do IPRESVEL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, nomeada pela Portaria n.º 003, de 9 de maio de 2014, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 80, inciso I, da Lei n.º 1.096, promulgada em 24 de junho de 2003, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA COMPULSÓRIA, EM CARÁTER PROPORCIONAL,

De acordo com o art. 40, §1º, inciso II da Constituição da República, à

EDITH MENTZEN BAVARESCO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Limpeza, lotada na Secretaria de Administração e Finanças, sob o Regime Jurídico Estatutário, devendo perceber o correspondente a 91,67% (noventa e um vírgula sessenta e sete por cento) dos proventos,



perfazendo a importância de R\$ 1.037,87 (Um mil e trinta e sete reais e oitenta e sete centavos), a contar de 1º de setembro de 2014, conforme Processo nº 004/2014.

Salto Veloso, 29 de agosto de 2014.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

Diretora Executiva

#### **Portaria Nº 006/2014 - Ipresvel**

Estado de Santa Catarina

Município de Salto Veloso

IPRESVEL - Instituto de Previdência Social dos

Servidores Públicos do Município de Salto Veloso

PORTARIA N.º 006/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE, EM CARÁTER INTEGRAL, A MARIA IVANIR VITORAZZI PERÃO.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI, Diretora Executiva do IPRESVEL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, nomeada pela Portaria n.º 003, de 9 de maio de 2014, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 80, inciso I, da Lei n.º 1.096, promulgada em 24 de junho de 2003, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE, EM CARÁTER INTEGRAL,

De acordo com o art. 40, §1º, inciso I da Constituição da República, à

MARIA IVANIR VITORAZZI PERÃO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Limpeza Urbana, lotada na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, sob o Regime Jurídico Estatutário, devendo perceber o correspondente a 100% (cem por cento) dos proventos, perfazendo a importância de R\$ 1.363,66 (Um mil e trezentos e sessenta e três reais e sessenta e seis centavos), a contar de 02 de setembro de 2014, conforme Processo nº 005/2014.

Salto Veloso, 02 de setembro de 2014.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

Diretora Executiva

#### **Portaria Nº 007/2014 - Ipresvel**

Estado de Santa Catarina

Município de Salto Veloso

IPRESVEL - Instituto de Previdência Social dos

Servidores Públicos do Município de Salto Veloso

PORTARIA N.º 007/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE, EM CARÁTER INTEGRAL, A ELI MARIA ZAMBONI.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI, Diretora Executiva do IPRESVEL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, nomeada pela Portaria n.º 003, de 9 de maio de 2014, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 80, inciso I, da Lei n.º 1.096, promulgada em 24 de junho de 2003, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE, EM CARÁTER INTEGRAL,

De acordo com o art. 40, §1º, inciso I da Constituição da República, à

ELI MARIA ZAMBONI, servidora pública municipal, ocupante do

cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Limpeza, lotada na Secretaria de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, devendo perceber o correspondente a 100% (cem por cento) dos proventos, perfazendo a importância de R\$ 1.051,98 (Um mil e cinquenta e um reais e noventa e oito centavos), a contar de 02 de setembro de 2014, conforme Processo nº 006/2014.

Salto Veloso, 02 de setembro de 2014.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

Diretora Executiva

#### **Portaria Nº 008/2014 - Ipresvel**

Estado de Santa Catarina

Município de Salto Veloso

IPRESVEL - Instituto de Previdência Social dos

Servidores Públicos do Município de Salto Veloso

PORTARIA N.º 008/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE, EM CARÁTER INTEGRAL, A SALUTE VITALI.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI, Diretora Executiva do IPRESVEL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, nomeada pela Portaria n.º 003, de 9 de maio de 2014, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 80, inciso I, da Lei n.º 1.096, promulgada em 24 de junho de 2003, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE, EM CARÁTER INTEGRAL,

De acordo com o art. 40, §1º, inciso I da Constituição da República, à

SALUTE VITALI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Limpeza Urbana, lotada na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, sob o Regime Jurídico Estatutário, devendo perceber o correspondente a 100% (cem por cento) dos proventos, perfazendo a importância de R\$ 1.132,22 (Um mil cento e trinta e dois reais e vinte e dois centavos), a contar de 02 de setembro de 2014, conforme Processo nº 007/2014.

Salto Veloso, 02 de setembro de 2014.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

Diretora Executiva

#### **Portaria Nº 009/2014 - Ipresvel**

Estado de Santa Catarina

Município de Salto Veloso

IPRESVEL - Instituto de Previdência Social dos

Servidores Públicos do Município de Salto Veloso

PORTARIA N.º 009/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE, EM CARÁTER INTEGRAL, A LUIZ PERETI.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI, Diretora Executiva do IPRESVEL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, nomeada pela Portaria n.º 003, de 9 de maio de 2014, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 80, inciso I, da Lei n.º 1.096, promulgada em 24 de junho de 2003, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE, EM CARÁTER INTEGRAL,



De acordo com o art. 40, §1º, inciso I da Constituição da República, a

LUIZ PERETI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Viveirista Florestal, lotado na Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, sob o Regime Jurídico Estatutário, devendo perceber o correspondente a 100% (cem por cento) dos proventos, perfazendo a importância de R\$ 1.154,33 (Um mil cento e cinquenta e quatro reais e trinta e três centavos), a contar de 02 de setembro de 2014, conforme Processo nº 008/2014.

Salto Veloso, 02 de setembro de 2014.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

Diretora Executiva

## Santa Cecília

### PREFEITURA

#### Extrato Pregão Presencial 047/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2014

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial, no dia 19 de setembro de 2014 às 13h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica para contratação de mão de obra especializada para execução de reforma e ou ampliação de 29 unidades habitacionais de munícipes beneficiados pelo programa COHAB CIDADÃ, convênio 2014TR002089. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. OBS: A cópia do Edital deverá ser retirada pessoalmente pelo interessado junto a prefeitura municipal.

Santa Cecília, 05 de Setembro de 2014.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

Prefeito Municipal

## Santa Rosa do Sul

### PREFEITURA

#### Errata Termo Aditivo Nº 158

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL  
ERRATA

Publicação Edição nº 1564 de 04/09/2014  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 158/2014

Onde lê-se:

"PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 179/2013."

Leia-se:

"SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 179/2013"

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA

#### Audiência Pública

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2014  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PREVISTA NO ARTIGO 48, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 DE 04/05/2000 - REFERENTE À AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2014 e ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA).

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial ao disposto no artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 101/2000 de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - e Lei Municipal nº 322/2001 de 14/05/2001, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de todos os Municípios que, no dia 09 de setembro de 2014, às 16:00 horas, nas dependências da Câmara de Vereadores, será realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA, como instrumento de transparência da gestão fiscal do Município, em atendimento as disposições legais, apresentação da Avaliação das Metas Fiscais referente ao segundo quadrimestre de 2014 e discutir a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2015 e a Lei Orçamentária anual para o exercício de 2015.

Maiores informações sobre a Audiência Pública, objeto desta convocação, poderão ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em horário normal de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 05 de setembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### Extrato Contrato 80-2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	80/2014
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	BRITTER RODOVIAS LTDA.
Objeto	Execução de obra de remendos profundos e superficiais em pavimentação asfáltica com CBUQ, e execução de lombadas em CBUQ, em um total de 4.500m <sup>2</sup> de remendos e execução de 73m <sup>2</sup> de lombadas, nas ruas e avenidas do município de Santiago do Sul.
Valor	R\$ 47.332,58 (quarenta e sete mil trezentos e trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos).
Vigência	08 de setembro a 08 de outubro de 2014.
Processo Nº.	75/2014
Pregão Presencial	04/2014
Santiago do Sul-SC, 05 de setembro de 2014.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### Portaria Nº 6409/2014

PORTARIA Nº 6409, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014  
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor EDSON FRANKOWIAK, ocupante do cargo de Coordenador de Setor de Comunicação, no Gabinete do Prefeito, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial GM Celta, placas MEC 2288.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### Portaria Nº 6408/2014

PORTARIA Nº 6408, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

Constitui Comissão Especial para Acompanhar Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 006/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhar o Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 006/2014.

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

IVAN CLASEN SCHLINDWEIN - Representante da Procuradoria Jurídica;  
EDERVAL JOSÉ NEIDERT- Representante do Departamento de Recursos Humanos;  
VERA LUCIA KUZAWSKI - Representante do Departamento de Recursos Humanos;  
SANDRA DOS SANTOS SCHREINER - Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**Dispensa de Licitação Nº 265/2014**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 265/2014

OBJETO: Dispensa para aluguel social de um imóvel localizado na Rua Paulo Grossl nº 135, Bairro Dona Francisca, neste município, para abrigar a família da Senhora Adriana Zambonin Bispo. Conforme determinado no parecer jurídico nº289/14, anexo.

CONTRATADO: JOELMA GONÇALVES DE OLIVEIRA EPIFANIO

VALOR: R\$ 1.750,00 (hum mil, setecentos e cinquenta reais)

SÃO BENTO DO SUL, 01 de setembro de 2014.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

RITA MARIA DUMS

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Justificativa Dispensa de Licitação Nº 265/2014**

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 24 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Dispensa para aluguel social de um imóvel localizado na rua Paulo Grossl nº 135, Bairro Dona Francisca, neste município, para abrigar a família da Senhora Adriana Zambonin Bispo. Conforme determinado no parecer jurídico nº289/14, anexo.

II - Contratado: JOELMA GONÇALVES DE OLIVEIRA EPIFANIO.

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: A Dispensa de Licitação para a referida locação se funda no inciso X do art 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

a)O aluguel social é um benefício garantido por Lei para famílias que se enquadrem nos critérios apresentados na Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social), para que possam garantir moradia digna a seus familiares; onde, a família da Sra. Adriana Zambonim Bispo, após passar por avaliação da Secretaria de Assistência Social através da Assistente Social, foi julgada apta a receber o benefício. Porém, conforme esta sendo relatado no Parecer Jurídico nº 289/14. Foram utilizadas várias estratégias para obtenção da chave do imóvel no período de alguns meses, e a impossibilidade gerada não pode prejudicar quem locou a residência ao município, portanto, há necessidade de pagamento retroativo referente aos meses de fevereiro, março, abril, maio e junho de 2014.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A contratada, Joelma Gonçalves Oliveira Epifanio foi quem ofereceu o imóvel que melhor se adequou às necessidades da família.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 1.750,00 para a locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 24 da Lei 8.666/93.

Rita Maria Dums

Secretária Municipal de Assistência Social

**Aviso de Licitação - Pregão Nº 266/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 266/2014

MENOR PREÇO POR LOTE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 18 de setembro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE INTERNET POR MEIO DE FIBRA OPTICA.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 02 de setembro de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

**Aviso de Licitação - Pregão Nº 29/2014 Fc**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 029/2014

Resumido do Pregão Presencial Nº 029/2014

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

MENOR PREÇO POR ITEM

A Fundação Cultural de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através do Presidente Braulio Hantschel e da Pregoeira Municipal, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 de 17/07/2002 e 8.666/93 de 21/06/1993 e suas alterações, que receberá até às 14:30 horas do dia 18/09/2014, na sede da Fundação Cultural, no Largo Hugo Fischer, nº 33, propostas para:

DO OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DO DESFILE ALEGÓRICO ALUSIVO AOS 141 ANOS DE SÃO BENTO DO SUL E HOMENAGEM AO IMIGRANTE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo na Fundação Cultural, no Largo Hugo Fischer, 33 - Centro, no horário das 07:30h às 17:00h. Ou ainda pelo site, no endereço: [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br)

São Bento do Sul, 04 de setembro de 2014.

BRAULIO HANTSCHER

Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA

Pregoeira Municipal

**Extrato de Contrato Nº 256/2014**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 256/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a contratação de empresa para reforma do pavimento térreo, pintura externa, revisão geral da cobertura com troca integral dos rufos e calhas do sistema de captação das águas pluviais do prédio localizado a Rua Capitão Ernesto Nunes, nº 51 - São Bento do Sul, conforme Memorial Descritivo em anexo, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição e conforme o Convite nº 247/2014.

DA VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias, a contar desta data.

DO VALOR: R\$ 50.903,03 - Valor Total.

São Bento do Sul, 21 de agosto de 2014.

ASS: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, como Secretário de Administração do Município.

LN CONSTRUÇÕES LTDA, como Contratada.

**Extrato de Contrato Nº 257/2014**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 257/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviço Móvel Pessoal - SMP na Modalidade Local, e Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Longa Distância Nacional a partir do Serviço Móvel Pessoal, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa OI MÓVEL S.A.

DO OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de telefonia móvel pessoal local e serviço telefônico fixo comutado de longa distância nacional, para chamadas de acesso do serviço móvel pessoal - SMP, com fornecimento de 150 (cento e cinquenta) aparelhos telefônicos em regime de comodato, sendo 25 (vinte e cinco) aparelhos com sistema android 3.5 ou superior para atender o Município de São Bento do Sul, cidade no estado de Santa Catarina, conforme Pregão Presencial nº 246/2014.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 06/09/2014.

DO VALOR: R\$ 74.050,60 - Valor Total.

São Bento do Sul, 25 de agosto de 2014.

ASS: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, como Secretário de Administração do Município.

DEODATO RAUL HRUSCHKA, como Presidente do Fundo Municipal de Saúde.

LUIZ CARLOS PEDROZO, como Presidente da Empresa Municipal de Habitação do Município.

HÉLCIO CARLOS LIEBL, como Diretor Presidente da Fundação Municipal de Desportos do Município.

BRÁULIO HANTSCHHEL, como Diretor Presidente da Fundação Cultural do Município.

OI MÓVEL S.A, como Contratada.

**Aviso de Licitação - Pregão Nº 62/2014 FMS**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2014 - FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 18 de setembro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA UNIDADE DE ALTA COMPLEXIDADE EM ONCOLOGIA, CONFORME PLANO DE TRABALHO ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 05 de setembro de 2014.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MAURO SIQUEIRA RAMOS

Pregoeiro

---

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**

---

**Portaria/SAMAE/SBS Nº 165, de 02 de Setembro de 2014.**

Portaria/SAMAE/SBS Nº 165, de 02 de setembro de 2014.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996.

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor MARCO RODRIGO REDLICH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento II, lotado nesta Autarquia, 30 (trinta), dias de férias, referente ao saldo de período aquisitivo anterior.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 01/09.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

**Portaria /SAMAE/SBS Nº 166, de 03 de Setembro de 2014.**

Portaria /SAMAE/SBS Nº 166, de 03 de setembro de 2014.

" CONCEDE FÉRIAS "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,



## RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor ALIRIO MORAES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 04/08/2014.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

**PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 167, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.**

PORTARIA /SAMAE/SBS Nº 167, de 03 de setembro de 2014.  
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

## RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER a servidora FRANCINE IZABÉLA MARÉS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheira Civil, lotada nesta Autarquia, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2012/2013.

Art. 2º- As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 01/09/2014.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

**São Cristóvão do Sul****PREFEITURA****Edital 35/2014 DI 10**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2014 DISPENSA Nº 10/2014

O Município de São Cristóvão do Sul torna publico a Dispensa nº 10/2014, Processo de Licitação nº 35/2014 para prestação de serviço de transporte escolar excedente, em favor de AS TRANSPORTE ESCOLAR LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob nº 10.974.003/0001-80.

São Cristóvão do Sul (SC), 25 de agosto de 2014.  
SISI BLIND  
Prefeita Municipal

**Edital 36/2014 DI 11**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2014 DISPENSA Nº 11/2014

O Município de São Cristóvão do Sul torna publico a Dispensa nº 11/2014, Processo de Licitação nº 36/2014 para prestação de serviço de transporte escolar excedente, em favor de ELOIR RODRIGUES GOMES - MEI, inscrito no CNPJ sob nº 20.455.627/0001-44.

São Cristóvão do Sul (SC), 25 de agosto de 2014.  
SISI BLIND  
Prefeita Municipal

# São Domingos

## PREFEITURA

### **Dec 1673 de 01 08 14 Altera Coordenadoria Municipal de Defesa Civil**

DECRETO Nº 1673, DE 01 DE AGOSTO DE 2014.

Altera a composição da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada, e pela Lei n. 1725, de 23/10/13;

- Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 1466, de 07 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre regulamentação da lei n. 1725, de 23 de outubro de 2013, que cria o Sistema Municipal de Defesa Civil (SIMDEC), o Conselho Municipal de Defesa Civil (COMDEC), o Fundo Municipal de Defesa Civil (FUMDEC) e a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) no Município de São Domingos/SC e dá outras providências;

DECRETA:

Art. 1º A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) no Município de São Domingos/SC, diretamente vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal ou ao seu eventual substituto, constituída com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de Defesa Civil nos períodos de normalidade e anormalidade, passa a ser composta pelos seguintes membros:

I - Coordenador: Vianeí Ferrarini Meoti;

II - Secretária: Karen Paola Anghinoni;

III - Setor Técnico:

a) Edílio Stiburski - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

b) CB BM Laucir Berlanda - Corpo de Bombeiros Militar;

IV - Setor Operativo:

a) Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

b) Secretaria Municipal de Saúde;

c) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

d) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

e) Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;

f) Secretaria Municipal de Assistência Social;

g) Coordenadoria Regional de Defesa Civil;

h) Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina;

i) Polícia Militar de Santa Catarina e Polícia Civil de Santa Catarina;

Art. 2º A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Art. 3º Compete à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil:

I - propiciar apoio técnico e operacional ao Conselho Municipal de Defesa Civil - COMDEC;

II - colaborar na formação de banco de dados e mapa dos recursos disponíveis em cada órgão ou entidade para as ações de socorro, assistência e recuperação;

III - engajar-se nas ações de socorro e assistência, mobilizando recursos humanos e materiais disponíveis nas entidades representadas, quando o exigir o interesse da defesa civil;

IV - manter-se em regime de reunião permanente, em caso de situações de emergência ou de calamidade pública que atinjam o Município ou a região;

V - executar, nas áreas de competência de cada órgão, as ações determinadas pelo Conselho Municipal de Defesa Civil, visando atuação conjugada e harmônica.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 1601, de 29 de abril de 2014

São Domingos (SC), 01 de agosto de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

## São João do Sul

### PREFEITURA

#### **Edital de Convocação Para Validação do Diagnóstico do Plano Municipal de Resíduos Sólidos**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA VALIDAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O Prefeito Municipal de São João do Sul convoca a população de São João do Sul para participar de audiência pública que se realizará no dia 08 de setembro de 2014, às 08:30h na sede da Câmara Municipal de Vereadores com o objetivo de discutir, analisar e aprovar o diagnóstico do Plano Municipal de Resíduos Sólidos.

São João do Sul, 01 de setembro de 2014

João Rubens dos Santos

Prefeito Municipal

#### **Licitação Nº 074/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 074/2014

Modalidade - Pregão Presencial nº 030/2014

Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE VEÍCULOS (ÔNIBUS) DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 08h 45 min do dia 18/09/2014, com abertura dos envelopes prevista para as 09 horas do dia 18/09/2014. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, ou pelo e-mail [licitacoes@saojoao-dosul.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saojoao-dosul.sc.gov.br)

São João do Sul - SC, em 05 de Setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

## São José

### PREFEITURA

#### **Contrato/Ct: Nº 191/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 191/2014 - PR 059/2014 - Processo 188/2014 - Contratado: STOCK CONSTRUÇÕES COMERCIAL LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção predial, corretiva e preventiva, destinada as unidades da Secretaria de Assistência Social do Município de São José/SC. Valor Global: R\$397.000,20 - trezentos e noventa e sete mil reais e vinte centavos. Prazo: O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

Data da Assinatura do Contrato: 21 de agosto de 2014.

#### **Contrato/Ct: Nº 127/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 127/2014 - DL 015/2014 - Processo 110/2014 - Locadores: FRANCISCO ALVES DE CASTRO; e MARIA DO DIS-TERRO VIEIRA CASTRO. Objeto: Locação de imóvel - localizado na Rua John Lennon, nº 1396, Bairro Areias - São José/SC - denominado sala comercial, com área aproximada de 360m², de acordo com as especificações e condições constantes no Processo Administrativo nº 110/2014. Valor Global: R\$39.000,20 - trinta e nove mil reais. Prazo: O prazo de execução e vigência contratual é de 12 (doze) meses. Data da Assinatura do Contrato: 06 de junho de 2014.

#### **Contrato/Ct: Nº 181/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 181/2014 - PE 055/2014 - Processo 150/2014 - Contratado: HP & E COMERCIAL LTDA - EPP (ITEM 06). Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mobiliário e equipamentos eletrônicos, para os auditórios da Secretaria Municipal de Educação (SME) do Município de São José/SC. Valor Global: R\$400,00 - quatrocentos reais. Prazo: O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses. Data da Assinatura do Contrato: 11 de agosto de 2014.

#### **Contrato/Ct: Nº 180/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 180/2014 - PE 055/2014 - Processo 150/2014 - Contratado: CETEC COMÉRCIO EM GERAL E TREINAMENTOS LTDA - ME (ITENS 04, 05 e 07). Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mobiliário e equipamentos eletrônicos, para os auditórios da Secretaria Municipal de Educação (SME) do

Município de São José/SC. Valor Global: R\$5.010,00 - cinco mil e dez reais. Prazo: O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses. Data da Assinatura do Contrato: 11 de agosto de 2014.

#### **Contrato/Ct: Nº 182/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 182/2014 - PE 055/2014 - Processo 150/2014 - Contratado: SCHEYLLA DE MENDONÇA ME (ITEM 02). Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mobiliário e equipamentos eletrônicos, para os auditórios da Secretaria Municipal de Educação (SME) do Município de São José/SC. Valor Global: R\$10.650,00 - dez mil, seiscentos e cinquenta reais. Prazo: O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses. Data da Assinatura do Contrato: 11 de agosto de 2014.

#### **Contrato/Ct: Nº 183/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 183/2014 - PE 055/2014 - Processo 150/2014 - Contratado: MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA - ME (ITENS 01, 03 e 08). Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mobiliário e equipamentos eletrônicos, para os auditórios da Secretaria Municipal de Educação (SME) do Município de São José/SC. Valor Global: R\$18.758,00 - dezoito mil, setecentos e cinquenta e oito reais. Prazo: O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses. Data da Assinatura do Contrato: 11 de agosto de 2014.

#### **Decreto Nº 3153/2014**

DECRETO Nº 3153/2014  
REVOGA O DECRETO N.º 22.261 DE 25 DE SETEMBRO DE 2006.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos II e IV da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando manifestação da Ordem dos Advogados do Brasil por meio do Ofício N.º 331/2014-CMA-OAB;

Considerando manifestação da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável por meio do Memorando e-14.707/2014,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica revogado o Decreto N.º 22.261 de 25 de setembro de 2006 que Declara de relevante interesse ambiental, áreas localizadas no Município de São José/SC e dá outras providências.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de setembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **São Lourenço do Oeste**

### **PREFEITURA**

#### **Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 121/2014, CC Nº 005/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 09/10/2014, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2014, MODALIDADE CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 005/2014, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE EXAUSTÃO DE AR FORÇADA TIPO COIFAS DA COZINHA INDUSTRIAL(01) NO CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONTRATO DE APOIO FINANCEIRO Nº 01.399/2012-4, VINCULADO AO PROJETO PTEC 01590/2012. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **Decreto Nº 4.943, de 05 de Setembro de 2014.**

DECRETO Nº 4.943, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU	
09.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU	
09.01.15.451.4511.2.034		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	102	Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU	
09.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU	

09.01.15.451.4511.2.034	097	Aplicação Direta	R\$ 100.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000			

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de setembro de 2014.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 4.944, de 05 de Setembro de 2014.**

DECRETO Nº 4.944, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23/12/2013 e na Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, § 1º, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE.		
08.01	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE.		
08.01.12.361.4505.1.00			
3.4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0022	37	Aplicação Direta	R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23/12/2013 e a Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, § 1º, inciso II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de Setembro de 2014.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### **Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 033/2014 - FMS**

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2014 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 033/2014 - Pregão Presencial Nº 023/2014.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS TIPO TABLETS PARA UTILIZAÇÃO DAS AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE DESENVOLVEREM A CAPTAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS DOS MUNICÍPIOS LOCAIS, ATUALIZANDO E ENVIANDO AS INFORMAÇÕES PARA OS TERMINAIS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - CNPJ: 04.303.600/0001-80.

VALOR: R\$ 23.200,00 (vinte e três mil e duzentos reais).

TOTAL: R\$ 23.200,00 (vinte e três mil e duzentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 05/09/2014.

VIGÊNCIA: 05/09/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

## São Pedro de Alcântara

### PREFEITURA

### **Lei Nº 898, de 01 de Setembro de 2014**

LEI Nº 898, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

"Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara."

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir o Crédito Especial no total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por conta do SUPERÁVIT FINANCEIRO de recursos do CONVÊNIO/SSP na dotação abaixo identificada:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.6.182.0010.2.076 - Segurança no Trânsito

R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.760.0 - Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 02 setembro de 2014.

Edson José da Silva Filho

Prefeito Municipal (e.e)

### **Lei Nº 899, de 01 de Setembro de 2014**

LEI Nº 899, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

"Revoga a Lei nº894/2014 e dá outras providências."

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a revogar a Lei nº894/2014.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 02 setembro de 2014.

Edson José da Silva Filho

Prefeito Municipal (e.e)



**Lei Nº 900, de 01 de Setembro de 2014**

LEI Nº 900, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

"Revoga a Lei nº881/2014 e dá outras providências."

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a revogar a Lei nº881/2014.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 02 setembro de 2014.

Edson José da Silva Filho

Prefeito Municipal (e.e)

**Lei Nº 901, de 01 de Setembro de 2014**

LEI Nº 901, DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

"Reforça Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara."

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a reforçar o Crédito Especial no total de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais) na dotação abaixo identificada:

**04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**

04.01.27.812.0005.1022 - Construção de uma Academia de Rua R\$ 29.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0 - Aplicações Diretas R\$ 29.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no total de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

**03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

03.01.04.122.3.1009 - Aquis. de um terreno para área Indust. R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0 - Aplicação Direta R\$ 20.000,00

04.01.27.812.005.2025 - Func. e Manutenção do Esporte Amador R\$ 9.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 02 setembro de 2014.

Edson José da Silva Filho

Prefeito Municipal (e.e)

**Decreto Nº124/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

**DECRETO Nº124/2014****TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.**

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal em exercício de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

**11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

11.01.10.301.9-2057- Funcionamento e Manutenção da R\$ 3.500,00  
Saúde Bucal

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 27 de agosto de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

**Decreto Nº125/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

**DECRETO Nº125/2014****TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.**

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal em exercício de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

**04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**

04.01.12.361.4-2015- Funcionamento e Manutenção do

Ensino Fundamental R\$ 60.000,00

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas  
R\$ 60.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 27 de agosto de 2014.  
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
Prefeito Municipal e.e.

#### DECRETO Nº126/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº126/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal em exercício de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

04.01.12.365.4-2016- Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil R\$ 13.197,60

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas R\$ 13.197,60

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas  
R\$ 13.197,60

Anula:

3.1.91.00.00.00.00.00.00161 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.00161 - Aplicações Diretas  
R\$ 5.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 27 de agosto de 2014.  
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
Prefeito Municipal e.e.

#### DECRETO Nº130/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº130/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal em exercício de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.9-2056- Funcionamento e Manutenção da R\$ 10.000,00  
Coordenadoria da Saude

Anula:

3.1.90.00.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 01 de setembro de 2014.  
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
Prefeito Municipal e.e.

#### ERRATA DA PORTARIA Nº 349/2014

ERRATA DA PORTARIA Nº 349/2014

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e., no uso de suas atribuições legais, altera:

Onde se lê: CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO.

Leia-se: CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

Onde se lê: Constituir Comissão específica de Avaliação para fins de contratação de Agência de Publicidade para prestação de serviços técnicos de publicidade, para elaboração de projetos e campanhas com o fim específico de divulgação das ações da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, integrado pelos seguintes servidores:

- MICHELE MAIA DA SILVA;  
- MICHELLE NALOVAIKO;  
- CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES;  
- JANICE DE FREITAS;  
- DANIEL SILVEIRA;  
- ANA PAULA SCHVEITZER.

Leia-se: Constituir Comissão Especial de Licitação específica de

Avaliação para fins de contratação de Agência de Publicidade para prestação de serviços técnicos de publicidade, para elaboração de projetos e campanhas com o fim específico de divulgação das ações da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, integrado pelos seguintes servidores:

- MICHELE MAIA DA SILVA;
- MICHELLE NALOVAIKO;
- CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES;
- JANICE DE FREITAS;
- DANIEL SILVEIRA;
- ANA PAULA SCHVEITZER.

Os demais termos e condições da Portaria nº 349/2014 permanecem inalterados, revogando-se aquilo que for conflitante com esta errata.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

São Pedro de Alcântara, 03 de setembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

### **ERRATA DO CONTRATO Nº 068/2014**

ERRATA DO CONTRATO Nº 068/2014

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, altera:

Onde se lê: CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviços topográficos junto a Rua Ambrósio Kuhn, em Santa Teresa - São Pedro de Alcântara.

Leia-se: Este contrato tem como objeto a prestação de serviços topográficos junto a Rua Adriano Eninng, em Santa Teresa - São Pedro de Alcântara.

Os demais termos e condições do Contrato 068/2014 permanecem inalterados, revogando-se aquilo que for conflitante com esta errata.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

São Pedro de Alcântara, 12 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### **ERRATA DO CONTRATO Nº 083/2014**

ERRATA DO CONTRATO Nº 083/2014

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, altera:

Onde se lê: CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste contrato será de 24/07/2014 a 04/07/2014.

Leia-se: CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste contrato será de 24/07/2014 a 04/08/2014.

Os demais termos e condições do Contrato 083/2014 permanecem inalterados, revogando-se aquilo que for conflitante com esta errata.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

São Pedro de Alcântara, 04 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 062/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

[www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) - [gabinete@pmspa.sc.gov.br](mailto:gabinete@pmspa.sc.gov.br)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 062/2014, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E GAVA - GRUPO DE ANÁLISE DE TENSÕES, VEÍCULOS AUTOMOTORES E REBOCÁVEIS.

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado GAVA - GRUPO DE ANÁLISE DE TENSÕES, VEÍCULOS AUTOMOTORES E REBOCÁVEIS, inscrito no CNPJ sob nº. 85.322.014/0001-84, com sede a Rua José Victor da Rosa, nº. 993, Barreiros - São José/SC, CEP 88.117-405, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta que trata do prazo de vigência do contrato.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato 062/2014 até a data de 25/07/2014.

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas em condições do contrato original.

São Pedro de Alcântara, 27 de maio de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

GAVA - GRUPO DE ANÁLISE DE TENSÕES,  
VEÍCULOS AUTOMOTORES E REBOCÁVEIS  
Contratado

### **Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº. 062/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

[www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) - [gabinete@pmspa.sc.gov.br](mailto:gabinete@pmspa.sc.gov.br)

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 062/2014, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E GAVA - GRUPO DE ANÁLISE DE TENSÕES, VEÍCULOS AUTOMOTORES E REBOCÁVEIS.

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante

denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado GAVA - GRUPO DE ANÁLISE DE TENSÕES, VEÍCULOS AUTOMOTORES E REBOCÁVEIS, inscrito no CNPJ sob nº. 85.322.014/0001-84, com sede a Rua José Victor da Rosa, nº. 993, Barreiros - São José/SC, CEP 88.117-405, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Considerando ter havido interesse recíproco, entre os contratantes, de alterar as CLÁUSULAS PRIMEIRA E SEGUNDA, haja vista, a necessidade de prestação de serviço passando a prevalecer o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de inspeção técnica e emissão do CERTIFICADO DE SEGURANÇA VEICULAR, referente ao laudo do DETER e ESCOLAR.

Laudo do DETER será nos veículos de placa MEU 4512, MDJ 1272; Laudo ESCOLAR serão nos veículos de placa MEU 4512, MDJ 1272, MGO 0599, MIL 3803, MHK 4849, MEG 4702 E MLL 4814, MLY 1495.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 360,00 para cada laudo do DETER; e 150,00 para cada laudo ESCOLAR, totalizando o valor total de R\$ 1.920,00 (um mil novecentos e vinte reais).

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas em condições do contrato original.

São Pedro de Alcântara, 17 de Junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

GAVA - GRUPO DE ANÁLISE DE TENSÕES,  
VEÍCULOS AUTOMOTORES E REBOCÁVEIS  
Contratado

**Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Nº. 062/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

[www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) - [gabinete@pmspa.sc.gov.br](mailto:gabinete@pmspa.sc.gov.br)

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 062/2014, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E GAVA - GRUPO DE ANÁLISE DE TENSÕES, VEÍCULOS AUTOMOTORES E REBOCÁVEIS.

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado GAVA - GRUPO DE ANÁLISE DE TENSÕES, VEÍCULOS AUTOMOTORES E REBOCÁVEIS, inscrito no CNPJ sob nº. 85.322.014/0001-84, com sede a Rua José Victor da Rosa, nº. 993, Barreiros - São José/SC, CEP 88.117-405, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta que trata do prazo de vigência do contrato.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato 062/2014 até a data de 05/09/2014.

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas em condições do contrato original.

São Pedro de Alcântara, 25 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

GAVA - GRUPO DE ANÁLISE DE TENSÕES  
VEÍCULOS AUTOMOTORES E REBOCÁVEIS  
Contratado

**Quarto Termo Aditivo ao Contrato Nº. 062/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

[www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) - [gabinete@pmspa.sc.gov.br](mailto:gabinete@pmspa.sc.gov.br)

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 062/2014, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E GAVA - GRUPO DE ANÁLISE DE TENSÕES, VEÍCULOS AUTOMOTORES E REBOCÁVEIS.

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e., Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado GAVA - GRUPO DE ANÁLISE DE TENSÕES, VEÍCULOS AUTOMOTORES E REBOCÁVEIS inscrito no CNPJ sob nº. 85.322.014/0001-84, com sede a Rua José Victor da Rosa, nº. 993, Barreiros - São José/SC, CEP 88.117-405, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Considerando ter havido interesse recíproco, entre os contratantes, de alterar as CLÁUSULAS PRIMEIRA E SEGUNDA, haja vista, a necessidade de prestação de serviço passando a prevalecer o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de inspeção técnica e emissão do CERTIFICADO DE SEGURANÇA VEICULAR, referente ao laudo do DETER e ESCOLAR.

Laudo do DETER será nos veículos de placa MEU 4512, MDJ 1272; Laudo ESCOLAR serão nos veículos de placa MEU 4512, MDJ 1272, MGO 0599, MIL 3803, MHK 4849, MEG 4702, MLL 4814, MLY 1495 e MMK 2256.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 360,00 para cada laudo do DETER; e 150,00 para cada laudo ESCOLAR, totalizando o valor total de R\$ 2.070,00 (dois mil e setenta reais).

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas em condições do contrato original.

São Pedro de Alcântara, 26 de agosto de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.



GAVA - GRUPO DE ANÁLISE DE TENSÕES,  
VEÍCULOS AUTOMOTORES E REBOCÁVEIS  
Contratado

### Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº. 064/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 064/2014, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E GRASIELA BERTOLUCCI WILLRICH.

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, GRASIELA BERTOLUCCI WILLRICH, residente a Rua Ireno Mathias Junckes, s/ nº, Vila Junckes, São Pedro de Alcântara/SC, portadora do RG: 606.173.212-6, inscrita no CPF sob nº 921.914.790-49, doravante denominado CONTRATADO, resolvem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta que trata do prazo de vigência do contrato.  
Fica alterado o prazo de vigência do contrato 064/2014 até a data de 30/06/2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas em condições do contrato original.

São Pedro de Alcântara, 20 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER	GRASIELA BERTOLUCCI WILLRICH
Prefeito Municipal	Contratado

### Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº. 073/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 073/2014, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E ANTÔNIO AMILTON BARBOSA.

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado o Sr. ANTONIO AMILTON BARBOSA, residente a Rua Antenor Valentin da Silva, nº 1205, Barreiros, São José - SC, inscrito no CPF sob nº 006.231.809-87, Pis/Pasep 100.52741.88-2, doravante denominado contratado, resolvem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta que trata do prazo de vigência do contrato.  
Fica alterado o prazo de vigência do contrato 073/2014 até a data de 15/08/2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas em condições do contrato original.

São Pedro de Alcântara, 15 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER	ANTONIO AMILTON BARBOSA
Prefeito Municipal	Contratado

### Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº. 042/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 042/2014, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E DIEGO FERNANDO DA SILVA.

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado DIEGO FERNANDO DA SILVA, portador do RG: 3.771.051, inscrito no CPF sob nº 005.260.469-10, residente a Rua João Leopoldo Reitz, nº. 213, Centro - São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, resolvem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta que trata do prazo de vigência do contrato.  
Fica alterado o prazo de vigência do contrato 042/2014 até a data de 29/08/2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas em condições do contrato original.

São Pedro de Alcântara, 31 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER	DIEGO FERNANDO DA SILVA
Prefeito Municipal	Contratado

### Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho Nº. 045/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 045/2014, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR FILIPE LOHN OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR I HORISTA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor FILIPE LOHN, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob Nº 079.166.679-40, residente e domiciliado a Rua Bertoldo Hames, nº. 453, Cubatão - São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:



**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 045/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 045/2014 até o dia 12/12/2014.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 05 de setembro de 2014.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

**Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho Nº. 044/2014**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 044/2014, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR THIAGO RODRIGUES OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR II HORISTA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor THIAGO RODRIGUES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob Nº 066.196.539-28, residente e domiciliado a Rua Frei Atico Francisco Enig, nº. 6996, Santa Teresa - São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 044/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 044/2014 até o dia 12/12/2014.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 05 de setembro de 2014.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

**Contrato de Prestação de Serviço Nº 073/2014**

CONTRATO Nº 073/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado o Sr. Antônio Amilton Barbosa, residente a Rua Antenor Valentin da Silva, nº 1205, Barreiros, São José - SC, inscrito no CPF sob nº 006.231.809-87, Pis/Pasep 100.52741.88-2, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO**

Este contrato tem como objeto a prestação de serviço para reavaliação das condições ambientais de trabalho, com objetivo de detectar condições insalubres e perigosas das seguintes funções:

- Agente Comunitário de Saúde;
- Agente de Controle de Endemias;
- Motorista que exercem a função junto a Secretaria de Saúde;
- Fiscal de Vigilância Sanitária.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

O Contratante pagará ao contratado pela realização dos serviços definidos no objeto deste contrato, o valor de R\$ 2.650,00 (dois mil seiscentos e cinquenta reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO**

O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O prazo de vigência deste contrato será de 16/06/2014 a 15/07/2014.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS**

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 16 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

ANTÔNIO AMILTON BARBOSA

Prefeito Municipal

Contratado

**Contrato de Prestação de Serviço Nº 074/2014**

CONTRATO Nº 074/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado o Sr. ROBERTO DELLA ROCCA, residente a Rua 10 DE Julho, nº 45, Centro, Santo Amaro da Imperatriz - SC, inscrito no CPF sob nº 477.652.249-72, Pis/Pasep 12167292904, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO**

Este contrato tem como objeto a prestação de serviço técnico especializado de Engenharia Civil, para acompanhamento, orientação e auxílio na fiscalização e aplicação das normatizações do Plano Diretor Participativo Municipal, bem como análise dos projetos inerentes à autorização para construção e desmembramentos de áreas, com posterior emissão de alvará e habite-se, se necessário.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

O Contratante pagará ao contratado pela realização dos serviços definidos no objeto deste contrato, o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO**

O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O prazo de vigência deste contrato será de 30/06/2014 a 30/07/2014.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS**

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 30 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

ROBERTO DELLA ROCCA  
Contratado

**Contrato de Prestação de Serviço N.º 075/2014**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 075/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado PARÓQUIA SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, inscrito no CNPJ sob nº. 83.932.343/0040-28, com sede a Rua João Pering, nº 254, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto o aluguel da cozinha no salão de festas para realização da Festa Junina dos grupos organizados do município.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 02/07/2014.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de junho de 2014.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

PARÓQUIA SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Contratado

**Contrato de Prestação de Serviço N.º 076/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 076/2014**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado ELISEU DE PAULA NERES, portador do RG. 2.406,142, inscrito no CPF sob nº. 714.401.609-10, Pis/Pasep 123.20590.99.6, residente a Rua Walter Becker, Colônia Santana, São José/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de sonorização para a Festa Junina dos grupos organizados do município.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de apenas 01 (um) dia, ou seja, 02/07/2014.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

ELISEU DE PAULA NERES

Prefeito Municipal

Contratado

**Contrato de Prestação de Serviço N.º 077/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 077/2014**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado VERA LUCIA CUNHA PFLEGER, portadora do RG. 2.305.055, inscrita no CPF sob nº. 860.520.639-04, Pis/Pasep 133.39966.72-8, residente a Estrada Geral Campo de Demonstração, s/nº, Santa Filomena, São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de limpeza do Centro de Cultura Campo de Demonstração, serviço este a ser executado duas vezes por mês.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensal.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 04/07/2014 a 30/12/2014.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

VERA LUCIA CUNHA PFLEGER

Prefeito Municipal

Contratado

**Contrato de Prestação de Serviço N.º 078/2014**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 078/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NENEM SOM, inscrito no CNPJ sob nº. 10.730.145/0001-00, com sede a Rua Caveiras, s/n, Biguaçu/SC, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR BOSQUETTI MATEUS, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de 04 (quatro) horas de som volante, para divulgação da Feira do Artesanato e Produtos Coloniais Arte e Sabor, a ser realizada no dia 12/07/2014, junto a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, Centro - São Pedro de Alcântara.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 148,00 (cento e quarenta e oito reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 12/07/2014.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

NENEM SOM  
Contratado

**Contrato de Prestação de Serviço N.º 079/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 079/2014**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado MARCOS CÉSAR ALBINO, portador do RG nº 2.042.079, inscrito no CPF sob nº. 589.765.409-30, CRECI nº 6670, PIS nº 126.98968.72-0 residente a Servidão Humberto Anibal Cumaco, nº. 156, Forquilha, São José/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

- 1.1. Este contrato tem como objeto a prestação dos serviços de avaliação mercadológica de 1 (um) terreno urbano localizado na esquina da Rua Vidal João Vieira com a Yolanda Vieira da Silva, Centro - São Pedro de Alcântara.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 354,00 (trezentos e cinquenta quatro reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 18/07/2014 a 31/07/2014.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

5.2- A despesa com o deslocamento e ferramentas utilizadas será de responsabilidade do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

MARCOS CÉSAR ALBINO  
Contratado



**Contrato de Prestação de Serviço N.º 080/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 080/2014**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado GUILHERME RIBAS IBAGY, portador do RG nº 3.902.571, inscrito no CPF sob nº. 027.715.029-92, CRECI nº 12.188, PIS nº 136.90459.72-8 residente a Avenida Adhemar da Silva, nº. 345, Kobrasol, São José/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação dos serviços de avaliação mercadológica de 1 (um) terreno urbano localizado na esquina da Rua Vidal João Vieira com a Yolanda Vieira da Silva, Centro □ São Pedro de Alcântara.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 312,00 (trezentos e doze reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 18/07/2014 a 31/07/2014.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

5.2- A despesa com o deslocamento e ferramentas utilizadas será de responsabilidade do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

GUILHERME RIBAS IBAGY

Prefeito Municipal

Contratado

**Contrato de Prestação de Serviço N.º 081/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 081/2014**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado LEANDRO HOFFMANN, portador do RG nº 3.758.287, inscrito no CPF sob nº. 031.319.409-21, CRECI nº 148.849, PIS nº 129.23024.72-0 residente a Rua Augusto Deschamps, nº. 43, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

- 1.1. Este contrato tem como objeto a prestação dos serviços de avaliação mercadológica de 1 (um) terreno urbano localizado na esquina da Rua Vidal João Vieira com a Yolanda Vieira da Silva, Centro - São Pedro de Alcântara.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 372,00 (trezentos e setenta dois reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 18/07/2014 a 31/07/2014.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

5.2- A despesa com o deslocamento e ferramentas utilizadas será de responsabilidade do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

LEANDRO HOFFMANN

Prefeito Municipal

Contratado



**Contrato de Prestação de Serviço N.º 082/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 082/2014**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado FABIANO RACHADEL 04828675906, inscrito no CNPJ sob nº. 12.248.421/0001-15, com sede a Rua Alfredo Hiachitzki, nº 91 - Santa Teresa - São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviços fotográficos dos para a 14ª OKTOBERTANZ..

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais)

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 22/07/2014.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas às exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

5.2. As despesas com transporte e alimentação serão de responsabilidade do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER	FABIANO RACHADEL 04828675906
Prefeito Municipal	Contratado

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 083/2014**

CONTRATO Nº 083/2014

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado NOVA OPÇÃO SERRALHERIA LTDA ME, inscrito no CNPJ sob nº. 12.672.290/0001-07, com sede a Rua Antônio José Raulino, nº. 21, Santa Teresa - São Pedro de Alcântara/ SC, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO**

Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de fabricação e montagem de uma lixeira em ferro medindo 0,70 x 1,00 metro para a prefeitura municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

O Contratante pagará ao contratado pela prestação de serviço definido no objeto o valor total de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO**

O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O prazo de vigência deste contrato será de 24/07/2014 a 04/07/2014.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

**CLÁUSULA QUINTA- DOS RECURSOS**

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA- DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de São José, para dirimir quaisquer dúvidas e questões deste contrato.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 24 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

NOVA OPÇÃO SERRALHERIA LTDA ME

CONTRATANTE

CONTRATADO

**Contrato de Prestação de Serviço N.º 084/2014**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 084/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NENEM SOM, inscrito no CNPJ sob nº. 10.730.145/0001-00, com sede a Rua Caveiras, s/n, Biguaçu/SC, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR BOSQUETTI MATEUS, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de 05 (cinco) horas de som volante, para divulgação da Feira do Artesanato e Produtos Coloniais Arte e Sabor, a ser realizada no dia 27/07/2014, em Santa Teresa - São Pedro de Alcântara.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 26/07/2014.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER Prefeito Municipal	NENEM SOM Contratado
--------------------------------------	-------------------------

**Contrato de Prestação de Serviço N.º 085/2014****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 085/2014**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado PARÓQUIA SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, inscrito no CNPJ sob nº. 83.932.343/0040-28, com sede a Rua João Pering, nº 254, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto o aluguel do salão de festas para realização do evento das bicicletas "FUGA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA".

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de

serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 27/07/2014.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 25 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER Prefeito Municipal	PARÓQUIA SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA Contratado
--------------------------------------	-----------------------------------------------

**Contrato de Prestação de Serviço N.º 086/2014****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 086/2014**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado KIST TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA ME, inscrito no CNPJ sob nº. 10.501.163/0001-01, com sede a Rua João Adelino Ventura, nº 246, Colônia Santana, São José/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a locação de equipamentos de som para o evento das bicicletas "FUGA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA".

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 27/07/2014.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 25 de Julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER Prefeito Municipal	KIST TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA ME Contratado
--------------------------------------	-----------------------------------------------------

#### Contrato de Prestação de Serviço N.º 087/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 087/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado DIEGO FERNANDO DA SILVA, portador do RG: 3.771.051, inscrito no CPF sob nº 005.260.469-10, residente a Rua João Leopoldo Reitz, nº. 213, Centro - São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de criação e arte do material gráfico para a OKTOBERTNZ 2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 645,00 (seiscentos e quarenta e cinco reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 25/07/14 a 29/07/14.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 25 de julho 2014.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

DIEGO FERNANDO DA SILVA  
Contratado

#### Contrato de Prestação de Serviço N.º 088/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 088/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NENEM SOM, inscrito no CNPJ sob nº. 10.730.145/0001-00, com sede a Rua Caveiras, s/n, Biguaçu/SC, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR BOSQUETTI MATEUS, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de 04 (quatro) horas de som volante, para divulgação da Feira do Artesanato e Produtos Coloniais Arte e Sabor, a ser realizada no dia 09/08/2014, junto a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, Centro - São Pedro de Alcântara.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 148,00 (cento e quarenta e oito reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 09/08/2014.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia

expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de agosto de 2014.

JUCÉLIO KREMER Prefeito Municipal	NENEM SOM Contratado
--------------------------------------	-------------------------

### **Contrato de Prestação de Serviço N.º 089/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 089/2014**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e., Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado GRACIANA LOHN, portadora do RG. 3.650.057, inscrita no CPF sob nº. 024.243.999-30, Pis/Pasep 125.43455.97-5, residente a Estrada Geral Boa Parada, nº 1533, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de limpeza da Casa Mortuária, serviço este a ser executado duas vezes por mês.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais) mensal.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 13/08/2014 a 30/12/2014.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de agosto de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

GRACIANA LOHN

Prefeito Municipal e.e.

Contratado

### **Contrato de Prestação de Serviço N.º 090/2014**

#### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 090/2014**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e., Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado RUDNEY DANIEL BITENCOURT, portador do RG 4.123.228, inscrito no CPF sob nº. 044.071.469-90, PIS/PASEP 132.94277.72-4, residente a Rua 17 de maio, nº 207, Biguaçu/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto proporcionar capacitação e treinamento dos Conselheiros Tutelares e demais interessados para implantação do SIPIA CT WEB no município.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 1.210,00 (um mil duzentos e dez reais).

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas 13/08/2014 a 12/09/2014..

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.



São Pedro de Alcântara/SC, 12 de agosto de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO Prefeito Municipal e.e.	RUDNEY DANIEL BITENCOURT Contratado
------------------------------------------------------	----------------------------------------

### **Contrato de Prestação de Serviço N.º 091/2014**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 091/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, doravante denominada simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NENEM SOM, inscrito no CNPJ sob n.º. 10.730.145/0001-00, com sede a Rua Caveiras, s/n, Biguaçu/SC, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR BOSQUETTI MATEUS, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de 05 (cinco) horas de som volante, para divulgação da Feira do Artesanato e Produtos Coloniais Arte e Sabor, a ser realizada no dia 24/08/2014, junto a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, Centro - São Pedro de Alcântara.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais).

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 24/08/2014.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de agosto de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO Prefeito Municipal e.e.	NENEM SOM Contratado
------------------------------------------------------	-------------------------

### **Contrato de Prestação de Serviço N.º 092/2014**

CONTRATO N.º 092/2014

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e., Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado NOVA OPÇÃO SERRALHERIA LTDA ME, inscrito no CNPJ sob n.º. 12.672.290/0001-07, com sede a Rua Antônio José Raulino, n.º. 21, Santa Teresa - São Pedro de Alcântara/ SC, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO**

Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de fabricação de 08 (oito) hastes de ferro para colocação das placas de identificação de ruas, incluindo instalação.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

O Contratante pagará ao contratado pela prestação de serviço definido no objeto o valor total de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO**

O preço contratado não será reajustado.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O prazo de vigência deste contrato será de 13/08/2014 a 12/09/2014.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

#### **CLÁUSULA QUINTA- DOS RECURSOS**

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### **CLÁUSULA SEXTA- DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de São José, para dirimir quaisquer dúvidas e questões deste contrato.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 13 de agosto de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
Prefeito Municipal e.e.

NOVA OPÇÃO SERRALHERIA LTDA ME  
CONTRATADO

### **Contrato de Prestação de Serviço N.º 093/2014**

CONTRATO N.º 093/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º. 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e., Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, doravante denominada simplesmente PREFEITURA, e de outro lado REGINALDO DE FREITAS CORREA, portador do RG: 2.789.161, inscrito no CPF sob n.º 863.675.369-49, Pis n.º. 123.41430.83-1, residente a Rua Antônio Schroeder, n.º 1843, Bela Vista II, São José/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:



**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a manutenção de 73 ar condicionado, sendo 07 und no C.E.I. Leonida Vieira Francener, 10 und na Unidade de Saúde Maria Rasweiler Junckes, 25 und no prédio da Prefeitura 02 und na Escola Profº Augusto Schnitzler, 14 und na E.B.M. Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho, 11 und na Unidade de Saúde José Raulino Zimmermann e 5 und no C.E.I. Frei Ático.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 5.750,00 (cinco mil setecentos e cinquenta reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 20/08/2014 a 10/09/2014.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº. 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de agosto de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO Prefeito Municipal e.e.	REGINALDO DE FREITAS CORRÊA Contratado
------------------------------------------------------	-------------------------------------------

**Contrato de Prestação de Serviço N.º 094/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 094/2014**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 08.971.900/0001-98, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e., Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado LABORATÓRIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP, inscrito no CNPJ sob nº. 81.322.141/0001-22, com sede a Rua Pará, nº 50, Itoupava Seca, Blumenau/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para análises de água para classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para seu enquadramento, conforme Resolução do CONAMA nº 357/2005, para os corpos hídricos superficiais e para as águas subterrâneas, será conforme Resolução CONAMA nº 396/2008 para efluentes diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor mensal de R\$ 7.997,00 (sete mil novecentos e noventa e sete reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 19/08/2014 a 19/09/2014.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas às exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de agosto de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO Prefeito Municipal e.e.	LABORATÓRIO BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP Contratado
------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 095/2014****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 095/2014**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e., Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado ROMARIO HAMES JACINTO, portador do RG. 5.670.738, inscrito no CPF sob nº. 094.411.129-76, Pis/Pasep 206.55239.87-6, residente a Rua Bertoldo Hames, nº. 1418, Cubatão, São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto à prestação de serviço, pelo CONTRATADO à PREFEITURA, de borracharia (conserto e troca de pneus) para os veículos municipais e dos veículos da polícia Civil e Militar.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES E DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação dos serviços definidos na cláusula supra os seguintes valores:

2.1.1. Serviços em pneus e pequeno porte: R\$ 12,00 (doze reais).

2.1.2. Serviços em pneus e pequeno porte (Vans e Caminhonetes): R\$ 12,00 (doze reais).

2.1.3. Serviços em pneus grandes (caminhões e caçambas): R\$ 20,00 (vinte reais).

2.1.4. Serviços em pneus grandes (máquinas): R\$ 37,00 (trinta e sete reais).

2.2. Para pagamento o CONTRATADO deverá apresentar à PREFEITURA, mensalmente, nota fiscal de prestação dos serviços, numerando e informando todos os veículos em que foram prestados os serviços no período.

2.3. Juntamente com a nota fiscal o CONTRATADO deverá apresentar os requerimentos de conserto, sem os quais o serviço referido não será pago.

2.4. O pagamento será efetuado sempre no quinto (5.º) dia útil de cada mês, devendo o CONTRATADO apresentar ao setor de contabilidade da PREFEITURA, até cinco dias antes do pagamento, dos documentos referidos nos itens 2.2 e 2.3 supra.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O termo final deste contrato é o dia 31/12/2014, sendo seu início a data de sua assinatura.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de agosto de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO Prefeito Municipal e.e.	ROMARIO HAMES JACINTO Contratado
------------------------------------------------------	-------------------------------------

**Contrato de Prestação de Serviço N.º 096/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 096/2014**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e., Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado MARIA KOERICH PETRY, portadora do RG. 1.660.937-9, inscrita no CPF sob nº. 853.819.189/68, Pis/Pasep 109.36431.9.86, residente a Rua Domingos C da Cunha, nº 155, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de profissional especializado para ministrar o curso básico e avançado de Tecelagem Manual - TEAR. O curso será ministrado todas as terças e quintas feiras com duração diária de 4 horas/aula.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta e cinco reais) mensal.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 19/08/2014 a 11/12/2014.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de agosto de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO                      MARIA KOERICH PETRY  
Prefeito Municipal e.e.                              Contratado

**Contrato de Prestação de Serviço N.º 097/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 097/2014**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e., Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado EVANDRO JOSÉ DE OLIVEIRA DE ANDRADE, portador do RG. 2.956.340, inscrito no CPF sob nº. 909.065.609-00, Pis/Pasep 190.36209.82.20.1, residente a Rua Francisco Thomaz dos Santos, nº 644, Morro das Pedras, Florianópolis/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

- 1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de:
- ESTUDO PRELIMINAR: levantamento das possibilidades do projeto a partir das intenções do cliente, proporcionando o lançamento do partido arquitetônico geral com a distribuição espacial básica. Apresentando sob forma de desenhos, ☐ croquis ☐ e maquete física de estudo projetual;
  - Arte para banner de publicidade em relação a construções.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

- 2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais).
- 2.2- O pagamento será efetuado em duas parcelas sendo a primeira em 26/09/14 e a segunda na data do término do contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

- 3.1- O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

- 4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 29/08/2014 a 29/10/2014.
- 4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.
- 4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

- 5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

- 6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 29 de agosto de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
Prefeito Municipal e.e.

EVANDRO JOSÉ DE OLIVEIRA DE ANDRADE  
Contratado

**Contrato de Prestação de Serviço N.º 098/2014****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 098/2014**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e., Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NENEM SOM, inscrito no CNPJ sob nº. 10.730.145/0001-00, com sede a Rua Maria Salum Silva, nº 78, Caveiras - Biguaçu/SC, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR BOSQUETTI MATEUS, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

- 1.1. Este contrato tem como objeto a locação de equipamentos de som para apresentação do desfile cívico em homenagem ao dia da Pátria que será realizado no dia 07/09/2014.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

- 2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

- 3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

- 4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 07/09/2013.
- 4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.
- 4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

- 5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

- 6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 29 de agosto de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO Prefeito Municipal e.e.	NENEM SOM Contratado
------------------------------------------------------	-------------------------



**Contrato de Prestação de Serviço N.º 099/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 099/2014**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e., Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado PEDRO CLASEN, inscrito no CPF sob nº 222.822.899-00, RG 551.291, PIS/PASEP 116.78911.17-2 residente a Rua Victor Meireles, nº 567- AP. 102 - bloco D, Kobrasol, São José - SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1 Este contrato tem como objeto a cobertura fotográfica da 14ª Oktobertanz, que será realizada nos dias 20 e 21 de setembro de 2014, em São Pedro de Alcântara.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 1.395,00 (um mil, trezentos e noventa e cinco reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 20/09/2014 a 21/09/2014.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de setembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

PEDRO CLASEN

Prefeito Municipal e.e.

Contratado

**Contrato de Prestação de Serviço N.º 100/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 100/2014**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e., Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado MÁRIO MILTON MULLER, inscrito no CPF sob nº 384.213.569-68, RG 742.236-9, PIS/PASEP 10779916031, residente a Rua Wilson Menezes, nº 268, São José/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1 Este contrato tem como objeto a prestação de serviço à decoração do salão interno e externo em estilo germânico para a 14ª Oktobertanz, que será realizada nos dias 20 e 21 de setembro de 2014, em São Pedro de Alcântara.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 5.840,00 (cinco mil oitocentos e quarenta reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 20/09/2014 a 21/09/2014.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de setembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

MÁRIO MILTON MULLER

Prefeito Municipal e.e.

Contratado

**Contrato de Prestação de Serviço N.º 101/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 101/2014**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 08.971.900/0001-98, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e., Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado LINDOMAR BRUNO DE SOUZA 77746473920, inscrito no CNPJ sob nº. 18.278.294/0001-83, com sede a Rua Doutor Cid Gonzaga, nº 115, Centro, Florianópolis/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. O presente Contrato tem por objeto a confecção de 03 faixas bordadas para a 14ª Oktobertanz.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais), sendo duas faixas adulto no valor de R\$ 90,00 (noventa reais) cada e uma faixa infantil no valor de R\$50,00 (cinquenta reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 03/09/2014 a 12/09/2014.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas às exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de setembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO	LINDOMAR BRUNO DE SOUZA
Prefeito Municipal e.e.	Contratado

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 102/2014**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 102/2014

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro lado NENEM SOM, inscrito no CNPJ sob nº. 10.730.145/0001-00, com sede a Rua Caveiras, s/n, Biguaçu/SC, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR BOSQUETTI MATEUS, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de 05 (cinco) horas de som volante, para divulgação da Inauguração da Praça Celso Stähelin, a ser realizada no dia 06/09/2014, no bairro Boa Parada - São Pedro de Alcântara.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1. O MUNICÍPIO pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 05/09/2014.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa do MUNICÍPIO, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas MUNICÍPIO e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de setembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO	NENEM SOM
Prefeito Municipal e.e.	Contratado



**Contrato N.º 072/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - 88125-000 www.

pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE

TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 072/2014

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora FABIANA HAMES, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob nº. 041.535.819-17, residente e domiciliada a Rua Matias Nicolau Hoffmann, s/nº. - Boa Parada - São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que aqueles for de direito.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 04/09/2014, findando no dia 12/12/2014, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso

escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

**CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA**

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

**CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO**

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

**CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte (20) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de setembro de 2014.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

FABIANA HAMES

CONTRATADA

**Testemunhas:PORTARIA N.º 359/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 359/2014

Admite em Caráter Temporário FABIANA HAMES para o cargo de Professora II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, FABIANA HAMES para o cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 072/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de setembro de 2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

# Schroeder

## PREFEITURA

### Termo de Homologação da Chamada Pública No 01/2014-FMS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA No 01/2014-FMS

PROCESSO Nº. 45/2014-FMS

O Prefeito Municipal OSVALDO JURCK no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR o credenciamento conforme segue:

Objeto: contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, modalidade ambulatorial, para atendimento fisioterapêutico do Grupo 03 - Sub Grupo 02 da Tabela Unificada do SUS/Ministério da Saúde para o Município de Schroeder/SC.

- FISIOCORPUS CLINICA DE FISIOTERAPIA E REAB. LTDAO, CNPJ nº 03.018.190/0002-43.

Os valores máximos estabelecidos no contrato a serem pagos, será de acordo com o edital em seu ANEXO VII - TERMO REFERÊNCIA - TABELA DOS PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS DO GRUPO 03 - PROCEDIMENTOS CLÍNICOS / SUB GRUPO 02 - FISIOTERAPIA DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS DO SUS

Schroeder, 05 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### Extrato do Termo de Credenciamento Nº. 107/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento nº. 107/2014 - FMS

Edital de Chamada Publica nº. 01/2014 - FMS

Processo nº. 45/2014 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FISIOCORPUS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.018.190/0002-43, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 4548, Centro, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: consiste na seleção e possível contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, modalidade ambulatorial, para atendimento fisioterapêutico do Grupo 03 - Sub Grupo 02 da Tabela Unificada do SUS/Ministério da Saúde para o Município de Schroeder -SC, conforme edital de Chamamento Público que faz parte integrante deste instrumento como se transcrito.

Data da Assinatura: 05/09/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3.062/2014 DE 2 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3.062/2014 de 2 de setembro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0220 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 8.100,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)

3.3.90.47.00.00.00.00 - 00.01.0220 - Obrigacoes Tributarias e Contributivas R\$ 1.000,00

3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.01.0220 - Material de Distribuicao Gratuita R\$. 2.000,00

3.3.90.31.00.00.00.00 - 00.01.0220 - Premiacoes Culturais,Artist. Cientif.Despor. e Out R\$ 2.000,00

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0220 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 100,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0220 - Obrigacoes Patronais R\$ 3.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 02 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Decreto Nº 3.063/2014 de 2 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 3.063/2014 de 2 de setembro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO

08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0224 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 126.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0224 R\$ 126.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 02 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Decreto Nº 3.066/2014 de 4 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 3.066/2014 de 4 de setembro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 16.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 16.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 04 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Decreto Nº 3.068/2014 de 4 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 3.068/2014 de 4 de setembro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.01 - UNID DE AGRICULTURA

07.01.20.606.3004.2.313 - Manutenção da Patrulha Rural

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Material de Consumo R\$ 22.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0000 R\$ 22.000,00

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0000 R\$ 30.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 04 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças



**Decreto Nº 3.069/2014 de 4 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 3.069/2014 de 4 de setembro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família  
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.03.0217 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 31.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0217 R\$ 31.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 04 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Decreto Nº 3.070/2014 de 4 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 3.070/2014 de 4 de setembro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.122.3013.2.334 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.000,0004.01.10.301.3013.1.336 - Reforma, Ampliação e Construção de Unidades de Saúde e Academia ao Ar Livre  
4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Obras e Instalações R\$ 17.700,00

04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0064 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 12.000,00

3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 10.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00

3.3.90.34.00.00.00.00 - 00.01.0064 - Outras Despesas de Pessoal - Terceirização R\$ 18.300,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Material de Consumo R\$ 15.000,00

04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família  
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0217 - Obrigações Patronais R\$ 7.700,00

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0213 - Auxílio-Alimentação R\$ 11.000,00

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0217 - Auxílio-Alimentação R\$ 300,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0210 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 20.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00

04.01.10.302.3013.2.361 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 8.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.122.3013.2.334 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.000,00

04.01.10.301.3013.1.336 - Reforma, Ampliação e Construção de Unidades de Saúde e Academia ao Ar Livre

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 17.700,00

04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0064 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 30.300,00

3.3.90.34.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Outras Despesas de Pessoal - Terceirização R\$ 35.000,00

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família  
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0214 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 8.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Obrigações Patronais R\$ 5.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0213 - Obrigações Patronais R\$ 11.000,00

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0210 - Auxílio-Alimentação R\$ 20.000,00

04.01.10.302.3013.2.361 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Material de Consumo R\$ 8.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no



DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 04 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### Decreto Nº 3.067/2014 de 04 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 3.067/2014, de 04 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto nos artigos 27 e 28, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, que trata da Progressão por Capacitação Profissional;

Considerando a avaliação realizada pelo Conselho Municipal de Educação (COMED), em 27 de agosto de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, do funcionário abaixo relacionado, conforme disposto no art. 27 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Dalila Isabel Ronchi Konell	C-12-V	C-12-VI
Deise Mara Klitzke	C-1	C-1-I
Eliane Cristina Raimundi	C-1	C-1-I
Eliane Ines Gesser	C-3-I	C-3-II
Irleia Doege Gaetke	C-12-III	C-12-IV
Josiane Fischer	C-2-I	C-2-II
Marineia Viergutz Anastacia	C-6-IV	C-6-V
Mariney Aparecida Carvalho da Silva	A-2	A-2-I
Ronir Voigt	C-5-I	C-5-II
Rosangela Cristina Miranda Motta	C-12-III	C-12-IV
Roseni Uliano	C-1	C-1-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 04 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### Extrato de Contrato Nº. 175/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato nº. 175/2014-PMS

Dispensa de Licitação nº. 74/2014-PMS

Processo nº. 168/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: HELIO FRANCISCO DIAS-ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.465.115/0001-90, estabelecida na Rua Ervino Menegotti, nº. 81, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.254-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada em conserto do protocolador do setor de licitações e compras da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Conserto de protocolador Henry prot de documentos do Setor de Licitação e Compras	01	Unidade	90,00	90,00
TOTAL R\$					90,00

Valor do contrato: R\$ 90,00 (noventa reais).

Data da Assinatura: 05/09/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### TERMO ADITIVO Nº. A40/2014 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A40/2014 - PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 15/2014 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 02.448.659/0001-30, estabelecida na Rua Ana Neri nº 457, Santana, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor David Alencar da Silva, inscrito no CPF sob o nº. 003.766.249-08 e Carteira de Identidade nº. 4.475.848-0-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 15/2014-PMS, celebrado em 13 de fevereiro de 2014, Modalidade Tomada de Preço nº. 13/2013-PMS, Processo nº. 233/2013-PMS, contratação de empresa especializada para execução de recuperação de fundação da Ponte Trindade do Município de Schroeder/SC, conforme projeto e memorial descritivo, que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito

fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, para aditivar ao contrato inicial o valor de R\$ 72.101,94 (setenta e dois mil cento e um reais e noventa e quatro centavos), considerando que em razão da contratada não conseguir contratar uma empresa que executasse as duas estacas raízes que contemplava o Projeto Inicial. Diante desta dificuldade foi feita a alteração do Projeto Inicial agora com cavação de estacas metálicas.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil Ilmar Borges Filho, CREA-SC 051.856-6/SC, da Administração Pública e por aprovação do mesmo.

Considerando o disposto no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e seus dispositivos legais, conforme parecer da procuradoria.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste alterada a cláusula quarta "do valor do contrato", no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 72.101,94 (setenta e dois mil cento e um reais e noventa e quatro centavos), passando o valor total do contrato a ser de R\$ 245.802,07 (duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e dois reais e sete centavos).

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 15/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 05 de setembro de 2014.

CONTRATADA:

CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

David Alencar da Silva

CPF nº. 003.766.249-08

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª \_\_\_\_\_

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

## **CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. SEMIRAMIS BAIER PUTTENDORF MUNDEL, inscrita no CPF sob nº. 003.526.939-16, aprovada em 3º lugar no Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR A - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAS, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00h do dia 16 de setembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 04 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**ATA DA CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2014-FMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>OUTRAS MODALIDADES</b> <b>Nr.: 1/2014 - OU</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 45/2014 Data do Processo: 06/06/2014

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 34/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, modalidade ambulatorial, para atendimento fisioterapêutico do Grupo 03 - Sub Grupo 02 da Tabela Unificada do SUS/Ministério da Saúde.

A comissão reuniu-se para o ato de abertura do envelope da empresa FISIOCORPUS CLINICA DE FISIOTERAPIA E REAB. LTDA, visando o credenciamento referente a contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, modalidade ambulatorial, para atendimento fisioterapêutico do Grupo 03 - Sub Grupo 02 da Tabela Unificada do SUS/Ministério da Saúde para o Município de Schroeder/SC. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC. A empresa FISIOCORPUS CLINICA DE FISIOTERAPIA E REAB. LTDA, apresentou envelope de habilitação e após rubricado o mesmo foi aberto. Cujos documentos foram rubricados e examinados pelo presidente e membros da comissão. Considerando que o edital de chamada pública é um processo que vem formalizar um ato contratual com profissional para atendimento fisioterapêutico, não prevendo concorrência, pois a administração prevê as cláusulas às quais as requerentes devem se enquadrar. Diante da manifestação da intenção de credenciamento da empresa FISIOCORPUS CLINICA DE FISIOTERAPIA E REAB. LTDA e que diante do fato de estar respeitando as exigências do edital e apresentando toda a documentação de acordo com as exigências do edital, resultando assim habilitada. Será procedida à homologação do pedido de credenciamento da empresa FISIOCORPUS CLINICA DE FISIOTERAPIA E REAB. LTDA. Sendo que o resultado será publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC. A presidente encerra a sessão e pede-se que a ata será repassada a empresa participante.

Schroeder, 5 de Setembro de 2014

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Leonice Engler Kafer	- ..... - Membro
Gelson Stein	- ..... - Membro
Cheila Adriane Klitzke	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- ..... - Membro Suplente
Eloir José Wendt	- ..... - Membro Suplente

**ATA TOMADA DE PREÇOS 10/2014-PMS (SEUQUÊNCIA 01)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 10/2014 - TP</b>
<b>CNPJ: 83.102.491/0001-09</b> <b>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</b> <b>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 148/2014</b> <b>Data do Processo: 18/08/2014</b>
	Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 112/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Blumenau, Centro, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 280m e área total de 2.800,00 m², através do Ministério das Cidades, termo de compromisso nº 792850/2013/MCIDADES/CAIXA, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e de

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, as empresas CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. sendo entregues devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas participantes CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 12 de setembro de 2014, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 15 de setembro de 2014, às 14h para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata as empresas participantes.

Schroeder, 5 de Setembro de 2014

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- ..... - Membro
Leonice Engler Kafer	- ..... - Membro
Cezar Santos de Jesus	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Eloir José Wendt	- ..... - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- ..... - Membro Suplente

**DISPENSA Nº 74/2014-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 74/2014 - DL**

Processo Nr.: 168/2014  
Data: 05/09/2014

Folha: 1/2

Fornecedor: HELIO FRANCISCO DIAS - ME  
Endereço: R ERWINO MENEGOTTI, 81  
Cidade: Jaraguá do Sul - SC  
CNPJ: 80.465.115/0001-90

Código: 7516

Inscrição Estadual: 251.631.001

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada em conserto do protocolador do setor de licitações e compras da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC.

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	conserto de protocolador Henry prot de documentos do Setor de Licitação e Compras	UN	90,00	90,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Necessidade de conserto devido a utilização diária no setor de licitações e compras no protocolo de envelopes de habilitações e propostas comerciais, bem como documentos de credenciamento, conforme exigido em todos os editais. Sendo este equipamento de extrema importância para que não haja questionamento relativos a data e horário dos documentos protocolados.

Schroeder, 5 de Setembro de 2014

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 74/2014 - DL**

**Processo Nr.:** 168/2014  
**Data:** 05/09/2014

Folha: 2/2

5/9/2014

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 5 de Setembro de 2014

**Valor da Despesa:** 90,00 (noventa reais)

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

# Serra Alta

## PREFEITURA

### Portaria Nº 096/2014

PORTARIA Nº. 096/2014 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ELISA PAULETTO PARA O CARGO DE AGENTE EDUCATIVO, POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2014, do Município de Serra Alta/SC,

CONSIDERANDO: Licença saúde da Servidora ELAINE JUNG ocupante do cargo de AGENTE EDUCATIVO, nível 11 do Grupo 1 - SEG, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

CONSIDERANDO: o artigo 2º nos termos da lei 692/2006 de 13 de abril de 2006 da necessidade de contratação temporária de excepcional interesse público conforme parágrafo VIII - Admissão de servidor substituto para suprir as ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas.

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	ELISA PAULETTO
CPF:	094.401.709-64
RG:	5.889.753
CARGO:	AGENTE EDUCATIVO
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.
GRUPO:	1 - SEG
NÍVEL:	11
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso VIII, admissão de servidor substituto para suprir as ausências, afastamentos e licenças legalmente concedida;
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação de servidor substituto para suprir as ausências, afastamentos e licenças legalmente concedida;
VIGÊNCIA:	04/09/2014 a 19/09/2014.(ou retorno da servidora em licença)

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO,

assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Próprio de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de setembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

**RELAÇÃO DE COMPRAS MÊS 08/2014 - PMSA****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

Página: 1/5

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGROPAC COMERCIAL LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS	1835	0,800	3.510,0000	2.808,00
AGROPAC COMERCIAL LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS	1834	0,200	3.510,0000	702,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AÇÚCAR COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS	1931	20,000	8,7500	175,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AÇÚCAR COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS	2019	50,000	8,7500	437,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AÇÚCAR MASCADO	1931	20,000	6,9200	138,40
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AMIDO DE MILHO COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS:	1931	20,000	6,6500	133,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AMIDO DE MILHO COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS:	2019	50,000	7,6000	380,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ARROZ TIPO I PARBOILIZADO	1931	15,000	10,1500	152,25
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	AVEIA EM FLOCOS FINOS	2019	30,000	3,4300	102,90
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	BISCOITO CREAM CRACKER INTEGRAL	1931	50,000	4,8400	242,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	BISCOITO CREAM CRACKER INTEGRAL	2019	230,000	5,0000	1.150,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	BISCOITO DOCE TIPO MARIA INGREDIENTES:	1931	50,000	3,1600	158,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CAFÉ SOLÚVEL GRANULADO	1931	10,000	9,0700	90,70
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CANELA EM PÓ PRODUTO ALIMENTÍCIO EM PÓ FINO, PURO.	2019	15,000	1,4200	21,30
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CEREAL MATINAL - FLOCOS DE MILHO	1931	15,000	18,8000	282,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CEREAL MATINAL - FLOCOS DE MILHO	2019	50,000	18,8700	943,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CHOCOLATE EM PÓ. INGREDIENTES BÁSICOS: AÇÚCAR E CACAU EM PÓ	1931	20,000	7,9700	159,40
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CHOCOLATE EM PÓ. INGREDIENTES BÁSICOS: AÇÚCAR E CACAU EM PÓ	2019	70,000	7,9800	558,60
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CONDIMENTO COLORÍFICO EM PÓ DE PRIMEIRA	1931	10,000	3,8000	38,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	GRAVO DA INDIA PRODUTO ALIMENTÍCIO.	2019	15,000	1,6200	24,30
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	DOCE DE FRUTAS (chimier) - SABORES MORANGO, UVA OU ABÓBORA	1931	20,000	2,8800	57,60
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	FARINHA DE MANDIOCA - GRUPO:	1931	10,000	4,9500	49,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	FARINHA DE MANDIOCA - GRUPO:	2019	40,000	4,9000	196,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	FARINHA DE MILHO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	1931	15,000	1,7800	26,70
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	FARINHA DE MILHO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	2019	70,000	1,8000	126,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL OU DE PRIMEIRA CARACTERÍSTICAS	1931	10,000	9,9500	99,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL OU DE PRIMEIRA CARACTERÍSTICAS	2019	50,000	11,3800	569,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	FARINHA LACTEA COM CEREAL INTEGRAL	2019	10,000	11,5000	115,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	FELJÃO PRETO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	1931	25,000	4,1300	103,25
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	FELJÃO PRETO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	2019	150,000	4,1800	627,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO	1931	10,000	4,8700	48,70
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	FERMENTO QUÍMICO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	2019	35,000	5,0000	175,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	GELATINA EM PÓ DIVERSOS SABORES INGREDIENTES:	1931	15,000	9,3500	140,25
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	GELATINA EM PÓ DIVERSOS SABORES INGREDIENTES:	2019	60,000	18,7500	1.125,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	1931	250,000	2,4200	605,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	LENTILHA	1931	10,000	6,1400	61,40

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**  
Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/5

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	LENTILHA	2019	45,000	6,1400	276,30
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MACARRÃO INTEGRAL CARACTERÍSTICAS: MACARRÃO DE SEMOLINA E V	2019	10,000	11,9900	119,90
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MACARRÃO PARA SOPA (CABELO DE ANJO) CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	1931	10,000	4,7400	47,40
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	MACARRÃO PARA SOPA (CABELO DE ANJO) CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	2019	45,000	7,5000	337,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ÓLEO DE SOJA - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	1931	50,000	3,5000	175,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ÓLEO DE SOJA - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	2019	120,000	3,5000	420,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SAGU	1931	20,000	3,2000	64,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SAGU	2019	100,000	3,1400	314,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SAL MARINHO IODADO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	1931	10,000	2,6000	26,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	VINAGRE DE MAÇÃ	2019	60,000	2,2000	132,00
AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA	ÓLEO DIESEL S-10 P/ ABASTECIMENTO NA SEC. DE TRANSPORTES		15,000,000	2,7100	40,650,00
CLAUDEMIR MARTINELLI ME	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA COM TRATOR DE PNEUS	2024	500,000	129,9000	64,950,00
CLAUDEMIR MARTINELLI & CIA LTDA ME	AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO USADO, TIPO CAMIONETE UTILITÁRIO	1832	0,136	57,900,0000	7,900,00
CLAUDEMIR MARTINELLI & CIA LTDA ME	AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO USADO, TIPO CAMIONETE UTILITÁRIO	1833	0,864	57,900,0000	50,000,00
GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO SEC. DE ADMINISTRAÇÃO	1897	1,000	43,000,0000	43,000,00
GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA	AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1935	1,000	25,300,0000	25,300,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	ABACAXI	1932	50,000	4,4800	224,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	ABACAXI	2018	120,000	4,9900	598,80
MERCADO BOLIS LTDA ME	ABÓBORA COMUM	2018	50,000	2,9900	149,50
MERCADO BOLIS LTDA ME	ADOÇANTE DIETÉTICO NATURAL	1932	2,000	4,5000	9,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	APIM CONGELADO	1932	40,000	4,4000	176,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	APIM CONGELADO	2018	130,000	4,9900	648,70
MERCADO BOLIS LTDA ME	ALFACE LISA OU CRESPA	1932	80,000	2,4200	193,60
MERCADO BOLIS LTDA ME	ALFACE LISA OU CRESPA	2018	130,000	2,9900	388,70
MERCADO BOLIS LTDA ME	ALHO	1932	5,000	22,4800	112,40
MERCADO BOLIS LTDA ME	ALHO	2018	20,000	24,9900	499,80
MERCADO BOLIS LTDA ME	ARROZ INTEGRAL - LONGO FINO, TIPO 1 INTEGRAL	2018	5,000	3,4900	17,45
MERCADO BOLIS LTDA ME	BANANA DA TERRA	1932	100,000	1,8800	188,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	BANANA DA TERRA	2018	300,000	2,4900	747,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	BANANA PRATA	2018	400,000	3,9900	1,596,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	BATATA DOCE	1932	40,000	3,2300	129,20
MERCADO BOLIS LTDA ME	BATATA DOCE	2018	120,000	3,4900	418,80
MERCADO BOLIS LTDA ME	BATATA INGLESA	1932	80,000	2,7300	218,40
MERCADO BOLIS LTDA ME	BATATA INGLESA	2018	500,000	2,9900	1,495,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	BETERRABA	1932	40,000	4,9800	199,20
MERCADO BOLIS LTDA ME	BETERRABA	2018	150,000	4,9900	748,50

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/5

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MERCADO BOLIS LTDA ME	BISCOITO CASEIRO	1932	30,000	12,9800	389,40
MERCADO BOLIS LTDA ME	BRÓCOLIS	1932	25,000	4,7400	118,50
MERCADO BOLIS LTDA ME	BRÓCOLIS	2018	110,000	4,9900	548,90
MERCADO BOLIS LTDA ME	CACAU EM PÓ	2018	5,000	8,9900	44,95
MERCADO BOLIS LTDA ME	CANELA EM PÓ PRODUTO ALIMENTÍCIO EM PÓ FINO, PURO.	1932	5,000	1,4000	7,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	CARNE BOVINA EM CUBOS - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	1932	80,000	13,9800	1.118,40
MERCADO BOLIS LTDA ME	CARNE BOVINA EM CUBOS - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	2018	300,000	13,9200	4.176,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	CARNE BOVINA SEM OSSO MOÍDA DE PRIMEIRA	1932	80,000	12,9900	1.039,20
MERCADO BOLIS LTDA ME	CARNE BOVINA SEM OSSO MOÍDA DE PRIMEIRA	2018	350,000	12,9300	4.525,50
MERCADO BOLIS LTDA ME	CARNE SUINA EM CUBOS - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	1932	50,000	11,9800	599,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	CARNE SUINA EM CUBOS - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	2018	200,000	12,9900	2.598,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	CEBOLA	1932	30,000	2,7300	81,90
MERCADO BOLIS LTDA ME	CEBOLA	2018	150,000	2,9900	448,50
MERCADO BOLIS LTDA ME	CENOURA	1932	40,000	3,2300	129,20
MERCADO BOLIS LTDA ME	CENOURA	2018	200,000	3,9900	798,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	CHUCHU	1932	20,000	1,7300	34,60
MERCADO BOLIS LTDA ME	CHUCHU	2018	110,000	3,9900	438,90
MERCADO BOLIS LTDA ME	CONDIMENTO COLORÍFICO EM PÓ DE PRIMEIRA	2018	25,000	5,4900	137,25
MERCADO BOLIS LTDA ME	COOKIE INTEGRAL DIET - SABORES CAPUCCINO E AVELÁ, MAÇÃ	2018	30,000	6,9900	209,70
MERCADO BOLIS LTDA ME	COUVE MANTEIGA	1932	10,000	3,7900	37,90
MERCADO BOLIS LTDA ME	COUVE MANTEIGA	2018	80,000	3,9900	319,20
MERCADO BOLIS LTDA ME	COXA E SOBRECOXA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	1932	100,000	4,6400	464,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	COXA E SOBRECOXA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	2022	300,000	5,9900	1.797,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	CRAVO DA ÍNDIA PRODUTO ALIMENTÍCIO.	1932	5,000	1,6200	8,10
MERCADO BOLIS LTDA ME	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL	2018	10,000	5,9800	59,80
MERCADO BOLIS LTDA ME	FILÉ DE PEITO DE FRANGO SEM OSSO	1932	80,000	9,8500	788,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	GELATINA EM PÓ DIET DIVERSOS SABORES	2018	20,000	2,9900	59,80
MERCADO BOLIS LTDA ME	GELEIA DE FRUTAS DIET - SABORES UVA, MORANGO, PÊSSEGO.	2018	7,000	10,9900	76,93
MERCADO BOLIS LTDA ME	IOGURTE DE FRUTAS DESCRIÇÃO DO PRODUTO	1932	120,000	2,4800	297,60
MERCADO BOLIS LTDA ME	IOGURTE DE FRUTAS DESCRIÇÃO DO PRODUTO	2018	500,000	4,4900	2.245,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	LARANJA	1932	100,000	2,2300	223,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	LARANJA	2018	500,000	3,4900	1.745,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	LEITE ZERO LACTOSE	2018	60,000	4,4900	269,40
MERCADO BOLIS LTDA ME	MAÇÃ NACIONAL	1932	100,000	3,9800	398,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	MAÇÃ NACIONAL	2018	550,000	4,4900	2.469,50
MERCADO BOLIS LTDA ME	MACARRÃO CASEIRO	1932	15,000	6,9800	104,70
MERCADO BOLIS LTDA ME	MAMÃO FORMOSA	1932	100,000	3,6800	368,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	MAMÃO FORMOSA	2022	200,000	4,4900	898,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	MAMÃO PAPAIÁ	2018	100,000	7,9900	799,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/5

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MERCADO BOLIS LTDA ME	MARGARINA - PRODUTO OBTIDO DE VEGETAIS LÍQUIDOS	1932	10,000	3,7300	37,30
MERCADO BOLIS LTDA ME	MARGARINA - SEM ADIÇÃO DE LEITE	2018	5,000	4,9900	24,95
MERCADO BOLIS LTDA ME	MASSA ALIMENTÍCIA DE ARROZ - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	2018	10,000	5,9900	59,90
MERCADO BOLIS LTDA ME	MELÃO	2018	100,000	4,9900	499,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	MINGAU DE ARROZ	2018	20,000	10,9900	219,80
MERCADO BOLIS LTDA ME	MISTURA PARA BOLO SEM LACTOSE E SEM GLÚTEN - SABORES DIVERSO	2018	10,000	12,9900	129,90
MERCADO BOLIS LTDA ME	OVOS	1932	50,000	4,8800	244,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	OVOS	2018	300,000	4,9900	1,497,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	PÃO DE FORMA FATIADO INTEGRAL CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	1932	50,000	6,7500	337,50
MERCADO BOLIS LTDA ME	PÃO DE FORMA FATIADO INTEGRAL CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	2022	300,000	8,9900	2,697,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	PÃO FRANCES	1932	80,000	6,9800	558,40
MERCADO BOLIS LTDA ME	PÃO HOT DOG CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	1932	100,000	8,9800	898,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	PÃO HOT DOG CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	2022	160,000	8,9900	1,438,40
MERCADO BOLIS LTDA ME	PAO TIPO MINI HOT DOG	2022	100,000	9,9900	999,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	PAO TIPO MINI MASSINHA INTEGRAL	2022	100,000	9,9900	999,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	PIMENTÃO VERDE	1932	5,000	5,2300	26,15
MERCADO BOLIS LTDA ME	PIMENTÃO VERDE	2018	20,000	5,9900	119,80
MERCADO BOLIS LTDA ME	QUEIJO MUSSARELA DE PRIMEIRA QUALIDADE, INGREDIENTES:	1932	50,000	21,7400	1,087,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	REPOLHO	1932	40,000	2,2300	89,20
MERCADO BOLIS LTDA ME	REPOLHO	2018	120,000	2,9900	358,80
MERCADO BOLIS LTDA ME	SUCO DE UVA INTEGRAL	1932	20,000	10,1500	203,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	TEMPEROS VERDE (salsinha e cebolinha verde)	1932	10,000	2,3700	23,70
MERCADO BOLIS LTDA ME	TEMPEROS VERDE (salsinha e cebolinha verde)	2018	50,000	2,9900	149,50
MERCADO BOLIS LTDA ME	TOMATE	1932	50,000	4,4800	224,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	TOMATE	2018	180,000	5,9900	1,078,20
MERCADO BOLIS LTDA ME	VAGEM	1932	10,000	7,4800	74,80
MERCADO BOLIS LTDA ME	VAGEM	2018	50,000	7,9900	399,50
RICARDO MARCELO EBERT ME	AQUISIÇÃO DE UM TANQUE, (RESERVATÓRIO) METÁLICO	1934	1,000	54,400,0000	54,400,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	ARROZ BRANCO - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	2020	10,000	9,8500	98,50
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	ARROZ TIPO I PARBOILIZADO	2020	40,000	10,1500	406,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	BISCOITO DOCE TIPO MARIA INGREDIENTES:	2020	230,000	3,1500	724,50
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	CAFÉ SOLÚVEL GRANULADO	2020	35,000	9,0000	315,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	DOCE DE FRUTAS (chimier) - SABORES MORANGO, UVA OU ABÓBORA	2020	100,000	3,0700	307,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	FILE DE PEITO DE FRANGO SEM OSSO	2020	350,000	9,8000	3,430,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	2020	1,500,000	2,6300	3,945,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	MACARRÃO PARAFUSO- CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: SÊMOLA DE TRIGO	2020	80,000	3,1500	252,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	MARGARINA - PRODUTO OBTIDO DE VEGETAIS LÍQUIDOS	2020	60,000	3,7100	222,60
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	MASSA ALIMENTÍCIA COM OVOS CASEIRA - TIPO ESPAGUETE	2020	80,000	4,9200	393,60

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Agosto/2014**  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/5

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	QUEIJO MUSSARELA DE PRIMEIRA QUALIDADE, INGREDIENTES:	2020	120,000	21,7000	2.604,00
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	SAL MARINHO TODADO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	2020	50,000	4,8500	242,50
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	SUCO DE UVA INTEGRAL	2020	200,000	10,1400	2.028,00
VENSATI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME	AQUISIÇÃO DE UM PLAYGROUND INFANTIL PARA A CRECHE	1933	1,000	16.000,0000	16.000,00
				<b>Total Geral do Mês --&gt;</b>	<b>386.004,23</b>

RELAÇÃO DE COMPRAS MÊS 08/2014 - FMSC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Agosto/2014  
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/1

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
A. G. KIENEN & CIA LTDA	BUPROPIONA 150 MG	730	210,000	0,3900	81,90
A. G. KIENEN & CIA LTDA	MESALAZINA 800MG	730	180,000	0,6100	109,80
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	AGOMELATINA 25 MG	734	180,000	7,7700	1.398,60
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	AZATIOPRINA 50MG	734	300,000	1,9000	570,00
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	MEMANTINA 10 MG	734	270,000	1,0000	270,00
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	QUETIAPINA 100MG	734	210,000	2,1000	441,00
DRV COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	ALLEGRA 6MG/ML SUSP FRASCO 60 ML	731	7,000	17,0000	119,00
DRV COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	XARELTO 20 MG	731	240,000	5,7700	1.384,80
FARMAN - FARMÁCIA DE DISPENSACÃO LTDA ME	AGULHA BD ULTRI FINE PARA INSULINA C/10UND	733	10,000	23,0000	230,00
FARMAN - FARMÁCIA DE DISPENSACÃO LTDA ME	BENICAR 40MG	733	240,000	1,1100	266,40
FARMAN - FARMÁCIA DE DISPENSACÃO LTDA ME	BIOTINA 10% 60ML	733	7,000	120,0000	840,00
FARMAN - FARMÁCIA DE DISPENSACÃO LTDA ME	CARNITINA 50% 60ML	733	7,000	60,0000	420,00
FARMAN - FARMÁCIA DE DISPENSACÃO LTDA ME	CEFALUIM	733	140,000	1,1300	158,20
FARMAN - FARMÁCIA DE DISPENSACÃO LTDA ME	CELOMPRAMINA 25MG	733	210,000	0,5700	119,70
FARMAN - FARMÁCIA DE DISPENSACÃO LTDA ME	DESVENLAFAXINA 50 MG	733	180,000	3,5800	644,40
FARMAN - FARMÁCIA DE DISPENSACÃO LTDA ME	DULOXETINA 60 MG	733	210,000	2,8500	598,50
FARMAN - FARMÁCIA DE DISPENSACÃO LTDA ME	FLUTAMIDA 250MG MANIPULADA	733	150,000	0,7000	105,00
FARMAN - FARMÁCIA DE DISPENSACÃO LTDA ME	FORASEQ 12/400 REFIL REAÇÃO	733	6,000	80,0000	480,00
FARMAN - FARMÁCIA DE DISPENSACÃO LTDA ME	GALVUS 50MG	733	210,000	2,3000	483,00
FARMAN - FARMÁCIA DE DISPENSACÃO LTDA ME	ITRACONAZOL 100MG	733	180,000	0,4600	82,80
FARMAN - FARMÁCIA DE DISPENSACÃO LTDA ME	LANTUS INSULINA CANETA 3ML	733	12,000	94,7800	1.137,36
FARMAN - FARMÁCIA DE DISPENSACÃO LTDA ME	LOPERAMIDA 2MG	733	50,000	0,1000	5,00
FARMAN - FARMÁCIA DE DISPENSACÃO LTDA ME	NIDEX AD	733	7,000	44,9000	314,30
FARMAN - FARMÁCIA DE DISPENSACÃO LTDA ME	NOVORAPID INSULINA	733	7,000	29,9000	209,30
FARMAN - FARMÁCIA DE DISPENSACÃO LTDA ME	RITALINA 10MG LA	733	420,000	2,0500	861,00
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - FILIAL SC	SUSTAGEM AD CHOCOLATE 400GR	732	10,000	30,0000	300,00
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - FILIAL SC	SUSTAGEM AD MORANGO 400GR	732	10,000	30,0000	300,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	ALOPURINOL 300MG	735	210,000	0,1210	25,41
S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	COMPLEXO B	735	500,000	0,0519	25,95
S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	LANTUS INSULINA REFIL 10ML	735	12,000	258,0000	3.096,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	NORESTITERONA 0,35	735	900,000	0,1950	175,50
S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	ROSUVASTATINA 10 MG	735	210,000	0,4480	94,08

Total Geral do Mês →

15.347,00

# Timbó

## PREFEITURA

### LEI Nº 2733, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014

#### LEI Nº 2733, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014

Altera a Lei nº 2654, de 12 de agosto de 2013, que aprovou o Plano Plurianual do Município de Timbó para o quadriênio 2014/2017.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo I, da Lei nº 2.654, de 12 de agosto de 2013, passa a vigorar com a redação dada pela presente Lei, nos termos dos anexos respectivos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

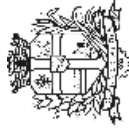
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
PREFEITO DE TIMBÓ/SC

2

## ANEXO I

PROGRAMAS DE GOVERNO – GERENTES DOS PROGRAMAS –  
DIAGNÓSTICOS – DIRETRIZES – OBJETIVOS  
AÇÕES DOS PROGRAMAS  
DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DOS PROGRAMAS





**MUNICÍPIO DE TIMBÓ**  
**MUNICÍPIO DE TIMBÓ**  
Programas Detalhados

3

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 3

**PROGRAMA DE GOVERNO:****0022 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE****GERENTE DO PROGRAMA:****SERGI FREDERICO MENGARDA****DIAGNÓSTICO:**

Compreende a etapa Educação Básica que tem duração de nove anos, iniciando no primeiro ano com término no nono ano. A rede municipal é composta de seis Escolas que atendem 2.302 alunos onde são desenvolvidas atividades curriculares no expediente normal e atividades oferecidas no contra-turno, Educação de Jovens e Adultos, Escola em período Integral, oferta de transporte escolar nas Escolas rurais nucleadas, realizado pela municipalidade na sua totalidade, alimentação para todos os alunos, tendo como objetivo garantir o acesso, permanência, sucesso, ampliando o número de vagas, ofertando uma educação de qualidade para todos.

**DIRETRIZES:**

É necessário investir na qualificação, capacitação, valorização dos profissionais do magistério, manter e ampliar a estrutura das Escolas da rede municipal. Aquisição de material didático, de expediente, atualizar os laboratórios de informática, bibliotecas, com participação em eventos, feiras permitindo a integração entre os alunos da rede municipal, disponibilizar materiais de pesquisa, garantir o transporte escolar nas Escolas rurais nucleadas, escola integrada, desenvolver projetos que promovam a transformação social, redução do lixo escolar, continuar o processo de ampliação da Escola em período Integral, e a democratização do Sistema Escolar.

**OBJETIVOS:**

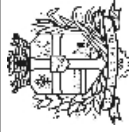
Desenvolver ações que garantam o acesso das crianças em idade escolar, além dos jovens e adultos, ver a Escola como espaço de construção de conhecimento, integração social e afetiva, fortalecendo o elo familiar/escola, fortalecer atividades como o reforço escolar, diminuindo a repetência, firmar convênios com entidades do governo Estadual e Federal, iniciar o processo de discussão da municipalização, sendo que a rede estadual de Timbó possui 7 escolas de educação básica, sendo que 6 oferecem o ensino do 1º ao 9º ano, desenvolver programa Mais Educação e Alfabetização na Idade Certa, além de outros programas oferecidos pelo governo Federal ou Estadual, desenvolver ações voltadas para os alunos com necessidades especiais dentro dos princípios da Escola Inclusiva. Implementar, reformar e adaptar a Sede da SEMED. Dar continuidade ao processo de implantação da Escola Integral, e a democratização do Sistema escolar.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1025	MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL	Equipamentos	Unidade	1.286,0000	1.787.000,00	0
1027	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.	Área	M2	2.200,0000	4.320.000,00	0
1028	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	Veículo	Unidade	4,0000	506.000,00	0
1029	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.	Terreno	Unidade	1,0000	700.000,00	0
2050	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	Unidade Gestora	Unidade	4,0000	41.507.000,00	0
2052	MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	Aluno	Unidade	11.100,0000	905.000,00	0
2054	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	Unidade Gestora	Unidade	4,0000	1.081.000,00	0
2056	MANUTENÇÃO O ENSINO PARA JOVENS E ADULTOS	Unidade Gestora	Unidade	4,0000	305.000,00	0

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



## MUNICÍPIO DE TIMBÓ

## MUNICÍPIO DE TIMBÓ

## Programas Detalhados

## PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 Versão: 3

4

TOTAL DO PROGRAMA 0022		51.111.000,00
<p><b>DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0022</b></p> <p><b>AÇÃO: 1025</b> Será destinados a compra de 12 impressoras laser, 12 aparelho de som c/ mp3, 06 máquina fotográfica digital, 12 Aparelhos de DVD, 30 televisores 42 polegadas de LED, 06 projetor multimídia, 6 conjuntos de equipamentos laboratórios de ciência (microscópio, balança de precisão, pipeta, e outros), 30 Ar condicionado, 20 ventiladores de teto e/ou parede, 06 aparelhos de fax, 300 conjuntos de carteiras e cadeiras escolares, 20 escrivaninha para professores, 50 cadeiras estofadas fixas, 06 mesas redondas para bibliotecas escolares, 40 quadros brancos, 25 estantes de aço para salas de aulas/bibliotecas, 10 armário de aço com tranco, 03 playground, 06 arquivo de aço, 10 conjunto de mesas e bancos para refeitório, 06 geladeiras duplex, 06 freezer vertical, 06 fogão industrial c/ 6 bocas, 06 forno elétrico c/ capacidade de 44 litros, 06 liquidificador industrial 2 litros, 06 multiprocessador industrial de alimentos, 06 batedeira planetária, 16 bebedouros, 2 Conjuntos de Tabela de Basquete, 01 Conjuntos de Trave Futebol, 1 Conjuntos para rede de Vôlei, 20 mesas, 20 cadeiras, 150 computadores, 6 microondas com capacidade de 31 litros, 6 quadros interativos, 100 Tablets, outros conforme a necessidade. Implementar, reformar e adaptar a Sede da SEMED.</p> <p><b>AÇÃO: 1027</b> Construção do ginásio de esportes da Escola Municipal São Roque em aproximadamente 1.400,00m². Ampliação da Escolas Municipais em aproximadamente 800,00 m², Construção e reforma de unidades conforme demanda apresentada. Implementar, reformar e adaptar a Sede da SEMED.</p> <p><b>AÇÃO: 1028</b> Melhorar a frota de veículos com a aquisição de veículo utilitário, um caminhão, baú e um ônibus para transporte escolar, com aquisição de 01 veículo pequeno, 01 veículos Van, 01 ônibus, 1 caminhão cargo para substituir ao existente.</p> <p><b>AÇÃO: 1029</b> Compra de terrenos para ampliação das instalações da Escola Municipal.</p> <p><b>AÇÃO: 2050</b> Manter as despesas com as atividades das escolas com Ensino Fundamental com o pagamento de salários de pessoal, vantagens, horas extras, terceirizações, encargos sociais, curso para capacitação dos profissionais da educação fundamental, professores de apoio, diárias para viagens, combustíveis, material pedagógicos, manutenção das bibliotecas, contratação de estagiários, material de expediente, material e serviço de limpeza, manutenção dos bens imóveis e móveis da educação, material elétrico, material hidráulico, manutenção de veículos, manutenção dos softwares, locação de imóveis, locação de máquinas e equipamentos, energia elétrica, telefone, água, serviços gráficos, manutenção de equipamentos de informática, manutenção dos convênios e contratos, e entre outras. Implementar, reformar e adaptar a Sede da SEMED.</p> <p><b>AÇÃO: 2052</b> Aquisição de gêneros alimentícios para garantir a alimentação de qualidade aos alunos do ensino fundamental, que serão adquiridas com recursos próprios e com os recursos da União.</p> <p><b>AÇÃO: 2054</b> Manter as despesas com o transporte escolar com o pagamento de seguro, licenciamento, imposto e taxas, materiais para manutenção dos veículos, combustível, lubrificantes, salários, encargos sociais, cursos de capacitação e aperfeiçoamento, vale transporte, estas despesas serão custeadas com recursos próprios e recursos da União.</p> <p><b>AÇÃO: 2056</b> Oferta de formação para jovens e adultos que será para manter os salários e encargos sociais dos profissionais, despesas com material de expediente, materiais pedagógicos, capacitação de cursos de aperfeiçoamento aos professores que atuam nesta área.</p>		

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 99 2014 PMT - TELEFONIA CELULAR**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 99/2014 - PMT

OBJETO: contratação de empresa especializada em telecomunicações, que possua outorga da ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, para a prestação de serviço de telefonia móvel pessoal - SMP, pelo sistema digital pós-pago, mediante o fornecimento de acessos móveis, todos com área de registro 47, na cidade de Timbó/SC, e aparelhos em regime de comodato, oferecendo o serviço de ligações intra-grupo sem custo quando originado na área de registro 47, serviços de ligações locais VC1 e longa distância nacional (LDN) – "VC2" e "VC3" e serviço de comunicação multimídia (SCM) para transmissão de dados conforme especificações e quantidades descritas no anexo I do edital, em atendimento às necessidades da prefeitura, suas secretarias, autarquias e fundações. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min horas do dia 22 de setembro de 2014. ABERTURA: dia 22 de setembro de 2014 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 08/08/2014.  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária de Fazenda e Administração

**RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09 2014 FUMTRAN**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2014 - FUMTRAN  
AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC, através da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, leva ao conhecimento dos interessados que, em virtude do recebimento de impugnação ao edital supracitado, realizou alterações na descrição do item 17 constante da tabela do Anexo I, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO
07	Tubos de aço galvanizado a fogo, com diâmetro de 2 polegadas, espessura de parede de no mínimo 2,65mm, comprimento de 3,50m, conforme Termo de Referência

Demais especificações constantes da tabela restam mantidas.

Informa ainda que realizou alteração da redação dos itens 17 e 18 constantes do Termo de Referência/Especificações Técnicas, conforme segue:

Item 17: fica suprimida a "tela de nylon";  
Item 18: Dimensões 150mm +/- 2mm Altura: 35 mm +/- 2 mm.  
Demais especificações constantes do Termo de Referência/Especificações Técnicas restam mantidos.

Em atenção às alterações no edital, prorroga-se para dia 19/09/2014 as 15h00min a entrega do credenciamento e envelopes de proposta e habilitação. A abertura da sessão ficará marcada para as 15h10min da mesma data da entrega dos documentos. Ficam mantidas as demais exigências.

Timbó/SC, 05 de setembro de 2014  
FABIANO MARTINS ADRIANO  
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 2014\_104 - PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/104

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: L.C. Empreiteira de Mão de Obra LTDA.

OBJETO: Acréscimo ao objeto e ao preço.

VALOR: R\$ 9.138,50 (nove mil cento e trinta e oito reais e cinquenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 28/08/2014

SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário de Educação

**CÂMARA MUNICIPAL****ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014**

ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL  
PROCESSO LICITATORIO Nº 10/2014  
PREGÃO Nº 04/2014

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, o Pregoeiro acompanhado da sua Equipe de Apoio, nas dependências da Câmara Municipal de Timbó, situada na Rua Inglaterra esquina n.º 750 com Rua Projetada "A", Bairro das Nações, Timbó (SC), designado pela Portaria nº 09/2013, de 18/02/2013, para, na forma da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, proceder à sessão de abertura dos trabalhos licitatórios do Pregão Presencial 04/2014, objeto do Processo Licitatório nº 10/2014, destinado à aquisição de um projetor multimídia, acompanhado de acessórios, com instalação, para a Câmara Municipal de Timbó (SC), conforme Anexo I, nos termos da minuta de contrato constante do Anexo V, do Edital de Pregão Presencial nº. 04/2014. Iniciada a sessão no horário estabelecido pelo Edital, o Pregoeiro procedeu ao credenciamento, conferindo a autenticidade dos documentos apresentados pela empresa CEK Informática Ltda., representada pelo senhor Carlos Eduardo Kellner, recebendo bem como os envelopes contendo a proposta de preço (envelopes nº 01) e documentos para a habilitação (envelope nº02), que foram rubricados pelo Pregoeiro e pelo licitante. O Pregoeiro procedeu à abertura dos envelopes contendo a proposta de preço da empresa CEK Informática Ltda., que apresentou proposta para o único item no valor de R\$ 6.250,00 (seis mil duzentos e cinquenta reais), sem, contudo, cotar a mão de obra para a instalação, conforme determina o anexo I do Edital. Assim sendo, a proposta não estava de acordo com as exigências editalícias, sendo desclassificada, nos termos da cláusula 5.10 do Edital. Não havendo manifestação dos presentes, em especial com relação ao interesse em recorrer da decisão, o Pregoeiro declarou inexistente a licitação, encaminhando o processo ao Presidente para adoção das medidas cabíveis. Nada mais havendo a relatar, o Pregoeiro encerrou a Sessão com a lavratura desta ata, assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representantes das licitantes presentes. Esta ata será extratada e publicada Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

# Três Barras

## PREFEITURA

### Portaria Nº. 385 de 14 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº. 385 DE 14 DE AGOSTO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

#### RESOLVE:

EXONERAR: o Servidor MARCIO ADELIO EBLE, das funções que exercia no cargo de SECRETÁRIO DE SAÚDE, quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura, lotado na Secretaria de Saúde deste município. A contar de 15 de agosto de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de agosto de 2014.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

### PORTARIA Nº. 386 DE 14 DE AGOSTO DE 2014

PORTARIA Nº. 386 DE 14 DE AGOSTO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

#### RESOLVE:

DISPENSAR: [POR TERMINO DE CONTRATO] a Servidora ANDRIELI CORDEIRO PASSAGLIA GOMES, das funções que exercia no cargo de AUX ONDONTOLÓGICA, aprovada através de Processo Seletivo - quadro de funcionários temporário desta Prefeitura, lotado na Secretaria de Saúde deste município. A contar de 15 de agosto de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de agosto de 2014.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

### PORTARIA Nº. 387 DE 14 DE AGOSTO DE 2014

PORTARIA Nº. 387 DE 14 DE AGOSTO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

#### RESOLVE:

CONTRATAR, a servidora KELIN DE PAULA FARIAS, para exercer suas funções no cargo de PROFESSORA 20HRS, Quadro de funcionários temporária desta Prefeitura, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes; aprovada através de processo seletivo 01/2014 conforme o Decreto Leo 4.351 de 04/02/2014. A contar a contratação da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de agosto de 2014.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

### PORTARIA Nº. 388 DE 18 DE AGOSTO DE 2014.

PORTARIA Nº. 388 DE 18 DE AGOSTO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

#### RESOLVE:

Conceder, o servidor JOÃO JOUBER MARIA BADAZ, no cargo de AUX DE SERVIÇOS GERAIS, 40hrs, Quadro de funcionários temporário desta Prefeitura, Lotado na Secretaria de Viação & Obras; 90 (noventa) dias de licença para tratamento de Saúde junto ao INSS, a contar o atestado de 12/08/2014 e encaminhado ao Auxílio doença em 27/08/2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de agosto de 2014.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

### PORTARIA Nº. 389 DE 18 DE AGOSTO DE 2014

PORTARIA Nº. 389 DE 18 DE AGOSTO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

#### RESOLVE:

NOMEAR a Senhora, ANDRIELI CORDEIRO PASSAGLIA GOMES, para exercer suas funções no cargo de AUX. ODONTOLÓGICA, aprovada através Concurso Público Emprego Público 02/2014, conforme o Decreto Nº 4.385 de 29/05/2014, lotada na Secretaria de Saúde deste município. A contar nomeação da presente data

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de agosto de 2014.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 390 DE 18 DE AGOSTO DE 2014.**

PORTARIA Nº. 390 DE 18 DE AGOSTO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

NOMEAR, o Servidor MARCIO ADELIO EBLE, para exercer as funções no cargo de SECRETÁRIO DE SAÚDE, PC 01, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Saúde desde município. A contar da presente data

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de agosto de 2014.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 395 DE 26 DE AGOSTO DE 2014**

PORTARIA Nº. 395 DE 26 DE AGOSTO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

NOMEAR a Senhora, ROSELI CHAVES WURZER, para exercer suas funções no cargo de AUX. ODONTOLOGA, aprovada através Concurso Público Emprego Público 02/2014, conforme o Decreto Nº 4.385 de 29/05/2014, lotada na Secretaria de Saúde deste município. A contar nomeação 19 de agosto de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 26 de agosto de 2014.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 396 DE 26 DE AGOSTO DE 2014**

PORTARIA Nº. 396 DE 26 DE AGOSTO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

AUTORIZAR o Senhor, VALMIR DE MATOS, cargo de COORD DEFESA CIVIL, lotado no Gabinete do Prefeito deste Município, Nomeado através da Portaria 205/2013, Para responder sobre todas as delegações ligadas a DEFESA CIVIL deste município.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar da data de 15/03/2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 26 de agosto de 2014.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº. 397 de 26 de Agosto de 2014**

PORTARIA Nº. 397 DE 26 DE AGOSTO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

CONTRATAR o Senhor, ARI SOARES DE LIMA, aprovado através do Processo Seletivo 01/2013, para exercer suas funções no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na secretaria de Educação Cultura & Esportes, a contar de da presente data.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar da data de 25/08/2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 26 de agosto de 2014.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº. 398 de 26 de Agosto de 2014**

PORTARIA Nº. 398 DE 26 DE AGOSTO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

CONTRATAR o Senhor, ALCIDES SCHROEDER, aprovado através do Processo Seletivo 01/2013, para exercer suas funções no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na secretaria de Viação & Obras deste município.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar da data de 08/08/2014



Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 26 de agosto de 2014.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **Portaria Nº. 399 de 26 de Agosto de 2014**

PORTARIA Nº. 399 DE 26 DE AGOSTO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

##### **RESOLVE:**

EXONERAR (A PEDIDO) o Senhor, CLODISON LUIZ VESARO, das funções que exercia no cargo de CONDUTOR DE VEICULOS & MAQUINAS, aprovado através do Concurso Público Municipal. Regime Estatutário desta Prefeitura, lotado na Secretaria de Saúde deste Município

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar da data de 25 de agosto de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 26 de agosto de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **Portaria Nº. 400 de 26 de Agosto de 2014**

PORTARIA Nº. 400 DE 26 DE AGOSTO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

##### **RESOLVE:**

EXONERAR (A PEDIDO) a Senhora, SOELI CORRÊA, das funções que exercia no cargo de AUX. DE ENFERMAGEM, aprovada através do Concurso Público Municipal. Regime Estatutário desta Prefeitura, lotada na Secretaria de Saúde deste Município.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar da data de 22 de agosto de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 26 de agosto de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **Portaria Nº. 401 de 26 de Agosto de 2014**

PORTARIA Nº. 401 DE 26 DE AGOSTO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

##### **RESOLVE:**

CONCEDER a Senhora, ROSILENE DOS PASSOS IURKIV, cargo de SECRETÁRIA ADJUNTA, quadro de Funcionários Comissionados desta Prefeitura, lotada na Secretaria de Saúde deste Município. 30 (trinta) dias de férias, período aquisitivo de 11/03/2013 a 10/03/2014, a contar o gozo 18/08/2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 26 de agosto de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **Portaria Nº. 402 de 26 de Agosto de 2014**

PORTARIA Nº. 402 DE 26 DE AGOSTO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

##### **RESOLVE:**

Conceder, a servidora VERA LUCIA SOARES FERREIRA, no cargo de Professora, 40hrs, Quadro de funcionários Efetiva, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes; 90 (noventa) dias de licença para tratamento de Saúde junto ao INSS, a contar o atestado de 18/08/2014 e encaminhado ao Auxílio doença em 03/09/2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **Portaria Nº. 403 de 26 de Agosto de 2014**

PORTARIA Nº. 403 DE 26 DE AGOSTO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

##### **RESOLVE:**

DISPENSAR, a servidora VANESSA BIANEK DAS CHAGAS, das funções que exercia no cargo de Professora, 20hrs, Quadro de funcionários Temporária, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes; Aprovada através de Processo Seletivo, a contar da dispensa de 29 de agosto de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº. 404 de 01 de Setembro de 2014**

PORTARIA Nº. 404 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Conceder, ao servidor CLEITON JOSE LITZ, no cargo de AUX DE SERVIÇOS GERAIS, 40hrs, Quadro de funcionários Temporários - Aprovado através de Processo Seletivo, Lotado na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes; 90 (noventa) dias de licença para tratamento de Saúde junto ao INSS, a contar o atestado de 15/08/2014 e encaminhado ao Auxílio doença em 30/08/2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de setembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº. 405 de 01 de Setembro de 2014**

PORTARIA Nº. 405 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Conceder, ao servidor ZENILDO CAMPOS, no cargo de AUX DE SERVIÇOS GERAIS, 40hrs, Quadro de funcionários Temporários - Aprovado através de Processo Seletivo, Lotado na Secretaria de Viação & Obras; 90 (noventa) dias de licença para tratamento de Saúde junto ao INSS, a contar o atestado de 23/08/2014 e encaminhado ao Auxílio doença em 08/09/2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de setembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº. 406 de 01 de Setembro de 2014**

PORTARIA Nº. 406 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

DISPENSA (a pedido), a servidora SONIA REGINA CARDOSO, das funções que exercia no cargo de AUX DE SERVIÇOS GERAIS, 40hrs, Quadro de funcionários Temporários - Aprovada através de Processo Seletivo, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes. A contar a Dispensa da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de setembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### Decreto Nº 19121

DECRETO Nº 1.921/2014, DE 28 DE AGOSTO DE 2014.

REGULAMENTA O FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO INTERSETORIAL DESTINADA A ELABORAR O PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Mauro Dresch, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Orgânica Municipal, e, considerando o teor da Lei Federal nº. 12.594/12, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional e a Resolução nº. 032/2014 do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente que criou a Comissão Intersetorial destinada a elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam os servidores municipais indicados, incumbidos de participar das reuniões previstas, salvo absoluta impossibilidade de comparecimento, que deverá ser justificada ao Presidente do CMDCA no prazo de 2 (dois) dias até a próxima reunião.

Art. 2º Os servidores municipais que tiverem de participar das reuniões da comissão intersectorial deverão cientificar seus superiores hierárquicos de tal necessidade.

Art. 3º Fica estabelecido que a equipe de apoio para auxiliar na realização das reuniões da Comissão e secretariar os trabalhos, expedindo ofícios e elaborando os documentos necessários, será a mesma encarregada de auxiliar nos trabalhos do Conselho de Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), cuidando para não haver colisão de horários e datas.

Parágrafo único. A participação na Comissão Intersetorial destinada a elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo não será de forma alguma remunerada.

Art. 4º Fica autorizado o uso das instalações do CRAS para a realização das reuniões da Comissão de que trata este decreto.

Art. 5º A Comissão Intersetorial Municipal de Elaboração do Plano Municipal de Medidas Socioeducativas será composta pelos seguintes membros:

Comissão Municipal de Elaboração do Plano	Representante
-----	ASSISTÊNCIA SOCIAL
José Carlos Toporoski	Órgão Gestor
Magda Rosana Garbin Barcaro	Assistente Social
Macleise Trento	Psicóloga (o)
Ademar Gaedke	Assistente Social
	SAÚDE: CMAS - CMDCA
Andriele Pereira da Silva	Psicóloga(o)
Andréia Biagentini	UPA - CMAS
Gláucio Calixto de Oliveira	Posto de Saúde - CMDCA
-----	EDUCAÇÃO:
Vânia Zanon Moraes	Escola Municipal
Loline Porto	Escola Municipal
Marines Pick	Escola Estadual
Fabiane Carminatti Chiavini	Escola Estadual
Neiva Unterer Munaretto	Escola Estadual

Nelceni Surdi	EJA
Danielle Hartmann	Polo Verdes Vales
	ESPORTE
Maristela Mazetto	Depto Esporte
Oumar Cassol	Depto Esporte
Raquel Spinello	Depto Esporte
	CONSELHO TUTELAR
Adiles Concatto	Conselho Tutelar
Marcolina Margarete Vieira de Souza	Conselho Tutelar
Vanessa Schumarcher	Conselho Tutelar
	SEGURANÇA PÚBLICA
Onírio de Matos	Delegado Civil
Mateus Araujo Camargo	Polícia Militar - Soldado
	CULTURA
Gabriela Rugere de Oliveira Jorge	Secretária

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação. Gabinete do Prefeito de Treze Tílias/SC, 28 de agosto de 2014.

Mauro Dresch  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios-DOM

Werydiana Falchetti  
Secretaria Municipal de Administração

### Decreto Nº 1920

DECRETO Nº 1.920/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO VALOR DE R\$ 50.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

#### DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a fim de reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

04 - Secretaria de Saúde  
01 - Atenção Básica  
Atividade: 2100  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.0.00.64 R\$ 30.000,00

04 - Secretaria de Saúde  
01 - Farmácia Básica  
Atividade: 2102  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.0.00.67 R\$ 10.000,00

04 - Secretaria de Saúde  
01 - Manutenção do Fundo de Saúde  
Atividade: 2104  
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.0.00.02 R\$ 10.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente aos créditos constantes no artigo anterior ficam utilizados os recursos do excesso de arrecadação.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 29/08/2014  
MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Fazenda

### DECRETO Nº 1922

DECRETO Nº 1.922/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 35.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) a fim de reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

Anula

05 - Secretaria de planejamento e Obras

01 - Manutenção da Secretaria

Atividade: 2005

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.0.00.44 R\$ 25.000,00

Suplementa:

05 - Secretaria de planejamento e Obras

01 - Manutenção da Secretaria

Atividade: 2005

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.0.00.00 R\$ 25.000,00

Suplementa:

06 - Secretaria da Educação

02 - Ensino Fundamental

Atividade: 2011

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.58 R\$ 10.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente aos créditos constantes item acima no valor de R\$ 10.000,00 ficam utilizados os recursos do excesso de arrecadação.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 29/08/2014  
MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Fazenda

### Lei Complementar Nº 75

LEI COMPLEMENTAR Nº 75/2014

Institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos no Município de Treze Tílias e dá outras providências.

#### TÍTULO I

#### DA POLÍTICA MUNICIPAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

#### CAPÍTULO I

#### DEFINIÇÕES

Art. 1º - Esta Lei institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos do Município, dispondo sobre seus princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, as proibições e penalidades no âmbito do Município de Treze Tílias;

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - acordo setorial: ato de natureza contratual firmado entre o Poder Público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;

II - área contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos;

III - área órfã contaminada: área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis;

IV - ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;

V - coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

VI - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos;

VII - destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos de acordo com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município;

VIII - disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

IX - geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo;

X - gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei;

XI - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;

XII - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

XIII - reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos



que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes;

XIV - rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XV - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

XVI - responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei;

XVII - reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes;

XVIII - serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, triagem para fins de reuso e reciclagem, transbordo, inclusive por compostagem e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros serviços pertinentes a limpeza urbana;

XIX - gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

XX - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

XXI - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

XXII - Pequeno Gerador de Resíduos Comerciais: é o estabelecimento que gera até 100 (cem) litros de resíduos por dia;

XXIII - Grande Gerador de Resíduos Comerciais: é o estabelecimento que gera um volume de resíduos superior a 100 (cem) litros de resíduos sólidos por dia;

XXIV - Pequeno Gerador de Resíduos da Construção Civil e entulho: é a pessoa física ou jurídica que gera até 1.000 (mil) quilogramas de resíduos por dia;

XXV - Grande Gerador de Resíduos da Construção Civil e entulho: é a pessoa física ou jurídica que gera mais de 1.000 (mil) quilogramas de resíduos por dia;

XXVI - Locais de Entrega Voluntária - LEV's: Locais para entrega coletiva e voluntária de recicláveis instalados em pontos estratégicos e acessíveis nos bairros da cidade;

XXVII - Estação de Entrega Voluntária de Inservíveis ou Ecopontos: Locais para entrega de Resíduos da Construção Civil, Resíduos Volumosos de pequenos geradores e restos de podas da arborização urbana, mantidos pelo poder público municipal;

Art. 3º - São Princípios fundamentais da Política de Resíduos Sólidos do Município:

I - Integração da gestão dos Resíduos sólidos, com os demais serviços do saneamento básico, em conformidade com as necessidades

dos usuários visando garantir a eficiência dos resultados;

II- Oferta dos serviços de maneira adequada com a proteção do meio ambiente, saúde pública, aspectos sociais, culturais, econômicos e tecnológicos de acordo com as demais políticas de desenvolvimento urbano;

III - Garantia da eficiência e sustentabilidade econômica através da cobrança adequada pela prestação dos serviços aos usuários;

IV - utilização de tecnologias apropriadas para o tratamento dos resíduos, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

V - controle social e a disponibilização de todas as informações referentes à gestão dos resíduos sólidos;

VI - segurança, qualidade e regularidade;

VII - o desenvolvimento sustentável e a ecoeficiência;

VIII - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

IX - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

Art. 4º - São objetivos da Política Municipal de Resíduos Sólidos:

I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;

II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com as metas do Plano Municipal de Gestão integrada de Resíduos Sólidos;

III - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

IV - gestão integrada de resíduos sólidos através de parcerias públicas e privadas;

V - a Educação Ambiental e a capacitação técnica continuada na área da gestão dos resíduos sólidos;

VI - regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira;

VII - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para produtos reciclados e recicláveis, bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

VIII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

IX - incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético expressos nos respectivos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;

Art. 5º - São diretrizes da Política Municipal de Resíduos Sólidos de Treze Tílias:

I - programas de incentivos não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, inclusive com a compostagem, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

II - regramento para elaboração dos Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos;

III - definição de procedimentos relativos ao acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos no município;

IV - Cadastro de catadores para implantação da coleta seletiva de recicláveis;

V - desenvolvimento de programas de capacitação técnica na área de gerenciamento de resíduos sólidos;

VI - implantação de um Programa Permanente de Educação Ambiental;

XII - preferência para compras e aquisições da administração pública de produtos reciclados e obras e serviços em conformidade



com seus Programas de Gerenciamento de Resíduos e com esta Lei;

XIII - garantia de atendimento à população do serviço de limpeza urbana;

IX - Identificação e recuperação ou restauração de áreas degradadas;

X - fomento aos Conselhos Municipais ou órgãos colegiados como instrumentos de institucionalização do controle social em todas as decisões referentes à gestão dos resíduos sólidos.

XI - adoção pelo Município de práticas de gerenciamento e gestão que garantam a sustentabilidade econômica de seus sistemas de limpeza pública, baseadas na remuneração justa dos serviços prestados e na vinculação dos valores cobrados à efetiva execução dos mesmos;

XII - Apoiar as iniciativas de organização regional para a gestão dos resíduos sólidos como forma de ampliar a oferta dos serviços, melhorar a qualidade e reduzir custos, de acordo com a legislação e os interesses do município de Treze Tílias.

## CAPÍTULO II DOS INSTRUMENTOS

Art. 6º - São instrumentos da Política Municipal de Resíduos Sólidos, entre outros:

I - o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos-PMGIRS

II - a coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos;

III - os sistemas de logística reversa e a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

IV - o incentivo aos catadores ou associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis devidamente registrados pelo Serviço Social do Município;

V - o monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária;

VI - a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para implantação de métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, respeitando as responsabilidades públicas e privadas de cada ente;

VII - a educação ambiental;

VIII- os conselhos de meio ambiente e, no que couber, os de saúde e os órgãos colegiados municipais ou intermunicipais destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos;

IX - os acordos setoriais para implantação dos sistemas de logística reversa;

X - o licenciamento ambiental das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras de impacto local;

XI- os Termos de Compromisso e os Termos de Ajustamento de Conduta;

XII- o incentivo participação do município em consórcios ou de outras formas de cooperação entre os entes federados, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e à redução dos custos envolvidos.

XIII - os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;

## CAPÍTULO III CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 7º - Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

I - quanto à origem:

a) Resíduos Sólidos Urbanos: aqueles originados das atividades domésticas, em residências urbanas e estabelecimentos comerciais classificados pela municipalidade como de pequenos geradores;

b) Resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;

c) Resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de

serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea "a";

d) Resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nas atividades de captação, adução e tratamento de água e esgoto e drenagem urbana, excetuando-se os Resíduos Sólidos Urbanos e os Resíduos de Limpeza Urbana;

e) Resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;

f) Resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

g) Resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;

h) Resíduos agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;

i) Resíduos de serviços de transportes: os originários de terminais rodoviários e ferroviários e dos serviços de transporte em geral;

j) Resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

k) Resíduos especiais: pneus; pilhas e baterias; lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio de luz mista; embalagens de tintas, solventes e óleos lubrificantes; equipamentos e componentes eletrônicos; medicamentos vencidos ou impróprios para o uso, em poder da população e os óleos comestíveis usados;

II - quanto à periculosidade:

a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;

b) resíduos não perigosos: aqueles não enquadrados na alínea "a".

§1º - Os resíduos sólidos não perigosos, os resíduos sólidos produzidos nos serviços de saúde Classe C, os resíduos produzidos por pequenos geradores comerciais e industriais comparáveis aos resíduos domiciliares, são equiparados aos Resíduos Sólidos Urbanos, podendo ter a mesma destinação;

§2º- Os Resíduos da Construção Civil e entulhos, de pequenos geradores, devem ser coletados e destinados pelo poder público municipal sendo os geradores os responsáveis pela entrega voluntária nos locais adequados;

## TÍTULO II DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES E DO PODER PÚBLICO

### CAPÍTULO I DAS RESPONSABILIDADES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 8º - São responsabilidades do Poder Público municipal em relação aos resíduos sólidos urbanos:

I- colocação das lixeiras para coleta dos resíduos sólidos urbanos, Locais de Entrega Voluntária Para Resíduos Recicláveis colocação dos Pontos de Entrega Voluntária para resíduos da construção civil e volumosos de pequenos geradores;

II - implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido;

III - elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para aqueles resíduos por ele gerados;

IV - elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos bem como a legislação e as normas complementares para a execução da Política Municipal de Resíduos Sólidos;

V- coleta, transporte, destinação adequada dos Resíduos Sólidos Urbanos de forma direta ou delegada

VI- Coleta transporte, acondicionamento e destinação dos Resíduos da Construção Civil de pequenos geradores;

VII - Manutenção de registro dos grandes geradores e geradores sujeitos a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;

VIII - Definir, elaborar e firmar os acordos setoriais para implantação da logística reversa, em conformidade com as determinações federais e estaduais para óleos e graxas lubrificantes, pilhas e baterias, lixo tecnológico, pneus, óleos comestíveis usados e lâmpadas fluorescentes;

IX - prestar diretamente ou autorizar a delegação dos serviços e definir o ente responsável pela sua regulação e fiscalização, bem como os procedimentos de sua atuação

X - estabelecer mecanismos de controle social em relação à gestão dos resíduos sólidos urbanos;

XI - Manter o sistema de informações e avaliação dos serviços, articulado com o Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento, os órgãos municipais e intermunicipais relacionados aos resíduos sólidos;

XII - A regulação e a fiscalização dos serviços que pode ser delegada para agência externa ao município;

XIII - aderir aos compromissos da A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública), incluído o processo de compras sustentáveis, para todos os órgãos da administração pública local;

XIV - Identificar classes de consumidores: industriais, comerciais e residenciais para instituição de taxas diferenciadas, conforme regulamentação específica, que leve em consideração:

- nível de renda da população da área atendida;
- características dos lotes urbanos e áreas neles edificadas;
- massa ou volume médio coletado por habitante ou por domicílio e
- mecanismos econômicos de incentivo à minimização da geração de resíduos e à recuperação dos resíduos gerados.

XV - Elaborar estudo gravimétrico dos resíduos sólidos urbanos gerados no Município;

Parágrafo Único - O inventário anual de resíduos deve ser informado ao Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento - SNIS;

## CAPÍTULO II

### DAS RESPONSABILIDADES DOS GRANDES GERADORES

Art. 9º - Responsabilidades dos grandes geradores:

I - segregar e acondicionar os resíduos sólidos urbanos, nos locais determinados pelo poder público;

II - Elaborar e cumprir seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, quando couber;

III - Manter seus licenciamentos Ambientais regulares nos órgãos ambientais competentes, conforme exigências legais, inclusive exigindo apresentação da licença ambiental dos responsáveis pelo transporte de seus resíduos, quando exigido;

IV - Recuperar os danos ambientais causados em decorrência do lançamento de resíduos de forma inadequada no ambiente;

V - Pagar pelos serviços ambientais de sua responsabilidade, prestados pelo município;

VI - assinar e fazer cumprir os acordos setoriais para implantação da logística reversa e coleta seletiva;

VII - Assinar e fazer cumprir os Termos de Ajustamento de Conduta, quando acordado com o poder público municipal;

§1º Os responsáveis pela realização de eventos, de qualquer natureza, em locais públicos, devidamente autorizados pelo município, devem promover a limpeza e destinação adequada dos resíduos sólidos gerados, sendo que os orgânicos devem ser compostados, os recicláveis devem ser previamente segregados e destinados à catadores devidamente registrados pelo serviço Social do Município e os rejeitos encaminhados à coleta pública, desde que equiparados aos resíduos sólidos urbanos;

§2º A não observância do preceito anterior obriga o responsável pelo evento a remunerar o município pela prestação do serviço e as sanções legais cabíveis;

## CAPÍTULO III

### DAS RESPONSABILIDADES DOS PEQUENOS GERADORES

Art. 10º - Responsabilidades dos pequenos geradores:

I - segregar e acondicionar os resíduos sólidos urbanos, nos locais determinados pelo poder público, conforme diretrizes da coleta seletiva;

II - Devolver os produtos passíveis de logística reversa em locais adequados, disponibilizados pelos comerciantes em seus pontos de vendas, conforme determinações do Poder Público municipal e normas pertinentes;

III - entregar entulhos nos Locais de Entrega Voluntária instituídos e mantidos pelo poder público municipal;

## TÍTULO III

### DA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

#### CAPÍTULO I

#### DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 11º - O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Treze Tílias, elaborado para um horizonte de 20 (vinte) anos, deve ser atualizado ou revisto, de forma concomitante com a elaboração do Planos Plurianual Municipal, a cada 4 (quatro) anos;

Art. 12º - O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Treze Tílias deverá conter:

I - diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, com a indicação da origem, do volume e da massa, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;

II - identificação das áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o §1º do art. 182 da Constituição e o zoneamento ambiental, quando houver;

III - identificação da possibilidade de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando a economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;

IV - identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos ao plano de gerenciamento ou ao sistema de logística reversa, conforme os arts. 20 e 33 da Lei nº 12.305, de 2010, observadas as disposições deste Decreto e as normas editadas pelos órgãos do SISNAMA e do SNVS;

V - procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotadas nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, em consonância com o disposto na Lei nº 11.445, de 2007, e no Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010;

VI - regras para transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 da Lei nº 12.305, de 2010, observadas as normas editadas pelos órgãos do SISNAMA e do SNVS, bem como as demais disposições previstas na legislação federal e estadual;

VII - definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização pelo Poder Público, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos;

VIII - programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização, a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos sólidos;

IX - programas e ações voltadas à participação de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, quando houver;

X - sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, observado o disposto na Lei nº 11.445, de 2007;

XI - metas de coleta seletiva e reciclagem dos resíduos;

XII - descrição das formas e dos limites da participação do Poder Público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o

disposto no art. 33 da Lei nº 12.305, de 2010, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XIII - identificação de áreas de disposição inadequada de resíduos e áreas contaminadas e respectivas medidas saneadoras;

## CAPÍTULO II

### DOS PLANOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 13º - Estão sujeitos à elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conforme legislação e Normas específicas para cada atividade e segundo Termo de Referência elaborado pelo órgão ambiental municipal:

I - estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços caracterizados como grandes geradores;

II - titulares dos serviços públicos de saneamento básico, excetuando-se os geradores de Resíduos Sólidos Urbanos;

III - Geradores de resíduos industriais;

IV - os Serviços de Saúde;

V - empresas geradoras de resíduos sólidos da construção civil;

VI - geradores de resíduos de mineração;

VII - as empresas de transporte com sede no município;

VIII - as pessoas jurídicas responsáveis por atividades agrossilvopastoris;

IX - ou geradores de resíduos perigosos;

Art. 14º - Os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos terão o seguinte conteúdo mínimo:

I - descrição do empreendimento ou atividade;

II - diagnóstico dos resíduos sólidos gerados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos,

III - Identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos gerados;

IV - determinação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos;

V - definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;

VI - identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;

VII - ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;

VIII - metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e à reutilização e reciclagem;

IX - se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e logística reversa;

X - medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;

XI - periodicidade de sua revisão, observado, se couber, o prazo de vigência da respectiva licença ambientais;

XII - Atividades de educação ambiental desenvolvidas;

XIII - Responsável Técnico pela elaboração do Plano de Gerenciamento, com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica no Conselho Profissional específico;

XIV - Responsável Técnico pela implementação, operacionalização e monitoramento do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, através de Termo de Responsabilidade Técnica registrado no Conselho Profissional específico;

§ 1º O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos atenderá ao disposto no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, no Plano Municipal de Saneamento Básico e legislação correlata;

§ 2º às microempresas e empresas de pequeno porte estão dispensadas da apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos se gerarem apenas resíduos sólidos domiciliares ou equiparados pelo poder público municipal, excetuando-se àquelas que geram resíduos perigosos;

§ 3º às microempresas e empresas de pequeno porte poderão ter seus Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos em conjunto com empresas com as quais operam de forma integrada, desde

que estejam localizadas na área de abrangência da mesma autoridade de licenciamento ambiental, porém, deverá conter a indicação individualizada das atividades e dos resíduos sólidos gerados, bem como as ações e responsabilidades atribuídas a cada um dos empreendimentos;

§ 4º. O órgão ambiental municipal fornecerá os Termos de Referência para elaboração dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e os Planos Simplificados;

Art. 15º - Os responsáveis pela execução devem apresentar relatórios anuais sobre a implementação e a operacionalização dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, inclusive com estudo gravimétrico dos resíduos gerados, ao órgão municipal competente, que os repassará aos ao Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR)

Art. 16º - O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama, sendo que sua elaboração e regularidade é requisito para o funcionamento do empreendimento ou atividade no município;

§ 1º Nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos cabe à autoridade municipal competente.

§ 2º No processo de licenciamento ambiental a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama, será assegurada oitiva do órgão municipal competente, ou por este delegado, em todo o processo de gestão dos resíduos.

## CAPÍTULO III

### DA COLETA SELETIVA

Art. 17º - A coleta seletiva dar-se-á mediante a segregação prévia dos resíduos sólidos conforme sua constituição ou composição; no mínimo, a separação de resíduos secos e úmidos e progressivamente, ser estendida à separação dos resíduos secos em suas parcelas específicas, segundo metas estabelecidas no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;

Art. 18º - Para esta Lei é considerado acondicionamento adequado, para coleta seletiva:

I - a disponibilização dos resíduos em embalagens amarradas ou fechadas, acondicionadas em lixeiras disponibilizadas pelo município, em locais próximos as residências

II - em Locais de Entrega Voluntária para Recicláveis, instalados e mantidos pelo município;

III - Em locais particulares, exclusivos, fechados, para acondicionamento temporário, livre da ação das intempéries, de vetores, animais ou acesso de pessoas não autorizadas;

IV - Em locais diferentes do anteriores desde que determinados pelo órgão ambiental competente;

Art.19º - Os consumidores são obrigados a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada, os resíduos sólidos gerados, reutilizáveis e recicláveis, para coleta ou devolução quando passíveis de logística reversa;

Art. 20º - Os Resíduos orgânicos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços passíveis de tratamento devem ser obrigatoriamente submetidos ao processo de compostagem;

Art. 21º - Os resíduos sólidos recicláveis gerados em estabelecimentos comerciais devem ser acondicionados em locais próprios e disponibilizados, preferencialmente, aos catadores devidamente registrados no serviço social do município;

Art. 22º - Os óleos comestíveis usados, gerados nos estabelecimento comerciais e industriais, devem ser integralmente entregues para coleta específica, através de contrato com Organizações Não Governamentais ou empresas de coleta;

Art. 23º - Os óleos comestíveis usados, gerados nas residências, devem ser entregues nos Pontos de Entrega Voluntária registrados, disponíveis no Município;

Art. 24º - O sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos priorizará a participação dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda, devidamente



registrados no serviço social do Município.

Art. 25º - A coleta seletiva poderá ser implantada sem prejuízo da implantação dos sistemas de logística reversa.

#### CAPÍTULO IV

##### DA LOGÍSTICA REVERSA

Art. 26º - São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Art. 27º - Os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos são responsáveis pelo ciclo de vida dos produtos, conforme os acordos setoriais para implantação da logística reversa, os Termos de Ajuste de Conduta e a legislação e normas pertinentes;

Art. 28º - A obrigação referida no caput não isenta os consumidores de observar as regras de acondicionamento, segregação e destinação final dos resíduos previstas na legislação do titular do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Art. 29º - Os sistemas de logística reversa serão implementados e operacionalizados por meio dos seguintes instrumentos:

I - acordos setoriais;

II - regulamentos expedidos pelo Poder Público ou

III - termos de compromisso.

Art. 30º - Os acordos setoriais para implantação da logística reversa no município obedecerá os ritos e o acordos firmados no âmbito federal, respeitando as particularidades locais, tendo seus termos de referência elaborados pelo órgão ambiental municipal;

Art. 31º - O sistema de logística reversa de agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, seguirá o disposto na Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, e no Decreto no 4.074, de 4 de janeiro de 2002.

Art. 32º - sem prejuízo da implantação da logística reversa, ficam obrigados no município:

I - a rede autorizada de assistência técnica e os comerciantes de pilhas e baterias, a aceitar dos usuários a devolução das unidades usadas, cujas características sejam similares àquelas comercializadas por estes, devendo ser acondicionadas adequadamente e armazenadas de forma segregada, obedecidas as normas ambientais e de saúde pública pertinentes, bem como as recomendações definidas pelos fabricantes ou importadores, até o seu repasse a estes últimos;

II - Em relação aos pneus inservíveis:

a) os estabelecimentos de comercialização de pneus são obrigados, no ato da troca de um pneu usado por um pneu novo ou reformado, a receber e armazenar temporariamente e adequadamente, os pneus usados entregues pelo consumidor, sem qualquer tipo de ônus para este, adotando procedimentos de controle que identifiquem a sua origem e destino;

b) o poder público deve firmar parcerias com os fabricantes para garantir a destinação dos pneus inservíveis para os pontos de coleta regional na impossibilidade da existência de um ponto de coleta local;

III - os estabelecimentos que comercializam produtos eletrônicos devem, individual ou coletivamente, promover campanhas semestrais de arrecadação de lixo tecnológico em parceria com empresas

de coleta desses resíduos ou Organizações Não Governamentais; IV - em relação aos resíduos veterinários, o Poder Público Municipal, deve buscar parcerias para:

a) manter campanha de orientação para os produtores rurais em relação ao destino adequado destes resíduos;

b) manter locais adequados para a coleta destes resíduos;

c) destinar os resíduos veterinários para a empresa responsável pela coleta dos resíduos dos serviços de saúde;

d) exigir das empresas agropecuárias, em conjunto com o órgão ambiental municipal, seus respectivos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e os relatórios anuais pertinentes;

Parágrafo Único - os resíduos veterinários gerados por pessoas jurídicas são de responsabilidade destas e devem ter destinação adequada expressa nos seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;

#### CAPÍTULO V

##### DOS RESÍDUOS PERIGOSOS

Art. 33º - A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica, além de condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

§1º - As pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, são obrigadas a se cadastrar no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos conforme Instrução Normativa IBAMA nº 1 de 25 de janeiro de 2013 e seus anexos;

§2º - O cadastro previsto no caput será coordenado pelo órgão federal competente do Sisnama e implantado de forma conjunta com a autoridade municipal.

Art. 34º - As pessoas jurídicas referidas no art. 33º devem elaborar seu Plano de Gerenciamento de Resíduos e submetê-lo ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS;

Art. 35º - Cabe às pessoas jurídicas referidas no art. 33º:

I - manter registro atualizado e facilmente acessível de todos os procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do seu plano de Gerenciamento;

II - informar anualmente ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, sobre a quantidade, a natureza e a destinação temporária ou final dos resíduos sob sua responsabilidade;

III - adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

IV - informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

§ 1º - Sempre que solicitado pelos órgãos competentes do Sisnama e do SNVS, será assegurado acesso para inspeção das instalações e dos procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos perigosos;

§ 2º - No caso de controle a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama e do SNVS, as informações sobre o conteúdo, a implementação e a operacionalização do plano previsto no caput serão repassadas ao poder público municipal, na forma do regulamento.

#### TÍTULO IV

##### DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 36º - A educação ambiental na gestão dos resíduos sólidos é parte integrante da Política Municipal de Resíduos Sólidos e tem como objetivo o aprimoramento do conhecimento, dos valores, dos comportamentos e do estilo de vida relacionados com a gestão e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, obedecendo as diretrizes gerais fixadas na Política Nacional de Educação Ambiental e seus regulamentos, para tanto o Poder Público deverá adotar as seguintes medidas:

I - incentivar atividades de caráter educativo e pedagógico, em colaboração com entidades do setor empresarial e da sociedade civil organizada elaborando e executando programas e ações que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;

II - realizar ações educativas voltadas aos consumidores, em parceria com fabricantes, importadores, comerciantes e distribuidores, com enfoque diferenciado para os agentes envolvidos direta e indiretamente com os sistemas de coleta seletiva e logística reversa;

III - desenvolver ações educativas voltadas à conscientização dos consumidores com relação ao consumo sustentável e às suas responsabilidades no âmbito da responsabilidade compartilhada de que trata a Lei nº 12.305, de 2010;

IV - desenvolver atividades de educação informal e formal incentivando a compostagem doméstica;

V - promover a capacitação dos gestores públicos para que atuem como multiplicadores nos diversos aspectos da gestão integrada dos resíduos sólidos;

VI - divulgar os conceitos relacionados com a coleta seletiva, com a logística reversa, com o consumo consciente e com a minimização da geração de resíduos sólidos

Parágrafo Único - os empreendimentos sujeitos à elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos devem contemplar em suas ações práticas efetivas de educação ambiental comprovadas através dos relatórios anuais entregues ao órgão ambiental municipal;

#### TÍTULO V DAS PROIBIÇÕES

Art. 37º - São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

I - lançamento de resíduos em quaisquer corpos hídricos

II - lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

III - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

IV - lançamento ou disposição em mananciais e em suas áreas de drenagem, cursos d'água, lagoas, áreas de várzea, terrenos baldios, cavidades subterrâneas, poços e cacimbas, mesmo que abandonadas, em áreas de preservação permanente e em áreas sujeitas a inundação, esta conforme avaliação do órgão ambiental competente;

V - lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telefone, bueiros e assementados;

§ 1º Quando decretada emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto pode ser realizada, desde que autorizada e acompanhada pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e, quando couber, do Suasa.

§ 2º Assegurada a devida impermeabilização, as bacias de decantação de resíduos ou rejeitos industriais ou de mineração, devidamente licenciadas pelo órgão competente do Sisnama, não são consideradas corpos hídricos para efeitos do disposto no inciso I do caput.

VI - destinação de resíduos especiais, segundo a especificação dessa Lei, juntamente com os resíduos sólidos urbanos;

Art. 38º - São proibidas, nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, as seguintes atividades:

I - utilização dos rejeitos dispostos como alimentação;

II - criação de animais domésticos;

III - armazenamento em edificação inadequada;

IV - utilização de resíduos perigosos como matéria-prima e fonte de energia, bem como a sua incorporação em materiais, substâncias ou produtos, sem prévia aprovação do órgão de controle ambiental;

V - utilização para alimentação humana;

VI - utilização para alimentação animal em desacordo com as

normas ambientais competentes;

VII - a utilização de resíduos sólidos in natura como insumo agrícola;

Art. 39º - A acumulação temporária de resíduos sólidos de qualquer natureza, até sua destinação adequada, somente será tolerada caso não ofereça risco de poluição ambiental e mediante autorização do órgão ambiental, que fixará o prazo máximo de depósito no ato de autorização;

Art. 40º - os resíduos sólidos comerciais orgânicos, não caracterizados como rejeitos, mesmo dos pequenos geradores, não podem ser entregues à coleta convencional devendo, obrigatoriamente, ser submetidos a compostagem;

Art. 41º - os estabelecimentos comerciais ou industriais que utilizem óleo comestíveis na preparação de alimentos ficam proibidos de entregá-los à coleta convencional, devendo destiná-los à empresas especializadas pela coleta, Organização não Governamental ou catadores devidamente registrados pelo Serviço Social do município, que passam a ser responsáveis pela destinação ambientalmente correta desses resíduos;

#### TÍTULO VI DAS PENALIDADES

Art. 42º - As infrações ambientais são apuradas em processo administrativo próprio, instaurada pelo órgão ambiental competente, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições desta Lei e subsidiariamente às disposições contidas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

Art. 43º - As infrações de que trata o artigo anterior serão punidas com as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária

IV - interdição, temporária ou definitiva, total ou parcial;

V - suspensão de benefícios fiscais ou administrativos;

VI - apreensão ou recolhimento, temporário ou definitivo; e

VII - cassação de alvará de licenciamento do estabelecimento.

§1º Na tipificação da infração, definição do valor e dos critérios para a aplicação das multas, será considerado, no que couber, o Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, que estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

§ 2º O valor das multas será revertido ao Fundo Municipal de Saneamento Básico, ou outro fundo específico, determinado pelo Poder Público, para aplicação em programas, projetos e ações de educação ambiental, mediante conta específica.

#### TÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 44º - as tecnologias utilizadas para a tratamento dos resíduos sólidos orgânicos devem respeitar as diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima;

Art. 45º - A implantação da logística reversa se dará progressivamente conforme os acordos setoriais firmados no âmbito federal;

Art. 46º - A implementação das ações contidas na presente Lei priorizará a participação do município no Consórcio Intermunicipal criado para regionalizar a gestão dos resíduos sólidos, objetivando a diminuição dos custos, a ampliação da capacidade técnica e gerencial, a regulação, fiscalização, avaliação e a qualidade dos serviços prestados;

Art. 47º - Ficam incorporadas a esta Lei as disposições federais, especialmente as normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, naquilo que não forem disciplinadas e complementadas pela legislação municipal, sendo o seu desatendimento, considerado infração à legislação municipal;

Art. 48º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Gabinete do prefeito de Treze Tílias (SC) 04 de setembro de 2014  
MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Complementar lei no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária da Administração e Fazenda

### LEI Nº 1820

LEI Nº 1.820/2014

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL 1795/2013 'LOA PARA 2014', ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de TREZE TÍLIAS, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado a Lei Municipal nº 1795/2013 de 12 de dezembro de 2013 (LOA) e efetua abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente do Município de Treze Tílias, no valor de R\$ 9.000,00 (Nove Mil reais), para inclusão de nova vinculação na seguinte ação orçamentária:

Órgão	0x.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Unidade	03.01	Secretaria de Administração e Fazenda
Função	4	Administração
Subfunção	122	Administração Geral
Programa	0003	Manutenção dos Serviços da Secretaria
Ação	2.003	Manutenção dos Serviços da Secretaria
Despesa	80	3.3.71.00.00.00.0.1.00 - Transferência a Consórcios Públicos - R\$ 9.000,00

Art. 2º Para a abertura do crédito adicional especial especificado no art. 1º desta lei serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

03.01.2003.4.4.90.00.00.00 R\$ 9.000,00

Art. 3º Fica autorizado o Executivo Municipal a efetuar a inclusão das novas ações conforme art. 1º e 3º desta lei no Plano Plurianual do Município de Treze Tílias para o quadriênio 2014-2017 aprovado pela Lei Municipal 1781 de 18 de setembro de 2013 (PPA), bem como a alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício 2014 aprovada pela Lei Municipal 1784 de 23 de outubro de 2013.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,  
aos 04 dias de setembro de 2014.  
MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária da Administração e Fazenda

### Lei Nº 1821

LEI Nº 1.821/2014

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PMGIRS DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, conforme anexo I, parte integrante desta lei;

Art. 2º O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é composto pelo Diagnóstico Municipal dos Resíduos Sólidos e Planejamentos das Ações do gerenciamento dos resíduos no Município de Treze Tílias.

Art. 3º O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deve ser revisto a cada 4 (quatro) anos, em conjunto com o Plano Plurianual do Município.

Art.4º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias (SC) 04 de setembro de 2014.  
MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios- DOM

WERDIANA FALCHETTI  
Secretária da Administração e Fazenda

### Decreto Nº 1923

DECRETO Nº 1.923/2014 DE 1º DE SETEMBRO DE 2014

REGULAMENTA O ARTIGO 6º, I E II DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 007/2005 QUE DISPÕE SOBRE O ITINERÁRIO E HORÁRIO DO TRANSPORTE COLETIVO NO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS/SC., no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1º. O transporte coletivo do Município de Treze Tílias, realizado pela Prefeitura Municipal com veículo próprio será isento do pagamento de preço público e o itinerário para as Linhas do Interior a ser seguido será:

I - Nas Terças-feiras:

- a) Saída da Linha Três Barras às 11h30min, passando pela Linha Barracas, Linha Jataí, Linha Pinhal Preto, Linha Pinhal, Linha Caçador, chegando em Treze Tílias;
- b) Saída de Treze Tílias para Linha Caçador às 16 horas;
- c) Saída de Treze Tílias para Linha Três Barras às 17 horas;

II - Nas Quintas-feiras:

- a) Saída da Linha Três Barras às 07 horas, com destino a Treze Tílias;
- b) Retorno de Treze Tílias às 11h30min, com destino à Linha Três

Barras;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias/SC, ao 1º de setembro de 2014.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - D.O.M.

WERYDIANA FACHETTI

Secretária da Administração e Finanças

**RELATÓRIOS DO RREO 4º BIMESTRE**

Município de TREZE TILIAS - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	10.000,00	92.752,00	-82.752,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00	92.752,00	-82.752,00
<b>TOTAL</b>	10.000,00	92.752,00	-82.752,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	92.752,00	92.752,00

FONTE:

Município de TREZE TIJLÍAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

PREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>20.640.533,59</b>	<b>20.640.533,59</b>	<b>4.907.081,13</b>	<b>23,77</b>	<b>16.870.283,33</b>	<b>81,73</b>
RECEITAS CORRENTES	18.960.533,59	18.960.533,59	4.129.354,84	21,78	15.296.037,19	80,67
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.217.100,00	1.217.100,00	795.536,08	65,36	1.551.412,67	127,47
IMPOSTOS	982.000,00	982.000,00	715.280,87	72,84	1.323.398,81	134,77
TAXAS	165.100,00	165.100,00	75.953,70	46,00	223.712,35	135,50
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	70.000,00	70.000,00	4.301,51	6,15	4.301,51	6,15
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	268.000,00	268.000,00	87.987,97	32,83	329.530,77	122,96
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	41.510,48	0,00	152.068,85	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	268.000,00	268.000,00	46.477,49	17,34	177.461,92	66,22
RECEITA PATRIMONIAL	128.000,00	128.000,00	65.391,07	51,09	196.036,37	153,15
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	128.000,00	128.000,00	65.391,07	51,09	196.036,37	153,15
RECEITA DE SERVIÇOS	40.000,00	40.000,00	10.066,86	25,17	71.725,54	179,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.943.433,59	16.943.433,59	3.038.529,00	17,93	12.714.036,68	75,04
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.883.433,59	16.883.433,59	2.994.576,98	17,74	12.532.349,77	74,23
Transf. de Conv.	60.000,00	60.000,00	43.952,02	73,25	181.686,91	302,81
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	364.000,00	364.000,00	131.843,86	36,22	433.295,16	119,04
Multas e Juros de Mora	350.000,00	350.000,00	80.056,56	22,87	272.554,44	77,87
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	5.513,00	0,00	22.889,02	0,00
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	10.000,00	10.000,00	37.118,64	371,19	97.132,14	971,32
RECEITAS DIVERSAS	4.000,00	4.000,00	9.155,66	228,89	40.719,56	1017,99
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.680.000,00</b>	<b>1.680.000,00</b>	<b>777.726,29</b>	<b>46,29</b>	<b>1.574.246,14</b>	<b>93,71</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00	27.750,00	277,50	92.752,00	927,52
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00	10.000,00	27.750,00	277,50	92.752,00	927,52
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	370.000,00	370.000,00	749.976,29	202,70	1.481.494,14	400,40
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	370.000,00	370.000,00	749.976,29	202,70	1.481.494,14	400,40
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>20.640.533,59</b>	<b>20.640.533,59</b>	<b>4.907.081,13</b>	<b>23,77</b>	<b>16.870.283,33</b>	<b>81,73</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Continua 2/3

Continua 2/3



Município de TREZE TIΛIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	20.640.533,59	5.070.444,27	25.710.977,86	3.600.585,29	19.280.672,63	4.389.389,77	15.162.873,99	10.548.103,87
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.707.409,34	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	20.640.533,59	5.070.444,27	25.710.977,86	3.600.585,29	19.280.672,63	4.389.389,77	16.870.283,33	10.548.103,87

FONTE:

Município de TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	20.640.533,59	25.710.977,86	3.600.585,29	19.280.672,63	4.389.389,77	15.162.873,99	100,00	58,97
Legislativa	753.820,00	753.820,00	0,00	172.213,89	0,00	164.288,85	1,08	21,79
Ação Legislativa	753.820,00	753.820,00	0,00	172.213,89	0,00	164.288,85	1,08	21,79
Administração	3.620.000,00	3.775.000,00	504.114,75	2.442.458,00	555.199,76	2.134.312,32	14,08	56,54
Administração Geral	3.620.000,00	3.775.000,00	504.114,75	2.442.458,00	555.199,76	2.134.312,32	14,08	56,54
Segurança Pública	350.000,00	350.000,00	11.364,06	57.800,59	10.655,88	56.280,91	0,37	16,08
Defesa da Ordem Jurídica	350.000,00	350.000,00	11.364,06	57.800,59	10.655,88	56.280,91	0,37	16,08
Assistência Social	1.053.200,00	1.163.200,00	177.908,20	730.152,19	199.296,29	694.614,99	4,58	59,72
Assistência ao Idoso	30.000,00	40.000,00	7.908,31	20.478,79	6.188,74	16.628,93	0,11	41,57
Assistência à Criança e ao Adolescente	99.600,00	114.600,00	6.410,11	69.501,92	7.350,58	68.514,58	0,45	59,79
Assistência Comunitária	623.600,00	708.600,00	112.567,17	441.289,61	118.159,57	410.589,61	2,71	57,94
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	300.000,00	300.000,00	51.022,61	198.881,87	67.597,40	198.881,87	1,31	66,29
Saúde	3.570.000,00	4.076.000,00	839.669,96	3.339.808,78	902.450,01	2.929.457,82	19,32	71,87
Atenção Básica	3.552.000,00	4.058.000,00	837.254,51	3.330.523,09	900.961,86	2.921.099,43	19,26	71,98
Vigilância Sanitária	18.000,00	18.000,00	2.415,45	9.285,69	1.488,15	8.358,39	0,06	46,44
Educação	5.575.400,00	6.019.844,27	1.026.227,05	5.039.293,70	1.103.964,07	4.214.967,33	27,80	70,02
Ensino Fundamental	3.593.000,00	3.862.444,27	572.995,06	3.265.287,30	665.880,82	2.561.914,62	16,90	66,33
Ensino Superior	520.000,00	520.000,00	103.631,69	341.996,11	98.235,69	298.452,33	1,97	57,39
Educação Infantil	1.263.900,00	1.438.900,00	320.592,22	1.271.860,19	300.347,48	1.234.284,28	8,14	85,78
Educação de Jovens e Adultos	141.500,00	141.500,00	25.965,92	124.706,30	32.017,92	95.972,30	0,63	67,82
Educação Especial	57.000,00	57.000,00	3.042,16	35.443,80	7.482,16	24.343,80	0,16	42,71
Cultura	392.100,00	438.100,00	40.290,12	256.214,76	57.302,86	206.681,44	1,36	47,18
Diffusão Cultural	392.100,00	438.100,00	40.290,12	256.214,76	57.302,86	206.681,44	1,36	47,18
Urbanismo	523.000,00	3.475.000,00	100.803,08	3.047.035,47	511.489,16	1.286.234,13	8,48	37,01
Serviços Urbanos	523.000,00	3.475.000,00	100.803,08	3.047.035,47	511.489,16	1.286.234,13	8,48	37,01
Habituação	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	545.000,00	902.000,00	99.683,53	780.597,67	91.837,01	445.334,56	2,94	49,37
Extensão Rural	545.000,00	902.000,00	99.683,53	780.597,67	91.837,01	445.334,56	2,94	49,37
Indústria	335.000,00	335.000,00	0,00	320.000,00	60.000,00	320.000,00	2,11	95,52
Promoção Industrial	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.640.533,59	25.710.977,86	3.600.585,29	19.280.672,63	4.389.389,77	15.162.873,99	100,00	58,97
Indústria	335.000,00	335.000,00	0,00	320.000,00	60.000,00	320.000,00	2,11	96,52
Turismo	320.000,00	320.000,00	0,00	320.000,00	60.000,00	320.000,00	2,11	100,00
Comércio e Serviços	687.500,00	877.500,00	106.563,23	565.500,18	128.825,08	329.362,03	2,17	37,53
Turismo	687.500,00	877.500,00	106.563,23	565.500,18	128.825,08	329.362,03	2,17	37,53
Transporte	2.920.513,59	3.210.513,59	632.488,07	2.296.714,97	704.343,79	2.153.038,08	14,20	67,06
Transporte Rodoviário	2.920.513,59	3.210.513,59	632.488,07	2.296.714,97	704.343,79	2.153.038,08	14,20	67,06
Desporto e Lazer	305.000,00	325.000,00	61.473,24	232.882,43	64.025,86	228.301,53	1,51	70,25
Desporto Comunitário	305.000,00	325.000,00	61.473,24	232.882,43	64.025,86	228.301,53	1,51	70,25
TOTAL (III) = (I + II)	20.640.533,59	25.710.977,86	3.600.585,29	19.280.672,63	4.389.389,77	15.162.873,99	100,00	58,97

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE TREZE TIHAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	982.000,00	982.000,00	726.427,35	1.361.459,36	138,64
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	430.000,00	430.000,00	501.921,18	521.158,24	121,20
1.1.1- IPTU	430.000,00	430.000,00	480.017,40	481.306,11	111,93
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	-	0,00	154,22	263,67	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	-	0,00	16.676,64	30.903,31	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	-	0,00	5.072,92	8.885,15	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	143.000,00	143.000,00	32.484,48	193.049,55	135,00
1.2.1- ITBI	143.000,00	143.000,00	32.484,48	193.049,55	135,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	284.000,00	284.000,00	131.811,00	419.431,14	147,69
1.3.1- ISS	284.000,00	284.000,00	127.560,89	391.800,15	137,96
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	14,26	124,78	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	-	0,00	1.220,80	17.257,47	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	3.015,05	10.248,74	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	125.000,00	125.000,00	60.210,69	227.820,43	182,26
1.4.1- IRRF	125.000,00	125.000,00	60.210,69	227.820,43	182,26
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	16.115.283,59	16.115.283,59	2.574.945,74	10.982.748,51	68,03
2.1- Cota-Parte FPM	6.396.703,12	6.396.703,12	817.552,68	3.857.285,62	60,30
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.396.703,12	6.396.703,12	817.552,68	3.857.285,62	60,30
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.630.530,47	8.630.530,47	1.508.119,71	6.229.158,34	72,18
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº67/1996	45.000,00	45.000,00	6.897,76	24.142,16	53,65
2.4- Cota-Parte IPVA-Exportação	221.550,00	221.550,00	17.267,85	66.396,33	29,96
2.5- Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	14,53	32,64	2,18
2.6- Cota-Parte IPVA	820.000,00	820.000,00	225.093,21	785.743,42	95,82
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>17.097.283,59</b>	<b>17.097.283,59</b>	<b>3.301.373,09</b>	<b>12.324.207,87</b>	<b>72,08</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	385.000,00	385.000,00	92.224,16	352.437,68	91,54
5.1- Transferências do Salário-Educação	250.000,00	250.000,00	61.883,26	257.250,23	102,90
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - FNAE	70.000,00	70.000,00	20.759,20	71.233,20	101,76
5.4- Transferências Diretas - FNATE	65.000,00	65.000,00	9.581,70	23.954,25	36,85
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	80.000,00	80.000,00	79.683,30	210.039,09	262,55
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>465.000,00</b>	<b>465.000,00</b>	<b>171.907,46</b>	<b>562.476,77</b>	<b>120,96</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	3.196.300,00	3.196.300,00	511.535,16	2.179.356,97	68,18
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.360.000,00	1.360.000,00	163.510,49	771.456,92	56,72
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.640.000,00	1.640.000,00	301.623,77	1.245.830,96	75,97
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	12.000,00	12.000,00	1.379,54	4.829,39	40,24
10.4- Cota-Parte IPVA-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	300,00	300,00	2,90	6,51	2,17
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	164.000,00	164.000,00	45.018,46	157.234,19	95,87
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	2.602.000,00	2.602.000,00	581.036,25	2.424.952,69	93,20
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.600.000,00	2.600.000,00	578.982,41	2.416.831,85	92,95
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.000,00	2.000,00	2.053,84	8.320,84	416,04
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-96.300,00</b>	<b>-96.300,00</b>	<b>67.447,25</b>	<b>237.274,88</b>	<b>-39,79</b>
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.842.100,00	1.939.544,27	404.489,46	1.579.308,26	81,43
13.1- Com Educação Infantil	802.100,00	802.100,00	175.556,48	665.103,96	82,92
13.2- Com Ensino Fundamental	1.040.000,00	1.137.444,27	228.932,98	914.204,30	80,37
14- OUTRAS DESPESAS	813.800,00	853.800,00	210.118,30	806.520,33	94,70
14.1- Com Educação Infantil	325.800,00	360.800,00	91.558,05	347.796,26	96,40
14.2- Com Ensino Fundamental	488.000,00	493.000,00	118.560,25	460.724,07	93,45
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.655.900,00	2.793.344,27	614.607,76	2.387.828,59	85,48
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					2.387.828,59
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					65,13
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					33,34
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					1,53
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 <sup>2</sup>					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>2</sup>	4.274.320,90	4.274.320,90	825.343,27	3.081.051,97	72,08
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.263.900,00	1.438.900,00	300.347,48	1.234.284,28	85,78
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.255.000,00	3.469.444,27	582.414,62	2.266.440,83	65,33
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.528.000,00	1.630.444,27	347.493,23	1.374.928,37	84,33
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.727.000,00	1.839.000,00	234.921,39	891.512,46	48,48
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.518.900,00	4.908.344,27	882.762,10	3.500.725,11	71,32
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					237.274,88
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					8.320,84
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					97.444,27
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					343.039,99
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					3.157.685,12
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					25,62
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	315.000,00	325.000,00	59.193,68	237.595,66	73,11
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	315.000,00	325.000,00	59.193,68	237.595,66	73,11
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.833.900,00	5.233.344,27	941.955,78	3.738.320,77	71,43



MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	97.444,27	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.416.631,85	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.395.164,89	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	2.395.164,89	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	8.320,84	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	127.232,07	0,00

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 97.444,27, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)</b>	<b>1.300.000,00</b>	<b>0,00</b>		<b>1.300.000,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	6.755.500,00	2.322.410,48	0,00	4.433.089,52
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>6.755.500,00</b>	<b>2.322.410,48</b>	<b>0,00</b>	<b>4.433.089,52</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-5.455.500,00</b>	<b>-2.322.410,48</b>		<b>-3.133.089,52</b>

FONTE:

Município de TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.663.150,34	4.603.259,66	4.995.784,72
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.671.560,34	4.739.886,54	5.180.090,83
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	8.410,00	136.626,88	184.306,11
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.663.150,34	-4.603.259,66	-4.995.784,72
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-3.663.150,34</b>	<b>-4.603.259,66</b>	<b>-4.995.784,72</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-392.525,06</b>	<b>-1.332.634,38</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>63.000,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Município de TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>18.832.533,59</b>	<b>4.063.963,77</b>	<b>15.100.000,82</b>	<b>13.247.831,23</b>
Receita Tributária	1.217.100,00	795.536,08	1.551.412,67	1.263.745,73
I.P.T.U.	430.000,00	480.017,40	481.306,11	418.048,87
I.S.S.	284.000,00	127.560,89	391.800,15	282.579,73
I.T.B.I.	143.000,00	32.484,48	193.049,55	191.833,67
I.R.R.F.	125.000,00	60.210,69	227.820,43	200.008,88
Outras Receitas Tributárias	235.100,00	95.262,62	257.436,43	171.274,58
Receita de Contribuição	268.000,00	87.987,97	329.530,77	277.977,13
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	268.000,00	87.987,97	329.530,77	277.977,13
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	128.000,00	65.391,07	196.036,37	96.978,74
(-) Aplicações Financeiras	128.000,00	65.391,07	196.036,37	96.978,74
Transferências Correntes	16.943.433,59	3.038.529,00	12.714.036,68	11.178.096,69
F.P.M.	5.036.703,12	654.042,19	3.085.828,70	2.858.311,64
I.C.M.S.	6.990.530,47	1.206.495,94	4.983.327,38	4.457.850,28
Convênios	60.000,00	43.952,02	181.686,91	85.107,96
Outras Transferências Correntes	4.856.200,00	1.134.038,85	4.463.193,69	3.776.826,81
Demais Receitas Correntes	404.000,00	141.910,72	505.020,70	528.011,68
Divida Ativa	10.000,00	37.118,64	97.132,14	40.413,20
Diversas Receitas Correntes	394.000,00	104.792,08	407.888,56	487.598,48
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>1.680.000,00</b>	<b>777.726,29</b>	<b>1.574.246,14</b>	<b>349.933,70</b>
Operações de Crédito (III)	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	10.000,00	27.750,00	92.752,00	23.100,00
Transferências de Capital	370.000,00	749.976,29	1.481.494,14	326.833,70
Convênios	370.000,00	749.976,29	1.481.494,14	326.833,70
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>370.000,00</b>	<b>749.976,29</b>	<b>1.481.494,14</b>	<b>326.833,70</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>19.202.533,59</b>	<b>4.813.940,06</b>	<b>16.581.494,96</b>	<b>13.574.664,93</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>18.945.477,86</b>	<b>3.515.322,97</b>	<b>12.840.463,51</b>	<b>11.250.799,99</b>
Pessoal e Encargos Sociais	9.443.344,27	1.734.061,48	6.679.354,46	6.122.829,32
Juros e Encargos da Dívida (IX)	30.000,00	115,94	664,28	1.241,62
Outras Despesas Correntes	9.472.133,59	1.781.145,55	6.160.444,77	5.126.729,05
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>18.915.477,86</b>	<b>3.515.207,03</b>	<b>12.839.799,23</b>	<b>11.249.558,37</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>6.755.500,00</b>	<b>874.066,80</b>	<b>2.322.410,48</b>	<b>1.789.048,31</b>
Investimentos	6.720.500,00	872.925,95	2.315.334,57	1.782.040,70
Inversões Financeiras	15.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	15.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	20.000,00	1.140,85	7.075,91	7.007,61
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>6.735.500,00</b>	<b>872.925,95</b>	<b>2.315.334,57</b>	<b>1.782.040,70</b>

Município de TREZE TILIAS - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.000,00	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>25.660.977,86</b>	<b>4.388.132,98</b>	<b>15.155.133,80</b>	<b>13.031.599,07</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-6.458.444,27</b>	<b>425.807,08</b>	<b>1.426.361,16</b>	<b>543.065,86</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	313.444,27	0,00
Superávit Financeiro	-	-	313.444,27	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>173.373,13</b>

FONTE:

TREZE TILIAS, 03/09/2014



## Município de TREZE TIULAS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Apr/2014	Maio/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.901.994,47</b>	<b>1.957.982,87</b>	<b>2.038.256,69</b>	<b>2.252.935,73</b>	<b>2.232.435,57</b>	<b>2.074.620,33</b>	<b>1.979.074,83</b>	<b>2.125.200,48</b>	<b>2.293.396,60</b>	<b>2.096.822,05</b>	<b>2.062.109,75</b>	<b>2.561.278,19</b>	<b>25.576.079,36</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	113.777,70	84.716,51	130.786,42	187.255,04	102.791,69	88.718,60	113.346,53	98.944,57	204.353,78	147.811,42	203.964,45	588.571,63	2.067.948,34
I.P.T.U.	763,47	1.756,41	3.674,34	5.825,79	752,44	62,20	474,07	0,00	43.463,39	34.588,44	59.892,68	420.124,72	483.626,12
I.R.R.F.	27.352,92	28.327,14	42.931,69	27.692,61	22.671,38	17.656,60	22.376,75	25.432,53	46.100,09	46.009,49	74.904,08	52.596,81	352.002,50
I.S.S.	52.321,01	37.033,06	52.946,27	51.283,48	44.931,83	46.425,53	41.408,74	40.323,48	25.425,92	34.628,02	10.750,26	21.734,22	286.087,77
I.T.B.I.	15.693,57	14.538,13	26.022,13	36.794,39	30.297,85	19.361,79	39.276,65	11.570,84	88.370,36	32.555,37	35.650,08	60.324,18	346.837,86
Outras Receitas Tributárias	17.646,73	3.061,77	4.911,99	63.682,77	4.138,19	6.212,48	9.810,32	21.517,72	40.885,12	42.641,00	45.015,96	42.972,02	479.379,22
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	36.340,11	38.420,89	38.737,64	36.346,81	40.462,07	37.313,96	39.177,97	41.082,68	16.192,76	27.261,88	7.194,36	40.694,85	213.688,80
RECEITA PATRIMONIAL	17.298,75	15.902,35	7.895,77	27.000,12	10.094,74	11.690,05	4.990,45	27.492,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.365,80	5.006,51	3.861,22	10.299,42	12.492,41	7.025,92	9.854,34	13.311,31	11.298,76	7.674,94	4.943,20	5.123,66	95.418,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.895.726,69	1.733.271,16	1.789.724,25	1.990.690,03	2.020.766,91	1.904.934,90	1.753.427,29	1.894.973,85	1.966.265,37	1.812.961,07	1.719.634,28	1.830.429,88	22.063.805,78
Cota-Parte de FPM	392.678,29	392.683,71	480.575,86	740.091,40	594.831,36	635.182,90	376.793,29	430.046,10	573.086,30	439.779,99	369.126,63	448.426,05	5.793.314,90
Cota-Parte do ICMS	744.705,84	724.389,81	806.736,04	795.158,03	815.782,14	776.689,65	787.929,98	767.389,11	780.655,10	791.993,65	735.987,71	772.132,00	9.300.129,06
Cota-Parte do IPVA	90.804,86	114.688,04	46.945,16	28.992,45	51.374,46	88.990,08	86.592,22	101.573,89	125.505,03	103.654,53	120.749,31	104.345,90	1.067.074,73
Cota-Parte do ITR	2.442,57	2.353,36	22,29	27,88	0,00	0,00	0,00	6,05	6,03	6,03	0,00	14,53	4.878,74
Outras Transferências Correntes	229.042,98	278.271,75	152.419,80	104.050,12	223.826,43	77.861,72	200.727,02	280.541,87	154.066,23	172.232,09	200.575,34	192.513,40	2.266.158,75
Transferências da LC 87/1989	8.479,16	9.004,28	10.054,68	10.746,23	10.871,81	8.639,72	8.637,55	9.399,81	10.223,84	9.737,67	10.003,61	10.311,51	116.399,63
Transferências da LC 87/1996	2.693,23	3.339,18	3.339,18	3.339,18	3.448,88	3.448,88	0,00	3.448,88	3.448,88	3.448,88	3.448,88	3.448,88	36.996,60
Transferências do FUNDEB	255.733,96	246.502,03	279.726,26	278.284,74	320.631,83	313.922,95	286.777,33	291.998,14	319.240,96	302.103,23	279.742,80	299.239,61	3.478.890,84
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	43.455,42	80.635,45	67.141,39	31.311,31	45.827,75	24.995,90	58.277,95	59.465,15	54.411,81	58.471,74	78.357,51	53.486,35	655.638,73
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>239.297,22</b>	<b>239.486,37</b>	<b>289.321,83</b>	<b>268.333,87</b>	<b>293.173,30</b>	<b>300.861,89</b>	<b>299.856,92</b>	<b>290.912,62</b>	<b>296.540,67</b>	<b>265.776,41</b>	<b>245.862,30</b>	<b>265.672,86</b>	<b>3.195.796,26</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	239.297,22	239.486,37	289.321,83	268.333,87	293.173,30	300.861,89	299.856,92	290.912,62	296.540,67	265.776,41	245.862,30	265.672,86	3.195.796,26
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>1.662.697,25</b>	<b>1.718.496,50</b>	<b>1.768.934,86</b>	<b>1.984.571,86</b>	<b>1.939.262,27</b>	<b>1.773.758,44</b>	<b>1.728.217,71</b>	<b>1.864.387,86</b>	<b>1.996.857,93</b>	<b>1.831.046,64</b>	<b>1.816.247,45</b>	<b>2.295.605,33</b>	<b>22.380.283,10</b>
FONTE													18.960.533,59

Município de TREZE TILOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	8.410,00	-	-	-	8.410,00	0,10	208.877,39	208.785,68	208.785,68	-	91,81
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	8.410,00	0,00	0,00	0,00	8.410,00	0,00	208.207,39	208.207,39	208.207,39	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	3.750,00	0,00	0,00	0,00	3.750,00	0,00	600,00	600,00	600,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.900,00	5.900,00	5.900,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	4.660,00	0,00	0,00	0,00	4.660,00	0,00	14.644,87	14.644,87	14.644,87	0,00	0,00
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.220,00	2.220,00	2.220,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	133.600,00	133.600,00	133.600,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.982,22	50.982,22	50.982,22	0,00	0,00
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280,30	280,30	280,30	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	670,00	578,29	578,29	0,00	91,81
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	670,00	578,29	578,29	0,00	91,81
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	8.410,00	0,00	0,00	0,00	8.410,00	0,10	208.877,39	208.785,68	208.785,68	0,00	91,81

FONTE:

Município de TREZE TILIAS - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	20.640.533,59	
Previsão Atualizada		—	20.640.533,59	
Receitas Realizadas		4.907.081,13	16.870.283,33	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	313.444,27	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	20.640.533,59	
Créditos Adicionais		—	5.070.444,27	
Dotação Atualizada		—	25.710.977,86	
Despesas Empenhadas		3.600.585,29	19.280.672,63	
Despesas Liquidadas		4.389.389,77	15.162.873,99	
Superavit Orçamentário		—	1.707.409,34	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		3.600.585,29	19.280.672,63	
Despesas Liquidadas		4.389.389,77	15.162.873,99	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			22.380.283,10	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		63.000,00	-1.332.634,38	-2.115,29
Resultado Primário		173.373,13	1.426.361,16	822,71
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	208.877,49	0,00	208.785,68	91,81
EXECUTIVO	208.207,39	0,00	208.207,39	0,00
LEGISLATIVO	670,10	0,00	578,29	91,81
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	8.410,00	0,00	0,00	8.410,00
EXECUTIVO	8.410,00	0,00	0,00	8.410,00
TOTAL:	217.287,49	0,00	208.785,68	8.501,81
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.157.685,12	25%	25,62
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.579.308,26	60%	65,13
Liquidadas		1.579.308,26		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.300.000,00	
Despesa de Capital Líquida		2.322.410,48	4.433.089,52	

Continua 1/2

Município de TREZE TILIAS - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			92.752,00	-82.752,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.318.057,55		15,00	18,79
Liquidadas	2.318.057,55			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	982.000,00	982.000,00	1.361.459,36	138,64
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	430.000,00	430.000,00	481.306,11	111,93
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	143.000,00	143.000,00	193.049,55	135,00
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	284.000,00	284.000,00	391.800,15	137,96
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	125.000,00	125.000,00	227.820,43	182,26
Dívida Ativa dos Impostos	0,00	0,00	388,45	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	48.160,78	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				
Cota-Parte FPM	16.136.733,59	16.136.733,59	18.933,89	68,01
Cota-Parte ITR	6.396.703,12	6.396.703,12	10.974.387,70	60,30
Cota-Parte IPVA	1.500,00	1.500,00	3.857.285,62	2,18
Cota-Parte ICMS	820.000,00	820.000,00	32,64	95,82
Cota-Parte IPH-Exportação	8.630.530,47	8.630.530,47	785.743,42	72,18
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	243.000,00	243.000,00	6.229.158,34	32,11
Desoneração ICMS (LC 87/96)	45.000,00	45.000,00	78.025,52	53,65
	45.000,00	45.000,00	24.142,16	53,65
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>17.118.733,59</b>	<b>17.118.733,59</b>	<b>12.335.847,06</b>	<b>72,06</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS Provenientes da União RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>800.000,00</b>	<b>800.000,00</b>	<b>1.273.420,26</b>	<b>159,18</b>
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				
DESPESAS CORRENTES Pessoal e Encargos Sociais Outras Despesas Correntes				
DESPESAS DE CAPITAL Investimentos				

Continua 1/4



Município de TREZE TIULAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL		80.000,00	341.000,00	335.970,03	98,52	241.796,20	70,91
Investimentos		80.000,00	341.000,00	335.970,03	98,52	241.796,20	70,91
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)		3.570.000,00	4.076.000,00	3.339.808,78	81,94	2.929.457,82	71,87
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO				DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre (h)	% (h/IV)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA A SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS		740.000,00	830.000,00	702.079,48	21,02	611.400,27	20,87
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS		740.000,00	830.000,00	702.079,48	21,02	611.400,27	20,87
Recursos de Operações de Crédito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹		-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		740.000,00	830.000,00	702.079,48	21,02	611.400,27	20,87
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)		2.830.000,00	3.246.000,00	2.637.729,30	60,92	2.318.057,55	51,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS							
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5							
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]³							
467.680,49							

Continua 2/4

Município de TREZE TILIAS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		133.600,00	0,00	133.600,00	0,00	0,00		
TOTAL		133.600,00	0,00	133.600,00	0,00	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (I)					
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00		0,00		0,00		
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
		LIMITE NÃO CUMPRIDO						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (K)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
		-		-	-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
				Até Bimestre (I)	% (I/Total I)*100		Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
		Atenção Básica Vigilância Sanitária	3.552.000,00 18.000,00	4.058.000,00 18.000,00	3.330.523,09 9.285,69	99,72 0,28	2.921.099,43 8.358,39	99,71 0,29
			TOTAL	3.570.000,00	4.076.000,00	3.339.808,78	100,00	2.929.457,82

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "I" ou com a coluna "I+I"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total J".

<sup>3</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "I" ou com a coluna "I+I"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total K".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(I+I)] - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

**2 QUADRIMESTRE RGF 2014**

MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 2º Quadrimestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	10.692.531,25	47,83
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	13.412.544,29	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	12.741.917,07	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-4.977.049,15	-22,26
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	26.825.088,58	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.917.932,91	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.576.678,48	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.564.796,83	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	3.823.247,36	4.869.895,26

FONTE:

**MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Assistência Farmacêutica Básica	(42.245,07)	851,70	(43.096,77)
Atenção Básica	276.063,85	41.054,51	235.009,34
FUNDEB VALORIZAÇÃO MAGISTÉRIO	(153.748,25)	(6.702,54)	(147.045,71)
Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	367.770,00	0,03	367.769,97
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	2.051,28	1.319,85	731,43
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar -	12.584,79	0,00	12.584,79
RECURSO VINCULADO FUNDEF	(668.435,14)	161.340,82	(829.775,96)
RECURSOS ORDINÁRIO - SAÚDE	(3.412,98)	75.282,35	(78.695,33)
RECURSOS ORDINÁRIOS SAÚDE	1.850.231,61	0,00	1.850.231,61
Salário Educação	34.265,67	0,00	34.265,67
SALÁRIO EDUCAÇÃO	(1.245.830,96)	0,00	(1.245.830,96)
TRANSFERENCIAS CONVENIO SAUDE	(91.708,28)	0,00	(91.708,28)
Transferencias de Convênios - Outros ( Não relacio	133.600,00	0,00	133.600,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>471.186,52</b>	<b>273.146,72</b>	<b>198.039,80</b>
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	92.906,02	0,00	92.906,02
Bolsa Família	9.406,91	0,00	9.406,91
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilum	124.257,20	304,50	123.952,70
Convênio Trânsito - Civil	17.924,06	0,00	17.924,06
Convênio Trânsito - Militar	301.818,19	0,00	301.818,19
Convênio Trânsito - Prefeitura	65.618,53	(420,24)	66.038,77
Fundo Especial do Petróleo	47.366,40	0,00	47.366,40
Outras Transferências de Recursos para o Fundo de	111.349,60	0,00	111.349,60
RECURSO ORDINÁRIOS	2.214.876,40	(54.600,76)	2.269.477,16
Recursos ordinários	1.976,68	307,29	1.669,39
RECURSOS ORDINARIOS	158.036,90	8.325,85	149.711,05
Transferencias de Convênios - Outros ( Não relacio	1.235.014,16	(1.538,35)	1.236.552,51
Trasnf. de Recursos do FUNDEB - 40 %	230.869,42	58.627,94	172.241,48
Vigilância em Saúde	71.441,22	0,00	71.441,22
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>4.682.861,69</b>	<b>11.006,23</b>	<b>4.671.855,46</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>5.154.048,21</b>	<b>284.152,95</b>	<b>4.869.895,26</b>
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.



MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>3.663.150,34</b>	<b>4.411.336,24</b>	<b>4.977.049,15</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.671.560,34	4.528.598,05	5.154.048,21	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	-232,34	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	8.410,00	117.029,47	176.999,06	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-3.663.150,34</b>	<b>-4.411.336,24</b>	<b>-4.977.049,15</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>20.450.335,23</b>	<b>21.340.349,33</b>	<b>22.354.240,48</b>	<b>0,00</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-17,91%	-20,67%	-22,26%	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>24.540.402,28</b>	<b>25.608.419,20</b>	<b>26.825.088,58</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>22.086.362,05</b>	<b>23.047.577,28</b>	<b>24.142.579,72</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	84.651,36	114.018,45	107.062,08	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	208.877,49	2.963.878,44	4.123.197,50	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (I)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (II)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>20.450.335,23</b>	<b>21.340.349,33</b>	<b>22.354.240,48</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>4.499.073,75</b>	<b>4.694.876,85</b>	<b>4.917.932,91</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>4.049.166,38</b>	<b>4.225.389,17</b>	<b>4.426.139,62</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (V)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>22.354.240,48</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>3.576.678,48</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>3.219.010,63</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.564.796,83</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

**MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC - PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TILIAS**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014**

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.396.835,58	0,00
Pessoal Ativo	9.635.796,34	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	491.961,24	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	269.078,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>10.396.835,58</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>10.396.835,58</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>22.354.240,48</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>46,51</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%</b>	<b>12.071.289,86</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%</b>	<b>11.467.725,37</b>	
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%</b>	<b>10.864.160,87</b>	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.



MUNICÍPIO DE TREZE TIJLÍAS - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")		R\$ 1,00				
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOSA PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS( NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	851,70	0,00	96,00	(43.096,77)	0,00
Atenção Básica	0,00	21.670,36	0,00	34.843,38	235.009,34	0,00
FUNDEB VALORIZAÇÃO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	(147.045,71)	0,00
Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	367.769,97	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	1.319,85	0,00	550,01	731,43	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00	6.366,44	12.584,79	0,00
RECURSO VINCULADO FUNDEF	0,00	0,00	0,00	0,00	(829.775,96)	0,00
RECURSOS ORDINÁRIO - SAÚDE	0,00	81.402,30	0,00	188.391,13	(78.695,33)	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	1.850.231,61	0,00
Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.211.565,29)	0,00
TRANSFERENCIAS CONVENIO SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	(91.708,28)	0,00
Transferências de Convênios - Outros ( Não relatadas)	0,00	0,00	0,00	0,00	133.600,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	105.244,21	0,00	230.246,96	198.039,80	0,00
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	92.906,02	0,00
Bolsa Família	0,00	0,00	0,00	0,00	9.406,91	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação	0,00	0,00	0,00	6.000,00	123.952,70	0,00
Convênio Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	695,68	17.924,06	0,00
Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	301.818,19	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	824,00	66.038,77	0,00
Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	47.366,40	0,00
Outras Transferências de Recursos para o Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	598,92	111.349,60	0,00
RECURSO ORDINARIOS	8.410,00	56.396,14	0,00	1.920.023,34	2.269.477,16	0,00
RECURSOS ORDINARIOS	0,00	6.948,71	91,81	9.329,71	151.380,44	0,00
Transferências de Convênios - Outros ( Não relatadas)	0,00	0,00	0,00	1.653.217,49	1.236.552,51	0,00
Transf. de Recursos do FUNDEF - 40 %	0,00	0,00	0,00	2.151,96	172.241,48	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	159,30	71.441,22	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	8.410,00	63.344,85	91,81	3.593.000,40	4.671.855,46	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	8.410,00	168.589,06	91,81	3.823.247,36	4.869.895,26	0,00

MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### Decreto 103/14

DECRETO 103/14 DE 01 DE AGOSTO DE 2014.  
APROVA CONDOMÍNIO "RESIDENCIAL SOLAR".

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal lei 1827 de 10 de abril de 2014, que regulamenta o artigo 106 da Lei Complementar 1594 de 05 de junho de 2009, que instituiu o Plano Diretor Participativo de Trombudo Central/SC e que dispõe sobre Condomínios e Lei Federal nº 4.591 de 16 de Dezembro de 1964 e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO o Requerimento apresentado por Juliano Marcelo Venturi, solicitando a aprovação do Condomínio denominado "Residencial Solar", datado em 05 de Junho de 2014;

CONSIDERANDO o Alvará de Construção nº 66, aprovado em 10 de Outubro de 2012;

CONSIDERANDO os Projetos Arquitetônicos A-01, A-02, A-03, A-04 e A-05;

CONSIDERANDO o Projeto Hidrossanitário A2;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica Aprovado o Condomínio "Residencial Solar", de propriedade de Juliano Marcelo Venturi, situado no perímetro urbano, Rua Carlos Antônio Correa, Bairro Liberdade, Município e Comarca de Trombudo Central, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº 10.554 e registrado sob nº R-3-10.554, Livro 2, com área total de 1.327,00 m² (um mil, trezentos e vinte e sete metros quadrados).

Parágrafo Único. O referido Condomínio situa-se na Macrozona Urbana 4 (ZU - 4).

Art. 2º- O Condomínio será de 01 (um) bloco arquitetônico constituído por 05 casas residenciais assim compostas:

a) CASA 01 - casa de alvenaria no 1º (primeiro) pavimento ou térreo, com área privativa de 59,60 m² (cinquenta e nove metros e sessenta decímetros quadrados), área de uso comum de 1,50 m² (um metro e cinquenta decímetros quadrados), perfazendo área total de 61,10 m² (sessenta e um metros e dez decímetros quadrados), correspondendo à área ideal de terreno de uso exclusivo de 61,10 m² (sessenta e um metros e dez decímetros quadrados), área ideal de terreno de uso comum de 165,26 m² (cento e sessenta e cinco metros e vinte e seis decímetros quadrados), área verde de 28,49 m² (vinte e oito metros e quarenta e nove decímetros quadrados), perfazendo a área ideal total do terreno de 254,85 (duzentos e cinquenta e quatro metros e oitenta e cinco decímetros quadrados, tendo o percentual de 19,20% (dezenove vírgula vinte por cento) nos encargos e coisas comuns de fim proveitoso, incluída nesta área uma vaga de garagem descoberta.

b) CASA 02 - casa de alvenaria no 1º (primeiro) pavimento ou térreo, com área privativa de 60,00 m² (sessenta metros quadrados), área de uso comum de 1,50 m² (um metro e cinquenta decímetros

quadrados), perfazendo área total de 61,50 m² (sessenta e um metros e cinquenta decímetros quadrados), correspondendo à área ideal de terreno de uso exclusivo de 61,50 m² (sessenta e um metros e cinquenta decímetros quadrados), área ideal de terreno de uso comum de 165,26 m² (cento e sessenta e cinco metros e vinte e seis decímetros quadrados), área verde de 28,49 m² (vinte e oito metros e quarenta e nove decímetros quadrados), perfazendo a área ideal total do terreno de 255,25 (duzentos e cinquenta e cinco metros e vinte e cinco decímetros quadrados, tendo o percentual de 19,23% (dezenove vírgula vinte e três por cento) nos encargos e coisas comuns de fim proveitoso, incluída nesta área uma vaga de garagem descoberta.

c) CASA 03 - casa de alvenaria no 1º (primeiro) pavimento ou térreo, com área privativa de 60,00 m² (sessenta metros quadrados), área de uso comum de 1,50 m² (um metro e cinquenta decímetros quadrados), perfazendo área total de 61,50 m² (sessenta e um metros e cinquenta decímetros quadrados), correspondendo à área ideal de terreno de uso exclusivo de 61,50 m² (sessenta e um metros e cinquenta decímetros quadrados), área ideal de terreno de uso comum de 165,26 m² (cento e sessenta e cinco metros e vinte e seis decímetros quadrados), área verde de 28,49 m² (vinte e oito metros e quarenta e nove decímetros quadrados), perfazendo a área ideal total do terreno de 255,25 (duzentos e cinquenta e cinco metros e vinte e cinco decímetros quadrados, tendo o percentual de 19,23% (dezenove vírgula vinte e três por cento) nos encargos e coisas comuns de fim proveitoso, incluída nesta área uma vaga de garagem descoberta.

d) CASA 04 - casa de alvenaria no 1º (primeiro) pavimento ou térreo, com área privativa de 58,15 m² (cinquenta e oito metros e quinze decímetros quadrados), área de uso comum de 1,50 m² (um metro e cinquenta decímetros quadrados), perfazendo área total de 59,65 m² (cinquenta e nove metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), correspondendo à área ideal de terreno de uso exclusivo de 59,65 m² (cinquenta e nove metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), área ideal de terreno de uso comum de 165,26 m² (cento e sessenta e cinco metros e vinte e seis decímetros quadrados), área verde de 28,49 m² (vinte e oito metros e quarenta e nove decímetros quadrados), perfazendo a área ideal total do terreno de 253,40 (duzentos e cinquenta e três metros e quarenta decímetros quadrados, tendo o percentual de 19,10% (dezenove vírgula dez por cento) nos encargos e coisas comuns de fim proveitoso, incluída nesta área uma vaga de garagem descoberta.

e) CASA 05 - casa de alvenaria no 1º (primeiro) pavimento ou térreo, com área privativa de 60,30 m² (sessenta metros e trinta decímetros quadrados), área de uso comum de 1,50 m² (um metro e cinquenta decímetros quadrados), perfazendo área total de 61,80 m² (sessenta e um metros e oitenta decímetros quadrados), correspondendo à área ideal de terreno de uso exclusivo de 61,80 m² (sessenta e um metros e oitenta decímetros quadrados), área ideal de terreno de uso comum de 165,27 m² (cento e sessenta e cinco metros e vinte e sete decímetros quadrados), área verde de 28,49 m² (vinte e oito metros e quarenta e nove decímetros quadrados), perfazendo a área ideal total do terreno de 255,56 (duzentos e cinquenta e cinco metros e cinquenta e seis decímetros quadrados, tendo o percentual de 19,27% (dezenove vírgula vinte e sete por cento) nos encargos e coisas comuns de fim proveitoso, incluída nesta área uma vaga de garagem descoberta.

Parágrafo Único. A área total a ser construída será de 298,05 m² (duzentos e noventa e oito metros e cinco decímetros quadrados) e, compõe-se de unidades autônomas por planos horizontais de propriedade individual e de dependências de uso comum, inalienáveis e indivisíveis, pertencentes aos condôminos e proprietários.

Art. 3º- Os espaços internos, incluindo as vias de circulação do

Condomínio denominado "Residencial Solar", serão de propriedade dos futuros adquirentes e condôminos, gerando em razão disto, obrigação de pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e demais tributos pertinentes.

Art. 4º- O Projeto aprovado consiste em um complexo residencial regido pelo sistema de condomínio, constituído por residências térreas, unifamiliares, circundadas por vias de circulação interna e edificações de uso comum.

Art. 5º- A proprietária do empreendimento implantará toda a infraestrutura básica: rede de água potável, esgotamento sanitário, drenagem de água pluvial, rede de energia elétrica e iluminação, guias, sarjetas e pavimentação para todas as unidades autônomas e áreas de uso comum, arborização das áreas verdes e calçadas, tudo em conformidade com os projetos aprovados através dos órgãos competentes, bem como infraestrutura externa ao Condomínio.

Art. 6º- A Convenção do Condomínio que será submetida ao registro no Cartório de Registro de Imóveis, formalizará normas e diretrizes constantes no projeto de realização do Condomínio, consignado aos adquirentes das unidades autônomas, o direito de personalizar, edificar ou modificar moradias unifamiliares, mediante observância a postura municipal.

Art. 7º- A emissão do Habite-se final das unidades autônomas, fica condicionado a total conclusão do empreendimento, previstas nos Artigos 10º e 11º da Lei Complementar Municipal lei 1827 de 10 de abril de 2014.

Art. 8º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

ALVARO MELCHIORETTO

Secretário do Planejamento Urbano

#### DECRETO 104/14

DECRETO 104/14 DE 01 DE AGOSTO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1842/14 de 11 de Julho de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

07 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

07.01.10.301.0005.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

#### DECRETO 105/14

DECRETO 105/14 DE 12 DE AGOSTO DE 2014.

AUTORIZA ALTERAÇÃO CADASTRAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a alteração cadastral em nome do Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ nº 13.823.746/0001-47, junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da Receita Federal do Brasil, que passará a ser denominada Município de Trombudo Central.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 12 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

#### DECRETO 106/14

DECRETO 106/14 DE 15 DE AGOSTO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 169.000,00 (cento e sessenta e nove mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.12 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MENINO JESUS

04.12.12.365.0004.2.015-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 19.000,00

05 SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

05.02 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS VICINAIS

05.02.26.782.0006.2.028-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo

anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias e do excesso de arrecadação:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.12 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MENINO JESUS

04.12.12.365.0004.2.015-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 19.000,00

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 150.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 15 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

### **DECRETO 107/14**

DECRETO 107/14 DE 15 DE AGOSTO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

07 SECRETARIA DA SAÚDE

07.01 DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

07.01.10.301.0005.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias e do excesso de arrecadação:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 150.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 15 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

### **DECRETO 108/14**

DECRETO 108/14 DE 18 DE AGOSTO DE 2014.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO 006/2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a classificação final do Concurso Público 006/2014, após a conclusão de todas as fases e julgamento dos recursos, dispostos em ordem decrescente de notas, em conformidade com o Anexo I, que faz parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 18 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto Foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças



**ANEXO I**  
**DECRETO 108/14 DE 18 DE AGOSTO DE 2014**

CG Conhecimentos Gerais	CE Conhecimentos Específicos	TA Total de Acertos	NPE Nota Prova Escrita	NPP Nota da Prova Prática	NF Nota Final
----------------------------	---------------------------------	------------------------	---------------------------	------------------------------	------------------

**CARGO 01 - MECÂNICO**

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMEN-TO	CG		CE		TA	NPE	NPP	NF	SITUAÇÃO
			Acertos	Nota	Acertos	Nota					
0358	1º ORLI ABELARDO VICENTE	16/09/1964	4	1,20	8	4,40	12	5,60	6,50	6,14	Classificado
0310	2º CARLOS HENRIQUE COELHO	14/02/1993	5	1,50	5	2,75	10	4,25	7,00	5,90	Classificado

**CARGO 02 - OPERÁRIO BRAÇAL**

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	CG		CE		TA	NPE	NPP	NF	SITUAÇÃO
			Acertos	Nota	Acertos	Nota					
0432	1º MARCIONEI MOMM	09/05/1975	9	2,70	7	3,85	16	6,55	10,00	8,62	Classificado
0334	2º CLARISSE MATUCHAKI	24/07/1990	10	3,00	6	3,30	16	6,30	10,00	8,52	Classificado
0178	3º MARLENE DAS GRAÇAS GARCIA BORA	20/10/1975	7	2,10	6	3,30	13	5,40	8,50	7,26	Classificado
0277	4º AUREA NUNES	07/05/1979	7	2,10	4	2,20	11	4,30	8,25	6,67	Classificado
0333	5º SALETE ALVES DE ARAÚJO	08/04/1968	6	1,80	1	0,55	7	2,35	9,50	6,64	Classificado
0101	6º ALTAIR SILVEIRA	24/05/1969	5	1,50	0	-	5	1,50	10,00	6,60	Classificado
0370	7º LUIZ MATHEUS FERRABOLI	19/02/1994	3	0,90	7	3,85	10	4,75	7,50	6,40	Classificado
0143	8º ARLINDO MEIRELLES DA SILVA	22/10/1970	1	0,30	0	-	1	0,30	9,75	5,97	Classificado
0080	9º LENI SCHLESSER DE OLIVEIRA	11/01/1964	6	1,80	5	2,75	11	4,55	6,75	5,87	Classificado
0259	10º MARLI CRISTÓVÃO	08/05/1969	3	0,90	4	2,20	7	3,10	7,50	5,74	Classificado
0144	11º DARCI DE OLIVEIRA DA SILVA	20/06/1961	4	1,20	1	0,55	5	1,75	8,25	5,65	Classificado
0279	12º CRISTIANO DE MELLO	14/01/1985	2	0,60	3	1,65	5	2,25	7,25	5,25	Classificado
0315	13º FABIANO FIDELIS	18/12/1979	5	1,50	3	1,65	8	3,15	6,50	5,16	Classificado

**CARGO 03 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO**

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	CG		CE		TA	NPE	SITUAÇÃO
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
0252	1º JESSICA FRANZ	09/02/1995	13	1,95	14	4,90	27	6,85	Classificado
0148	2º BIANCA BARCHFELD	07/06/1994	13	1,95	12	4,20	25	6,15	Classificado
0178	3º JOABE LUCAS COMPER DOS SANTOS	20/04/1993	12	1,80	11	3,85	23	5,65	Classificado
0299	4º LUCIANA ROSA DA SILVA	13/04/1968	14	2,10	10	3,50	24	5,60	Classificado

0422	5º JANETE GOMES DEITOS	20/05/1964	11	1,65	11	3,85	22	5,50	Classificado
0180	6º DANIELA FERREIRA MARQUES RIBAS	21/06/1978	13	1,95	10	3,50	23	5,45	Classificado
0191	7º ADRIANE GISELLE BAASCH	20/03/1990	12	1,80	10	3,50	22	5,30	Classificado
0260	8º WALQUÍRIA KARSTEN	21/07/1969	9	1,35	11	3,85	20	5,20	Classificado
0118	9º MAIKON RODRIGO GONÇALVES	10/01/1990	9	1,35	11	3,85	20	5,20	Classificado
0186	10º PÂMELA KARLA KONELL	13/09/1994	9	1,35	11	3,85	20	5,20	Classificado
0053	11º WANEISSA WLOCH FACCHINI	30/11/1992	11	1,65	10	3,50	21	5,15	Classificado
0198	12º EDINÉIA SERAFIM	21/03/1994	10	1,50	10	3,50	20	5,00	Classificado

## CARGO 04 - FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	CG		CE		TA	NPE	SITUAÇÃO
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
0166	1º ELIENAI DA SILVA	11/06/1982	14	2,10	14	4,90	28	7,00	Classificado
0121	2º GUILHERME DE OLIVEIRA STEUCK	13/05/1996	10	1,50	14	4,90	24	6,40	Classificado
0284	3º EDUARDO DEPINÉ TARNOSWSKI	30/03/1993	12	1,80	13	4,55	25	6,35	Classificado
0270	4º AMANDA CAVICHON	27/10/1989	12	1,80	11	3,85	23	5,65	Classificado
0435	5º JOÃO EDMUNDO FLORIANI	21/08/1961	11	1,65	11	3,85	22	5,50	Classificado
0415	6º MARCOS PAULO KRÜGER	19/02/1987	10	1,50	11	3,85	21	5,35	Classificado
0286	7º DEYVID LIMAS	28/11/1992	10	1,50	11	3,85	21	5,35	Classificado
0341	8º BEATRIZ KRÜGER	23/01/1996	9	1,35	11	3,85	20	5,20	Classificado

## CARGO 05 - AGENTE DE DEFESA CIVIL

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	CG		CE		TA	NPE	SITUAÇÃO
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
0275	1º DANIEL BENTO OCKER BENTO	13/11/1983	14	2,10	19	6,65	33	8,75	Classificado
0173	2º GUILHERME HUGO PAYERL	02/11/1991	13	1,95	17	5,95	30	7,90	Classificado
0140	3º FRANCISCO DE CARVALHO	01/03/1983	14	2,10	15	5,25	29	7,35	Classificado
0051	4º EMERSON SANDRI	10/05/1988	13	1,95	15	5,25	28	7,20	Classificado
0103	5º ROBERTO CARLOS PETRI	26/06/1965	10	1,50	16	5,60	26	7,10	Classificado
0222	6º ELISANGELA THAISE ANDRADE	19/12/1991	14	2,10	14	4,90	28	7,00	Classificado
0423	7º LEANDRO SCHREIBER	29/04/1992	9	1,35	16	5,60	25	6,95	Classificado
0168	8º FABRÍCIO GERALDO DE OLIVEIRA	16/04/1981	11	1,65	15	5,25	26	6,90	Classificado

0311	9º LEIRSON VICENTE	15/06/1981	11	1,65	15	5,25	26	6,90	Classificado
0239	10º KARL ALEXANDER MOHRMANN	15/10/1984	11	1,65	15	5,25	26	6,90	Classificado
0431	11º KAROLINE NAIARA DOE-RING	04/01/1994	11	1,65	15	5,25	26	6,90	Classificado
0161	12º ESTER HASSE	15/02/1982	15	2,25	13	4,55	28	6,80	Classificado
0416	13º EWERTON PEREIRA LO-PES DE LIMA	11/11/1990	12	1,80	14	4,90	26	6,70	Classificado
0343	14º ADRIANO DO NASCIMENTO	09/05/1992	12	1,80	14	4,90	26	6,70	Classificado
0363	15º MARCOS AURÉLIO DIAS	22/03/1967	11	1,65	14	4,90	25	6,55	Classificado
0288	16º MARCELO VILIAM ZEMKE	17/11/1980	11	1,65	14	4,90	25	6,55	Classificado
0109	17º JONAS AUGUSTO NASATO	26/11/1991	5	0,75	16	5,60	21	6,35	Classificado
0145	18º JULIANA PIRES GARCIA	17/11/1984	9	1,35	14	4,90	23	6,25	Classificado
0091	19º ODIRLEI CORREA	26/09/1987	9	1,35	14	4,90	23	6,25	Classificado
0386	20º ELAINE CRISTINA RAZINI	14/05/1982	6	0,90	15	5,25	21	6,15	Classificado
0324	21º EDUARDO DE ALMEIDA	11/07/1994	6	0,90	15	5,25	21	6,15	Classificado
0273	22º DANIEL DE MORAES	07/09/1992	13	1,95	12	4,20	25	6,15	Classificado
0295	23º JOSAFÁ HENRIQUE MENKE	02/07/1984	10	1,50	13	4,55	23	6,05	Classificado
0429	24º ADILSON MATTEUSSI	06/05/1971	12	1,80	12	4,20	24	6,00	Classificado
0248	25º TIAGO GILZ	26/01/1989	12	1,80	12	4,20	24	6,00	Classificado
0338	26º TAIS MAIARA STET-TER	27/03/1992	7	1,05	14	4,90	21	5,95	Classificado
0031	27º ANTONIO CARLOS EISS-MANN FELLER	17/04/1994	14	2,10	11	3,85	25	5,95	Classificado
0238	28º JUAREZ DOS SANTOS MIRANDA	21/05/1978	10	1,50	12	4,20	22	5,70	Classificado
0301	29º DANILO SIMONI	12/10/1992	10	1,50	12	4,20	22	5,70	Classificado
0263	30º SERGIO BEZERRA DA SILVA	30/05/1983	14	2,10	10	3,50	24	5,60	Classificado
0396	31º JOÃO LIBIO DE QUADRA	13/01/1974	9	1,35	12	4,20	21	5,55	Classificado
0183	32º RICARDO DOS SANTOS	24/02/1982	9	1,35	12	4,20	21	5,55	Classificado
0211	33º EDSON LUIZ KRAMER JUNIOR	25/01/1993	9	1,35	12	4,20	21	5,55	Classificado
0378	34º KAYRA GADOTTI PORTES	25/12/1989	6	0,90	13	4,55	19	5,45	Classificado

0247	35º ROMILDO ALVES DE MORAES	22/10/1971	8	1,20	12	4,20	20	5,40	Classificado
0414	36º MAYARA CONINK	27/03/1990	10	1,50	11	3,85	21	5,35	Classificado
0202	37º FEFERSON LONGEN	28/01/1990	12	1,80	10	3,50	22	5,30	Classificado
0137	38º WILLIAM CORREIA MEURER	04/01/1993	14	2,10	9	3,15	23	5,25	Classificado
0057	39º ODIVALDO CORREA	06/05/1976	13	1,95	9	3,15	22	5,10	Classificado
0437	40º MARCOS CRISTIANO MELCHIORETTO VIEIRA	23/06/1976	10	1,50	10	3,50	20	5,00	Classificado

## CARGO 06 - ORIENTADOR SOCIAL

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	CG		CE		TA	NPE	SITUAÇÃO
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
0339	1º ANA CLAUDIA LEHMCKUHL	20/12/1991	12	1,80	15	5,25	27	7,05	Classificado
0176	2º GILVÂNIO PORTO	27/04/1974	14	2,10	13	4,55	27	6,65	Classificado
0420	3º ANA LÚCIA GERMANO	06/01/1969	12	1,80	10	3,50	22	5,30	Classificado
0478	4º SABRINA DOS SANTOS	26/01/1990	11	1,65	10	3,50	21	5,15	Classificado
0141	5º ADRIANO HENRIQUE DA MOTA	29/07/1976	18	2,70	7	2,45	25	5,15	Classificado
0136	6º DIEGO DELA JUSTINA	22/07/1991	10	1,50	10	3,50	20	5,00	Classificado

## CARGO 07 - ADVOGADO

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	CG		CE		TA	NPE	SITUAÇÃO
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
0004	1º FERNANDO ARNDT	19/05/1988	14	2,10	16	5,60	30	7,70	Classificado
0293	2º LILIAN PFLEGER	20/09/1990	14	2,10	13	4,55	27	6,65	Classificado
0030	3º NATÁLIA CAROLINE TEIFAREK	08/01/1988	13	1,95	12	4,20	25	6,15	Classificado
0206	4º JESSICA PASSOS RODRIGUES	10/10/1988	15	2,25	11	3,85	26	6,10	Classificado
0307	5º LUIZA WALTRICK	15/03/1989	15	2,25	10	3,50	25	5,75	Classificado
0184	6º BERNHARD CLAUBERG	08/09/1979	17	2,55	9	3,15	26	5,70	Classificado
0093	7º JOÃO SAMIR VIEIRA PALHANO	29/09/1982	14	2,10	10	3,50	24	5,60	Classificado
0381	8º MAICON FERNANDO MENDES	13/09/1982	12	1,80	10	3,50	22	5,30	Classificado
0454	9º DANUSA PETTERS FERREIRA	26/04/1988	14	2,10	9	3,15	23	5,25	Classificado
0323	10º LUCAS FLORES	06/07/1987	13	1,95	9	3,15	22	5,10	Classificado

## CARGO 08 - ANALISTA DE COMPRAS E LICITAÇÃO

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	CG		CE		TA	NPE	SITUAÇÃO
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
0398	1º MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI	06/08/1982	14	2,10	11	3,85	25	5,95	Classificado
0072	2º GILSON JEAN DA SILVA	20/09/1991	14	2,10	10	3,50	24	5,60	Classificado

## CARGO 09 - CONTADOR

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	CG		CE		TA	NPE	SITUAÇÃO
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
0319	1º ZULNEI LUCHTENBERG	31/12/1969	12	1,80	19	6,65	31	8,45	Classificado
0274	2º RIQUELME ALEXANDER STANKE	02/02/1979	11	1,65	14	4,90	25	6,55	Classificado
0213	3º VENESSA EYERKAUFER	01/05/1991	12	1,80	13	4,55	25	6,35	Classificado
0430	4º CHARLES LAUBENSTEIN	23/04/1990	11	1,65	13	4,55	24	6,20	Classificado
0467	5º PATRICIA JACQUELINE DA SILVA	23/01/1993	9	1,35	13	4,55	22	5,90	Classificado
0391	6º MONICA NAZARI	30/04/1992	12	1,80	11	3,85	23	5,65	Classificado
0240	7º ANDRÉ CAMPESTRINI	30/04/1991	9	1,35	11	3,85	20	5,20	Classificado
0212	8º JEFFERSON ANDRÉ LUZ	14/07/1993	11	1,65	10	3,50	21	5,15	Classificado

## CARGO 10 - ENGENHEIRO CIVIL

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	CG		CE		TA	NPE	SITUAÇÃO
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
0096	1º WAGNER DALPIAZ	08/12/1990	13	1,95	15	5,25	28	7,20	Classificado
0362	2º RONALDO FRASSINI	13/04/1987	14	2,10	13	4,55	27	6,65	Classificado
0425	3º HENRIQUE BARRETO DE OLIVEIRA	15/05/1987	13	1,95	11	3,85	24	5,80	Classificado
0028	4º VICTOR GABRIEL RODRIGUES	13/01/1992	15	2,25	10	3,50	25	5,75	Classificado
0428	5º CLEUMAR ZANELLA	11/05/1991	11	1,65	11	3,85	22	5,50	Classificado
0147	6º IRINEIA DE LURDES CARDOSO BALDESSAR	16/05/1991	11	1,65	11	3,85	22	5,50	Classificado
0451	7º RUBNEY ANDRADE	24/06/1965	12	1,80	10	3,50	22	5,30	Classificado

## CARGO 11 - FARMACÊUTICO

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	CG		CE		TA	NPE	SITUAÇÃO
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
0094	1º ALEXANDRE LUIZ PEREIRA	09/09/1971	16	2,40	13	4,55	29	6,95	Classificado
0474	2º GUILHERME SCHWARZ MATTEUSSI	18/03/1983	14	2,10	11	3,85	25	5,95	Classificado
0371	3º GEISON VICENTE	28/04/1990	11	1,65	12	4,20	23	5,85	Classificado



## CARGO 12 - FISIOTERAPEUTA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	CG		CE		TA	NPE	SITUAÇÃO
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
0200	1º TAYHARA HELENE BETTA	24/09/1991	14	2,10	15	5,25	29	7,35	Classificado
0327	2º ANGELA MIRANDA DE FREITAS ULLER	24/02/1987	14	2,10	14	4,90	28	7,00	Classificado
0229	3º JULIA GUE-DERT	01/05/1985	16	2,40	13	4,55	29	6,95	Classificado
0325	4º GERALDO CESAR BEIMS	18/08/1976	15	2,25	13	4,55	28	6,80	Classificado
0361	5º JOANA CARLA MINATTI	05/06/1986	10	1,50	12	4,20	22	5,70	Classificado

## CARGO 14 - MEDICO CLÍNICO GERAL I (10h)

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	CG		CE		TA	NPE	SITUAÇÃO
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
0418	1º INÊS GULLICH	04/07/1981	12	1,80	14	4,90	26	6,70	Classificado
0033	2º RODRIGO ROCHA DA SILVAR	28/08/1978	14	2,10	13	4,55	27	6,65	Classificado

## CARGO 15 - MEDICO CLÍNICO GERAL II (30h)

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	CG		CE		TA	NPE	SITUAÇÃO
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
0193	1º JOÃO EDIVAL COSTA JUNIOR	08/12/1988	17	2,55	18	6,30	35	8,85	Classificado

## CARGO 20 - MEDICO VETERINÁRIO

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	CG		CE		TA	NPE	SITUAÇÃO
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
0472	1º FRANCIELE RISSARDI DE VARGAS	25/07/1991	15	2,25	20	6,80	35	9,05	Classificado
0257	2º JOÃO VASCO BANDEIRA DUTRA JUNIOR	05/03/1959	10	1,50	15	5,25	25	6,75	Classificado
0224	3º ANDREIA RODRIGUES LEMES	18/04/1989	9	1,35	15	5,05	24	6,40	Classificado
0322	4º FABRICIA VIANNA DOS SANTOS	23/04/1979	14	2,10	11	3,65	25	5,75	Classificado
0421	5º CRISTINA MAIARA KLUG	24/09/1992	11	1,65	10	3,50	21	5,15	Classificado
0095	6º WILIAN DEMARCHI	12/10/1990	Ausente						

## CARGO 21 - ODONTÓLOGO - PSF

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	CG		CE		TA	NPE	SITUAÇÃO
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
0296	1º NELSON GUILHERME WACHHOLZ	07/06/1983	16	2,40	13	4,55	29	6,95	Classificado
0056	2º INGRID TROSDOFF AKIYAMA CAMARGO	03/01/1983	15	2,25	12	4,20	27	6,45	Classificado
0243	3º JAQUELINE GROSS	01/06/1993	15	2,25	12	4,20	27	6,45	Classificado

0107	4º CAROLINE MERINI	10/08/1982	9	1,35	13	4,55	22	5,90	Classificado
0367	5º DIOGO BRAZ MARÇAL	02/03/1989	13	1,95	10	3,50	23	5,45	Classificado
0281	6º THAIANE MARIA MOREIRA OLIVEIRA	17/03/1992	9	1,35	11	3,85	20	5,20	Classificado
0264	7º RAFAELA CRISTINA SEOLA	05/09/1988	11	1,65	10	3,50	21	5,15	Classificado
0328	8º SIRNEY CARILL FRONZA JUNIOR	17/09/1991	10	1,50	10	3,50	20	5,00	Classificado

## CARGO 22 - PROGRAMADOR

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	CG		CE		TA	NPE	SITUAÇÃO
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
0003	1º DANIEL AUGUSTO PISETTA	26/09/1981	15	2,25	14	4,90	29	7,15	Classificado
0473	2º LUCAS DE SOUZA	13/12/1989	14	2,10	13	4,55	27	6,65	Classificado

## CARGO 23 - TÉCNICO ESPORTIVO

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	CG		CE		TA	NPE	SITUAÇÃO
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
0402	1º RODRIGO RAFAEL RODRIGUES	29/09/1986	12	1,80	18	6,10	30	7,90	Classificado
0066	2º DIOGO MARCOS DEITOS	14/05/1992	10	1,50	18	6,10	28	7,60	Classificado
0462	3º EDUARDO MAGALHÃES CAPELETTO	19/03/1982	12	1,80	16	5,40	28	7,20	Classificado
0355	4º GIOVANI POFFO	06/12/1977	9	1,35	17	5,75	26	7,10	Classificado
0458	5º TAISE KAMER	17/08/1987	7	1,05	16	5,40	23	6,45	Classificado
0320	6º ALEXSANDRO JUNIOR VENTURI	01/06/1992	11	1,65	12	4,00	23	5,65	Classificado

## CARGO 24 - TURISMÓLOGO

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NASCIMENTO	CG		CE		TA	NPE	SITUAÇÃO
			Acertos	Nota	Acertos	Nota			
0201	1º LUIZ ANTONIO PEREIRA	03/10/1978	12	1,80	17	5,95	29	7,75	Classificado
0314	2º NEURI RODRIGUES DA SILVA	07/07/1983	11	1,65	17	5,95	28	7,60	Classificado
0165	3º JAQUELINE PESENTI	10/08/1987	11	1,65	16	5,60	27	7,25	Classificado
0124	4º FABIANA DICKMANN	02/05/1984	10	1,50	16	5,60	26	7,10	Classificado
0230	5º WALDIR EGENOLF PROCHNOW	06/08/1961	9	1,35	16	5,60	25	6,95	Classificado
0419	6º WAGNER BOSKA CAVALETT	21/05/1983	12	1,80	14	4,90	26	6,70	Classificado
0102	7º LARISSA NAYANE SOFKA	08/05/1983	8	1,20	15	5,25	23	6,45	Classificado
0231	8º PATRICIA FERREIRA	21/04/1977	9	1,35	14	4,90	23	6,25	Classificado

0387	9º LUANA MARIA BALDISERA	15/02/1989	8	1,20	14	4,90	22	6,10	Classificado
------	--------------------------	------------	---	------	----	------	----	------	--------------

Trombudo Central, 18 de Agosto de 2014.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

### **Decreto 109/14**

DECRETO 109/14 DE 21 DE AGOSTO DE 2014.

INSTITUI HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE EM SECRETARIAS MUNICIPAIS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO os preceitos legais impostos pela Lei Complementar Federal Nº 101/2000 de 04/05/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

CONSIDERANDO a instabilidade financeira e consequente necessidade na contenção dos gastos públicos;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de adequação no equilíbrio financeiro entre receitas e despesas quando ao fechamento anual nas contas públicas do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído jornada de trabalho reduzida (turno único) para todos servidores vinculados à Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos e Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, que atenderão das 07:00 horas as 13:00 horas de segunda-feira a sexta-feira.

Art. 2º - As demais Secretarias Municipais estarão atendendo em horário normal.

Art. 3º - Havendo necessidade, os servidores das Secretarias em horário reduzido (turno único) poderão ser convocados para a execução de suas tarefas em horário complementar, não havendo para tanto qualquer pagamento de adicionais de qualquer título.

Art. 4º - O presente Decreto terá sua vigência por período indeterminado.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de 25 de Agosto de 2014, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 21 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

### **DECRETO 110/14**

DECRETO 110/14 DE 21 DE AGOSTO DE 2014.

EXTINGUE UNIDADE DE ENSINO INFANTIL DESATIVADA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO as nucleações efetuadas junto à rede municipal de ensino fundamental, também o agrupamento dos órgãos de instrução infantil deste município junto aos Núcleos Escolares da Municipalidade;

CONSIDERANDO que o Centro de Educação Infantil Branca de Neve e Sete Anões se encontra com atividades paralisadas desde a data de 14 de Março de 2011, sendo que os corpos Docente e Discente foram incorporados aos Núcleos Educacionais mais próximos;

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXTINTO o Centro de Educação Infantil BRANCA DE NEVE E SETE ANÕES, e de igual forma sua APP, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e do Esporte, a partir da data de 21 de Agosto de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 21 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte

### **DECRETO 111/14**

DECRETO 111/14 DE 25 DE AGOSTO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 207.000,00 (duzentos e sete mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

06 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
06.01 DEPARTAMENTO DE FOMENTO A AGRICULTURA  
06.01.20.601.0007.1.013-4.4.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 207.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária e do excesso de arrecadação:

06 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
06.01 DEPARTAMENTO DE FOMENTO A AGRICULTURA  
06.01.20.601.0007.1.013-4.4.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 13.000,00

Subtrair excesso de arrecadação (fonte 00.01.4200) R\$ 194.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 25 de Agosto de 2014.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

### **PORTARIA 404/14**

PORTARIA 404/14 DE 01 DE AGOSTO DE 2014.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO o Art. 94, Parágrafo V da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990;

CONSIDERANDO o Art. 40, Parágrafo II da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. IVONE DISSONETTI MEURER BILK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, a conversão de 11 (onze) meses de licença Prêmio

a que faz jus em abono pecuniário, referente aos períodos aquisitivos compreendidos entre 26/06/1994 a 25/06/1999 (dois meses), de 26/06/1999 a 25/06/2004 (três meses), de 26/06/2004 a 25/06/2009 (três meses) e de 26/06/2009 a 25/06/2014 (três meses).

Art. 2º - A concessão de que trata o Artigo primeiro, dá-se pela concessão de aposentadoria por tempo de serviço da servidora pública municipal, concedido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Agosto de 2014.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte

### **PORTARIA 405/14**

PORTARIA 405/14 DE 01 DE AGOSTO DE 2014.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 1772 de 30 de Maio de 2013.

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR em caráter temporário o Sr. GERALDO CESAR BEIMS, a exercer o cargo de provimento temporário de Fisioterapeuta, com carga horária de 40:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal da Saúde, no período compreendido entre 01 de Agosto de 2014 a 31 de Outubro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Agosto de 2014.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

ALESSANDRO KLUG  
Secretário da Saúde

**PORTARIA 406/14**

PORTARIA 406/14 DE 04 DE AGOSTO DE 2014.  
EXONERA SERVIDOR

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO a comunicação de concessão de aposentadoria, enviada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - EXONERAR do quadro funcional da Prefeitura em função de aposentadoria, a servidora pública municipal Sra. IVONE DISONETTI MEURER BILK, ocupante do cargo em provimento efetivo de Merendeira, a partir de 04 de Agosto de 2014.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

**PORTARIA 407/14**

PORTARIA 407/14 DE 04 DE AGOSTO DE 2014.  
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

**RESOLVE:**

Artigo 1º - EXONERAR a pedido e em caráter irrevogável a servidora pública municipal Sra. KATRIN BRIGITTE FRANZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Digitadora, a partir de 04 de Agosto de 2014.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra

LEIRSON VICENTE

Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

**PORTARIA 408/14**

PORTARIA 408/14 DE 04 DE AGOSTO DE 2014.  
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

**RESOLVE:**

Artigo 1º - EXONERAR a pedido e em caráter irrevogável a servidora pública municipal Sra. ANDRESSA CAROLINE GOMES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Sala, a partir de 04 de Agosto de 2014.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

**PORTARIA 409/14**

PORTARIA 409/14 DE 04 DE AGOSTO DE 2014.  
CONCEDE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA GESTAÇÃO

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base no Artigo 86 da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990, alterada pela Lei Complementar 1765 de 09 de Abril de 2013 e Lei Complementar 1353 de 11 de Março de 2003, alterada pela Lei Complementar 1766 de 09 de Abril de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. SABRINA IOLANDA JEREMIAS KOLM, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, prorrogação de licença Gestação pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme solicitação por requerimento ao Departamento Pessoal.

Art. 2º - A Licença de que trata o Artigo Primeiro, será custeado integralmente nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade pago pelo regime geral de previdência social.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

**PORTARIA 410/14**

PORTARIA 410/14 DE 04 DE AGOSTO DE 2014.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 1772 de 30 de Maio de 2013.

CONSIDERANDO: o Processo Seletivo 09/2014;

CONSIDERANDO: o Decreto 097/14 de 22 de Julho de 2014.



CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. SHIRLEY MARI-LÉIA BELL, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora - ACT, com carga horária de 15:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto a Escola Compartilhada CEB. Arthur Bruno Jandt adjunto ao EEB. Hermann Blumenau, face a licença maternidade da servidora pública municipal titular Sra. BIANCA SCHULTZ, a partir de 04 de Agosto de 2014 até o retorno da servidora pública titular, ou até a data limite de 19 de Dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

#### **PORTARIA 411/14**

PORTARIA 411/14 DE 04 DE AGOSTO DE 2014.

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 1772 de 30 de Maio de 2013.

CONSIDERANDO: o Processo Seletivo 08/2013;

CONSIDERANDO: o Decreto 125/13 de 17 de Dezembro de 2013;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. MARINÊS STEUCK, a exercer o cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto ao CEI. Gente Miúda, no período compreendido entre 04 de Agosto de 2014 a 19 de Dezembro de 2014, face o pedido de exoneração da servidora pública titular Sra. ANDRESSA CAROLINA GOMES.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

#### **PORTARIA 412/14**

PORTARIA 412/14 DE 04 DE AGOSTO DE 2014.

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 1772 de 30 de Maio de 2013.

CONSIDERANDO: o Processo Seletivo 08/2013;

CONSIDERANDO: o Decreto 125/13 de 17 de Dezembro de 2013.

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. NILZA LUZIA LEMOS DA CRUZ, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora - ACT, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto ao CEI. Cinderela, face a licença maternidade da servidora pública municipal titular Sra. SABRINA IOLANDA JEREMIAS KOLM, a partir de 04 de Agosto de 2014 até o retorno da servidora pública titular, ou até a data limite de 19 de Dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

#### **PORTARIA 412/14-A**

PORTARIA 412/14-A DE 04 DE AGOSTO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE FAMILIAR.

SILVIO VENTURI, Prefeito Municipal de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990, Art. 85 - § Único. (alterado pela Lei 989/94).

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. JUCELIA ZOBOLI RIBAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, licença para acompanhamento de tratamento de saúde de familiar pelo prazo de 10 (dez) dias, conforme atestado médico emitido em 04 de Agosto de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

**PORTARIA 413/14**

PORTARIA 413/14 DE 04 DE AGOSTO DE 2014.  
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR a pedido e em caráter irrevogável a servidora pública municipal Sra. FABIANE RAQUEL MAY, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, a partir de 04 de Agosto de 2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

**PORTARIA 413/14-A**

PORTARIA 413/14-A DE 04 DE AGOSTO DE 2014.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. MARISTELA BINI FERNANDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Sala, licença para tratamento de saúde pelo prazo de 15 (quinze) dias, conforme atestado médico emitido em 04 de Agosto de 2014.

Artigo 2º - O afastamento de que trata o Artigo Primeiro, a partir do 16º (décimo sexto) dia será custeado pelo Regime Geral da Previdência.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

**PORTARIA 414/14**

PORTARIA 414/14 DE 06 DE AGOSTO DE 2014.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são

conferidas pela Lei Complementar 1772 de 30 de Maio de 2013.  
CONSIDERANDO: o Processo Seletivo 09/2014;

CONSIDERANDO: o Decreto 097/14 de 22 de Julho de 2014;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. KATIA ADELAI-DE ALBINO LOFFHAGEN, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora - ACT, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto ao CEB. Arthur Bruno Jandt (Extensão Compartilhada), no período compreendido entre 06 de Agosto de 2014 a 19 de Dezembro de 2014, face o pedido de exoneração da servidora pública titular Sra. FABIANE RAQUEL MAY.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 06 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

**PORTARIA 415/14**

PORTARIA 415/14 DE 11 DE AGOSTO DE 2014.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 1772 de 30 de Maio de 2013.

CONSIDERANDO: o Processo Seletivo 007/2014;

CONSIDERANDO: o Decreto 098/14 de 25 de Julho de 2014;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário o Sr. EDER JÚNIOR INÁCIO, a exercer o cargo de provimento temporário de Operador de Máquina, com carga horária de 40:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no período compreendido entre 11 de Agosto de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 ou até enquanto perdurar o afastamento do titular em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 11 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na

data supra.  
LEIRSON VICENTE  
Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

**PORTARIA 416/14**

PORTARIA 416/14 DE 11 DE AGOSTO DE 2014.  
DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

**RESOLVE:**

Art. 1º - DESIGNAR o servidor público municipal Sr. ADILSON MATTEUSSI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, a desempenhar suas funções junto ao Terminal Rodoviário de Trombudo Central, a partir de 11 de Agosto de 2014.  
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 11 de Agosto de 2014.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi publicada e registrada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK  
Secretária de Administração e Finanças

**PORTARIA 417/14**

PORTARIA 417/14 DE 12 DE AGOSTO DE 2014.  
CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base no Artigo 86 da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. GENI DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operário Braçal, licença Gestação pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 12 de Agosto de 2014.  
Artigo 2º - A Licença de que trata o Artigo Primeiro, será custeado integralmente pelo Regime Geral de Previdência Social.  
Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 12 de Agosto de 2014.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

VALDENIR SANDRINI  
Secretário dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos

**PORTARIA 418/14**

PORTARIA 418/14 DE 15 DE AGOSTO DE 2014.  
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR a pedido e em caráter irrevogável a servidora pública municipal Sra. FABIANA CRISTINA VIEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, a partir de 17 de Agosto de 2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de 17 de Agosto de 2014, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 15 de Agosto de 2014.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra

LUANA APARECIDA GOEDERT HASSE  
Secretária da Assistência Social e Habitação

**PORTARIA 419/14**

PORTARIA 419/14 DE 18 DE AGOSTO DE 2014.  
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR a pedido e em caráter irrevogável a servidora pública municipal Sra. CLEUSEMERI RAHN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, a partir de 18 de Agosto de 2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 18 de Agosto de 2014.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra

LUANA APARECIDA GOEDERT HASSE  
Secretária da Assistência Social e Habitação

**PORTARIA 420/14**

PORTARIA 420/14 DE 18 DE AGOSTO DE 2014.  
CONCEDE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA GESTAÇÃO

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base no Artigo 86 da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990, alterada pela Lei Complementar 1765 de 09 de Abril de 2013 e Lei Complementar 1353 de 11 de Março de 2003, alterada pela Lei Complementar 1766 de 09 de Abril de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. GENI DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operário Braçal, prorrogação de licença Gestação pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme solicitação por requerimento ao Departamento Pessoal.

Art. 2º - A Licença de que trata o Artigo Primeiro, será custeado integralmente nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade pago pelo regime geral de previdência social.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 18 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

VALDENIR SANDRINI

Secretário dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos

**PORTARIA 421/14**

PORTARIA 421/14 DE 18 DE AGOSTO DE 2014.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR a pedido e em caráter irrevogável a servidora pública municipal Sra. ELIANE CORDEIRO, ocupante do cargo de provimento temporário de Orientadora Social, a partir de 18 de Agosto de 2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 18 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra

LUANA APARECIDA GOEDERT HASSE

Secretária da Assistência Social e Habitação

**PORTARIA 422/14**

PORTARIA 422/14 DE 19 DE AGOSTO DE 2014.

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO o Edital do Concurso Público nº 001/2013;

CONSIDERANDO a Portaria 214 de 20 de maio de 2013 que homologa o resultado final do Concurso Público 001/2013;

CONSIDERANDO o pedido de exoneração da servidora pública titular Sra. FABIANA CRISTINA VIEIRA;

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR através de concurso público a Sra. ROSIANI HEINZ para exercer o Cargo de Assistente Social do grupo ocupacional I - Atividades de Nível Superior - ANS, Nível 27 do plano de cargos e salários do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Trombudo Central, com carga horária de 40:00 horas semanais, a desempenhar suas funções junto a Secretaria municipal da Assistência Social e Habitação, a partir da data de 19 de Agosto do corrente ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 19 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume, na data supra.

LUANA APARECIDA GOEDERT HASSE

Secretária da Assistência Social e Habitação

**PORTARIA 423/14**

PORTARIA 423/14 DE 19 DE AGOSTO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base no Artigo 86 da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. JOELMA PAS-QUALLI PAGANINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, licença Gestação pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 19 de Agosto de 2014.

Art. 2º - A Licença de que trata o Artigo Primeiro, será custeado integralmente pelo Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 19 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

ALESSANDRO KLUG

Secretário da Saúde

**PORTARIA 424/14**

PORTARIA 424/14 DE 19 DE AGOSTO DE 2014.

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 1772 de 30 de Maio de 2013.

CONSIDERANDO: o Processo Seletivo 003/2014;

CONSIDERANDO: o Decreto 068/14 de 03 de Junho de 2014.

CONSIDERANDO: o pedido de exoneração da servidora pública



titular Sra. CLEUSEMERI RAHN;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. SAMANA CARDOSO, a exercer o cargo de provimento temporário de Psicóloga, com carga horária de 40:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação, no período compreendido entre 19 de Agosto de 2014 até a data de 31 de Dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 19 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

LUANA APARECIDA GOEDERT HASSE  
Secretária da Assistência Social e Habitação

#### **PORTARIA 425/14**

PORTARIA 425/14 DE 22 DE AGOSTO DE 2014.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA GESTAÇÃO

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base no Artigo 86 da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990, alterada pela Lei Complementar 1765 de 09 de Abril de 2013 e Lei Complementar 1353 de 11 de Março de 2003, alterada pela Lei Complementar 1766 de 09 de Abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. JOELMA PASQUALLI PAGANINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, prorrogação de licença Gestação pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme solicitação por requerimento ao Departamento Pessoal.

Art. 2º - A Licença de que trata o Artigo Primeiro, será custeado integralmente nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade pago pelo regime geral de previdência social.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

ALESSANDRO KLUG  
Secretário da Saúde

#### **PORTARIA 426/14**

PORTARIA 426/14 DE 22 DE AGOSTO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. JUCELIA DA VEIGA APOLINÁRIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, licença para tratamento de saúde pelo prazo de 15 (quinze) dias, conforme atestado médico emitido em 20 de Agosto de 2014.

Artigo 2º - O afastamento de que trata o Artigo Primeiro, a partir do 16º (décimo sexto) dia será custeado pelo Regime Geral da Previdência.

Artigo 3º - Esta Portaria tem seus efeitos retroativos à data de 20 de Agosto de 2014, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte

#### **PORTARIA 427/14**

PORTARIA 427/14 DE 22 DE AGOSTO DE 2014.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 86 da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990, alterada pela Lei Complementar 1765 de 09 de Abril de 2013.

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. JULIANA BARCHFELD, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30:00 horas semanais, junto ao Centro de Educação Infantil Gente Miúda, a partir de 22 de Agosto de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte



**PORTARIA 428/14**

PORTARIA 428/14 DE 22 DE AGOSTO DE 2014.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. MARIA MARLETE BINI MARCELINO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, a conversão de 01 (um) mês de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 30/07/1994 a 30/07/1999, para o mês de Agosto de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte

**PORTARIA 429/14**

PORTARIA 429/14 DE 22 DE AGOSTO DE 2014.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. DILMA CORREA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, a conversão de 01 (um) mês de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 11/02/2009 a 11/02/2014, para o mês de Agosto de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte

**PORTARIA 430/14**

PORTARIA 430/14 DE 22 DE AGOSTO DE 2014.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. GIANE DILMA SCHWEDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, a conversão de 01 (um) mês de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15/02/2008 a 15/02/2013, para o mês de Agosto de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte

**PORTARIA 431/14**

PORTARIA 431/14 DE 22 DE AGOSTO DE 2014.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. NEIDE APARECIDA FÜECHTER SCHWEDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, a conversão de 01 (um) mês de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 04/02/2002 a 04/02/2007, para o mês de Agosto de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte

**PORTARIA 432/14**

PORTARIA 432/14 DE 22 DE AGOSTO DE 2014.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. MARLENE FERREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, a conversão de 01 (um) mês de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/12/2008 a 01/12/2013, para o mês de Agosto de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte

**PORTARIA 433/14**

PORTARIA 433/14 DE 22 DE AGOSTO DE 2014.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. SENIRA APARECIDA MARCELINO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, a conversão de 01 (um) mês de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02/02/2005 a 02/02/2010, para o mês de Agosto de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte

**PORTARIA 434/14**

PORTARIA 434/14 DE 22 DE AGOSTO DE 2014.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. SILVANA APARECIDA UESSLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, a conversão de 01 (um) mês de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/12/2008 a 01/12/2013, para o mês de Agosto de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte

**PORTARIA 435/14**

PORTARIA 435/14 DE 22 DE AGOSTO DE 2014.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. KATIA KOLM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, a conversão de 01 (um) mês de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 04/02/2007 a 04/02/2012, para o mês de Agosto de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte

**PORTARIA 436/14**

PORTARIA 436/14 DE 22 DE AGOSTO DE 2014.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER o servidor público municipal Sr. WILSON HOBUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Desenhista, a conversão de 01 (um) mês de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 23/03/1998 a 23/03/2003, para o mês de Agosto de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

**PORTARIA 437/14**

PORTARIA 437/14 DE 22 DE AGOSTO DE 2014.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. LILIANE KRUGER WESTPHAL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, a conversão de 01 (um) mês de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 13/11/2005 a 13/11/2010, para o mês de Agosto de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

**PORTARIA 438/14**

PORTARIA 438/14 DE 22 DE AGOSTO DE 2014.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. ZENI LEHMKUHL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, a conversão de 01 (um) mês de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 04/02/2007 a 04/02/2012, para o mês de Agosto de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

**PORTARIA 439/14**

PORTARIA 439/14 DE 22 DE AGOSTO DE 2014.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER o servidor público municipal Sr. ARILDO STOLARSKI PORTES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, a conversão de 01 (um) mês de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/12/2008 a 01/12/2013, para o mês de Agosto de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

VALDENIR SANDRINI

Secretário dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos

**PORTARIA 440/14**

PORTARIA 440/14 DE 22 DE AGOSTO DE 2014.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER o servidor público municipal Sr. FREDEMAR CÂNDIDO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, a conversão de 01 (um) mês de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 04/02/2007 a 04/02/2012, para o mês de Agosto de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

VALDENIR SANDRINI

Secretário dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos

**PORTARIA 441/14**

PORTARIA 441/14 DE 22 DE AGOSTO DE 2014.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990, Capítulo VI, Seção IX, Artigo 97.

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. LAURITA MARINHO MARCELINO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente/Faxineira, licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares pelo período de 02 (dois) anos, a partir de 24 de Agosto de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 24 de Agosto de 2014, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

ALESSANDRO KLUG

Secretário da Saúde

**PORTARIA 442/14**

PORTARIA 442/14 DE 27 DE AGOSTO DE 2014.  
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base no Art. 13 da Lei Complementar 816/90 de 31 de Outubro de 1990.

CONSIDERANDO o Edital do Concurso Público nº 006/2014;

CONSIDERANDO o Decreto 108/14 de 18 de Agosto de 2014, que homologa a classificação final do Concurso Público 006/2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR através de concurso público a Sra. ANA CLAUDIA LEHMCKUHL, para exercer o Cargo de Orientadora Social do grupo ocupacional II - Atividades Técnicas de Nível Médio - ATM, Nível 22 do plano de cargos e salários do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Trombudo Central, com carga horária de 40:00 horas semanais, a desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação, a partir da data de 27 de Agosto de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 27 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume, na data supra.

LUANA APARECIDA GOEDERT HASSE

Secretária da Assistência Social e Habitação

**PORTARIA 443/14**

PORTARIA 443/14 DE 28 DE AGOSTO DE 2014.  
DESABILITA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base no Art. 13 da Lei Complementar 816/90 de 31 de Outubro de 1990.

CONSIDERANDO o Edital do Concurso Público nº 006/2014;

CONSIDERANDO o Decreto 108/14 de 18 de Agosto de 2014 que homologa a classificação final do Concurso Público 006/2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º - DECLARA e torna público que a Sra. ANA CLAUDIA LEHMCKUHL, fora DESABILITADA a assumir o Cargo Funcional de Orientadora Social, do Grupo Operacional II - Atividades de Nível Médio - ATM, Nível 22, pela apresentação de declaração de renúncia a nomeação ao cargo aprovado no Concurso Público 006/2014, encaminhada ao Departamento Pessoal da Prefeitura, datada em 27 de Agosto de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de Agosto de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume, na data supra.

LUANA APARECIDA GOEDERT HASSE  
Secretária da Assistência Social

**PORTARIA 444/14**

PORTARIA 444/14 DE 28 DE AGOSTO DE 2014.  
DESABILITA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO o Processo Seletivo 003/2014;

CONSIDERANDO o Decreto 068/14 de 03 de Junho de 2014;

CONSIDERANDO a Portaria 424/14 de 19 de Agosto de 2014 que nomeia servidor em caráter temporário;

**RESOLVE:**

Art. 1º - DECLARA e torna público que a Sra. SAMANA CARDOSO, fora DESABILITADA a assumir o Cargo Funcional de Psicóloga, pela apresentação de declaração de renúncia a nomeação ao cargo, encaminhada ao Departamento Pessoal da Prefeitura, datada em 25 de Agosto de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de Agosto de 2014.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume, na data supra.

LUANA APARECIDA GOEDERT HASSE  
Secretária da Assistência Social

**PORTARIA 445/14**

PORTARIA 445/14 DE 28 DE AGOSTO DE 2014.  
ATRIBUI RESPONSABILIDADE REFERENTE À MULTA DE TRÂNSITO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: Inúmeras ocorrências, notificações, de multas de trânsito.

**RESOLVE:**

Artigo 1º- Atribuir responsabilidade referente a multas de trânsito, para cobrança com desconto em folha de pagamento a partir do mês de Setembro do corrente ano, ao infrator e a respectiva infração abaixo especificada:

MOTORISTA	VEÍCULO	Nº INFRAÇÃO	VALOR
MARCIO NORENBERG	MDU - 8201	02414173SC	102,15

Artigo 2º- A retenção dos valores de que trata o artigo primeiro,

será efetuada em folha de pagamento em (02) duas parcelas a serem descontadas para pagamento da multa, não podendo as parcelas ultrapassar 30% (trinta por cento) do salário.

Artigo 3º- Fica aberto o prazo de contestação e ampla defesa ao infrator descrito no artigo primeiro pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação da presente Portaria.

Artigo 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de Agosto de 2014.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte

**PORTARIA 446/14**

PORTARIA 446/14 DE 28 DE AGOSTO DE 2014.  
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR a pedido e em caráter irrevogável a servidora pública municipal Sra. ELSA HELENA REIF, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora, a partir de 26 de Agosto de 2014.

Art. 2º - Esta portaria tem seus efeitos retroativos à data de 26 de Agosto de 2014, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de Agosto de 2014.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte

**PORTARIA 447/14**

PORTARIA 447/14 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 1772 de 30 de Maio de 2013.

CONSIDERANDO: o Processo Seletivo 007/2014;

CONSIDERANDO: o Decreto 098/14 de 25 de Julho de 2014;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;



**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário o Sr. VANDERLEI PE-REIRA, a exercer o cargo de provimento temporário de Operador de Máquina, com carga horária de 40:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, no período compreendido entre 01 de Setembro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 ou até enquanto perdurar o afastamento do titular em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Setembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

LEIRSON VICENTE

Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

**PORTARIA 448/14**

PORTARIA 448/14 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 1772 de 30 de Abril de 2013.

CONSIDERANDO: o Processo Seletivo 003/2014;

CONSIDERANDO: o Decreto 068/14 de 03 de Junho de 2014;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. LUISA GESSI RIPPEL, a exercer o cargo de provimento temporário de Psicóloga, com carga horária de 40:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, no período compreendido entre 01 de Setembro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, face o pedido de exoneração da servidora pública municipal Sra. CLEUSEMERI RAHN.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Setembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

LUANA APARECIDA GORDERT HASSE

Secretária da Assistência Social e Habitação

**PORTARIA 449/14**

PORTARIA 449/14 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR a pedido e em caráter irrevogável a servidora pública municipal Sra. JOELMA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento temporário de Psicóloga, a partir de 01 de Setembro de 2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Setembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra

LUANA APARECIDA GOEDERT HASSE

Secretária da Assistência Social e Habitação

**PORTARIA 450/14**

PORTARIA 450/14 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR a pedido e em caráter irrevogável a servidora pública municipal Sra. LUCIANA MEURER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, a partir de 01 de Setembro de 2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Setembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

**PORTARIA 451/14**

PORTARIA 451/14 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO o Edital do Concurso Público nº 006/2014;

CONSIDERANDO o Decreto 108/14 de 18 de Agosto de 2014 que homologa a classificação final do Concurso Público 006/2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR através de concurso público a Sra. JESSICA FRANZ, para exercer o Cargo de Auxiliar Administrativo do grupo ocupacional II - Atividades de Nível Médio - ATM, Nível 22 do plano de cargos e salários do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Trombudo Central, com carga horária de 40:00 horas semanais, a desempenhar suas funções junto a Secretaria municipal de Administração e Finanças, a partir da data de 01 de Setembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Setembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume, na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

**PORTARIA 452/14**

PORTARIA 452/14 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO o Edital do Concurso Público nº 006/2014;

CONSIDERANDO o Decreto 108/14 de 18 de Agosto de 2014 que homologa a classificação final do Concurso Público 006/2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR através de concurso público o Sr. GILVANIA PORTO, para exercer o Cargo de Orientador Social do grupo ocupacional II - Atividades de Nível Médio - ATM, Nível 22 do plano de cargos e salários do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Trombudo Central, com carga horária de 40:00 horas semanais, a desempenhar suas funções junto a Secretaria municipal da Assistência Social e Habitação, a partir da data de 01 de Setembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Setembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume, na data supra.

LUANA APARECIDA GOEDERT HASSE

Secretária da Assistência Social e Habitação

**PORTARIA 453/14**

PORTARIA 453/14 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO o Edital do Concurso Público nº 006/2014;

CONSIDERANDO o Decreto 108/14 de 18 de Agosto de 2014 que homologa a classificação final do Concurso Público 006/2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR através de concurso público o Sr. WAGNER DALPIAZ, para exercer o Cargo de Engenheiro Civil do grupo ocupacional I - Atividades de Nível Superior - ANS, Nível 28 do plano de cargos e salários do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Trombudo Central, com carga horária de 20:00 horas semanais, a desempenhar suas funções junto a Secretaria municipal do Planejamento Urbano, a partir da data de 01 de Setembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Setembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume, na data supra.

ALVARO MELCHIORETTO

Secretário do Planejamento Urbano

**PORTARIA 454/14**

PORTARIA 454/14 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO o Edital do Concurso Público nº 006/2014;

CONSIDERANDO o Decreto 108/14 de 18 de Agosto de 2014 que homologa a classificação final do Concurso Público 006/2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR através de concurso público o Sr. FERNANDO ARNDT, para exercer o Cargo de Advogado do grupo ocupacional I - Atividades de Nível Superior - ANS, Nível 29 do plano de cargos e salários do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Trombudo Central, com carga horária de 20:00 horas semanais, a desempenhar suas funções junto a Secretaria municipal de Administração e Finanças, a partir da data de 01 de Setembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Setembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume, na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK  
Secretária de Administração e Finanças

**PORTARIA 455/14**

PORTARIA 455/14 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO o Edital do Concurso Público nº 006/2014;

CONSIDERANDO o Decreto 108/14 de 18 de Agosto de 2014 que homologa a classificação final do Concurso Público 006/2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR através de concurso público o Sr. DANIEL AUGUSTO PISETTA, para exercer o Cargo de Programador do grupo ocupacional I - Atividades de Nível Superior - ANS, Nível 27 do plano de cargos e salários do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Trombudo Central, com carga horária de 20:00 horas semanais, a desempenhar suas funções junto a Secretaria municipal de Administração e Finanças, a partir da data de 01 de Setembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Setembro de 2014.

SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume, na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK  
Secretária de Administração e Finanças

**PORTARIA 456/14**

PORTARIA 456/14 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO o Edital do Concurso Público nº 006/2014;

CONSIDERANDO o Decreto 108/14 de 18 de Agosto de 2014 que homologa a classificação final do Concurso Público 006/2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR através de concurso público o Sr. ELIENAI DA SILVA, para exercer o Cargo de Fiscal de Obras e Posturas do grupo ocupacional II - Atividades de Nível Médio - ATM, Nível 23 do plano de cargos e salários do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Trombudo Central, com carga horária de 40:00 horas semanais, a desempenhar suas funções junto a Secretaria municipal do Planejamento Urbano, a partir da data de 01 de Setembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Setembro de 2014.

SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume, na data supra.

ALVARO MELCHIORETTO  
Secretário do Planejamento Urbano

**PORTARIA 457/14**

PORTARIA 457/14 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO o Edital do Concurso Público nº 006/2014;

CONSIDERANDO o Decreto 108/14 de 18 de Agosto de 2014 que homologa a classificação final do Concurso Público 006/2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR através de concurso público o Sr. ORLI ADALBERTO VICENTE, para exercer o Cargo de Mecânico do grupo ocupacional III - Atividades Auxiliares - SAL, Nível 20 do plano de cargos e salários do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Trombudo Central, com carga horária de 40:00 horas semanais, a desempenhar suas funções junto a Secretaria municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a partir da data de 01 de Setembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Setembro de 2014.

SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume, na data supra.

VALDENIR SANDRINI  
Secretário dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos

**PORTARIA 458/14**

PORTARIA 458/14 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO o Edital do Concurso Público nº 006/2014;

CONSIDERANDO o Decreto 108/14 de 18 de Agosto de 2014 que homologa a classificação final do Concurso Público 006/2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR através de concurso público o Sr. ALEXANDRE LUIZ PEREIRA, para exercer o Cargo de Farmacêutico do grupo ocupacional I - Atividades de Nível Superior - ANS, Nível 27 do plano de cargos e salários do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Trombudo Central, com carga horária de 40:00 horas

semanais, a desempenhar suas funções junto a Secretaria municipal da Saúde, a partir da data de 01 de Setembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Setembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume, na data supra.

ALESSANDRO KLUG

Secretário da Saúde

#### **PORTARIA 459/14**

PORTARIA 459/14 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO o Edital do Concurso Público nº 006/2014;

CONSIDERANDO o Decreto 108/14 de 18 de Agosto de 2014 que homologa a classificação final do Concurso Público 006/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR através de concurso público o Sr. TAYHARA HELENE BETTA, para exercer o Cargo de Fisioterapeuta do grupo ocupacional I - Atividades de Nível Superior - ANS, Nível 24 do plano de cargos e salários do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Trombudo Central, com carga horária de 20:00 horas semanais, a desempenhar suas funções junto a Secretaria municipal da Saúde, a partir da data de 01 de Setembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Setembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume, na data supra.

ALESSANDRO KLUG

Secretário da Saúde

#### **PORTARIA 460/14**

PORTARIA 460/14 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO o Edital do Concurso Público nº 006/2014;

CONSIDERANDO o Decreto 108/14 de 18 de Agosto de 2014 que homologa a classificação final do Concurso Público 006/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR através de concurso público o Sr. JOÃO EDIVAL DA COSTA JUNIOR, para exercer o Cargo de Médico Clínico Geral II do grupo ocupacional I - Atividades de Nível Superior - ANS, Nível 41 do plano de cargos e salários do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Trombudo Central, com carga horária de 30:00 horas semanais, a desempenhar suas funções junto a Secretaria municipal da Saúde, a partir da data de 01 de Setembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Setembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume, na data supra.

ALESSANDRO KLUG

Secretário da Saúde

#### **PORTARIA 461/14**

PORTARIA 461/14 DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990, Capítulo VI, Seção IX, Artigo 97.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. NEUCI REGINA JEREMIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares pelo período de 02 (dois) anos, a partir de 01 de Setembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Setembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

#### **PORTARIA 462/14**

PORTARIA 462/14 DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

NOMEIA CARGO EM COMISSÃO

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e pela lei complementar nº 1.479/2006 de 28 de Setembro de 2006, e lei nº 1.323 de 13 de Maio de 2002...

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. MARCIA ROSANE WITZKE para o cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico, Nível 30, com carga horária de 20:00 horas semanais, a desempenhar funções de acompanhamento de processos judiciais e administrativos em

todas as esferas, Cível, Federal e Trabalhista, a partir de 04 de Setembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 04 de Setembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi publicada e registrada no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

## Tunápolis

### PREFEITURA

#### **Processo de Licitação Nº 26/2014 Edital de Pregão Presencial Nº 22/2014**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2014

Edital de Pregão Presencial nº 22/2014

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo menor preço por item que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE 1(UM) COMPUTADOR, DESTINADO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, DE ACORDO COM A PORTARIA N. 2363 DO DIA DE 18 DE OUTUBRO DE 2012 E DE-LIBERAÇÃO 243/CIB/14. Entrega dos envelopes até às 10h15min do dia 22/09/2014. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Bruno José Heberle

Gestor do Fundo



**Vargeão****PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 148/2014.**

EXTRATO DE CONTRATO nº 148/2014.  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: FORESTI INSTRUTORIA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de instrutória e orientação de boas práticas de fabricação de produtos de origem animal, prestados aos produtores rurais do município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 148/2014.

Vargeão, SC, 02 de setembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

**Videira****PREFEITURA****Extrato do Contrato N. 0574/14**

Extrato do Contrato n. 0574/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SIRLEI THIBES  
CPF: 425.780.519-68  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: de 21 de agosto de 2014 a 31 de dezembro de 2014  
FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.196,87 (um mil, cento e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos)

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0364/13**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0364/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: TEREZINHA LOPES CARDOZO  
CPF: 731.390.509-25  
VIGÊNCIA: de 21 de fevereiro de 2013 até 20 de fevereiro de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

**Extrato do Termo Aditivo N. 0382/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0382/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARIA INES SOARES  
CPF: 070.833.069-07  
VIGÊNCIA: de 10 de março de 2014 até 31 de agosto de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0463/13**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0463/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ANGELA DIAS DOS SANTOS  
CPF: 956.862.820-72  
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 até 31 de março de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

**Extrato do Termo Aditivo N. 0522/13**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0522/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: GENTILA BRIGIDA SCUSSIATO  
CPF: 478.914.919-68  
VIGÊNCIA: de 22 de abril de 2013 até 15 de novembro de 2014  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0583/13**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0583/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ANDRESSA TROMBETTA  
CPF: 080.008.279-64  
VIGÊNCIA: de 02 de julho de 2013 até 30 de dezembro de 2014  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

**Extrato do Termo Aditivo N. 0585/13**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0585/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: CARINE SEIXAS PINHEIRO ROQUE  
CPF: 116.829.827-00  
VIGÊNCIA: de 04 de julho de 2013 até 30 de junho de 2015  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

**Pregão Presencial Nº 124/2014-PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 124/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE BLOCOS DE CARTÕES DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO, PARA SEREM UTILIZADOS PELA EMPRESA QUE PRESTARÁ OS SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO AO MUNICÍPIO 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00 horas do dia 18/09/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 05 de Setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE SORTEIO DO TERCEIRO MEMBRO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
EDITAL DE SORTEIO DO TERCEIRO  
MEMBRO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar novo sorteio entre os nomes já inscritos (Alex Baseggio, Arnaldo Telles Ferreira e Silvia Spagnol Simi) para escolha do terceiro membro da subcomissão técnica, elaborada em atenção ao §2º do artigo 10, da Lei Federal nº 12.232/2010, que procederá à análise e julgamento das propostas técnicas apresentadas pelas empresas no processo de Concorrência nº 03/2014, promovida pelo Município de Videira, para contratação de agência para prestação de serviços de publicidade. A sessão pública para sorteio acontecerá no dia 22 de setembro de 2014, às 09:00 horas, na sala de reuniões do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Videira, situada na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada.

Videira/SC, 04 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2014-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2014-FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 49/2014-FMS. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ÓLEO DIESEL S50 OU S10 PARA SER UTILIZADO PELA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 18/09/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 05 de Setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014-FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014 - FMAS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 19/2014 - FMAS. 1. OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE ROUPAS DIVERSAS PARA USO NAS APRESENTAÇÕES DO FESTIVAL DE DANÇA MUNICIPAL PELO CRAS, E CONJUNTOS PARA DANÇAS TÍPICAS DO GRUPO DE IDOSOS, DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15:30 horas do dia 18/09/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 15:30 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 05 de Setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1258/14**

PORTARIA nº 1258/14  
Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 15.171/14;

**RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 01 de setembro de 2014 até 30 de setembro de 2014, o gozo de férias do servidor VANDERLEI MAGALDI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Operacional, referente ao período aquisitivo de 1º de novembro de 2012 até 31 de outubro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2014.

Videira, 04 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Portaria Nº 1260/14**

PORTARIA nº 1260/14  
Autoriza o Uso de Parque Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 15389/2014,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso da Praça do Lazer (pista de caminhada), junto ao Parque do Rio do Peixe, pelo SESI, no dia 06 de setembro de 2014, das 14h00min às 18h00min, para realização de uma caminhada com os colaboradores do Sistema FIESC, bem como, para colocação de uma tenda.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 05 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Portaria Nº 1259/14**

PORTARIA nº 1259/14  
Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 15.174/14;

#### **RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 01 de setembro de 2014 até 30 de setembro de 2014, o gozo de férias do servidor MAURICIO CICERI, ocupante do cargo efetivo de Profissional de Educação Física - Voleibol, referente ao período aquisitivo de 06 de setembro de 2013 até 05 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de setembro de 2014.

Videira, 04 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Decreto Nº 11.247/14**

DECRETO Nº 11.247/14, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014.  
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13, de 06 de dezembro de 2013.

#### **DECRETA**

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 60.289,76 (sessenta mil, duzentos e oitenta e nove reais e setenta e seis centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social	
01 - Fundo Municipal de Assistência Social	
2.083 - Manutenção do CREAS	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0191.0 Aplicações Diretas	2.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0193.0 Aplicações Diretas	7.603,20
16 - Fundo Municipal de Assistência Social	
01 - Fundo Municipal de Assistência Social	
2.084 - Manutenção da Casa Lar	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0286.0 Aplicações Diretas	20.486,56
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0286.0 Aplicações Diretas	30.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	60.289,76

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação proveniente de recursos vinculados ao Fundo Nacional de Assistência Social e destinado ao Piso Fixo de Média Complexidade - MSE, de recursos vinculados

ao Fundo Estadual de Assistência Social destinado aos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade e de recursos vinculados proveniente do Convênio entre os municípios da comarca para manutenção da Casa Lar.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **LEI Nº 3.149/14**

LEI Nº 3.149/14, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014  
DÁ DENOMINAÇÃO DE RUAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os habitantes do município de Videira - SC, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam denominadas as Ruas conforme memorial descritivo a seguir:

NOME LOGRADOURO	LOTEAMENTO	NOME DA RUA
Rua "C"	Menegola II	Angelin Antonio Araldi
Rua "D"	Menegola II	Avelina Omizzolo Paulmichl
Rua "E"	Menegola II	Dosolina Binotto Menegazzo

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 03 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **PORTARIA Nº 1255/14**

PORTARIA nº 1255/14

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 13936/14,

#### **RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a BEATRIZ STREY, Auxiliar de Serviços Gerais, de 02 de janeiro de 2015 até 02 de abril de 2015, referente ao quinquênio 17 de setembro de 2007 até 16 de setembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015.

Videira, 03 de setembro de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### Resolução Nº 001 Cmda

RESOLUÇÃO N. 001/2014, de 29/08/2014

Dispõe sobre a aprovação e composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do acordo com a Lei 0880, de 05 de maio de 2014.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em sua sétima (7ª) Assembleia Ordinária realizada em 29 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1º. Aprovar a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Art. 2º. Publicar a composição e seus dignos representantes no anexo 01 da resolução 001/2014;

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Juarez Lima Varela  
Presidente do CMDCA  
Vitor Meireles/SC.

Vitor Meireles, 29 de agosto de 2014.  
ANEXO 01 DA RESOLUÇÃO N. 001/2014, de 29/08/2014.

Composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Vitor Meireles - SC.

Secretária Municipal de Educação: Janete Mafra - Titular;  
Edenir Branger França - Suplente;  
Secretaria Municipal de Cultura Desporto e Turismo: Roberta Schmidt - Titular;

Salésio Boing - Suplente;  
Secretaria Municipal de Assistência Social: Senhor Juarez Lima Varela - Titular;

Leonice Morgenroth - Suplente;  
Secretaria Municipal de Saúde: Iria Wilhen - Titular;

Teilor Pettersem - Suplente;  
Gabinete do Prefeito: Dário Montagna - Titular;

Sandro Lunelli - Suplente;  
SINTRAF: Luiz Carlos Backes - Titular;

Cleiton Junior Machado - Suplente;  
Clubes dos Idosos: Elvira Kammer - Titular;

Sinoene Vendrami - Suplente;  
APPs: Izolina Pettersem - Titular;

Iara Aparecida Leite Dauer - Suplente;  
Clubes de Mães: Terezinha Cescon - Titular;

Vanda Francisco - Suplente;  
Igrejas Católicas: Maria Boing - Titular;

Ana Formentin - Suplente.

A Diretoria:

Presidente: Juarez Lima Varela;  
Vice Presidente: Elvira Kammer;  
Primeira Secretária: Izolina Pettersem;  
Segunda secretária: Maria Boing;  
Tesoureiro: Dário Montagna.

Juarez Lima Varela  
Presidente do CMDCA  
Vitor Meireles/SC

Vitor Meireles, 29 de agosto de 2014.

### RESOLUÇÃO Nº 002 PMASE

RESOLUÇÃO N. 002/2014, de 29/08/2014

Dispõe sobre a aprovação e composição da Comissão Intersetorial para a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo - PMASE, de acordo com a Lei nº 12.594/2012, que instituída pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE que regulamenta a execução das medidas destinadas ao adolescente que pratique ato infracional.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em sua sétima (7ª) Assembleia Ordinária realizada em 29 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1º. Aprovar a composição da Comissão Intersetorial para a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo - PMASE;

Art. 2º. Publicar a composição e seus dignos representantes no anexo 01 da resolução 002/2014;

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Juarez Lima Varela  
Presidente do CMDCA  
Vitor Meireles/SC.

Vitor Meireles, 29 de agosto de 2014.  
ANEXO 01 DA RESOLUÇÃO N. 002/2014, de 29/08/2014.

Composição da Comissão Intersetorial para a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo - PMASE, de Vitor Meireles - SC.

Coordenador: Elvira Kammer - Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA);

Vice Coordenador: Isolina Pettersem - Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA);

Secretária Titular: Leonice Morgenroth - Secretaria Municipal de Assistência Social;

Secretário Suplente: Ademar Fusinato - Secretaria Municipal de Assistência Social;

Laurita Possamai Meneghelli - Conselho Tutelar;

Cabeçuim-LO Camlem - Conselho Tutelar;

Maria Boing - Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA);

Sinoene Vendrami - Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA);

Josiane Berckembrock Mazzoti - Secretaria Municipal da Educação;

Zenita Ignachzuk - Secretaria Municipal da Educação;

Paulo Roberto Freitas - Secretaria Municipal da Educação;

Telmo Koerisch - Secretaria Municipal de Saúde;

Juliana Fusinato Eichenberg - Secretaria Municipal de Saúde;

Regina de Oliveira - Secretaria Municipal de Saúde;

Juarez Lima Varela - Centro de Referência da Assistência Social - CRAS;

Marcelo André Agostini - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;

Sonia Solene Segundo - Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS/GESTÃO;

Rosane Viera - Departamento de Políticas para as Mulheres a senhora;

Marcelino Alberton - Corpo de Bombeiros;

Alexandre José da Rosa - Polícia Militar;

Gilmar Mohr - Polícia Civil;

Marcos Leandro - Escolas Públicas

Isolânia Wippell - NEPRE

Dário Montagna - Administração Municipal da Secretaria de Gestão Participativa;

Cleiton Junior Machado - Sindicatos Clubes de Serviço, representações da Indústria e do Comércio;



Luís Carlos Backes - Sindicatos Clubes de Serviço, representações da Indústria e do Comércio;  
Nilton Bernardy - Clubes de Serviço - CDL;  
Elaboração:  
Juarez Lima Varela - Assistente Social do CRAS  
Marcio Pavanello - Advogado

Juarez Lima Varela  
Presidente do CMDCA  
Vitor Meireles/SC.

Vitor Meireles, 29 de agosto de 2014.

## Xavantina

### PREFEITURA

#### **Termo de Compromisso / Ata de Registro de Preços PP 53-2014 PMXV**

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2014 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 53/2014 PMXV

O Município de Xavantina - SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa RD COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 81.811.143/0001-85, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. ROBERT DE CARLI, portador do CPF nº 777.250.349-00, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 53/2014 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de peças para conserto de caminhões Mercedes Bens, Iveco, Ford e Cargo pertencentes à frota dos Departamentos de Transportes e Agricultura.

LOTE 01 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONSERTAR CAMINHÃO FORD 14.000 PLACAS MAN9319

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
1	BARRA DE DIREÇÃO LONGA L01604004	6	410,00
2	BARRA DE DIREÇÃO L01513415	6	403,00
3	CUBO TRASEIRO CRC080	10	309,00
4	COXIM TRASEIRO MOTOR RE167	8	44,60
5	RETENTOR CUBO DIANTEIRO ARC5177	8	27,90
6	REBITE PARA LONA 10X14 ALUMÍNIO RE10X14AL	7	52,00
7	LONA DE FREIO L220	7	361,00
8	LONA DE FREIO L728	7	215,00
9	ROLAMENTO 39580/520AS	8	204,00
10	ROLAMENTO 39581/520M	8	185,00
11	ROLAMENTO INTERNO CUBO TRASEIRO 594/592FAG	8	250,00
12	MOLA HD DT REFORÇO CAR306204R	8	60,00
13	MOLA DH DT CAR306204	8	51,00
14	MOLA HD DT CAR306203	8	66,00
15	MOLA DIANTEIRA CAR306202	8	202,00
16	MOLA DIANTEIRA CAR306201	8	157,00
17	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO BAT4310	10	539,00
18	MOLA MESTRE AUXILIAR F030001	8	200,00
19	MOLA AUXILIAR 2 F030002	8	200,00

20	MOLA AUXILIAR 3 F030003	8	179,00
21	MOLA AUXILIAR 4 F030004	8	179,00
22	COXIM SUP. CABINE XC3Z-1000154BA	10	136,00
23	COXIM INF. CABINE F75Z1000155KA	10	58,00
24	ROLAMENTO CUBO DT EXT 3585/25T	8	124,00

**LOTE 02 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONSERTAR CAMINHÃO FORD 14.000 PLACAS MAM6059**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
25	BARRA DIREÇÃO LONGA L01604004	7	410,00
26	BARRA DIREÇÃO L01504000	7	278,00
27	LANGUEIRA COMPRESSOR JA7376	7	28,00
28	MANGUEIRA INFERIOR RADIADOR JA7380	7	79,00
29	MANGUEIRA SUPERIOR JÁ 7379	7	86,00
30	CABO VELOCIMETRO 10578	7	70,00
31	CABO ACELERADOR 101047	7	99,00
32	JOGO MOLA PATINS FLA702371	8	24,90
33	ALGEMA SAPÃO GR148	10	46,0
34	AMORTECEDOR 12668	10	179,00
35	COXIM TRAS. MOTOR RE167	8	44,60
36	MAÇANETA EXTERNA 188426	6	53,00
37	FACHADURA PORTA UNI30385	6	72,00
38	MÁQUINA VIDRO RV5149D	6	60,00
39	DOBRADIÇA CAPÔ VA4536E	6	194,00
40	DOBRADIÇA CAPÔ VA 4536D	6	194,00
41	TANQUE EXPANSÃO F81Z8A080	6	334,90
42	CONJUNTO EMBREAGEM S/ TUBO GUIA EAT1041027	6	1.970,00
43	COMPRESSOR DE AR I90264S	4	2.727,00
44	MAÇANETA INTERNA PORTA TNK83701905	6	9,40
45	ALAVANCA MARCHA 2SL711117	3	162,70
46	MOLA 2 AUXILIAR F030002	7	200,00
47	MOLA 3 AUXILIAR F030003	7	179,00
48	VARETA NÍVEL DO ÓLEO UNI30727	3	27,00
49	COXIM SUP. CABINE XC3Z-1000154BA	10	136,00
50	COXIM INF. CABINE F75Z1000155KA	10	58,00
51	MOLA DIANT. MESTRE F079001	7	101,00

**LOTE 03 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONSERTAR CAMINHÃO MERCEDES MB 2217 PLACAS MAN6009**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
52	BARRA DIREÇÃO FREIO LÍQUIDO L041561	4	386,00
53	TIRANTE BARRA DE DIREÇÃO C/ PINOS SIMPLES 595MM ZL0340	4	439,00
54	BARRA TIRANTE REG EMBR L041504	4	126,00
55	COROA PINHÃO 7X41 12MM INVERTIDA REX06350061	3	2.898,00

56	SEMI EIXO 3853574401	4	833,00
57	CAIXA SATELITE COMPLETA ROLETADA REX03350017	3	6.701,00
58	TAMBOR DE FREIO TF128	4	369,00
59	EIXO CENTRAL COMPLETO ZL02903	3	5.250,00

**LOTE 04 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONSERTAR CAMINHÃO MERCEDES MB 1621 PLACAS LZR5321**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
60	TAMBOR DE FREIO TRASEIRO BAT1027	7	468,00
61	BRACO PITMAN CAF2220D	6	447,00
62	MANGUEIRA RAD JA9131	6	219,00
63	AMORTECEDOR TRAS 45123	7	372,00
64	MANGUEIRA INTERCOOLER JA9040	6	130,00
65	FILTRO AR SECO COMPLETO PUR11627	6	858,00
66	SUPORTE SAPATA FREIO LE/LD (ARANHA) BO1621	7	256,00
67	CONJUNTO EMBREAGEM 6012N	6	2.138,00
68	CILINDRO AUXILIAR EMBREAGEM RCCE00319	6	193,00
69	SEMI EIXO MB FREIO AR MP4645	7	1.696,00
70	AJUSTADOR AUTOMATICO FREIO BAL60867	7	24,00
71	CAIXA SATELITE COMPL ROLETA HL4 REF REX03350017	6	6.701,00
72	TAMBOR DE FREIO DIANTEIRO BAT1037	7	409,00

**LOTE 05 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONSERTAR CAMINHÃO CARGO 1722 PLACAS MDN 5772**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
73	TAMBOR FREIO BAT4307	9	408,00
74	BARRA DE DIREÇÃO LO150248	6	309,00
75	ENGRENAGEM 6 MARCHA 3315743EAT	6	527,00
76	CUBO ENGATE 3/4 4301475	6	147,00
77	CUBO DIANTEIRO 301010076R	7	578,00
78	TERMINAL BARRA LIGAÇÃO ROSCA GROSSA LE LO160221	6	95,00
79	TERMINAL BARRA LIG. ROSCA GROSSA LO160220	6	95,00
80	CONJ. SINCRONIZADOR 3 A006136EAT	6	1.065,00
81	CONJUNTO SINCRONIZADO 1/2 REX04350038	6	1.102,00
82	ENGRENAGEM 4 FIXA CONTRA EIXO 4303241	6	353,00
83	ENGRENAGEM 5 FIXA 4301478	6	342,00
84	ENGRENAGEM 3 MOVEL CX EATON EIXO PRINCIPAL 4303232REX	6	463,00
85	ENGRENAGEM 4 EXI PRINCIPAL 4303233EAT	6	818,00
86	ENGRENAGEM 2 EIXO PRINCIPAL 4303231	6	654,00
87	CAPA SINCRONIZADA 4301467	7	167,00
88	CAPA SINCR. CX 4301466	7	208,00

89	CAPA SINCRONIZADA 1 E 2 4301465	7	364,00
90	EIXO PILOTO 4301485EAT	6	1.132,00
91	EIXO PRINCIPAL EATON 6M REX13330096	6	1.133,00
92	TAMPA SINO DIF 240 PH4530	6	1.126,00
93	CAIXA SATELITE DIF ROCKWELL REX03350041	6	3.279,00
94	COROA PINHÃO 8X39 RS240 39958EU	6	4.214,00
95	PLACA REDUZIDA 240 095160REX	6	1.503,00
96	REDUZIDA COMPLETA DIFERENCIAL 240 TND525245	6	909,00
97	RETENTOR CUBO DIANT ARC5177	7	27,90
98	RETENTOR PINHÃO A1120522730	6	211,00
99	JG JUNTA CAMBIO 6 MARCHAS ML0034	6	26,70
100	LONA PARA FREIO L223	6	159,00
101	LONA PARA FREIO L224	6	164,00
102	CARCAÇA CAMBIO 6 MARCHAS EATON 2Z0301105	6	2.300,00
103	ROLAMENTO LATERAL DIF 716649/610KO	6	416,00
104	ROLAMENTO DIF. 12049/010SKF	6	426,00
105	ROLAMENTO EXTERNO CUBO TRASEIRO 580/572M	7	171,00
106	ROLAMENTO INT. CUBO TRAS. 594/592FAG	7	250,00
107	ROLAMENTO CUBO DT EXT 3782/3720F	7	129,00
108	SEMI EIXO 101176EU	7	577,00
109	RETENTOR CUBO TRASEIRO ARC5208	7	50,40
110	CUBO TRAS CRC011	7	474,00
111	ROLAMENTO CUBO DIANT. 212049/011FAG	7	162,00

**LOTE 06 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONSERTAR CAMINHÃO CARGO 1717 PLACAS MFL4722**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
112	TAMBOR FREIO BAT4307	7	407,90
113	BARRA DE DIREÇÃO LO150248	6	309,00
114	CABO BASCULAÇÃO CAÇAMBA - BOTÃO PRETO TODOS 20165	7	87,00
115	CUBO DIANTEIRO 301010076R	7	578,00
116	SUORTE TRAS P/ DIANT LE GR130	7	194,00
117	SUORTE TRAS P/ DIANT GR131	7	187,00
118	AMORTECEDOR DIANT. 45094	7	285,00
119	TERMINAL BARRA LIG. ROSCA GROSSA LE N221	6	103,00
120	TERMINAL BARRA LIG. ROSCA GROSSA LD N220	6	106,00
121	COXIM DIANTEIRO MOTOR CUMMINS RE622	7	88,00
122	KIT FIXAÇÃO TRASEIRA CABINE RE628	7	100,00
123	COXIM DIANT. CAB. RE277	7	67,00
124	COXIM TRASEIRO MOTOR RE278A	7	59,00
125	ENGRENAGEM COMANDO CUMMINS B 4981223	6	935,00

126	ENGRENAGEM VIRABREQUIM CUMMINS 6B 3929027	6	221,00
127	RADIADOR OLEO CUMMINS 6BT TRA117021	6	226,00
128	EIXO COMANDO VALVULAS CUMMINS 6 B 5.9 SF610	6	868,00
129	BRONSINA MANCAL STD CUMMINS BT E DA 3357480	6	305,00
130	BUCHA BIELA CUMMINS SERIE B/ ISB 4891178	11	46,50
131	BUCHA COMANDO CUMMINS B/ ISB 0,50 4983253	6	67,00
132	BRONZINA BIELA STD CUMMINS BT 6 VIL. FRATURADA 5338299	6	132,00
133	JOGO JUNTA INFERIOR MOTOR CUMMINS 6BT 5294891	6	613,00
134	VOLANTE MOTOR CUMMINS B 5.9 3936422	6	674,00
135	LONA PARA FREIO L223	6	159,00
136	LONA PARA FREIO L224	6	164,00
137	CONJUNTO EMBREAGEM EAT1041027	6	1.970,00
138	VALVULA TERMOSTATICA CUMMINS B 5294840	6	162,00
139	FILTRO DE ARREFECIMENTO FBA3803	6	41,00
140	FILTRO DE COMBUSTIVEL FBD3207	6	12,20
141	FILTRO SEPARADOR AGUA FBS2233	6	58,00
142	FILTRO OLEO CUMMINS 6BT LB3603	6	34,00
143	ROLAMENTO EXTERNO CUBO TRASEIRO 580/572F	7	174,00
144	ROLAMENTO INT. CUBO TRAS. 594/592FAG	7	250,00
145	RETENTOR CUBO TRASEIRO CO3189	7	84,00
146	VIRABREQUIM CUMMINS 6BT-59 SF288	6	2.918,00
147	MOLA 4 CAR322004	7	168,00
148	MOLA 2 REFORÇO CAR322002R	7	205,00
149	MOLA 2 CAR322002	7	239,00
150	MOLA MESTRE CAR322001	7	234,00
151	ANEL ARANHA CUBO TRASEIRO SEM REDUTOR VO191179	7	5,20
152	KIT MOTOR MAXI FORÇA CUMMINS 6B P2160 3356970	6	4.057,00
153	VISCOSA CUMMINS 4C458A616BA	6	3.769,00
154	ALGEMA MOLA DT VA3253	9	18,10
155	CUBO TRAS. CRC011	7	473,90
156	FILTRO AR COMPLETO 2C459600CA	6	1.031,00

**LOTE 07 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONSERTAR CAMINHÃO CARGO 1717 PLACAS MFL4842**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
157	TAMBOR FREIO BAT4307	9	407,80
158	TURBO CUMMINS 6BT 5.9 17210 VALVULADA	6	2.394,00
159	BARRA DE DIREÇÃO LO15024B	6	309,00
160	FILTRO AR HD5673	6	85,10

161	MANGUEIRA FILTRO 2C459K658AC6		293,00
162	CABO ACELERADOR 101465	6	105,00
163	DESLIZANTE MOLA TRASEIRA RIV005	9	70,70
164	SUPORTE SUPERIOR AMORTECEDOR TRASEIRO GR228	7	77,60
165	SUPORTE TRAS P/ DIANT LE GR130	6	1.094,00
166	SUPORTE TRAS P/ DIANT. GR131	6	187,60
167	SUPORTE MOLA TRAS/TRAS LD GR133	6	144,00
168	SUP MOLA TRAS/TRAS LE GR132	6	132,00
169	AMORTECEDOR DIANT. 45094	7	285,00
170	BARRA ESTABILIZADORA DIANT. LO150236	7	148,60
171	BUCHA MOLA DIANT. LB3004	13	8,80
172	PINO MOLA DIANT SR215	9	14,80
173	PINO MOLA DIANT P/ TRAS SR214	9	14,30
174	COXIM TRASEIRO CABINE TODOS RE229	9	24,00
175	COXIM DIANT. CAB. RE277	7	67,90
176	CILINDRO TRAVA CABINE 85HU5W354BA	6	52,90
177	FECHADURA PORTA LE VAL3271	6	314,00
178	CHAVE LIMPADOR P/ BRISA IM12110	6	161,00
179	BOTÃO REDUZIDA KO2105040	6	63,40
180	PARAFUSO FIXAÇÃO COXIM TRASEIRO CABINE 2TA899369	7	13,80
181	ALCA PAINEL 86HUE045B15AA	6	498,00
182	LONA PARA FREIO L223	6	159,00
183	LONA PARA FREIO L224	6	164,00
184	BARRA TORÇÃO LD XC455L061AA	6	531,00
185	BARRA TORÇÃO LE XC455L062AA	6	531,00
186	FILTRO DE ARREFECIMENTO FBA3803	6	41,00
187	FILTRO DE COMBUSTIVEL FBD3207	6	12,20
188	FILTRO SEPARADOR AGUA FBS2233	6	58,00
189	FILTRO OLEO CUMMINS 6BT EFL721 LB3603	6	34,00
190	EMBUCHAMENTO SEM PINOS VA024SP	6	356,00
191	PINO EMBUCHAMENTO VA024PS-TD	7	66,00
192	CRUZETA CARDA PH264	8	149,00
193	MOLA 3 CAR322003	7	209,00
194	MOLA 2 CAR322002R	7	205,00
195	MOLA 2 CAR322002	7	239,00
196	MOLA MESTRE CAR322001	7	234,00
197	VISCOSA CUMMINS 4C458A616BA	6	3.769,00

LOTE 08 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONSERTAR CAMINHÃO EURO-CARGO 260E25 PLACAS MKC9434

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
198	TAMBOR DIANT. BAT3101	7	541,00
199	KIT EMBREAGEM 635350100	6	2.349,00

200	PARALAMA ESQUERDO CABINE DIANTEIRO CEL631	6	467,00
201	HELICE C/ VISCOSA COMPLETA MO1932196	6	1.614,00
202	TURBO BBV35W3	6	2.696,00
203	BARRA DE DIREÇÃO LONGA LO180100	6	562,00
204	BARRA DIREÇÃO CURTA LO180070	6	381,00
205	TAPA SOL EXTERNO CEL639	6	435,00
206	PÁRA-CHOQUE CEL629	6	1.381,00
207	SILENCIOSO F5218	6	312,00
208	TUBO MOTOR F5219	6	264,00
209	AMORTECEDOR CABINE SAC2021	7	159,00
210	AMORTECEDOR TRASEIRO 13332	7	501,00
211	SUPORTE DIANT. ESQ. MOTOR 504087695	6	896,00
212	SUPORTE DIANT. DIR. MOTOR 504087707	6	976,00
213	SUPORTE TRAS. ESQ.MOTOR 504009141	6	614,90
214	SUPORTE TRAS. DIR. MOTOR 504009140	6	614,90
215	DOBRADIÇA GRADE 98444271	7	268,00
216	MEIA BUCHA BARRA ESTAB. DIANT. 98469634	9	80,00
217	MEIA BUCHA ESTAB. TRAS. 98456259	9	76,00
218	COXIM DIANTEIRO MOTOR 500394053	7	456,00
219	BUCHA DO ESTAB. TRAS. 8162306	7	78,00
220	COXIM CABINE 1908221	7	178,00
221	BUCHA DA SUSPENSAO CABINE 1907808K	7	174,00
222	BRONZINA MANCAL STD 1930812	12	105,00
223	BRONZINA BIELA STD 1930181	11	106,00
224	COXIM MOTOR TRASEIRO 99481924	7	355,00
225	COMPRESSOR AR K007381000	6	2.980,00
226	KITS ENGRENAGEM CAIXA SATE-LITE MP5207	6	2.416,00
227	MAÇANETA EXT. PORTA LE 98404714E	6	200,00
228	MAQUINA VIDRO 98407744	6	244,00
229	RESERVATORIO AGUA 8166285	6	831,00
230	CILINDRO MID SERVO EMBREGEM RD0880	6	945,00
231	BOMBA AGUA 98415831	6	1.143,00
232	VOLANTE MOTOR 9903204001	6	997,00
233	KITÃO MOTOR 500052992	6	4.999,90
234	ROLAMENTO CUBO DIANT. 33114F	7	198,00
235	SECADOR DE AR APU 9325001040	6	1.402,00
236	CARÇA FILTRO AR 5801291000	6	3.973,00
237	MOLA TRAS. FT20201	7	554,00
238	MOLA MESTRE DIANTEIRA CAR254601	7	248,00
239	MESA COLETOR ESCAPE 4840186	6	924,00
240	JG BUCHA COMANDO 7985754	6	170,00
241	TAMBOR FREIO TRASEIRO BAT3100	7	634,00

242	MANGUEIRA SUPERIOR RADIA-DOR 500356248	6	224,00
-----	----------------------------------------	---	--------

**LOTE 09 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONSERTAR CAMINHÃO IVECO TECTOR 170E22 PLACAS MMM9203**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
243	TAMBOR DIANT. BAT3101	7	451,00
244	TURBO HOL3597180	6	4.513,00
245	BARRA DIREÇÃO CURTA LO180070	6	381,00
246	SILENCIOSO F5218	6	312,00
247	SUPORTE TRAS. ESQ. MOTOR 504009141	6	614,90
248	SUPORTE TRAS. DIR. MOTOR 504009140	6	614,90
249	CABEÇOTE FILTRO DIESEL 500316868	6	255,00
250	BUCHA JUMELO MOLA TRAS. IAB3170	7	151,00
251	BATENTE MOLA TRAS. 98461032	7	116,00
252	BUCHA BARRA ESTAB. SUSP. 4791448	7	69,00
253	BUCHA DA SUSPENSÃO CABINE 1907808K	7	174,00
254	TAMPA DIANTEIRA ENGRELAGENS DISTRIBUIÇÃO 4897026	6	1.712,00
255	RESERVATORIO AGUA RADIADOR 98426670	6	830,00
256	CILINDRO ESCRAVO EMBREAGEM RD0872	6	462,00
257	VISCOSA MO1932401	6	1.115,00
258	ALTERNADOR 8600498	6	2.235,00
259	SECADOR DE AR APU 9325001040	6	1.402,00
260	CARCAÇA FILTRO AR 5801291000	6	3.973,00
261	MOLA DIANTEIRA MESTRE FT21301	7	584,00
262	MOLA MESTRA TRASEIRA FI1601	7	285,00
263	CILINDRO MID SERVO EMBREAGEM S/ SENSOR RD1175	6	955,00
264	SUPORTE MOLA 98415152	7	745,00
265	SUPORTE MOLA 4851749	7	1.153,00
266	BUCHA MOLA DIANT. 7143407	13	108,00
267	SUPORTE AMORTECEDOR SUP. DIANT. 4852593	7	337,00
268	DEFLETOR RADIADOR 500361637	6	905,00

**LOTE 10 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONSERTAR CAMINHÃO IVECO TECTOR 260E28 PLACAS MLW1545**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
269	FAROL ORG215E	6	362,00
270	LANTERNA TAPASOL LE 504047264	6	150,00
271	BARRA DE DIREÇÃO CURTA LO180070	6	381,00
272	FLEXIVEL FREIO DIANTEIRO 7139598	7	68,90
273	TAPA SOL EXTERNO 504061726	6	528,00
274	PÁRA-CHOQUE CEL645	6	1.460,00
275	ESPELHO RETR. CPL 504150551	6	945,00
276	ESTRIBO DA CABINE CEL647	6	331,80

277	COXIM TRASEIRO CABINE 8141758	7	83,00
278	COXIM DIANTEIRO MOTOR 500394053	7	456,00
279	BUCHA DO ESTAB. TRAS. 8162306	7	78,00
280	BUCHA BARRA ESTAB. SUSP. 4791448	7	69,00
281	BUCHA DA SUSPENSÃO CABINE 1907808K	7	174,00
282	ENGRENAGEM COMPRESSOR 4894308	6	571,00
283	FECHADURA GRADE LD UNI71018	6	269,00
284	MAÇANETA EXTERNA PORTA LE UNI70807	6	164,00
285	FECHADURA GRADE LE UNI71019	6	217,00
286	MAQUINA VIDRO RV1445ECM	6	206,00
287	BRAÇO LIMPADOR P/ BRISA GRA792	7	223,00
288	CONJUNTO EMBREAGEM 395MM EAT1048121	6	2.761,00
289	FILTRO DIESEL/SEDIM. AGUA FBD494	6	64,00
290	CARCAÇA FILTRO AR 5801291000	6	3.973,00
291	MOLA DIANTEIRA SEGUNDA FT21302	7	484,00
292	MOLA DIANTEIRA MESTRE FT21301	7	584,00
293	MOLA MESTRE AUXILIAR FI1701	7	104,00
294	MOLA MESTRE TRASEIRA FI1601	7	285,00
295	SUPORTE MOLA 4851749	7	1.153,00
296	CILINDRO MID SERVO EMBREAGEM S/ SENSOR RD1175	6	955,00
297	AMORTECEDOR GRADE FRONTAL 504329952	7	67,00
298	CILINDRO INFERIOR EMBREAGEM 4854828	6	873,00
299	BUCHA MOLA DIANT. 7143407	13	108,00

**LOTE 11 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONSERTAR CAMINHÃO IVECO TECTOR PLACAS OKE0733**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
300	TAMBOR FREIO TRASEIRO DUR9212	7	557,00
301	FAROL ORG215D	6	350,00
302	FAROL ORG215E	6	362,00
303	TURBO HOL3597180	6	4.513,00
304	COROA E PINHÃO 10X41 MP11126	6	3.481,00
305	RETENTOR CUBO TRASEIRO INTERNO ARC5212	7	128,00
306	RETENTOR CUBO DIANT CO7470	7	245,00
307	RETENTOR PINHÃO A1120522730	6	211,00
308	FLANGE CARDA C/ ORELHA LNG41489	6	523,00
309	FLANGE CARDA 4 FUROS LNG41485	6	632,00
310	MOLA 5 TRASEIRA FI1605	7	135,00
311	MOLA DIANT. FT20904	7	435,00
312	MOLA DIANT. FT20903	7	435,00
313	MOLA 2 TRASEIRA FI1602	7	255,00
314	MOLA DIANT. FT20902	7	500,00



315	MOLA TRASEIRA FI1601	7	285,00
316	MOLA DIANT. FT20901	7	595,00
317	CAIXA SATELITE COMPL PH4017	6	4.452,00
318	CRUZETA DIFERENCIAL 155 MER043059	6	526,00
319	BUCHA MOLA DIANT. 7143407	13	108,00
320	TUBO LUBRIFICAÇÃO TURBINA 504013544	6	668,00
LOTE 12 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONSERTAR CAMINHÃO MB ATRON 2729 6X4 PLACAS MMD6762			
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	VALOR UNITÁRIO EM R\$
321	TURBO BOR53279707100	6	4.225,00
322	HASTE REAÇÃO EM V IAB3563	6	2.315,00
323	SUPORTE TRASEIRO LE SC03162	6	208,00
324	BALANÇA CT70971	7	207,00
325	SUPORTE SUSP. 301009050	6	3.860,00
326	SUPORTE SUSP. 301009051	6	363,00
327	PINO DE BALANÇA 50MM	7	76,00
328	RETENTOR CUBO CARRETA ARC5700	7	11,00
329	BUCHA MANCAL EIXO TANDEM 0003250485	6	280,00
330	TAMBOR FREIO BAT8058	7	385,00
331	FEIXE MOLAS C/ 13 LAM	7	953,00
332	ROLAMENTO CARRETA 32218K	7	136,00
333	CUBO RODA TRUCK CR518	7	524,00

#### Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 53/2014 - PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código

Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 05 de setembro de 2014.

RD COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA Robert de Carli	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
---------------------------------------------------	--------------------------------------------

#### PE 05/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 05/2014 - FMS

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de eletrodomésticos, equipamentos de escritório e hospitalar para Unidade de Saúde do Distrito de Linha das Palmeiras, Município de Xavantina, conforme especificações do anexo "A" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 11:30 horas do dia 18/09/2014.

Abertura: dia 19/09/2014, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 08 de setembro de 2014.

OSMAR DERVANOSKI,  
Gestor do FMS.

# Xaxim

## PREFEITURA

### Aviso de Pregão 085 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 085/2014

PROCESSO 171/2014

O MUNICÍPIO DE XAXIM, Estado de Santa Catarina, através de seu Prefeito COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial n. 085/2014, até às 08h45min do dia 18 de setembro de 2014, e farão abertura das mesmas às 09h00min horas do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição de equipamentos individuais para combate de incêndio e resgate do 2º pelotão de Bombeiros de Xaxim - FUNREBOM, tipo menor preço global, de acordo com as regras do Edital, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e no que couber as demais legislações aplicáveis. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 05 de setembro de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

### DECRETOS 368 E 369

DECRETO Nº. 368/2014.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal GISELI CRISTINA GOSCHEL, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, portadora da matrícula 5349, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 05 de setembro de 2014, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 05 de setembro de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município

DECRETO Nº. 369/2014.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2013, de 08 de agosto de 2013, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, ELIANE APARECIDA GAZZONI, CPF: 077.538.269-80, para exercer o cargo de COZINHEIRA, código 002, categoria AGG (Atividades de Apoio Geral), nível 009, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 552, de 06 de novembro de 2013, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 08 de setembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de setembro de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira

Diretor Geral de Administração e RH

## Associações

### AMAVI

#### Extrato Contrato Nº 11/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2014

Contratante: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI.

Contratada: Antoninho Cruz da Silva

Objeto: Contratação de serviços de recuperação do concreto aparente das fachadas do prédio da CONTRATANTE, conforme especificações constantes do Projeto Básico e demais disposições deste contrato.

Valor: Pelos serviços objeto deste contrato a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Vigência: 30 (trinta) dias consecutivos, contados da data de expedição da Ordem de Serviço.

Data de Assinatura: 01/09/2014.

Assinam: José Constante, Presidente da AMAVI e Antoninho Cruz da Silva.

### AMMVI

#### Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Locação Não Residencial DI Nº 01-2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO NÃO RESIDENCIAL DL Nº 01-2014

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob no 83.779.413/0001-43, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado SUBLOCATÁRIO e, de outro, a ELMO FRANCISCO KOERICH JR, doravante denominado LOCATÁRIO resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato de locação DL nº 01-2014, com a devida anuência de METZLER ARQUITETOS ASSOCIADOS S/S, simplesmente denominado LOCADOR e pelas cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

O prazo de vigência previsto na Cláusula Segunda do contrato firmado pelas partes em 28/01/2014 tem seu prazo estendido até 29 de agosto de 2014, no interesse recíproco das partes, e nos termos da Lei nº 8.245/91.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Blumenau (SC), 30 de julho de 2014.

LOCATÁRIO ELMO FRANCISCO KOERICH JR	LOCADOR METZLER ARQUITETOS ASSOCIADOS S/S
SUBLOCATÁRIO SERGIO ALMIR DOS SANTOS Presidente da AMMVI	

## Consórcios

### ARIS

#### Extrato de Contrato de Serviços Nº 007/2014

Contrato de Prestação de Serviços nº. 07/2014

Objeto: contratação da prestação de serviços de reserva, emissão e venda de passagens aéreas e terrestres nacionais e internacionais para o deslocamento de funcionários da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, conforme descrito no edital do Pregão Presencial nº. 01/2014, procedimento licitatório nº. 33/2014.

Contratada: METROPOLITANA VIAGENS TURISMO LTDA/ME

CNPJ: nº. 81.587.693/0001-62

Valor: a quantidade global para reserva, emissão e venda de passagens aéreas e terrestres nacionais e internacionais, conforme descrito no edital do pregão presencial nº 01/2014, bem como contrato, será de 70.000,00 (setenta mil reais).

Vigência: O contrato se inicia no dia 01/09/2014, perdurando sua vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado sempre que restar demonstrado o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA, e limitado ao prazo disposto no artigo 57, II, da Lei 8.666/93.

Florianópolis, 29 de agosto de 2014.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

**CIS NORDESTE****Extrato Edital - Pregão Eletrônico Nº 02/2014**

## EXTRATO DE EDITAL

## Aviso de Licitação

Pregão Eletrônico nº 002/2014 - CISNORDESTE/SC

Registro de Preços nº 002/2014 - CISNORDESTE/SC

Processo Administrativo nº 76/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais contratações futuras de MEDICAMENTOS, de forma parcelada para uso dos Órgãos Participantes do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE

DE SANTA CATARINA - CISNORDESTE/SC: Municípios de Jaraguá do Sul, Rio Negrinho, Campo Alegre, Araquari, Guaramirim, Joinville, Corupá, São Bento do Sul e Massaranduba, durante o período de 30 de setembro de 2014 a 30 de abril de 2015.

JULGAMENTO: Menor preço - POR ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00 do dia 08/09/2014 até às 09h00 do dia 18/09/2014.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 09h01min às 12h00 do dia 18/09/2014

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13h30 min do dia 18/09/2014

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS E CÓPIA NA ÍNTEGRA DO EDITAL:

Endereço: Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville,SC

E-mail: [cisamunesc@cisamunesc.org.br](mailto:cisamunesc@cisamunesc.org.br)

Telefone: (47) 3422-9838

Fax: (47) 3422-9838

Site: [www.cisamunesc.org.br](http://www.cisamunesc.org.br)

Joinville (SC), 04 de setembro de 2014

MÁRIO FERNANDO REINKE

Presidente do CISNORDESTE/SC